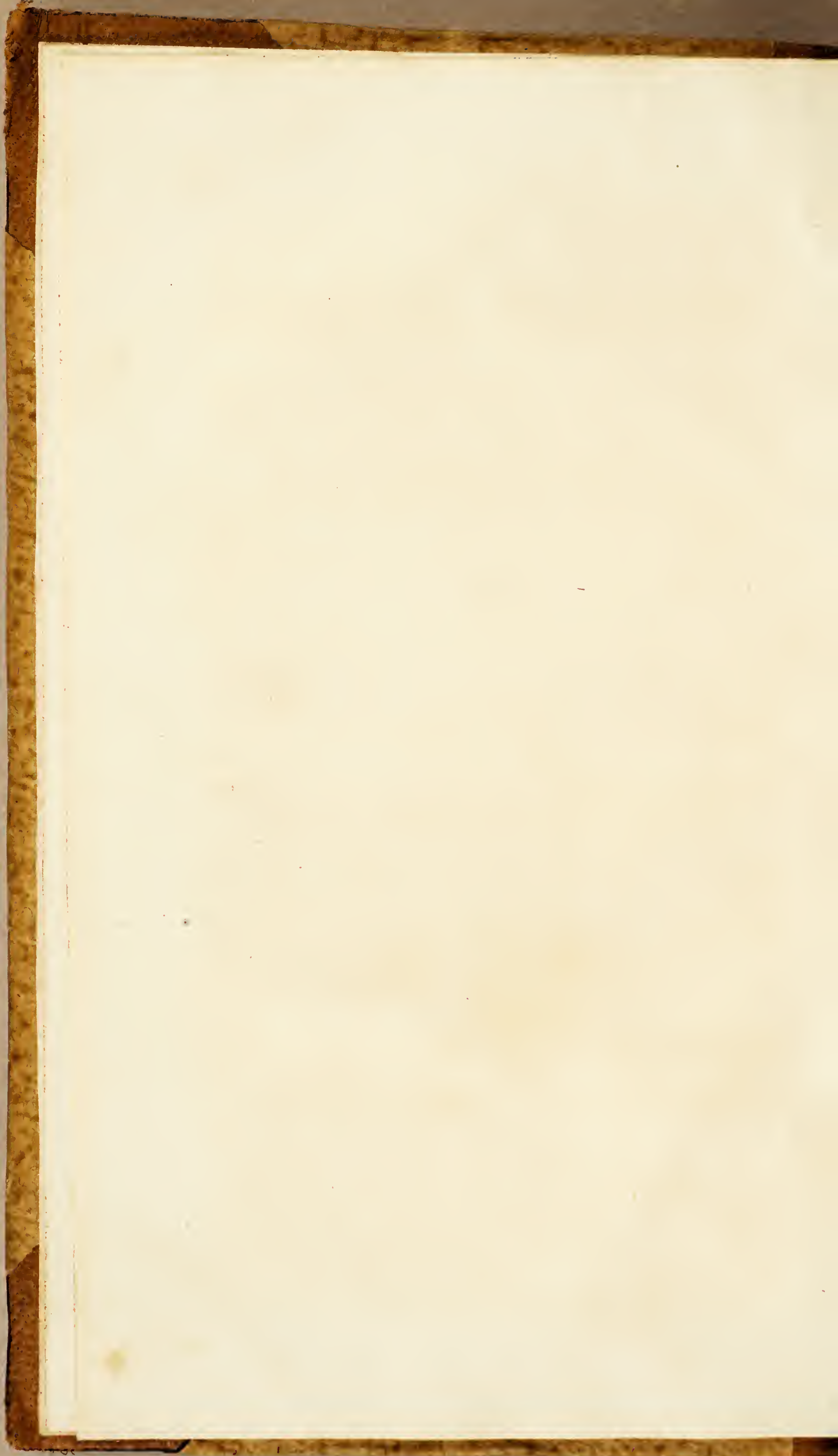




JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

Purchased from the
Trust Fund of
Lathrop Colgate Harper
LITT. D.





O

Investigador Portuguez

EM

INGLATERRA,

OU

JORNAL

LITERARIO, POLITICO, &c.

~~~~~  
VOL. XIX.  
~~~~~

Condo et compono, que mox depromere possim.—HOR.

LONDRES:

IMPRESSO POR T. C. HANSARD,
Na Officina Portugueza,
Peterborough-court, Fleet-street.

—
1817.

RPJCB

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

—
JULHO, 1817.

=====
Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

=====
LITERATURA PORTUGUEZA.
—

ORAÇÃO FUNEBRE, *que nas Exequias do MARQUEZ DE POMBAL, o 1º deste titulóu, recitou o Dr. FR. JOAQUIM DE STA. CLARA, Religiozo Benedictino.*

EM quanto a adulação, e o interesse prostituem a eloquencia, e a consagração ás paixões, e vícios dos vivos, a memória dos mortos hé quasi sempre o theatro da verdade. A esperanza, e o temor desapparecem por uma vêz á entrada do tumulo; e despedaçadas na pedra sepulchral as cadeas da razão, até os espiritos fracos são capazes de pronunciar um juizo livre.

VOL. XIX.

A

Há uma grandeza sólida, que os homens não desconhecerao, ou negarao já mais: por que por mais depravados, e corruptos, que sejam, não poderao negar, ou desconhecer a virtude. Baixos respeitos, complacencias sórdidas, podem por um tempo suffocar nos seos coraçoes o grito da justiça: mas chegará um dia, em que a admiração, victoriosa da inveja, dará ao homem justo, na saudade da sua perda, o mais sensível, e o mais glorioso de todos os louvores.

Feliz o orador, que de meio da turba dos aduladores, e dos interessados, pode levantar a sua voz independente em honra do verdadeiro merecimento, e que no justo elogio das virtudes de um morto, de quem não tem que esperar, nem que temer, goza ao mesmo tempo da vantagem de não ser suspeito de lisonja, e da consolação de mostrar á sua patria o singular modello, por que se podem formar os homens grandes!

O Marquêz de Pombal hé morto: o sabio, o laborioso, o intrépido ministro; o homem extraordinario, que a Providencia tinha tirado dos seos thezouros para combater contra as desgraças do seo século; o Marquêz de Pombal hé morto. Mas a profundidade dos seos conhecimentos, a extensão da sua alma, a lembrança dos seos longos trabalhos, a imagem sempre presente dos seos grandes serviços, a utilidade e a felicidade publica, pudêrao fazer parar a rapidêz dos seos annos, pondo-os, como em deposito, no seio dessa gloria incorruptivel, que o fará immortal em todas as idades.

Não são os testemunhos das naçoens estranhas, que presente o admirarao, que o respeitarao ausente; não são os elogios, ou antes a veneração, dos Monarchas da Europa; não hé o conceito, e a confiança do seo Rei, talvez o mais

penetrante, e o mais alumiado do seo tempo; não são as arduas negociaçoens, concluidas nos paizes alheios; os factos particulares encerrados nas paredes domesticas; os ultimos sentimentos depositados na authoridade de poucos Varoens respeitaveis; não são estes os solidos fundamentos, sobre que eu contemplo levantado o grande edificio da immortalidade do seo nome. Os juizos dos homens podem ser accusados de prevençãõ, ou de engano; a má-fé tem estendido a desconfiança a tudo, o que não acontece diante dos nossos olhos.

Os factos publicos, os publicos effeitos de publicas virtudes, a consciencia publica, são os monumentos indeléveis de zêlo, de fidelidade, de magnanimidade, de justiça, de espirito de patriotismo, que os páys hiraõ mostrando a seos filhos, no caminho da gloria; monumentos que existem entre nós mesmos; que a incredulidade não pode escurecer; que a calumnia não sabe denigrir.

Passadas, não sem reflexãõ, as noçoens desses primeiros annos, em que a sua infancia, creada na austera probidade dos seos maiores, se tinha acostumado ao jugo da virtude, e feito dela como propria natureza; em que uma cuidadosa educaçãõ, inspirando-lhe o gosto da verdadeira, e sólida doutrina, lhe tinha dado ao mesmo tempo o méthodo de adquirilla; elles lhes-mostrarãõ o sabio universal, que conduzido de reino em reino pela guia fiel de optimos estudos, e instruido profundamente nos costumes, nas leis, na religiaõ de todos os povos, se tinha feito o cidadão de todas as republicas, e como o nacional do mundo inteiro; que rompendo os limites do tempo, assim como os dos lugares, parecia que tinha vivido muitos seculos antes de nascer, que tinha tractado, que tinha ouvido, que tinha sido uma testemunha contemporânea

de toda a antiguidade; mas que não satisfeito sómente com uma noticia esteril, tinha procurado exceder quanto se diz de grande dos homens sábios, e virtuosos della.

Mostrar-lhes-haõ o fervoroso patricio, que nascido para o estado mais que para si mesmo, não foi por toda a sua vida, se não um escravo voluntario da patria; que não teve um só talento, que não empregasse em utilidade da republica; que não concebeo um só projecto, que não dirigisse a fazer respeitar o paiz, de que era filho: o homem publico, cuja mocidade não teve prazeres, cuja velhice não teve descanso: o vassallo fiel, que nem de longe quiz perceber os males, de que podia ser victima, quando se tractava da salvaçaõ do Rei, e da segurança do reino.

Mostrar-lhes-haõ o grande, o incomparavel ministro, dóm preciozo do Céu nos tempos calamitosos da Monarquia; o ministro independente, que comprehendendo que a patria o não tinha elevado ao importante lugar do seo ministerio, para agradar aos homens, mas só para servirlos, teve tantas vezes, para os fazer felizes, o generoso valor de desgostallos; que expondo-se, não sómente á vingança, e odio dos grandes, mas ainda á censura dos homens de bem, arrastados muitas vezes pela torrente dos juizos do vulgo, não hezitou em carregar-se voluntariamente de odiosas apparencias de iniquidade, para salvar o estado, ainda quando fosse á custa da sua memoria: o ministro intrepido, capáz, por me-servir da fraze sublime dos livros santos, de forçar esses muros de bronze, que um medo servil tinha respeitado por barreiras impenetraveis do vicio; que não conheceo outra distincçaõ, senão a da justiça; que nunca vio assima de si, senão a razãõ, e a lei: o ministro

constante, antequem se quebrãrã todas as tempestades dos interesses particulares ; a quem todos os movimentos fizeraõ mais firme no centro da virtude : o amigo da humanidade ; o conservador das familias ; o protector das letras, do commercio, e das artes ; o vingador da Magestade da Religiaõ.

Entaõ lhes contarãõ, humidos os olhos de lagrimas saudozas, e muitos delles cubertos do pejo da injustiça dos sentimentos d'algun dia ; entaõ lhes-contaraõ a ancia, com que o naõ viaõ dezejar, senaõ o bem publico ; a igualdade, com que desapareciaõ á sua vista as qualidades exteriores de poderoso e de fraco, de rico e de pobre, de feliz e de desgraçado, que tantas vezes desfiguraõ os homens ; a affabilidade, com que animava a sua timidêz, e lhes suavizava, e diminuia o jugo da dependencia ; mas ao mesmo tempo o character de gravidade, que annunciava o homem incorruptivel, e bannia da sua presença a impostura, e a leviandade. E fazendo-lhes observar estas grandes virtudes impressas sobre o seo semblante nos energicos retratos, que a sua fraqueza tivera escondidos no mais secreto das suas ultimas cazas, como tem o criminoso os instrumentos dos seos delictos, ainda entaõ seraõ penetrados de reconhecimento, e de respeito, e a pintura inanimada lhes-servirá ao mesmo tempo de estímulo, e de censura.

Mas possuidos a esta vista efficaz como de um entusiasmo de gratidaõ, e de justiça, com que alvorôço, com que ímpeto, naõ arrancarãõ do intimo dos seos gabinêtes estes pedaços da sua alma, para lhes-darem, n'outro genero de espectáculos, outras liçoins ainda mais efficazes ! Trazendo-lhes á memoria o dia funestissimo, em que a Maõ Omnipotente tinha soltado sobre esta capital toda a furia dos elementos ; em que

a terra, dissolvendo as suas abóbadas, forcejava por sahir dos eixos, sobre que fôra equilibrada desde o momento da sua creação; em que o mar, escalando os seus limites, marchava disposto a devorar, e submergir a terra; em que o abismo parecia ter vomitado rios de fogo, que o ar precipitado hia assoprando por todos os lados; com que alegria, e assombro, os não hiraõ conduzindo pelo meio da nova, mais grandiosa, e mais sumptuosa cidade, que as providencias, as fadigas, ou antes o espirito tutellar do incansavel Ministro, fizera ressurgir, como subitamente, do lugar lastimoso, em que a antiga Lisboa, sepultada nas suas ruinas, apenas se sabia que n'outro tempo existira! E só nesta carreira que grandes coizas se lhes-naõ hiraõ offerecendo mais dignas de admiração, do que fâceis de imitação!

Aqui o mais exacto, e o mais bem regulado erario, dique incontrastavel á desenfreada torrente das usurpaçoens do patrimonio regio, certo refugio nas necessidades, e despezas do Estado; ali os differentes, e laboriosos arsenais, onde, acautelada a ociosidade, e animada a industria, se aperfeiçoavaõ cada dia a marinha, e as artes: a uma parte as fabricas interessantes, que ao mesmo passo que estabeleciaõ a independencia do reino, lhe accrescentavaõ as riquezas, que desperdiçava com os estranhos; á outra esse celeiro de abundancia, freio providente da avaresa desses homens cruéis, que com os monopolios do mais necessario de todos os alimentos tinhaõ calculado até o ultimo grão do proveito, que podiaõ tirar da miseria dos seus concidadãos: a guarda de um deposito seguro, onde a fé publica póem a salvo da fraude, da omissão, ou da inexigibilidade, os cabedais dos particulares: um hospital sumptuoso, taõ diverso

do antigo, que a desgraça dos tempos, e a sua situação, e estreiteza, tinhaõ reduzido a uma caza de incommodos: as salas dos tribunais, dignas da Magestade da justiça, as magnificas praças; e por corôa dellas o maravilhoso obelisco da estatua equestre do Augusto Monarcha, que soubera conhecêllo; obelisco, que levantou o espirito do agradecimento; mas que a posteridade não verá jámais, sem a idéa inherente da ingratitude do seo seculo.

No tumulto porem de tantas fadigas, quando com a sua presença infundia o fervor da re-edificação, e o amor do trabalho, e quasi parecia vencer a natureza, a sua alma não cessava de meditar esses estabelecimentos gloriosos, que haviaõ de fazer a honra da Legislação Portuguesa. Esclarecido sobre todas as obrigaçoens do cidadão, e do homem, sobre todos os vinculos da utilidade particular, e publica, não lhe era necessario encerrar-se na solidão, desembaraçar-se dos negocios, para traçar o plano desses monumentos de rectidão, de humanidade, de moral, e de politica, que sem sugeição á mudança dos tempos, dos costumes, e do clima, haviaõ de ser sempre a época memoravel da segurança, e opulencia do estado, do augmento, e perpetuidade das familias, da expulsão do fanatismo, e da barbaridade. As vantagens, os abusos, as difficuldades, as relaçoens, os meios, tudo não dependia se não apenas de um momento; e a felicidade, e a tranquillidade, esses dois objectos, que associâraõ os homens, e os moveraõ a perder um pouco da igualdade, e liberdade do estado natural, eraõ o fructo inextimavel das sâbias leis, que elle inspirava ao Principe.

Nestas leis luminosas (não recearei de dizêllo), nestas leis, que devêraõ ser eternas, hé que está retratada toda a grande alma do ministro. In-

structivas das rasoens, e dos fins, que as dictâraõ, pode-se dizer que ellas saõ antes vivas exhortaçoens de um pai a seos filhos, do que ordens absolutas de um Soberano a seos vassallos.

Vê-se em umas a vigilancia, com que emprendeo, e consummou, a incomprehensivel obra de expurgar o estado dos monstros, que o perturbavaõ; de dissipar, de aniquilar esse outro estado formidavel, que contra a santidade da sua instituiçaõ, devorado pela hidropica sede dos governos, e riquezas se tinha contaminado até o ponto de usurpar as provincias do seo Rei, a liberdade dos seos iguais; cujas maximas perniciosas tinhaõ produzido uma grande parte das desgraças da Europa, e fomentavaõ, e authorisavaõ o luto do reino: em outras o vigor, e o zêlo, com que discernio, e sustentou os direitos sagrados da corôa, a independencia, e a Magestade do throno, a distincçaõ entre o imperio, e o sacerdocio. Nestas um plano de policia, capáz de comprehender todos os ramos do governo: naquellas o espirito do commercio; o cuidado da agricultura conveniente; as longas vistas sobre os obstáculos, que podiaõ atravessar-se a estas duas fontes da abundancia publica.

No util sistema de diminuir os effeitos do espirito de propriedade, sem damno, sem extorção dos senhores legitimos, resplendem a um lado a uniaõ, o amor recíproco das familias, os direitos do sangue, as vantagens das sociedades particulares nesses estabelecimentos sacrosanctos, que rectificando a introduzida facçaõ testamentaria, acautelâraõ que os ramos de um mesmo tronco não pudessem temer que uns aos outros se privassem dos seos succos, e fizeraõ que os conjunctos corressem a se prestarem mutuas consolaçoens, e soccorros, sem apprehenderem que uma liberdade illimitada, de que abusavaõ

quasi sempre, ou a malignidade, e o caprixo, ou as suggestoens, e a cubiça, lhes-arrancasse a mutua recompensa, que desde o principio lhes-destinára a Natureza: á outro lado o meio de communicacão da maior, e mais rica parte dos bens immóveis, na indole, que constituo, no uso, que prescreveo, ás possessoens dos corpos de mão morta, que tornadas inalienaveis, e distrahidas para sempre do commercio eraõ como bens, que haviaõ morrido para todo o resto dos vivos.

Em outra parte, que ternos testemunhos, que brilhantes monumentos de humanidade! Daqui a liberdade restituída a povos immensos, que a Natureza tinha consentido que nascessem ingénuos, e que a avareza de homens cubiçosos, tinha, com o ascendente da religião, carregado do mais miseravel, e pezado captiveiro: dalí o estado da ingenuidade concedido áquelles que a desgraça de seos avós tinha, por um perjuizo contrario a todas as leis naturaes, perpetuado na escravidão, Em uns o merecimento vingado das preoccupaçoes dos seculos da ignorancia, que ligavaõ a aptidão aos accidentes: em outros abolida essa distincção odioza, que tinha abortado o inferno, para a destruição do amor social, e da uniaõ christan: e do seio de claboços empestados tirados milhares de miseraveis, cujos delictos todos não eraõ, se não a dureza dos seos credores, e a desigualdade da sua fortuna.

Se alguma-vêz o rigor lhe levantou o braço, não foi, se não á vista da patria, que horrorisada da impunidade de crimes atrocissimos lhe pedia conta da saude, e segurança publica. Semelhante, por me servir de uma imagem alhêa, a esse astro luminoso, cujos raios, de sua natureza benéficos, não produzem esses espantozos meteoros, senão quando a terra, por seos negros, e malignos vapores, lhes-fornece a occasião, e a

materia, a sua alma não se determinou ao castigo, senão quando a maldade a constituiu na obrigação; e opposta a todos os dictames da humanidade e da sociedade, a atrocidade da culpa foi a que sacrificou os sentimentos do Homem á inteireza do Ministro, a inclinação da Natureza ao objecto da Legislação.

Ah! E por que assim como pôde fazer a sabia, a saudavel constituição, que procreveo essa Jurisprudencia de enganos, só empregada em adulterar por arbitrias significações a letra da Lei, em illudir por interpretações capciosas o seu espirito, em destruir por uma fingida submissão toda a sua authoridade; por que lhe não permittio a duração do seu Ministerio que pudesse publicar essa Reforma, que revolvía nas suas idéas, dos abusos da Ordem Judiciaria, cujas vans formalidades eternizando os processos, e nutrindo o vil interesse dos que tem transformado em sórdida negociação o manejo da Justiça, arruinão todos os dias a ambos os Litigantes, engrossão a Juizes venais, e encobrem em Advogados inhâbeis a ignorancia do sólido Direito! Ou por que nos não hé ao menos licito hir cavar no fundo do seu gabinete o oiro deste Plano importantissimo!

Tal foi sempre o precioso, o unico objecto de todos os seus trabalhos: a Ordem Publica, a Gloria do Soberano, a Felicidade do Estado, o Progresso das Sciencias, e das Artes, o Restabelecimento da Disciplina, a Grandeza da Religião. A estes seus dezejões insaciaveis foi que se deveo o des-terro da Hipochrizia, que profanando com ridiculas exterioridades a perfeição Evangelica, cevava debaixo de um rosto descorado um coração ambicioso, ou vingativo, determinado a abuzar do conceito dos povos; a expulsão do Fanatismo, que revestindo do caracter respei-

tavel da Divindade sonhos disparatados, effeitos naturais, imposturas abertas, sugoitava pela parte mais prevenida os espiritos débeis, e lhes-inspirava, ou as sediçãoens, ou a moleza. A elles a proscripção dessa escandalosa, e mal-entendida liberdade, que no estado mais importante á vida particular, e ao augmento da Republica, tinha introduzido, o desprezo daquelles, por quem se existia, contra os clamores da Lei Natural, a pureza dos Cânones Ecclesiasticos, as Sancsoens do Direito Civil, e o que hé ainda mais, contra o Primeiro Preceito da Segunda Tâboa da Lei Divina. A elles a Restauração, ou antes a Fundação, da grande Universidade, que do meio das trevas, em que a abismâra a indolencia, pôde sahir, á custa das suas vigílias, ornada de todas as luzes da verdadeira sabedoria, a felicitar os Nacionais, a admirar os Estranhos; Fundação, que sem outra alguma das suas grandes obras, honrará a Portugal, em quanto o conhecer o Mundo, e fará reviver no coração de todos os bons Cidadons a sua memoria.

Cercado de tanta gloria, mas curvado debaixo do pezo de largos annos, foi que a morte lhe deu o primeiro, e o unico golpe, que podia abatêllo; e a intrépida, a grande alma, que não retrocedêra já mais á vista das desgraças proprias, cedeo uma-vêz ao excesso da dor da perda do seo Monarcha. Aquellas maons diligentes, que haviaõ trabalhado dia e noite, para felicitarem, e elevarem o seo Reinado, não puderaõ desfalecidas assignar as tristissimas Ordens do seo Funeral lastimoso; e desordenadas as forças do seo espirito, elle foi o que pedio por premio a dismissão de um Emprêgo, que todos os outros solicitaõ por ambição; e entre os votos, e e saudade dos homens de bém, a filosofia o

acompanhou em triumpho até a innocente solidão do seo retiro.

Homens malignos, e temerarios, que ás virtudes publicas não sabeis assignar outros principios, senão os da ambição, e os da vaidade, vinde adorar as do homem particular, quando a sua alma, sem estimulos, que podessem lizongealla, não estava já em espectáculo ao mundo, e só se sustentava pela sua propria força.

Sempre igual a si mesmo, a Religião, o Estado, a Amizade, a sua Familia, os seos concidadaons, foraõ as suas delicias. Que dia passou, em que elle não d'esse a uma espoza, digna das suas virtudes, e do sangue respeitavel, que a anima, as consolaçoens mais resignadas, e sólidas? que occasião, que elle não aproveitasse de exercitar a hospitalidade? que vizinho, que elle não occupasse á proporção dos seos talentos? A paz, e a abundancia vieraõ com elle, e derramâraõ ás maons cheias os seos beneficios sobre as cabeças daquelles simplices, e indigentes povos.

No meio das mais fûteis accusaçoens, qual indicio de desgosto, ou de ira, se lhe vio perturbar a serenidade do seo rosto? qual queixa se lhe ouvio formar contra a ingratitude, e a injustiça dos homens? Superior a todos os acontecimentos, a sua penetração os tinha previsto; a sua magnanimidade os tinha desde logo despresado. A conjuração da inveja, a displicencia do século corrupto eraõ o sêllo mais authentico da sua virtude; e os votos da sua vida privada (votos imaginarios, dignos do coração de um cidadão virtuoso, mas difficultosos, e quasi impossiveis á Natureza!) foraõ de que o Estado achasse um grande numero de Vassallos, mais hâbeis do que elle, mais capazes de o servirem mais util, e mais gloriosamente.

Uma morte lenta e como por degrãos, lhe offereceo em fim o theatro, em que por uma longa, e não interrompida, série de virtuosos sentimentos, resplandeceo até o ultimo suspiro a sua paciencia. Na força da agudeza dos seus males, transbordava em todos os seus gestos a tranquillidade do seu espirito: O respeito da sua Soberana fazia ainda o principal objecto da ultima lição, que elle dava a seus Filhos. Possuido de toda a verdade, e infallibilidade da Religião, a sua inteireza não recêa de attestar altamente a presença do Juiz Supremo, para a justificação das rectas intenções do seu Ministerio; e rodeado de homens respeitaveis, cuja probidade jámais offereceo incensos, senão á virtude, o Marquêz de Pombal morre.

Mas não morrerá jámais a sua memoria. Não há poder sobre a terra, que risque a lembrança do homem virtuoso: a corrupção dos tempos, o caprixo da fortuna, estão muito abaixo do verdadeiro merecimento. Este hé o juizo, que pela boca da independencia, profere para sempre a verdade. Precioso ao estado, e á patria, o Marquêz de Pombal será em todos os seculos o homem grande; as suas acções serão o exemplo da justiça, e do patriotismo; e a sua sepultura não poderá ter epitafio, nem mais permanente, nem mais energico, do que o seu nome.

PUBLICA RETRIBUIÇÃO de FRANCISCO DE
BORJA GARÇAÕ STOCKLER, ao SENHOR
JACOME RATTON.

Tendo recebido há poucos dias um Livro impresso em Londres no anno de 1813, intitulado, "Recordações de Jacome Ratton," o

qual me foi enviado como presente da parte do Autor, desde logo me determinei a dar-lhe os devidos agradecimentos por tão distincto obsequio. Eu teria limitado as expressões do meu reconhecimento a uma attenciosa Carta particular, se depois da leitura d'este Livro podesse contemplar a remessa d'elle só como uma offerta nascida da estima, e consideração de Mr. Ratton para com a minha pessoa, e não tivesse encontrado nelle o meu nome, bem que erradamente escrito, figurando em um facto com indecorosa especialidade. Assim neste caso sou forçado a corrigir o que elle sobre este artigo escreveo contra a verdade, da qual nunca Escriptor algum publico se deve desviar. Confiado portanto, em que Mr. Ratton, ou seus Filhos, para cuja informação, e a cujas instancias elle escrevêo, e imprimio esta obra, aproveitarão toda a occasião, que se lhes offereça de render testemunho á essa mesma verdade, e de rectificar os desvios, a que seu Pay tenha sido levado, certamente por obliteração de memoria, referirei aqui circumstanciadamente o facto, de que Mr. Ratton julgou a proposito lançar mão.

Eu não desconheço, que difficilmente se encontrará objecto menos interessante para o publico, do que a exposição dos motivos, que obstaraõ á impressaõ de um máo livro de Arithmetica; mas há factos, que sendo em si mesmos de pouca monta, se tornaõ com tudo, de grave importancia pelo character, que manifestaõ nas pessoas, que os practicáraõ, e muito principalmente quando corpos moraes, ou collectivos saõ implicados nesses mesmos factos. Os procedimentos de um, ou outro individuo particular por mais immoraes, ou desacisados que sejaõ, não bastaõ para caracterizar de immoral, ou ignorante a nação, a que elles pertencem: mas os factos

practicados por corporações, compostas de homens escolhidos, quando elles presupõem ignorancia crassa, ou preversidade habitual, são o indice mais seguro do estado dos conhecimentos, e costumes de uma Nação, e muito principalmente das ^{ne} pessoas que compõem o seu Governo: e por tanto o seu descredito, quando assenta sobre semelhante baze, ganha um grão de firmeza, que só pode ser destruido pela prompta demolição d'essa baze, quando por fortuna ella hé fantastica, como acontece no presente caso. Eis aqui pois a razão, porque eu dou tanta importancia, ao que Mr. Ratton refere a pag. 256 das suas Recordações, relativamente á Junta do Commercio, e aos Professores da Academia Real da Marinha, por ella mandados responder sobre o merito da obra, que Mr. Ratton tanto exalta. Não hé este o unico passo da sua obra, que por semelhante motivo carece de ser corregido; mas a refutação de cada uma das inexactidoens, asseveradas por Mr. Ratton, tóca áquelles, que inteirados da verdade possuem todos os meios de fazela patente, e de não consentir, que ella fique obscurecida pelas narrações inexactas de um homem octogenario, que sem mais recurso, do que a sua memoria escreveo indiscriminadamente aquillo, de que se lembrava, sem poder rectificar pelo exame de documentos as suas mal seguras recordações, e não reparando nas consequencias, que d'isso poderiaõ seguir-se.

Haverá vinte e tres annos, pouco mais ou menos, que sendo eu Professor de Mathematica na Academia Real da Marinha de Lisbôa, me foi remetido, e ao meu defuncto Collega, o Capitão de Fragata Manoel do Espirito Sancto Limpo, de Ordem da Real Junta do Commercio um Tratado de Arithmetica universal, composto por

Alberto Jaqueri de Salles, para uso dos Alumnos da Aula, denominada do Commercio, afim de que ambos informassemos com os nossos pareceres sobre o prestimo d'aquella obra. Qualquer que seja o merito, que Mr. Ratton attribua a este manuscripto, hé certo, que elle nos pareço defeituosissimo, e inadequado para o fim, a que se dizia destinado. O zêlo do Serviço de Sua Magestade, o ardente desejo, que sempre me animou de promover os progressos dos conhecimentos uteis na minha Patria; o atrazamento, em que eu a considerava, e ainda desgraçadamente a considero em instrucção mercantil, e em principios estatisticos, e de economia politica, apesar dos trabalhos, que depois daquelle tempo tem publicado sobre estes importantissimos objectos, a Academia Real das Sciencias, o Senhor Jozé Acurcio das Neves, e principalmente o meu douto, e incancavel amigo, o Senhor Desembargador Jozé da Silva Lisbôa, me determinárao a lembrar a Sua Magestade, que visto ser a Sua Regia Intenção reformar a Escola do Commercio, pôndo-a ao nivel dos conhecimentos do tempo, seria muito a proposito, e de incalculaveis vantagens, que em vez de uma aula, aonde se preparassem Caixeiros para Mr. Ratton, quero dizer, para os Comerciantes de grosso trato, se erigisse uma Escola, aonde se criassem homens instruidos, não só nas computações mercantiz, e na Escrituração dos Livros de Negocio por partidas dobradas; mas homens, que entendendo fundamentalmente os verdadeiros principios do Commercio, estivessem no caso de poder dirigir com acêrto qualquer negociação de permutação, ou cambio; e homens, que instruidos nos diversos ramos da Economia politica em geral, e em particular naquella, que os Francezes chamao *Finances*, e

que nós em Portuguez mal exprimimos pelas palavras *Administração da Fazenda*, ou simplesmente *Fazenda*, não só entendessem tudo quanto diz respeito á comptabilidade, mas que conhecendo a fundo quanto pertence á imposição de tributos, e sua mais facil, e suave arrecadação, se achassem com o tempo no caso de poder occupar dignamente os Lugares de Deputados da Real Junta do Commercio, de Conselheiros da Real Fazenda, e de Contadores, Thezoureiros, e Fiscães do Real Erario, e das Repartições a elle subordinadas, quando táes Lugares houvessem de ser providos para o futuro.

Vendo-se na Real Junta do Commercio este meu parecer, e o do meu já mencionado Collega, que vinte, ou trinta dias, (e não um anno, depois da recepção da Portaria, que nos fôra expedida), remetêmos com o manuscripto para a Secretaria da mesma Real Junta, parecêo a minha proposta tão digna de sêr adoptada, que n'esse mesmo dia veio a minha caza o benemerito Deputado, que então servia de Secretario, o Senhor Francisco Soares de Araujo e Silva, não só a comunicar-me este facto, mas a dizer-me, que o Excellentissimo Marquez de Ponte de Lima, Presidente, que então era d'aquelle Regio Tribunal, se tinha penetrado tão altamente da utilidade das minhas idéas, que queria immediatamente dar os passos necessarios, para que ellas se realizassem, fazendo-as presentes a Sua Magestade, e que para isso me mandava insinuar por elle Secretario, que fizesse eu sem demora um Embosso do projecto, ou Plano das Escolas, o qual elle se propunha levar no dia subsequente á Presença do Soberano. Debalde representei ao Senhor Soares, a impossibilidade de arranjar em tão curto espaço de tempo um plano assás desenvolvido, e digno de ser apre-

sentado a Sua Magestade sobre assumpto, que demandava tão seria, e reflectida meditação. Todas as minhas instancias foraõ inuteis, e o peor hé, que nem esta mesma pressa foi bastante para se tirar partido em beneficio do Publico das impressoens favoraveis, que no animo do Ministro de Estado havia feito a leitura do meu parecer. Trabalhei sem cessar nas vinte e quatro horas, que me foraõ concedidas, e arranjei o melhor que pude o esbosso, que devia servir de fundamento a organização de um Estatuto completo.

Para preencher as minhas vistas, era necessario dividir os estudos da nova Escola Politica Mercantil em tres annos, gradualmente dispostos não só para a facil, e methodica acquisição dos conhecimentos, que deviaõ compor o corpo total das doutrinas, que ali deveriaõ explicar-se; mas para nella se prepararem outras tantas classes de homens necessarios no Estado, e que podessem ser uteis a si, e á Patria. No primeiro anno deviaõ os alumnos aprender os principios da arithmetica universal, e a escripturação dos livros mercantiz. No segundo, depois de uns brevissimos Elementos de Geometria réctilínea, deviaõ estudar um Tractado de Geografia Mercantil, e a applicação da Arithmetica Universal á Theoria dos Juros compostos dos Cambios, Seguros, Rendas Vitalicias, Tontinas, Annuidades, e Reversoens. No terceiro finalmente, deviaõ estudar os Elementos do calculo das probabilidades, em quanto não dependente dos calculos superiores, e uns Elementos de Economia politica, com particular insistencia sobre tudo que diz respeito á imposição, e arrecadação de tributos, accumulacoens de fundos, credito, e Empréstimos publicos, e moeda ficticia, ou papel circulante, e seus effeitos nos diversos ramos do Commercio, Agricultura, e Industria.

Os Discipulos, que tivessem concluido com prestimo o estudo do primeiro anno, poderiaõ ser habeis caixeiros, e mesmo habeis Guarda-Livros, depois de alguma practica nos Escriptorios de seus Patroens. Os que findassem com aproveitamento os dous primeiros annos poderiaõ vir a ser perîtos Negociantes, e Caixas, ou sobrecargas de Negociaçoens mercantîz, emprehendidas em Paizes estranhos. E finalmente, os que completassem o curso inteiro, ficariaõ habilitados para os Empregos publicos, relativos a qualquer ramo da Administração, e Economia do Estado; e poderiaõ ir gradualmente subindo até aquelles Lugares, em que a sua vóz podesse ser consultivamente escutada pelos Ministros do poder supremo, e pelo Soberano mesmo.

Eisaqui, o que fez, ou mais de pressa, o que propoz o Professor de Mathematicas, Stockler, entãõ Capitaõ, ou Sargento Mor de Artilheria, e hoje Marechal de Campo no Exercito Portuguez: homem na verdade, ainda agora mui pouco instruido, e de mui limitados talentos; mas aquem sempre animou o mais vivo dezejo de ser util á sua Patria: e aquem não podia servir para nada, o miseravel manuscripto de Alberto Jaqueri de Sáles: ainda quando elle tivesse a baixeza, que Mr. Ratton parece attribuir-lhe, de querer aproveitar-se de trabalhos alheios. Esta não era na verdade, presumivel em um homem, que suposto, não seja rico em conhecimentos, tem mostrado com tudo em suas Obras, que possue mais algum Cabedal scientifico, do que pode geralmente conter qualquer bom Tratado de Arithmetica Universal; quanto mais a triste rapsodia do defuncto Alberto Jaqueri de Sales, a qual alem dos primeiros principios da Arithmetica, mal, e imperfeitamente enunciados, nada mais continha, do que uma

escassa nossaõ das quatro operaçoens fundamentaes da Algebra, sem applicaçaõ alguma, que podesse fazer supôr o estudo deste ramo das Mathematicas puras, não era util a um Commerciante, e muito menos a um simples Guarda Livros, que hé tudo quanto poderia produzir uma Escola, aonde o seu Livro servisse de texto a explicaçaõ do Professor.

O que porem hé muito notavel; o que Mr. Ratton ignora, e o que hé de razãõ que eu diga para completar a melancolica historia deste projecto scientifico hé, que o meu Esbosso foi aprovado, e que em consequencia, se me expedio poucos dias depois pela Real Junta do Commercio, um nova Provizaõ noticiando-me, não só a Regia aprovaçaõ, mas encarregando-me da composiçaõ dos competentes Compendios. Debalde representei de novo ao Secretario da Real Junta do Commercio, e principal agente deste negocio, a minha incapacidade para o desempenho de uma tal Obra. Debalde reforcei as minhas instancias; respondeo-me constantemente, que o Marquez Presidente estava altamente convencido, de que um tal plano não podia ser feito por quem não fosse apto para executalo; e que de mais era observaçaõ constante, que ninguem ainda desempenhára completamente projecto algum scientifico, traçado por mão alhea.

Convencido desta replica aceitei a incumbencia, mas representei a necessidade de ser desonerado da regencia da minha cadeira, para poder dár-me todo á execuçaõ de uma Obra, que eu não podia cabalmente desempenhar, sem profundar ainda, por nova, e mui seria applicaçaõ alguns dos ramos de que se compunha aquella arvore ideal. Respondeo-se-me da parte do Marquez de Ponte de Lima, que me entendesse

com o Secretario de Estado, Martinho de Mello e Castro, Inspector da Academia Real da Marinha, ao qual elle Marquez havia já communicado as Ordens de Sua Magestade a este respeito.

Naõ pensava eu, que um negocio publico, de que a autoridade suprema me havia encarregado devesse constituir-me pertendente diante de um Ministro de Estado. Entretanto presteime á insinuaçaõ do Marquez; apresentei-me a Martinho de Mello, e referilhe quanto se havia passado. Em vez de responder-me a proposito sobre a dispensa da regencia da minha Cadeira, pertendeo convencer-me, de que o meu projecto era sujeito a mui graves inconvenientes, ou verdadeiramente, de que era impolitico: *pois que naõ convinha de nenhuma sorte desafiar a curiosidade do publico sobre materias de administração, e Economia politica: quanto mais fornecer-lhe o Estado á sua custa os principios necessarios para discussões de taõ melindroza natureza!* Vi claramente, que o susto, ou temor illimitado, que entaõ inspirava a Revoluçaõ Franceza no animo dos homens, que attribuiã a sua origem ao progresso das Luzes, e naõ aos desacertos da ignorancia, era o grande obstaculo, que no espirito d'aquelle Ministro se opunha á verificaçaõ de um projecto, que alias elle seria o mais ardente em promover, e levar ao seu complemento. Procurei convencêlo do erro, em que laborava; fiz-lhe as observaçoens, que me pareceraõ mais proprias para fazelo entrar no espirito do negocio, e para desassombrar o seu animo de um temor frivolo em si, e funesto pelas suas consequencias, "*tudo foi baldado;*" nunca podêmos concordar em nossas opinioens; e por tanto vendo eu, que o projecto indefectivamente se malograva, se o Marquez de Ponte de Lima o naõ apoiasse na Prezença do Soberano,

com energia nova, a elle me dirigî segunda vez; porem vendo a indifença, com que Sua Excellencia encarava o procedimento do seu Collega, me convenci, de que ambos estavaõ já de acordo, e por tanto lhe declarei muito expressamente, que eu suspendia a continuacão do meu trabalho até que Sua Excellencia se dignasse communicar-me as ultimas, e definitivas Ordens de Sua Magestade a este respeito. Resoluçãõ, que me pareceo ser-lhe por extremo agradavel, e da qual ninguem pertendeo já mais desviar-me, pois que nem Sua Excellencia em quanto viveo, nem a Real Junta do Commercio até ao presente me perguntáraõ directa, nem indirectamente pelo estado dos Compendios, de cuja composiçãõ me haviaõ encarregado.

Assim ficou este negocio, até que por morte de Martinho de Mello e Castro entrou no Ministerio Dom Rodrigo de Souza Continho, depois Conde de Linhares, Ministro, que a uma grande somma de conhecimentos uteis, unia um zêlo ardente de promover a instrucção nacional em todos os diversos ramos das Sciencias, e Artes. Esperançado entãõ, de que este activo, e intelligente Ministro adoptasse um projecto, que se me representava taõ util, e facilitasse os meios da sua execuçãõ, lhe referî quanto se havia passado, relativamente a este assumpto. Não me enganei no conceito, que formei da impressãõ que as minhas ideas fariaõ no animo deste Homem de Estado taõ amante das Sciencias. Elle não só as aprovou, mas procurou mesmo desenvolvêlas, addiccionando na copia, que eu lhe apresentára do Esbosso dado ao Marquez de Ponte de Lima, algumas correcçoens, e additamentos, e a indicaçãõ de alguns Livros, que na sua opiniaõ deveriaõ ser consultados, ou compilados para constituirem parte da obra.

Naõ podendo porem eu já entaõ encarregar-me da composiçaõ d'ella, em razã de outras commissoens do Real Serviço, que me absorviaõ o tempo, e as forças intellectuaes, e corporeas, lhe indiquei para continuar o compendio de Arithmetica universal, a que apenas havia dado principio, um meu particular amigo, entaõ ainda mui môço, mas já muito distincto pelos seus grandes talentos, e trabalhos scientificos, o Senhor Jozé Maria Dantas Pereira, hoje Official General do Corpo da Real Marinha, e Geometra de naõ vulgar merecimento, o qual completou em breve tempo o dito compendio, sem duvida muito melhor, do que eu o houvéra feito. O seu Livro imprimio-se em Lisboa no anno de 1798, por ordem, e cuido que a despezas de Sua Magestade; naõ sei porem, porque especie de fatalidade, nem o projecto foi avante, nem mesmo o Compendio do Senhor Dantas foi já-mais empregado no ensino publico. Hé verdade que as doutrinas, que elle contem, vaõ muito alem, do que hé necessario para formar Caixeiros, ou Guardas Livros de Cazas de Commercio; e que a ser eu o continuador da Obra, teria reservado algumas d'ellas para o compendio do terceiro anno; porem naõ foi isto de certo, o que lhe obstou, foi provavelmente o seu intrinseco merecimento, e a difficuldade, que teria um mestre ordinario em explicar um livro taõ farto em conhecimentos naõ ordinarios.

Da maior parte do que venho de referir, foi testemunha o Senhor Francisco Soares de Araujo e Silva, e de quasi todo o resto, o mencionado meu amigo o Senhor Dantas. As Provisoes, que me foraõ expedidas pela Real Junta do Commercio, devem achar-se registadas na Secretaria d'aquelle Tribunal. Pasma na verdade, que Mr. Ratton, havendo sido membro d'aquelle

corpo ignore, o que se passou á cerca de um negocio, em que elle tomára tanta parte, quanta se deprehende da sua obra. Seria de dezejar, que Mr. Ratton podesse rehaver o manuscripto, que com tanta razão reclama, para que imprimindo-o, mostrasse ao publico, que se esforsava por restituir á memoria do defuncto Alberto Jaqueri de Sales, uma porção de crédito Literario, capáz de contrabalançar, a que lhe roubou em crédito moral.

Désta simples narraçãõ, e das consideraçoens, a que ella dá lugar, poderaõ Mr. Ratton, e seus Filhos reconhecer quanto importa, ao credito do primeiro, que elle, ou algum d'elles torne a rever a sua obra, confrontandoa com os documentos, que lhe não era possivel consultar no momento, em que a escrevia, e que corrigindo-a com reflectida circumspecção, dê ás muitas, e importantes noticias, que nella involvêo aquelle grão de credibilidade, que tanto interessa a sua pessoal reputação, e o bem da Nação Portugueza, o qual em grande parte depende de que os Ministros do poder supremo reconheçaõ, e emendem os descuidos, êrros, ou negligencias de seus predecessores. Assim o dezeja com a mais perfeita sinceridade, não o Coronel Antonio Garçaõ Stockler, mas o antigo Professor da Academia Real da Marinha de Lisboa,—Francisco de Borja Garçaõ Stockler, que isto escrevia na Cidade, e Corte do Rio de Janeiro aos 6 de Julho do Anno de 1816.

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 456 do No. antecedente.)

CAPITULO XIV.—*Prussia.*

Dentro de um seculo vimos a Prussia nascer, elevar-se, cahir, e levantar-se; e este estado occupa hoje o lugar de uma das primeiras potencias, necessarias para a conservacão da Europa.

Quando depois de um acontecimento, que mais se pode chamar uma supreza do que uma derrota, a Prussia se fez em pedaços no seo primeiro choque contra a França, era cousa bem curiosa ouvir mencionar as causas a que se attribuia a sua queda. Até houve um celebre escriptor que a attribuiu a Frederico, sem lembrar-se que era exactamente o mesmo grande Frederico que adevia salvar.

Ignorava-se toda a extensão de patriotismo que esse antigo Rey havia gravado no coração dos Prussianos; ignorava-se como todos ardiaõ nos desejos de vingar a honra de suas bandeiras, por tanto tempo immaculadas, o que depois produzio todos esses rios de sangue em que lavaram a sua affronta; e finalmente, tambem se ignorava a abundancia de luzes, que raiavaõ desde Konisberg até Berlin. Em tudo isto hé que estava pois o remedio; e assim hé que vimos o vigor com que a Prussia se ergueo. Quem reanimou a Europa foi indubitavelmente a Prussia, capitaneada pelo General York, que desobedecendo a seo Rey, obedeceo ao espirito nacional. Sem a Prussia, indignada do aviltamento em que estava, e morrendo por ganhar o pôsto que perdêra, a Russia nunca teria podido

adeantar tanto a victoria que a vertigem do inimigo e o auxilio do clima lhe haviaõ dado ; a Austria hesitaria ainda ; e Vienna nunca teria visto um Congresso.

Nesta assemblea tinha a Prussia que cuidar do seo estabelecimento, e da segurança do seo estado futuro. Os laços mais intimos uniaõ os Soberanos de Prussia e Russia, e estes laços eraõ a imagem dessas amizades dos tempos heroicos entre os semi-deozes. Mas apesar disso, vemos presentemente tres Prussias, — a Prussia da Polonia, a Prussia da Allemanha, e a Prussia do Rheno e do Meuse. Com effeito, hé um estado que se não pode definir ; e a Prussia mui bem o conhece, por que por todos oa lados se vê cercada de inimigos, e em nenhuma parte acha uma fronteira.

Do lado de Memel e Königsberg ve-se afrontada pela Russia em uma ponta de seos estados ; no meio das suas possessões hé cortada pela Austria, porque tudo quanto sahe da Bohemia acha-se n'um instante no coração da Prussia ; e na outra extremidade dos seos dominios, separados do corpo da monarquia, está em contacto com a França. A Prussia compoem-se, por conseguinte, de pequenos retalhos, espalhados em uma linha immensa sem adherencia e sem profundidade, e continûa a ser ainda essa mesma Prussia que, *longa e magra*, tinha feito dizer a Voltaire que era—*um bom par de ligas de pernas*. Sim, a Prussia assemelha-se as cazas de Berlin, que só pela parte da rua são regularmente edificadas ; e pode-se dizer que apenas tem ainda *uma fachada voltada para a Europa*.

A França, alliada da Prussia em Berlin, hé sua inimiga nas margens do Meuse, e abre a guerra contra ella pela occupaõ do retalho da monarquia situado entre o Meuse e o Rheno.

A Russia, occupando a Polonia, começa a guerra contra a Prussia sobre o Oder, e quazi as portas da capital.

A Austria a aperta estreitamente por todas as desembocaduras da Bohemia. Assim, nem de proposito se lhe podiaõ excitar maiores embaraços.

A Prussia insistio fortemente em que se lhe reunisse toda a Saxonia, porque parecia estar convencida dos inconvenientes da dispersaõ dos seus membros, e de todos os mais que lhe podiaõ resultar da falta de ligaçaõ entre elles. Conheceo que a sua vesinhança com a França hia transtornar todas as suas relaçoens com ella, e faria comque esta ultima potencia em vez de amiga se convertesse em inimiga, porque vesinho e inimigo sempre sãõ sinonimos entre as naçoens.

Tambem a Prussia se não convenceo de que as relaçoens de amizade entre o seo Soberano e o da Russia seriaõ eternas, ou passariaõ de geraçaõ em geraçaõ a todos os Soberanos de ambos os paizes. A boa harmonia entre os estados, para que seja duravel, deve fundar-se não nas affeçoens dos homens, mas em interessès permanentes; e por isso hé preciso dar-lhe uma baze que seja independente de circumstancias casuaes e momentaneas.

A Prussia, por conseguinte devia ter em vista o futuro, e para isso lhe convinha reunir o mais que podesse as suas forças. A Prussia tinha perdido mais de um milhaõ de habitantes com a cessaõ do Ducado de Varsovia, e neste caso não só lhe era necessario recuperar o perdido porem consolidar o todo. Taes eraõ os dois pontos do seo sistema. Vejamos agora como ella os preencheo.

A Prussia achou-se no fim do ultimo seculo a

frente do *protectorato* do norte d'Allemanha, que se estendia a todas as partes dos paizes que tem sido atacados. Contemple-se na guerra da Baviera, em 1778, e na linha de demarcação, de 1795. Nestes dois casos a Prussia obrou sempre sem distincção de liga Protestante ou Catholica: a sua protecção era para todos. O norte d'Allemanha, isto hé, o Mecklemburg, o Hanover, e a Hesse formavaõ com ella uma especie de federação; e depois da guerra de 1756 nunca estes alliados se separaram. Até a epocha da Revolução, e durante a maior parte da sua marcha, o objecto principal da Prussia foi sempre defender o Imperio Germanico, conservar a amisade com a França, e oppor-se a Austria.

Hoje tudo está mudado para com ella e para com as outras potencias, e a Russia hé a causa de todas estas mudanças. Com effeito, a proporção que a Russia se tem avesinhado da Europa, todo o mundo tem sentido novas necessidades, e hé só da Russia e dos perigos que ella pode causar que hoje todos se devem occupar.

A Russia não está no caso dos outros Estados da Europa, que se podem constranger e fazer recuar. A Russia não anda para traz: a ultima experiencia deve por muito tempo tirar a vontade de repetir contra ella as mesmas tentativas.

Quando se passa a viver com os povos da Europa fica-se sempre na Europa. Quem está na Russia vive a metade na Asia. Eisaqui pois o que sempre hé preciso ter de ante dos olhos, e o que a Prussia vê de certo bem claramente. Ella acha-se na primeira linha de marcha desta torrente, e hé só pela Prussia que a inundação deve começar. O caminho pela Austria nem hé tão direito, e até hé mais difficil em rasão das montanhas da Bohemia e da Hongria. Alem disso, a Prussia não tem defeza alguma; e o Oder so

lhe pode servir de barreira a baixo de Breslau, ficando-lhe Berlin entre aquelle rio e o Elbo. Toda a Prussia Real fica nas costas da monarchia, e hé realmente um membro cortado do corpo politico.

A Prussia está conseguentemente em um perigo sempre imminente, e a pezar disto hé o baluarte da Europa. Hé logo do interesse dessa mesma Europa fortifica-la, quer seja por meio de augmento de territorios, quer por meio de facilidades com que una as partes separadas da monarchia. O interesse da Europa hé não negar cousa alguma a Prussia, mas antes dar-lhe e facilitar-lhe todos os arranjos que concorraõ para dar-lhe uniaõ e facilidade de operaçoens. A Prussia hé a primeira guarda avançada da Europa, e hé para esta nas margens do Oder o que era para a Italia no fundo dos Alpes El Rey de Sardenha. Toda a força da Prussia não será para ella, mas para a Europa, e contra o Colosso do Norte. Eis aqui o que, nas circumstancias presentes, convem altamente repetir, e profundamente meditar. Infelizmente não se acha em torno da Prussia cousa que se lhe pudesse dar. Tudo estava occupado, e certamente a Prussia não dezejava a propriedade de ninguem, e muito menos pertendia desapossar os Soberanos de Mecklenbourg, do Hanover, de Brunswick ou de Hesse. Não lhe restava logo senão a Saxonia com que se podesse fortificar.

A federação da baixa-Allemanha não pode, em respeito algum, substituir as forças necessarias a Prussia: o inconveniente destas clientellas hé assas conhecido. Seos sustos, seos vagares, sua parcimonia, e seos ciumes fazem comque aquelle que a deva dirigir nunca lhe possa comunicar o seo espirito, nem crear-lhe uma von-

tade: so quando tudo está perdido hé que taes federaçoens se poem em movimento.

A Prussia será logo bem fracamente sustentada pela federação do norte d'Allemanha; e alem disso, bem pouco poderá contar com essa parte da Saxonia que ficou fazendo um estado separado. A acquisição da Pomerania Sueca pouca força real dá de mais a Prussia. Somente hé bom que ella a possua, como hé bom que a Suecia a não possua.

A Prussia já não hé inimiga da Austria, e de hoje em diante a Russia as fará boas alliadas. Os antigos ciumes acabaram a vista de um perigo maior; porque já não se trata, como nos antigos tempos de algumas pre-eminencias, porem da propria existencia, que estará sempre ameaçada pela Russia.

Por um bom sistema, a Prussia nunca deveria passar o Rheno; por que se faz inimiga da França, cuja alliança deve ser o ponto essencial da sua politica, não por causa da Austria, como era em outro tempo, mas por causa da Russia. Os Prussianos e Francezes já não devem tornar a combater nos campos de Rosbach ou de Jena, mas devem prestar-se um mutuo auxilio para impedir que os Russos não venhão ter com elles.

A Prussia não deve multiplicar seos negocios nem complicar o seo sistema; a Russia lhe dará sempre bem que fazer. Quando a Hollanda estava dividida em dois partidos, a Prussia deo um socorro efficar a Caza de Orange. Esta intervenção já não será necéssaria, porque uma melhor ordem de cousas existe hoje neste paiz. Mas se o Estado, que a familia de Orange hoje governa, chegar a ser atacado, a Prussia deve voar em seo soccorro, e não permitir que a mais

pequena porção lhe seja alienada, assim como a Hollanda nunca deverá consentir que a Prussia perca a mais pequena parte das suas possessões. Era muito essencial tanto para a Prussia como para a Europa que o novo estado das Provincias Unidas tivesse logo, no momento da sua criação, o seu completo e inteiro desenvolvimento, isto hé, que se estendesse até o Rheno e o Mosella, que são os seus limites naturaes. Hé preciso ter sempre deante dos olhos que este Estado forma, com a França, a segunda linha defensiva da Europa contra a Russia, e a primeira, contra Inglaterra.

O Congresso, oppondo-se as pertençaes que tinha a Prussia sobre a Saxonia, e offerecendo-lhe indemnidades ou possessões sem adherencia nenhuma com as partes da monarchia, não entrou no verdadeiro espirito dos interesses permanentes da Europa: quer fosse em razão dos antigos ciumes contra a Prussia, quer fosse por motivo de um Principe infeliz e de uma nação supplicante, fomentaram-se contestaçoens contrarias aos interesses da Europa, porque em fim hé sempre para a Europa que se deve olhar, e não unicamente para a Prussia. Por exemplo, parece que a Austria, no consentimento que se diz ella dera em Outubro de 1814 para a incorporação da Saxonia com a Prussia, prohibira o levantar-se uma fortaleza em Dresda. Nesta parte obrou ella como inimiga da Prussia, e não como amiga da Europa e da Allemanha. Hé bem evidente que só se atendeo para a segurança da Bohemia e não para a da Allemanha, porque oppondo-se a Austria a que se fortificasse a linha do Elbo enfraquecia assim a defensiva d'Allemanha, e deixava uma porta aberta para a torrente que pode despenhar-se do lado do Norte. Pois que se os Russos se precipitarem sobre a Allemanha, que valerá para ella ou para a

Europa que a Bohemia esteja mais ou menos defendida do lado da Prussia? Antes da guerra de 1806 a Prussia tinha pouco mais ou menos dez milhoens de habitantes; e parece que ficará agora reduzida ao mesmo numero, ou talvez ainda menos. Todavia, ainda quando haja a mesma igualdade de numeros, haverá nelles uma desigualdade de força.

Porque, em 1806, a Russia não possuia a Finlandia nem as suas novas provincias da Polonia.

A Austria não se estendia por toda a Illyria, nem sobre as mais ricas provincias de Italia.

Então a Prussia gozava, por meio da posse do Ducado de Varsovia, de contiguidade de territorios, que se converteo depois em absoluta separação. Então a Prussia não era vesinha da França, como o hé hoje, em virtude da sua terceira divisaõ, entre o Meuse e o Rheno.

Todas estas consideraçoens mostram pois a necessidade que havia não só de estender a Prussia até o Vistula, mas de se lhe incorporar a Saxonia, e de interpor grandes distancias entre ella e a França. Neste cazo a Prussia poderia cuidar invariavelmente da obrigação que lhe competia, isto hé, de vigiar sobre a Russia, e de guardar as avenidas da Europa.

Mas este fatal esquecimento fará com que a Prussia seja obrigada a manter um exercito desproporcionado com a sua povoação e com as suas finanças. E não ficará ainda aqui o mal: em todas as guerras que tiver ou com a França ou com a Russia principiará logo a companhia por perder uma parte dos seus estados. Do lado da França, será forçada a abandonar tudo quanto possui na margem esquerda do Rheno, porque hé impossivel defende-lo contra as forças Francezas; e do lado da Russia, tambem perderá logo tudo o que possui alem do Vistula, por se

achar cortado do corpo da monarquia, e mais perto da Russia do que da Prussia, e ser um paiz aberto.

Com effeito a Prussia não podia ser colocada em peor estado do que foi pelo Congresso; todayia, deve-se confessar, que de toda esta desordem foi cauza Napoleão. Este fez ainda maior mal ao norte da Europa do que ao meio-dia; se não vejamos os resultados.

A sua principal idea em politica era excluir a Russia dos negocios da Europa, assim como Inglaterra: para isto, meditava desterrar uma para a Asia, e a outra para as partes mais remotas do globo. Mas em nenhuma destas ideas foi bem succedido; porque não podia oppor-se directamente á Inglaterra, e contra a Russia não empregou os meios competentes. Contra esta, hé verdade, que elle não podia fazer tanto como dezejava, isto hé, repulsa-la para tão longe; porem podia seguramente levantar deante d'ella uma barreira sufficiente para retardar os seos passos: o instrumento estava pronto, e este instrumento era a Prussia. Ella possuia então uma parte da Polonia, sentia vivamente os inconvenientes da vesinhança da Russia, e nada tanto dezejava como achar-se em estado de poder formar aquella barreira. Tal era a sua politica naquelle tempo, politica, que realmente era justa; e por isso Napoleão podia contar com toda a sua boa vontade. Com tudo, em vez de empregar estes elementos que tinha prontos, eisque, depois de quatro annos de fingidos carinhos, se lança sobre a Prussia, e a esmaga com todo o pezo do seo poder. Dos seos despojos creou então um Ducado de Varsovia; deo a Russia uma parte dos dominios Prussianos na Polonia; entreteve-se, por assim nos explicar-mos, em resuscitar a republica de Dantzick; e na guerra contra a

Austria em 1809 enriqueceo ainda a Russia com algumas partes da Gallicia. Por este modo elle hia fortificando aquelle que premeditava enfraquecer. Hé verdade que em tudo isto fazia antes empréstimos do que donativos a Russia; os seus beneficios occultavaõ uma perfidia, e elle meditava vir um dia roubar-lhos, como emfim poz em pratica, pertendendo só no em tanto fazer delles um pomo de discordia entre a Russia, Prussia, e Austria. Mas para executar todo este plano era ainda precisa uma nova guerra, e esta guerra o perdeu.

Se, pelo contrario, Napoleaõ, fiel ao antigo sistema da França, tivesse estreitado os laços que o uniaõ com a Prussia, e se em vez de a despojar, de a humilhar e vexar por mil modos, a houvesse tratado bem, teria encontrado nella a barreira que procurava levantar contra a Russia. Em lugar de um inexoravel inimigo, que depois encontrou, haveria podido sempre contar com um amigo leal; e El Rey de Prussia nunca teria sahido de Berlin, nem Napoleaõ de Paris. Grande liçaõ com effeito para ensinar aos homens, que os negocios não se dirigem por meio de planos quimericos, nem de prevençoens pessoaes, ou de odios entre homem e homem! Não hé com simples amisades ou odios individuaes que se dirigem os Estados. Napoleaõ detestava a Prussia, e talvez não soubesse dar a razãõ; porque todo o comportamento da gabinete Prussiano durante a revoluçaõ, e a sua constancia em não entrar em coalizaõ alguma contra ella desde 1795, deviaõ ser para elle uma prova irrefragavel da sinceridade de seus sentimentos. Mas emfim elle quiz esmaga-la, teve o prazer de aniquilar a sua reputaçãõ militar que o offuscava; e com isto creou o vingador da Europa. Assim as necessidades communs tendo conciliado a

Prussia e a Russia, e considerando-se esta como a salvadora daquella, nada se lhe pode contestar; e por esta forma a Russia ficou com plena liberdade de se arranjar como bem quiz na Polonia, não só em prejuizo do natural sistema da Prussia, porem do grande sistema da Europa.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

Manuscripto, vindo de Santa Helena, por um modo desconhecido.

Eu não escreveo Commentarios, por que os acontecimentos do meo reinado são bem conhecidos, e não tenho obrigação de alimentar a curiosidade publica. Vou publicar o summario desses acontecimentos, por que o meo character e as minhas intenções podem vir a ser desfiguradas no mundo, e eu quero que meo filho e a posteridade me conheçam tal qual eu fui.

A isto se limita o objecto deste Escripto, que por um modo irregular sou forçado a dar a luz. Se elle houvesse de passar pelas maons dos ministros Inglezes, estou bem certo que ficaria sepultado nas suas secretarias.

A minha vida tem sido tão prodigiosa, que os admiradores do meo poder assentaram que até a minha iufancia tinha sido extraordinaria. Com tudo, nos meos primeiros annos nada há que seja singular: fui simplesmente uma creança obstinada e curiosa. A minha primeira educação foi miseravel assim como tudo o que se fazia na Corsica. Aprendi facilmente o Francez com os militares da guarnição com os quaes passava o meo tempo.

Sempre sahia bem de quantoprehendia porque eu o queria: todas as minhas vontades eram fortes, e o meo character decidido. Nunca

hesitei; o que me deo superioridade sobre toda a gente. Mas a vontade depende da témpera do individuo; e nem todos podem ser senhores da sua vontade.

O meo espirito induzia-me a detestar as illusoens. Sempre discerni a verdade ao primeiro golpe de vista. E esta hé a razão porque sempre vi melhor do que ninguem o fundo das couzas. Olhei sempre para o mundo como elle hé de facto e não de direito. Por isso quazi que me não tenho parecido com ninguem. Por natureza, vivi sempre aparte do resto dos homens.

Nunca pude perceber que proveito poderia tirar dos estudos; e de facto elles não me tem servido senão para aprender methodos. Só algum fructo tirei das mathematicas. O resto nunca me servio de utilidade; mas estudava por amor proprio.

Minhas faculdades intellectuaes hiaõ-se com tudo desenvolvendo sem eu cuidar nisso. Mas ellas não consistiaõ senão em uma grande mobilidade de fibras do meo cerebro. Eu pensava muito mais rapidamente do que os outros homens, e assim sempre tive mais tempo do que elles para reflectir. Nisto hé que tem consistido toda a minha profunda capacidade.

A minha cabeça era activa de mais para me entreter com os divertimentos ordinarios da mocidade. Todavia não lhe fui absolutamente indifferente, mas ao mesmo tempo procurava couzas que me interessassem; e esta disposiçaõ me punha em uma especie de solidaõ, na qual não encontrava senão os meos pensamentos. Esta particularidade passou a ser habitual em todas as situaçoens da minha vida.

Folgava de resolver problemas, e os hia buscar ás mathematicas: achei porem logo uma grande quantidade, porque a ordem material hé muito limitada. Procurei-os na ordem moral, e hé o

trabalho em que fiz mais progressos. Estas minhas indagaçoens tornaram-se habituaes; e a ellas devo os grandes adiantamentos que fiz fazer á politica e a guerra.

O meo nascimento destinava-me para o serviço militar, e por isso me pozeram nas escollas militares. Alcancei a patente de Tenente no principio da Revolução, e nunca recebi titulo que me cauzasse tanto prazer como este. Toda a minha ambição se limitava então a poder trazer ainda um dia duas dragonas de Cachos: um coronel de artilharia me parecia o *non plus ultra* das grandezas humanas.

Nessa epocha era eu ainda demasiadamente moço para tomar interesse na politica. Ainda não julgava dos homens em massa. Assim nem me admirava nem me assustava com as desordens desse tempo, porque não podia compara-lo com outro. Accommodei-me com o que achava. Nem eu era ainda difficil de accomodar-me.

Fui empregado no exercito dos Alpes. Este exercito não fazia couza alguma das que deve fazer um exercito. Elle nem sabia o que era a disciplina nem a guerra. Eu estava com effeito em bem má escolla. Hé verdade que não tinhamos inimigos para combater; estavamos unicamente encarregados de impedir que os Piemontezes passassem os Alpes, e não havia couza tão facil.

Em nossos acantonamentos tudo era anarquia; o soldado não respeitava o official, o official não respeitava o General, e tanto uns como outros eram todas as manhans dimitidos pelos Representantes do povo. Só a estes ultimos anexava o exercito a idea do poder, a idea mais forte que influe sobre o espirito humano. Eu vi desde então todo o perigo da influencia civil sobre os militares, e sube depois evita-lo.

Naõ eraõ os talentos, mas só a loquacidade, a que dava credito no exercito: tudo ali dependia deste favor popular, que se alcança por meio de vociferaçoens. Eu nunca fraternizei com os sentimentos da multidaõ, que hé preciso adoptar para ter a eloquencia das ruas. Por isso nunca possui o talento de comover o povo, nem eu figurava no exercito. Assim muito mais tempo me ficava para poder reflectir.

Eu estudava a guerra naõ sobre o papel, mas sobre o terreno. A primeira vez que me vi exposto ao fogo foi em um pequeno combate de atiradores do lado do *Mont Genève*. As balas cahiaõ mui raras, e por isso feriram pouca gente. Eu naõ tive susto, nem havia de que: puz-me a examinar a acçaõ. Pareceo-me evidente que de ambas as partes naõ havia intençaõ de que todos esses tiros tivessem algum resultado: atirava-se unicamente por descargo de consciencia, e porque esse hé o uzo da guerra. Mas essa nullidade de objecto me desagradou, zangou-me a resistencia, reconheci o nosso terreno, peguei na espingarda de um ferido, e obriguei o bom homem que nos commandava como capitaõ, a que sustentasse o seo fogo em quanto eu, com uma duzia de homens, hia cortar a retirada aos Piemontezes.

Tinha-me parecido mui facil occupar uma altura que dominava a sua posicaõ, atravessando por entre um arvoredos de álamos em que se apoiava a nossa esquerda. O nosso Capitaõ animou-se, seos soldados ganharam terreno, o inimigo recuou, e quando eu o vi perder a sua firmeza, descobri entaõ a minha gente. O nosso fogo incomodou-lhe a retirada, matamos-lhe alguns soldados, e fizemos vinte prisioneiros. O resto escapou.

Tenho relatado o meo primeiro feito militar naõ por lhe dever a minha patente de Capitaõ,

mas porque elle me iniciou no segredo da guerra. Vi que era mais facil do que geralmente se crê bater um inimigo, e que toda esta grande arte consiste não em andar como as apalpadellas no acto da acção, mas em tentar sempre movimentos decisivos, porque só assim hé que se enthusiasma o soldado.

Como sahi bem da minha primeira tentativa, conciderei-me logo como homem de grande experiencia. Desde entaõ comecei a sentir muita inclinação por um emprego que taõ felismente preenchia a medida dos meos desejos. Não pensei se não nisto, e dei-me todo a resolver os problemas que pode offerecer um campo de batalha. Bem quizera entaõ estudar tambem a guerra pelos livros, mas eu não os tinha. Entrei a recordar-me do pouco que eu tinha lido nas historias, e comparava tudo isso com o quadro que tinha deante dos olhos. Fiz por este modo uma theoria de guerra, que o tempo desenvolveo e nunca desmentio.

A minha vida foi insignificante até ao Cerco de Toulon. Nessa epocha era eu já chefe de batalhaõ, e como tal já pude tambem ter alguma influencia nos successos deste cerco.

Nunca houve exercito taõ mal commandado como entaõ estava o nosso. Ninguem sabia quem eraõ os verdadeiros commandantes. Os generaes não se atreviaõ a sê-lo pelo medo que tinhaõ dos representantes do povo, e estes pelo medo que igualmente tinhaõ da *Junta da Publica Segurança*. Os commissarios roubavaõ, os officiaes bebiaõ, e os soldados morriao de fome; mas mostravaõ-se indifferentes, e tinhaõ coragem. A mesma desordem lhes inspirava mais intrepidez do que disciplina. Assim fiquei desde entaõ convencido que os exercitos mecanicos não servem de cousa nenhuma; elles no-lo tem provado depois.

No campo tudo se fazia por meio de propostas e de aclamaçoens. Eu não podia accommodar-me com isto, porem não o podia impedir, e por conseguinte marchava ao meo fim sem nada me emportar. Eu talvez fosse o unico no exercito que tivesse um fim determinado, mas todo o meo gosto era de o accelerar. Por isso occupei-me todo em examinar as posiçoens do inimigo e as nossas. Comparei seos meios moraes e os nossos; e vi que os tinha-mos todos, e elles não tinhaõ nenhum. A sua expedição era uma miseravel lembrança de que se podia mui bem prever a futura catastrophe; e ninguem se pode já mais conciderar como forte se dante maõ pode prever a sua derrota.

Indaguei quaes eraõ os melhores pontos de ataque, calculei o alcance das nossas baterias, e indiquei as posiçoens em que se deviaõ formar. Os officiaes experimentados acharam-nas perigosas, porem nunca se ganhaõ batalhas só por meio de experiencia. Obstinei-me no meo plano, e mostrei-o á Barras: este tinha sido da marinha, e taes individuos, ainda que nada saibaõ da guerra, tem intrepidez. Barras o approvou, porque elle queria a cousa acabada; e alem disso a Convenção não lhe pedia contas nem de braços nem pernas, porem do bom resultado da guerra.

Os meos artilheiros eraõ intrepididos, e não tinhaõ experiencia; a melhor qualidade que pode ter um soldado. Nossos ataques tiveram bom effeito, o inimigo intimidou-se, e já não ousava tentar cousa alguma contra nós. Atirava-nos tolamente algumas balas, que cahiam aonde podiaõ, e que para nada serviam. O fogo, que eu dirigia, fazia melhor effeito. Eu tinha em tudo isto muito zelo, porque esperava ser adeantado; e alem disso gostava que tudo fosse bem.

só pelo prazer que disso resulta. Passava todo o meo tempo nas baterias, e dormia sobre as nossas fortificaçoens: nada hé bem feito senão o que nós propriamente fazemos. Os prisioneiros diziaõ-nos que tudo já se dava ao diabo dentro da praça, e emfim ella foi evacuada por um modo horroroso.

Nós tínhamos bem merecido da patria, e eu fui nomeado General de brigada. Depois fui empregado, denunciado, dimitido, e maltratado pelas intrigas e facçoens. Eu via com horror a anarquia que então havia chegado ao ultimo ponto, e nunca me pude accommodar com ella. Esse governo de assassinos era-me insuportavel, porque não só era absurdo, mas até se devorava a si mesmo. Era uma revolução perpetua, na qual nem os proprios chefes sabiaõ manter-se de um modo permanente.

General, mas sem emprego, fui para Paris, porque só ali se obtinhaõ as graças. Liguei-me com Barras, porque só a elle conhecia. Robespierre tinha morrido, e Barras representava uma figura: era preciso ligar-me a alguem, e a alguma cousa.

A questaõ com as *Secçoens* estava-se preparando; ainda que eu não punha nisso grande interesse, porque então occupava-me mais com a guerra do que com a politica. Nem mesmo eu tinha idea de poder figurar neste negocio, porem Barras me propoz de commandar debaixo das suas ordens a força armada contra os insurgentes. Eu preferia então ver-me antes, como general, a frente das tropas, do que bandear-me com a *Secçoens*, com quem eu nada tinha que fazer.

Nós não tinha-mos para defender a *Salla da Manejo* senão um punhado de homens e duas peças de quatro. Uma columna de Seccionarios

veio por sua desgraça atacar-nos; eu fiz dar fogo as minhas peças; os Seccionarios fugiram; persegui-os, e forão-se acolher as obras de S. Roque. Com difficuldade se poudo arrastar uma só peça, tão estreita era a rua; e com ella se fez fogo sobre aquella multidão, que se dispersou, deixando alguns mortos: tudo isto se concluiu em dez minutos.

Este successo, em si mesmo pequeno, teve grandes consequencias: impedio que a revolução retrogradasse. Eu naturalmente tomei o partido a favor do qual acabava de bater-me, e me achei envolvido na causa da revolução. Entrei a examina-la, e convenci-me que ella seria victoriosa, porque tinha por si a opinião, o numero, e a audacia.

O combate das *Secções* valeo-me a patente de General de divisaõ, e deo-me uma especie de celebridade. Como o partido vencedor não se dava ainda por seguro com a sua victoria, guardou-me em Paris, apezar da minha repugnancia, porque a esse tempo eu não tinha outra ambição senão a de fazer a guerra na minha nova patente.

Achei-me por tanto ociozo nas ruas de Paris. Não tinha relações algumas, nem o habito de frequentar sociedades, e não hia senão a de Barras, aonde era mui bem recebido. Foi lá que vi pela primeira vez minha mulher, que tamanha influencia teve na minha vida, e de quem sempre me lembrarei com ternura. Eu não era insensivel aos atractivos das mulheres, mas até então não me tinhaõ corrompido; e por character, até eu era timido com ellas. Mad. de Beauharnais foi a primeira que me animou, dizendo-me cousas mui lisongeiras, em louvor dos meos talentos militares, um dia em que eu me achei sentado junto d'ella. Este seo elogio embriagou-me,

fallava-lhe continuamente, e a procurava em toda a parte: já morria de amores por ella, toda a nossa sociedade o percebia, e eu estava ainda bem longe de me atrever a revelar-lho.

Mas estes meos sentimentos eraõ publicos, e Barras me fallou a cerca delles: eu não lhos podia negar. “Nesse caso, me disse elle, hé preciso cazar com Mad. de Beauharnais. Vos tendes já uma grande patente, e talentos com que a fazeis brilhante, mas viveis separado do mundo, sem fortuna e sem relaçoens. Hé preciso cazar-vos; isto dá estabilidade. Mad. de Beauharnais hé agradavel, e espirituosa, mas hé viuva. Este estado já hoje nada vale, porque agora as mulheres já não fazem figura; e hé necessario por conseguinte que se cazem para poderem ter consistencia. Vós tendes caracter, e de certo tereis grande adeantamento.—Mad. de Beauharnais hé uma mulher que vós convem: quereis vós que eu me incumba desta negoceação?”

Eu esperei pela resposta com muita anciedade. Ella foi favoravel, e Mad. de Beauharnais me deo a sua mão: Se na minha vida tem havido momentos de felicidade, hé a ella que eu os devo.

A minha figura no mundo mudou depois do meo casamento. Com o Directorio se havia restabelecido uma nova ordem social, em que eu havia tomado um lugar mui elevado. Eu já podia ser racionalmente ambicioso; já podia aspirar a tudo.

No que toca a ambição, eu não tinha outra senão a de obter um commando em chefe; porque um homem não hé nada se não hé precedido de uma reputação militar. Eu estava persuadido de que a teria, porque me sentia com instincto para a guerra; mas não me julgava ainda com

direitos bem fundados para fazer uma petição desta natureza; era preciso adquiri-los, e nesse tempo não era isso cousa mui difficil.

O exercito de Italia não era então nada, porque não tinha destino. Eu imaginei pô-lo em movimento para atacar com elle a Austria no ponto em que esta se julgava mais segura; isto hé, na Italia.

O Directorio estava em paz com a Prussia e a Hespanha; porem a Austria, assoldadada por Inglaterra, fortificava o seo estado militar, e fazia-nos frente sobre o Rheno. Era evidente que deviamos fazer uma diversão pela Italia para atemorizar a Austria, dar uma boa lição aos pequenos principes de Italia, que se haviaõ ligado contra nós; e emfim dar um caracter decidido á guerra, que até ali o não tinha.

Este plano era tão simples, e convinha tanto ao Directorio que precisava fazer alguma cousa que o podesse acreditar, que eu me apressei em o apresentar, receoso de que alguem me previnisse. O meo plano não teve, com effeito, contradicção, e eu fui nomeado general em chefe do exercito de Italia.

Parti, por conseguinte, para o hir commandar. Elle tinha recebido alguns reforços do exercito de Hespanha, e compunha-se então de cincoenta mil homens, que eu achei desprovidos de tudo, a excepção da boa vontade. Eu hia ver o que elle era capaz de fazer. Logo passados poucos dias, depois que cheguei, ordenei um movimento geral sobre toda a linha, que se estendia desde Nice até Savone. Era isto nos principios d'Abril do anno de 1796.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 491 do No. antecedente.)

CAPITULO XXVIII.

Chegada as agoas de Pyrmont.

Roza entretanto continuava em sua viagem, pensando sempre em Luiz. Ella ouvira hontem a noite a sua voz, e a sua conversação com o estalajadeiro d'Aguia. Ella se havia chegado a janella para ver se descobria alguma cousa. Percebêra somente, que Luiz perguntava a que horas partiaõ as damas, e o estalajadeiro responder, que as oito da manham. Ouvio depois uma grande contestação, de que não pode comprehender o motivo; por quanto sua tia vendo-a levantada, lhe disse: Roza, que fazes erguida? Vem-te deitar. Fexou-se no entanto a porta da estalagem; e tudo ficou em silencio. Um momento depois, Roza ouvio passadas ligeiras de alguém, que subia—Hé elle! Abrio-se um quarto ao pé; ella sentia o ranger do Leito, e não duvidou, que fosse o seu querido Burckard. Na proximidade do seu amante, não lhe foi possível dormir. De manham mui cedo, se tornou a abrir a porta visinha. Roza saltou fora da cama com tanta vehemencia, que a tia e prima acordaraõ sobresaltadas. Levanto-me, disse ella. E para que encommodas os outros, logo que te levantas?—Roza vestia-se á pressa, cantava, e ria.—Mas rapariga! Roza, estas douda?

Ah, tia! exclamou ella com os braços estendidos, e olhos scentillantes, estou-me vestindo.

Levantada, e vestida que foi, Roza não poudo ficar no quarto. Roza desceo, subio a escada muitas vezes, fez tanta bulha, que a tia sériamente enfadada lhe disse.—Roza: que loucura te deo hoje? Roza não tinha socego. Ella fora, ella dentro!—Mas Roza?—Tia, vou só uma vez. Ouvio fallar, correu e deixou a porta taõ aberta, que a tia, e prima foraõ obrigadas a fexar as cortinas.—Porem, meu Deus, Roza?—Tia, ouvi gente. E hé por isso que deixas a porta aberta? Que te emporta quem hé? Roza entrou confusa, menos pelo seu estouvamento, que por ver frustradas as suas esperanças.—Veio o almoço, Roza tomou café sem sentar-se. Ella entrouxava a sua roupa de dormir, e lançou o seu lenço na chicara de café da prima: tia, quem vem lá? dizia estremecendo acada toque do relógio, porque se aproximava a hora da partida. Finalmente Luiz não vinha. Ella não poudo esperar mais; desceo e procurou fallar ao estalajadeiro.—Senhor patraõ, lhe disse ella com timidez e bom modo; onde está o senhor, que perguntou hontem a noite por nós? Dizei-lhe que nós vamos partir; ouvis, meu bom patraõ? Hé um parente nosso. Bem sei, bem sei, de quem fallais, respondeo o estalajadeiro, que não queria ser incivil com taõ cortez e polida senhora—Não foi elle, que dormio no quarto ao pé de nós?—Sim, justamente . . . mas elle . . . já partio. Elle sabe porem que nos devemos partir as oito horas? Hé o que eu respondi; e lhe me disse, que se tivesse tempo, voltaria a ver-vos. Foi fallar com alguem na villa. Mas elle ninguem conhece aqui. Entaõ, foi de certo passear. Passear! repetio Roza suspirando, e sobio outra vez.

Vieraõ os cavallos, e Luiz não veio : pagou-se a conta, e Luiz não chegava.—Entaõ Roza ! O teu chále !—Ai minha rica tia ! Roza suspirou, e olhou para ella com tristissimo semblante.—Avia-te. Porque esperas ? Hes uma tonta. Roza pegou no chále, como se elle fosse de chumbo.—Abrio-o devagar, pô-lo nos hombros, levou tempo em arranjalo, e poz-se a janella a olhar tristemente. — A prima impacientada tomou-lhe o braço, e descêraõ ambas a escada. Havia um pobre no patamal—Roza parou, e por-se a buscar n'algibeira ; nada podia achar.—Entaõ, quando acabas ? exclamou Madama Rehberg—ahi vou ; quero dar alguma couza a este pobre . . . De nada estas demoras serviram. Cumprio montar na carruagem, sem que Luiz chegasse.—Tia, exclamou Roza, dizei ao cocheiro, que toque a trombeta.—Paraque ? —Gosto de a ouvir tocar. Ella olhava de continuo pelo postigo do coche, já de um lado, já d'outro. Finalmente, renunciando a esperança de velo, poz-se n'um canto do coche, e se enfiava nos pensamentos com Luiz, com a tia, com a prima, e com todo o mundo ; não dizia palavra, não olhava, excepto se ouvia algum cavallo. Entaõ deitava fora a cabeça com tanta pressa, que sempre lhe cahia o tôcado. Pobre rapariga ! Elle não vinha—tambem não ficou elle descansado na sua estalagem encantada, durante que ella se impacientava por ve-lo, e o praguejava no seo interior.

Sem poder achar socego em suas reflexoens, umas vezes mostrava ella no gesto melancholia, outras indignaçãõ.—Entanto Luiz voava pelo caminho de M—chegou a Aguia.—Já partiraõ as damas ? as oito horas.—Para onde ?—Pela estrada da posta visinha. Uma das damas per-

guntou por vós.—Como?—Sim: disse que vos esperava. Hé possível? Qual d'ellas?—A mais moça.—Uma que ouvi se chamava Roza.—Jaques, Jaques, exclamou Luiz. Vamos depressa! Gallopáraõ continuamente até a posta proxima. A mesma pergunta, e a mesma resposta, excepto que o estalajadeiro não poudé dizer para onde tinhaõ hido.—Luiz continuou a correr com o mesmo ardor, achou alguns vestigios da passagem de Roza, mas logo os perdeu totalmente. Chegou assim fatigado, e moido a ultima posta.

As duas damas de B—— já lá se achavaõ. Luiz foi cumprimentalas; e narrou-lhes todas as circumstancias do seu infortunio. Mas não sabeis pouco mais ou menos, onde estas damas pertendiaõ hir? disse uma d'ellas.—Aos banhos; mas não sei a quaes.—Nesse cazo, não podem ser senaõ os de Pymont. Vossos cavallos estaõ cançados: se a nossa sociedade vos não desagrada, aceitai um lugar na nossa carruagem, e mandai vosso creado seguir-vos com os cavallos.—Luis acolheo gostoso esta proposição. Partio a noitinha com as duas damas. Passáraõ uma noite em caminho, e no outro dia chegáraõ a Pymont. Durante a viagem, as duas damas procuráraõ dissipar a melancolia, e inquietação de Luiz, rindo, e cantando; mas debalde.—A sua inquietação permanecia. Quasi ao pé de Pymont se poseraõ as damas a consultar perante Luiz, debaixo de que relação com elle deviaõ entrar na cidade. Escutai, Senhor Burckard, disse uma, vós passareis por nosso primo: habitaremos na mesma estalagem e assim teremos a vossa protecção—Luiz ficou contentissimo com este arranjo; e foi posto na lista dos visitantes dos Banhos (segundo a pratica em taes lugares)

da maneira seguinte:—“Chegado, hoje, o Senhor L. Burckard, e as Senhoras *Dupuis* de Elberg. Habitaõ na *arvore de ouro*.”

Luiz, com olhos scintellantes, foi logo ler a lista, correo-a toda; e não achou o nome de Roza, nem de Madama Rehberg. As duas primas lhe nutriraõ a esperança de que as damas ou não tinhaõ ainda chegado, ou tinhaõ vindo debaixo de outros nomes, não querendo talvez ser conhecidas. Com effeito assim era; Madama Lauter, a mãe do joven conselheiro, tinha hido esperar Madama Rehberg, á posta visinha, e todas cinco se achavaõ inscriptas debaixo do nome de Madama Lauter e familia. Roza nem por isso folgou muito, que a velha conselheira a distinguisse tanto; nem reparou nos grandes cumprimentos, com que o joven Lauter a recebeu a entrada de sua caza: ella não vio, que era a deusa do festim, que ali se lhe tinha preparado. Ella só tinha Luiz na cabeça; só nelle pensava, se elle viria a Pymont, se a descobriria. Assim quando o conselheiro estava com Roza a janella, e lhe apertava ternamente a mão; ella innocente, como um cordeiro, sem a retirar, surria, e o ar de amisade, com que o acolhia, era interpretado como expressãõ de reciproco sentimento. As mãens se acenavaõ, riaõ, cochixa-vaõ; e a pobre Roza de ordinario não escutava o que o conselheiro lhe dizia. Ella tinha olhos, ouvidos, e pensamentos todos empregados na voz, e na figura de Luiz. Ella arrancou sem cerimonia das maõs da tia a lista dos estrangeiros chegados a Pymont, ouvindo que os nomes de todos se inscreviaõ n'ella; leo-a com sófreguidão, e não encontrou o nome de Luiz. —Leo tambem a da manham seguinte—“O Senhor Burckard d'Elberg. O seu rosto se inflamou todo.” As Senhoras Dupuis! isto a

sobre saltou. Quem são ellas? disse comsigo. Depois com tocante affabilidade rogou em segredo ao conselheiro Lauter, que indagasse, e lhe dicesse as escondidas da tia, quem erão aquellas duas damas. Lauter, cheio de prazer, tendo uma incumbencia de Roza, foi, correo, perguntou, informou-se, e voltou ao meio dia. Fez signal a Roza com animado semblante, que expressava a sua satisfacção de merecer a confidencia de Roza.

Roza correo para elle.—Então, Senhor Lauter, sabeis quem são?—As duas damas não são dignas de que o seu nome seja pronunciado por labios tão innocentes, como os labios de Roza.—Meu Deos! como assim?—são duas . . . duas . . . n'uma palavra, são o escandalo do seu sexo; são duas torpes e dissolutas mulheres.—Roza ficou branca como a cal.—Senhor que dizeis? Isso não hé possivel: então . . . nada, isso não pode ser. Isso fôra abominavel. Vós, oh alma innocente, não conheceis o mundo. Parece-vos impossivel, por que julgais pela vossa innocencia. Mas hé verdade—tenho exactas informações. Todos os officiaes que aqui estão, conhecem há muito estas duas mulheres.—Mas, senhor concelheiro, podem ser outras Dupuis!—São as mesmas. Encontrei-as no passeio: e já fizeraõ a conquista de um mancebo selvatico, que no caminho encontráraõ. Elle vive com ellas na mesma estalagem, passa por seu primo, e as mantem. Não posso enganar-me; porque apenas apparecêraõ no passeio, foraõ rodeadas de uma chusma de officiaes, que renováraõ seu antigo conhecimento. Olhai, la vem ellas! Roza pos-se a tras da gelosia, e vio, oh dor! vio as duas damas, uma pelo braço de Luiz, e outra rodeada de uma chusma de mancebõs. Roza cerrou as maons. Oh Deos! disse ella; e uma

verdadeiramente inflamada, queimadôra, uma do coração partido brotada lagrima lhe correu pela face. Oh Deus!

Neste momento, entrou no quarto a patrôa, onde estava Roza a janella com o conselheiro. Não achais bella esta vista? rica Senhora? Sempre d'aqui há que ver. Roza seguia com sua dor ardente o querido joven. Oh la! continuou a patrôa; as Dupuis já de volta! Como vem casquilhas! Muitos pagarão para o seu bolcinho. Roza cobrio os olhos com as maons. Oh Deus! exclamou terceira vez; e uma torrente de lagrimas lhe corria pelos dedos abaixo. O Conselheiro estava pensativo. Deus! que bello coração! Nada mais sabia. . . tomou a mão de Roza, e a unio a seos labios, depois de lhe perguntar o que tinha — Roza nada respondeu, desmaiou, e achou-se tam doente, que foi preciso deitar-se. Todos rodeárao seu leito, para lhe fazer companhia; e ella antes quizerá sosinha entregar-se a sua dor. Desejava qual infante, a vinda da noite, para ficar so. Mas não dormio um minuto. Ah! elle me deixou partir, sem me ver, exclamava ella, e escondia de raiva e dor as encendidas faces no travesseiro. Ella ignorava mesmo, se o que sentia por elle, era aversão ou amor. Oh Deus! exclamou, e devo eu amar este homem? O desasocego a fez saltar fora da cama, e na profundidade da sua dor, da sua compaixão, do seu despeito, e do seu amor, se prostrou de joelhos no quarto; e orou a Deus, para que salvasse o perdido, e desgraçado Luiz. He possivel, exclamou ella, outra vez, que elle ainda me amé! Como pode elle ouzar a pôr ainda os olhos em mim! Assim passou ella a noite entre as tempestades do amor, da raiva, da piedade, e do ciúme.

Na manham seguinte, Madama Rehberg, sua

filha, e a Conselheira voltavaõ a caza do passeio. Com turvado semblante veio a prima ter com Roza, ainda doente na cama. Sabes, querida Roza, quem ca está? O teu antigo amante. E gara amiga, pondéra em que companhia? Com duas detestaveis mulheres! Roza, cumpre que escrevas sobre isto á tia Seeburg. Hé impossível, que o pay de Luiz soffra tal. Hontem, brigou elle com outro libertino . . . Deus! eu tremia só de imaginar, que elle nos visse, e viesse fallar-nos. Eu e *maman* corriamos, pois que o feio inimigo vinha a tras de nós. Felismente não nos apercebeo. Havia muita gente a roda d'elle; e faziaõ grande bulha. Receio que fosse outra pendencia.—Roza se petrificava de horror, e parecia quasi defunta.

CAPITULO XXIX.

Comportamento de Mulheres astuciozas. Duello singular.

A prima tinha razão. O que ella disse era fundado na voz publica. O facto era verdadeiro; mas os motivos diversos. Na estalagem encantada de B—— tinhaõ as duas lindas irmans já formado projectos sobre Luiz. Meu âmo hé de uma bondade extrema, e immensamente rico, lhes dizia Jacques. O accazo as favoreceo, procurando-lhe a companhia de Luiz. Alem disto, ellas presenciáraõ que este joven trazia uma grande bolça cheia de ouro. Na mesma noite, em que chegáraõ a Pymont, poseraõ em practica todas as artes da sua refinada subtileza, para excitar a sensibilidade deste mancebo; mas com pasmo seu viraõ pela primeira vez, que um

mancebo rico, vigoroso, tinha uma pureza tal de costumes, uma tam delicada sensibilidade, que nem mesmo suspeitava os embustes, que lhe teciaõ.—Era a mais moça que ambicionava a conquista do joven: ella se vestio da maneira a mais elegante e attractiva; mas seos artificios eraõ baldados. Luiz conservava-se frio, e insensivel, quando no calor da conversaçãõ, ella com a sua mão macia apertava a d'elle, e lha chegava ao seio palpitante. Os olhos lascivos e concupiscentes, que ella lhe lançava, era como se cahissem sobre uma estatua.—Mas meu Deus! Senhor Burckard, dizia ella, achando-se so com elle, e apertando-lhe a mão ternamente. De certo, nós temos grande confiança em vós. Viajámos sós com um homem tam gentil e tam moço. Pernoitamos na mesma estalagem; vivemos debaixo do mesmo tecto presentemente. . . . Os nossos quartos se tocaõ; vimos ao vosso com os vestidos de cama. . . . Vede a imprudencia de minha irmam; fõise deitar, e deixou-me só com vosco no meio da noite. De certo, isto hé confiar muito

Oh não, disse Luiz, de um tom mui serio. Seria preciso ter uma alma mui vil e corrompida, para abusar de tam bella confiança, para conceber mesmo um pensamento ultrajante. Crede-me, cara prima; eu não sou despresivel, e abominavel até esse ponto. Podeis estar tranquillã a esse respeito.—Sim . . . Mas que pensarãõ de nos? São todos os homens tam . . . virtuosos, como o nosso primo Burckard.—Assim hé: eu já vos propuz separar-me, e vós não consentistes.—Hé verdade, replicou a Dupuis, que emporta finalmente o que diz o mundo? Não sois vós o nosso querido primo? Não hé assim, querido Burckard? Nisto, lançou-lhe os braços e apertou-o com ternura ao seu seio. Luiz ria: sim, eu o

serei ; se isso pode fazer a vossa segurança.—A nova Circe retirou-se, desconcertada em seu plano ; e confessou a sua irmam, que um tal joven era ave rarissima sobre a terra. Confiáraõ todavia no tempo, e na oportunidade.

Na manham seguinte, correo Luiz ao passeio, a ver se encontrava Roza, e não a vio. Havia ainda pouca gente. Era cedo. Elle esperou com paciencia. Vieraõ chusmas, e Roza não vinha. Finalmente, apparecêraõ suas bellas primas. Foi para ellas, e passeava com ellas. Uma caterva de mancebos as rodeava. A mais moça, que tinha sempre o braço de Luiz, lhe dizia ao ouvido, que eraõ conhecidos seos do anno passado. Elles lhe eraõ desagradaveis, acrescentava ella, e apertava a mão de Luiz. Luiz, que nunca tinha estado em lugar de Banhos, nada achava de extraordinario no que via. As duas damas foraõ finalmente para caza, e Luiz ficou até ao meio dia. Toda a gente sahia para jantar, e elle foi tambem jantar n'um café ; porque esperava ali ouvir fallar de Mad. Rehberg. Nada ouvio. Depois de jantar, foi para caza, afim de escrever a seu pay. Ouvindo rir, e galhofar no quarto das primas, entrou.

As duas primas tinhaõ companhia. Eraõ dous mancebos de bom humor. No momento, em que Luis abrio a porta, ambas se levantáraõ, e vieraõ para elle. Ah ! bom dia, primo !—Bem vindo ! disse a mais moça, e sentou-se ao pé d'elle. Luiz perguntou-lhe em segredo, se nada sabia de Madama Rehberg.—Nisto, a outra irmam, que estava a traz d'elle gritou,—accomodai-vos ! deixai-me !—Luiz olhou, e vio que um dos mancebos agarrava a outra irmam, e a queria assentar no colo. Deixai essa dama, Senhor, disse Luiz com tom imperioso.—Que vos emporta esta dama ? respodeo rindo o mancebo.

—Vós estais em minha caza, Senhor.—E que tem isso?—Deixai-a, vos repito!—Não quero!—Não, exclamou Luiz? Sahi já no mesmo instante, quando não, vos lanço pela porta fora.—Como? a mim? pela porta fora? Sabeis com quem fallais? Aqui chegou-se para Luiz. Este o agarrou, e hia empurra-lo pela porta fora. O companheiro acodio.—Eis grande motim. As damas gritavaõ; veio o patraõ; mas já Luiz tinha posto ambos a emporroens pela porta fora!—Vamos, exclamou um delles; mas não-lhe hade valer a força. Estupido ciumento! Hade pagalo.

Como relampago, correo logo esta noticia de boca em boca:—Os dous Senhores de — foraõ hoje postos fora de caza das Dupuis por um seu adorador.—Mas quem hé esse mancebo? perguntavaõ. Ninguem o conhecia. Hé um tal que passa por seu primo.—Na manham seguinte, apenas Luiz appareceo no passeio, foi logo rodeado de gente. Eilo lá esta! diziaõ de toda a parte, apontando com o dedo. De repente, chegáraõ os dous offendidos cavalheiros, acompanhados de varios amigos. Quem sois vós? disse um dos dous, acezo de colera—Luiz, sem mover-se, disse tranquillamente—O meu nome hé Burckard—Vós insultastes-me hontem.—Eu? Tal não há. Puz-vos somente pela porta fora.—Como? com mil diabos! e não hé isso um insulto?—Chamai-lhe como quizerdes, isso não me emporta—Vós me deveis uma satisfação.—Nada vos devo, mais que a advertencia que vos dei, de não molestar aquellas damas, quando não tereis que fazer comigo.—Pois bem! Quero ter que fazer com vosco. Vinde comigo.—Aonde?—Ao bosque.—Para que?—Para vos baterdes comigo.—Já hontem vos bati, respondeo Luiz friamente.—Oh raiva! Vinde já.—Não quero.—Não que-

reis? Pois declaro-vos um indigno, um cobarde. Fazei o que quizerdes.—Hei de dar-vos uma bofetada.—Sereis zurzido.—Por quem? Por mim.—Ouvi, não me tracteis de bagatella, vinde, quando não, tomo estes senhores por testemunhas, e vos declaro o maior cobarde, que existe sobre a terra. Vos sois tanto, disse Luiz, rindo. Declarai muito embora que eu sou um cobarde; não o serei por isso.—Então aconselho-vos, disse um dos espectadores, que deixeis Pymont.—Porque?—Não soffremos cobardes entre nós.—Senhores, disse Luiz, vós paraceis ignorar o facto. Este senhor veio hontem a minha caza. Começou a insultar uma senhora de bem, que está debaixo da minha protecção. Roguei-lhe, que se accommodasse. Não quiz. Eu o puz pela porta fora. Eis aqui toda a historia. Pergunto, se algum homem viesse a vossa caza, e insultasse filha, espoza, ou senhora alguma da vossa amizade, e pozesseis tal homem porta fora; serieis por isso cobardes?—Não. Mas deveis dar satisfacção a quem vo-la pede.—Ora, queixe-se lá como quizer.—Adeus, meos Senhores.—Não sahis daqui, disse o agravado mancebo, não sahis d'aqui, sem me dardes uma satisfacção formal.—De que? De me haver posto pela porta fora.—Voltai outra vez, far-vos hei o mesmo, senão preferirdes hir pela janella fora.

Neste momento, um dos mancebos investio com Luiz por deante, outro agarrou-o por de traz; mas com dous sócos elle se desengalfilhou dos que presumiaõ seguralo; e vendo que um d'elles puxava da espada, arrancou a de um official, que se achava ao pé d'elle, chegou-se para uma arvore, e disse: o primeiro que se mover, morre. Nisto, se aproximou um velho, que era pay d'um dos dous agravados.—Quem

faz aqui tanta bulha?—Esse extravagante, que teve uma disputa aqui com o Senhor vosso filho, respondêraõ alguns dos que ali estavaõ.—Este senhor hé vosso filho? disse o joven Burckard.—Sim, Senhor.—Luiz poz-se entaõ a contar-lhe o succedido em poucas palavras; mas ficou admirado quando o velho respondeo.—Naõ hé n'um passeio publico, que taes querellas se accomodaõ. Vós conheceis as leis. Hé n'outro lugar que se decide todo o cazo de honra. Como! exclamou Luiz; chamais vós isto um cazo de honra?—Certamente. Vós insultastes meu filho, e deveis dar-lhe a satisfacção que vos pede—de o encontrar no bosque visinho.—Com mil vontades, replicou Luiz. Chegados ao bosque, n'um lugar competente ao fim projectado, obrigáraõ a Luiz apegar d'uma espada. O mancebo, filho de — tirou a sua, e exclamou, defende-te, cobarde. Luiz, em menos de cinco minutos, desarmou o seu adversario. Os espectadores gritáraõ—bravo. Um official que estava presente, disse em voz alta: Nunca vi brigar com tal destreza, e sangue frio. Miseravel! exclamou Luiz, para o seu antagonista; quem me estorvaria de agarrar-te e conduzir-te á um magistrado?—A um magistrado! e porque? perguntou um dos officiaes.—Porque? disse Luiz com vehemencia. Naõ me expoz este insensato a commetter um homicidio? Se eu soubesse jogar menos as armas, telo-hia poupado, como fiz? Como infame deve ser uma vida, que se poem na ponta de uma espada! Dizendo estas palavras, os seos olhos lampejavaõ de colera e aversaõ.

Mas, senhor, replicou o official, vós o obrigais a pelear de novo. Sois de certo um homem singular. Brigais, como um diabo, fallais como se vivesseis de duellos, e olhais o duello como assassinato!—Se este mancebo vos dezafiasse á

pistola, de que vos serviria a superioridade nas armas?—Este cobarde, brigar á pistola! disse Luiz com desprezo.—Sim, disse o outro irritado desta lingoagem. Vinte vidas que eu tivesse, as arriscaria contra este insolente. Devo eu deixar-me escarnecer? Vós dizeis que me poupastes. Bem. Aqui estão pistolas. Luiz tomou uma das pistolas sorrindo. E que-reis, disse elle, expor-me a um assassinato certo? Olhai, mostrou-lhe um ramo d'arvore a quarenta passos, apontou, deo fogo, e fez saltar pelos ares o ramo da arvore. Todos admiráraõ a certeza do tiro. O mancebo que blazonava, estremeceo, não quiz mais despicar a sua afronta, e se foi escapulindo. Cada um se retirou. Dentro de uma hora, este duello singular, occasionado por uma das Dupuis, era o objecto de todas as conversações.

A noticia chegou aos ouvidos de Roza por uma creada de Madama Rehberg: Roza a ouviu palpitando, e com as lagrimas nos olhos. Sim, dizia a creada, M. Burckard tem duas amigas; e acaba de ter por ellas dous combates, um de espada, e outro de pistola. Grand Deos! exclamou Roza, levantando os tristes olhos para o céu: Primeiro, infiel, e depois assassino!—Grande Deos! acrescentou, sem duvida estas mulheres devem ter sido maltractadas . . . Nada disso, rica senhora,—lá estão mui frescas no passeio com Mr. Luiz. O que mais faz rir o publico, hé que estas mulheres de tal sorte haõ sabido illudir o pobre moço, que elle as tem pelas mulheres mais honestas e virtuosas do mundo. Ah! se seu pobre pae soubesse tal!—Cada palavra da creada era um punhal, que atravessava o coração de Roza. Hé possivel, dizia ella, assim patentear a sua vergonha! passear em publico com taes mulheres! Hé este o mesmo Luiz, o bom, o virtuoso Luiz, nos dias felizes da

nossa infancia!—Deixou rapidamente a creada, foi para o seu quarto, atirou consigo sobre uma cadeira, cobrio os olhos com as maons, e logo se tornou a levantar. Não! disse ella altamente, tu poderias estar annos a meos joelhos, monstro odioso, e nunca obterias o teu perdaõ! Poderias supplicar-me toda a vida um riso, uma só palavra, que te salvasse debalde supplicarias! Nisto levou a mão ao seio, como se sentisse uma grande dor. Pranteou, gemeo, e sentio, apezar de toda a raiva, que ainda amava o indigno. Ah! se daqui longe! Deus! se elle abandonasse estas abominaveis creaturas! Ellas o seduziram; elle não era assim! Elle . . . No mesmo instante lhe occorreo Luiza, e a creada da Conselheira Reiss.—Sim! Elle hé tam detestavel como ellas! Quem sabe, se hé elle quem as seduzio!—Envergonhava-se comsigo, que a tia e a prima soubessem, que ella havia tido relações tam estreitas com homem tam dissoluto. Com prazer se hia pois affastar de um homem, cuja infamia seria a punição da sua sensibilidade.

Luiz era objecto da curiosidade de quantos se achavaõ nos banhos de Pyrmont. Um mancebo de vinte e um annos, que tinha duas amigas, que montava soberbamente a cavallo, que brigava com intrepidez, quer fosse com espada ou pistola, sem fazer caso de taes vantagens; além disso, com uma figura interessante, e com a elegancia de Adonis, unida á robustez de Hercules; de mais nada carecia para fazer a admiração geral, e principalmente das damas. Só as duas primas hé que não estavaõ contentes com elle. Sua sizudez, sua leal franqueza eraõ cousas novas para ellas; e o que mais sentiaõ era, que a sua presença lhes tinha espantado os seos numerosos adoradores. Sua habitação se tinha tornado tam

casta como o templo de Vesta. Tendo enfim perdido as esperanças de desmamar Luiz como ellas diziaõ, ou mais depressa, de o entontecer, lhe propozêraõ separar-se, com o pretexto de que tam grande intimidade dava que fallar ao mundo. Luiz accedeo sem repugnancia, e ordenou ao seu creado, que passasse os seos trastes para outra estalagem. Nessa noite mesmo, as duas Alsacianas ficaram livres do seu valente cavalleiro.

No dia seguinte ouvio Luiz fallar indirectamente de Madama Rehberg. Fez indagaçoens, e a final conseguiu descobrir a morada da querida e inconstante Roza. Foi immediatamente procurala. Ella o recebeo friamente, mas a tia, e sua filha o acolhêraõ com affabilidade. Ficáraõ por extremo surpresas de ouvir fallar este gentil moço, que tinha a fama de um libertino, e fallava como um livro de moral. Ellas atribuiram a sua lingoagem á hypocrisia, e dissimulaçaõ.

Infelizmente, não teve tempo o nosso heroe de se explicar com a sua amada, cuja partida estava irrevogavelmente determinada para dahi a dous dias. Deo-se na vespera um grande baile. Luiz foi a elle, mas bem depressa se enfadou de ali estar. Não sabia dançar, e conservava-se na innaçaõ, com grande desprazer de algumas damas, que dezejariaõ ligar conversaçãõ com este singular mancebo. Elle estava a ponto de sahir, quando deo com os olhos n'uma mulher que estava a porta, cujo ar annunciava uma simples camponeza, e que de quando em quando enxugava os olhos com um lenço. Contemplando-a com attençaõ, elle notou, que ella fitava um certo Senhor Camarista, sentado a uma meza de jogo; o qual de tempos em tempos olhava tambem para ella com todas as demonstraçoens de colera. Finalmente o Camarista se

levantou, veio a porta, e disse a esta mulher. Retirai-vos, já vos disse as minhas ultimas proposicoens. A manham será já tarde. Ceos! exclamou a pobre mulher, derramando uma torrente de lagrimas, e escondendo o semblante. Ella sahio a passos lentos e atravessou o pateo. Luiz a seguio longo tempo, e perguntou-lhe porque chorava. Ella nada respondeo. Luiz continuou a segui-la, e a insta-la. Que vos magôa, minha querida may? perguntou elle com tom de voz brando. A mulher olhou para traz: oh! Deus! e foi andando. Ouvi, proseguio Luiz; aquelle Camarista—Sim, eu talvez vos possa servir, se me attendeis. A mulher parou outra vez, olhou para elle, e a banou a cabeça, como quem desconfiava. May, eu sou um homem de honra! Se outra pessoa, que não seja o camarista, vos pode valer, contai comigo. Ella suspirou profundamente. Ah! excellentissimo Senhor, se Deus assim o permitisse, eu vos agradeceria de joelhos. Eu não sou excellentissimo Senhor, minha boa mãy, mas sou um homem de bom coração. O meu nome hé Burckard. Mãy, permitti-me, que vos acompanhe a casa. Ella consentio a final que Luiz a acompanhasse a sua casa, para ouvir a narraçãõ dos seos infortunios; do que daremos conta no capitulo seguinte.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Progreso das Sciencias Physicas no anno de 1816.

(Continuado da pag. 508, do No. LXXII.)

Hé bem diverso o modo como o veneno do antshar opera nas aves:—as galinhas por exemplo tem uma tão singular virtude de resistir aos seus effeitos nocivos, que ferindo-se uma, e introduzindo-se-lhe o veneno, só veio a morrer depois de 24 horas: e casos há em que chegam a recuperar depois de envenenadas.

O veneno, que se extrahe da outra arvore denominada tshettik produzio nas experiencias que com elle se fizerao, symptomas muito mais violentos e rapidos que o do antshar; e ataca tambem o systema animal de uma maneira differente: o antshar opera principalmente no estomago, no canal intestinal, respiração e circulação; o tshettik ataca o cerebro, e o systema nervoso.

Rumphius, que escreveu uma obra sobre a arvore oopas, assevera, que em pequenas dozes este veneno pode ser ministrado como remedio. Elle teve ao mesmo tempo a oportunidade de pessoalmente observar o effeito, que as settas envenadas produziao no corpo humano, taes como as usavao os naturaes de Macassar no ataque, que faziao contra Amboina no anno de 1650. Fallando da sua operação, diz elle, que apenas o veneno chega em contacto com o sangue, circula instantaneamente por todo o corpo de tal forma, que se sente em todas as veias, e produz um

excessivo calor com violentas vertigens, acompanhadas de desmaios e a morte. Os Hollelandezes depois de haverem perdido muitos dos seus soldados em Amboina e Macassar, acháraõ a final um remedio quasi infallivel na raiz do *crinum asiaticum*, ou como lhe chama Rumphius raiz toxicaria; a qual, em razão da sua violenta operação emetica, vem a destruir os perniciosos effeitos do oopas.

Em o Numero 4 do Jornal das Sciencias e Artes da Instituição Real de Londres vem uma interessante descripção do genero amaryllis, e suas mui numerosas e diversas especies. Talvez não haja no systema vegetal uma planta, cujo esplendor de efflorescencia seja mais conspicuo, que o da amaryllis. Na Gram Bretanha este genero hé inteiramente exotico; mesmo nas partes austraes da Europa não há muitas especies, e essas brilhaõ pouco pela sua variedade ou belleza; hé sim nos tropicos e nas suas vizinhanças que a natureza se esmera em nos apresentar as mais lindas e abundantes especies. O author da descripção, Mr. Joaõ Bellenden Kerr, não tem em vista neste seo papel offerecer novas descobertas, mas sim concentrar tudo quanto anda espalhado respectivo á esta mui bella planta; e fazer por conseguinte o seo conhecimento mais accessivel ao estudante. A ultima boa descripção de amaryllis e suas especies de que temos idea, hé a que se acha na obra de Willdenow, intitulada, *Species Plantarum*, publicada em 1799. Desde este periodo se haõ descoberto novas especies; e das conhecidas algumas tem sido mais bem descriptas, ou alteradas na sua classificação: tudo isto fazia necessaria uma nova historia desta planta. Mr. Kerr descreve não menos de 46 especies; numero este, que nos impede de as transcrever, e faz por tanto que

recommendemos aos nossos leitores leão o original.

Em o Numero de Novembro passado do Jornal de Physica por Delametherie vêm um papel com o titulo de *Recherches sur la Respiration des Plantes exposées à la Lumière du Soleil*, par Mr. Richland. O celebre De Saussure achou, que uma grande parte do oxygenio exhalado pelas plantas de dia, era derivado do acido carbonico existente na atmosfera, o qual era decomposto pelos corpos vegetaes expostos á luz solar; e que o carboneo, que resultava desta decomposição, servia para augmentar o volume da planta, quando esta carecia de outros meios de subsistencia. Saussure igualmente examinou com particular disvelo o modo como as plantas inspiraõ de noite o gas oxygenio, e o exalaõ de dia; e das suas observaçoens dedusio elle resultados favoraveis á opiniaõ que previamente havia suggerido sobre a decomposição do acido carbonico por meio da vegetaçãõ. Mr. Richland, porem, hé de parecer, que todos estes phenomenos podem ser por diverso modo explicados, e que nem hé necessario recorrermos a decomposição, que em geral se effeutua com tanta difficuldade. Julga elle, que a maior porçaõ de oxygenio, que as plantas exalaõ de dia, e que absorveram de noite, já está formada na mesma planta; e que a expiraçaõ do gas hé facilitada pela presença do acido carbonico, o qual hé absorvido e subsistue o lugar do oxygenio. Esta hypothese o induzio a fazer varias experiencias com o intuito de mostrar a influencia de varios acidos e outras substancias em facilitar a expiraçaõ do oxygenio por meio de corpos vegetaes. Nós vamos apresentar em uma taboa os resultados, que elle obteve, dando o producto medio de diversas experiencias. As folhas empregadas nas experiencias foraõ a do sabugueiro negro.

Mistura Liquida.	As polegadas d'ar que se obtiverão.	O ar puro que se sepa- rou.
Agua da fonte	4.7	0.47
Agua fervida por espaço de duas horas	1.5	0.34
Agua + acido sulphurico	7.0	0.31
Agua + acido muriatico.....	20.6	0.73
Agua + $\frac{1}{8000}$ acido muriatico	17.0	0.70
Agua fervida + acido nitrico	9.0	0.66
Agua + acido muriatico em lugar escuro ...	0.0	—
Agua + acido nitrico	17.3	0.65
Agua + acido acetico	24.5	0.79
Agua + acido carbonico, saturada até 12°...	7.2	0.45
Agua + acido carbonico, ditto, ditto, e misturada com $\frac{1}{2}$ da sua quantidade d'agua	22.0	0.76
Agua + acido carbonico, saturada até 12, e misturada com $\frac{3}{4}$ de agua distillada ...	24.0	0.78
Agua + ammoniaco.....	0.0	—
Agua de cal	0.0	—
Agua + carbonato de potassa.....	0.0	—
Agua + muriato de ammoniaco	6.5	0.51
Agua + acetato de potassa	3.5	0.30
Agua + nitrato de potassa	11.0	0.55
Agua + muriato de soda	4.7	0.36
Agua + tartrato de potassa	16.0	0.56
Agua + potassa	0.0	—
Agua + alcohol	1.2	0.21
Agua + chlorine	4.7	0.46
Agua + $\frac{1}{3000}$ de chlorine	3.5	0.36

Na precedente taboa, onde quer que a porção do acido não estiver declarada, fique entendido, que elle está para com a agua na razão de $\frac{1}{8000}$. Os saes foraõ usados na proporção de tres oitavas cada um ; porem Richland esquece-se de especificar a quantidade d'agua, que empregára nas experiencias.—Os meios eudiometricos, de que lançou mão para verificar a pureza do ar exhalado foraõ lava-lo com agua de cal, e analisa-lo com sulphurete de potassa. Das predictas experiencias deduz M. Richland as illações seguintes :—1°. Que os acidos de alguns saes promovem a respiração das plantas. 2°. Que em

lugares escuros elles acceleraõ a inspiraçaõ do gaz oxygenio, e expostos á luz solar augmentaõ a expiraçaõ do mesmo gaz, entretanto que em lugar deste a planta absorve o acido ou o sal.

Na obra intitulada, *Memoires du Museum d'Histoire Naturelle*, vem um papel sobre o genero *sclerotium*, escripto por M. De Candolle.—Esta memoria hé assas relevante, em rasaõ de versar sobre um assumpto de tanto momento, qual hé, o procurar descobrir a origem e natureza de uma doença, que ataca as diversas especies de graõs ; ficando as vezes o mais essencial deste, isto hé, o trigo por maneira tal viciado, que o seu uso tem trazido consigo consequencias mui nocivas á saude dos habitantes de varios districtos da Europa: assim conhecer a origem e natureza de uma tal doença, independente de augmentar os nossos conhecimentos, e satisfazer a nossa curiosidade, hé alem disso importante, visto ser já um passo que se dá para descobrir o remedio. O nome scientifico da doença hé *clavus*, e os Francezes chamaõ-lhe *ergot*. Por longo tempo se haviaõ os naturalistas esforçado por delucidar a sua natureza ; era contudo ainda um problema, que M. De Candolle tenta agora resolver. Elle julga ter provado, que esta doença, á semelhança das diversas sortes de ferrugem e mangra, procede de um cogumelo do genero *sclerotium*, ao qual elle dá o nome de *sclerotium clavus*.—O author deduz as suas provas principaes de argumentos de analogia, visto naõ os haverem mais terminantes, em virtude do estado imperfeito de organisaçaõ em que se achaõ os membros deste genero ; e as nossas ideas sobre a materia serem por conseguinte algum tanto imperfeitas.

Os esclerocios, dos quaes se háõ enumerado 30 especies, saõ pequenos corpos solidos e

fungosos, de uma forma geralmente redonda, oval, ou alongada, porem variavel; a sua substancia interior hé dura, algumas vezes um pouco carnosa, outras vezes quasi tão dura como pau; sempre branca ou esbranquiçada; e sem ter as veias que produzem aquella apparencia de marmore que observamos na parte carnosa das tubaras; a sua pelle hé macia no principio, porem muitas vezes áspera estando mais crescida; hé geralmente negra, algumas vezes de uma cor de purpura escura, amarella ou branca; e varias especies há em que a pelle está coberta de uma sorte de pó da mesma cor da superficie.

De Candolle, em opposição ao parecer de M. Tode e Persoon, classifica o genero esclerocio entre *Elvelia* e *Clavaria*, em razão de pertencer á familia dos fungos, que tem os orgãos não internos, mas externos, de reproducção. Os caracteres, que o distinguem de clavaria são mui poucos, e consistem geralmente em ter uma forma quasi sempre simples, em ser mais oval, e, menos alongada; e em não crescer exactamente em uma direcção certa; tambem a duresa, e solidez da parte carnosa concorre muito para distinguir os esclerocios da maior parte das clavarias.

Os esclerocios, bem como as clavarias, se achão em mui diversos sitios. Alguns são subterraneos e crescem em raises de musgos; muitos nascem em lugares humidos e amparados da luz; e outros se achão na superficie da terra, porem debaixo dos restos que ficam do alimento dos gados. Uma especie se approxima muito á natureza de planta parasita; e cresce em Alemanha nas couves, que se preservão debaixo da terra para o inverno; observa-se que sempre nasce dos nervos do vegetal. A maior parte das especies nasce das folhas e ramos que começam

a apodrecer, e parece destinada a acelerar a sua destruição. Algumas somente se observão nas folhas murchas das arvores; outras crescem na casca das frutas ou no receptaculo de flores compostas; e varias no interior de vergontes fistulares: a final algumas há, que vivem nas folhas viventes dos vegetaes, semelhantes ás verdadeiras plantas parasitas, isto hé, crescendo debaixo da epiderme. Entre as parasitas, de que temos idea, os esclerocios parecem ser daquellas, que menos influem na saude geral da planta: todas as especies (exceptuando talvez *sclerotium cyparissiae*) se desenvolvem já depois da planta, á que ellas estão unidas, haver acabado de dar flor; e raras vezes modificaõ a forma, ou impedem a maduração da semente.

O esclerocio *clavus* ou *ergot* hé uma excrecencia alongada, que occupa o lugar da semente no casulo do centeio, e outros mais grãos. Semelhante á maior parte dos esclerocios hé uma producção parasita;—cresce, como elles, sobre a planta vivente, quando esta principia a murchar; e tem igualmente um sitio particular onde nasce.—Algumas especies existem, nas folhas, talos, receptaculos, e frutos; assim não hé extraordinario, que haja uma que tambem nasça dentro do casulo da semente: ainda maior diversidade de posição observamos nós examinando as varias especies das plantas parasitas *uredo* e *puccinia*. Quem olhar attento para um *ergot* perfeitamente formado, achará as mesmas propriedades, cor e figura, que caracterisaõ os esclerocios; a sua substancia carnosa hé firme, branca e compacta; a sua superficie tem uma escura cor de purpura; em uma palavra a sua apparencia tão semelhante hé á dos esclerocios *compacto* e *stercoracio*, &c. que ninguem que os tiver observado juntos, poderá negar haver entre elles grande analogia.

A sua forma hé cylindrica; varia em comprimento de 4 até 12 linhas, e em grossura de 2 até 4 linhas; hé as vezes erecta, mas pela maior parte encurvada,—qualidades estas que tambem se observão nos verdadeiros esclerocios.

(Continuar-se-ha.)

P O L I T I C A.

REINO DO BRAZIL.

(Extractos dos Gazetas do Rio de Janeiro, de 26 de Fevereiro, 1, 5, e 6 de Março, 1817.)

Entrada de Monte-Video pelas Tropas Portuguezas.

Pelo lugre *Maria Thereza*, que no dia 2 do corrente entrou no porto desta capital se receberam officios do Tenente General Carlos Frederico Lecor, Commandante da expedição destinada á pacificação da margem oriental do Rio da Prata. Participa o dito General, que sahira de Maldonado no dia 14 de Janeiro, e que havendo-se posto em marcha para Monte Video com as forças de seo commando, tendo combinado primeiramente os seos movimentos com o flotilha, de que era chefe o Conde de Vianna, encontrou no dia 19 á duas legoas e meia da dita Praça uma Deputação do Cavildo, a qual lhe

apresentou um officio desta Corporação. Neste officio mandava o cavildo offerecer ao General Lecor as chaves da cidade communicando-lhe, que assumira o governo della, tendo fugido precipitadamente para a outra margem do Rio da Prata, o Chefe Barreiros, delegado de Artigas, com a guarnição do seo commando; instava pela prompta entrada do seu exercito, tanto para cohibir os tumultos, e discordias intestinas, que se hiaõ suscitando, como para impedir, que não se executassem as recommendaçoes d'Artigas, acerca da destruição da praça e dos seos estabelecimentos. Em consequencia desta communicação, que o cavildo havia já feito tambem ao Conde de Vianna, o qual tinha apparecido á vista do Porto no dia 17, entrou o General Lecor em Monte Video, com as suas tropas no dia 20 de Janeiro as 11 horas da manhã, entre os applausos e vivas dos habitantes; e immediatamente elle mesmo foi em procissão acompanhado do cavildo e de todas as corporaçoes da cidade assistir ao Te Deum em acção de graças, que o cavildo havia mandado celebrar.

Naõ chegaraõ ainda relaçoens circumstanciadas do que se achou nos armazens da Praça, mas sabe-se que existiaõ no porto 1 Embarcação com petrechos de guerra, 3 Balandras do Arsenal da Marinha, 3 Prezas Portuguezas, das quaes ainda existe alguma carga. Encontraraõ-se na praça 12º peças montadas, 172 entre desmontadas, e arruinadas, alguma polvora, e muniçoens.

Para melhor se poder ajuizar da boa vontade, com que foraõ recebidas as nossas tropas, assim como da oppressão em que Artigas tinha aquelles povos, e do estado de inquietação, em que existiaõ, se transcreve aqui ultimamente o

que dizia o cavildo no officio de que acima se fez menção.—“ Nesta M. F., reconquistadora e benemerita cidade de S. Felippe e Santiago de Monte Video aos 19 dias do mez de Janeiro de 1817 annos, o Excellentissimo Cavildo, Justiça e Governo della, reunido em sua sala capitular, da forma que pratica em todas as occasioens, quando chamaõ á sua attençaõ assumptos de interesse publico, e servindo de Presidente o Snr. Alcaide de segundo voto D. Joaõ de Medina, na auzencia do primeiro voto D. Joaõ Joze Duran, e assistindo o Cavalleiro Syndico Procurador Geral da Cidade, D. Jeronimo Pio Vianqui, este principiou a fallar, e fez proposta sobre a adopçaõ dos meios, de que compriria lançar maõ depois da sahida da força armada, que opprimia o districto, representando os desejos de paz e tranquillidade, que o povo tinha manifestado constantemente, e que fora obrigado a suffocar até agora, mas que visto estar livre daquella oppressaõ se achava no caso de declarar e demonstrar publicamente, se a violencia tinha sido o motivo de tolerarem Artigas, e de lhe obedecerem. Penetrado entaõ S. Ex. da exposiçaõ do Syndico, e feita a discussaõ, que exigia a gravidade do assumpto, accordaraõ unanimemente os Senhores, que compoem actualmente esta Corporaçã, que havendo deapparecido o tempo, em que a sua representaçaõ estava ultrajada, os seos votos despresados e constrangidos a obrar do modo, que determinava a força armada, vexados até pela mesma soldadesca, e obrigados a dar alguns passos, de que se teriaõ dispensado em outras circunstancias, deviaõ patentear os seos verdadeiros sentimentos, pedindo e admitindo a protecçaõ das armas de S. M. F., que marchavaõ em direcçaõ á praça. Convieraõ para esse effeito em encarregar ao Senhor

Alguacil maior D. Agostinho Estrada, e ao Senhor Cura e Vigario desta cidade D. Damaso Antonio Larranaga de conduzirem ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General em Chefe D. Carlos Frederico Lecor um officio do theor seguinte:—

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor;—O Cavildo desta Cidade de Monte Video acaba de reasumir a authoridade politica e militar, desde que as tropas da sua guarnição a desampararaõ, marchando para outros destinos. A municipalidade por tanto se acha á testa de um povo pacifico e absolutamente tranquillo, o qual bem longe de defender-se com o uso da força, deseja unicamente que chegue quanto antes o momento de ver-se amparado e seguro debaixo da protecção das armas Portuguezas. Com este objecto dirige o Cavildo á V^a Ex^{ca} a presente Depu-tação authorisada com plenos poderes, para que arrajando com V^a Ex^{ca} a maneira e forma, por que deve occupar esta praça, e ratificadas as condiçoens por esta municipalidade, passe V^a Ex^{ca} a occupa-la com a forças do seo commando para commum satisfacção.

Apezar de não haver constado officialmente ao Cavildo a intimação feita ao Governo sobre o motivo da guerra, chegou não obstante aos seos ouvidos, que o objecto de S. M. F. era restabelecer o ordem publica para segurança de suas fronteiras, e que pelo de mais affiançava a segurança individual de todos os habitantes desta provincia, e a inteira posse dos seos bens e propriedades ruraes e urbanas, dos seos estabelecimentos scientificos, e de todos os seos louvaveis usos e costumes. Se com este beneficio vier tambem o de libertar de contribuiçoens um districto empobrecido e exaustado, esta cidade reputaria completa a sua ventura á sombra de

taõ alto Protector. Taes poderãõ ser as bases das condiçoens favoraveis, que esta pacifica cidade espera, que lhe concedaõ.—Deos guarde a V^a Ex^{ca} muito annos. Monte Video, 19 de Janeiro de 1817.—Joaõ de Medina—Felippe Garcia—Agostinho Estrada—Lourenço Perez—Jeronimo Pio Vianqui—Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General em Chefe das tropas de S. M. F. D. Carlos Frederico Lecor.”

O General Lecor para mostrar, que estava de perfeito acordo com as proposiçoens do Cavildo, lhe fez transmittir o seo manifesto; e continuou a sua marcha, durante a qual se procedeu na sala do Cavildo ao acto formal da entrega, depois de lido o dito manifesto; o qual teve lugar na entrada da cidade em o dia seguinte como já se disse acima.

O General Lecor vai tomar as medidas mais fortes, e efficazes para dispersar a destruir alguns bandos de Artigas, que ainda infestaõ o paiz, e conseguido este objecto, brevemente a boa ordem e segurança publica hade succeder á oppressão e anarchia, que tem devastado por tanto tempo aquella fertil Provincia.

(Extracto da Gazeta Extraordinaria de Buenos Ayres de Sexta Feira, 17 de Janeiro.)

Conforme as ordens que se tem recebido do Soberano Congresso Nacional, se publicaõ os Documentos seguintes.

Excellentissimo Senhor;—Desde o momento, em que uma potencia forte só em razãõ das convulsoens, que agitavaõ o Estado, se apresentou em attitude de ameaçar a independencia do paiz,

e a integridade do territorio, os representantes que por si e por seos povos constituintes, tem consagrado ao arrimo de tão sagrados objectos sua vida, bens, e fama, não deixaraõ de tocar alguma mola das que podiaõ formar um dique poderoso contra a torrente, que ameaçava a ruina daquelles primeiros bens. As repetidas instancias feitas á V^a Ex^{ca} para pôr a terra em estado de defeza, e organizar forças respeitaveis naquelle ponto; suas ordens as Provincias para uma activa concurrencia a tão louvavel fim; instrucçoens dadas á V^a Ex^{ca} para seu comportamento neste negocio, e outras providencias dirigidas a estabelecer a ordem, e satisfazer a respeitabilidade do paiz, formaõ um corpo luminoso de provas do desvelo e esmero da soberania pela salvaçaõ ameaçada pelos povos da uniaõ; mas estas não lhe pareceraõ sufficientes, se cedendo ao imperio das instancias da justiça, e experiencia de todas as naçoens cultas, collocando-se á immediaçãõ de V^a Ex^{ca}, não obrasse na uniaõ das duas forças principaes motrizes e directoras do corpo politico, o meio mais efficaz de organiza-lo, fortifica-lo, e vivifica-lo com recursos mais poderosos; pronta combinaçaõ, ligeireira de resoluçoens, e uma vista rapida de todo o quadro da nossa situaçaõ, que se prometia trasladado á essa heroica capital. Em 23 de Setembro communicou á V^a Ex^{ca} e a todas as Provincias sua resoluçaõ de verifica-lo, e se a sancçaõ do regulamento e causas gravissimas, de que V^a Ex^{ca} está instruido, a tem retardado, os acontecimentos posteriores tem convencido a justiça e conveniencia deste procedimento, e elles obrando imperiosamente em V^a Ex^{ca}, o fizeraõ representar a 13 e 19 do passado que observa como um dos maiores riscos a causa publica a ausencia do concelho desta capital, e

que tão feliz como poderia ser sua presença á liberdade das provincias, lhe sera ruinosa a distancia em que reside. Sua vista e consideração sem occupado o Congresso por tempo de sette sessoens necessivas, findas as quaes os representantes, fazendo o sacrificio na maior parte de abandonar seus lares e interesses; consentindo em incommodos e perigos de uma estação atrazadora, e expostos á mil contrastes por obrar a salvação do paiz, declararaõ em sessaõ do primeiro do presente, que no dia 15 se suspenderiaõ as sessoens, e realisaria a sahida do Congresso a essa capital no 1º de Fevereiro, devendo até á chegada desse dia reunir-se os Senhores Representantes ao despacho dos correios, que devem receber-se até aquella data, e com condição de que no presente mez se regule novamente o plano de regulaçoens exteriores encarregado á commissão, cujos trabalhos se esperaõ, e o mais concernente á maneira da trasladação, avisando-se assim á Vª Exª para que na intelligencia da sua resolução suspenda a mensagem de novas communicaçõens, previnindo-o *de que até a reuniaõ do Congresso nessa, não faça declaração alguma de guerra a Portugal*, e regule só sua conducta pela que aquelle observar com estas Provincias, evitando todo o comprometimento, que não dictarem couzas mui poderosas, e procurando continuar no empenho de pôr o paiz no melhor pé de defeza, conforme se lhe tem ordenado repetidas vezes.—No mesmo dia e para occorrer instantaneamente, em quanto não se realiza a trasladação com o fito de prestar conselho a Vª Exª no meio dos conflictos, que representa, se nomeou uma commissão composta dos Senhores Darragueira, Castro e Carrasco, que marcharaõ desta dentro de tres dias—communica-se á Vª Exª para seo conhecimento—

Congresso em Tucuman, 3 de Janeiro 1817—
Marianno Boedo, Presidente—Joze Marianno
Serrano, Deputado Secretario.—Ao Ex^{mo} Supremo
Director do Estado.

*Monumento elevado no Rio de Janeiro, em Memoria
da chegada de El Rey a aquella Cidade.*

Sendo presente á El Rey nosso Senhor os dois
desenhos do Padraõ, que o Senado da Camara
desta Cidade, em vereação de 17 de Setembro
de 1814, se propoz erigir na Praça do Pelou-
rinho, em memoria do faustissimo e venturoso
dia da chegada do mesmo Senhor á esta Cidade.
Dignou-se Sua Magestade dar a Sua Real Ap-
provação ao da Pyramide que remetto á V^a M^{ce}
e lizongeando-se muito com o publico, e assigna-
lado testemunho, que este senado e os habitantes
desta cidade deixaõ á posteridade, dos honrados
sentimentos de vassalagem e amor, que pro-
fessaõ á Sua Real Pessoa: houve por bem fazer-
lhes a honra de aceitar a offerta deste Monu-
mento, permittindo que elle se levante na Praça
do Pelourinho, como se accordou. O que V^a
M^{ce} fará presente no mesmo Senado da Camara
para sua intelligencia.—Deos Guarde á V^a M^{ce},—
Paço, em 15 de Fevereiro de 1817—Conde da
Barca—Senhor Luiz Joaquim Duque Estrada
Furtado de Mendonça.

Providencias a cerca do Trafico d'Escravatura.

Sua Magestade Querendo dar aquellas Provi-
dencias, que possaõ melhor contribuir para a

restricta e inviolavel execução do Tratado de 22 de Janeiro, pelo qual houve por bem prohibir aos seus vassallos o commercio de escravos em todos os Portos da Costa de Africa do Equador, e em alguns ao Sul desta linha, onde a coroa do Reino Unido não tem dominio ou direito. E havendo reconhecido, que uma das medidas mais efficazes para precaver as simuladas violaçoens do referido Tratado, hé sem duvida a de prohibir que os navios Hespanhoes se armem nos portos deste Reino, para irem fazer o trafico d'escravos n'aquelles portos da costa de Africa, em que tem direito de continuarem ainda o mesmo trafico, e que são os que se achão comprehendidos entre o Equador, e o decimo gráo de latitude septentrional. Hé o mesmo Senhor Servido Ordenar, que trez mezes depois da data do presente Aviso se entenda prohibido aos navios Hespanhoes o armarem-se nos portos do Reino Unido para irem fazer o commercio d'escravos nos portos da costa d'Africa acima designados, cumprindo que as authoridades, a quem compete fiscalizar a carga e aprestos de similhantes navios, dem todas as providencias, que entenderem necessarias, para que esta prohibiçaõ haja de sortir o seo devido effeito. O que participo á V.^a S.^a para sua intelligencia, e para que o faça exactamente cumprir pela parte que lhe toca.—Deos Guarde á V.^a S.^a—Paço em 17 de Fevreiro de 1817.

Conde da BARCA.

Snr. LUIZ JOZE DE CARVALHO E MELLO.

Bahia, 31 de Janeiro de 1817.

Terça feira 28 do corrente, dia sempre memoravel ao Brazil pelo sabio e precioso Diploma, com que o nosso Augusto Soberano franqueou os portos a todas as Naçoens, fez-se a solemne

abertura da nova praça do Commercio, e a religiosa cerimonia da benção segundo o rito da Igreja, a qual foi feita pelo Illustrissimo e Reverendissimo Vigario Capitular, que ali foi em processão com o Reverendo Cabido. Os negociantes desta praça, que tão briosamente se prestarão á subscripção das despesas, e os Administradores, que tão rapida e magnificamente concluíram o edificio, tinham o mais ardente desejo de solemnizar esta acção com a maior pompa possivel, mas a justa saudade, e o luto pela Augustissima Rainha, que Santa Gloria haja, não era compativel com as grandes festas, que tal objecto merecia.

Pelas dez horas de manhã appareceu na Praça em luzido e numeroso concurso de Negociantes, empregados publicos, e authoridades religiosas e civis; e o batalhão, que fornecia as sentinellas, manteve a melhor ordem que se podia esperar.

As sallas da nova casa estavam sumptuosamente adornadas, sobresahindo ali um magnifico retrato de Sua Magestade Fidelissima: e soavam duas grandes e harmonicas orquestras, em quanto durou a cerimonia da benção, que enchia a todos de inexplicavel jubilo pela novidade do objecto, e pelo interesse, que delle deve resultar.

O Illustrissimo e Excellêntissimo Senhor Conde Governador honrou este acção com a sua respeitavel presença; e recebeu da generosidade dos negociantes uma espada d'ouro, *fabricada em Londres* com muita riqueza e gosto.

A casa construida em forma de pavilhão hé summamente espaçosa e agradavel; nada se poupou para se lhe dar elegancia e duração. O Tenente Coronel Cosme Damião da Cunha Fidié, que desenhou o edificio, foi assiduo em assistir á execução do desenho com escriptuloso

desvelo : e sendo mui dignos de louvor todos os Administradores da Praça, seria summa injustiça não fazermos mui especial menção do incansavel zelo e rara actividade de Manoel Ferreira da Silva, que presidio sempre á construcção da obra, assistindo com dinheiro, e tratando desta empreza, como se fosse unicamente sua.

A inscripção do frontispicio hê o seguinte para eternizar a memoria de El Rei Nosso Senhor por sua Alta Liberalidade pelo Commercio :—

JOANI VI.

UNDIQUE PROSPICIENTI COMMERCIIUM BAHIAE
DICAVIT ANNO 1817,

A Bahia tem a gloria de ser a primeira cidade do Brazil, que levantou uma Praça de commercio ; mas a Bahia reconhece, que era obrigada á isto por ser a primeira cidade, que se gratificou com a benefica presença do Soberano, e por ser o ditoso sitio, onde se lavrou a Carta regia da franqueza dos portos. O Ceo abençoe e prospere em todos os seculos a sempre querida Familia de Bragança, que tanto se desvela pela nossa felicidade ; e seja o dia da abertura desta Praça um auspicio da alta prosperidade, de que este reino hé digno pela fidelidade de seus habitantes, e pela fecundidade do seu terreno.

Note-se que a primeira pedra deste sumptuoso edificio foi lançada em 17 de Dezembro de 1814.

*Proclamação do Governador e Capitão General da
Bahia, o Conde dos Arcos,*

Habitantes de Pernambuco !—Marchão para
a Comarca das Alagoas Bandeiras Portuguezas,
VOL. XIX. L

e Soldados Bahianos para as içarem em toda a extensão dessa Capitania. Todo o habitante de Pernambuco, que as não seguir rapidamente, e não marchar junto a ellas, será fuzilado. As forças navaes, ora a vista em bloqueio do porto, tem ordem para arrazar a cidade e passar tudo a espada, se immediatamente não forem instauradas as leis de Sua Magestade Fidelissima, El Rey Nosso Senhor.

Nenhuma negociação será attendida, sem que preceda, como preliminar, a entrega dos chefes da revolta abordo, ou a certeza da sua morte, ficando na intelligencia de que a todos hé licito atirar-lhes a espingarda, como á bandidos.

CONDE DOS ARCOS.

Bahia, 29 de Março, 1817.

PERNAMBUCO.

Balanço Geral da Receita e Despeza do cofre dos Novos Impostos, applicados á demolição do Banco de Area na entrada do ancoradouro do Mosqueiro, durante o tempo que servio de Thesoureiro o Negociante Joze Joaquim Jorge, e Administrador o Negociante Jeronimo Lourenço da Silva, que foi desde o primeiro de Janeiro de 1816 até 31 de Dezembro do mesmo anno.

Receita.

Quantia entrada no cofre pela saldo do anno de 1815, e entrega feita pelo Thesoureiro Antonio Marques da Costa Soares, que acabou de servir - - - - -

241,372

Item total das Ancoragens do anno de 1816, como se vê de seu respectivo L° N°. A fol. 21 a 32 - -	5,156,000
Item total das Arquiçoens do anno de 1816 como se vê do seu respectivo L° N°. A fol. 37 a 55 - -	3,400,000
Item Jornaes das Barcas, que serviraõ de Barcaça, e venda da madeira e ferros, producto da Rocega, o que se vê da conta destes objectos lançada no L° dos Balanços N°. A fol. 4	608,360
<hr/>	
Total - - -	Rs. 9,406,172

Despeza.

Quantia sahida do cofre para pagar o resto do emprestimo, que a praça havia feito, para suprir a despeza do trabalho da demolição do Banco em principio, o que claramente se vê da Lista lançada no L° dos Balanços, N° A fol. 4 - - -	600,000
Item despeza paga, como consta de 150 documentos, onde se incluye o do salario do caixeiro, que servio, e fez a escripturação, o que tudo se vê do L° da despeza N° A fol. 95 a 107 - - -	8,535,609
Item excedente da receita a despeza e que se entregou ao novo Thesoureiro Andre Alvares da Silva -	270,563
<hr/>	
Total - - -	Rs. 9,406,172

*Recife de Pernambuco, 31 de
Dezembro de 1816.*

Demonstração do Estado da Commissão do Melhoramento do Porto até o fim de 1816, e dos trabalhos practicados no dito anno.

Proseguio-se no mesmo methodo de trabalho, isto hé, continuou-se a escava do fundo, applicando-se as materias deslocadas em aterrar o espaço conjuncto ao Arsenal da Marinha; neste serviço se empregaraõ constantemente duas barcas; de sorte que até o fim de Setembro se conseguiu tirar do fundo uma porção de materia igual em volume a 148,295 palmos cubicos; porem observando-se pela sonda, que periodicamente se praticava, que o augmento em profundidade d'agua, não só deixava de corresponder ao trabalho, mas era momentaneo; que se desvanecia logo que cessava o mesmo trabalho de escavação; em consequencia com a previa concessão do Excellentissimo Capitaõ General desta Capitania fiz parar este serviço, de cujo progresso não resultava um proveito real, até que por novas instrucções de Sua Magestade se proceda ao encanamento das aguas pela construcção dos precisos Diques e Esporoens; unico e poderoso meio, que augmentando a acção das mesmas aguas, occasionará a corrosão do fundo, e resolverá talvez o problema, que serve de objecto á esta commissão. Alem do trabalho da escavação, se occuparaõ os serventes em cravar e fixar ao longo do Recife 18 peças de artilharia: a saber 10 para servir as armações dos navios estacionados no ancoradouro do Moqueiro. e 8 para firmar as espias necessarias ás mesmas embarcações quando entraõ e sahem. Procedeu-se igualmente ao exercicio da Rocega, de que resultou o tirar-se do fundo um ancorote no lugar da Barreta, uma unha, e parte d'aste de

um grande ferro no ancoradouro do Poço, e uma amarra de piassaba, uma fatecha, e amarra correspondente, 24 páos de construção, e 4 peças de artilharia, calibre 12, 9, e 6 no districto do Banco: ultimamente tiraraõ-se tambem do fundo 281 pedras (191 no anno de 1816 e 90 no de 1815) de diversas grandezas, tendo as maiores proximamente 48 palmos cubicos de solidez, e as menores 16, as quaes se empregaraõ no restabelecimento da muralha construida no Recife ao Sul do Forte do Picaõ, onde a continua acção do mar tinha feito duas grandes quebradas, que infallivelmente arrastrariaõ a pronta ruina de todo o resto: acha-se actualmente já tapada uma destas quebradas, e grande parte da outra, que por falta de mais pedra, se não póde concluir. Tambem se occuparaõ as barcas na querena de 17 embarcaçoens, a cujos simultaneos fabricos não podia bastar a unica barca do Patraõ Mor. Finalmente offereço uma descripção do estado actual da profundidade d'agua nos diversos lugares do porto, comparativamente ao que era antes da origem do trabalho. No ancoradouro do poço; entre as linhas terminadas uma pelo enfiamento das garitas do Sul do forte do Brum, a outra pelo enfiamento do forte do Buraco com o Lazareto, encontra-se a mesma agua que havia em 1815: em todo o districto do Banco se acha proximamente mais 2 palmos d'agua. No ancoradouro do Mosqueiro até a ponta meridional do forte do Matto, tambem se observa a mesma profundidade d'agua; e unicamente na parte comprehendida entre o trapiche do algudaõ e o Collegio se encontraõ menos $2\frac{1}{4}$ palmos d'agua, tendo profundado quasi quatro palmos na proximidade da ponte de Recife; o que tudo melhor se vê na planta Topohydrografica deste porto, que por volumosa se não publica conjun-

tamente com esta participação: mas que se franquará a todas as pessoas, que por curiosidade a queiraõ ver. Eis o estado da minha commissão até o fim do anno de 1816.—Quartel do Arsenal 3 de Janeiro de 1817.

JOAÕ FELIZ PEREIRA DE CAMPOS,
Capitão de Mar e Guerra.

JOZE JOAQUIM JORGE.

JERONIMO LOURENÇO DA SILVA.

REINO DE PORTUGAL.

Constando que no dia seis de Março do presente anno se levantou em Pernambuco um bando de facciosos, que se atrevêraõ a rebellar-se contra seu legitimo Soberano, procurando comprimir, pela força, os principios de lealdade, que animaõ aquelles habitantes, a fim de se apoderarem de seus cabedaes, e dos que ali se achaõ pertencentes aos negociantes deste Reino: e tendo o corpo do commercio representado a indispensavel necessidade de repellir com a maior energia, e promptidaõ este horroroso, e execrando attentado, que deverá desvanecer-se em breve tempo, apparecendo em aquellas paragens uma força capaz de aterrar os perversos, e apoiar os cidadaons bons, e fieis, que a seu pezar foraõ obrigados a ceder á violencia: tem Sua Magestade resolvido mandar immediatamente bloquear o porto, e costas de Pernambuco, e enviar um corpo das mesmas tropas, que, havendo-se já illustrado na Europa por suas victorias, voltarão coroadas dos novos louros, que vão colher na America, castigando os per-

fidios, que se arrojáram a tramar tão detestavel traição. Sendo porem incompativel com as forças do Real Erario fazer actualmente a consideravel despesa, que exige esta expedição, a qual não só tem por objecto a integridade da Monarquia, mas mui particularmente os interesses do commercio de Portugal, que em consequencia das ambiciosas miras das revolucionarios se acha em eminente risco de perder o importantissimo cabedal, que tem em Pernambuco, se este mal não for atalhado com as mais rápidas, e efficazes providencias; Manda El Rei Nosso Senhor que a Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação participando aos Comerciantes, sem perda de tempo, as referidas disposições, que devem restituir a paz áquella Capitania, e pôr em salvo os seus interesses mercantis, lhes annuncie que o mesmo Senhor espera que o corpo do commercio com o zelo, e patriotismo, de que tem dado tão louvaveis, e repetidas provas, concorra da sua parte a auxiliar o Estado com os meios indispensaveis para a execução de uma empreza, de que lhe resultarão as maiores vantagens para a segurança, e continuação das suas relações com aquella praça. A mesma Real Junta do Commercio o tenha assim entendido, e faça executar.—Palacio do Governo em vinte e oito de Maio de mil oitocentos e dezasete.—Com tres Rubricas dos Excellentissimos Governadores do Reino.

Cumpra-se, e registre-se. Lisboa 29 de Maio de 1817.—Com quatro Rubricas do Presidente, e Deputados da Real Junta do Commercio.

*PROCLAMAÇÃO do Commandante do Fragata Perola,
mandado a bloqueir o Porto de Pernambuco.*

Habitantes de Pernambuco! Chegando á noticia dos Governadores do Reino de Portugal, e dos Algarves o horroroso attentado commettido nesta capitania nos dias seis, e seguintes de Março do presente anno, viraõ com a dor, e indignação de que estão penetrados todos os bons Portuguezes, que um bando de facciosos, e revolucionarios, comprimindo momentaneamente pela força os sentimentos de honra, e fidelidade de que tendes dado taõ decisivas provas, apresentáraõ a Europa espantada o primeiro exemplo entre Portuguezes de deslealdade a seu natural e legitimo Soberano!

E não estão ainda saciados de sangue, e de lagrimas esses monstros, que por espaço de vinte e cinco annos inundaraõ grande parte da terra com as mais funestas calamidades, sendo talvez instrumentos, com que a Justiça Divina, irritada pela immoralidade, e irrelegião destes ultimos tempos, quiz castigar a Europa, e dar a todo o mundo um temeroso exemplo da severidade com que o braço omnipotente, confunde e atterra os impios, que desprezaõ a Sua Santa Ley!

Hé possivel que o conhecimento das desgraças que produzio a furor revolucionario em quanto a Providencia, lhe não poz termo, não fosse bastante para vos arredar do horrivel abismo, em que esses inimigos da ordem vos pertendem precipitar! Podem acazo esses miseraveis sectarios da mais fatal revolução, esses instrumentos, viz, e abjectos do mais feroz tyranno que ella produzio achar ainda em qualquer lugar da terra a que houver chegado a historia deste calamitoso periodo, pessoas aquem illudaõ com frases espe-

ciozas, e com principios de que uma triste experiencia fez já conhecer a falsidade, e as desastradas, e inevitaveis consequencias!

Naõ Pernambucanos: vossos irmaons os Portuguezes o naõ poderaõ jamais acreditar, estando pelo contrario intimamente persuadidos de que, se a violencia, e o artificio de uma perfida conjuraçaõ chegáraõ a surprender por um instante a vossa lealdade, vós mesmos quebrareis bem depressa os grilhoens, que vos opprimem, e fareis conhecer ao mundo, que se houve entre vós neste seculo de corrupçaõ, e immoralidade imitadores do infame traidor Calabar, existem nos descendentes dos Vieiras, dos Vidaes, dos Camaroens, e dos Henriques Dias os mesmos sentimentos de fidelidade, e amor ao seu Soberano, que tanto os illustraráõ, e de que deraõ um exemplo que a Historia tem transmittindo a todos os seculos para immortal honra dos Pernambucanos, que esses indignos revolucionarios pertendem agora manchar com uma indelevel nodoa!

Naõ era por certo o captiveiro de que esses heroes vos libertáraõ mais horroroso do que aquelle de que estais ameaçados. Se os Hollandezes pela differença de religiaõ punhaõ em perigo a pureza, e o exercicio da que felismente professamos, estes revolucionarios procuraõ destruir em toda a parte, e derribar pelas bazes todas as ideas religiosas, e moraes. E posto que, em quanto lhes convem, se vos apresentem disfarçadas com a mascara da Hypocrisia, affectando respeitar uma religiaõ de que mofaõ, e que desmentem nas suas proclamaçoens, fazendo a Providencia complice do crime mais atroz, que pode commetter um povo, qual hé o de faltar á fidelidade devida ao seu Soberano, podeis estar certos que se chegassem uma vez a alcançar os

seus fins, rasgariaõ immediatamente o veo com que cobrem seus verdadeiros projectos, e experimentareis entaõ a mesma intolerancia de que falsamente nos accuzaõ, que os seus socios praticáraõ em França, e que praticará sempre esta seita desorganizadora em toda a parte em que poder firmar a sua dominaçaõ. Considerai que se os Hollandezes conquistando este paiz procuravaõ despojar-vos das vossas riquezas, naõ saõ tambem agora outros os fins desses homens, que vos tyranisaaõ: pouco importa que se gloriem de nome de Brasileiros, ou de Portuguezes, desligados pela immoralidade de seus principios de todos os vinculos Divinos, e humanos, que sujeitaõ o homem aos deveres de cidadão, e as relaçoens de familia, e de amizade; estaõ devorados de uma desmedida ambiçaõ de riqueza, e poder, estando sempre promptos a sacrificar a estas duas taõ insaciaveis, como funestas paixoens todas as consideraçoens, que as podem modificar no coração dos homens, que conhecem, e respeitaõ a virtude.

Que fé, que honra, que probidade se pode esperar de gente, que principia calcando aos pez, e occultando todos estes sentimentos? Que segurança pode ter contra a força do poder collocado em taes maons o Capitalista opulento, cujas riquezas estaõ desafiando todos os dias a sêde ardente de oiro, que os domina? Infelizmente as fataes scenas da revolução Franceza, cujos principios elles proclamaaõ, devem abrir os olhos a toda a casta de proprietarios, e aos mesmos povos, de quem aquelles revolucionarios se serviraõ como instrumentos, e que conhecêraõ a sua custa, mas já tarde, que a lizongeira linguagem com que illudiraõ até as ultimas classes da naçaõ naõ era mais que um veneno subtilmente preparado, que veio a degenerar para

todos no mais tyrannico despotismo, e insupportavel miseria. Se taes vem a ser indispensavelmente os effeitos que os principios revolucionarios modernos devem produzir, e realmente produzirão na Europa; que incalculaveis males não ameaçaõ o Brazil no seu estado actual? O exemplo da Ilha de S. Domingos hé tão horroroso, e está ainda tão recente, que elle só será bastante para atterrar os proprietarios deste continente.

Extirpai, habitantes de Pernambuco, extirpai sem demora o monstro, que quer sepultar os pacificos povoadores do Brazil nos horrores, que por mercê da Providencia apenas lhes tem sido conhecidos pelos annaes da historia; suffocai immediatamente a venenosa serpente, que vos devorará sem remedio, se lhe dereis tempo de medrar, e crescer. Restabelecei promptamente a ordem, e as authoridades legitimas; voltai a obediencia do mais amavel Soberano, verdadeiro Pai de seus Povos, por quem tem feito os mais heroicos sacrificios, e por quem hé temido, e adorado em todas as regioens do seu dilatado Imperio. Os governadores do Reino de Portugal, e dos Algarves, informados deste sacrilego attentado contra o Soberania do nosso Augusto Rey e Senhor, e da violencia com que o chamado governo provisório detem as propriedades dos Portuguezes, que provavelmente pertende roubar para com ellas se pôr em salvo; e persuadindo-se de que em semelhante crise todos os vassallos de Sua Magestade devem acudir sem demora a destruir no berço uma rebelliaõ, que se ganhasse forças faria nadar em sangue este delicioso paiz, me ordenáraõ em seu Real Nome, que em quanto se não recebem as ordens do mesmo Senhor, viesse com a força do meu commando bloquear os portos desta capi-

tania, cujo bloqueio, que será auxiliado brevemente com mais poder, deverá durar em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, ou em quanto os fieis habitantes desta capitania não conseguirem sacudir o jugo que os opprime, restituindo nella o suave, e legitimo governo de Sua Magestade.

Os Pernambucanos leaes receberão da parte dos navios de guerra de Sua Magestade encarregados deste serviço, toda a ajuda, e favor de que precisarem para o util, e glorioso fim de restituir a Paz, e felicidade a esta interessante porção dos dominios de Sua Magestade, mesmo antes que as suas immediatas providencias aqui possam chegar.

VIVA EL REY NOSSO SENHOR.

Dado a bordo da Fragata Perola, &c.

Edita.

Com Avizo da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros da Guerra e da Marinha, datado de 17 de Maio, foi remetido a Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação, á copia de um paragrafo de um officio dirigido pelo Consul Geral da Nação Portugueza em Stockolmo, *Gustavo Beyer*, em data de 30 d'Abril proximo passado, pelo qual consta que por Alvará de 31 de Março do presente anno fora S. M. Sueca servido prohibir até ultteriores ordens a importação de toda a qualidade de vinhos, permitindo somente a dos vinhos brancos de França para uzo das Igrejas, e ordenando em quanto aos vinhos que se acharem em caminho, e notoriamente encomendados, provando-se assim perante a Direcção Geral da

Alfandega em Stockolmo, que se ponhão em deposito nos armazens da Coroa para serem re-exportados antes do fim deste anno; e no cazo contrario, confiscados. Que igualmente fora prohibida a importação da cerveja da Gram Bretanha, chamada *Porter*, o Arrack, e as fazendas brancas, exceptuando o caso de chegarem a bordo das embarcaçoens nacionaes, e das Indias Orientaes em direitura. Que se ordenára tomarem-se todas as medidas contra o trafico do contrabando, e que para se dar o devido effeito ao contheudo do sobredito Alvará, se preparava actualmente nos portos de Landskona e Malmóe uma esquadra de Brigues e Barcas canhoeiras, destinada para o Sunda, e mais lugares opportunos ao trato illicito.

E para ser notorio o referido, se mandaram affixar Editaes.

JOZE ACCURSIO DAS NEVES.

Lisboa, 30 de Maio de 1817.

A U S T R I A.

A Princeza de Portugal sahio de Vienna a 3 de Junho, e tomou o caminho de Liorne, aonde deve embarcar para o Brazil.

As despesas que fez S. E. o Marquez de Marialva, Embaxador Portuguez em Vienna, com a festa que deo por occasião do casamento da Princeza, são avaliadas n'um milhão de florins. (83,000 libras sterlinas.)

A Familia Real foi servida em baixella de ouro, e todos os mais convidados em baixella de prata. Prepararam-se cazas de proposito para

*

esta festa, que devem permanecer no mesmo estado para nellas se dar outra festa em beneficio dos pobres.

INGLATERRA.

Carta de um Brasileiro residente em Londres ao Editor do Times.

(The Times, de 7 e 8 de Junho, 1817.)

Senhor ;—A publicação, que tivestes a bondade de fazer, na vossa interessante gazeta, da carta que vos escrevi a cerca da revolta de Pernambuco, me anima a cumprir com a promessa que então fiz, e a entrar no exame da questão, relativa a Expedição Portugueza no Rio da Prata : expedição que, pela ignorancia de suas circumstancias, e pela animosidade com que o Ministerio Hespanhol a tem calumniado, primeiramente, perante os gabinetes alliados, e depois perante o tribunal da opinião publica, tem dado motivo ás numerosas falsas conjecturas, e não merecidas invectivas, que há poucos dias a esta parte tem sahido das imprensas Inglezas. A pezar disso cuidarei menos em repellir essas diatribes do que em ellucidar a questão, a qual, por sua importancia, merece ser sériamente discutida. Espero poder agora tira-la desse misterio em que até aqui tem estado envolvida ; e então poderá tambem o publico formar a sua propria opinião a cerca das differenças, excitadas entre as Cortes de Hespanha e Portugal, tendo á vista factos bem attestados, e documentos authenticos, em que possa fundar o seu juizo.

Todavia, nem vão tão longe as minhas esperanças até me poder persuadir ou de que acharei juizes imparciaes em vossos irmaons Jornalistas, ou de que elles hajaõ de mudar de lingoagem em virtude de uma propria convicção. Todos esses Senhores, tem, de certo, suas rasoens particulares para persistir em suas accusações contra a Corte do Brazil, ou com justiça ou sem ella : alem disto, acresce uma circumstancia singular, que deve dar não pequeno embaraço a quem lhes quizer responder, isto hé, que cada um delles não só vê a questão de um modo differente, porem até contradictorio. Uns accusaõ o governo do Brazil de haver auxilliado os insurgentes, outros o denunciaõ por se oppor aos progressos da insurreicção. Ambas as accusações não tem, com tudo isso, fundamento algum solido; porque o facto hé simplesmente—que vendo o governo do Brazil como os territorios vizinhos das suas fronteiras estavaõ entregues a todas as calamidades da revolução e da guerra civil, unicamente fez o que todo o homem prudente faz quando, descobrindo que a caza do seo visinho está a arder, derriba aquella parte das paredes por onde se lhe pode communicar o fogo, e poem guardas a porta para impedir que os seos bens não sejaõ devorados pelo fogo. Quem poderá logo censurar justamente um tal procedimento, ou que direito poderia ter o dono da caza que está a arder para se offender com isto, quando ou elle está d'ali muito longe, ou anda todo occupado em apagar o fogo? Este hé exactamente o procedimento d'El Rey de Portugal, que todavia tem excitado os clamores da Corte de Madrid, e que as outras Cortes da Europa parecem ter desfavoravelmente interpretado, porque não tinhaõ ainda, de certo, um sufficiente conhecimento de cauza.

Como hé impossivel prever todos os acontecimentos futuros, não posso, por consequencia profetisar com certesa quaes serão os resultados finaes da expedição ao Rio da Prata, ainda que todo aquelle paiz tenha sido occupado sem difficuldade pelas tropas Portuguezas, que ali foram recebidas com os braços abertos, e até convidadas pela voz publica, e a pela maior parte dos habitantes. Todavia, sei e posso asseverar, não obstante quanto se possa dizer em contrario, que os principios, que serviram de baze a esta medida, são justos e politicos, e que nem são filhos de um espirito de imprudencia, nem foram dictados por uma cega ambição. Pelo menos aquelles que se persuadem de que a revolta de Pernambuco, acontecida a 1,200 milhas de distancia, foi excitada pelo exemplo da insurreição Hespanhola, devem confessar que o governo do Brazil teve alguma razão para temer o contacto da insurreição nas suas fronteiras; e assim, qualquer que seja o resultado, nunca o poderão censurar pelas medidas que tomou para a desviar, em conformidade dos meios que para isso tinha. Quanto a impopularidade que se diz tem esta guerra no Brazil, e ás medidas oppressivas que se apontaõ, taes como-novos tributos, rigorosas conscripções, e outros motivos de descontentamento, procedidos da mesma guerra, já eu tenho respondido na minha ultima carta; e para me livrar por uma vez de lhes tornar a responder, novamente declaro, que tudo isso hé falso, e desafio a qualquer para que me dê provas conviccentes da sua existencia. A guerra com que somos ameaçados pela Junta de Buenos-Ayres não hé nada para temer, segundo a minha opinião; e em todo o cazo creio que sempre hé melhor repelir as incursões de Artigas e Rondeau dentro do seo proprio territorio, do que

esperar por elles dentro do Brazil; pois que este já antes começava a ser infestado pelos insurgentes, e o seria ainda muito mais á proporção que o espirito insurrectionario adquirisse maior ousadia, ou tivesse maiores recursos.

Passo agora a esse Documento official, que pela sua importancia, e pelo alto character das Potencias Europeas que o assignaram, deve, sem duvida, ter um grand pezo para com todos aquelles que tem entrado nesta discussão. Porem, antes de tudo, devo dizer, que a gazeta, que primeiramente publicou este Documento, *o fez sem auctoridade, e sem o conhecimento do Ministerio Britannico*; e que, por conseguinte, todas as reflexoens que o acompanharam ou foraõ dictadas pelo gabinete de Madrid (dõde sahio este papel) ou sãõ producção do Jornalista, que certamente não foi desta vez, como em outras parece ser, o orgão da administração Britannica. O pezo que os artigos desta gazeta, quando se consideraõ ministeriaes, por isso mesmo adquirem no espirito de seos leitores, me induzio por tanto a principiar a minha resposta por esta declaração; e estou mui bem persuadido, que se o *Courier* ler estas linhas não há de contradizer nem as duas asserçoens que eu tenho marcado com letras Italicas, nem as conclusoens que dellas tiro. Hé realmente cousa bem triste para um Portuguez ver essa especie de geral conspiração, formada pelas gazetas Inglezas, com conhecimento de causa ou sem elle, so a fim de desdourar tudo quanto diz respeito a Portugal e ao Brazil; e isto a tal ponto, de até avançarem que seos interesses se oppoem aos interesses commerciaes e politicos da Gram Bretanha! Todavia, a pezar de todos os principios contradictorios, que estabelecem, a sua conclusão hé sempre a mesma; isto hé—censurar, sempre que tem

occasião, o governo Portuguez: nesta parte todos são unanimes. Com effeito, donde procederá essa especie de predilecção que todos tem por Hespanha, essa mesma Hespanha, que lhes nega tudo, até a gratidão; e donde procederá, ao mesmo tempo, esse odio contra Portugal, o antigo alliado da Gran Bretanha, contra quem não podem fazer nenhuma justa accusação, a não ser a demasiada condescendencia que sempre tem tido com ella?

Agora voltarei a nota que os Ministros da Grande Alliança dirigiram a Corte do Brazil, e farei ver, que pelo mesmo contheudo da nota se percebe que ella foi escripta para satisfazer as queixas de Hespanha, e antes que a administração do Brazil (que sem duvida não sabia a bulha que este cazo estava imprópriamente fazendo na Europa) tivesse feito declaração alguma dos motivos que occasionaram, e das vistas com que foi emprendida a expedição. Aquella declaração, que nesse tempo não existia, já com effeito chegou; e foi apresentada pela Corte do Brazil *muito antes que a mesma Corte podesse suspeitar cousa alguma da mediação pedida por Hespanha, e aceita pelas cinco Potencias.* Os ministros Portuguezes, acreditados per ante as mesmas potencias, a entregaram *officialmente* por escripto; e se podemos julgar pelo favoravel effeito que produziu nos gabinetes que a receberam, há todos os motivos de crer que este negocio, ao qual se tem querido dar tão terrivel aspecto, terminará quietamente á mutuo contento de Hespanha e Portugal. Tal hé, em poucas palavras, a situação do negocio. Eu bem quizeria, para vosso cabal conhecimento, poder transcrever-vos a nota que o Ministro de Portugal em Londres dirigio a Lord Castlereagh, e que contém por inteiro a declaração sobre que venho de

fallar ; parece, com tudo, que a pratica de publicar nas gazetas documentos officiaes nunca tem lugar senão de pois de ruptura de negociaçoens, e em cazo de manifestos, que precedem uma guerra. Em quanto duraõ as negociaçoens, a publicação de taes papeis seria desaprovada por todos os homens de senso ; e de certo eu não conheço outro exemplo desta natureza a excepção da nota que os Ministros Hespanhoes mandaram imprimir antes della haver chegado ao seo destino. Assim, taõ somente me limitarei a extrahir os principios geraes daquelle documento, sem os publicar por inteiro.

Assim que principiou a revolução das colonias Hespanholas do Rio da Prata, logo S. M. Fidelissima antevio as fataes consequencias daquelle successo, e immediatamente depois, a necessidade que havia de as previnir. Em consequencia disto, apezar de haver exaurido seos recursos na guerra da Europa a favor da causa commum, S. M. F. vio-se obrigado a mandar em 1811 um destacamento de tropas para o territorio Hespanhol, situado entre o Uruguay e o Rio da Prata. Esta empreza haveria produzido naquelle tempo um resultado igualmente vantajoso para ambas as Cortes de Hespanha e Portugal, se o General Elio, governador de Monte-Video, sem o participar ao general Portuguez a quem antes tinha pedido auxilio, não tivesse então concluido um armisticio com o governador de Buenos-Ayres.

Parecendo, por conseguinte, que esta convenção feita pelo governador Hespanhol com a Junta de Buenos-Ayres poria em segurança Monte-Video e seo territorio, da qual tambem dependia a segurança das fronteiras do Brazil, S. M. F. se decidio igualmente a concluir um armisticio com a dita Junta, e a mandar recolher

as suas tropas para dentro das suas fronteiras. Este armistício, com data de 26 de Maio de 1812, foi negociado por conselho do ministro Inglez, então residente na Corte do Rio de Janeiro, mas não debaixo da mediação ou garantia da Gran Bretanha como falsamente se tem asseverado. Deve-se além disto observar, que não houve senão um simples armistício, e nenhuma convenção ou tratado, como ainda mais falsamente se tem asseverado; e n'uma palavra, também não deve esquecer, que este armistício foi assignado com a Junta de Buenos-Ayres em tempo em que ainda Monte-Video estava no dominio da mãy patria; e que a expedição, ultimamente enviada para o Rio da Prata, não tinha em vista atacar Buenos-Ayres, e por consequência nem quebrar o armistício. Se o destino foi de hir occupar aquelle mesmo territorio, que em 1812 ainda estava em poder do governo Hespanhol, e que em 1816 não estava unido com Buenos-Ayres, mas se achava despoticamente governado por um individuo, chamado Artigas, o qual por sua propria auctoridade se havia apossado do Soberano poder.

Naõ se passou muito tempo sem que S. M. F. viesse a conhecer os embarços em que o havia posto aquelle armistício. Monte-Video cahio em poder dos insurgentes, que entraram logo a infestar as fronteiras do Brazil, e a convidar os Indios e negros para a revolta; e ao mesmo passo que S. M. F. era, por assim dizer, obrigado a tolerar estas aggressões, soube que especuladores estrangeiros estavam introduzindo grande quantidade de armas e munições de guerra nos portos do Rio da Prata, e que os revolucionarios haviaõ ganhado uma mui perigosa consistencia.

Quando S. M. Catholica recuperou o throno era bem de esperar que um dos seus primeiros

cuidados fosse o de pacificar os seus dominios Americanos, e reconciliar com a mãy-patria as provincias insurgentes do Rio da Prata; e até S. M. F. o julgou assim quando soube que em Cadiz se faziaõ preparativos para uma expedição, commandada pelo General Murillo. Este juizo se confirmou completamente quando o ministerio Hespanhol recorreo officialmente a Corte do Rio de Janeiro, requerendo-lhe licença para que a expedição podesse entrar nos portos do Brazil, e ali tomasse as providoens de que carecesse. S. M. F. aproveitou esta occasião para mostrar o quanto se interessava nos negocios de Hespanha; e o embaxador Portuguez em Madrid participou ao ministerio Hespanhol, por meio de uma nota official, não só que a expedição seria recebida nos portos do Brazil, mas que aos governadores das provincias maritimas, particularmente de Santa Catherina, se dariaõ as instrucçoens necessarias para ali terem prontos todos os provimentos precisos. Alem disto acrescentou, que em consequencia das medidas projectadas pela Corte de Hespanha, S. M. F. estava determinado a ordenar que viessem 4 a 5,000 homens dos seus dominios Europeos para serem empregados no Brazil, e cooperarem, sendo necessario, com a expedição Hespanhola. A Corte do Brazil, ainda não contente com esta participaçãõ, annunciada a Corte de Hespanha, a annunciou tambem ao ministerio Britannico; e o embaxador de Portugal em Londres dirigio a este respeito uma nota official ao ministerio Britannico, em data de 24 de Maio, de 1815.

Naõ muito tempo depois de estarem feitos estes arranjos soube com admiracão o governo do Brazil, que a expedição commandada pelo General Murillo tomára outro destino, bem diverso daquelle que officialmente se lhe havia

participado, sem previamente se lhe darem a saber as razões porque se tinha mudado um plano, feito por commum accordo de ambos os governos. Esta falta de respeito, (para não lhe dar outro nome) sendo tão fora do todos os termos recebidos, não podia deixar de desagradar a Corte do Brazil, e por fim convence-la, de que a segurança de seus dominios, que já estava comprometida pelos preparativos feitos para receber a expedição Hespanhola, não podia deixar-se por mais tempo exposta as continuas delongas e versatilidade do ministerio Hespanhol. Vio-se, por conseguinte, a Corte do Brazil na absoluta necessidade de contar só com as suas forças, e de tomar immediatamente medidas para proteger as suas fronteiras, cuja defesa cada vez se tornaria mais difficilissima se por mais tempo se retardassem os meios de a pôr em execução.

Já naquella epocha o perigo era mais sério, porque o governo de Buenos-Ayres, havia reconhecido a independencia das provincias Orientaes do Rio da Prata; e Artigas, que era muito para temer por seu atrevido e turbulento character, sem nenhuma elleição e sem titulo legal, se havia apoderado do supremo commando da aquellos territorios.

Tanto que ao Rio de Janeiro chegou a noticia de que aquelle chefe havia cometido depredações nas fronteiras do Brazil; que estava levantando tropas para invadir a provincia de S. Pedro, no sul; e que espalhava proclamações, convidando para a revolta os habitantes das *Sete Missões*; (projectos hostis, provados com documentos authenticos, que tem em seu poder o governo do Brazil) S. M. F. não podendo já hesitar sobre os passos que devia dar, decidio-se em fim a mandar um corpo de tropas para os

paizes situados entre o Uruguay e o Rio da Prata, para com elle tomar posiçoens militares na margem esquerda daquelle rio, e atacar os bandos armados de Artigas, a fim ou de os dissipar completamente, ou pelo menos obriga-los a evacuar as provincias visinhas do Brazil. Esta medida, que era mui natural, assim como necessaria, attendida a situação dos negocios do Brazil, excitou todavia os resentimentos da Corte de Madrid, que pareceo esquecer-se de que ella mesma era quem tinha comprometido o Brazil com os insurgentes; e apezar de todas as seguranças officiaes que se lhe deram das boas intençoens de S. M. F., julgou ainda assim mesmo competente transmitir uma nota, por meio do seo encarregado de negocios no Rio de Janeiro, com data de 8 de Novembro de 1816, na qual protestava contra a entrada das tropas Portuguezas no territorio Hespanhol. Este protesto, por ser bem claramente inadmissivel, foi repellido do modo que merecia; porque o ministerio Hespanhol pode certamente, se quizer, permitir que a insurreiçã das suas colonias se consolide; porem nunca pode ter direito para impedir, que uma nação estrangeira tome suas medidas de defesa contra esses mesmos insurgentes, que elle não quer ou não pode reduzir á obediencia.

Por outra parte, o governo de Buenos-Ayres pediu por uma carta official explanaçoens ao General Lecor a cerca da marcha das tropas Portuguezas, o qual lhe respondeo, certificando-o de que a expedição Portugueza era somente destinada para occupar o territorio oriental do Rio da Prata; que esta indispensavel medida se tomava em consequencia da anarquia existente naquelle paiz, a qual comprometia a segurança do Brazil; e que S. M. F. não tinha vistas de

conquista, nem intentava passar os limites daquelle territorio.

Tal hé a serie de factos, que se achão desenvolvidos em a nota que o embaxador Portuguez dirigio a Lord Castlereagh em data de 19 de Maio de 1817. Alem desta exposiçaõ, elle deo ainda a segurança official de que El Rey seo âmo, não pertendendo disputar com a Corte de Hespanha direitos alguns sobre o territorio de Monte-Video, se vira com tudo na necessidade de tomar aquella posiçaõ militar até que por um modo ou por outro se termine a questãõ, agora pendente, entre as colonias Hespanholas do Rio da Prata e a mãy-patria: porque só neste cazo poderá ser evacuado aquelle paiz, sem que torne de novo a cahir no estado das desordens civis, que taõ prejudiciaes podem ser para a segurança das provincias Portuguezas, situadas na sua vesinhança. O embaxador ainda deo outra formal segurança de que, apezar das antigas disputas ainda não terminadas a cerca dos limites dos dominios Portuguezes e Hespanhoes naquella parte da America; e apezar das justas queixas que tem Portugal contra Hespanha, a muitos respeitos, e particularmente a cerca de Olivença, que a quella potencia retêm contra a solemne decisaõ de todos os Soberanos da Europa congregados em Vienna; ainda assim mesmo S. M. F. não pertendeo occupar o territorio de Monte-Video como garantia das suas justas pertençoens.

O ministro Portuguez termina a sua nota, assegurando ultimamente, que a sua corte está disposta para entrar em quaesquer amigaveis arranjos com a Corte de Madrid á cerca de todos os pontos que tem dado occasiaõ as antigas e recentes discussõens.

Eisaqui está pois, Senhor, o summario desse documento official que eu tenho á vista; e o publico poderá agora decidir se as explanaçoens e declaraçoens do governo do Brazil tem ou não anticipado os desejos que as potencias alliadas annunciaram na sua nota dirigida ao Marquez d'Aguiar; pois que um tal documento, assignado em Londres pelo ministro Portuguez a 19 de Maio, em consequencia das instrucçoens recebidas do Rio de Janeiro, nunca possivelmente se pode considerar como feito em virtude da nota que os Plenipotenciarios das cinco potencias assignaram em Paris a 16 de Março.

Depois de todas estas explanaçoens, vós mui facilmente podereis ver, que este negocio se terminará a contento de todas as partes, por meio de negociaçoens entre aquellas immediatamente interessadas; e que a mediação offerecida pelas potencias alliadas, quando ella for (como será certamente) aceita pela Corte do Brazil, contribuirá muito para facilitar este arranjo, produzirá o effeito de conter o precipitado resentimento de Hespanha, e prevenirá toda a possibilidade de guerra Europea entre Portugal e Hespanha: acontecimento que, se chegasse a realizar-se, causaria aos dois paizes innumeraveis desgraças, e talvez avivasse na Europa o fogo ainda não extinto de uma desordem geral.

A nota dirigida pelos Plenipotenciarios, congregados em Paris, ao ministerio do Rio de Janeiro foi inspirada por uma politica liberal, e dictada, de certo, pelas melhores intençoens; mas ella teria sido desnecessaria, e provavelmente nunca teria sido escripta, se as cortes alliadas tivessem recebido mais cedo as explanaçoens que depois lhes foraõ enviadas. Hé com effeito para sentir que estas communicaçoes, feitas pelo gabinete do Brazil, fossem tão demo-

radas, primeiramente em rasão da distancia que demanda muito tempo para qualquer noticia daquelle paiz; e em sègundo lugar, talvez pelo resentimento que os procederes do ministerio Hespanhol produziram na Corte do Rio de Janeiro; resentimento, que todavia sempre deve desapparecer á vista das razoes de estado, e quando há negocios de importancia tal, que podem influir nos destinos e tranquillidade das naçoens. Quanto ao ministerio Hespanhol, parece que elle cahio n'uma grande falta em andar tocando a rebate (para assim me explicar) por toda a Europa, e em taõ altamente se queixar de uma aggressão que nem de facto nem de direito se cometeo contra elle; porque as reiteradas protestaçoens da Corte do Brazil o deviaõ ter convencido de que a expedição para o Rio da Prata não tinha por objecto *violar os direitos* que S. M. Catholica possa ter sobre aquelle territorio: de facto, os insurgentes de Monte-Video não eraõ vassallos de Hespanha, e eraõ seos inimigos assim como de Portugal. Hé mui provavel que a administração, que naquelle tempo dirigia o gabinete de Madrid, quizesse aproveitar esta occasião para exagerar e falseficar as circumstancias deste acontecimento, quimericamente esperançada, de que as potencias, a quem recorria, se illudiriam com os seos clamores, e lhe permitiriam uma mais facil invasão em Portugal, porque tanto ambicionava, como indemnidade pelas perdas quasi irreparaveis das suas colonias Americanas. Esta conjectura terá ainda muito maior probabilidade se considerarmos que aquella mesma administração, pouco tempo depois removida dos negocios, (a contento de toda a Hespanha) conservava tal odio contra a Corte do Brazil que até ousou propor que as infantas Portuguezas, na sua chegada a Hes-

panha, fossem prezas em um convento, ou mandadas outra vez para o Brazil: passo este, que se aconselhava como vingança de uma certa offensa, a cerca da qual nunca se pediram por escripto explanaçoens algumas a Corte do Rio de Janeiro. Felismente, a prudencia de S. M. C. regeitou com despreso este indigno concelho.

Podeis estar certo, Senhor, que a exposição que venho de fazer deste negocio hé franca e authentica; e que por tanto elle terminará sem as desavenças que imprudentemente se quizeram excitar; porque as potencias medeadoras tem bastantes luzes para verem, e a Hespanha hé bem prudente para convencer-se, de que a Corte do Brazil só adoptou os meios que podia adoptar, e que a immediata evacuação do territorio de Monte-Video o faria logo cahir em poder dos insurgentes. Entrega-lo á Hespanha, que ali não tem tropas algumas que o possam defender, seria o mesmo que hir excitar consequencias, que só podem evitar-se pela temporaria occupação dos Portuguezes.

Podeis igualmente ficar certo de que esta expedição não occasionou a revolta de Pernambuco, a qual, segundo todas as apparencias, deve estar a esta hora terminada; e que bem longe de haver excitado esta insurreição no Brazil, antes a ella deverá o reino o ter escapado dos desastres que o ameaçavaõ, em consequencia de seo contacto immediato com os insurgentes das provincias Hespanholas.—Eu sou, Senhor, &c. &c.

Um Brasileiro, rezidente em Londres.

Londres, 6 de Junho, 1817.

Conspiração Portugueza.

(Artigo literalmente copiado do *Times*, de 21 de Junho, 1817.)

Lisboa, 1 de Junho.

“ O Governador de Portugal, havendo sido informado de que no paiz existia uma conspiração, cujo objecto era destruir o governo, e substituir-lhe um governo revolucionario; e que para conseguir este fim, os conspiradores empregavaõ todos os meios proprios para desencaminhar o espirito nacional, dando como provas de que S. M. intentava abandonar Portugal todos esses successos politicos, que tem occorrido há certos tempos para cá, e todos os rumores populares que delles se tem originado:—E havendo *Sua Excellencia* sabido por algum dos complices, que a frente desta infernal conspiração estava o Tenente-General Gomez Freire de Andrade, auxiliado pelo Barão d’Eben, e que elles ambos tinhaõ empregado, continuavaõ a empregar todos os seos esforços para seduzir o maior numero de soldados que podiaõ assim como de outras classes de habitantes:—E não sendo já possivel duvidar da existencia desta conspiração depois da feliz descoberta de algumas Proclamaçoens, feitas, e já impressas em nome do denominado *Concelho regenerador*, (que este hé o titulo que tomava:)—A vista destas descobertas, os Governadores do Reino, considerando nos seos deveres para com El Rey, que lhes havia confiado o governo do Reino, e nos seos mesmos deveres para com os habitantes, para com o proprio character d’elles Governadores, e para com a conservação da ordem publica, cuidaram, sem perda de tempo, em prevenir as consequencias com que todos estavaõ ameaçados. Foraõ, por

consequencia, estes os motivos que determinaram Suas Excellencias a mandar prender prontamente, em a noite de 25 para 26 de Maio, não só os dois officiaes generaes já mencionados, mas outras pessoas que se soube entravaõ ou estavaõ implicadas neste horivel projecto. Todas as possiveis diligencias se tem feito para conhecer todas as circumstancias, e para obter todas as provas, a fim de se proceder em conformidade das leis, e se obrar com justiça a respeito dos culpados.

“Temos a maior satisfacção em poder asseverar, que a prizaõ dos conspiradores se fez sem tumulto; e que os habitantes da cidade, assim como as diversas tropas da guarnição deram nesta occasião as mais decisivas provas de fidelidade e lealdade; sentimentos que só podem ser igualados pelos do horror que geralmente se manifestou quando se soube o crime de que alguns individuos se haviaõ tornado réos.”

(O *Times* do mesmo dia.)

“Escreve-se de Lisboa,—que cinco dos principaes Magistrados do paiz formaõ uma commissão, que deve examinar as particularidades da conspiração. O General Freire era o unico que havia sido perguntado até a data das ultimas noticias.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS
DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“ Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e
nossa patria.”)

LITERATURA PORTUGUEZA.

Neste artigo publicámos dois Escriptos, que se devem conciderar como documentos historicos. O primeiro hé o Elogio funebre, recitado na morte do Marquez de Pombal, que sendo destinado, por sua natureza, quando muito á figurar na Literatura patria como uma simples peça de eloquencia, passou hoje a ser um papel, verdadeiramente politico e historico, em consequencia do valor que lhe acaba de dar a Curia Romana. Antes de apparecer no publico, era bem natural que todos os Portuguezes o conciderassem como um libello ou uma satira, escripta contra a corte de Roma, pois que esta o tomou por pretexto para cometer um atentado contra a Soberania Portugueza; todavia depois da sua leitura palpavelmente se verá, que naquelle elogio não há uma só expressão com que a Curia Romana se devesse offender, e que seo auctor mostrou nelle uma tal moderação e prudencia que mais merecia louvor do que a accusação que se lhe fez. Mas a Corte Romana precisava satisfazer uma vingança; e como isso havia estado até aqui fora do alcance da sua auctoridade, descarregou então o golpe, que guardava *in petto*, sobre a primeira personagem

em que achou relaçoens, ainda que remotas, com o objecto do seo odio.

Ao menos fez com isso ainda um bem a muita gente, que podesse estar illudida com algumas apparencias de suavidade ou doçura que nestes ultimos tempos as vezes tem mostrado; e os Reys e os povos se convencerão que se hoje tambem já não dá ou tira reinos, como antes fizera, hé porque realmente não pode: as suas maximas são invariaveis, como acabâmos de ver; e na prosperidade ou na desgraça será sempre a mesma Roma, que se considera unica herdeira do imperio do mundo.

O segundo documento, a que alludimos, hé a obra, que principiámos a publicar com o titulo de—*Manuscripto de Santa Helena*. Ou ella seja realmente escripta pelo individuo que se designa por auctor, ou por pessoa auctorisada por elle, hé sempre um monumento importante, porque hé a exposiçaõ summaria de successos que formão uma das maiores epochas da historia moderna. Napoleaõ, prizioneiro em Santa Helena, hé hoje uma personagem verdadeiramente historica, porque se deve considerar como civil e politicamente morto para o mundo; e assim quanto a seo respeito se escrever, que tenha qualquer ar veridico, merece ser conservado, como uma das peças justificativas sobre que a posteridade tem direito a julga-lo. Que este escripto seja obra immediata ou mediata de Napoleaõ, não nos parece possivel duvidar: o seo estillo e as suas ideas apparecem palpavelmente neste pequeno Indice (que assim o podemos chamar), da sua prodigiosa vida e acçoens. Considerando-o por tanto como documento de grande valor historico, o hiremos publicando *por inteiro* em os Numeros seguintes.

POLITICA.—REINO DO BRAZIL.

Principiamos este artigo pela noticia official da entrada dos Portuguezes em Monte Video, e muito desejaremos que depois das muitas contradicções que tem encontrado esta expedição, ao menos a final recolha alguns fructos de verdadeiro proveito e interesse nacional. As Gazetas Inglezas, referindo-se a noticias de Buenos-Ayres, tem publicado couzas não muito favoraveis a cerca desta occupação de Monte Video; mas nós ainda esperamos que ellas não tenham o fundamento que se lhe quer dar, ou pelo menos sejam mui exageradas, como sempre costumão ser os boatos desta natureza; e por isso, no emtanto, para não nos expor-mos a comentar fabulas ou exagerações, contentar-nos-hemos em dezejar boas fortunas e segurança ao nosso exercito, e que nunca se realizem os sinistros agozoros á que muita gente o julga destinado.

A cidade e Camara do Rio de Janeiro vai levantar na Praça do Pelourinho uma Pyramide em memoria do dia da chegada d'El Rey áquelle paiz; e S. M. já se dignou aceitar e approvar este testemunho de amor e lealdade do povo da sua nova capital. O Rio de Janeiro, com effeito, tem razão para celebrar grandemente esta extraordinaria epocha, que elevou os dominios Brazilienses a tamanho gráo de altura politica; e El Rey N. S. tambem deve ter mui justos motivos para se alegrar com esta brilhante prova de afeição do seu povo Trans-Atlantico: todavia, hé sempre muito de esperar que S. M., no meio destas suas novas alegrias, nunca se haja de esquecer do seu illustre e antigo povo da

Europa. Hé verdade que em Portugal não se tem ainda levantado nenhum monumento physico em honra d'El Rey, porem levantou-se um *Monumento moral*, que durará mais na posteridade e na historia do que esse agora levantado na capital do Brazil. Sim o monumento, de que fallâmos hé todo o Portugal, que havia cahido por terra em virtude de uma perfidia politica; e que agora levantado airoza e sublimemente sobre muitas mil vidas, e copiosos rios de sangue do Povo Portuguez Europeo, que por espaço de mais de seis annos fez prodigios espantosos, está dando ao mundo o grande exemplo de um grande brio e heroismo. Assim este *Monumento moral* não se deve ter por inferior a esse monumento physico, ou dessa pyramide, que o Rio de Janeiro pertende levantar.

No dia 28 de Janeiro, de 1817, se fez na Bahia a solemne abertura da nova *Praça de Commercio*, de que se havia lançado a primeira pedra em 17 de Decembro, de 1814. Esta obra, que hé um monumento de utilidade publica, hé tambem ao mesmo tempo uma especie de monumento de gratidão, levantado em memoria da beneficencia d'El Rey, pelo povo da Bahia; porque o dia 28 de Janeiro hé a grande epocha, de que data a abertura de todos os portos do Brazil para o commercio de todo o mundo.

Os negociantes Bahianos offereceram nesse dia ao seo actual governador, o Exmo. Conde dos Arcos, uma rica e bem executada espada, *feita em Londres*. Hé muito para louvar este sinal de gratidão, que se dá a um homem publico, que de certo tem feito grandes couzas em todo o tempo do seo governo: mas para que havia de ser *feita* em Londres essa rica espada? Se em todo o Brazil não havia um artifice, que fosse capaz de a fazer, o havia certamente em Por-

tugal. Ainda não há muito tempo que Londres admirou com espanto esse chefe d'obra de industria e bom gosto Portuguez—a magnifica baixella de prata, que por ordem de El Rey se deo de presente ao Duque de Wellington. E quem sabe fazer cousas como esta, melhor saberá fazer uma espada. Os negociantes da Bahia tem sido dos primeiros (e com muita razão), que tem lamentado esse monopolio de industria estrangeira, que sufoca ou extingue a industria nacional: e então porque haviaõ de empregar estranhos em cousa que podiaõ fazer os nacionaes? Se quizermos que as boas doutrinas aproveitem hé preciso préga-las com o exemplo; só as palavras não bastaõ. Gritar que os estrangeiros nos roubaõ nossa industria, quando nós somos os primeiros que para isso os convidámos, hé pelo menos sermos muito inconsequentes.

Neste mesmo artigo—Bahia transcrevemos uma Proclamação de S. Ex. o Conde dos Arcos, relativa a revolta de Pernambuco. Este illustre governador hé na realidade mui digno de todos elogios pela actividade que desenvolveo neste cazo critico; mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de dizer, que esta sua Proclamação hé uma das medidas mais imprudentes, e até mais improprias da sua auctoridade, que elle podia conceber e executar. Foi esta medida imprudente, porque a não ser uma cousa sabida que a maioria dos habitantes de Pernambuco não teve parte naquelle delirio de revolta, o Governador da Bahia não podia empregar meio mais poderoso para os obrigar a resistir até a ultima extremidade: taes ameaças não podiaõ senão crear esforços de desesperação, que em todo o caso são fataes e perigosos. Mas, sendo assas conhecido que o maior e mais sensato numero daquella povoação abominou logo desde o principio a

atrocidade dessa rebelião, para que fim era então semelhante Proclamação, em que indistinctamente se ameaça os bons e os máos cidadãos? Alem disso, um punhado de soldados, com armas e muniçoens, hé sempre mais que sufficiente para conter um numeroso povo desarmado: e como poderá este ser logo tão fortemente ameaçado com as mais crueis calamidades, quando elle não tenha os meios necessarios para quebrar o jugo que detesta, e que oprime?

Foi a mesma medida impropria e superior á sua jurisdicção; por que donde pode um Governador da Bahia deduzir uma legitima auctoridade para ameaçar ou ordenar que uma cidade do Reino Unido Portuguez seja arrasada, e seos habitantes passados ao fio da espada? Isto só pertence a Soberania, e em mui poucos casos, e mui bem ponderados. A unica desculpa que pode ter o Exmo. Conde dos Arcos hé que esta sua Proclamação foi o effeito espontaneo de um zelo excessivo pela causa publica: porem o demasiado zelo, sem prudencia, hé muitas vezes mais fatal que a inacção, ou um delicto.

Os Exmos. Governadores do Reino de Portugal, que talvez se podessem considerar com maior auctoridade do que tem um governador de uma provincia do Brazil, mostrando ao mesmo tempo um mui louvavel zelo, e muita e mui judiciosa actividade, manifestaram por esta occasião muito maior sabedoria e prudencia, como se pode ver pelos papeis que á este mesmo respeito publicaram, e nós transcrevemos no artigo—Portugal. Mas no que toca a estes ultimos, ainda fallaremos alguma cousa no seo lugar competente. Agora continuâmos com as cousas do Brazil.

O que transcrevemos relativo a Pernambuco, copiado das Gazetas do Rio de Janeiro, e que

tem por fim mostrar os trabalhos empregados em melhorar aquelle porto, indica que aquella provincia não estava esquecida pelo governo do Rio de Janeiro; e por tanto hé uma accusação de grande força contra esses delirantes chefes de revolta, que a pertenderam fundar sobre o abandono em que os tinha o seo natural governo, e o seo Rey. Do mais que se tem passado nesta desgraçada capitania de Pernambuco, nada podemos por hora dizer, porque nada ainda se sabe positivamente. Se, com tudo, calculos de probabilidades valem de alguma cousa em os negocios moraes, não será mui fora de proposito conjecturar, que a esta hora, em que estamos escrevendo este artigo, já a antiga ordem publica deve ali estar restabelecida, attendidas as prontas providencias que logo se tomaram nas diversas partes da monarchia. Aqui cabia agora dizer-mos ainda mais alguma cousa á cerca desta revolução mas como outras scenas, quasi semelhantes, se tem passado em outras partes da Monarchia, e a rebelião do Brazil hia fazendo écho na Europa, para outro lugar ainda guardâmos o que pretendemos escrever sobre o espirito de revolução, que se tem manifestado em ambos os hemisphérios da Monarchia Portugueza.

REINO DE PORTUGAL.

Já antes dicemos que os Exmos. Governadores do Reino mostráram em o negocio de Pernambuco uma prudencia e sabedoria igual a sua prontidão e actividade; e destas medidas, que tomaram, se seguirá bem de pressa a tranquillidade das partes do Brazil, que tem estado momentaneamente inquietas. Os dois papeis

publicos, que sobre este objecto transcrevemos, são escriptos com muita moderação, e no verdadeiro espirito que o caso pedia; e fazem com effeito um grande contraste com essa famosa Proclamação da Bahia, de que já temos fallado. Já quizeramos agora tambem principiar a dizer alguma cousa sobre os ultimos acontecimentos de Lisboa; e da revolução de Pernambuco passariamos, de certo, bem naturalmente, a fallar dessa que se diz fora descoberta em Portugal, e em virtude da qual se achão já effectivamente presas algumas altas personagens. Deixaremos, com tudo, para a ultima parte das nossas reflexões a discussão dessa importante materia, que ao longo trataremos no artigo—Inglaterra. Agora só aqui publicaremos, relativo a Portugal, o *Avizo* seguinte; o que por esquecimento deixámos de fazer em outra parte: como diz respeito a cousas de commercio, parece-nos que deve ter toda a publicidade.

Lisboa, 2 de Junho, 1817.

“Ao Presidente do Concelho da Fazenda se dirigio o seguinte Avizo:—

“Illustrissimo e Excellentissimo Senhor;—
El Rey Nosso Senhor tendo presente, que alguns *estrangeiros não naturalizados*, que se achão empregados no seo Real Serviço, nos lugares de Consules, e Vice-consules em as cidades maritimas da Europa e America, pertenderam gozar nas Alfandegas do Reino Unido da redução dos direitos de entrada, estabelecida pelo Decreto de 11 de Junho de 1808 a favor do commercio e navegação nacionaes: Foi servido declarar,—que a mercê do dito Decreto não se pode estender aos estrangeiros não naturalizados, que ora servem, e no futuro servirem nos ditos lugares por ser restricta aos vassallos Portuguezes

ou aquelles estrangeiros que houverem obtido carta de naturalisação. O que V. E. fará presente no Conselho da Fazenda para que assim se execute. Deos guarde a V. E.—Palacio do Governo em 11 de Março de 1817.—Joaõ Antonio Salter de Mendonça.—Senhor Visconde de Balsemao.

INGLATERRA.

Demos principio a este artigo com a publicação de uma carta, assignada por um—“*Brazileiro, residente em Londres*,” a qual se pode ou deve considerar como uma cabal e excellente resposta á Nota que os Ministros das Potencias alliadas dirigiram ao Marquez d’Aguiar, e nós transcrevemos a pag. 553 do No. antecedente, 72. As Potencias alliadas, de certo procederam neste caso sem conhecimento de causa, e deram, por assim dizer, uma sentença sem terem previamente ouvido as duas partes; porem hé igualmente justo confessar, que da nossa parte tambem houve descuido, e esquecimento de formulas politicas, como bem advertio o *Brazileiro, residente em Londres*, pois que se fez e executou a expedição, sem que apparecesse um publico Manifesto que declarasse os motivos em que ella se fundava. Ao menos já agora saberá o mundo, e os gazeteiros Inglezes, que tanto a peito tem tomado esta questão, as razoes que teve o ministerio do Brazil para tentar a expedição; e ao mesmo passo veraõ, quam pouco liberalmente se tem comportado Hespanha a este respeito com a corte do Reino Unido Portuguez. A’ vista de tudo isto, em grandes obrigaçoens devemos estar ao *Brazileiro residente*

em Londres por ter esclarecido esta questão, e por haver, quanto em sua mão estava, justificado o Governo Portuguez, e a nação que este mesmo governo representa. Agora já a Europa sabe o que neste ponto tem obrado Portugal e Hespanha, e mais acertadamente poderá então sentencear a causa em que ambos são partes.

No mesmo artigo—Inglaterra copiamos do *Times* um bem celebre Documento que parece ter todo o ar de uma declaração official dos governadores do Reino de Portugal, ainda que ao mesmo tempo está concebido em taes termos, que por nenhuma forma o podemos considerar como obra da quelle governo. O *Times*, que mui bem deve saber donde lhe veio aquelle papel, exprime-se a respeito delle na mesma gazeta de 21 de Junho, em que o publicou, da maneira seguinte:—

“ Um artigo, *publicado pelo Governo Portuguez*,
“ declara que as proclamaçoens achadas em poder
“ do General Gomez Freire de Andrade, eraõ
“ dirigidas ao povo, em nome do *Conselho Rege-*
“ *nerador* ; que o processo dos conspiradores hia
“ principiar sem demora ; e que nada podia
“ exceder a fidelidade geral, e o bom comporta-
“ mento tanto dos vassallos como das tropas de
“ Portugal.”

Apezar desta positiva asseveração do *Times*, nós ainda não nos podemos convencer de que o tal papel seja authenticico ; 1. porque traz por data—“ Lisboa, 1 de Junho,” Ora, todo o mundo sabe que entre nós nunca se publicão papeis desta natureza, nem se dataõ actos legaes ao domingo, e o primeiro de Junho foi com effeito o primeiro domingo daquelle mez.—2. Não vimos nas Gazetas de Lisboa até 3 de Junho inclusive, e que temos em nosso poder, nem aquelle papel, nem cousa alguma que seja rela-

tiva a conspiração de que elle trata.—3. A declaração que publicou o *Times*, principia pelas notaveis expressoens—“O governador de Portugal havendo sido informado, &c. :” mais abaixo repete—“Sua Excellencia sabendo por alguns dos complices :” e a final conclue—“a vista destas descobertas, os governadores do Reino assentaram que era do seo dever, &c.” Por tudo isto se vê, que no sobredito papel se faz menção de duas auctoridades distinctas dentro do Reino de Portugal.—1. *Governador de Portugal*: 2. *Governadores do Reino*: por tanto, como não conhecemos ali estas duas distinctas auctoridades não podemos por hora convencer-nos da authenticidade do papel. Talvez que nisto entre algum erro de imprensa; mas a segunda phrase—*Sua Excellencia sabendo*, concorda tanto com a primeira; e a ultima, que pouco abaixo se segue *os Governadores do Reino*, hé tão distincta das duas primeiras; que mal podemos conceber como se podesse introduzir tão grosseiro erro, em que se envolve um contra-senso espantoso. Além disso, como hé possível, que a gazeta de Lisboa do dia 2 ou dia 3 de Junho não publicasse aquella especie de Manifesto, que ao mesmo tempo temos por mui necessario e politico? Mas todas estas nossas duvidas são meramente relativas a authenticidade do papel, e não a authenticidade da conspiração; e a cerca desta ultima passaremos agora a fallar.

Quando pela primeira vez ouvimos noticiar a existencia de uma revolução no Brazil, confessámos que altamente nos admirámos deste successo. Com effeito, se há partes da Monarquia Portugueza, que devessem estar satisfeitas e contentes com a sua sorte actual, são todas as que compoem o Reino do Brazil. Todas ellas tem ganhado excessivamente não só em proro-

gativas civis e politicas, porem em interesses commerciaes, mesmo a custa da mãy Patria, o velho Portugal; e se ainda lhes falta alguma cousa que devaõ desejar, não tinhaõ por isso razaõ para se revoltarem, e só a tinhaõ para a pedirem ao seo Rey pelos modos legaes e decentes. Por conseguinte, a revolução em Pernambuco hé a mais fora de proposito de quantas tem havido no mundo, e pecca por um escandaloso excesso de ingratitude, crime que hé sempre imperdoavel.

Naõ sentimos a mesma admiração quando soubemos da existencia de uma revolta em Portugal, ainda que todavia pasmámos de ver o modo insensato, illiberal, e até imprudente com que tal revolta era imaginada. Na mesma proporção em que o Brazil tem ganhado, tem perdido Portugal, e por isso não era para admirar que ali existissem profundos sentimentos de desgostos, dores reaes e penetrantes: e por conseguinte toda essa especie de impaciencia, que necessariamente resulta de taes enfermidades. Por tanto, uma revolução em Portugal podia ter um principio mais desculpavel, porque Portugal tem consideravelmente perdido muito da sua consideração e estado politico, assim como vio quasi de repente extinctas as fontes principaes da sua riqueza, e passou instantaneamente de chefe de familia ao estado de provincia, e de rico e abastado que era se achou reduzido a miseria e a pobreza. Mas se podia ser desculpavel em sentir, e mostrar os sentimentos da sua degradação por meios legaes, justos, e nobres, nunca poderia achar desculpa perante o tribunal da *recta* opiniaõ publica em manifestar estes seos sentimentos por meios baixos, desorganizadores, e até emminantemente falliveis e perigosos.

Do que temos dito se podem logo tirar duas

conclusoens;—1. Que Portugal era mais desculpavel que o Brazil em dezejar ver melhorada a sua sorte: 2. Que os meios, que pertendiaõ empregar os chefes deste seo melhoramento, eraõ abominaveis, desorganisadores, falliveis, e impolíticos. A vista disto verá o publico, que a marcha da nossa politica hé, e será sempre por estrada Real e trilhada; e que nem somos nem os panegiristas dos abuzos, nem os pré-gadores das revoluçoens populares, e dos reinados da anarquia. Mas estes recentes successos de Portugal podem considerar-se debaixo de dois pontos de vista. 1. Tinhaõ os conspiradores baze solida em que fundar a sua conspiração? 2. Que conceito ou que importancia se deve attribuir a conspiração e aos seos chefes? Destes dois pontos vamos separadamente tratar.

Nós já dicemos em o nosso N^o antecedente, pag. 583, tratando da revolução de Pernambuco, que—“para haver revoluçoens, por mais insignificantes que sejaõ, sempre hé preciso que tambem haja tal ou qual descontentamento publico, porque sem elle os chefes das revoluçoens não achariaõ um só homem que fosse do seo partido. “Que este descontentamento existe em Portugal, em razãõ de cauzas mui sabidas, e a primeira dellas por se ver aquelle illustre reino decahido da sua antiga consideração politica, e sem os meios que já teve de prosperidade e de riqueza; hé um facto indubitavel, e de que, mais que nunca, os mesmos Governadores do reino devem agora ter provas irrefragaveis. Logo a prudencia humana pede que se remova, quanto antes, esta baze permanente, ou descontentamento publico, porque, existindo sempre as mesmas cauzas, podem renovar-se os mesmos effeitos; e se uma revolução se mal-logra e se descobre, outra pode mui bem amadurecer e dar fructos, que em todas

as hypotheses devem ser perniciosos. As revoluções são como a hydra da Fabula, que tinha muitas cabeças: se lhe cortais uma, rebenta logo outra; assim hé preciso matar o monstro, quando não as suas cabeças são eternas. Mas não se cuide que as mesmas revoluções se extinguem com o terror e cadafalsos, quando há causas permanentes que as fomentão; estamos então no caso de se cortarem só as cabeças da hydra, que immediatamente se reproduzem debaixo do cutello: hé necessario matar o monstro politico, e este monstro hé o descontentamento publico, quando se torna geral.

Nem se diga tambem, nem se persuadaõ os que governaõ, que basta ter um bom exercito para sufocar todas as revoluções; isto hé um engano fatal: Luis XVI. tambem tinha exercito, e . . . !

Todavia não se assuste nem se aterre o nosso *Bom Rey* com estas comoções parciaes que se tem manifestado em algumas partes da sua vasta monarquia: nós firmemente crêmos que por meio de sabedoria e prudencia se podem com muita facilidade evitar consequencias violentas. Com o andar do tempo tem-se operado grandes alteraçoes nos corpos politicos: os thronos tem subido, e os povos tem baixado; de maneira que isto produzio um vacuo consideravelmente grande entre as duas molas essenciaes das monarchias. Se os thronos descem pois voluntariamente um pouco mais para baixo, até terem contacto com os povos, antes que estes subaõ, então estão salvos os primeiros; porem se teimaõ em conservar-se na mesma altura e separaçãõ, e os segundos sobem per si mesmos, como hé natural; neste ultimo cazo já a queda para alguem hé inevitavel, e há revoluções.

Os thronos e os monarchas tem a seo favor

muito mais couzas do que imaginão. Hé verdade que o espirito do seculo parece nunca haver sido tão republicano como agora, porem he tambem uma verdade, que nunca os costumes e os habitos dos homens foraõ tão monarchicos como agora; porque nunca, como no presente seculo, se viram tamanhos desejos de acumular riquezas, de gozar de todas as commodidades da vida, e de ter honras, titulos e dignidades, o que certamente não hé mui republicano. Logo he claro, que só o espirito dos tempos hé contra as monarchias, porem que todos os habitos e costumes dos povos são a favor dellas. Que devem, por consequência, fazer os governos? Empregar habilmente estes dois moveis, porque a final o fiel da balança há de pender sempre para o lado da monarchia. Com tudo hé preciso tratar tudo isto com muito geito, porque um só descuido pode ser fatal.

De quanto temos dito se pode logo coligir, que em Portugal há motivos de descontentamento, que os conspiradores fundaram sobre elles os seus planos de revolta, e que a prudencia pede que prontamente se removaõ, quanto possa ser, aquelles motivos para assim dar cabo radicalmente de todas as conspiraçoes e de todos os conspiradores.

Mas que conceito, ou que importancia se deve attribuir a esta conspiração e a seus chefes? Para responder, como convinha, á esta questão seria preciso sabermos exactamente o que era essa meditada conspiração, e o que pertendiaõ fazer os conspiradores: todavia, como nada sabemos ainda officialmente a este respeito, só sobre conjecturas e probabilidades poderemos discorrer. Se hé verdade o que se tem espalhado, isto hé, que o primeiro passo que intentavaõ dar os chefes da revolução era proclamar uma nova dinastia,

neste caso não duvidâmos asseverar que a conspiração não era nada, nem podia produzir effeito algum assustador. O povo Portuguez deseja sim ver melhorada a sua sorte, porem por meios leaes e honrosos, e nunca sofreria que se attentasse couza alguma contra o bom Rey a quem muito ama, e por quem ainda não há muito derramou immenso sangue, e perdeu muitas vidas. Se com effeito, porem, não se intentava esta mudança de dinastia, mas se as intenções somente erão recorrer a meios violentos para obter por força as reformas que o povo deseja, tambem neste caso dizemos, que os revoluccionarios não acharião partido consideravel; porque, atendido o character nacional, os Portuguezes desejaõ e suspiraõ certamente por uma reforma util em suas leis e instituções, mas nunca a receberião de outra mão que não fosse a do seo Rey, de quem confiadamente a esperaõ. Logo, em todas hypotheses, nos parece que os chefes da projectada revolucção calcularam muito mal com o espirito do povo Portuguez.

Se em todas estas falsas combinações dos revoluccionarios há pois tão visiveis erros de calculo, hé bem de crer que elles muito deliraram, e que se são dignos de horror, não são menos dignos de dó e compaixão. Que convem logo que se lhes faça? Simplesmente despreza-los? Isso só não basta: elles cometeram apparentemente um grande crime, e por isso hé preciso que esse crime appareça provado a toda a clari-
dade do dia; hé preciso que se dê aos reos todos os meios de defeza; e hé preciso a final, que a nação e elles mesmos fiquem amplamente convencidos, por todas as formulas legaes, de que são criminosos. Concluido isto, devem suas vidas por-se nas mãos do monarcha: este hé o grande attributo da soberania, que ninguem pode

arrogar-se senão elle, e sobre que ninguem sobre a terra pode dispensar, particularmente em taes crimes.

Nós neste caso não ousámos aconselhar-lhe nem severidade nem clemencia, porque o seo coração lhe dirá, mais de que tudo o que agora lhe poderíamos dizer, o que em taes circumstancias deverá fazer a bem da humanidade e da justiça. Somente mencionaremos um antigo facto historico, analogo ao facto presente.

Quando Cinna foi convencido de haver formado uma conspiração contra Augusto, este Imperador mandou chamar o réo a sua presença, e contentando-se com estranhar-lhe a sua ingratição, concluiu o seo discurso, apertando-lhe a mão e dizendo-lhe:—*Ora pois, Cinna, sejamos em fim amigos!* Cinna ficou tão abismado com este extraordinario acto de clemencia, que foi depois disto o amigo mais fiel e constante de Augusto, e quando morreo o deixou por herdeiro. Tanto hé verdade que a clemencia, empregada a proposito, produz as vezes mais proveito do que uma rigorosa justiça. Com effeito, muitas vezes há crimes, que não procedem de odio, mas simplesmente de um excesso de amor, que se não julga bem correspondido; e em tal cazo, esses crimes nunca se devem confundir com os que são filhos do odio. E quem sabe pois, se a muita saudade, e até a desesperação de se verem auzentes do seo Rey inflamaram os espiritos ardentes desses homens insofridos, que meditavão a conspiração de Lisboa?

Seja o que for, nós diremos aos nossos compatriotas, que vivem em toda a vasta Monarquia, quer seja em o velho quer em o novo mundo:—
“Portuguezes! não roubeis ao vosso Rey a
“gloria de fazer a vossa felicidade, antecipando
“imprudentemente medidas, que elle de certo

“ mais sabiamente já está preparando. Sim, e
“ qual será o bom vassallo, que lhe queira roubar
“ esta gloria? A falta de confiança no seo Rey
“ se não hé já um delicto, pelo menos hé ingra-
“ tidaõ. Portuguezes ! não sejais ingratos !”

Estes são os nossos sentimentos; e por serem sinceros, como filhos de quanto temos visto em nossos dias, e de quanto temos lido dos tempos antigos, julgâmos que também devem ser os de todos os homens, que de veras e sinceramente se interessão pelo bem da sua patria. Particularmente aos escriptores publicos incumbe inculcalos, adoçar o azedume dos espiritos aflictos e inquietos, e por nenhuma forma azedar mais o fermento da impaciencia que os instiga a meditar planos ou estultos, ou destruidores da tranquillidade social. Com effeito qual hé o homem que principia por deitar fogo a caza que só deseja ver concertada? Não seria isso o cumulo da inconsideraçãõ, ou de uma fatal imprudencia? Assim, mui errado nos parece ser o caminho que nesta parte da politica estão agora seguindo os dois nossos contemporaneos, escriptores Portuguezes em Londres, que, em vez de aconselharem o povo á paciencia, e a esperança, antes o estimulão e irritaõ.

Um delles, em um escripto que intitula *Memorial*, e que de facto hé um bem extraordinario *Memorial*, por ser ainda mais alguma couza do que uma satira; diz, entre outras muitas cousas, á El Rey, no seo No. d'Abril, publicado no principio de Junho, e a pag. 584:—“ *A nossa fraqueza e miscria (toda, toda) devemos nós a incapacidade dos nossos ultimos Reys, mormente aos da Augusta Caza de Bragança.*” Ora, com effeito hé este um bem notavel modo de aconselhar um Monarca, principiando pelo descompor, e a todos os seos ante passados ! Qual hé o individuo que

de boamente aceitaria um concelho, ainda quando mui acertado elle fosse, se aquelle que lho desse principiasse a sua arenga por uma formal e amarga descompostura? Quem escreveo o artigo, de certo não o aceitava: e então como quererá que um Rey, a quem muita consideração e respeito se deve, haja de boamente recebe-lo? Alem de se não poderem esperar resultados alguns bons destas especies de conselhos, há nellas suma indecencia e impolitica, por que o interesse publico exige que as pessoas dos Reys sejam sagradas, e por conseguinte respeitadas. Aliena-se com isto o amor do povo para com o seo monarcha; e quando ao primeiro se diz que da familia que o governa não lhe tem vindo senão *fraqueza e miseria*, como poderá o mesmo povo ter confiança no segundo? Mas se o fallar assim de algum monarcha seria sempre uma imperdoavel imprudencia, quanto maior o não hé fallar, por esta forma, de uma Familia reinante Portugueza, da propria escolha da nação, e por quem esta já, tres vezes, tem derramado rios de sangue? Hé o mesmo que dizer aos Portuguezes:—“ Vós sois o povo mais estúpido do mundo; porque tendes perdido mil vidas para sustentar uma familia que só vos tem dado *fraqueza e miseria*.” Na verdade, crêmos que o povo Portuguez não pode folgar muito com semelhante cumprimento; porque pelo menos não há auctor algum que folgue que se lhe diga na cara, que a sua obra não presta.

Quanto mais a asserção, de que se trata, hé absolutamente falsa pela historia. A Caza de Bragança está ligada com tres grandes epochas de gloria e brio Portuguez. O chefe desta illustre Familia, o Snr. D. João I. livrou-nos a primeira vez do jugo de Hespanha; e nos campos de Aljubarrôta ganhou gloriosamente a

nossa independencia nacional. No anno de 1640 esta Augusta Familia foi chamada para o throno, e com ella, e com o nosso valor ganhámos outra vez, depois de 27 annos de guerra, a nossa independencia nacional. Em fim, no anno de 1807, a ousada resoluçãõ de El Rey N. S. (quaesquer que sejaõ as circumstancias e as razoes que a motivaram) estabeleceo ainda a nossa independencia, e deo á monarchia Portugueza uma estabilidade e consideraçãõ como ella já não tinha nos tempos modernos. E entãõ poderá dizer-se com verdade, que toda a nossa fraqueza e miseria (toda, toda) tem vindo da augusta Caza de Bragança? Se grande fraqueza e miseria nos veio de alguns reinados não tem sido certamente dos da Caza de Bragança: veio-nos do reinado infeliz d'El Rey D. Sebastiaõ, e dos campos d'Africa, aonde elle sepultou toda a grandesa e gloria de Portugal; sim, reinado infeliz, e preparado nos tempos tambem infelizes d'El Rey D. Joaõ III. Daqui hé que vem toda a origem do mal, e daqui hé que as suas consequencias devem deduzir todos os espiritos imparciaes.

Mas supponhâmos ainda, que a asserçãõ era verdadeira: seria prudente e politico faze-la? "Há certas verdades, dizia Marmontel, que eu, "ainda quando as tivesse fechadas na mão, teria "grande receio de revelar." Este pois seria o cazo; por que desacreditar os Reys, hé armar o povo contra elles, e hé armar o povo contra o povo. Aconcelhemos, por tanto, os Reys, mas não os insultemos; porque só da sua mão podem vir fructos beneficos; que sejaõ bons para elles e para os povos.

O outro Jornalista Portuguez, a que alludimos, hé muito mais moderado, mas nem por isso nos parece que tratou bem, como politicamente

devia, o cazo da revolução de Pernambuco. Em o seo Numero de Maio, artigo *Revolução no Brazil*, e pag. 558, escreveo elle, entre outras cousas, a phrase seguinte:—*Agora perguntámos ao leitor candido, se não hé isto causa mais que sufficiente para fazer com que todos os habitantes do Brazil (sensatos e espirituosos) aborreção o seo governo?*

Naõ duvidâmos responder, e asseverar, que todos os habitantes do Brazil, *sensatos e espirituosos*, não tem motivo algum para *aborrecer* o seo governo. Quem tem ganhado mais do que o Brazil depois que o throno ali se estabeleceo? O Brazil era colonia, e o Brazil hé hoje um Reino. Os portos do Brazil estavaõ só abertos para Portugal, e agora estaõ abertos para todo o mundo. Os habitantes do Brazil não tinhaõ artes, sciencias nem industria; hoje tem escollas de todos os generos, tem fabricas, e tem manufacturas. O Brazil necessitava até agora de hir a Lisboa para qualquer graça ou privilegio; hoje acha tudo em si mesmo,—no Rio de Janeiro! E saõ estes os motivos que tem os habitantes do Brazil, *senatos e espirituosos*, para *aborrecerem* o seo governo? Se no dictionario da lingua Portugueza se não fez ainda alguma revolução, como se fez em Pernambuco, parece-nos, que em vez de asseverar-se que os habitantes do Brazil, *sensatos e espirituosos*, tem causa mais que sufficiente para *aborrecer* o seo governo, antes se devia dizer, que tem causa mais que sufficiente para *amar* o seo governo.

Hé, por conseguinte, de toda a evidencia, que se em toda a monarchia há quem possa queixar-se, não hé de certo o Brazil, que tem ganhado immensamente, mesmo a custa das outras partes do Imperio. Assim, se há Brasileiro, que se julgue com direito de *aborrecer* o seo governo,

hé seguramente, pelo menos, o maior ingrato do mundo. Com effeito, qual hé o anno, depois que El Rey sahio de Portugal, em que o Brazil não tem ganhado alguma cousa? Tem constantemente augmentado em povoação e riquezas de todos os generos, e até ainda tem melhorado muito de leis; porque já tem mais tribunaes superiores de justiça, que antes não tinha fora da capital, e tem grande numero de justiças locaes, que se tem estabelecido com a creação de novas Villas. Tudo isto forma uma tamanha massa de bens e prosperidade publica para um paiz novo, como o Brazil, que na verdade não merece o *aborrecimento*, mas o amor e a lealdade dos *sen-satos* e *espirituosos* habitantes daquelle reino.

Não duvidâmos de que ainda ali se precisaõ muitas reformas tanto na parte da legislaçaõ, como na parte administrativa; e que as leis que governaram o Brazil como colonia e paiz despovoado, não o podem já governar como reino, e paiz que diariamente cresce em povoação e em riqueza: desta nossa opiniaõ são provas os diversos artigos, que a este respeito se acham no Investigador Portuguez. Com tudo, porque a obra ainda não está perfeita, pode-se ou deve-se negar que esteja começada, e que já tenha feito mui consideraveis progressos? Quanto mais; a legislaçaõ para um immenso paiz, e de taõ diversas localidades, pode ou deve ser obra de um momento? Os homens vestem e despem suas leis com a mesma facilidade com que vestem e despem seos vestidos? Todas estas consideraçoens deviaõ certamente fazer mais circum-specto o escriptor publico, que escreveo o artigo de que estamos tratando: sim, o artigo hé uma satira directa do governo do Brazil, e uma apologia mui clara não só da Revoluçaõ de Pernambuco, mas de todas as revoluçoens que ainda

possaõ haver no Brazil. Com tudo, á todo o bom Portuguez e Brasileiro só compete aconselhar revoluçoens feitas por El Rey, e reprovar todas as que forem feitas pelo povo, ou em nome do povo. A nossa divisa hé a que já por outras vezes temos repetido, e ainda agora repetiremos:—“*Tudo a favor do povo, e nada pelo povo ; tudo feito pelos governos, para o que o povo nada faça.*”

O bloqueio Pernambuco já vai produzindo bons effeitos. No fim de Junho se soube em Londres, que um navio Inglez, com polvora abordo, fora apresado pelos navios que bloqueiaõ o porto ; e a este mesmo respeito vimos depois uma carta da Bahia, com data de 25 d’Abril, que diz em suma o seguinte:—

“Aqui chega, mandado pela esquadra Portugueza, que bloqueia Pernambuco, o navio Inglez *Venus*, capitão Lawson, ao qual, se diz, fôra intimado pelo commandante do bloqueio por duas vezes successivas que aquelle porto estava bloqueado, e por conseguinte não entrasse nelle e fosse para onde bem lhe parecesse. Apezar disto, insistio em forçar o dito bloqueio ; e pretendendo entrar de noite, o commandante do bloqueio mandou-lhe examinar os papeis abordo, e entre outra carga se lhe acharam 400 harris de polvora. Feitos os exames necessarios, o commandante mudou-lhe a tripulaçaõ, meteo-lhe um capitão Portuguez de prêza, e o mandou para aqui.

“Com forme as leis das naçoens, e a pratica geralmente seguida pelos Inglezes, hé aquelle navio muito *boa preza*. Resta agora ver, se hé ou não condemnado como tal pelas nossas auc-

toridades ; e se no caso de o ser, o nosso governo se intromete nisso, é o manda entregar. Um tal procedimento só serviria para exasperar mais o descontentamento do povo.”

Somos informados de que o commandante dos navios da Bahia, que estão bloqueando Pernambuco, o Snr. Rufino, hé um antigo official da marinha Real, e mui valoroso e intelligente : todavia, parece-nos que no caso presente elle se mostrou demasiadamente comprimenteiro com o navio Inglez que intentava forçar o bloqueio ; e que vendo, depois da primeira intimação, que elle não obedecia, devia immediatamente apreza-lo. Agora verá o mesmo commandante a que perigo hia expondo a causa que defende, porque tendo tantas contemplaçoens com o navio Inglez, expoz-se a que elle podesse entrar furtivamente, e presenteasse os revoltados com 400 barris de polvora ! Em circumstancias taes não há contemplaçoens nem cumprimentos ; e hé bem de presumir que para o futuro o Snr. Commandante Rufino não seja tão paciente com outros quaesquer navios que se apresentem deante do porto com a mesma resolução que tinha o *Venus*. Quanto a dever-se considerar como boa preza o dito navio, parece não poder excitar-se a mais pequena duvida. Em nossa opiniaõ, elle devia ser immediatamente sentenciado, e vendido, para com o seo producto tambem se darem as partes do estilo aos apresadores, e da parte que pertence ao governo se pagar logo um bom e generoso frete aos donos dos ditos navios mercantes que, armados em guerra, fazem obloqueio. Este hé o melhor meio de ter nas occasioens necessarias bons commandantes e bons marinheiros, assim como quantos navios queira ter o governo : mas se assim se não fizer,

a deos patriotismo, e zello pelas cousas do serviço publico.

Agora consta por via de Liverpool, que outro navio Inglez, chamado *Elise*, querendo forçar o bloqueio de Pernambuco, fôra apresado pela esquadra bloqueadôra. Não sabemos, se tambem tinha a bordo polvora, ou muniçoens de guerra.

Parlamento Imperial.

Na sessaõ da Caza dos Communs de 3 de Junho, Lord Castlereagh apresentou uma Mensagem de S. A. R. o Principe Regente, relativa a ultimo Presidente da Camara.

“GEORGE, P. R.

“O Principe Regente em nome, e fazendo as vezes de S. M., julga a proposito informar a Caza dos Communs, que havendo tomado em consideração os emminentes e distinctos serviços do R. H. Carlos Abbot em todo o longo e bem maravilhoso periodo em que occupou o lugar de Presidente desta Caza, houve por bem conferir-lhe a dignidade de Baraõ do Reino-Unido, com o titulo de Baraõ Colchester, de Colchester, no Condado de Esses. O Principe Regente recomenda á Caza dos Cominuns o habilite para poder formar um estabelecimento para Carlos, Lord Colchester, e para seos filhos varoens e herdeiros, que depois venhaõ a succeder-lhe no mesmo titulo, conforme o que mais justo e racionavel lhe parecer nas circunstancias presentes.”

“GEORGE P. R.”

O individuo, que foi nomeado para succeder a Lord Colchester no emprego de *Speaker*, ou

Presidente da Caza dos Communs, hé Mr. Sutton Manners ; e a sua nomeação teve lugar na sessão do dia 2 de Junho, por 312 votos.

Na mesma sessão dos Communs do dia 3, Lord Castlereagh appresentou outra Mensagem do P. R. pela qual communicava á Caza papeis importantes a cerca do estado de perturbação em que está o páiz. O resultado desta comunicação foi proporem os Ministros em ambas as Cazas a continuação da suspensão do *Habeas Corpus*. Este ponto debateo-se primeiramente na Caza dos Lords, e a sua terceira leitura se fez na sessão do dia 19 de Junho, sendo o resultado, que o Bill para continuar a suspensão foi approvado por 141 votos contra 37.

O mesmo Bill foi debatido na Caza dos Communs, e a sua terceira leitura se fez, e foi approvada na sessão do dia 27 de Junho por 195 votos contra 65, com a clausula de que a suspensão do Acto *Habeas Corpus* só duraria até o 1º de Março, de 1818.

Na sessão da Caza dos Lords do dia 26 de Junho, Lord Sidmouth apresentou a lista das pessoas que se achavaõ prezas a ordem do governo em virtude da primeira suspensão do Acto ; e o seo numero hé ao todo, nas diversas prisoens, de 31 individuos.

O Budget para o anno corrente, proposto na Caza dos Communs, na sessão de 20 de Junho, pelo Chancellor de Exchequer, foi calculado ao todo em 22,141,537*l*.

Para suprir esta quantia há das rendas publicas uma soma disponivel,

calculada em	£. 9,541,537
Emissão de Bills do thesouro de Irlanda	3,600,000
Dita de Exchequer Bills	9,000,000

£. 22,141,537

Processo dos Criminosos de Estado.

Em consequencia dos successos, que houverão em Londres em Dezembro passado, no dia do Ajuntamento de Spa-fields, foraõ prezos, como criminosos d'alta traiçaõ, quatro individuos, cujos nomes são os seguintes:—James Watson;—Arthur Thistlewood;—Richard Hooper;—e Thomas Preston. O seo processo se fez com todo o apparato e publicidade propria das leis do paiz, e como a gravidade do caso pedia. Este memoravel e interessante processo começou pelo primeiro dos individuos já nomeados,—James Watson; e depois de todas as formulas legaes de uma ampla accusaçã e defeza, o *Jurado* se recolheu para meditar no cazo, e proferir a sua sentença. A anxiedade do publico era extrema; e a final no dia 16 de Junho, as 6 horas e meia da tarde, o *Jurado*, depois de haver estado deliberando por espaço de duas horas, publicou a sua opiniaõ,—“Not Guilty:”—*innocente*. No dia seguinte, os outros tres individuos, accusados do mesmo crime de alta traiçaõ, foraõ igualmente julgados innocentes porque sendo o seo crime o mesmo que era o do primeiro, era de necessidade fossem sentenceados como elle. A alegria publica foi extraordinaria, porque se receava muito que aquelles quatro individuos fossem immolados á justiça, como victimas necessarias nas circumstancias dos tempos. Todavia a independencia do *Jurado*, apesar de ser um *Jurado especial*, não olhou para contemplaçoens algumas; e tendo só em vista a sua consciencia, a natureza do crime, e a natureza da accusaçã e accusadores, deo uma sentença que muita gente não esperava, e que talvez nunca se daria em parte alguma do mundo, fóra de Inglaterra. O que

certamente salvou os accusados foi ver-se que algumas das principaes testemunhas, que depozeram contra elles, eraõ tidas e havidas como *espioens de policia*; e esta só circumstancia horrorizou tanto o *Jurado*, que os declarou innocentes. Em um paiz, em que o senso moral ainda tem tamanha influencia, de certo grandes couzas se podem fazer! Em outra qualquer parte do continente, os accusados não sahiriaõ livres com a mesma facilidade: se os juizes lá os não podessem castigar como reos de alta traiçaõ, buscar-lhes-hiaõ *alguma pontinha*, como se diz em nossa terra, e seriaõ sempre condemnados ou por *ter caõ*, ou *não ter caõ*, como vulgarmente se diz. Em Inglaterra não se faz assim: hé um homem accusado de um crime, e este não se prova, hé immediatamente pôsto na rua, e já não há pontinha por onde lhe pegar, se não depois de solto, e em virtude de outra nova accusaçãõ legal.

Bom hé que agora em Portugal, aonde se vão tratar processos desta natureza, não se percaõ de vista estes principios, e que os Juizes, já que lá infelismente não temos o grande *Paladium* da liberdade pessoal—os *Jurados*, olhem bem para a qualidade do crime, e qualidade dos accusadores e testemunhas; porque tanto maior hé o delicto tanto mais incorruptiveis e luminosas devem ser as provas. Dar pelo simples testemunho de denunciantes occultos, e infames espioens de policia, para perder os cidadaons, hé uma das maiores atrocidades moraes, que se podem cometer contra a santidade da justiça, e contra a liberdade dos homens!

No dia 18 de Junho se fez em Londres a abertura da famosa ponte, chamada de Water-

loo, que fica entre outras duas pontes, a de Blackfriars, e Westminster. As suas dimensoens são as seguintes :

Total comprimento desde o *Strand* até Lambeth, da outra parte do rio - - 2,890 pés.

Largura total, entre as balausteadas - - - - - 42 dos.

Hé a maior ponte de todas as de Londres, e vai ser o monumento da grande epocha da gloria de Inglaterra. Queira Deos que não va marcar tambem a epocha da sua decadencia ! A grandeza humana tem um ponto, alem do qual nunca passa : de pois de la ter chegado, hé preciso descer. Grande lição de moral, se os povos e os governos a estudassem !

Espirito publico da Nação Inglesa.

J. P. Kemble, o primeiro dos Actores tragicos de Inglaterra, acaba de retirar-se do theatro. Por occasião disto, se juntou em Freemason's Tavern, no dia 27 de Junho, uma numerosa, e brilhante companhia, composta de Lord Holland ; Duque de Bedford ; os Marquezes de Lansdown, e d'Abercorn ; os Condes de Aberdeen, de Essex, de Harrington, de Mulgrave, e do Blessington ; os Lords Erskine, Petersham, Worcester, e Torriton ; outras muitas personagens e Membros da Academia Real ; e os principaes actores de ambos os theatros—*Covent Garden* e *Drury Lane*, e o famosa *Talma*, actor Francez, hoje viajante em Inglaterra.

Depois do jantar e saudes do costume, Lord Holland, que era o Presidente, disse :—Que elle bem cuidava poder ter a honra de presentear já naquella occasião ao seo amigo que tinha ao

lado (Mr. Kemble) com a *peça de prata*, que toda companhia lhe havia destinado; mas como aquella rica obra (um magnifico vazo), ainda não estava acabada, se contentaria de apresentar o seo desenho, e a inscripção se lhe destinava, e que era a seguinte:—

“ A J. P. Kemble, por occasião da sua despedida do theatro, do qual, por espaço de
 “ 34 annos, foi ornamento e gloria; o qual
 “ deve a seo saber, gosto, e genio seo estado
 “ actual de perfeição; o qual, debaixo de
 “ seos auspicios, e em virtude de seos constantes trabalhos, sempre mui dignamente empregados em manter o verdadeiro Drama, e mui particularmente a gloria de Shakespeare; chegou a um
 “ gráo de esplendor e prosperidade como
 “ nunca havia tido antes; e o qual, por
 “ este seo alto character adquirio muito
 “ maior honra e dignidade;

“ ESTE VASO,

“ Dada de um grande numero de seos
 “ admiradores, como sinal de sua gratidão,
 “ respeito, e affeição foi apresentado, pelas
 “ maons do seo Presidente no dia 27 de
 “ Junho, de 1817.”

Depois disto se fizeraõ saudes a Mr. Kemble, e a outras mais individuos, um dos quaes foi *Talma*, o qual, bebendo em agradecimento, concluiu a sua saude com as seguintes expreçoens, que enthusiasmaram toda a companhia:—

“ A felicidade da Nação Britannica, e do Theatro Britannico.”

Em um paiz, em que assim se honraõ os talentos de toda a especie, e aonde para isso concorrem os primeiros individuos da primeira nobreza, deve haver um grand espirito publico, e uma patria. Em taes naçoens bem pouco tem

que fazer os governos: ellas fazem tudo; mas elles sempre tem gloria de as haverem educado; e apezar disso á esta gloria bem poucos há que, desgraçadamente, aspirem.

A Gazeta da Corte de Vienna do dia 14 de Junho, refere que a Arquiduqueza, Princeza Real do Reino-Unido Portuguez, já tinha chegado á Florença.

CORRESPONDENCIA.

Pezo da Regoa, 27 de Maio de 1817.

Snrs. Redactores; — Tomei a liberdade de escrever a V. M^{ces} em 24 do passado quando lhes communiquei as observaçoens, que então se me offereceraõ, respeito á impolitica importação de vinhos estrangeiros no Brazil; motivadas pela noticia, que aqui recebemos, de ter entrado no Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro, o Bergantim Inglez Alfred, Capt. M. Mahy com vinhos da Catalunha. O que então sentimos nesta terra, não tem as palavras força de exprimir; mas V. M^{ces} podem formar uma remota idéa da nossa consternação, lembrando-se, que sendo a nossa subsistencia inteiramente dependente da venda dos nossos vinhos (unico producto deste Paiz), que necessariamente deve magoar-nos tudo quanto possa prejudicar este negocio; e certamente nada o prejudica mais, do que a concorrência dos vinhos estrangeiros

nos nossos mesmos mercados, por tantos titulos injusta, e ainda mais pela sua qualidade; porque só aos nossos compete o que o nosso Camoens disse na 4^a 8^a do canto 10 da Luziada.—

. . . Vinhos odoríferos, que acima
Estão não só do Italico Falerno,
Mas da Ambrosia, que Jove tanto estima.

Quando nos lizongeavamos com a bem fundada esperança, de que nossas justas preces tivessem sido attendidas : quando ainda entoavamos canticos, pela exaltação ao Throno, e conservação do melhor dos Reys, parece que só por fado da nossa estrella adversa, fomos precipitados da maior alegria, na mais profunda tristeza, ou antes desesperação, com a noticia de, que a mesma impolitica importação continúa nos portos do Brazil : hé por essa razão, que a rôgo de meus vizinhos, novamente me dirigo a V. M^{ces} para ver se pela publicação de nossas repetidas preces, podemos alcançar, o que hé de justiça, e até de absoluta necessidade : isto hé pôr um termo, ou ao menos diminuir quanto for possivel a importação de vinhos estrangeiros, para não vermos, que todos os dias (como por exemplo no Rio de Janeiro) damos passos para a nossa ruina : nem menos se deve esperar de quem, a troco do que não precisa, dá os seus preciosos generos que devia permutar só por artigos, que não tivesse, ou pelo representante de todos os generos.

Tomei por exemplo o Rio, por que só naquelle Porto se fizeraõ, só em metade do mez de Março, proximo passado, as seguintes importações :

Em 2, de Baltimore, a Escuna Americana, Orra, M^e Joshua Doane com Vinho.

Em 4, de Gibraltar, o Bergantim Inglez, Eolo, M^e F. Hocquard com Vinho.

Em 5, de Tarragona, o Bergantim Inglês, Sandwich, com Vinho, e Agoa-ardente.

Em 6, de Bordeaux, a Escuna Franceza Lisa, com Vinho.

Em 8, de Gibraltar, o Bergantim Inglês, Especulador, M^e Gould, com Vinho.

Em 9, de Tarragona, e Gibraltar, o Bergantim Inglês, Robert, M^e S. Finch com Vinho.

Em 10, de Tarragona, a Escuna Ingleza, Hope, M^e P. Youson com Vinho.

Em 15, de Benecarlo, e Gibraltar, a Galera Ingleza, Mary Anne, M^e E. Hadeyray com Vinho, e Agoa-ardente.

Em 17, de Gibraltar, a Galera Sueca Margarida Luiza, M^e N. Jesseu com Vinho, &c.

A' vista de similhante importação não hé de admirar que os armazens em Portugal, e Madeira estejam cheios de vinho; e se contra toda a justiça, e razão se continuar, pode-se predizer e até prefixar sem receio de erro grande, o termo da nossa ruina, a qual sem duvida se teria já realizado, a não ser o prestavel auxilio, incessantes esforços, e admiravel direcção que temos recebido dessa illustre corporação, obra prima do modello dos ministros, o incomparavel Pombal: mil louvores lhe sejam dados; muitos mais se lhe devem só pela sabedoria com que se regularão as vendas este anno, e que ao mesmo tempo que animarão o commercio, ampararão a lavoura quanto possível.

Ao observaçoens que a Vmces. transmitti na dita minha carta diziaõ respeito a um simples facto de importação em navio Inglês; mas a pasmosa lista da importação que deicho transcripta, furnesse mais amplo assumpto, e por isso alem de confirmar o que então disse, porque tudo hé applicavel ás differentes importaçoens,

acresce notar, que a primeira enumerada, hé feita em embarcação Americana, e em tempo em que o Congresso Americano ordenava os dous seguintes artigos :—

1. Não se importarão fazendas para os Estados Unidos, senão em navios, cuja propriedade seja de cidadãos destes estados, ou de Paizes aonde essas fazendas tenham sido plantadas, produzidas ou manufacturadas.

2. No caso de contravenção do artigo precedente serão confiscados o navio, e sua carga.

Medida util e necessaria, e que só o Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves tem desprezado. Essa Russia, que muitos tinham há pouco tempo, por uma nação pouco culta, já em 1724 (segundo as instrucções do governo aos consules nos Paizes Estrangeiros, datadas em S. Petersburgo aos $\frac{18}{30}$ de Novembro de 1816), tinha prohibido importar em navios ou vasos Estrangeiros, fazendas, que não fossem de producção, crescimento, ou manufacturas dos paizes a que esses navios verdadeiramente pertencessem; e debaixo da pena de perdimento das fazendas assim como do navio em que fossem importadas. Hé por tanto forçoso, e justo que o Reino Unido adopte uma medida tão util, e geralmente praticada, e quanto antes; porque com o tempo crescerão as difficuldades; e se os Americanos se acostumaõ a importar vinhos no Reino Unido sem os terem seus, que fará quando os cultivarem das plantaçoens, que estão fazendo em Tenibechy no territorio Mississippi! Portugal vê com desgosto, e pena os navios desta nação, sahirem seus portos constantemente em lastro, e levar em boa prata o producto de suas cargas, que em muitas occasioens são importadas, em directa opposição aos interesses d'agricultura nacional.—*Domine salva nos perimus!*

A ultima importação enumerada na sobredita lista, hé feita em embarcação Sueca!!! que incomprehensivel, e prejudicialissimo desleicho! Portugal, nação agricola, recebendo vinhos estrangeiros, por via de uma nação mineira! e em que tempo! quando justamente estava o governo Sueco prohibindo a importação de todos os vinhos em todos os seus Estados, (á excepção dos necessarios para o santo sacrificio da Missa!!!) *Vide* Proclamação datada de Stockholmo 3 de Abril de 1817. Que melhor occasião quer o Brazil para beneficiar o seu commercio das Madeiras, retribuindo á Suecia com a prohibição das suas madeiras, que só o luxo faz necessarias em Portugal?—*Domine salva nos perimus!*

Naõ me admiro de ver a introducção do Vinho de Bordeaux, e que a afeminacão Brasileira, ache nelle pela novidade, e por estrangeiro, as delicias, que lhe faltaõ, para competir com os nossos vinhos; mas admiro que seja admittido em taes termos, que se possa vender por metade do que o nosso vinho; como por exemplo no Rio de Janeiro no *Hotel du Royaume du Bresil*, aonde Gafurio & C^a daõ um jantar por 800 reis incluindo *uma* garrafa de Vinho de Bordeaux, ou *meia* do Porto. Se elles fossem ali sujeitos aos mesmos direitos, que esses patriotas Inglezes lhes tem ahi imposto, pagariaõ no Brazil naõ menos de 585 reis por cada garrafa, e entaõ naõ teriaõ os Snrs. Gafurio & C^a occasião de nos fazer guerra—*Domine salva nos perimus!*

Do que fica exposto nesta, e na antecedente parece justificada a prohibição de todos os Vinhos Estrangeiros, que imploramos, ou ao menos o equivalente, naõ permitindo as importações senaõ em navios da nação productriz, e a estes impondo-lhes os mesmos direitos, que os nossos Vinhos forem obrigados a pagar nas re-

spectivas naçoens ; e com esta justa medida não só se favorecerá o commercio, e lavoura ; mas se animará a navegação, que bem caresse de socorro, pois que não só tem sido prejudicada com os factos referidos ; mas tambem com o imperdoavel abuso, de consentir a navios estrangeiros o commercio de cabotagem, como se consentio no Rio de Janeiro ao Bergantim Inglez, Acorn, Mestre Owen Lewis, que sahio em 13 de Março para o Maranhão. Hé de admirar, que em tão pouco tempo esquecessem as providentes, e immediatas ordens de S. M., communicadas por Portaria do nosso bom governo de Lisboa em data de 23 de Novembro de 1816. São favores que nenhuma nação consente, e muito menos a zelosa Inglaterra, depois que a sempre memoravel Isabel, creadora (perdoe-se-me a expressão) da opulencia da Gram-Bretanha, cimentou essa avultadissima Marinha com o admiravel Estatut. 5, c. 5, intitulado—*An Act touching politic constitutions for the Maintenance of the Navy*, protegendo as pescarias, e restringindo aos navios nacionaes o *Coasting Trade* (Cabotagem) como o meio mais poderoso para augmentar a navegação. Foi este Acto, que originou o famoso *Act of Navigation*, pelo qual não hé permitido a nenhum navio, ou vaso, que não seja propriedade Ingleza, e navegado ao menos por tres quartas partes de Inglezes, carregar, ou transportar, de um porto a outro, sobpena de perdimento da fazenda e navio ; metade para o Rey, e metade para o denunciante. A experiencia tem provado a utilidade ; mas a Inglaterra sempre insaciavel, tem ultimamente feito ainda mais, tem prohibido hir mesmo em *lastro* de um porto a outro, senão for navio Inglez, e navegado inteiramente por officiaes e marinheiros todos Inglezes. Vide 34 Geo. 3, c. 68, e 42 Geo. 3, c. 61.

Faz-se desnecessaria qualquer observação minha alem do exposto, e por tanto terminarei esta, pedindo a Deos guarde a Vmces. como dezeja o seu

Venerador,

LUZO VINHATEIRO.

Resposta a um Snr. Correspondente de Portugal.

A sua carta, relatando as causas do descontentamento em Portugal, causas, que Vmce. julga darão ousadia a mais de um conspirador, hé demasiadamente longa, e por isso não poude ser publicada neste Numero. Fica para o seguinte sem falta: o que se não faz em dia de Santa Maria faz-se ao outro dia.

Erratas mais notaveis do No. LXXII.

Pag.

- 443 desse moccasiaõ, *l.* dessem occasiaõ.
- 460 amegas Gothicas, *l.* ameyas Gothicas.
- 463 tom se voz, *l.* tom e voz.
- 483 for, *l.* foi.
- 505 e esta arvore, *l.* a esta arvore.
- 545 acomhada, *l.* acompanhada.
- 587 docadencia, *l.* decadencia.
- 597 um, *l.* uns.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

AGOSTO, 1817.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

MEMORIA ou Orçamento do numero de Lampioens
que são necessarios para allumiarem as ruas
da Cidade do Porto; seu custo promptos, e
collocados em estado de servirem; e a despesa
que farão sendo accezos todas as noites em que
não houver Luar.

A CIDADE do Porto tem de superficie mais de
840000 braças quadradas, sendo cada braça de
dez palmos: toda ella hé cortada de muitas
ruas, e travessas que na cidade velha são mui
estreitas, e tortuosas; o que hé grande inconve-
niente para a collocação e economia dos Lam-
pioens: por isso que propagando-se a luz em

linha recta, e para todos os lados vem a ser quebrada nos differentes angulos, que fazem as mesmas ruas, e por conseguinte necessario maior numero delles.

Hé uma lei conhecida por todos os physicos, que a intensidade da luz está na razão inversa do quadrado das distancias, isto hé, que os raios da luz allumiaõ tanto menos quanto estão mais distantes do corpo luminoso, porque tendo de passar por differentes meios, mais ou menos densos, uns raios são absorvidos, outros retardados, e alguns reflectidos sem se poder sugeitar a um calculo exacto; daqui vem que a mesma luz ou de azeite ou de cera, ou de qualquer outro combustivel sendo a torcida, e todos os mais dados iguaes illumina mais ou menos nas differentes estaçoens, e noites do anno, segundo o ar está mais ou menos carregado de vapores ou em uma mais justa, ou irregular proporção dos seus componentes, o gas oxigenio, e o azote. Em consequencia vê-se, que não hé possivel sugeitar o objecto em questãõ a um calculo simplesmente theorico, sem o comparar com observaçoens, e experiencias.

Concurri por tanto para que se fizesse um lampião quadrangular de quatro bicos, com espelhos concavos prateados sobre lataõ, de 1,596 polegadas cubicas; fiz-lhe deitar algumas noites $\frac{3}{4}$, e outras um quartilho de azeite da melhor qualidade; pôzeraõ-se-lhe quatro torcidas de algodão, de doze fios cada uma, e observei:

1. Que as luzes deste lampião allumiavaõ muito bem a mais de 300 palmos de distancia.

2. Que ellas se conservávaõ accezas até 7 horas, quando se lhe deitavaõ $\frac{3}{4}$ d'azeite, e 8, 9, e ás vezes mais, quando se lhe deitava um quartilho.

Tambem observei os lampioens da rua das Flores, Rellação, e Ponte, e notei que os primeiros propagavaõ a luz á mesma distancia com pequena differença; mas que os outros davaõ uma luz mais fraca, que se tornava quasi nulla na distancia de 80 palmos os da Ponte, e de 70 os da Rellação; cujas differenças taõ notaveis nos dous ultimos saõ produzidas da sua diversa construcção, do numero das luzes, e talvez da qualidade d'azeite, pois que uns, e outros só tem dous lumes; e ainda que os primeiros saõ construidos com espelhos, não tem aquella convexidade necessaria, e por conseguinte não podem reflectir bem os raios luminosos; e os segundos saõ defeituosos pela sua construcção de boya, que absorve e separa os raios no cylindro, alem de muitos outros inconvenientes. Notei mais, que os seus vidros não estaõ bem limpos, e que enegrecem todas as noites, talvez pela má qualidade do azeite, e mais razoens expostas.

Logo a luz hé tanto melhor, quauto hé a construcção do lampião, a qualidade da torcida, e do azeite; e portanto devem preferir-se os lampioens de bicos aparados com espelhos concavos prateados, e bom azeite que arde melhor e com menos fumo.

Tomando pois o termo medio acha-se que um lampião allumia bem, tendo as condiçoens ponderadas até a distancia de 150 palmos, e na verdade a luz principia a enfraquecer de 130 por diante: mas como os lampioens se devem avistar reciprocamente todas as vezes que for possivel, a luz d'um encontrando-se com a luz do outro será sufficiente para allumiar bem a rua naquelle espaço, e para favorecer a guarda da policia, sendo preciso: e por conseguinte a maior distancia de lampião a lampião devera ser 300 palmos.

Se todas as ruas da cidade fossem direitas o calculo para o numero de lampioens seria simplicissimo; bastaria entã medi-las, somar os seus comprimentos reduzidos a palmos, dividir a soma por 300, e o quociente daria o numero de lampioens; mas não hé possivel seguir rigorosamente este methodo por haverem muitas praças, largos, e travessas, e como a luz se propaga para todos os lados, convem muitas vezes colocar o lampião nos angulos, que fazem as ruas com as suas travessas, a fim de allumiar ao mesmo tempo para dous ou tres lados, e por conseguinte a distancia deverá ser algumas vezes menor de 300 palmos: vê-se por tanto que este calculo não pode deixar de ser arbitrario, e conforme ás ideas do director deste trabalho. A' vista de todas estas difficuldades medi e combinei as ruas umas com as outras, dei mais attenção ás principaes, e entradas da cidade, e por um calculo o mais aproximado, que seria mui longo referi-lo, sendo bastante da-lo separado, quando se verifique a execuçaõ, achei que ella se pode illuminar bem com 800 lampioens, não entrando bairros, e ruas pouco frequentadas, como são v. g. as do Barredo, Forno velho, &c. &c., aonde se podem colocar alguns, mas não com regularidade.

Tenho pois demonstrado serem necessarios 800 lampioens, e que os de bicos aparados, como já disse, são os melhores: vejamos agora o preço porque ficará cada um, e juntamente o ferro em que o mesmo lampião se deve suspender, com a despesa precisa para os chumbar.

Os primeiros lampioens que se fizeram este anno com espelhos prateados sobre lataõ, pintados, e promptos para servirem custaraõ 14\$400; e os ferros em que se suspenderaõ pagaraõ-se desde 9\$600 até 19\$200 segundo era mais ou menos simples a sua construcção.

Examinando porem separadamente as diferentes peças dos lampioens, como Folha de Flandres, vidros, espelhos, tinta, e dias de trabalho, digo que os lampioens nunca podem custar mais de 11\$000 cada um, e por conseguinte os 800 emportarão 8,800\$000.

Quanto aos ferros estabeleceremos em primeiro lugar, que elles devem ser o mais simples possivel, seguros, e decentes, iguaes, e semelhantes, tanto por uniformidade, como para não haver differença no custo, podendo servir de modelo os da Rua nova de S. João, ou dos Ingleses, que reúnem as vantagens ditas; e com effeito tendo cada ferro de pezo desde 72 até 80 arrateis, e devendo elles ser pela nossa proposição mui simples, nunca o seu feitiço deve exceder o preço mais ordinario porque se fazem as grades de ferro; isto hé de 100 reis por arratel de ferro, e mão d'obra; preço excessivo no tempo actual em que se vende o quintal de vergalhão a 4\$600, e por conseguinte o arratel a $35\frac{3}{2}$ reis, e suppondo-os todos de 80 arrateis, juntando a cada um 600 reis para tinta, por isso mesmo que o ferro exposto ao ar, e chuvas se oxida, e por tanto se deve pintar, achamos que os ferros nunca devem custar mais de 8\$600 reis cada um.

As despesas precisas para os chumbar são mais ou menos variaveis pelos carretos, e chumbo; entretanto suppondo necessario para carretos 240, e para chumbo, e lenha 360; para um pedreiro, e moço 400; e juntando esta somma ao custo do ferro a quantia de 9\$600 reis será o emporte de cada ferro, e por conseguinte os 800 emportarão 7,680\$000.*

* O que se poderá conseguir sem violencia por dous modos, e isto em ambos os cazos, ou fazendo trabalhar os officiaes pelo seu jornal ordinario, ou mandando-os arremattar

Tomando agora todas as parcellas, um lampião com o seu ferro, chumbado, em estado de servir custará 20\$600, e os 800—16,480\$000 reis, cujo calculo poderá ter alguma differença pela necessidade talvez de fazer algum concerto nos cunhaes, para o que deveremos contar com mais 400\$000; assim como tambem hade ser preciso fazerem-se mais 12 lampioens, que devem estar promptos de reserva para quando se quebrarem alguns, ou for necessario concertalos: logo a primeira quantia necessaria para o levantamento dos lampioens será 17,012\$000 reis.

Para se calcular a despesa d'Azeite, que fará um lampião hé necessario attender á sua qualidade, á da torcida, numero de luzes, horas que deve arder, e estação do anno; e depois de tudo isto confronta-las com a experiencia.

Já vimos que a bondade da luz estava na razão directa da qualidade do azeite, e torcida; e que um lampião de 4 luzes de doze fios cada uma gastava um quartilho d'azeite no espaço de 9 horas ou pouco mais.

Tambem hé conhecido por todos, e demonstrado pelos chimicos, que a combustão hé tanto mais prompta quanto o ar está mais puro, ou com maior quantidade de oxigenio; e por isso no inverno, não havendo nevoeiros, os corpos combustiveis ardem mais facilmente e dão melhor luz: em consequencia neste tempo o consumo d'azeite será maior, independente de serem muito maiores as noites.

Tomando pois o meio entre os dous extremos da maior noite de inverno que tem 14 horas, e da mais pequena de verão de 6, achamos o numero 10, tempo em que regularmente devem

com a condição de serem, depois de feitos, approvados pelo Ill^{mo} Senado, ou por pessoa de reconhecida probidade, e conhecimentos em quem se delegue este poder.

estar accezos os lampioens; e como um lampião com as condições expostas gasta um quartilho d'azeite em nove horas mais ou menos, augmentando-lhe $\frac{1}{4}$ no tempo de inverno, e diminuindo tambem $\frac{1}{4}$ no verão, isto hé dando para cada lampião no inverno cinco quartos do quartilho d'azeite, e $\frac{3}{4}$ de verão, fica o nosso calculo reduzido a um quartilho para cada noite, e por tanto mais simples; o que na verdade me parece sufficiente por não ser necessario que o lampião se conserve sempre acceso desde o principio da noite até ao amanhecer.

Mas como se devem aproveitar todas as horas de luar, e nós sabemos por um calculo approximada, que a terra hé illuminada pela lua somente $\frac{1}{2}$ de tempo no espaço de uma revolução lunar, e a observação mostra, que muitas ruas são escuras nesse tempo, por serem mais ou menos estreitas, e que há muitas noites em que a lua não apparece por causa dos nevoeiros; hé por tanto mais prudente contar só com $\frac{1}{3}$ isto hé seis noites inteiras, e quatro, somario de todas as horas em que a lua illumina a terra no tempo da sua revolução: por conseguinte o tempo necessario em que os lampioens se devem accender será igual a vinte noites inteiras em cada mez.

Logo cada lampião gastará por mez 5 canadas d'azeite, e por anno 60, ou 5 almudes, que hé o mesmo; e os 800 da nossa hypothese, gastarão por anno 4000 almudes, ou 190 pipas, e 10 almudes: mas hé preciso lembrarmonos de que todos os liquidos, e principalmente os oleosos depositaõ fezes, e borras; para o que contaremos mais com uma pipa, e 11 almudes; e por tanto serão necessarias 192 pipas d'azeite por anno para o consumo, e custeamento de todos os lampioens.

Se o azeite se vendesse sempre pelo mesmo

preço era facil calcular exactamente o emporte de todas pipas ; mas como varia segundo a sua qualidade, e abundancia, apenas o poderemos fazer por aproximação.

Em 1813 esteve o almude desde 5\$600 a 6\$400 reis. Em 1814 e 1815 inclusive desde 7\$400—9\$000. E neste de 1816 desde 8\$000 a 8\$400 reis.

Tomando o meio termo entre estas quantidades achamos o preço de reis 7\$466 $\frac{2}{3}$ para cada almude, e consequentemente reis 156\$800 para uma pipa; e 30,105\$600 reis para as 192 pipas em cada anno.

Vesse pois que esta soma hé só do azeite, e que hé necessario comprar no primeiro anno todas as pipas, que sendo a 8\$000 cada uma emportarão as 192 em 1,536\$000.

Alem do que vem exposto são tambem precisos para o seu custeamento annual, um armazem, um director, e 67 homens, sendo obrigados cada um destes a tomar a seu cargo o cuidado de limparem, e accenderem todas as noites escuras 12 lampioens, e o director a responsabilidade do azeite no armazem, e a boa ordem da illuminação.

Mas para que este serviço se faça com regularidade convem no principio entregar a cada um destes trabalhadores um barril de dous almudes, ou de 2 $\frac{1}{2}$ para tirarem do armazem duas ou tres vezes no mez, o azeite necessario para o custeamento dos que estiverem a seu cargo; e uma almotolia de folha de Flandres de 2 ou trez canadas para o levar ao lugar dos lampioens, ou no principio da noite, ou quando for preciso deitar-lhe segunda vez azeite; cuja despesa de barris, e almotolias poderá chegar a 93\$800 reis, suppondo cada barril a 1000 reis, e 400 reis, para almotolia.

E como este trabalho não impossibilita a qualquer dos empregados outro qualquer exercicio no espaço do dia: parece-me sufficiente arbitrar-se para o director pela responsabilidade do armazem e illuminação 480\$000 reis, por anno, com a condição de ser obrigado a apromptar o armazem: e cada um dos trabalhadores tambem por anno 57\$600 reis: cuja quantia tomada 67 vezes emporta em 3,859\$200 reis, que juntos ao ordenado do director soma 4,339\$200 reis.

Recapitulando cada uma das somas separadas temos, 17,012\$000 reis para o levantamento dos lampioens.

Para custeamento annual.

Azeite	-	-	-	Reis 30,105\$000
192 pipas vazias	-	-	-	1,536\$000
Utensilios	-	-	-	93\$800
Algodaõ para torcidas	-	-	-	144\$000
Ordenados	-	-	-	4,339\$200
				<hr/>
				36,218\$000
				<hr/>

Devo porem notar, que a despesa do azeite suppoem duas condiçoens a de ser d'zeiõonas, e ter cada lampiaõ quatro lumes com doze fios cada um. Quanto á primeira ella poderia ser muito menor, se em lugar de azeite desta qualidade se uzasse de outro qualquer oleo, como v. g. o que se extrahe dos côcos, das sementes de differentes plantas, e dos intestinos dos peixes a que chamaõ azeite de peixe; cuja despesa ficaria por menos de metade, mas que apezar disso julgo não se dever, admittir, tanto pela má luz que dá, como pelo máo cheiro; parecendo-me melhor que a cada torcida se tirem

quatro fios, pois que a luz nesta hypothese fica sufficiente para allumiar á distancia dicta de 150 palmos, e entã o consumo d'azeite será um terço menos; o mesmo á respeito das pipas, e torcidas; e por tanto toda a despesa 21,190\$000 reis: cuja quantia somada com a dos ordenados emporta em 25,623\$000 reis somma necessaria para o custeamento da illuminaçã annual, ainda que algumas vezes se hajaõ de fazer alguns concertos nos lampioens, pois que não será preciso compraem-se todos os annos novas pipas ou vazilhas, podendo applicar-se o emporte do seu primeiro custo para este fim, e algumas rebatiçoens.

Este methodo suppoem ser feita toda a despesa por conta e immediata inspecçã do Ill^{mo} Senado; porem talvez fosse melhor depois de levantados todos os lampioens arrematar annualmente por freguezias, ou bairros da cidade o custeamento da illuminaçã, segundo o numero dos lampioens, que cada uma tiver; desta sorte se poupariaõ ordenados certos, e a cidade seria sempre bem illuminada pela comparaçã de uns bairros com outros, o que não aconteceria se se arrematasse toda a uma só pessoa.

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 26 do No. antecedente.)

CAPITULO XV.—*Russia.*

Já por muitas vezes tivemos occasiaõ de dar a conhecer os perigos com que a aproximaçã regular da Russia ameaça a Europa. Pelo silencio ou consentimento do Congresso, ella já

passou o Vistula, e toca na Silezia e na Moravia: nem pode ser incommodada pelos flancos, nem pela reta-guarda, porque todos estes espaços lhe pertencem.

A Russia tomou, por conseguinte, o lugar da França: até agora a oppressão vinha do occidente, de hoje em diante virá do oriente. Expliquemo-nos.

Todos os exercitos, puramente Europeos, são civilizados: os exercitos Russianos unicamente o são nos seus chefes, e por nenhuma forma nos seus membros. Quaesquer que sejam os progressos que a civilisação tenha feito na Russia, esta distancia, que há entre os chefes e os subalternos, durará ainda muito tempo; e hé nisto que esta exactamente o perigo. Barbaros robustos e obedientes estão sempre as ordens da mais exquisita civilisação; e maons barbaras manejaõ instrumentos sabios, e se servem delles como as macons mais sabias o poderiaõ fazer. A Russia assemelha-se com Roma no tempo dos imperadores, que acabou a conquista do mundo com legioens Gaulezas, e com cavalleiros Germanicos. Se os Russos ainda estivessem absolutamente barbaros, e ainda se servissem de flechas, o perigo seria metade menor. A Europa com as suas artes e sciencias poderia ter mão na sua torrente, mas já não pode ser assim, porque elles empregão todas as artes da Europa contra a mesma Europa: a educaçãõ tem-se tornado geral.

Sim, que differença se achou entre os officiaes Russos e os officiaes Francezes? Cincoenta milhoens de homens, costumados á disciplina do norte e a obediencia do oriente, achaõ-se hoje á disposiçãõ de homens iguaes em civilisação aos mais civilizados da Europa. Hé, por tanto, nestes estabelecimentos de toda a especie, que

se tem formado em todas as partes da Russia, assim como em seos arsenaes, que se estão forjando as cadeias da Europa. Uma creação d'artes e de commercio em Odessa me causa mais medo do que Swarow com um exercito na Italia: os exercitos passam, as artes permanecem.

A Russia tomou o caminho do meio-dia, e marcha por elle com uma povoação valente e robusta, com todos os instrumentos das artes, e com chefes tão polidos como os da Europa. Nunca se tem deixado de dizer até agora que os Russos eram barbaros: ah! prouvera a Deos que assim fosse, porque então não seriam tanto para temer! Por isso mesmo que elles se civilisam todos os dias, e que seos chefes estão no estado de tanta civilisação como os Europeos, hé que elles são tanto para temer. Os Sterlitz nunca teriam atinado com o caminho de Paris assim como atinou a guarda Imperial Russiana.

A Russia, depois que está Senhora da Finlândia, já não toca com a Suecia se não sobre os gelos do polo, e assim se vê agora desembaraçada de uma vesinhança bem incommoda.

O quietismo dos Turcos não lhe dá nada que recear do lado de Constantinopla, e são estes os que tem antes que temer e não os Russos.

A Russia marcha ao lado da Prussia oriental, e passa ainda a deante de toda a linha do reino da Prussia. Konisberg está mais dentro da Russia do que da Prussia. A Russia toca tambem nas fronteiras da Austria, e havendo atravessado o Vistula acha-se em frente do centro da Europa. E houve então já posição alguma tão ameaçadora como esta? Parece, que a amizade e o reconhecimento da Prussia facilitaram estes arranjos da Russia. Julgou que não podia negar cousa alguma a quem julgou devia tudo. Hé porem

muito para sentir que estas amisades não tenham tomado outra direcção ; e que, não olhando para si, os dois augustos amigos não hajaõ tambem olhado para a localidade dos seos estados, para os tempos futuros, e para o corpo social da Europa com aquella attenção que parece foi toda absorvida pelos sentimentos pessoaes. A não ser assim, teriaõ visto os inconvenientes por que passarão ainda um dia os seos estados e a Europa por effeito dessa ordem que elles regularam ; e teriaõ visto ainda mais, que para haver sombra de liberdade na Prussia e na Europa era indispensavel que a Russia não passasse o Vistula. Ali deviaõ ser os seos limites, porque ali commeça a Europa. Aconteco, portanto, que a guerra da independencia da Europa contra a França acabou pela sugeição da Europa a Russia: neste caso parece que não valiaõ tantas penas as fadigas que se tomaram ! Os contractos que voluntariamente se fizeraõ com os Polacos, não atavaõ de modo algum as maons á Russia, porque ella havia feito tambem outros com a Europa, a quem tinha prometido a felicidade e descanso, bens, de que não poderá nunca gozar em quanto vir a Russia marchando sempre para de ante com passos de gigante. Pouco emporta dizer-se que a Russia não tem finanças, e que por isso não poderá fazer a guerra ; por que quando hé que ella as teve, e quando hé que deixou de fazer a guerra ? De mais, quando há tantos soldados como tem a Russia, as finanças dos vezinhos não suprem a tudo ?

A supremacia Franceza, contra a qual tanto se tem gritado, e com razão, não offerecia com effeito os mesmos perigos. Sempre se podia ter maõ na França, como ultimamente se fez ; mas como será possivel ter maõ na Russia ? A nação Franceza co-operava para esta dominação, ainda

que não gostasse d'isso, e de facto ella era um simples instrumento: pelo contrario, esta dominação entra no gosto da nação Russiana, porque os Francezes não gostão nada do norte, e os Russos suspirão fortemente pelo meio dia.

Contra o grande poder da Russia hé pois que devia o Congresso dirigir todas as forças da sua razão, das suas representações, e da sua opposição: e com effeito, teria sido uma cousa bem interessante ver o meio-dia da Europa advocating a sua causa, e pedindo ao norte que deixasse de assusta-la, e que emfim parasse em sua marcha. De certo, haviaão cousas muito mais interessantes para tratar do que os negocios da Saxonia, e ainda outros assumptos menos importantes.

Desprezando este ponto capital, o Congresso enganou-se completamente com os interesses principaes da Europa: não vio, na realidade, qual era o fêcho da abobeda da sua propria obra.

Ainda que o estabelecimento da Russia sobre o Vistula já fosse em si mesmo perigoso, ao menos se ganharia alguma cousa, limitando-o exactamente a aquelle ponto, por que com isso se ganharia uma barreira de mais, havendo bem poucas entre a Europa e a Russia. A segurança publica então exigia, que se fortificasse este rio com fortalezas á maneira dessas que a França levantou na Alsacia contra a Allemanha, e como, de seu lado, também ergueo a Allemanha sobre as margens do Rheno contra a França.

CAPITULO XVI.—*Polonia.*

Burke disse, que a devisação da Polonia custaria bem caro a seos auctores e a Europa: a propheta deste grande homem realisou-se, porque

já custou Moskow á Russia; a coroa á Napoleão; e vai ainda custar á Europa o seo equilibrio.

Hé bem certo que Napoleão, querendo ser senhor de todo o occidente da Europa, pertendia fazer recuar a Russia, e desterra-la para a parte oriental. Para o conseguir, era-lhe preciso levantar um muro de separação entre estas duas grandes divisoens, e só a Polonia hé que podia servir para isso. O Ducado de Varsovia apenas era a primeira pedra lançada para a execução deste plano, e era formado de partes extorquidas á Prussia, em virtude do Tratado de Tilsit, e de outras restituídas pela Austria em virtude do Tratado de Vienna de 1809. Algumas desmembraçoens dos dominios Prussianos e Austriacos, como Byalistok e Tarnopol, haviaõ sido cedidas á Russia. Foi neste estado que começou a guerra, que destruiu o poder do creador do ducado de Varsovia. Este Ducado cahio nas maons do inimigo, e o seo Gram-Duque não foi mais feliz, porque longe de poder salvar o seo ducado, teve ainda bastante difficuldade para salvar uma parte do seo reino. Esta creação do ducado de Varsovia, e depois della, a expedição da Russia haviaõ excitado e desenvolvido nos Polacos todas as ideas de independencia. Na Polonia não se cuidava mais do que em tornar a ser uma nação; e todas as classes e todos os individuos tinhaõ os mesmos sentimentos. Quanto não hé pois natural que sofressem em consequencia das novas circumstancias que tem pesado sobre a Polonia! Ella se achou, no fim da guerra, quasi toda em poder da Russia.

Este prodigioso augmento de um Estado, já demasiadamente grande, offendia tantos interesses, e taõ sensiveis, que era impossivel man-

ter-se: procurou-se por tanto remedia-lo pelo modo seguinte:—

1. Cedendo á Prussia a parte do Ducado, que está mais vesinho do corpo do Monarquia Prussiana. Este paiz de certo ganhará com esta mudança, porque os Polacos já conhecem mui bem por uma feliz experiencia qual hé o governo Prussiano.

2. Restituindo a Austria as partes limitrophes da Gallicia, que haviaõ sido cedidas pelo Tratado de Vienna de 1809. Cracovia foi declarada cidade livre.

3. Abandonando á Russia todo o resto do ducado de Varsovia. Assim, em vez de mais se unirem, como alguns esperavaõ, os Polacos ainda ficaram mais divididos.

4. O Congresso ordenou que os Polacos, vassallos respectivos da Russia, Austria, e Prussia, tivessem uma representaçaõ e instituicoens nacionaes, reguladas segundo o modo de existencia politica que a cada um dos governos, aquem elles pertencem, parecesse mais conveniente e mais justo.

Esta disposiçaõ hé mui conforme com os sentimentos generosos que estes soberanos tem sempre mostrado. Elles tem querido dar com isto uma especie de consolaçaõ aos Polacos, dezejando que ao menos ainda podessem achar nesta medida uma sombra de patria: suas instituicoens bem fazejas foraõ que se lhes conservassem ainda alguns usos por onde esta sombra lhes podesse ser agradavel.

Hé preciso agora ver que effeito produziráõ estas simultaneas instituicoens, e se ellas faraõ com que os Polacos sofraõ seo jugo mais facilmente, ou se lhes augmente a impaciencia. O tempo só poderá decidir está questaõ, assim como

outras muitas, que de certo seos autores não sabiaõ resolver quando as excitaram, e que talvez nunca se cheguem a resolver.

Naõ houve boato algum que não corresse, durante as negociaçoens, a cerca dos destinos futuros da Polonia. Estes boatos nasceram, sem duvida, das esperanças exageradas de uns, e da difficuldade que outros tinhaõ em largar uma esperança, ligada com mui preciosas lembranças, e que se não podiaõ nunca esquecer em quanto restasse a mais pequena idea de se poderem realizar. A irreflexaõ de muitos tambem muito concorreo para acreditar estes mesmos boatos.

Assim, vimos homens que, não consultando senaõ a generosidade de seos proprios sentimentos, generosidade taõ fora do uso commum dos negocios, de boa fé acreditavaõ, que a Polonia seria de novo erigida em estado independente, e em um só corpo de naçaõ, pelo Imperador da Russia, que por este acto intentava reparar a injustiça da sua primeira separaçãõ.

Mas esses politicos não advertiaõ que com isso formavaõ um plano contra o qual aquelle Principe se armou; um plano que já lhe havia custado Moskow; e que o arredaria para sempre dos negocios da Europa, para a qual, se perdesse a Polonia, se lhe fecharia de todo a estrada. A Polonia, na sua integridade, converte a Russia em uma potencia Asiatica.

Alem disso, como podia entrar na cabeça de alguem que o Imperador da Russia de boamente largasse as suas mais bellas provincias, povoadas de mais de sete milhoens de habitantes? Tudo isto era emminantemente quimerico.

Naõ hé, com tudo, demonstrado que a Russia fizesse um bom calculo em reunir debaixo do seo sceptro toda a Polonia; porque a Polonia

toda junta, forma uma grande massa de territorio e povoação. Sentindo as suas forças, e atormentada pelo estímulo da independencia, e dos desejos de uma existencia nacional, a Polonia estava em muito risco de entrar na sua antiga turbulencia: quanto mais, as potencias, interessadas em crear obstaculos a Russia, não deixariaõ escapar uma só occasião de resuscitar a obra de Napoleaõ. Nem convem que o odio contra o auctor se manifeste tambem contra a sua obra: esta obra não era para despresar, porque nunca houve cousa alguma mais favoravel aos interesses da Europa do que o pensamento de elevar uma barreira contra uma potencia formidavel a todos os respeitos. Se outros projectos, traçados pela mesma mão, tem perturbado tanto o mundo, este tinha um character absolutamente differente, e tendia de certo para o bem geral da Europa.

Tambem se fallou na conservação do Ducado de Varsovia como estado separado: mas neste caso elle era mais para lamentar do que para invejar; porque nada seria mais desgraçado e insignificante que esse pequeno estado, encravado entre as tres grandes potencias da Russia, Austria, e Prussia, e sempre exposto aos conflictos e exigencias desta triplice vesinhança.

Regra geral: ou a Polonia toda inteira, ou a Polonia dividida o mais igualmente possivel entre os seus vesinhos. Só em algum destes dois estados hé que ella pode servir de equilibrio a Europa; porem em caso nenhum a Russia deve passar o Vistula: a não ser assim, o principio da segurança da Europa hé violado por um modo irremediavel, e apesar disso, hé nesse estado que o Congresso a deixou.

FIM DO TOMO PRIMEIRO.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

Manuscripto, vindo de Santa Helena, por um modo desconhecido.

(Continuado da pag. 46 do No. antecedente.)

Dentro de tres dias fomos senhores de todos os póstos Austro-Sardos que defendiaõ as alturas da Liguria. O inimigo, atacado de repente, cuidou em reunir-se. No dia 10 d'Abril nós o encontrámos em Montenotte, e o batemos. No dia 14 o atacámos em Millesimo, e o batemos de novo, separando os Austriacos dos Piemontezees. Estes vieraõ tomar uma posição em Mondovi, ao passo que os Austriacos se retiravaõ para o Pó, a fim de cobrirem a Lombardia.

Eu bati os Piemontezees. Em tres dias tomei todas as posiçoens do Piemont, e já estavamos a nove legoas de Turim quando veio ter comigo um Ajudante de Campo, que vinha pedir a paz.

Entaõ, pela primeira vez, me considerei naõ como simples General, mas como um homem destinado a influir na sorte dos povos. Vi o meo nome na historia.

Esta paz mudava o meo plano, porque já se naõ limitava a fazer a guerra na Italia porem a conquista-la. Eu via que, alargando o terreno da revolução, hia dar uma baze mais solida a seo edificio. Era este o melhor meio de segurar o seo bom successo.

A Côrte do Piemont havia-nos cedido todas as suas praças fortes, e com ellas tinha posto em nossas maõs todos os seos dominios. Assim estavamos Senhores dos Alpes e dos Appeninos; tinhamos pontos seguros de apoio; e estavamos tranquillos a cerca da nossa retirada.

Em uma taõ bella posição eu fui atacar os Austriacos. Passei o Pó em Plaisance, e o Adda

em Lodi. Tudo isto não se executou sem difficuldades, porem Beaulieu retirou-se, e eu entrei em Milão.

Os Austriacos fizeraõ esforços incriveis para recuperar a Italia. Eu fui obrigado a derrotar cinco vezes os seos exercitos para levar ao cabo a conquista.

Achando-me senhor da Italia, era preciso estabelecer nella o sistema da revolução a fim de atrahir este paiz á França por meio de principios e interesses communs:—isto hé, era preciso destruir ali o antigo regimen para lhe substituir a igualdade, porque esta era a mola real da revolução. Eu tinha portanto muito que fazer com o clero, com a nobreza, e com todos os que viviaõ a custa d'elles ambos. Eu previ todas estas resistencias, mas tomei a resolução de as vencer pela auctoridade das armas, e sem revoltar o povo.

Eu tinha feito grandes acçoens, mas era preciso tomar uma postura e uma lingoagem analogas. A revolução havia destruido entre nós toda a especie de dignidade: eu não podia dar a França uma pompa real: dei-lhe o lustre das victorias, e a lingoagem de Senhor.

Eu queria ser o protector da Italia, e não o seo conquistador. E consegui isto, mantendo a disciplina do exercito, punindo severamente as revoltas, e particularmente, instituindo a Republica Cisalpina. Com esta instituição satisfiz os dezejos manifestos dos Italianos,—isto hé, de serem independentes. Dei-lhes grandes esperanças, e só delles dependia vê-las realizadas, unindo-se com nosco. Foraõ outros tantos alliados que eu dei á França.

Esta alliança durará muito tempo entre os dois povos, porque ella está fundada sobre serviços e interesses communs. Ambos estes povos

tem as mesmas opinioens e os mesmos estimulos. Sem mim, conservariaõ ainda a sua antiga inimisade.

Descançado a cerca da Italia, não receei aventurar-me a entrar no centro da Austria. Cheguei até á vista de Vienna, e assignei o Tratado de Campo Formio: acto bem glorioso para a França.

O partido, que eu havia favorecido em 18 Fructidor, governava a Republica. Eu o favoreci, por que era o meo, e porque era o unico capaz de fazer marchar a revolução. Alem disso, quanto mais eu tinha entrado em os negocios mais me havia convencido de que era preciso acabar a revolução, porque ella era o fructo do seculo e das opinioens. Tudo quanto retardava a sua marcha não fazia senão prolongar-lhe a crize.

Tinhamos paz com todo o continente, e so estavamos em guerra com Inglaterra; mas como nos faltava o campo de batalha, esta guerra conservava-nos em inacção. Eu tinha a consciencia dos meos meios, e elles eraõ taes que me podiaõ mui bem dar a conhecer, porem não tinha em que os empregar. Eu sabia, com tudo, que era preciso excitar a attenção para poder ser visto, e que para isso era necessario tentar cousas extraordinarias: os homens gostaõ de todos que os sabem maravilhar. Foi em virtude desta opiniaõ que eu imaginei a expedição do Egypto. Ella foi attribuida a profundas combinaçoens da minha parte, e eu não tinha outras senão zangar-me de estar occioso depois da paz que havia concluido.

Esta expedição devia dar uma grande idea do poder da França, era propria para fixar a attenção sobre o seo chefe, e devia surprehender a Europa pela sua ousadia. Taes motivos eraõ mais que

sufficientes para eu a tentar; mas a esse tempo eu nem tinha a mais pequena idea de desthronisar o Gram-Turco, nem de me fazer Bachá.

Preparei a partida com o mais profundo segredo, por que isto era necessario para o bom successo, e porque fazia ainda mais singular o character singular da expedição.

A esquadra deo a vela. Eu fui obrigado a destruir, no caminho, essa Ordem de Malta, porque ella não era util senão para os Inglezes. Eu temia que algum velho fermento de gloria excitasse ainda esses cavalleiros a defender-se, e assim me retardassem; porem, por fortuna minha, elles se entregaram ainda mais vergonhosamente do que eu imaginava.

A batalha de Aboukir destruiu a esquadra, e entregou o mar aos Inglezes. Desde logo me persuadi, que a expedição já não podia terminar se não por uma catastrophe;—porque todo o exercito, que não se recruta, acaba sempre por capitular, um pouco mais cedo ou mais tarde.

Era preciso, no em tanto, estar no Egypto, porque não havia modo de sahir. Decidi-me por tanto a mostrar boa cara neste mão jogo; e representei bem o meo papel.

Eu tinha um bello exercito, e era preciso occupa-lo: depois de haver concluido a conquista do Egypto, quiz que elle empregasse o seu tempo em alguma cousa. Assim, eu entreguei ás Sciencias o mais bello campo de todos os que ellas já tinham explorado.

Os nossos soldados andavaõ como surprehendidos de se verem dentro da herança de Sesostri. Mas levaram isto muito a bem, e era uma cousa tão curiosa ver os Francezes no meio destas ruinas, como o modo porque se entretinhaõ com ellas.

Já não tendo que fazer no Egypto, veio-me a

curiosidade de hir a Palestina, e de tentar a sua conquista. Esta expedição tinha um certo ar fabuloso, e isto mesmo me seduzio. Porem não fui bem informado dos obstaculos que encontraria, e não levei sufficientes tropas comigo.

Depois de haver atravessado o deserto, sube que se tinhaõ juntado algumas forças em S. João d'Acre. Não as podia desprezar, e por isso me derigi para lá. A praça estava defendida por um engenheiro Francez, o que logo conheci pela sua resistencia ; foi entaõ necessario levantar o sitio, e a retirada foi penivel. Pela primeira vez tive que lutar com os elementos ; porem não fomos vencidos.

Na minha volta ao Egpto recebi gazetas por via de Tunis. Por ellas conheci o estado deplorável da França, o aviltamento a que havia chegado o Directorio, e os successo da coalizaõ. Persuadi-me, que podia ainda, segunda vez, fazer alguns serviços ao meo paiz. Já não tinha motivo para me conservar no Egypto, porque a expedição estava acabada : quanto mais, para assignar uma capitulaçaõ, que mais cedo ou mais tarde era inevitavel, qualquer General era bom : por isso parti sem mais intentos do que tornar-me a pôr á frente dos exercitos, e dar-lhes outra vez a victoria.

Assim que desembarquei em Frejus, a minha presença excitou o entusiasmo do povo. A minha gloria militar animava todos aquelles que tinhaõ medo de ser batidos. Na minha passagem houve uma afluencia infinita de gente, e a minha viagem pareceo bem um triumpho : entaõ me convenci de que chegando á Paris podia tudo na França.

A fraqueza do Governo tinha posto a naçaõ a dois dedos da sua ruina : não havia senaõ anarquia. Todo o mundo queria salvar a patria, e

propunha planos para isso. Vinhaõ-me fazer confidencias, e eu era o centro de todas as con-
spiraçoens; mas não havia um só homem á frente
de todos estes projectos que fosse capaz de os
executar. Todos contavaõ comigo, porque pre-
cisavaõ de uma espada. Eu não contava com
ninguem, e por isso pude á minha vontade
escolher o plano que melhor me convinha.

A fortuna hia colocar-me a frente do Estado, e
eu hia ver-me senhor da revolução, por que não
queria ser o seo chefe: essa figura não me con-
vinha. Eu era pois chamado para preparar a
sorte futura da França, e talvez a do mundo.

Mas antès disso era preciso fazer a guerra e a
paz, e era preciso adormecer as paixoens e fundar
a minha auctoridade. Era necessario pôr em
movimento essa pezada maquina que se chama
governo, e eu conhecia mui bem a força das suas
resistencias: entaõ eu haveria preferido o simples
emprego da guerra; porque gostava da auctori-
dade do Quartel-General, e das commoçoens de
um campo de batalha. Em uma palavra, na-
quelle momento sentia-me com mais disposiçoens
para resuscitar o ascendente militar da França
do que para governa-la.

Todavia, em meos destinos não podia haver
escolha, porque facilmente via que o reinado do
Directorio estava a acabar; que em seo lugar
era preciso pôr uma auctoridade respeitavel que
salvasse o Estado;—e que na realidade não havia
outra que impozesse mais respeito do que a gloria
militar. O Directorio não podia portanto ser
substituido senaõ por mim ou pela anarquia.
Esta escolha da França não era duvidoza;—e a
opiniaõ publica esclarecia neste caso a minha.

Propuz que o Directorio fosse substituido por
um Consulado; tanto eu nesse tempo ainda
estava longé de conceber a ideia de um poder

Soberano. Os republicanos propozeraõ dois Consules; eu pedi tres, porque não queria verme igualado. O primeiro lugar me pertencia de direito nesta trindade: era tudo o que eu queria.

Os republicanos desconfiaram da minha proposição: entreviram um elemento de dictatura neste triumvirato. Entaõ se ligaram contra mim. Nem apresença de Sieyes os socegava. Este havia-se encarregado de fazer uma Constituição, porem os Jacobinos temiaõ mais a minha espada do que se fiavaõ na penna do seo velho Abbade.

Todos os partidos se alistaram entaõ debaixo de duas bandeiras: de uma parte estavaõ os republicanos, que se oppunhaõ á minha elevação; da outra estava toda a França que a pedia. Ella era por tanto inevitavel nessa epocha, porque o maior numero hé sempre quem vence. Os primeiros haviaõ estabelecido o seo Quartel-General no Concelho dos 500, e ali fizeraõ uma bella defeza: assim foi preciso ganhar a batalha de S. Cloud para acabar esta revolução. Por um momento estive eu capacitado que ella se faria por aclamação geral.

A opiniaõ publica acabava de dar-me o primeiro emprego do Estado; e a resistencia, que para isso tinha havido, não me inquietava, porque ella era produzida por individuos desacreditados no publico. Os realistas não tinhaõ apparecido, porque a rapidez dos successos não lhes havia dado tempo. A totalidade da nação tinha confiança em mim, porque sabia que a revolução não podia ter melhor garantia do que a minha. Eu não podia ter força senaõ pondo-me a frente dos interesses que ella havia creado; pois que se a fizesse retrogradar achar-me-hia necessariamente dentro dos dominios dos Bourbons.

Era preciso que tudo fosse novo em a natureza do meo poder, a fim de que todas as ambiçoens achassem nelle meios de alimentar-se. Mas havia nisto um grande defeito; em a natureza deste poder não havia couza alguma certa.

Eu não era, pela constituição, senão o primeiro magistrado da Republica, mas o simbolo da minha auctoridade era uma espada; e havia por consequente incompatibilidade entre os meos direitos Constitucionaes e o ascendente que eu tinha por effeito do meo character e das minhas acçoens. O publico sentia como eu esta difficuldade; por isso as couzas não podiaõ durar assim, e cada um em consequencia hia tomando as suas medidas.

Eu achava a roda de mim muito maior numero de cortezaons do que precisava: tinha chusmas delles. Por esta forma, nenhum cuidado me davaõ os progressos da minha auctoridade, porem ao mesmo tempo muito cuidado me dava a situação material da França.

Nós tinhamo-nos deixado vencer; os Austriacos tinhaõ reconquistado a Italia, e haviaõ destruido a minha obra. Não tinhamos exercito para tomar outra vez a offensiva, e nem havia um real nos cofres publicos, nem meio de os encher. A conscripção só se executava a vontade dos Maires. Sieyes nos havia dado uma Constituição perguiçoza e palavriada, que embaraçava todas as operaçoens. Tudo quanto constitue a força de um Estado estava aniquilado: existia só tudo quanto constitue a sua fraqueza.

Forçado pela minha posição julguei que devia pedir a paz: eu o podia então fazer de boa fé, porque era uma fortuna para mim. Um pouco mais tarde não me daria senão ignominia.

Mr. Pitt a recusou, e nunca homem algum de Estado cometeo maior falta, porque este mo-

mento era o unico em que os Alliados a poderiaõ ter concluido com segurança: a França, pedindo a paz, reconhecia-se entaõ vencida, e os povos que se podem restabelecer de todos os reveses nunca se restabelecem do consentimento que daõ ao seo oprobrio.

Mr. Pitt a recusou; e assim salvou-me de uma grande falta, que cometi, e estendeo o imperio da revolução por toda a Europa,—imperio, que nem a minha quèda poudede destruir. Elle a teria unicamente limitado a França se a tivesse deixado entregue a si mesma.

Fui por tanto obrigado a fazer a guerra. Massena defendia-se em Genova, porem os exercitos da Republica não ousavaõ mais nem passar o Rheno nem os Alpes. Era preciso pois tornar a entrar na Italia e na Allemanha para dictar segunda vez a paz a Austria. Tal era o meo plano; mas eu não tinha nem soldados, nem artilharia, nem espingardas.

Chamei os Conscriptos, mandei fazer armas, e excitei o sentimento da honra nacional, que nunca morre nos Francezes. Ajuntei um exercito, a metade do qual nem estava ainda fardado. A Europa ria-se dos meos soldados, porem pagou bem caro esse seo momento de Alegria.

Não se podia, com tudo, emprehender abertamente uma campanha com tal exercito. Era preciso, ao menos, maravilhar o inimigo, e aproveitar do seo sobresalto. O General Suchet estava-o atrahindo para os desfiladeiros de Nice, e Massena prolongava de dia em dia a defeza de Genova. Eu parto, avanço-me para os Alpes, e a minha presença, e a grandeza da empreza reanimaram os soldados. Elles não tinhaõ sapatos, mas pareciaõ marchar todos como se fossem uma van-guarda.

Em nenhum tempo da minha vida experimentei sentimento algum igual ao que senti ao atravessar os desfiladeiros dos Alpes. Os échos repetiaõ os gritos do exercito, e me annunciavaõ uma victoria incerta, mas provavel. Eu hia tornar a ver essa Italia, theatro de meos primeiros feitos. Minhas peças de artilharia cavalgavaõ lentamente os rochedos. Os meos primeiros granadeiros chegaram em fim ao cume do S. Bernardo. Elles lançaram ao ar seos chapeos enfeitados de penachos encarnados, dando gritos de alegria. Os Alpes estavaõ passados, e nos despenhámos por elles como uma torrente.

O General L'Asne commandava a van-guarda. Elle foi rapidamente tomar Ivrée, Vercell, e Pavia, e se apossou da passagem do Pó. Todo o exercito o passou sem obstaculos.

Nesse tempo todos nós eramos moços, soldados e Generaes; e todos queriamos fazer a nossa fortuna. Naõ faziamos cazo das fadigas, e muito menos dos perigos: eramos indifferentes a tudo, a excepção da gloria, que se naõ alcança se naõ sobre os campos de batalha.

Com a noticia da minha chegada, os Austriacos entraram a manobrar em Alexandria. Acumulados dentro desta praça no momento em que me apresentei de frente de seos muros, as suas colunas foraõ desenvolver-se a deante de la Bormida. Mande-i-os atacar, mas a sua artilharia era superior a minha, e desorganizou os nossos jovens batalhoens, que perderam terreno. A linha só estava conservada por dois batalhoens da guarda e pelo 45; mas eu estava a espera dos corpos que marchavaõ em plotoens. A desvisão de Desaix chega em fim, e toda a linha se restabelece. Desaix forma a sua columna de ataque, e entra a aldea de Marengo, em que se

apoiava o centro do inimigo. Este grande General foi morto no momento em que decidia uma victoria immortal.

O inimigo correu a buscar abrigo debaixo dos muros de Alexándria; mas as pontes eraõ mui estreitas para lhes dar passagem; e houve uma confuzaõ enorme: aprizionámos massas de artilharia, e batalhoens inteiros. Acumulados alem do Tanaro, sem communicações, sem retirada, e ameaçados na reta-guarda por Massena e por Suchet, tendo ao mesmo tempo em frente um exercito victorioso, os Austriacos receberam a lei que lhe impozemos. Melas implorou uma capitulaçaõ, que foi inaudita nos fastos da guerra. A Italia inteira me foi restituída, e o exercito vencido veio depôr as suas armas aos pés dos nossos Conscriptos.

Este dia foi o mais bello da minha vida, porque foi um dos mais bellos da gloria da França. Tudo tinha mudado para ella, e hia gozar de uma paz que havia conquistado. Ella hia dormir o sono tranquillo do leaõ. Hia ser ditoza, porque era grande.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 63 do No. antecedente.)

CAPITULO XXX.

A Walsa interrompida.

A triste mulher conduzio Burckard a um pequeno quarto n'um segundo andar: onde um velho estava sentado a coser, e uma linda rapariga, que escondia o semblante, chorava. O alfaiate tirou o barrete, quando vio entrar Luiz, e olhava ora para este, ora para a mulher. Hé este o vosso homem? perguntou Burckard. Sim, disse a mulher.—Páe, eisaqui venho com vossa esposa, e se for vossa vontade, estimarei valer-vos. Senhor, disse então o pobre Walter (este era o seu nome). Nós somos mui desgraçados. A rapariga passou do pranto aos soluços, levantou o rosto; e Luiz vio um semblante encantador, que tinha impressos os attractivos de uma nova virtude.—Eliza, cessa de gemer, continuou o páe. De nada isso serve, senão de nos amargurar mais a vida. Aqui vedes, Senhor, minha filha unica, que eduquei, como homem pobre, na humilidade do meu estado; e no temor de Deus. Nada mais. Cresceo, e como vedes, tem um semblante que não hé desagradavel, graças a Deus! e tambem, sim; . . . he verdade—ella achou, graças tambem a Deus por isso! achou um bom, sisudo e bello moço, que a

estima. Conhecêraõ-se n'umas bodas, que houve em a nossa aldea de Herberg. Desde entaõ ficáraõ namorados.—Um dia, entrou-me o rapaz pela porta dentro, e pedio-me Eliza para casar. Mostrou-me trinta florins, que já tinha junto do seu trabalho. Economico e honrado! disse eu comigo, e dei-lhe a minha palavra de que havia casar com Eliza.

Mas veio, Deus me perdoe, a maldita guerra Americana. O nosso principe deve fornecer para ella tambem o seu contingente. Fez prender de noite mancebos para soldados, e entre estes se acha Antonio, o amante da nossa Eliza. Facilmente podereis julgar, como isto nos affligiria. Mas não há mais remedio. Elle tem dehir. Elle nos enviou os trinta florins, para ver se por esta somma podiamos grangear a sua soltura. Acontesse algumas vezes, que por algum dinheiro, e com empenhos conseguem muitos paes resgatar seos filhos. Mas nós ninguem, conheciamos . . . fomos obrigados a desistir do projecto. Murmura-se deste modo de prender e soltar. Mas o Principe precisa de gente e dinheiro. Elle marcha e seos filhos; isto pode justificalo. Assim não temos mais para onde appellar. Antonio deve partir em dous dias. Eliza e nós quizeramos ainda velo uma vez, e encommenda-lo nas maons de Deus. Ah! exclamou Eliza, elle deve partir; e certamente para nunca mais voltar: e disse isto n'um tom de voz sentidissimo. Luiz estava sentado, mudo e triste, com os olhos fitos na rapariga, e o pensamento nas circumstancias, que ouvia relatar—Mas, disse elle de repente, por que não implorais vós, a protecção do camarista que parece vosso conhecido? Ah! replicou a boa mulher, nós lhe fallámos.—Que disse elle?—A mulher emmudeceo. A filha soluçou de novo.

—Bom Deus! disse então o mestre Walter; o camarista tinha aqui estado dous annos no tempo das agoas. Pensei que podesse valer-nos. Fui supplicar-lhe, que livrasse o amante de Eliza. Não foi essa a vontade do Ceo. Malogrrou-se todo o nosso esforço.

Mas, disse outra vez Luiz para a mulher; eu ouvi dizer-lhe, á manham será já tarde. Que queria elle dizer nisso? A mãe córou.—E não há entre os homens quem vos socorra? Nenhum meio . . . Sim, há um meio, com tudo.—Explica-te pae—Ah! trezentos escudos não se achão ao pé de uma parede!—Como? trezentos escudos! Não hé mais que isso?—O pae, a mãe, e a filha olhárao com ar estupefacto, não sabendo o que elle queria dizer.—Encantadora Eliza, continuou Luiz, a manham terás o teu amante. Eu tenho trezentos ducados para dar pelo seu livramento.—Eliza deo um salto. As lagrimas lhe parárao. Queria fallar; mas os beijos convulsos lho não permittiao. Ergueo as maons, e as estendia tremulas para Luiz. Luiz levantou-se; descança, Eliza; sim has de tornar a possuilo.

Como pasmados estavao os tres a roda de Luiz. Eliza o fitava n'um extase mudo. A mãe balbuciava agradecimentos e bençaons de Deus sobre elle. O pae atirou com o barrete ao ar e beijava a filha. Eliza não arredava os olhos de Luiz. Oh Deus! disse ella a final, chorando, cuidais vós já tudo concluido?—Tens razao, Eliza.—Tendes-vos, Senhor, duzentos escudos? Trinta florins tenho eu, e um ducado, e uma cruz de ouro do pescosso. Não será bastante?—Luiz despejou a bolça sobre a meza. Contou cincoenta Luizes. Eis aqui, disse elle, mais do que hé preciso para o resgate do mancebo; o resto servirá para o dote da noiva. Hé difficil

descrever o contentamento desta pobre gente. Sua alegria era tal, que os punha fora de si, e não sabiaõ o que fizessem. Luiz era quem só guardava mais presença de espirito. Vamos; disse elle, onde está este mancebo? Qual hé o nome do seu capitaõ? Esta pergunta acalmou o regozijo da pobre familia. Benefico Senhor, respondeo o pæe; os acantonamentos são duas legoas daqui; mas eu ignoro o nome dos seos officiaes. — O camarista deverá sabe-lo. Eia, corre, Eliza, vai sem demora perguntar-lho. — As faces de Eliza coráraõ de novo.

Ah! replicou o pæe. Há uma circumstancia particular com o camarista. Sim, caro Senhor, nós não podemos oculta-la. Há um anno, habitava o camarista nesta casa. Como homem rico, comia, bebia bem, não tinha que fazer; e se entregava a illigitimos dezejõs. Eliza lhe agradou, elle concebeo o projecto de sedusila. Ella cuidava-lhe da sua roupa; elle pagava ricamente, mas vendo que Eliza se não deixava deshonnar, sahio desta casa. Chegou a hora de recrutar soldados. O camarista veio entaõ visitar-nos. Eliza, disse eu, o camarista mostra-se ainda teu amigo; roga-lhe que empregue a teu favor uma palavra. Um poderoso tem longos braços. Eliza não quiz. — Porque chora sempre Eliza? Perguntou elle uma vez: disse lhe entaõ, Senhor, vós tendes sido sempre bom para Eliza, valei-lhe. Contei-lhe as circumstancias; e elle prometeo mundos e fundos. Escreveo quatro ou cinco vezes sobre isto, e a final obteve em resposta, que Antonio seria solto pela quantia de duzentos ducados, e o camarista prometeo pagalos. Eis aqui a circumstancia. Mandou chamar Eliza. Ella foi, e voltou chorando. Depois de muitas perguntas, contou á mãe que o camarista lhe proposera que sem que ella primeiro satis-

fizesse—seos dezejões, não pagaria pelo resgate do seu amante.—Eliza supplicou de joelhos, rogou-lhe, que lhe dicesse ao menos o nome do general:—debalde. Nada menos que a deshonra de Eliza podia livrar Antonio de soldado, e provavelmente da morte.—Eisaqui as nossas esperanças.—Hoje, disse elle que era o ultimo dia; e que a manhaõ seria já tarde, acrescentou a mãe do outro lado.

Luiz saltava, seos olhos fuzilavaõ, e erguia os braços para o Céu. Oh! Deus! exclamava: são assim os homens? Tomou entaõ Eliza nos braços.—Socega, Eliza, elle será livre: doute a minha palavra. E esse indigno sabia o nome do capitaõ, e não quiz dizerlo?—Pois, eu vou ainda uma vez tenta-lo? Mas, pãe, porque não feristes de morte esse monstro, como um caõ dannado?—Ah! querido Senhor, que pode um fraco contra os poderosos? Damos graças a Deus, se elles não entendem connosco. Contra os ricos nunca acha o pobre justiça.

Luis pulava.—Eu já volto, socega Eliza. Elle será livre. Sahio rapidamente, e foi outra vez á casa do baile. O camarista walsava com uma linda e joven Senhora, quando Luiz entrou.—Uma palavra, Senhor Camarista, disse elle sem mais cerimonia.—Eu vos fallo, Senhor, logo que acabe a dança.—Qual dança, nem meia dança: já Senhor Camarista. O caso não soffre demoras. Elle vos toca e a uma infeliz. Attendei, Senhor Camarista. Nisto agarrou-o pelo braço, e tirou-o do circulo dos que dançavaõ, deixando a dama, sem par, cheia de assombro.—Que diabo me quereis? Senhor. Não podeis esperar? Não tenho tempo para isso, quando se tracta de socorro! vós podeis te-lo,—O camarista enfureceo-se. Eu vos ensinarei a ser civil. E eu, humano. A minha liçaõ vos fará tremer, se ainda vos resta

um vislumbre de honra.—Como? Que dizeis vós?—A verdade.

Entretanto os dançadores se ajuntarão a roda dos altercantes. O camarista olhou com desprezo para Luiz, e disse arrogante. Sois um desatencioso, que eu punirei como devo. O official que estivera presente ao duello de Luiz, chegou-se a elle, e lhe disse ao ouvido: Accommodai-vos, que hé um vivo demonio tanto a espada, como a pistola. O camarista medio com a vista o seu homem. Ah! ah! sois vós? tenho ouvido fallar das vossas singularidades. Que quereis de mim? Joven Senhor?—De vós nada, quero so o nome do general, ou capitão daquelle mancebo, cuja noiva vós querieis fazer victima da vossa sensualidade.—Não entendo o que dizeis; e nisto deo um pulo para se escoar. Burckard o reteve.—Que insolencia hé esta? exclamou o camarista. Quem sois vós? Sois fidalgo?—Não.—Nesse caso, não posso brigar com vosco.—Quem vos falla de brigar? O caso hé mais claro.—Este homem hé doudo, replicou o camarista; hospital com elle! De mais, não me compete brigar com um homem, que não hé fidalgo. Neste momento, um velho respeitavel se chegou ao camarista, pegou-lhe da mão, e disse vivamente.—Dai uma resposta aquelle mancebo, Senhor, quando não eu vos provarei que sou homem nobre. Abrio o vestido, e deixou ver a decoração de uma ordem militar. Eu não tenho nada comvosco, replicou o camarista tremendo. Em que posso eu servir-vos, Senhor? Nada posso recusar a um homem nobre. Estimo muito. Então ou brigai comigo, ou respondei ao mancebo; e voltando-se para Luiz, lhe disse. Senhor meu, quereis fazer-me um favor. Sou ja velho, e ninguem levará a mal que não brigue. Estas mãos já tremem. Quereis

vos em meu lugar ter um duello com o Senhor camarista? Brigando vós em meu nome, a sua honra não soffre. O Camarista ficou como a cal sobre tudo ouvindo dizer a Luiz: Com muito gosto, querido Senhor, entãõ mato de certo o Camarista. Esta asserção feita com sangue frio e segurança acabou de atterrar o camarista. De boamente vou satisfazer-vos, exclamou elle. Meu rico, Senhor, aqui estou prompto a servir todo o homem nobre; e por tal já vos reconheço, joven Senhor.

Tanto melhor, disse o velho; hé o meio de conservardes a vida, e lembrar-vos do exemplo. Muito bem; replicou a camarista. Que dezeja que eu faça este joven Senhor? Dezejo saber os nomes dos officiaes ambos, em cujo poder está o mancebo, cuja noiva vós . . . Sim, sim bem percebo. O nome dos dous officiaes o general de ——— o capitão de ——— eu lhos escrevo. Veio tinteiro: elle escreveo n'uma folha de papel os nomes que Luiz dezejava. Quanto hé preciso pagar para o livramento de Antonio?— Cem escudos—Mas vós fallasteis de trezentos. He verdade; mas . . . Percebo: era para mais facilmente constrangerdes a pobre mulher a entregar-vos a sua filha. Eu pago essa somma por Antonio. Recebeo o papel das maons do camarista, e retirou-se com grande contentamento e applausos de toda a sociedade. Montou logo a cavallo. Foi de galope a Waldeck, onde estava o capitão do mancebo. Pagou os cem escudos, obteve abaixa do noivo de Eliza, e voltou para Pymont.

CAPITULO XXXI.

Falsas apparencias. Os esponsaes

Entretanto estava Roza em grande anxiedade: o conselheiro Lauter se mostrava cada vez mais sensibilizado, a conselheira mais familiar, a tia ambigua, e a prima galhofeira com Roza. As delicias conjugaes eraõ constante objecto da conversaçãõ, e bons dictos. Rosa percebeo com terror, que se tractava d'ella. Desde esse instante ella se mostrou mais fria com o conselheiro, mas era já tarde. Este ultimo, fez-lhe muito amargo queixume da sua frialdade, e rematou n'uma solemne declaraçãõ de amor, pedindo-lhe a mão de esposa. Roza havia perdido toda a resoluçãõ. A' um homem tam attencioso e cortez, ella não podia dizer que não. Dizer sim, tambem lhe não era possivel, pois ella não o amava. Um vivo rubor, um profundo silencio foraõ toda a sua resposta. Lauter, que não era tambem o mais ousado dos homens, ficou igualmente enleado, e sem saber se ella aceitava ou não a sua offerta beijou lhe a mão em silencio e retirou-se. Roza ficou só. Bella occasiaõ para vingar-se de Luiz. Ella assas o percebeo, e se elle estivesse presente, quem sabe o que ella faria. Mas elle não estava ali, e isso foi a sua felicidade. Roza sentou-se n'uma cadeira, e começou a reflectir. Esposa de Lauter? abanou com a cabeça. Meu Deus! exclamou rindo, isso não hé possivel. Como poderia ella chamar por *tu* a um homem tam circumspecto? Estar sem cerimonia na presença do Senhor Conselheiro? Elle era mui polido, agradavel, e cheio de decoro. Era preciso tractalo sempre de comprimento. Occorreo-lhe

Grandison e Henriqueta Byron. Grande Deus! nada! exclamou com angustia e pejo, só com a idea de ser sua espoza. Mas Luiz? isso fôra outra conta! Nada de cerimonia, nada de constrangimento! Braço á roda do pescosso, e todo o dia em *deshabilhé* com elle. Isso era differente! Não foi por diante. O degenerado Luiz se lhe apresentou á idea com os mais odiosas cores! Nesta anxiedade, não sabia que fizesse. Aos rogos da conselheira, como diria que não? Roza se agitava cada vez mais, sem saber como sahiria do seu embaraço.

Chegou nisto a tia. Então, Roza, tens reflectido? Pensa, filha, que se não acha todos os dias homem tam sisudo e virtuoso para casar. Responde, menina, que dizes? confia em mim. Querida tia, eu não tenho que dizer contra o Senhor Conselheiro, senão—Senaõ que? Senaõ que hé muito civil, para que eu possa ser sua esposa! Isso hé novo! Um homem muito civil para esposo!—Hé portanto verdade, tia; olhai, não me julgueis tam severamente. Quizera um homem como Luiz por exemplo. Sim, esse não tem muita civilidade, nem mesmo muita honra. Não tia, não quero dizer isso. Ponho sómente o caso; se Luiz não fosse tal, se elle se arrependesse, se viesse procurar-me, e se lançando-se em meos braços, me dicesse. Querida Roza, perdoa, eu não serei mais infiel. Sé minha esposa; então apurtando-o em meu seio palpitante, me deixaria enternecer, e exclamaria: Sim, Luiz com todo o meu coração! A estas palavras as lagrimas lhe borbulhavaõ nos olhos, e tinha os braços estendidos, como se o fosse abraçar. Mas ay! tia disse com profundo suspiro; isto não passa de idea. Vejo as atencões, hé verdade, o respeito, e as vistas de honra do senhor Conselheiro. Sim querida tia,

mas não leveis a mal, que eu não caze com elle. Não de certo. Nunca pela eternidade, tia, poderei ser sua esposa. Não, não, ay! porque hé elle tam perverso! Vejo muito bem, Roza, que Luiz esta ferrado em teu coração; mas adverte, rapariga, que hé um perdido, que só pode fazer a tua desgraça.—Pois bem, querida tia, se o permittis, ficarei toda a vida solteira. Temos tempo ainda para reflectir sobre isso.

A tia disse ao Conselheiro Lauter, que Roza de-zejava alguma demora para fazer as suas reflexoens; e que esperava da assuidade delle conselheiro, e da confiança que ella tinha em Roza, que a final obteriaõ o pleno consentimento. Durante esta conversação grande motim sôa pela rua. Roza chegou a janella a ver o que era. Vio muita gente rodear uma donzella, que não ousava de perplexidade levantar os olhos. A condessa de Grostein a conduzia pela mão; muitas donzellas lhe beijavaõ as encendidas faces. Um velho official se apresentou no meio da turba com o chapeo na mão; de toda aparte chovia dinheiro no chapeo. Aqui tens, cara Eliza, disse o velho, e despejou o dinheiro no avental de Eliza: isto não hé a recompensa da tua virtude; ella a tem no teu coração. Hé mera prova de que nós estimâmos a virtude, quando ella apparece, como a tua, e que dezejâmos não ficar muito atraz do teu heroico libertador. Logo que chegue teu esposo, celebraremos o teu noivado na caza do baile.

Neste momento deo a donzella um grito. Um mancebo penetra pela multidaõ, e se lança em seos braços. Eliza! Antonio! foraõ as unicas palavras que se lhe ouviraõ. Ficáraõ por algum tempo mudamente abraçados, e derramando lagrimas de contentamento. Todos os circumstantes sympathisavaõ com elles. Oh quanto

somos felizes! exclamou Eliza, o Ceo nos abençoa. Vede a beneficencia desta generosa companhia. Abrio o avental e mostrou a Antonio o dinheiro dos que ali tinhaõ contribuido para a sua felicidade. Oh! dobradamente felizes! gritou tambem Antonio. Nisto tirou da algibeira uma mão cheia de ouro (presente que lhe fizera Luiz no momento da sua soltura) Vê, disse com enthusiasmo, tambem as bençãos do Ceo! e da mão, que lhe tremia de gosto entornou aquelle thesouro no regaço de Eliza.— Grande Deus! disse ella. Donde houvestes tanta riqueza Antonio? Do anjo, que me resgatou. Eliza poz-se o olhar para o ouro, e as lagrimas de gratidaõ, que sobre elle lhe cahiaõ das faces, sanctificavaõ aquelle presente.

Naõ digais, exclamou o velho official, vendo aquelle ouro, que nós somos uns miseraveis á vista do vosso redemptor. Contai o vosso dinheiro, Eliza, e sobre elle mais cem dollars, que eu lhe addiciono.—Basta, benigno Senhor, basta já temos bastante. Graças a generosidade desse anjo em figura humana, que nos remio da nossa afflicçaõ, e pobreza! Deus, Deus o encha por isso das suas bençãos.—Nisto, partirãõ todos no meio de aclamaçoens para a sala do festim.

Roza, que naõ podia perceber tudo quanto da janella precenciava, buscou informar-se do acontecido. Ouvio contar o cazo em geral, e a bella acçaõ daquelle homem, que nella tinha a maior parte, sem se dizer o seu nome. Que generoso homem? exclamou Roza enthusiasmada! Eu tambem quero contribuir com a minha pouquidade. Desceo, e o conselheiro Lauter foi levar a sua contribuiçaõ ao velho official, como um tributo devido á virtude. O velho official, que regia a festa, convidou entãõ todas as

damas e cavalheiros para a cebracão do consorcio dos dous amantes, a qual se devia fazer, logo que chegasse o seu libertador. Vamos, disse elle, fazer que o esquecimento não sepulte, como costuma, todas as bellas acçoens. Mostremos a incredulidade, que o que se chama virtude, não hé só nome. Tenha tambem a virtude a sua partida em Pymont. Applauso geral: todos querem ter parte no festim;—riem, folgaõ pelo incidente de um só homem, como se um regimento fora salvo, e zombaõ da sorte do camarista, que dali fugira envergonhado. Os noivos não falaõ senão de seos passados sofrimentos e da beneficencia do seo anjo tutelar.

Mas elle tarda, não chega ainda. Os pés do amante de Eliza foraõ mais ligeiros, que o cavallo de Luiz. O amor, o contentamento, a esperança lhe deraõ azas. Luiz não chegou senão dahi a uma hora. Voltou para Pymont devagar. Elle vinha pensando em Roza, duvidozo se a encontraria inda ali; e nestes pensamentos se abandonava a uma profunda tristeza. Vinha a cavallo com as maons cahidas sobre o arçaõ da sela, e a cabeça toda inclinada sobre o peito. Nesta posicao entrou na cidade por uma estrada mais solitaria, que hia ter ao passeio, e nem vio Roza, que tambem procurando o retiro, se tinha posto a uma janella, que dava para aquelle sitio; e onde pensando em Luiz, suspirava de tempo em tempo. Ella o vio. Era Luiz, que vinha pensativo e sem olhar. Ella se debruçava pela janella e apertava as maons. Todas as doces ideas se lhe renovávaõ de outrora, quando em Elberg o esperava cheia deæ contentamento a janella; e ambos se acenavaõ com reciproco sorrizo. Ay! esse tempo era acabado. Agora cumpria não rir-se para elle; e até mesmo evitalo. Os olhos della voayaõ delle para o céu.

Então dizia ella comsigo, vinha elle a cavallo em todo o lustre da sua figura; suas tranças de ouro cobertas de poeira, e o seu semblante fresco e lusedio recebia novo esmalte do movimento. Agora não ouzava ella, nem mesmo tocar; ainda menos chamar por Luiz!—Nisto, oh consternação! quiz ella retirar-se para esconder o seu pranto, mas ouvio uma voz dizer—Ah! sois vós, priminho!—Era a maldita Dupuis, que vinha do passeio. Luiz apeou-se de um pulo. Sim, rica prima, exclamou Luiz, e beijou-lhe a face. Segunda vez os olhos de Roza voárao para o céu. Luiz tomou a prima pelo braço; e no mesmo instante apercebeo Roza. Com inexpressivel alegria no gesto, e gritando rijamente—Oh Graças a Deus! elle correu com precipitação do braço da prima direito a casa de Roza. Roza deu um grito, e correu tambem com palidez mortal no semblante para a sala, onde estava a companhia. Eiloahi vem! eiloahi vem! exclamou ella palpitando de anxiedade. Quiz esconder-se atraz da tia; faltárao-lhe as forças, e cahio sem alento sobre a cadeira. Aco-diraõ todos, pergunta-se-lhe que tem, quando uma voz soa de fora: Roza! Roza! onde estás tu?—Eiloahi vem, exclamou a tia, e exclamou a prima! Lauter e sua mãe olhavao para as trez com assombro. Neste momento, abriu-se a porta; e Luiz entrou precipitadamente na sala. Hé ellá, hé ella finalmente!—Correu para Roza, agarrou-lhe as mãos ambas, e cahio de joelhos ao pé da cadeira, sem poder fallar de agitado. Elle lhe apertava uma das mãos no seio, na boca, nos olhos, olhava fito para ella, e ria, mas este riso se convertia logo em amargoso pesadume. Roza conservava-se sentada, seu seio tremia, e seus olhos estavao arrazados de lagrimas. Ella olhou para elle, depois para o tecto, em

torno da salla—Luiz! gritou a final com o penetrante accento da mais profunda dor:—Tornas em fim a conhecer-me Roza? Oh pelo amor de Deus, Roza! Roza! Quanto me tens tu amargurado! Roza! eu não posso viver sem ti! Oh querida, oh possuidora do melhor coração, Roza! Com mil vozes quizeras eu perguntarte, porque me tens amargurado tanto? Ah! quanto me tenho anciado em teu alcance! Oh Roza! dize, pelo amor de Deus! dize, que ainda te lembras de mim!—A' estas palavras não poudes resistir o coração de Roza. Ella se inclinou para elle, e olhou-o com lagrimozos e afflictos olhos. Querida, amante Roza! repetio elle, e a beijava na face, e a cingia com o braço direito: sim, Roza, estou innocente!

Innocente? disse Madama Rehberg! innocente, Senhor Burckard! E a Senhora Dupuis! . . . A' este nome saltou da cadeira Roza. Sim! exclamou ella, bem vos conheço! Retirai-vos!—O ciúme apagou n'um momento toda a ternura do amor. Não o tinha ella visto dar um beijo na face da prostituta? Seus olhos chamejavão de colera. Retirai-vos! exclamou ella outra vez. Nisto correu para Lauter, pegou lhe na mão, e disse com inexpressivel amargura:—Eis o homem, de quem sou esposa! Retirai-vos; vós sois um homem que eu desprezo! Luiz deu um salto, e ficou immovel.—Esposa! gritou elle; com effeito, esposa? e soltando um amargo e terrivel riso, abanava com vehemencia a cabeça. Deo logo alguns passos, e punha as mãos na cabeça—Com effeito esposa? Disse elle de vagar, e comsigo. Tornou a rir, movia a cabeça, e acenava com as mãos, como se quizesse fallar. Parou então, e ficou pensativo. Grande Deus! He possivel? De repente, fez um gesto de aversão, levantou as mãos, e fexou-as. Ca-

minhou um pouco para Roza, e retrocedeo. Sahio sem tino, buscando a porta as apalpadellas, como se a sala estivesse em trevas. Deo ainda um riso a sahida, e ouvio-se-lhe exclamar—Espoza ! e desapareceo. Roza apertava ainda a mão de Lauter com força, e tinha a face encostada no hombro da prima. Sua respiração se atropelava, e tinha no rosto a cor da morte. Um silencio sepulchral emudeceo tudo ; ninguem se movia, ninguem levantava os olhos : era verdadeiramente uma scena de terror.

Luiz foi para caza maquinalmente, sem saber para onde hia. Subio ao seu quarto, e ali passeava, inquieto, batendo com a mão na testa, e abanando de tempo em tempo com a cabeça. Não vio entrar o velho official, nem ouvio o que elle lhe dizia. O velho finalmente o tomou pela mão de um modo affectuoso, e perguntou-lhe o que tinha. Ella hé espoza ! disse Luiz—Isso sei eu, mas onde está o noivo?—Com ella.—Isso não hé verdade.—Eu a vi lançar-lhe os olhos cheios de ternura, e de amor. A perfida se encostava ao seu braço.—Pelo amor de Deus ! que estais vós dizendo?—Sim, credeme, o mundo hé cheio de falsidade. Não há senão enganar. Eu não daria um real pela palavra humana. Eu não confiaria em meu pae mesmo, posto que seja o melhor dos homens ; sim, o melhor dos homens.—Prezado Senhor ; pelo céo vos rogo, dizeti em que estais philosophando.—Luiz levantou a cabeça, e apercebeo Mr. Berghorn (este era o nome do velho). Ah sois vós ? disse elle—Como ? vós me fallais a uma hora, e não me vieis?—Pode ser, perdoai. Estava distrahido.—E qual hé o motivo dessas distracções?—A infidelidade das mulheres.—Meu filho, não conheceis o mundo. Uma mulher publica não pode ser fiel.—Uma mulher publica ? Senhor ! se não fosse o respeito

por esses cabellos brancos—Hé o que vos digo. Como? Roza uma mulher publica.—Quem vos falla de Roza? fallo das Dupuis, dessas mulheres dissolutas—Senhor, creio que zombais comigo. Como? duvidais vós do que hé notorio por todo o Pymont? Estas mulheres vem aqui aos Banhos, de proposito para fazer o trafico de seos encantos. Luiz extremamente surpreso do que ouvia, contou ao velho como as havia conhecido. Custava-lhe a crer, que fosse tam longe a impostura e a infamia das duas Alsacianas.—Mas, querido Senhor, eu vos amo, como se fosseis meu filho. Dizei-me a verdade. Não tinheis intento algum sobre estas mulheres? Nenhum, e nunca. Porque?—Quem vos via passear de braço dado com duas mulheres reconhecidamente desonestas, como havia saber que vós ereis um homem de honra?

Neste momento, Luiz cahio em si. Recordou-se de que Roza o havia visto com as Dupuis, e reconheceo a causa do seu enfado. Oh que infortunio! exclamou elle. Quem—nunca tivesse visto taes mulheres! Agora hé tarde! Não tem—remedio! Estou perdido!—Perdido? Com o vosso coração?—Que incoherencia! Tendes valor, e despresais a humanidade? Sabei, joven Senhor, que so o crime pode fazer desgraçados; que um nobre coração como o vosso, ja mais foi escravo do infortunio. Ficai em casa. A manham as dés horas virei buscar-vos, para me ajudardes a consumir a ventura de dous infelizes; e a dar o premio á virtude. Luiz conveio; e elles se separáraõ.

A perturbação de Roza não acabou tambem logo. Ella ficou encostada aos hombros da prima; sem mover-se, e a penas de fraqueza tinha deixado cahir a mão de Lauter. A prima a levou lentamente para a cama. O conselheiro

vio bem que este incidente requeria uma explicação; mas elle a dezechava tanto, quanto a temia. A declaração publica que Roza havia feito de ser sua espoza; e que o seu amor proprio attribuia mais ao seu merito, que ás circumstancias, não o contentava com tudo isso. Entanto a conselheira exigia da tia a satisfacção da palavra de Roza. A tia achava-se perplexa. Ella tinha penetrado um pouco no coração de Roza, e o que nelle descobrira, não era muito favoravel ao Conselheiro. Comtudo, ella segurou a sua mãe, que Roza estava inteiramente livre. Mas as suas observaçoens a cerca de Roza, fossem ou não feitas com sinceridade, podiaõ aqui tomar-se como illusorias pelo Conselheiro e sua mãe.—Se n'auzencia destes, tivesse Luiz apparecido, e a tia observado melhor o coração de Roza, não há duvida, que teria consentido na felicidade dos dous amantes. Ella sim percebia, que Roza ainda amava Luiz, e que não era para ella a suprema ditta ser espoza de Lauter; com tudo julgou do seu dever continuar seu projecto. Consequentemente, entendeo-se com a Conselheira Lauter e seu filho.

O Conselheiro queria hir lançar-se aos pés de Roza, e agradecer-lhe o consentimento dado em satisfacção de seos dezechos; mas Madama Rehberg lho estorvou, julgando mais prudente dirigir-se ella mesma a sua sobrinha. Foi pois ter com ella, e recordou-lhe a declaração que tinha feito a favor de Lauter. Roza ficou espantada, quando ouvio dizer-lhe, que ella havia declarado ser espoza do Conselheiro. Esta declaração fôra feita n'um movimento de angustia e colera, e já lhe tinha esquecido. Portanto á intimação da tia, sentio-se despenhada em novo abismo de miseria; e torcendo as maons de consternada, disse que lhe não era possível ser espoza de

Lauter. A tia lhe representou, que não era já tempo de retractar-se. Que o Conselheiro, e sua mãe tinhaõ a sua palavra, e negala não era possível sem faltar ao decoro que competia ao seu sexo. Roza tornou a dizer, que lhe era impossível. Pois bem, disse a tia secamente:—Dá tu essa resposta á Senhora Conselheira, que eu não me atrevo, depois dos obsequios com que nos tem tratado.

Impossível era também a Roza dar aquella resposta. Buscou evasivas, e a final vio-se obrigada a entrar em negociaçoens. A tia que a todo o custo queria sustentar a sua palavra, se affastou um pouco dos principios de honra, que ella sopunha defender. Exigio portanto de Roza, que ella contrahisse Esponsaes com o joven Lauter; acrescentando, que isso não passava de mera formalidade, que era uma satisfação dada ao Conselheiro; e que finalmente nada tinha de obrigatorio. Roza, que, no estado em que se achava, se agarraria a uma têa de aranha para suster-se, aceitou a proposição. Ella julgou que a tia tinha já *in petto* algum plano, com que se libertasse do odiado consoreio. Ella comprometteo-se a ficar mais alguns dias em Pyrmont, e depois a retirar-se com a tia. Esta conveio; mas projectava partir quanto antes.

O nome de espozó, cuidava a tia, e o habito de viver com Roza, dariaõ animo ao conselheiro; e por isso meditava em segredo recolher-se a casa, o mais depressa possível. Roza por outro lado, promettia ser complacente, escrever ao Conselheiro, logo que partisse, e receber agradavelmente em Brunswick as suas visitas; mas o seu intento secreto era retirar-se a casa da tia Seeburg ou de seu pae; e alli esconder-se, até o Conselheiro se dezenganar das suas esperanças. Assignou-se em fim este contracto de casamento.

Mas ambas as partes se enganavaõ. A tia pedio de mais a mais a Roza, que confirmasse deante de Lauter quanto havia promettido. Roza o prometteo, e prometteria tudo quanto a tia quizesse; uma vez que senaõ effeituasse a sua promessa. O facto era, que ella nunca entendeu bem o que a tia lhe proposera.

Dir-se-há talvez, que Madama Rehberg naõ era taõ boa, como se tem descripto; pois que hé claro, que ella fazia a desgraça da pobre sobrinha! Respondemos ao leitor, que essas pequenas delicadezas na sociedade, que se reputaõ indispensaveis, tem feito mais mal que a perversidade e malicia! Toda a differença consiste em que o máo conhece claramente o damno, que faz; entretanto que as pessoas de boa fé, fazem mal, pensando obrar bem. Naõ obstante esta consideração a tia de Roza dezejava sinceramente a felicidade de sua sobrinha.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Progreso das Sciencias Physicas no anno de 1816.

(Continuado da pag. 71 do No. 73.)

Mr. De Candolle mui justamente observa, que naõ hé bastante para estabelecer a sua proposição o ter elle mostrado, que o ergot tem a forma e apparencia de um esclerocio; porem que lhe toca tambem o provar em como tudo, que

sabemos relativo ao seo modo de existencia, se conforma com esta opiniaõ. Para esse fim elle cita da obra de Mr. Teissier, que á esta producção vegetal prestou assiduo e particular cuidado, varias observaçoens, que são assas relevantes; a pezar de haverem sido publicadas em 1783 periodo, em que a historia dos fungos era ainda mui imperfeitamente conhecida para suggerir ao sobreditto escriptor a analogia, que agora se há descoberto. Das reflexoens de Mr. Teissier se deduz. 1. Que todas as causas, que co-operaõ para augmentar a humidade, são universalmente favoraveis á existencia do ergot; e hé um facto assas notorio, que isto mesmo acontece com todos os fungos, e particularmente os esclerocios. 2. Que há certos districtos mais sugeitos á esta doença do que outros, ainda que situados em circunstancias igualmente propicias ao seo desenvolvimento; o que prova não dever o ergot a sua origem á uma simples combinação de certas circunstancias, mas sim que hé um ser organizado, cuja existencia se deriva de um germe. 3. Que não póde haver *ergot*, quando se regaõ as espigas dos graõs; pela razão de que as sementes deste fungo não entraõ entaõ na planta. 4. Que o *ergot* hé verdadeiramente topico, achando-se em uma espiga uma ou mais sementes tocadas, porem o resto não; o que se conforma com o que sabemos a este respeito da maior parte dos fungos parasiticos. 5. Que o *ergot* hé no principio molle e polpudo; adquire gradualmente solidez, e comprimento; e que o seo crescimento hé quasi independente da planta sobre que hé achado; factos estes que são todos applicaveis aos fungos. 6. Que o *ergot* não se acha somente no centeio mas sim em quasi todos os graõs: da mesma maneira que uma grande parte de fungos parasitas; taes como a *Puccinia umbelliferarum*,

Puccinia caricina, *Uredo rumicum*, *Uredo ranunculacearum*, *Uredo violarum*, *Uredo fabæ*, *U. rinathacearum*, *U. carbo*, *U. caprocarum*, *U. rubigovera*, *U. hypericorum*, *U. receptaculorum*, *U. saxifragarum*; *Occidium pini*, *Occidium asperifoliarum*, *Occidium cichoracearum*, *Occidium ranunculacearum*, &c. se encontraõ indiscriminadamente em quasi todas as especies das respectivas ordens nátureas, donde elles derivaõ os seos nomes. 7. Que o sabor, e cheiro do *ergot*, e mais que tudo as suas propriedades acres e venenosas saõ facilmente explicadas, se o considerarmos como um fungo: e que os reagentes chimicos com que elle há sido analysado, ministráraõ resultados mais conformes com a natureza de um fungo, do que outra qualquer substancia vegetal. 8. Que a idea de se imputar a origem do *ergot* á vermes ou insectos já há muito que fora abandonada por isso que taõ raras saõ as vezes que vermes e insectos ahi se achaõ que a sua apparencia parece ser puramente casual. Entre os factos que Mr. Teisseir menciona respectivos ao *ergot*, M. De Candolle naõ acha senaõ um, que parece militar contra a sua proposiçaõ, e vem a ser que as vezes há sementes, cuja metade hé bom centeio, e outra metade *ergot*. Ora sobre isto observa De Candolle, que o facto hé summamente raro; que M. Teissier hé o unico escriptor que de tal faz mençaõ; e que elle mesmo por varios annos se dedicára ao estudo do *ergot*, sem nunca descobrir esta singularidade; porem que até dando ás observaçoens de Mr Teissier todo aquelle credito, que merecem; a analogia naõ deixa com tudo de subsistir por quanto repetidas vezes achamos nós sementes das diversaas plantas cereaes, cuja metade so consta de alforra, doença que se julga tambem proceder de um cogumelo: assim quanto ao

ergot pode mui ser, que ou por se desenvolver um pouco mais tarde, ou por outra qualquer causa aconteça que o grão do trigo cresça primeiro, e fique em tal caso pegado á sua base.

Dos differentes factos acima expostos Mr. De Candolle deduz as seguintes illações. 1. Que o *ergot* hé uma especie de fungo do genero *Esclerocio*, que elle há denominado *Clavus*. 2. Que as esporas ou orgãos, por meio dos quaes a planta hé reproduzida, estão situados na sua parte exterior, e não interior. 3. Que a semente cahe na terra, hé levada ao interior da planta do trigo pela agua, que a nutre; e hé conduzida pelos succos circulantes ao longo dos seus vasos, até chegar ao lugar destinado para o desenvolvimento do seu germe.

Depois de havermos apresentado aos nossos leitores o precedente resumo da Memoria de Mr. De Candolle, hé tambem justo que por outro lado façamos menção de um relatorio, que em uma sessão do Instituto Francez no dia 28 de Outubro passado fez M. Desfontaines sobre um papel de Mr. Virey cujo objecto era mostrar, que o *ergot* era sim uma doença, que ataca o trigo, e não uma planta parasita como quer De Candolle. Mr. Desfontaines descreve com grande individuação o crescimento, character externo, e verdadeira natureza do *ergot*, igualmente relata os resultados que Mr. Vauquelin obtivera com esta substancia; e a final remata dizendo que apesar de não devermos regeitar de todo a opinião de M. De Candolle, com tudo que os productos das analizes chimicas e outras mais circumstancias parecem favorecer a opinião de M. Virey. Há, segundo Mr. Desfontaines, entre outros distinctivos que caracterizaõ o *ergot*, e o *esclerocio*, um que parece ser de per si sufficiente para distinguir um do outro, e vem a

ser a facilidade com que o grão do ergot hé tirado da planta, e facilmente reduzido a pó: entretanto que o esclerocio hé mui duro, difficil de cortar, e está firmemente pegado á planta, em que nasce. Resta agora um outro meio de descobrir a differença que há entre estas duas substancias, e seria o experimentar, quaes eraõ os effeitos que o esclerocio produz na economia animal, e compara-los com aquelles que já sabemos o ergot occasiona.

CHIMICA.

Esta sciencia, segundo o costume, occupará maior espaço que outra qualquer. Nós adoptaremos o methodo de subdividir os factos que temos de expor, e colloca-los debaixo de varias secçoens :—

1.º. Nova Classificação das Substancias Chimicas.

As rapidas e numerosas descobertas que se tem feito em Chimica haõ occasionado uma consideravel revolução na theoria desta sciencia. Todo aquelle, que tiver prestado sufficiente attenção á estes melhoramentos, necessariamente perceberá, que o actual arranjo das substancias chimicas hé em muitos sentidos imperfeito e inconveniente. Os corpos simples, de que agora temos conhecimento, montaõ a 48, dos quaes todos, a excepção de oito, são considerados como metaes. Em um dos Numeros dos Annaes de Chimica e Physica o anno passado vinha uma excellente dissertação sobre este assumpto escripta por M. Ampere. Este ingenhoso chimico descreve as propriedades de todos os corpos simples com muita agudeza, individuação e perspicuidade; e os arranja em um sistema natural, no qual seguem-se uns aos

outros conforme as suas propriedades. Apenas temos espaço para apresentar aos nossos leitores o seguinte resumo desta classificação.

As substancias simples naturalmente se subdividem em tres classes a saber:—

1. Gazolytes, ou substancias capazes de formarem gases permanentes entre si.

2. Leucolytes ou metaes, que se podem derreter em uma temperatura inferior á 25 graus do pyrometro de Wedgewood; e cujas oxides formão soluçoens descoradas com acidos destituídos de cor.

3. Chroicolytes, ou metaes, que para serem derretidos, precisaõ de uma temperatura mais elevada, do que 25 de Wedgewood; e cujas oxides formão soluçoens coradas com acidos que não tem cor.

CLASSE 1.—GAZOLYTES.

Genero 1.—Borides. (Da palavra Boron.)

Corpos que formão gases acidos permanentes com Phthore.*

Especie 1. Silicon.—Especie 2. Boron.

Genero 2.—Anthracides. (Da palavra ανθραξ.)

Corpos que estando expostos ao ar em uma temperatura elevada se combinaõ com um dos seos dois elementos, e formão gases permanentes com o outro elemento.

Especie 1. Carboneo.—Esp. 2. Hydrogenio.

Genero 3.—Thionides. (Da palavra θειον.)

Corpos, que se podem combinar com o genero anthracides, e formar com este corpos gazozos ou mui volateis.

* Phthore hé o nome que M. Ampere dá a substancia chamada por Sir H. Davy fluorine.

Esp. 1. Azote.—Esp. 2. Oxygenio.—Esp. 3. Enxofre.

Genero 4.—Chlorides. (Da palavra Chlorine.)

Corpos, que não soffrem alteração alguma no ar, seja qual for a sua temperatura; e que formão com o hydrogenio compostos acidos, já gazozos, ou mui volateis.

Esp. 1. Chlorine.—Esp. 2. Phthorine.—Esp. 3. Jodine.

Genero 5.—Arsenides. (Da palavra Arsenico.)

Corpos, que são oxidados no ar sendo á este expostos em uma temperatura sufficiente; e que formão com o oxygenio compostos solidos, e com o hydrogenio Gazes permanentes.

Esp. 1. Tellurio.—Esp. 2. Phosphoro.—Esp. 3. Arsenico.

CLASSE 2.—LEUCOLYTES.

Genero 1.—Cassiterides. (Da palavra κασσιτερος.)

Corpos, cujas combinaçoens com o oxygenio são decompostas pelo Carboneo, mas não por Jodine.

Esp. 1. Antimonio.—Esp. 2. Estanho.—Esp. 3. Zinco.

Genero 2.—Argyrides. (Da palavra αργυρος.)

Corpos, cujas oxides são decompostas por Jodine e Hydrogenio.

Esp. 1. Bismute.—Esp. 2. Mercurio.—Esp. 3. Prata.—Esp. 4. Chumbo.

Genero 3.—Thephralides. (Das palavras τεφρας e αλς.)

Corpos, cujas oxides são decompostas por jodine, e não por hydrogenio.

Esp. 1.—Sodio.—Esp. 2. Potassio.

Genero 4.—Calcides. (Da palavra Calcium.)

Corpos, cujas oxides não são decompostas por carboneo ou jodine, pore[m] sim por chlorine.

Esp. 1. Bario.—Esp. 2. Strontio.—Esp. 3. Calcio.—Esp. 4. Magnesio.

Genero 5.—Zirconides. (De Zirconium.)

Corpos, cujas oxides não são decompostas por chlorine, jodine, ou carboneo.

Esp. 1. Yffrio.—Esp. 2. Glucinio.—Esp. 3. Aluminio.—Esp. 4. Zirconio.

CLASSE 3.—CHROSCOLYTES.

Genero 1.—Cerides. (De Cerium.)

Corpos, que são frageis, e não se derretem quando mesmo chegaõ aquelle grau de calor em que o ferro se derrete.

Esp. 1. Cerio—Esp. 2. Manganese.

Genero 2.—Siderides. (Da palavra σιδηρος.)

Corpos, cujas oxides se dissolvem em acidos quando estaõ puros, e que com estes formaõ soluçoens coradas so no estado de concentraçãõ; e cujas peroxides não tem propriedades acidas.

Esp. 1. Uranio.—Esp. 2. Cobalt.—Esp. 3. Ferro.—Esp. 4. Niccolo.—Esp. 5. Cobre.

Genero 3.—Chrysides. (Da palavra χρυσος.)

Metaes, que não soffrem a menor alteraçãõ no ar, seja qual for a temperatura, em que este se ache.

Esp. 1. Palladio.—Esp. 2. Platina.—Esp. 3. Oiro.—Esp. 4. Iridio—Esp. 5. Rhodio.

Genero 4.—Titanides. (De Titanium.)

Corpos, que se não podem derreter, e cujas oxides puras não se dissolvem em acidos, nem se formão com os alcalos compostos, que se possam considerar como verdadeiros saes neutros.

Esp. 1. Osmio.—Esp. 2. Titanio.

Genero 5.—Chromides. (De Chromium.)

Corpos, que se não podem derreter na temperatura, em que o ferro se derrete, e que são transformados em acidos por meio do oxygenio.

Esp. 1. Tungsten.—Esp. 2. Chromio.—Esp. 3. Molybdeno.—Esp. 4. Columbio.

II. *Affinidade Chimica.*

1. *O Efeito que produz a trituração nas Combinações Chemicas.*—No volume VII dos Annaes de Philosophia vem descriptas varias experiencias, que Mr. Link fizera com o intuito de observar o que acontecia, quando dois saes secos, que mutuamente se decompõem estando dissolvidos, se trituraõ ao mesmo tempo. Achou elle, que quando os dois saes estavam privados d'agua de cristallizaçãõ, não havia decomposiçãõ alguma porem que se um delles continha agua de cristallizaçãõ, em tal caso se effeituava uma dupla decomposiçãõ: tambem que se depois da trituração se deitava algum liquido, que podia dissolver um dos ingredientes—seguia-se uma decomposiçãõ.—Das experiencias de Mr. Link se pode de certo modo inferir, que a agua de cristallizaçãõ, mesmo no seo estado de solidez, continua a exercer os seus poderes dissolventes.

2. *A Estructura dos Corpos Solidos.*—Mr. Frederic Daniell publicou no 1º Numero do Jornal das Sciencias e Artes da Instituiçãõ Real de Londres uma memoria certamente mui cu-

riosa e relevante, na qual desenvolve elle muitas ideas novas sobre a estrutura dos corpos solidos. Se um pedaço de pedra hume, borax, ou nitro for deitado em um copo d'agua, e ahi o deixarmos permanecer por espaço de tres ou quatro semanas, acharemos que a solução tem sido desigual, isto hé, a parte superior do pedaço estará muito mais consumida, que a inferior por maneira, que ficará tendo a forma de uma figura conica. A parte inferior destes saes observa-se, depois deste processo, estar coberta de numerosos corpos cristallinos; os quaes na pedra hume são octahedros, ou figuras formadas pelas diversas seccoens do octahedro aluminoso; no borax são prismas octilateraes, &c.—Mr. Daniell mostra por um modo bem convincente em como estas encrustações não são formadas pela cristallisação daquella parte do sal que há sido dissolvida, porem que devem a sua apparencia á desigual solução que agua exercera sobre o pedaço da pedra hume, borax, &c.—Donde claro está, que estas massas de saes, que apparentemente não tem forma alguma regular, constão na realidade de cristaes, que só observamos, quando a estrutura destas massas hé modificada por esta dissecação natural. Os carbonatos de cal, barites, strontites, passando por uma igual semi-solução em vinagre, apresentáram a mesma estrutura cristallina;—e o mesmo se observou em bismute, antimonio e niccolo sendo deitados em acido nitrico mui diluido. De todas estas experiencias podemos nós inferir, e com grande probabilidade, que a estrutura de quasi todos os corpos hé na realidade cristallina, ainda que á sua apparencia assim o não indique: e tambem somos de parecer, que se este processo de dissecação natural fosse applicado aos mineraes em geral viria a

melhorar e ampliar muito o methodo Haüyano; e destruir a maior parte das objecções, que existem contra elle.—Mr. Daniell termina esta sua memoria com um exame assas ingenhoso da estrutura de cristaes em geral; e mostra em como a hypothese suggerida pelo illustre Dr. Wollaston, a saber, que as partes integrantes dos corpos são esphiricas, hé a unica que perfeitamente se conforma com os phenomenos da cristallisação.

3. *Anomalia que existe na Affinidade Chimica.*—Apezar de já os chimicos há muito saberem, que a maior parte dos phenomenos chimicos dependem do que se chama affinidade, ou de attracções que existem entre os atomos de diferentes corpos, com tudo não se tem feito progresso algum em graduar a intensam destas forças. Estabeleceo-se no principio como um axioma, que os corpos, que tem uma affinidade reciproca, são cada um delles attrahidos por uma força especifica, que varia segundo a natureza do corpo; e que se quando dois corpos A e B estão unidos, apresentarmos um terceiro corpo C, que tenha maior affinidade para A do que para B, então B he completamente desalojado, e C occupa o seo lugar. Esta opiniaõ foi abraçada por Bergman, e por elle illustrada com muitos factos no seo Tratado sobre Attracções Electivas. Berthollet, sem questionar a veracidade do axioma, nega que jámais possa haver uma completa decomposição; e que quando haja, deve ser attribuida sempre á uma causa differente da affinidade; a qual hé uma potencia capaz somente de produzir combinaçaõ e não decomposição. Ainda que Berthollet não tenha talvez podido estabelecer a sua hypothese, elle com tudo parece-nos ter provado por um modo concludente, que a primeira theoria não hé exacta,

e que nós actualmente ainda não temos mui correctas noções sobre esta materia. Mr. R Philips em um papel publicado no 1º Numero do Jornal da Instituição Real de Londres confirma ainda mais iste mesmo que acabamos de asseverar. Já há muito que se sabia, que o carbonato de potassa tinha a propriedade de decompor o sulphato de barites; porem o Dr. Babington informou a Mr. Phillips, que o carbonato de barites podia ser igualmente decomposto pelo sulphato de potassa. Ora o papel de Mr. Phillips consta de uma serie de experiencias feitas com o intuito de verificar ambas estas decomposições: — 100 partes de sulphato de barites se misturaraõ com 59 de carbonato de potassa e uma sufficiente porção d'agua; a mistura se deixou ferver por espaço de duas horas; e no fim achou-se que só 23 partes de sulphato de barytes estavaõ decompostas. Por outro lado, misturando-se 85 partes de carbonato de barytes com 74 partes de sulphato de potassa dissolvidas em agua, sahiraõ decompostas 57 partes do carbonato de barytes. Segundo as precedentes experiencias vê-se, que seis particulas integrantes de carbonato de potassa são necessarias para decompor uma particula integrante de sulphato de barites; e que pelo contrario tres particulas integrantes do sulphato de potassa decompoem duas do carbonato de barites: assim parece que as affinidades do acido sulphurico para a barites, e do acido carbonico para a potassa são na realidade as mais fortes; mais que a primeira decomposição se effeituou, em virtude da grande quantidade de carbonato de potassa, que estava presente; e que cessará de ter lugar, se esta quantidade for diminuida até um certo ponto; e a final que haveraõ certas

porções destes dois saes, que juntas não exerceraõ entre si affinidade, ou decomposição alguma.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

*Novas experiencias sobre o Methodo de gelar a
agua, descoberto por Mr. Leslie.*

(Para servir de Suplemento ao que a este mesmo respeito escrevemos em o nosso Jornal de Maio, No. 71, pag. 357.)

Mr. Stodart repetio ultimamente o mui interessante methodo descoberto por M. Leslie de gelar a agua por meio de uma terra absorvente, em lugar do acido sulphurico: e a experiencia foi mui bem succedida. A pedra, de que elle fez uso, foi extrahida de Salisbury Craigs perto de Edinburgh: com ella depois de pulverisada e secca conseguiu Mr. Stodart gelar uma pequena porção d'agua de baixo de um recipiente da maquina pneumatica. Empregando-se um recipiente mais chato e maior abundancia de terra se obteve muito maior quantidade de gelo, e com grande celeridade. Fizeraõ-se depois experiencias com varias outras terras absorventes, e de todas a melhor que se achou foi a terra argilacea de que se fabricaõ os cachimbos, a qual iguala em vertude o mesmo porfido: este ultimo, porem, quando se acha em um estado de completa decomposição, hé por ora o mais efficaz que se conhece para esse fim. Esta bella descoberta do Professor Leslie não hé menos relevante para o philosopho, que util nas suas applicações ás commodidades da vida em todo e qualquer clima. Assim já como um artigo de recreio, ou como um objecto de necessidade em

doenças, &c. poderemos daqui em diante fazer gelo com facilidade, e quando mui bem quizermos.

P O L I T I C A.

REINO DO BRAZIL.

Nota de Lord Strangford ao Marquez d'Aguiar.

O muito interesse que tem a Corte de Londres pela prosperidade do reino de Portugal, cuja energia e heroismo tem grandemente contribuido para o triumpho da causa dos alliados; e a vontade efficaz que tem de fazer tudo que possa concorrer para cumprir com os dezejos de S. A. R. o principe Regente de Portugal, de quem conhece mui bem os sentimentos paternaes para com os seos fieis vassallos da Europa; tem feito crer ao abaixo assignado que hé da sua obrigação tornar ainda a tratar do objecto importante da volta de S. A. R. para Portugal.

Havendo o abaixo assignado constantemente representado a sua Corte a persuasão em que estava de que existia no coração de S. A. R. um dezejo mui vivo de se aproveitar da primeira occasião favoravel para recompensar seos valerosos vassallos Portuguezes, por tudo quanto tinhão soffrido na sua auzenia, com o maior beneficio que lhes podia fazer, isto hé, com a presença do seo adorado Soberano; e julgando o

governo Britannico estar já chegado este momento; procurou immediatamente contribuir com quanto lhe era possível para pôr em execução os sentimentos de seo aliado. Fez, por consequencia partir o Contra-Almirante, Cavalleiro Beresford, e esta expedição, antes que chegasse a Inglaterra a resposta que a Corte do Brazil deo a nota que o abaixo assignado teve a honra de dirigir a S. E. com data do 1 de Outubro passado.

Foi tambem na persuasão da força destes sentimentos de S. A. R., e do dezejo ardente que tem de se aproveitar das circumstancias, que a pacificação geral lhe apresenta, para tornar a ver o reino de seos augustos antepassados, que S. A. R. o Principe R. da Gram Bretanha dirigio a S. A. R. a carta inclusa, que o abaixo assignado roga a S. E. queira ter a bondade de entregar a S. A. R. assim como de receber para si a copia della, que ao mesmo tempo tem a honra de remeter-lhe.

Objecto da expedição do Cavalleiro Beresford não tem outro fim se não o de facilitar a S. A. R. os meios de accelerar a sua partida deste paiz, no cazo que julgue conveniente servir-se della. Nem em cazo algum ella se deve considerar como uma escolta para proteger a Pessoa Sagrada de S. A. R., porque seos proprios navios poderiam amplamente exercer este honroso emprego.

O abaixo assignado não pode occultar a S. E. quam agradavel seria para a sua Corte que S. A. R., guiado pelo seo amor para com a nação Portugueza, que tem feito tantos sacrificios, e tantas provás tem dado de uma lealdade mais do que heroica para defender a sua causa, julgasse agora conveniente aproveitar-se dos meios que a Corte de Londres acaba de pôr a sua disposição para com elles completar a felicidade da nação Portugueza, arescentando a seos triumphos

este de ver dentro della o objecto augusto e querido de todas os seos trabalhos. Com effeito, que prazer não seria o de Portugal, e o do seo fiel e generoso alliado se visse o restabelecimento do esplendor da antiga séde da monarquia Portugueza! E que satisfacção não haveria em ver que não faltava membro algum da Grande Familia da Europa para celebrar a volta da Paz, e a renovação da ordem social!

Que vantagem em fim não seria para os mesmos interesses de S. A. R., como Soberano Europeo, o entrar na metropoli de seos estados antes da conclusão das negociaçoens importantes que se estão tratando; e deste modo obviar todos os inconvenientes que a distancia immensa, que agora separa S. A. R. do theatro destas negociaçoens, deve necessariamente causar, não obstante o muito zelo e fidelidade de seos alliados!

O abaixo assignado roga a S. E. queira ter abondade de apresentar esta nota a S. A. R.; e aproveita esta occasião para renovar a S. E. a segurança da sua mais alta e respeitosa consideração.

Rio de Janeiro, aos 2 de Janeiro, 1815.

STRANGFORD.

Resposta do Marquez d'Aguilar a Nota antecedente.

O abaixo assignado, Concelheiro d'Estado, Ministro Assistente ao Despacho, e Encarregado Interinamente da Repartição dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, depois de ter levado a augusta presença de S. A. R. o Principe Regente seo amo a nota de S. E. Lord Strangford, En-

viado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario de S. M. Britannica com data de 2 do corrente mez, tem a honra de transmitir-lhe a seguinte resposta em conformidade das ordens que recebeo do mesmo Snr.

Contendo a referida nota de S. E. as mais sinceras e evidentes demonstraçoens do vivo affecto que S. A. R. deve a S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido, continuando nos seus desejos de cooperar para a Sua volta á Europa, não pode o mesmo Snr. deixar de expressar a sua gratidão, e tomar como prova daquella affeição o ter-se accelerado a partida do Contra-Almirante Sir John Beresford para o acompanhar a Lisboa. Entra tambem em consideração para os agradecimentos de S. A. R. a delicadesa da escolha deste distincto official, tanto em rasão do seu proprio merecimento, como por ser irmão do bravo e illustre chefe do exercito em Portugal, que o soube conduzir á gloria, e vencer um inimigo guerreiro, tendo igualado em disciplina as melhores tropas da Europa.

Entre as disposiçoens que occupão a mente de S. A. R. em beneficio dos seus estados, nenhuma hé tão importante como a restituição da sua Real Pessoa a antiga sede da monarchia; voltar ao seu paiz natal, onde reinaraõ tantos heroes seus ascendentes, e donde sahiraõ para as outras partes do mundo tantos homens, que se fizeraõ celebres, contribuindo consideravelmente para a civilisação em geral, e para o augmento das riquezas da Europa, por meio de suas navegaçoens, descobertas, conquistas, e estabelecimentos de relaçoens commerciaes; e chegando a sua patria, achar-se no meio de um povo leal ao seu Soberano, e zeloso da honra nacional; e ver-se ao mesmo tempo a frente de um exercito triumphante composto de vassallos briosos, que

tanto na sua submissão á mais vigorosa disciplina militar, como na sua bravura se mostraraõ dignos descendentes dos antigos Portuguezes. Similhante espectaculo hé sem duvida o mais plausivel e glorioso que pode gozar um imperante. A' medida que as forças combinadas das outras potencias da Europa contribuiaõ com as de S. A. R. para debellar as do inimigo, se lisongeava o mesmo Snr. progressivamente de se aproximar daquella feliz epoca em que satisfizesse os seus verdadeiros desejos de patentear com a sua Real Presença o seu affecto paternal, e a justa gratidaõ de que o seu animo está occupado para com taõ benemeritos vassallos.

Apezar destes constantes sentimentos, taõ naturaes ao coração de S. A. R. tem elle resolvido deferir por algum tempo a sua retirada para Portugal, persuadido de que esta determinação hé naõ somente util e indispensavel para o bem geral da monarchia, de que a providencia lhe confiou a direcção, mas muito particularmente o hé para os interesses dos seus vassallos em Portugal, *o que certamente elles haõ de reconhecer em consequencia das providencias qae S. A. R. houver de dar, seja para a segurança, seja para a ligação de interesses entre os estados que constituem a mesma monarchia.* Entretanto espera o mesmo Snr. a tranquillidade do mundo extinguindo-se o resto das dissensões produzidas por uma revolução, cujos horrorosos effeitos naõ tem parallelo na historia humana. Fundado em taõ graves considerações, respondeo S. A. R. ás cartas que S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido lhe escreveo em 21 de Novembro de 1813, e 27 de Julho de 1814, e igualmente mandou responder as notas de S. Ex^a que trouxeraõ as datas de 24 de Março, e do 1 de Outubro passado. As repostas a esta ultima

amigavel solicitação, que tinha por objecto o saber a determinação de S. A. R. sobre a sua regressão a Portugal, foram conduzidas pelo Bergantim Inglez, Argelino, que o Ministerio Britanico havia aqui mandado com esse mesmo destino. Ellas não tinhaõ, nem podiaõ ter chegado a Inglaterra, quando S. A. R. vio com admiração um officio do seu Embaixador em Londres datado de 3 de Setembro em que participa simplesmente, que em consequencia do aviso que desta Corte recebêra o Governo Inglez, este se determinava a mandar uma Esquadra, commandada pelo Contra-Almirante Sir John Beresford para acompanhar S. A. R. Huma noticia tão inesperada motivou a Nota do abaixo assignado a S. Ex. Lord Strangford em data de 15 de Dezembro, requerendo a respeito della alguma elucidação: S. Ex. respondeo em summa que não tinha avisado cousa alguma positiva a este respeito, mas unicamente participára por varias vezes os desejos que S. A. R. manifestára de voltar a Portugal. E ainda que em data de 3 de Novembro communicou a esta Corte o Conde de Funchal, que em conversação com Mr. Canning este lhe dissera que tinha lido o despacho formal em que S. Ex. Lord Strangford pedia a immediata partida da Esquadra Ingleza, S. A. R. apesar desta contradicção, e de haver grande differença, entre a expressão de seus desejos, e a declaração da epoca em que lhe convem cumprilos, se persuade que houvera algum malentendido, donde resultou esta accelerada determinação.

O mesmo Snr. tendo já reconhecido a generosidade do seu antigo e bom alliado pelas precedentes offertas, francamente lhe participou que as aceitaria com gratidão, logo que fixasse a epoca do seu regresso a Portugal, e espera que

S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido fique convencido de que S. A. R. não a retarda senão por motivos ponderosos que lhe devem inspirar esta prudente e necessaria disposição.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reiterar a S. Ex^a Lord Strangford os protextos da sua particular estima, e alta consideração.—Palacio de Rio de Janeiro em 15 de Janeiro de 1815.—MARQUEZ DE AGUIAR.

Rio Grande do Sul.—Batalha do Campo do Catalão.

No dia 20 de Fevereiro (1817) chegou a esta villa o Illmo. e Exmo. Senhor Marquez de Alegrete, cuberto de gloria pela parte que houve na batalha dada aos insurgentes no campo do *Catalão*, em 4 de Janeiro: batalha sempre memoravel porque mil valentes Portuguezes derrotaram 4,000 inimigos. A sua chegada foi motivo das mais plausiveis demonstraçoens de regozijo, sendo recebido por mais de 50 embarcaçoens em linha com os marinheiros pelas enxarcias, dando alegres vivas a S. M. e ao digno Governador, e por diversas corporaçoens, que o foraõ encontrar a meio rio. Desembarcando S. E. passou por baixo de varios arcos, e se encaminhou a Matriz. Nas tres noites seguintes houve grande illuminação na villa e mar, com immenso concurso do povo, e musica escolhida; e findos elles, no dia 24 fez a Camera cantar na igreja uma missa solemne, e *Te Deum* em acção de graças, a que assistio o Exmo. Snr. Marquez e toda a sua familia. Nesta occasião o segundo Vereador, Domingos Joze de Araujo Basto, offereceo a S. E. um ramo de louro, que elle benignamente

recebeo, e repartio com os muitos officiaes, que ali estavaõ, companheiros no combate. Findo o *Te Deum* se recolheo a Palacio, acompanhado pela Camera e nobreza, deante da qual, em voz alta, agradeceo a Camera, em nome de S. M., os obsequios recebidos. (Gazeta do Rio de Janeiro, de 30 d'Abril, 1817.)

Carta Regia, para a communicacão da Capitania do Espirito Santo com a de Minas-Geraes, por meio de abertura de Estradas.

Francisco Alberto Rubim, Governador da Capitania do Espirito Santo. Eu El Rey vos envio muito saudar. Constando na minha real presença o feliz resultado dos vossos esforços, e boas disposicoens para se conseguir a communicacão dessa Capitania com a de Minas Geraes, achando-se em consequencia delles já aberta uma estrada com mais de vinte e duas leguas de distancia, desde o ultimo morador do Rio Santa Maria, até perto da margem do Rio Pardo, e nella estabelecidos com as competentes guarnicoens os Quarteis de Bragança, Pinhel, Serpa, Ourem, Barcellos, Villa Viçosa, Monforte, e Souzel, em distancia de tres em tres legoas, para guarda, segurança, e commodidade dos viajantes, e para facilidade das reciprocas communicacoens commerciaes, que tanto desejo promover, e auxiliar: convindo muito a concluzão desta Estrada até se encontrar alguma já aberta, e transitavel em a Capitania de Minas Geraes, e bem assim que se haja deprehender a abertura de muitas outras differentes Estradas por todo o vasto Sertão, que separa as duas Capitancias, a fim de que possa ser reduzido a cultura; apro-

veitando-se ao mesmo tempo as riquezas, que nelle consta haverem, e que se achão até o presente fóra do alcance dos meus vassallos pelos perigos, a que se exporiaõ, sendo accommettidos pela feroz, e barbara raça dos Indios Botecudos, uma vez que não achassem por toda a parte a Minha Real Protecção, e defeza, como aconteceo aos primeiros, que lavráraõ as Minas do Castello, e as Cabeceiras do Rio Itapemerim pertencentes a essa Capitania, e que foraõ obrigados a abandonar as cinco povoaçoens, que ali haviaõ, para em proximidade da costa, e sobre o mesmo Rio Itapemerim se estabelecerem com mais segurança. Tendo mostrado a experiencia que um dos melhores meios de se conseguir a pacificação, e civilisação desta, e de outras barbaras raças de Indios, que tanto merece o Meu Cuidado, consiste em se fazerem transitaveis por muitas, e differentes Estradas os extensos Bosques, em que se achão abrigados, afim de que por toda a parte hajaõ de encontrar os attractivos da civilisação, sendo convidados com brandura ao reconhecimento, e sujeição as minhas leis, e castigados promptamente os que commetterem hostilidades: sou servido ordenar o seguinte: que se promova com a maior actividade a communição dessa Capitania com a de Minas Geraes por muitas, e differentes Estradas tantas, quantas se julgarem convenientes, sendo feita a despeza da sua construcção pela Junta da minha Real Fazenda de cada uma das Capitancias na parte que ficar dentro dos seus limites, regulados pelo Auto de demarcação celebrado aos oito de Outubro de mil e oitocentos, em que se tomou por limite a linha Norte-Sul, tirada pelo ponto mais elevado de um espigão, que se acha entre os Rios Guandú, e Mainassú na sua entrada em o Rio Doce, ficando por consequencia pertencendo á

Jurisdicção do Governo da Capitania de Minas Geraes o terreno, que se achar a Oeste desta linha, e ao Governo da Capitania do Espirito Santo o que ficar a Leste da mesma linha: que pelo limite das duas Capitancias se haja de abrir uma Estrada, e bem assim em distancia de tres em tres legoas, ou como se reconhecer mais conveniente se abraõ outras, que atravessando as que servem de communicacão entre as duas Capitancias, fação transitavel todo o Sertão, para nelle se estabelecerem com commodidade, e segurança os que obtiverem Sesmarias, ou Datas Mineraes: Que as Estradas sejaõ continuadas pelas pessoas encarregadas da sua abertura, até se encontrar alguma povoação, ou Estrada já aberta, ainda que passem além do limite da Capitania; devendo porém dar-se parte ao respectivo Governador, logo que se chegar ao dito limite, para sua intelligencia, e para ser por elle competentemente auxiliado, levantando-se Quartéis, e ranchos nos Sítios convenientes, sendo os Quartéis guarnecidos por tropa da respectiva Capitania, e correndo por conta da Junta da Fazenda toda a despesa, que se fizer com a mesma Estrada na parte, que pertence ao districto da sua jurisdicção. Que se hajaõ de examinar todos os Rios, que possaõ dar passagem a Canoas, e Barcas, removendo-se com o maior cuidado, e diligencia as difficuldades, que se encontrarem, por ser este o meio mais commodo, e facil para o transporte dos generos de commercio, e industria dos meus vassallos: que por tempo de dez annos contados da data desta minha Carta Regia sejaõ isentos de quaesquer direitos os generos, que se transportarem dessa Capitania para a de Minas Geraes pelas Estradas, que se abrirem, ou pelos Rios, que se acharem navegaveis no vasto Sertão, que separa actualmente as duas Capitancias,

ficando taes generos unicamente sujeitos ao pagamento dos direitos, que se arrecadaõ pela sua entrada nas alfandegas de beira-mar: que pelo mesmo tempo sejam isentos do pagamento do dizimo todos, e quaesquer generos de cultura, que se fizer no Sertão dessa Capitania, sendo como tal considerado o terreno, que actualmente não estiver cultivado, ou concedido por Sesmaria devendo ser registadas na contadoria da Junta da Fazenda dessa Capitania, em livros só para esse fim destinados, todas as concessões de Sesmarias, que fizerdes em conformidade de minha Reaes Ordens, para que seus donos possam gozar desta izempção, e para que se conheça quaes sejam os terrenos livres do pagamento do dizimo, e quaes os que o devem satisfazer pela sua cultura: que se promova a lavra do Ouro das Minas do Castello, e outros terrenos, que o contiverem, sendo distribuidos por Cartas de Datas na forma do Regimento das Minas de dezanove de Abril de mil setecentos e dous, e das leis, e Alvarás, que se lhe seguiraõ; regulando para a grandeza das Datas o que se acha disposto no paragrafo Sexto do Artigo Sexto do Alvará de treze de Maio de Mil oitocentos e tres; e fazendo-se a extracção do Ouro com as cautelas ordenadas no paragrafo oitavo do mesmo artigo, para que os entulhos das terras, que se lavrarem não inutilizem as que para o futuro se houverem de lavrar: que se hajaõ de nomear os Guarda-Móres que forem necessarios para os differentes districtos Mineraes, competindo a proposta delles ao Ouvidor da Capitania, que servirá de Superintendente das Terras, e Agoas Mineraes, e sendo o seu titulo passado pela Junta da Fazenda dessa Capitania: que as Cartas de Datas Mineraes que se houverem de conceder, aos que por informação do Superintendente se acharem

nas circumstancias de as obterem, sejam todas passadas pela Junta, e registadas na sua Contadoria em Livros a esse fim tão sómente destinados, sem o que não serão tidas por legaes, e valiosas; declarando-se nas mesmas Cartas o numero de pessoas empregadas na mineração; a fim de que em cada um anno se possa fazer alguma idéa do resultado destes trabalhos, e se há, ou não extravio do Ouro em pó, a que se deva occorrer com as providencias, que parecerem convenientes: Que todo o Ouro que se extrahir, seja conduzido á Junta da Fazenda com Guia passada pelo Commandante do Districto, ou pelo Guarda-Mór, para ser promptamente pago á quem o apresentar a razão de mil e duzentos reis por Oitava, depois de limpo e livre de impurezas, ou segundo o valor do seu Quilate reconhecido por toque, depois de deduzido o Quinto que me hé devido, sem que seja permittido a pessoa alguma o receber em pagamento ouro em pó, estravia-lo, ou vendê-lo; pois que a compra de todo o Ouro em pó, que se extrahir, será privativa da Minha Real Fazenda, incorrendo nas penas que se achão estabelecidas a tal respeito, os que o contrario fizerem: Que no fim de cada anno faças subir á Minha Real Presença pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, e pelo Real Erario uma circunstanciada conta do resultado destas Providencias, declarando nella o numero, e extensão de Estradas que se fizeraõ; a despesa da Minha Real Fazenda em a sua construcção, e dos quartéis, e ranchos que se levantáraõ, o numero de Sesmarias, e Datas Mineraes que se concederaõ; a quantidade de Ouro em pó, que se manifestou, e foi pago pela Junta da Fazenda; o numero das pessoas empregadas na cultura, e mineração de todo este terreno; quaes foraõ os Rios que se acháraõ navegaveis, e as diligencias, que se

fizerão para vencer as difficuldades, que alguns delles offerecerem ; o numero dos Indios, que se domesticárao ; as povoaçoens, que se formárao, e bem assim tudo o mais, que necessario fôr, para que com pleno conhecimento Eu Haja de dar as Providencias ulteriores, que me parecerem convenientes. Cumpri-o assim, sem embargo de quaesquer leis, ou disposiçoens em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito sómente.—Escrita no Palacio do Rio de Janeiro aos quatro de Dezembro de mil oitocentos e dezeses.—Rei Com Guarda.—Para Francisco Alberto Rubim.

Carta Regia, para a Communicação da Capitania de Minas-Geraes com a do Espirito Santo por meio de abertura de Estradas.

Dom Manoel de Portugal e Castro, do Meu Conselho, Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Geraes : Amigo : Eu El-Rei vos envio muito saudar : Sendo-me presente o vosso officio de dois de Março do corrente anno sobre o requerimento, e proposta que fizera Manoel José Esteves, de conservar por espaço de dez annos a estrada que fôra aberta pela segunda Divisão Militar do Rio Doce, até ao Rio Itape-merim da Capitania do Espirito Santo, preparando commodos para os Viajantes, e sendo-lhe concedidos livres de Direitos todos os generos que fizesse importar pela dita estrada no espaço de dez annos : E confórmando-me com o vosso parecer, e da Junta da Fazenda dessa Capitania, sobre a utilidade, e necessidade de muitas, e diversas estradas pelo Sertão que separa a Capitania de Minas Geraes da Capitania do Espirito Santo, afim de se pôrem em cultura estes tão

vastos, e ferteis terrenos ; aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas metallurgicas que nelles se devem esperar com toda a probabilidade encontrar, já pela sua semelhança com outros terrenos auríferos da Capitania de Minas Geraes, já pelos muitos Rios, que correndo por um tão vasto Sertão, vem a formar o Rio Doce, e de que nas suas cabeceiras, e em alguma extensão do seu curso se tem tirado Ouro em grande quantidade desde a descoberta das Minas até ao presente ; como são entre outros, o Ribeirão do Carmo, o Rio Piranga, os Gualachos do Sul, e do Norte, o Bacalháo, o de Catas Altas, o do Caeté, o do Brumado, e o Piracicaba : Sou servido ordenar o seguinte : Que se promova com a maior actividade a communicacão dessa Capitania com a do Espirito Santo por muitas, e differentes estradas, tantas quantas julgarem convenientes, sendo feita a despesa da sua construcção pela Junta da Minha Real Fazenda, de cada uma das ditas Capitancias na parte que ficar dentro dos limites das mesmas Capitancias, regulado pelo Auto de demarcaçãõ, celebrado aos oito de Outubro de mil e oitocentos, em que se tomou por limite a Linha Norte Sul, tirada pelo ponto mais elevado de um espigão que se acha entre os Rios Guandu, e Mainassu na sua entrada em o Rio Doce, ficando por consequencia pertencendo á jurisdicção do Governo da Capitania de Minas Geraes o terreno que se achar a Oeste deste Linha, e ao Governo da Capitania do Espirito Santo, o que se acha a Leste da mesma Linha : Que além das estradas principaes que se abrirem para se conseguir uma facil, breve, e segura communicacão dos Póvos, se hajaõ de abrir outras pelo interior do Sertão, não sómente pela Linha divisoria, mas paralellamente a esta Linha em distancias convenientes, afim de que pelo encruzamento destas com as estradas, que se dirigirem

a beiramar, fique communicavel todo o Sertão, como muito convem á segurança dos que nelle se forem estabelecer, e ao progresso da pacificação, e civilisação dos Indios que tanto tenho recommendado, e que vos deve merecer a mais particular attenção: Que se hajaõ de examinar com o maior cuidado todos os Rios, para se aproveitar os que forem, ou se poderem fazer navegaveis, dissipando-se os obstaculos que se oppozerem á passagem de Canoas, e Bârcas; tendo-se sempre em vista a preferencia que deve merecer um tal meio de communicação pela facilidade dos transportes: Que as estradas sejaõ concluidas pelos que forem encarregados da sua abertura, ainda que passem além do limite das duas Capitánias, devendo continuar até se encontrar alguma Povoação, ou estrada já aberta que lhes possa servir de supplemento, para que não fiquem inuteis as que tiverem sido feitas até ao limite das duas Capitánias; devendo porém o que for encarregado da abertura das estradas dar parte ao respectivo Governador, logo que chegar a este limite, de que vai entrar no districto da sua jurisdicção, para ser por elle auxiliado competentemente, e para serem pagas as despezas pela Junta da Fazenda respectiva; e levantando-se Quarteis, e Ranchos de tres em tres leguas, ou nos Sítios que parecerem mais apropriados, e sendo os Quarteis guarnecidos por Tropa da Capitania a que pertencer o Sítio em que forem levantados: Que em conformidade do que se acha disposto na Minha Carta Regia de treze de Maio de mil oitocento e oito, sejaõ exemptos de Direitos de entrada todos e quaesquer generos que pelas mesmas estradas se transportarem da Capitania do Espirito Santo para essa Capitania de Minas Geraes por tempo de dez annos, contados da data desta; e bem assim

exemptos do pagamento do Dizimo pelo mesmo tempo, todos os generos de cultura, que se fizer em todo este Sertão que ora separa as duas Capitãcias, e de que muito convem tirar as vantagens que a sua bondade, e fertilidade offerecem, sendo dividido competentemente em Sesmarias de meia legua em quadra pela authoridade a que pertencer, segundo o limite prescripto, e em conformidade de Minhas Reaes Ordens, preferindo-se na concessão destas Sesmarias os que se propozerem a hir estabelecer-se neste Sertão, e mostrarem ter mais possibilidade, sendo primeiramente ouvido a este respeito o Commandante da Divisão a que pertencer o terreno que se pedir por Sesmaria; sessando a permissão que pela Minha Carta Regia de dois de Dezembro de mil oitocentos e oito fôra concedida aos ditos Commandantes para assignalar, e demarcar terrenos proporcionaes ás Fabricas dos que forem entrando, e devendo estes continuar a dar parte annualmente do numero dos novos Povoadores, e da força, e grandeza das Fabricas de cada um: Que os Titulos de concessão de taes Sesmarias sejam todos registados na Contadoria da Junta da Minha Real Fazenda em Livros a esse fim destinados, sem o que não serão exemptos do pagamento de Dizimo, e mais encargos pelo sobredito tempo de dez annos; devendo para isso constar na dita Contadoria o tempo em que forão concedidos os terrenos, em conformidade da Minha Carta Regia de dois de Dezembro de mil oitocentos e oito, e bem assim o tempo em que principiarem as novas concessões, para que umas, e outras possam gozar da sobredita exempção por tempo de dez annos contados da data desta Minha Carta Regia: Que igualmente sejam distribuidas Datas Mineraes, pelos que as requererem em todo este Sertão, e se acharem nas

circunstancias de as obterem na conformidade das Minhas Reaes Ordens, sendo as Datas de quinze braças em quadra por cada uma pessoa liberta, ou escravã que se empregar na Mineração, em conformidade do paragrafo sexto do Artigo sexto do Alvará de treze de Maio de mil oitocentos e tres; tendo-se muito em vista o que se acha disposto no paragrafo oitavo do mesmo Artigo, para que os entulhos das terras que se lavrarem, não inutilizem as outras que se houverem de lavar para o futuro: Que as Cartas de Datas Mineraes sejam todas registadas na Contadoria da Junta da Fazenda em Livros tão sómente a este fim destinados; declarando-se nas Cartas que de novo se passarem o numero de pessoas que se pertenderem effectivamente empregar na sua lavra, sem o que não serão tidas por legaes para que se possa no fim de cada um anno ter algum conhecimento do progresso, ou atrasamento da Mineração, e combinar-se o producto do Ouro manifestado com as forças empregadas na sua pesquisa; devendo os Guardas-Móres dos differentes Districtos da Capitania dar annualmente conta ao respectivo Ministro de todas as Datas Mineraes que estão em actual trabalho, e do numero de pessoas empregadas na sua lavra; e devendo tambem o mesmo Ministro dar conta annualmente á Junta da Fazenda da Capitania, do estado da Mineração do terreno respectivo á sua jurisdicção, expondo o seu parecer sobre as cauzas do progresso, ou atrasamento deste tão importante ramo de Industria, sem o que não poderá obter a sua Certidão de corrente pela Junta da Fazenda respectiva. Finalmente; Que pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, e pelo Meu Real Erario façais subir annualmente á Minha Real Presença uma circunstanciada conta do que vos Tenho

Ordenado nesta Minha Carta Regia, que executeis, não obstante quaesquer Leis, Ordens, ou Disposições em contrario que todas Hei por derogadas para este effeito sómente. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro aos quatro de Dezembro de mil oitocentos e deseseis.

REI com Guarda.

Para Dom MANOEL DE PORTUGAL E CASTRO.

B A H I A.

Entradas e Sahidas de Navios, com suas Importações e Exportações nos annos de 1813, 1814, 1815, e 1816.

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 19 d'Abril, 1817.)

No anno de 1816 entraraõ neste porto 519 embarçaçoens, a saber:—

Portuguezas—	Dos Portos do Brazil	290
	Dos de Portugal	73
	Ilhas	2
	D'Africa	21
	D'Inglaterra	5
	Gibraltar	18
	França	1
	America Ingleza	1
	Dita Hespanhola.....	7
Total.....		418
Allemands		2
Francezas		7
Americanas		17
Hespanholas		15
Hollandezas		2
Inglezas.....		57
Sueca		1
Soma.....		519

No dito anno sahiraõ as embarcaçoens seguintes.

Portuguezas—Para Portos do Brazil.....	214
Portugal	56
Inglaterra.....	3
Gibraltar	16
Portos d'Africa	37
America Hespanhola	17

Total..... 343

Americanas	22
Inglezas	52
Francezas	4
Hespanholas	6
Hollandezas	3
Sueca	1

Soma..... 431

No referido anno importáraõ-se para esta capitania 9:084:961,160 reis, valor de differentes generos, distribuidos da maneira seguinte:

Mercadorias geraes da Europa	5:025:547,080
Ditas de Portugal	609:958,860
Ditas das fabricas privilegiadas	403:717,620
Ditas da Asia ..	407:235,640
	6:446:459,200
Da Costa da Mina	873:883,960
Angola e Cabinda	835:218,000
Rio Grande do Sul	929:400,000
	9:084:961,160

Em 1815.

Mercadorias geraes da Europa	3:793:684,705
Ditas de Portugal	588:113,500
Das. das fabricas privilegiadas	235:146,900
Das da Asia.....	377:226,470
Da. da Costa da Mina	1:328:725,580
D'Angola e Cabinda	89:890,000
De Moçambique	43:350,000
Rio Grande do Sul	902:900,000
	7:395:037,155

Em 1814.

Mercadorias geraes da Europa	3:995:801,800
Das. de Portugal	401:542,940
Das. das fabricas privilegiadas	320:918,900
Das. d'Asia	274:564,190
Da Costa da Mina	1:177:526,400
Angola e Cabinda	-
Rio Grande do Sul.....	1:021:800,000
	<hr/>
	7:192:154,230
	<hr/>

Em 1813.

Mercadorias geraes da Europa	3:985:653,010
Das. de Portugal..	892:897,860
Das. das fabricas privilegiadas	201:974,600
Das. da Asia.....	335:987,450
Da Costa da Mina	828:137,320
Angola e Cabinda	113:600,000
Rio Grande do Sul.....	694:318,600
	<hr/>
	7:052:568,840
	<hr/>

N. B. O mais notavel artigo deste mappa hé o de chitas, constando de 3:731,947 covados no valor de 597:111,520; em quanto as chistas das fabricas privilegiadas não passam de 474:988 covados no valor de 18:999,200. Debaixo do titulo mercadorias geraes da Europa se lê 4:184 pipas de vinho no valor de 669:440,000, e nas proprias de Portugal 1:394 pipas no valor de 223:040,000.

Exportação em 1816.

Para Portugal e outros portos em navios Portuguezes	3:533:248,800
Em navios estrangeiros	1:460:255,200
Para os portos d'Africa	298:804,800
Rio Grande do Sul.....	851:480,000
Góia (6:559 arrobas de tabaco)	12:516,470
	<hr/>
Total.....	6:156:305,270
	<hr/>

Em 1815.

Navios Portuguezes, &c.	2:806:332,200
Ditos Estrangeiros	1:093:643,400
Portos d'Africa	455:951,000
Rio Grande do Sul.....	834:720,000
Gôa	35:852,580
Total.....	<u>5:226:499,180</u>

Em 1814.

Navios Portuguezes	2:267:927,800
Navios Estrangeiros	804:924,300
Portos d'Africa	337:984,000
Rio Grande do Sul.....	360:050,000
Gôa	23:311,310
Total.....	<u>3:794:197,310</u>

Em 1813.

Navios Portuguezes, &c.	1:908:293,200
Navios Estrangeiros	716:549,200
Portos d'Africa	299:182,000
Rio Grande do Sul.....	274:650,000
Gôa	26:436,310
	<u>3:205:110,710</u>

N. B. O genero de maior exportação hé o assucar, e deste sahiraõ 944:007 arrob. das quaes 77:584 em navios Portuguezes: de tabaco sahiraõ 546:766 arrob. das quaes 415:057 em navios Portuguezes: de algudaõ 121:740 ar. das quaes 112:195 em navios estrangeiros: os outros generos saõ agoa-ardente, arroz, caffè, couros, sebo, madeira, sal, sola, &c.

M A R A N H A Õ.

*Discurso, dirigido aos Pernambucanos. — Por
Joze Joaquim Vieira Belford, Coronel do
primeiro Regimento de Milicias do Maranhão.
Em Abril de 1817.*

Adoradas cinzas, inclyto proceder, valor sem igual, sacrificio á justiça, temor de Deos, restituição de direitos ! onde estão Fernandes Vieira, esses deveres, e heroicos, sentimentos ? Se o pó que cobre tuas cinzas pode occultar a tua gloria ; não existe a publicala a tradição ; testemunho da verdade ? tu que a rigoroso regio mandato, soffreste humilde e sem socorro o pezado jugo enorme, opposto a restituição do Soberano patrimonio, podes occulto desprezar o atrevido comportamento dos teus descendentes ? Deos ! como não exclamáras, se visses hoje assim ultrajados esses deveres de lealdade ! Aquelle, que medio a differença de condição na traidora occupação dos Holandezes, em que gemia Pernambuco inteiro ; oh grande incomparavel Vieira ! em que delicto não incorre hoje nutrindo a vana idea de sentimentos desiguaes aos teus ? Se sustentar a tua posse hé direito de amor, de fidelidade, de heroismo, como traidores profanaõ tuas cinzas os teus compatriotas, descendentes d'aquelle numero, que em pouco fizeraõ sentir o pezo das suas armas, como de uma numerosa multidaõ ? degenerados pela corrupção vulgar da natureza, esquecerãõ o exemplo das tuas agigantadas proesas ? Louco Pernambuco, halucinado com vans ideas ! como desprezas o heroe do teu antigo triumpho ! Será por a caso vedado

o direito da representação, quando violentos ministros se esquecem dos deveres do seu rigoroso emprego?

Se aquelle supremo poder em consequencia das desordens da guerra na Europa poupa a effusão do sangue dos seus fieis vassallos, deixa por ventura de premiar o heroe, que por si defende a causa de que hé responsavel, tendo os legitimos conhecimentos dos deveres da vassallagem? porque hesitas, sobre alivio, que as exposições dos teus vexames deverá indubitavelmente obter? A Soberana paternidade seria surda a os clamores de tua oppressão, quando violentado o publico socego, a segurança das tuas propriedades, o sagrado das tuas familias, assim o exegisse? que louca preocupação agita a tua esquentada imaginação? Aquelle heroico, e supremo poder, que acaba de elevar á honrosa qualificação de reino o Brazil, seria inconsequente em promover a segurança da tua paz, e do teu publico socego? A cega persuasão de principios absurdos, deverá já mais olvidar a segurança, e tranquillidade de um dever, que foi essencial á fidelidade dos teus progenitores? Torna á sabia reflexão, procura a verdade dos factos, e conhecerás, que o erro hé perdoavel, quando se lhe segue o arrependimento.

O nosso Augusto Soberano hé o mesmo, que o teu magnanimo heroe reconheceo, senão na modificação, sim na essencia. Se te opprimem imprudentes delegados do seu supremo poder, em que desconfias da sua sabia providencia? A justiça, objecto dos seus olhos, acaso lhe ofuscou estes orgãos, para que não visse o reparo das tuas exposições? E com seria reflexão acudisse com as necessarias providencias? Pondera um pouco a tua precipitação, e conhecerás

que te falla amigo igual a teu nascimento, e desigual na tua halucinação.

Tu feliz gozavas das delicias da tua cultura no socegado encanto dos teus filhos, da tua esposa, dos teus servos, do teu commercio, do culto da tua religião, e da esperança de um premio eterno; hoje delinquente pela corrupção sacrilega dos votos dos teus ascendentes, que esperas do celeste patrocínio? Como poderás com justa razão, com o espinho precursor da interna consciencia, desesperar contra aquelles, que semelhantes ao teu nascimento te fizerem conhecer os limites do teu dever? Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Geraes, e os mais habitantes do espasoso novo mundo, deixarão de alvorar pomposos estandartes da justiça, protectores da legitima herdade Soberana, que teus progenitores com incomparavel gloria resgatárao? Não te moverão estas sagradas vozes da razão, para deliberares sobre a tua possivel sorte, no abrigo do sagrado dictamen, de que hé perdoavel a mão que se arrepende?

Implora a mesma alma generosa, a mesma pessoa representada d'El Rey D. João 4, d'eterna memoria, o magnanimo, o incomparavel primeiro Soberano, que piza o solo torrido, e que promete a sua infinita felicidade; fixando pela sua constante morada sobre elle a segurança presente e futura da propriedade Luza. Ah Pernambuco, não desprezes os avizos de um Brazilico sentimento; risca as vans preoccupações inimigas do socego!

Um Deos governa o circulo das cousas, sem o que não pode existir: um Rey hé necessario que governe os Luzos heroes, que como taes, são reputados todos os teus Brazilicos irmãos; a tua gloria oppoem-se á divisaõ e anarchia!

O mundo inteiro inveja a sorte do Brazilico

terreno, e reciozo do premio promettido, teme um imperio indissolúvel; tu que te afastas d'este sancto prognostico, queres como victima ser immulado? Accorda pois do lethargo, e imita o prodigo que procura o lar paterno! tem confiança, por isso que a ovelha, que se desgarrá, causa maior cuidado ao pastor do rebanho, que acode com mais promptidão a reparar o seu infortunio!

Maranhão debaixo da aleivoza suposição de insurgente, goza os effeitos de uma alegria geral, elle reconhece o poder hereditario, e legitimo, exulta, ao Supremo throno jura os direitos da vassallagem, e goza a recompensa da sua lealdade.

O jubilo se apoderá dos corações fieis, abraza em delicias o amor da segurança da patria, publicão-se demonstraçoens decisivas do seu universal contentamento: Juntaõ-se as matronas, os queridos comjuges, os adorados filhos, e todos nutrem o seu socego, com o encanto dos instrumentos harmoniozos, brincaõ, e balhaõ á porfia; dulceficaõ os palladares com os deliciosos fructos, tudo patentea uma universal satisfação; as noites tornaõ-se claras, pelo artificio engenhoso das luzes, e os Ceos propicios pela obediencia dos seus preceitos, prometem uma felicidade infinita; e tu Pernambuco debaixo do receio dos teus projectos, não te posso considerar senão naquellas tristes circumstancias do baxel, que undivago pelas oscillaçoens furiosas das aguas, espera com mortal pavor ser ingullido por ellas, sem mais abrigo, que o da Divina Providencia, na qual pela tua sacrilega conducta não podes confiar.

Miseros insensatos! dignos da maior commiseracão! Pernambucanos infelizes, qual o motivo do teu delirio, qual a extravagancia das tuas esperanças? Se atormentados com rigorosos

procedimentos do teu governo, ou relaxada a a mão na execução das paternaes e sabias leys, sofrestes vexames, por que não reclamas ao Regio Patrocinio? por ventura as tuas vozes dirigidas ao throno, deixariaõ de alcançar o remedio daquelles males, que te fatigáraõ, ou em desalento não podestes articula-las?

Como poderei deixar de combinar hoje a infinita esperança de uma gloria nunca vista, no extraordinario augmento da Luza propriedade, cujos mais solidos alicerces quer demolir a piquenez do teu ferro parrecida, e sem punho que lhe dé o movimento?

Pueril acordo poderá já mais obstar ás luminosas ideas de um poderoso talento, sustentado por solidas reflecçoens, e pelo amor do seu povo?

Aonde se estende a cadeia tortuoza dos teus planos destituida de fexo, e por si taõ debil? Os limitadissimos meios de defeza do teu traidor procedimento não são uma decesiva prova da tua halucinação, que te expõem a publica ignominia! Ou nascem por ventura, no mesmo mortal sentimento de propria destruição?

Poderão almas baixas destituidas de honra, do amor das familias, do socego da Religiaõ, da tranquillidade publica, succumbindo ás misérias da fome, da nudez, sem tornar a um contrario, e justo procedimento, resistir ao enorme pezo das Luzas armas ultrajadas, [que pedem legitima restituição das acçoens do teu heroe?

Poderás tu na tua degeneração encontrar em teu numero algum desesperado, que confiando na sua audacia tente apossar-se do terreno, que comprado a actos do seu heroismo, abraça no seu centro suas depositadas cinzas? Tens a insania de attentar contra a gloria do teu proprio restaurador? Que execranda villeza!

Envergonha-te, envergonha-te turbulento Per-

nambuco, que na tua actual scena vas impurificar o brilhante trofeo dos teus progenitores.

Jamais poderá o mundo por todos os seculos, deixar de elevar-te ao baratro da mais negra, e odiosa contemplação!

A fecundidade deste immenso espaço, a variedade não menos extensa das mais soberbas producções, a superioridade do merecimento, e valor dellas, na relação das outras partes do mundo, a sua população, que vai ser infinita, a riqueza do seu commercio, a força defensiva para o seu giro, que nenhum outro terreno do mundo possui melhor, e que fará enthronizar o maior poder sobre os mares; não seriaõ mais que sobejos beneficios da mão Divina, que vai a tua impura, e sacrilega, manhar? E ficará illezo, sem o verdadeiro castigo o teu monstruozo delicto?

Teme Pernambuco a ira de um justo Pay, amante da nação, ultrajada da maneira a mais atroz; teme a justiça de um Deos, que não deixará impune a tua horrorosa ingratitude!

Conhece como as vozes desta capitania vão dirigidas unanimamente ao Divino sacrario do poder infinito, e como ellas seraõ recebidas no alto juizo, com exclamações de *Gloria in Excelcis. Te Deum laudamus, te Dominum confitemur*; restando o pezar de todo o Brazil, que só tu digas com truncadas e balbuciantes vozes—*miserere mei Deus secundum magnam misericordiam tuam!*

R U S S I A.

Banco Imperial de Commercio.

S. Petersburgo, 17 de Junho, 1817.

Nós, Alexandre I, pela graça de Deos, Imperador e Autocrata de todas as Russias, &c. &c.— Desejando dar aos negociantes meios de facilitarem e estenderem suas operaçoens commerciaes tivemos por acertado, em vez do actual novo Banco de desconto, que não produz visivel utilidade por seo pequeno capital e outros defeitos de sua constituição, estabelecer um Banco Imperial de Commercio. Em consequencia desta resolução ordenámos ao Ministro das Finanças que apresentasse no Concelho de Estado, para a sua consideração, todos os planos necessarios para executar este projecto. Agora, tendo já ouvido os pareceres do nosso Concelho de Estado, decretámos o seguinte:—

1. Trinta milhoens de rublos do capital da Croa serão postos á disposição do Banco de Commercio. (Seguem-se depois os diversos *items*, que regêlaõ a formação deste capital.)

2. O Banco de Commercio pode aceitar dinheiro, 1 pagando juro por sua circulação conforme os principios do Banco de emprestimo: 2. como em deposito, e transferindo de uma pessoa para outra as somas inscriptas por individuos particulares, em conformidade do livro do Banco.

3. O Banco de Commercio pode fazer emprestimos sobre fazendas Russianas, segundo os principios da Meza de Desconto, e letras de Cambio; porem neste caso tirará os seos juros por cento em conformidade do giro corrente das operaçoens commerciaes.

4. Metade dos Directores será de Officiaes publicos, e a outra metade de negociantes.

5. O Banco de Commercio se abrirá no primeiro de Janeiro do proximo seguinte anno.

6. Ao mesmo tempo que fazemos publicar os regulamentos do Banco de Commercio confirmados por nós, tomâmos debaixo da nossa protecção, e garantimos debaixo da nossa *palavra Imperial* a integridade dos capitaes que nelle forem depositados por pessoas particulares; de sorte que os direitos de cada individuo aos ditos capitaes *serão sempre inviolaveis*. Com a abertura do Banco de Commercio não deixaremos de augmentar os recursos do Banco de emprestimo, e o regularemos por uma forma adequada ao seu fim, para que por meio da unida influencia destes estabelecimentos sobre o augmento do credito particular, elles contribuiaõ para os progressos da agricultura, da industria, e do commercio; e em geral, para todas as vantagens da nossa mui querida patria, cuja prosperidade hé o unico alvo de todas os nossos trabalhos e gloria.

ALEXANDRE.

S. Petersburgo, 7 de Maio, 1817.

Disposições Geraes para preservar os Estados Russianos das doenças contagiozas, segundo a participação que se fez ao Enviado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves na Corte da Russia.

As doenças contagiozas que nestes ultimos annos tem apparecido em diversos partes da Europa meridional fizeraõ igualmente necessarias algumas medidas de precaução nos portos do Baltico. Pelas medidas que entaõ se adoptaram

procurou mui particularmente o Imperador pôr os menores embaraços possiveis á navegação e ao commercio. Em consequencia disto, os navios destinados para os portos da Russia ficaram simplesmente sujeitos a formalidade de se munirem de certidoens, dadas pelas *Quarantenas*, estabelecidas na Suecia e Dinamarca.

A confiança, que mui justamente merecem estes estabelecimentos, fez julgar que esta só medida seria sufficiente para se conseguir o fim que se queria ; porem frequentes vezes succedeo depois disto ou que os commandantes dos portos tivessem dificuldade em reconhecer a authenticidade de certidoens passadas em uma lingua que não entendiaõ, ou que as formulas das ditas certidoens fossem alteradas antes que na Russia se soubessem essas alteraçoes, e em tempo de evitar que os navios, munidos de taes certidoens, passadas por uma forma nova, sofressem embaraços e demoras.

Para acabar com estes inconvenientes o Ministerio dos Negocios estrangeiros teve ordem de pedir aos governos Dinamarquez e Sueco que quizesse admitir nas *Quarantenas* d'Elseneur, Nibourg, Toningue, e Christiansand Agentes que, pondo um *visa* em lingua Russiana nas certidoens desses estabelecimentos, abonassem assim a sua authenticidade, e fizessem por este modo com que os navios, munidos com esta formalidade, fossem admitidos immediatamente e sem obstaculo nos portos do Imperio.

Esta proposta, a que accederam com muito boa vontade e prontamente as cortes de Copenhague e de Stockolmo, vai agora ser posta em execuçaõ. Ella não se estende com tudo ao porto de Fredericia, attendendo-se ao limitado numero de navios que passaõ pelo pequeno Belt, e que só teraõ obrigaçaõ de se legitimarem com uma certidaõ Dinamarqueza,

Alem disto, e sempre com as vistas de facilitar a navegaçãõ, S. M. Imperial decidio que se não executasse o projecto que se lhe havia proposto de estabelecer entre as Quarantenas Dinamarquezas e Suecas um pôsto principal e intermedio, aonde os navios mercantes seriaõ obrigados a tocar para se vereficarem suas certidoens; e será por tanto sufficiente que apresentem aquellas, de que estiverem munidos, aos navios de guarda estacionados na entrada dos portos para que forem destinados.

Para pagamento das despesas de chancelaria os agentes estaõ auctorisados para cobrar por cada *visa* que pozerem um rixdaler de prata.

A cerca dos navios que entararem no Baltico sem se apresentarem ás quarantenas Dinamarquezas, nada particular se tem por hora determinado: para a sua admissãõ ficaõ sugeitos ás mesmas praticas até agora seguidas nos portos da Russia.

Taes são as disposiçoens geraes, que o Imperador julgou necessarias para preservar seos Estados da introducçãõ de doenças contagiosas.

O abaixo assignado, communicando-as ao Snr. Commendador de Saldanha da Gama, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, tem a honra de lhe rogar as haja de participar immediatamente a sua corte, afim de que os navegantes da sua naçãõ, que frequentãõ os portos Russianos do Baltico e Marbranco, possaõ conhece-las e conformar-se com ellas.

O abaixo assignado tem a honra de renovar ao Snr. Ministro de S. M. F. a segurança da sua mui distincta concideraçãõ.

(Assignado)

NESSEDRODE.

(Conforme)

SALDANHA.

S. Petersburgo, 4 de Junho, 1814.

PARMA E PLACENTIA.

Augsburgh, 8 de Julho, 1817.

O Artigo 99 do Acto do Congresso, relativo aos Ducados de Parma e Placentia acaba de ser executado. Este artigo, como todos estaraõ lembrados, deo occasiaõ a tamanhas difficuldades que Hespanha não quiz assignar o Acto do Congresso. Por uma Convençaõ concluida em Paris entre as Cortes mencionadas naquelle artigo,— Austria, Russia, França, Hespanha, Inglaterra, e Prussia, concordou-se em que os Ducados, depois da morte da actual Duqueza, Maria Luiza, voltariaõ para a ultima Rainha de Etruria, e seos descendentes em linha masculina, a excepçaõ dos destrictos da margem direita do Pó, cercados pelos territorios de S. M. o Imperador d'Austria. Esta excepçaõ já estava estipulada pelo Acto do Congresso. No cazo de não haverem herdeiros masculinos a Austria e a Sardenha faraõ valer seos direitos á reversaõ destes Ducados. S. M. a Infanta Maria Luiza entrará na posse do Principado de Lucca, e receberá os atrasados da annuidade de 500,000 fr. que lhe foi concedida pelo Acto do Congresso, assim como a Principado de Lucca. A Austria ficou com direito de ter uma guarniçaõ permanente na importante fortaleza de Placencia. Em consequencia desta Convençaõ, a Hespanha accedeo sem reserva ao Acto do Congresso, assignado em Vienna, em 9 de Junho de 1815.

H E S P A N H A.

Extracto do Decreto, relativo a reforma do Plano de Finanças em 1817.

Despezas da Caza Real	-	Dollars	2,848,680
Ministerio d'Estado	-	-	750,000
Negocios do Reino	-	-	600,000
Secretaria de Guerra	-	-	17,500,000
Da. da Marinha	-	-	5,000,000
Repartição da Fazenda	-	-	5,500,000
			<hr/>
			32,198,680
Despezas para promover a agricul- tura, industria, &c.	-	-	500,000
Contingencias de guerra, e outras despezas occasionaes	-	-	1,500,000
Para pagamento dos atrasados da divida publica	-	-	1,500,000
			<hr/>
Suposta despesa annual	-	-	35,698,680
Renda liquida	-	-	29,850,000
			<hr/>
Deficit	-	-	5,848,680
			<hr/>

Meios propostos para cobrir este deficit.

Contribuição geral	-	-	3,500,000
Contribuição posta sobre o Clero	-	-	1,500,000
Reducções de salarios, pagos aos empregados pelo governo	-	-	848,680
			<hr/>
			5,848,680
			<hr/>

A contribuição annual, paga pelo clero, só deve durar por seis annos.

REINO DE PORTUGAL.

(Extractos das Gazetas de Lisboa.)

Portaria.

Lisboa, 3 de Junho.

Constando, com toda a certeza, a existencia de uma conjuração formada por alguns traidores, os quaes com opprobrio da lealdade hereditaria dos Portuguezes, concebêrão o louco, e detestavel projecto de estabelecer um governo revolucionario, procurando com falsos, e affectados pretextos, que por si, e por seus adherentes espalhavaõ no publico, encobrir os verdadeiros fins de um plano, que se chegasse a realisar-se, precipitaria este reinos no horrores da anarchia, e renovaria em Portugal as scenas de sangue, e devastação, que em nossas dias affligiráõ a desgraçada França; chegando a sua alucinação a persuadir-lhes que um povo, e um exercito, que são, e foraõ sempre os mais vigilantes guardas, e defensores da religião, do Soberano, e do patria, poderiaõ jamais dar ouvidos á vil seducção de infames, e despreziveis rebeldes: e estando a proceder-se com toda a legalidade, e possivel promptidaõ, para se vir no conhecimento dos réos deste horrendo, e abominavel delicto, de maneira que os culpados sejaõ punidos com as penas determinadas pelas leis, e os innocentes absolutos: manda El Rei Nosso Senhor que,

logo que se concluirem as averiguaçoens, a que se está procedendo, formado; e preparado o processo, seja este sentenceado como direito for, em Relação pelo Juiz da inconfidencia, e adjuntos competentes: manda Sua Magestade outrosim que o Doutor Antonio Gomes Ribeiro, do Seu Conselho, Desembargador do Paço, e Juiz da Inconfidencia, o tenha assim entendido, e o execute pela parte que lhe toca.

Palacio do Governo, em 31 de Maio de 1817.

Com tres Rubricas dos Governadores do Reino.

Carta de Lei.

Lisboa, 20 de Junho.

D. João, por Graça de Deos, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, d'aquem, e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem: Que tendo sido servido unir os meus reinos de Portugal, Brazil, e Algarves, para que juntos constituissem, como effectivamente constituem um só e mesmo reino; hé regular e consequente o incorporar em um só Escudo Real as armas de todos os tres reinos, assim, e da mesma fôrma, que o Senhor Rei D. Affonso Terceiro, de gloriosa memoria, unido outróra o reino dos Algarves ao de Portugal, unio tambem as suas armas respectivas: e occorrendo que para este effeito o meu reino do Brazil ainda não tem armas, que caracterisem a bem merecida preeminencia a que Me aprouve exaltallo: hei por bem, e Me praz Ordenar o seguinte.

1. Que o reino do Brazil tenha por armas uma esféra armillar de ouro em campo azul.

2. Que o escudo real Portuguez, inscrito na dita esféra armillar de ouro em campo azul, com uma coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as armas do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, e das mais partes integrantes da minha Monarquia.

3. Que estas novas armas sejam por consequente as que uniformemente se hajaõ de empregar em todos os estandartes, bandeiras, sellos reaes, e cunhos de moedas, assim como em tudo mais em que até agora se tenha feito uso das armas precedentes.

E esta se cumprirá como nella se contém. Pelo que Mando a uma e outra meza do desembargo do Paço, e da consciencia e ordens, presidente do meu real erario; regedores das casas da supplicação; conselhos da minha real fazenda, e mais tribunaes do Reino Unido; governadores das relações do Porto, Bahia, e Maranhão: governadores e capitaens generaes, e mais governadores do Brazil, e dos meus dominios ultramarinos, e a todos os ministros de justiça, e mais pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução desta carta de lei, que a cumprão, e guardem; e fação inteiramente cumprir a guardar, como nella se contém, não obstante quaesquer leis, alvarás, regimentos, decretos, ou ordens em contrario, porque todos, e todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, do meu conselho, desembargador do paço, e chanceller mór do reino do Brazil, mando que a faça publicar na chancellaria, e que della se remettaõ copias a todos os

tribunaes, cabeças de comarca, e villas deste reino; publicando-se igualmente na chancellaria mór do reino de Portugal, remettendo-se tambem as referidas copias ás estaçoens competentes; registando-se em todos os lugares onde se costumão registrar semelhantes cartas, e guardando-se o original onde se guardaõ as minhas leis, alvarás, regimentos, cartas, e ordens deste reino do Brazil.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos treze do Maio de mil oitocentos e deseseis.

EL REI, com Guarda.

Marquez de AGUIAR.

Portaria.

“Manda El Rei Nosso Senhor excitar a exacta observancia da Sua Real Ordem de 17 de Setembro de 1811, participada á meza do desembargo do paço em 22 de Março de 1812, e que prohibio nestes reinos a entrada, e publicação do periodico intitulado *Correio Braziliense*, e de todos os escriptos do seu furioso e malevolo author: e porque ainda são mais sediciosas, e incendiarias, se hé possivel, as terriveis maximas do outro periodico intitulado *O Portuguez*, que tambem se dirige a concitar tumultos, e revoluçoens nos povos para perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do estado, e introduzir a anarchia, fazendo odiosos os dous supremos poderes, que Deos ordenou para governar os homens, com o evidente objecto de destruir os altares, e os thronos! manda outro sim Sua Magestade que seja igualmente prohibida a entrada, e publicação nestes reinos do dito periodico *O Portuguez*: manda finalmente o mesmo Augusto Senhor, que, todos os vassallos destes seus reinos, não recebaõ, nem vendaõ, ou reten-

haõ em seu poder os referidos dous periodicos, e menos os espalhem por qualquer modo que seja; antes entreguem na Secretaria respectiva da meza do desembargo do paço os que vierem ás suas mãos, debaixo das penas impostas pelas leis contra os que divulgaõ, ou retêm livros, e papeis impressos sem licença, ou prohibidos pelas suas reaes determinações: a meza do desembargo do paço o tenha assim entendido, e o faça executar com o maior cuidado, e vigilancia; expedindo as ordens, e editaes convenientes.

Palacio do Governo em 17 de Junho de 1817.

Com a Rubrica dos Governadores do Reino.

A Meza do Desembargo do Paço mandou affixar o seguinte Edital.

El Rei Nosso Senhor, por Sua Regia Portaria de desesete do corrente, mandou excitar a exacta observancia da Sua Real Ordem de desesete de Setembro de mil oitocentos e onze, participada á meza de desembargado do paço em vinte e dois de Março de mil oitocentos e doze, que prohibio nestes reinos a entrada, e publicação do periodico intitulado *Correio Braziliense*, e de todos os escriptos do seu furioso e malevolo author. E porque ainda são mais sediciosas, e incendiarias (se hé possivel) as terriveis maximas do outro periodico intitulado *O Portuguez*, que tambem se dirige a concitar tumultos, e revoluções nos povos para perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do estado, e introduzir a anarchia, fazendo odiosos os dois supremos poderes, que Deos ordenou para governar os homens, com o evidente objecto de

destruir os altares, e os thronos: determinou o mesmo Augusto Senhor, que seja igualmente prohibida a entrada, e publicação nestes reinos do dito periodico *O Portuguez*, e que todos os vassallos destes seus reinos não recebam, nem vendam, ou retenham em seu poder, e menos espalhem, por qualquer modo que seja, os referidos dois periodicos, antes entreguem na Secretaria da revisação da dita meza do desembargo do paço os que vierem ás suas mãos, debaixo das penas impostas no alvará de trinta de Julho de mil setecentos noventa e cinco, parrafo trinta e dois, que são seis mezes de cadeia, perdimento de todos os exemplares, e o dobro do seu valor, pela primeira vez; do tresdobro pela segunda; metade para as despesas da dita secretaria, e a outra metade para quem denunciar os transgressores; e pela terceira vez, as mesmas penas pecuniarias, e a de degredo por dez annos para o reino de Angola; além das mais que forem applicaveis na conformidade do parrafo nono da lei de vinte e cinco de Abril de mil setecentos sessenta e oito. E para que chegue á noticia de todos, se mandou affixar o presente edital.

Lisboa, 25 de Juuho de 1817.

PEDRO NOBERTO DE SOUSA PADILHA
E SEIXAS.

INGLATERRA.

Prerogação do Parlamento.

No dia 12 de Julho, S. A. R. o Principe Regente de dirigio a Camera dos Lords, aonde,
§

estando tambem presentes os Membros da Caza dos Communs, receitou sentado no throno o discurso seguinte :—

“ My Lords e Senhores ;

“ Eu não posso fechar esta Sessão do Parlamento sem vos renovar as expressoens do meo profundo sentimento pela continuação da lamentavel molestia de S. M.

“ A deligencia, com que vos applicastes á consideração dos diversos objectos que recomendei á vossa attenção no principio da Sessão, merece o meo mais sincero reconhecimento ; e não duvido de que a favoravel mudança, que felismente vai havendo em a nossa situação interna, mui particularmente se deve ás saudaveis medidas que tendes adoptado para manter a tranquillidade publica, e á vossa firme adherencia á todos esses principios por meio dos quaes a constituição, os recursos, e o credito do paiz tem até agora sido conservados e mantidos.

“ Apezar de todo o arteficio e industria que habilmente se tem empregado em algumas partes do paiz para alienar as affeições dos vassallos de S. M., e estimula-los para actos de violencia e de insurreição, eu tenho tido a satisfacção de receber as provas mais decisivas de lealdade e espirito publico da maior parte da nação ; e a paciencia com que ella tem soffrido suas mui severas, ainda que temporarias, desgraças merece a mais alta consideração.

“ Eu sou extremamente sensivel a confiança que mostrastes ter em mim, depositando em minhas mãos tão extraordinarias poderes : a necessidade que os exigio hé objecto de profunda dor ; mas podeis estar seguros que farei uso delles para a protecção e segurança dos vassallos de S. M. de um modo proveitozo e prudente.

“ Senhores da Caza dos Communs,

“ Eu vos dou os meos agradecimentos pelos fundos qua pozestes á minha disposiçaõ, e pelas laboriozas indagaçoens, que por minha recomendação fizestes a cerca do estado das rendas e despesas do paiz.

“ Foi grande satisfacção para mim ver que podestes providenciar todos os ramos do serviço publico sem augmentar os encargos do povo.

“ O estado do credito publico dá uma prova decisiva de vossa sabedoria e recursos, pelo modo que nas presentes circumstancias arranjastes o plano de finanças.

“ Tenho todos os motivos para crer que o *deficit* na renda se deve em grande parte attribuir ao desfavoravel estado da ultima estação, e por isso tenho tambem agora todas as esperanças de que ella gradualmente hirá voltando ao seo estado primitivo.

“ My Lords, e Senhores,

“ As medidas, que se estavaõ tomando no principio da Sessão para o cunho da nova moeda de prata, já estaõ postas em execuçaõ de um modo, que tem produzido universal contentamento; e para completar este sistema que foi sancionado pelo Parlamento, se cuidou tambem em pôr em giro nova moeda de ouro, com outra denominação, para melhor conveniencia do publico.

“ Eu continûo a receber das potencias estrangeiras as mais firmes seguranças das suas amigaveis disposiçoens para com nosco, e do dezejo que todas tem de conservarem a tranquillidade geral.

“ O prospecto de uma abundante colheita na maior parte do continente, deve ser de grande satisfacção. As felizes bençaons da Providencia não deixarão de mitigar, quando não destruaõ

de todo, os males que tantas nações da Europa sofreram no anno passado; e por isso muito confio nos progressos que fará o commercio não só entre nós porem nos outros paizes.

“Não posso deixar de recomendar-vos, antes da vossa separação, que ao voltar para vossas casas façais quanto poderdes para destruir as tenções desses individuos que procuraõ corromper e allucinar a baixa classe do povo; e não percais todas as occasioens que tiverdes de lhe inculcar o espirito de concordia, e de obediencia ás leis, espirito, que não só hé necessario para a sua felicidade como individuos, mas que hé indispensavel para o bem geral e prosperidade do reino.”

Então o Lord Chancellor, por ordem de S. A. R., declarou que o Parlamento ficava prorogado até a segunda feira, 25 de Agosto proximo futuro.

O Principe Regente sahio da Camera com o mesmo cortejo com que nella havia entrado. Os Communs se retiraram da *Barra*, e os Pares e Senhoras sahiram da Camera.

Secretaria dos Negocios Estrangeiros, 22 de Julho, 1817.

S. A. R. o Principe Regente, fazendo as vezes, e em nome de S. M., houve por bem nomear o Right Hon. Edward Thornton para Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. M. na Corte de S. M. Fidelissima.

S. A. R. tambem houve por bem nomear, em nome, e fazendo as vezes de S. M., o Hon. Francis Reginal Forbes para Secretario da Legação de S. M. na mesma Corte.

(*London Gazette*, segunda feira, 22 de Julho, 1817.)

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS
DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“ Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e
nossa patria.”)

REINO DO BRAZIL.

Neste artigo publicámos duas Notas officiaes, uma de Lord Strangford ao Marquez d’Aguiar, e outra deste ministro ao mesmo Lord, as quaes recebemos de um correspondente nosso do Rio de Janeiro, e que devem agora servir de supplemento ao que escrevemos em o nosso Jornal de Junho, No. 72, pag. 558, debaixo do titulo de—*Embarada á Lisboa*. Ali transcrevemos dois despachos de Lord Strangford relativos á esquadra que sahio de Inglaterra para acompanhar El Rey N. S. para a Europa, e aos motivos que se deram para fazer partir aquella expedição. Mas agora por estes dois novos documentos claramente se vê, que toda a culpa deste acelerado projecto foi ou de Lord Strangford ou do Ministerio Britanico, e não d’El Rey ou do seo ministerio, porque nem um nem outro pedio tal auxilio, e antes sim tinhaõ positivamente declarado, que as intenções da Corte do Brazil eraõ de conserva-se ainda no Rio de Janeiro até que circunstancias mais favoraveis podessem fazer determinar outra cousa. Isto hé pelo que diz respeito a aquella Quixotada politica da parte de Inglaterra, sobre que houve gente que indiscretamente quiz culpar El Rey ou o seo gabinete; ha porem ainda em a Nota do Marquez d’Aguiar uma passagem, que muito nos diz respeito, a qual nos parece conveniente notar com toda a especialidade.

Se os nossos leitores se recordarem que em o nosso No. passado de Julho escrevemos a pag. 126—*que não convinha que bons Portuguezes quizessem roubar ao seo Rey a gloria de fazer a sua felicidade, antecipando imprudentemente medidas que elle, de certo, mais sabiamente já estava preparando*; verão que naquelle caso mui felismente coincidimos com as positivas intenções de El Rey. O seo Ministro, Marquez d'Aguiar, respondendo ao Ministro Britannico, disse-lhe, em termos mui terminantes e claros, o seguinte: —“S. A. R. tem resolvido diferir por algum tempo a sua retirada para Portugal, persuadido de que esta determinação hé não somente util e indispensavel para o bem geral da monarquia de que a providencia lhe confiou a direcção, mas muito particularmente o hé para os interesses dos seos vassallos em Portugal, *o que certamente elles haõ de reconhecer em consequencia das providencias que S. A. R. houver de dar, seja para a segurança, seja para a ligação de interesses entre os Estados que constituem a mesma Monarquia.*”

A' vista disto se vê que El Rey como que empenhou já a sua palavra Real, prometendo premiar Portugal com as providencias de que tanto precisa, e estender as mesmas providencias, ainda em maior escala, á toda a Monarquia para ligar os interesses communs de todos os seos vassallos em ambos os mundos. E como poderia deixar de ter El Rey estes tão elevados e nobres pensamentos, se a execução delles se faz absolutamente necessaria, tanto para a sua gloria, a que elle certamente aspira, como para a prosperidade e segurança de toda a Monarquia? Assim, repetiremos ainda agora o que já no mez passado dicemos aos nossos compatriotas: —“E qual será o bom vassallo que lhe queira roubar esta gloria? A falta de confiança no seo Rey senão hé já um

delicto, pelo menos hé ingraticidã. *Portuguezes! não sejais ingratos!*"

Neste mesmo Artigo publicámos duas Cartas Regias, uma dirigida ao Governador da Capitania do Espirito Sancto, e outra, ao Governador de Minas Geraes, nas quaes ordena S. M. a facil communicacão destas duas Capitánias por meio de aberturas de estradas, e rios. Estas tão justas como illuminadas providencias são mais uma prova do muito que o Brazil vai diariamente ganhando depois que o throno se acha em seos territorios, e por conseguinte tambem podem servir de resposta para os que ainda queiraõ avançar que—todos os habitantes do Brazil, (sensatos e espirituozos) tem motivo sufficiente para aborrecer o seo governo. Uma das cauzas, que mais concorrem para a prosperidade e civilisacão de um paiz, hé a abertura de estradas, rios, e canaes; porque em virtude destes meios se tornaõ mui faceis todas as communicacoens internas, giraõ livremente todas as riquezas, e os homens e provincias de um mesmo reino, mais por assim dizer, se *nacionalizaõ*, porque tratando mais frequentemente uns com os outros, assim ligaõ com mais força seos mutuos interesses, e se convertem em uma só e unica familia. Não percaõ portanto de vista os Brasileiros estes e outros beneficios de primeira utilidade, que estão quotidianamente recebendo das maons generozas e beneficas do seo bom Rey. Se os tiverem sempre deante dos olhos, conservaráõ tambem sempre pura e illeza sua lealdade, uma das virtudes, que em todas as epochas tem assignalado o caracter Portuguez.

No mesmo artigo, debaixo do titulo—*Maranhão*, transcrevemos um discurso, feito por um dos habitantes daquella Capitania, e dirigido aos allucinados revoltosos de Pernambuco. Sabemos

que seo auctor nunca teve em vista que elle fosse impresso, e que o fez mais como um desafogo da sua justa indignação contra os procedimentos que houveraõ em Pernambuco, do que com intençoens de o publicar. Todavia, como casualmente nos veio ás maons, e nelle vimos mui excellentes ideas, que por mil vezes já temos recommendado, julgámos por isso que não offendiriamos quem o escreveo, dando-lhe publicação em nosso Jornal. As ideas, a que alludimos, são todas essas que dizem respeito as Representações que todo o povo tem direito de fazer ao seo Soberano quando sofre injustiças ou gravames; e se taes ideas forem devidamente inculcadas, e bem entendidas, prevenirão sempre, ou mataráõ de uma vez todas as revoluçoens, que são a maior calamidade por onde pode passar uma nação. Tudo em a natureza está sujeito a destruir-se e acabar, e neste ponto as instituiçoens moraes são tão frageis e mortaes como as obras physicas da natureza e dos homens. Mas contra as Instituiçoens moraes ainda há outro constante inimigo alem desse que continuamente destroe quaesquer obras physicas. Contra estas não há de ordinario senão armada a mão do tempo que lentamente as consome; contra aquellas, alem da mão do tempo, há a mão do homem, que da sua parte tambem faz quanto pode para as destruir. Expliquemo-nos. As Instituiçoens moraes envelhecem como quaesquer obras da natureza, mas alem desta enfermidade geral tem constantemente que lutar contras as paixoens e vicios humanos, que sem cessar as enfraquecem ou mutilaõ. Eisaqui a razão porque milhares de vezes as melhores leis em theoria, ou ainda outras menos más, perdem toda a sua bondade na practica pela perversidade ou ignorancia de seos executores. Não há

porem ataque algum, feito practicamente contra as leis, que não produza terriveis effeitos, porque estes effeitos são sempre como ruinas que cahem sobre o povo; e como este hé animal sensivel, e muito sensivel, então de necessidade grita, e com razão. Que deve pois fazer o povo neste cazo? Há de com mão barbara deitar por terra, ou mutilar os monumentos augustos da sua legislação? Este Concelho só o poderá dar quem tiver *um respeito santo por todas as revoluçoens*. Os que não tiverem por ellas esse respeito sancto devem aconselhá-lo por outra maneira. O Concelho hé mui facil, e muito saudavel: consiste todo elle em representar modesta e energicamente ao poder Soberano que tem as redeas do Estado. Se os Pernambucanos tivessem seguido este justo, e só legitimo partido, que males, e que desgraças não teriaõ evitado! Mas como o mal já está feito, só agora cumpre remedia-lo, e fazer com que se não torne a renovar. Para esse fim aconselhâmos a todos os povos da Monarquia Portugueza que, seguindo o bom caminho traçado pelo auctor do discurso de que estamos fallando, recorraõ sempre ao seo Rey quando se virem gravados, e nunca percaõ da memoria a grande idea social—que as revoluçoens são as mais funestas de todas as calamidades humanas.

A quem mais particularmente pertence o direito de Representação, quando se trata do bem commun ou bem publico, são as Cameras, verdadeiros Representantes dos povos. Estas, devendo sempre estar a lerta sobre a execução das leis, e sobre o comportamento das Auctoridades locaes, desde a primeira até a ultima, tem por estricta obrigação, sem mais contemplaçoens do que o bem publico e o amor do seo Soberano, requerer sempre, e com tempo a favor dos povos que representaõ. Requeiraõ pois e representem com

energia, verdade, e respeito ; e então nem os povos serão maltratados pelos funcionarios publicos, nem, por consequencia haverão revoluções.

As gazetas Inglezas, referindo-se as gazetas Francezas, fallaram muito em uma Nota official que o nosso actual Ministro Portuguez, junto do Governo dos Estados Unidos d'America, dirigio a aquelle mesmo governo á cerca dos Corsarios que nos portos Americanos se tem armado com bandeira de Independentes Hespanhoes para atacarem e tomarem os navios Portuguezes. A fim de satisfazer nesta parte a curiosidade publica, e dar-mos um exacto conhecimento da dita Nota, passâmos a publicala como appareceo em uma Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro, que hé da forma seguinte :—

*Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro. Quinta
feira 1 de Maio de 1817.*

Tendo publicado no nosso Numero 34 o Bill pelo qual o Congresso dos Estados Unidos acaba de prohibir a venda, e o armamento de embarcações de guerra nos seos portos, para o fim premeditado de sabirem a cruzar, e a commetter hostilidades contra vassallos e propriedade de qualquer Potencia, com quem os Estados Unidos estejam em paz ; completaremos hoje aquella importante publicação, transcrevendo aqui a Nota Official, pela qual o Senhor Joze Correa da Serra, Ministro Plenipotenciario de S. M. F. junto dos Estados Unidos d'America, requereu dignamente a promulgação do referido Bill ; como a resposta que lhe deu o respectivo Secretario de Estado,

communicando-lhe a pronta mensagem, que o Presidente enviara ao Congresso.

Nestas peças officiaes acharão os nossos leitores um testemunho assim do distincto merecimento e zelo do sobredito Ministro, como da especial consideração, em que o Governo dos Estados Unidos tomou a mencionada reclamação; da qual resultou a immediata promulgação do Bill traduzido, que manifesta o espirito de justica, de que o Corpo Legislativo daquella nação se acha animado, e faz a maior honra a politica illuminada do seo Governo.

“ Sir—Por minha instancia se tirou a copia fiel de um papel entregue ao Honorable Sir George Tucker, Juiz dos Estados Unidos para o districto de Virginia, por Thomas Nelson Collector do porto de York, em virtude de um mandado judicial do mesmo Juiz. Este papel declara o conteudo nelle serem instrucções dadas por Thomaz Taylor de Baltimore, debaixo da authoridade do actual Governo de Buenos Ayres ao navio Romp, Capitão Fish, para hir em corso contra os vassallos de Hespanha. Como esta respeitavel monarquia está em directa communicação com os Estados Unidos, e tem junto a elles seu proprio e natural representante, não haveria motivo para eu interferir oficialmente (não obstante os antigos e novos enlaces das duas Reaes Familias) se M. Taylor de Baltimore não tivesse nas mesmas instrucções mandado ao Capitão Fish que fizesse outro tanto com os vassallos do meu Soberano no caso que Sua Magestade estivesse em guerra com o sobredito Governo de Buenos Ayres.

M. Taylor hé cidadão Americano, o navio Romp era um navio Americano, que sem duvida foi só ficticiamente vendido, pois que o Capitão

continuou o mesmo, e a tripulação ficou completa pela maior parte de cidadãos Americanos. Hé bem verdade que este corsario não acometeo navio algum Portuguez; mas elle tinha ordem de assim o fazer conditionalmente debaixo da assignatura, e por ordem de um cidadão Americano, que tem o descaramento de lhe designar sete portos dos Estados Unidos, para trazer as suas presas, e lhes nomea em cada um delles agentes, que tomarão conta dellas.

Hé certamente da minha obrigação não esperar em silencio e tranquillamente que um tal attentado se commetta, tanto mais que se continuaõ a fazer esforços da mais sinistra natureza na mesma parte, e pela mesma casta de individuos, como apparece pelos seguintes factos, que são o resultado das minhas particulares indagaçoens, e que tenho a honra de apresentar a vossa consideração.

A 18 do mez de Novembro passado a fragata Clifton, Capitão Davy, armada com 32 peças de varios calibres, e uma tripulação de 200 homens, fez-se á vela de Baltimore para Buenos Ayres. Este navio ancorou para baixo do porto, e ahi ficou por 15 dias ou mais esperando pelo navio Americano Independencia do sul, armado com 16 peças, e pelos navios Romp, Tuckahoe, Montezuma e Spanker, e por outros dous navios construidos, que se estavaõ preparando com toda a diligencia. Todos deviaõ hir juntos a crusar nos mares de l'Est e Oest do America Meridional, debaixo do mando do Capitão Americano Chaytor com bandeira de Buenos Ayres. Pouca duvida pode haver que as suas instrucçoens são as mesmas do Capitão Fish, e que obrarão hostilmente contra os navios Portuguezes. Alem da informação privada a que posso dar credito, o

simples facto de elles tomarem tal bandeira hé no estado actual das couzas igual a uma prova directa.

Há bom fundamento para erer que quasi o mesmo foi o caso do navio Swift, Capitão Hufington, que sahio de Baltimore a 3 de Agosto passado com destino declarado para Havanna, armado com 14 peças, e 140 homens de tripulação; e do navio Maria Capitão Stafford, que largou o mesmo porto a 25 do mesmo mez, e com guarnição numerosa. Crê-se que ambos arvorarão no alto mar bandeira de Buenos Ayres, e mui provavelmente com as mesmas instrucções do Capitão Fish.

Estes armamentos se fazem no porto de Baltimore de um modo descarado: somente se cobrem com um véo bem fraco, que alguns julgarão bastante para livrar os culpados dos effeitos das leis actuaes, que são bem insufficientes. Não fallo só por informação, duas vezes tenho hido a Baltimore eu mesmo para averiguar pessoalmente os progressos, e a natureza deste negocio.

Taes factos não precisaõ de epithetos para ser propriamente qualificados, e por isso julguei superfluo usar delles. Mostraõ logo a primeira vista a sua natureza immoral e criminosa, e a sua opposição ao direito das gentes. Eu conheço perfeitamente os honrados sentimentos deste Governo e desta Nação, para não conceber a menor suspeita de que olhaõ para elles em outro ponto de vista. A falta está inteiramente na insufficiencia das leis actuaes, e nas evasivas, que offerecem aos culpados, particularmente quando são ajudadas pela trapassa forense. Provavelmente os passados Legisladores Americanos providenciaram tão imperfeitamente para taes occurrencias, por que as julgaram impossiveis. Mas uma vez que chegaõ a acontecer nada póde

justificar esta nação aos olhos do mundo civilizado senão a promulgação das leis sufficientes para este caso. Se os Cidadãos dos Estados Unidos não forem impedidos pelas leis da sua patria, de serem em massas, partes agentes em guerras, que não são suas, não dará isto logo aos olhos de todas as potencias estrangeiras um character e uma cor piratica e odiosa a esta nação, indignos della? A sua paz e tranquillidade serão tambem postas em perigo, porque todo o Governo assim offendido, tem um direito natural de resentir e vingar com todas as suas forças injurias por este modo recebidas contra os usos do mundo civilizado. Deve pois a honra e a paz do povo Americano, de nove milhoens de pessoas, a immensa pluralidade dos quaes tem, a meu perfeito conhecimento, um character justo, honrado, e pacifico, serem postas em perigo imminente, pela culpavel cobiça de uns poucos de homens de um ou outro porto de mar, que para adquirirem riquezas não tem duvida de se tornarem piratas? Por que de facto não hé outra coiza andar em corso, em guerras, qae não sejam as da nação de cada um.

Represento por conseguinte a este Governo na occasião actual, não para começar alteraçoes ou pedir satisfacções, que a Constituição dos Estados Unidos talvez o não habilita a dar, por que eu conheço que o supremo executivo desta nação, todo poderoso quando estribado em leis, hé constitucionalmente sem acção, quando ellas lhe faltaõ. O que solicito delle hé, que proponha ao Congresso, que dê taes providencias por lei, que previnaõ taes attentados para o futuro.

Eu estou tambem persuadido, que o meu Magnanimo Soberano receberá uma satisfacção mais completa, e mais digna do seu Alto Character, se os Estados Unidos promulgarem taes leis, que

pondo em segurança a sua bandeira para o futuro, mostrem a attenção delles para Sua Magestade, do que no castigo momentaneo de uns poucos obscuros malfeitores (ainda quando se pudesse conseguir). Estes, desnegados, como elles são, pelos Estados Unidos, poderaõ sem duvida, no caso que tomem alguma culpavel liberdade com a fazenda dos vassallos de Sua Magestade, encontrar aquelle fim, que todos os homens de bem lhes desejão, e servir de exemplo e de escarmento aos que para o futuro sentirem piraticas disposicoens. Eu confio inteiramente na sabedoria do Presidente, e no desejo, que elle deve naturalmente sentir, de pôr fim á estas vergonhosas praticas, de que tomará os meios mais proprios, para que a minha justa requisicaõ seja cumprida.

Como pela poderosa rasaõ no principio allegada, eu me concentro estreitamente dentro dos limites dos meus poderes, e dos direitos do meu Soberano, tomo esta occasiaõ de lembrar á este governo a nobre e amigavel maneira de proceder de Sua Magestade nesta ultima guerra dos Estados Unidos com a Gram Bretanha. Ainda que o adversario dos Estados Unidos era o seu mais constante e effectivo alliado, que tinha vindo ajuda-lo a repellir uma perfida, e aleivosa invasão, e que naquelle tempo estavaõ combatendo juntos a inimigo commum; com tudo prohibio aos seos vassallos tomarem parte na querella; e ordenou que observassem uma estreita neutralidade; a qual nem uma só vez foi quebrantada pelos seus officiaes ou vassallos. O congresso por conseguinte promulgando taes leis, como eu peço, não faz senão um acto de reconhecimento, que a justiça pede para com um Monarca generoso e cheio do equidade, de-

claradamente em amisade com os Estados Unidos.
—Washington, 20 de Dezembro de 1816.

JOZE CORREA DA SERRA.
Senhor JAMES MONROE.

Secretaria do Estado, 27 de Dezembro de 1816.

Senhor;—Tive a honra de receber a vossa carta de 20 do corrente, representando contra o prepararem-se em Baltimore certos navios armados, e contra as instrucçoens dadas ao commandante de um destes navios para atacar conditionalmente as embarcaçoens do vosso Soberano, Rei de Portugal e Brazil. Advertis que estes navios foraõ prontificados sem authoridade alguma deste governo, e com pretextos bem differentes daquelles motivos, que lhes julgaes. Advertis igualmente que as leis existentes não authorisaõ o Presidente para intrometter-se em semelhantes casos, e pertendeis por isso que se lhes façaõ as ampliaçoens, que se julgarem sufficientes para obstar á este mal.

Communiquei ao Presidente a vossa carta, e tenho agora a honra des vos transmittir uma copia da mensagem, que elle dirigio ao Congresso sobre o mesmo assumpto, a fim de obter por lei uma extensaõ tal do Poder Executivo, qual seja necessaria para manter a neutralidade rigorosa dos Estados Unidos, na guerra actual entre a Hespanha e as suas colonias, e para acautelar effectivamente o risco dos navios do vosso Soberano que vós receaes. Logo que se promulgue e lei sobre este assumpto, eu tirei a honra de vo-la communicar; e aproveito esta occasiaõ, que se me offerece de protestar-vos o

grande interesse que o Presidente toma em conservar as relações de maior amizade com o vosso Soberano.—Tenho a honra de ser vosso mais obediente e humilde criado.

JAMES MONROE.

Sr. JOZE CORREA DA SERRA.

Mensagem do Presidente ao Senado, e Caza dos Representantes dos Estados Unidos.

Observa-se, que as leis actuaes não tem a efficacia necessaria para prevenir infracções das obrigações dos Estados Unidos, como nação em paz com as Potencias belligerantes, assim como outros actos illegitimos cometidos no mar alto por navios armados, aparelhados nos portos dos Estados Unidos.—Com o objecto de conservar mais vigorosamente o respeito devido as leis, ao character, e ás relações neutras e pacificas dos Estados Unidos, recommendo á consideração do Congresso, quanto seria conveniente tomar todas as providencias legislativas, que forem necessarias, quer seja para deter os navios, que estejam actualmente aparelhados com forças de guerra, dentro da jurisdicção dos Estados Unidos, ou que se estejam armando actualmente, quer seja para exigir dos donos e commandantes de taes navios fianças capazes contra os abusos do armamento dos mesmos vasos: fazendo-se nas ditas providencias as excepções convenientes para os casos dos navios mercantes, que em viagens distantes, e arriscadas levão o armamento costumado para a sua defeza; e de um commercio particular em munições militares permittido pelas nossas leis, e cuja prohibição a lei das nações não exige dos Estados Unidos.

26 de Dezembro de 1816.

JAMES MADISON.

RUSSIA.

Neste Artigo, a pag. 236 transcrevemos o Decreto para a creação de um Banco Imperial de Commercio em S. Petersburgo; e por estas e outras providencias o Imperio Russiano vai fazendo rapidos progressos em todos os ramos que constituem a grandeza, a força, e a prosperidade de um Estado. O Imperador Alexandre de certo aspira a ser o *Alexandre Grande* dos tempos modernos, sem ser o devastador e flagello do mundo como foi o filho de Felipe, porque virtudes pacificas parecem ser o primeiro objecto de toda a sua ambição de gloria. Uma circumstancia bem attendivel que se acha no Decreto de criação do Banco hé,—que o Imperador empenhou a sua *palavra Imperial*, na promessa que fez de que os capitaes dos particulares serão sempre *inviolaveis*, e ninguem poderá nunca dispor delles se não seos donos. Estâmos bem persuadidos que manterá sempre a sua palavra, porque conhece altamente que sem esta garantia não há credito publico, e por consequencia tambem não há Bancos de commercio, a não serem só de nome. Contra estes principios bem conhecidos de economia politica, correo há pouco um boato em Londres, relativo ao Banco da Bahia, o qual boato nós temos por falso, por ser contrario a tudo quanto sabemos da intelligencia, probidade, e mais virtudes publicas das primeiras auctoridades daquella capitania. Espalhou-se que na occasião que ali se soube a noticia da revolta de Pernambuco se expedira uma ordem ao Banco para parar com os seos pagamentos; mas que reflectindo-se logo na incompetencia e perigo desta ordem, se mandára outra poucas horas de pois a revogar

a primeira. Se isto assim tivesse acontecido, o que nós não acreditâmos, haveria sido, em nossa opinião, uma catastrophe mais perigosa do que a mesma revolta de Pernambuco; porque uma insurreiçãõ pode apagar-se com energia e prudencia, porem a perda do credito publico, quando esta acontece pelo abuso do poder, bem difficilmente, ou talvez nunca se recupera. Sim, sem credito não há Bancos de commercio, e sem inviolabilidade de propriedade individual não há credito. A simples suspeita da possibilidade de um attentado desta natureza contra a propriedade individual hé sentença de morte de que o credito publico nunca escapa.

Mas voltemos outra vez a Russia, que hé agora o nosso objecto principal. O Imperador Alexandre não limita suas vistas só a este ou aquelle ramo de prosperidade publica, tem um plano geral com que abrange a um tempo milhares de objectos de suma utilidade. Outra nova empreza, em que elle vai entrar, hé o trabalho das minas de carvão, cousa em que até agora se não tinha cuidado na Russia. O primeiro estabelecimento deste genero vai fazer-se nas vesinhanças de Tula, capital do governo do mesmo nome, e distante de Moscow pouco mais de cem milhas. Aquella cidade, que já era mui celebre pelas suas extensas obras de ferro, adquirirá agora uma nova riqueza com estas minas de carvão, que vão explorar-se *debaixo da immediata protecção do Imperador*. Para este effeito já partiram de Inglaterra Mr. Longmire com muitos trabalhadores das minas de Newcastle, e embarcaarm em Gravesend com direcção para Petersburgo. Que será ainda este Imperio immenso, hoje maior do que foi o Imperio Romano no tempo da sua maior grandesa, e invulneravel na parte central da sua vitalidade, se passando

das maons pacificas de Alexandre for cahir nas maons de um homem com espiritos iguaes aos d'esse que está hoje em Santa Helena? Ai do occidente da Europa, se do norte se despenhaõ outra vez torrentes de homens armados! O Imperio Romano já cahio por uma d'essas inundaçoens.

INGLATERRA.

A Sessão do Parlamento se prorogou no dia 12 de Julho, como nossos leitores já viram pelo discurso do Principe Regente que fica transcripto no principio do nosso artigo—Inglaterra. Agora recapitularemos aqui as cousas mais notaveis que ali se passaram antes da sua prorrogaçaõ.

Bill a favor dos Catholicos.

A' este respeito trasladaremos as reflexoens seguintes que publicou o *Morning Chronicle* de 10 de Julho, 1817:—"Naõ podemos duvidar de que a maior parte de nossos compatriotas ficará admirada, assim como terá grande satisfacçaõ em saber, que em ambas as Casas do Parlamento passou o Bill, que completamente anula e remove todos os offensivos impedimentos que sofriaõ os nossos concidadaons Catholicos Romanos. Um Bill, semelhante na substancia e no effeito a aquelle que obrigou Lord Grenville e Lord Grey a sahirem da administraçaõ, passou em ambas as casas quasi *sub silentio*; e o que faz com que esta circumstancia seja a mais singular hé, que elle foi primeiramente proposto na Casa dos Lords por um dos Ministros do Re-

gente, e que passou em todas as instancias a vista de um banco cheio de Bispos !

“ Pellas providencias deste Bill, o grande obstaculo, que tinhaõ os Catholicos Romanos para entrarem no exercito e na marinha, e para subirem aos altos póstos neste serviço, ficou completamente e sabiamente removido. Agora já não seraõ obrigados a dar juramentos antes de entrarem no exercito ou marinha;—e hé escusado dizer aos nossos leitores constitucionaes, que uma vez que entrem no serviço, já não teraõ mais obrigação ou de dar juramento ou tomar o sacramento, em virtude do Acto annual de indemnidade, que passa no principio de cada sessaõ. Por consequencia, toda a distincção religiosa acabou no serviço militar e naval;—e para o futuro já um Catholico Romano não terá impedimento para commandar um exercito,—ou para ser Lord Gram Almirante de Inglaterra, se aquelle emprego deixar de estar em commissaõ. Mui sinceramente louvamos a sabedoria e liberalidade deste acto de graça, porem não podemos deixar ao mesmo tempo de notar, como cousa curiosa, que esta medida tenha sido lembrada pelos mesmos ministros, que devem seos lugares aos esforços que fizeraõ seos predecessores para obterem esta mesma graça para os seos concidaons. Que todos os bispos tenhaõ apoiado este Bill hé uma cousa que muito honra seos sentimentos de justiça, ainda que, a fallar-mos a verdade, não estavamos preparados para ver tal. O Bill terá ainda outro novo bom effeito, que será o de acabar com todos os motivos de divisaõ entre nós;—porque, depois disto, já nas elleicoens geraes e nos condados não se lembraraõ os ministros actuaes de fazer reviver os clamores de —*No Popery*, (nada de Papismo).”

Estado da Nação.

Mr. Brougham na Sessão dos Communs do dia 11 fez um mui longo e famoso discurso a cerca do estado da nação, fazendo a este respeito uma proposta que foi regeitada, como elle mesmo e todo o mundo já esperavaõ. Entre as mil cousas que disse para criminar os Ministros, queixou-se amargamente d'El Rey de Sardenha pelo comportamento que havia tido com os negociantes Inglezes, e se expressou desta maneira:—

“ Hé bem sabido que El Rey de Sardenha,
“ aquelle monumento da legitimidade, e cujas
“ pertençaens á Soberania se extenderam alem
“ do territorio de Saboia, deveo o restabeleci-
“ mento de seo throno aos concelhos do nobre
“ Lord que está sentado de fronte de mim (Lord
“ Castlereagh) o qual presenteou aquelle Principe
“ com os dominios de Genova. Mas quaes tem
“ sido os agradecimentos deste Principe aos
“ favores que recebeo? A Junta de Commercio
“ de Genova fintou todos os negociantes In-
“ glezes ali residentes para a construcção de uma
“ fragata para uso de El Rey de Sardenha. A
“ Junta compoem-se inteiramente de Francezes e
“ Piemontezes, todos inimigos dos negociantes
“ Inglezes, e por isso os obrigaram a pagar este
“ injusto tributo debaixo do especioso pretexto
“ de contribuição voluntaria. Os negociantes
“ Inglezes recorreram a protecção de Mr. Hill,
“ nosso ministro em Turin, assim como a do
“ nosso Consul em Genova, que parece ser um
“ official militar. Mr. Hill respondeo que se
“ não metia em semelhante negocio pois que elle
“ não tinha relação alguma com a politica. Os
“ negociantes Inglezes presistiram com tudo

“ por 4 ou 5 mezes em não quererem pagar, até
 “ que por fim se mandou postar um soldado a
 “ porta de cada um delles com ordem de ali
 “ permanecerem até pagarem a contribuição, e
 “ de receberem diariamente para seo quartel
 “ e comida o valor de 5 francos. O Consul e o
 “ Ministro, tendo-se lhes requerido para obstar
 “ á esta violencia, responderam ainda que nada
 “ podiam fazer neste cazo. E o nobre Lord,
 “ que está de frente de mim, contentou-se em
 “ consultar o advogado da coroa para saber se
 “ esta finta era contraria á lei das naçoens. O
 “ advogado d’El Rey declarou que taes fintas, ou
 “ tributos geraes não violavaõ a lei das naçoens.
 “ Mas o facto hé, que a finta se limitou só aos
 “ negociantes de Genova. Assim, eu mantenho
 “ a opiniaõ que o nobre Lord não pode ter des-
 “ culpa por não haver pedido uma satisfacção a
 “ cerca deste iniquo procedimento contra os ne-
 “ gociantes Inglezes. E até não hesito em
 “ dizer, que o consentir em taes procedimentos
 “ foi uma acção vergonhosa e aviltadora para o
 “ governo Britannico”

Lord Castlereagh respondeo á este facto, e
 ataque particular da maneira seguinte:—

“ Muito tem falado o honoravel e sabio Sen-
 “ hor (Mr. Brougham) a cerca dos successos de
 “ Genova, e dos agradecimentos dados á protec-
 “ ção Britannica por aquelle a quem elle houve
 “ por bem denominar insignificante tirano de
 “ Sardenha. Pode-se porem crer, que este paiz
 “ seja capaz de gozar por muito tempo das suas
 “ pacificas relaçoens com os outros estados do
 “ mundo, e que elle se possa aproveitar do des-
 “ canço ganhado pelo valor das suas armas, se
 “ houverem individuos que continuem a abusar
 “ dos privilegios desta casa, dando epithetos taes
 “ como o que acabo do referir aos Soberanos da

“ Europa ? Se tal practica continûa, taõ opposta
“ a paz da Europa, os Ministros não podem ser
“ responsaveis pela segurança das nossas rela-
“ çoens publicas. Não há Acto algum de qual-
“ quer estado estrangeiro que possa justificar
“ tal lingoagem na boca de um membro de Par-
“ lamento. Mas deixando este ponto para
“ passar ao facto que tanto excitou a indignação
“ do honoravel e sabio membro, respondo : que
“ sempre protestarei contra o máo emprego da
“ nossa influencia ; por que havendo sido esta
“ ganhada com honra, seria prostitui-la se a
“ Gram Bretanha, estado grande e poderoso, se
“ servisse della para tyrannisar os fracos estados
“ da Europa, a fim de os forçar a darem dentro
“ de seos territorios uma exclusiva preferencia á
“ casta particular dos negociantes Inglezes.
“ Nada mais imprudente haveria do que fazer
“ com que uma nação como a nossa desse o
“ espetaculo ao mundo de estar constantemente
“ exercendo a sua superioridade para extorquir
“ da fraqueza dos outros preferencias commer-
“ ciales para os nossos negociantes. Eu certa-
“ mente protesto contra tal doutrina como con-
“ traria a todos os principios da verdadeira
“ politica commercial. E ao menos, pela minha
“ parte, nunca consentirei que o nosso sistema
“ commercial tome o character odioso e impru-
“ dente de querer dictar aos estados mais fracos
“ a maxima de que elles devem commerciar com
“ nosco não para proveito seo porem nosso.
“ Estou, na verdade, persuadido que tal politica
“ hé emminentemente errada. Esses mesmos
“ antigos tratados, em virtude dos quaes os ne-
“ gociantes Inglezes adquiriram privilegios ex-
“ clusivos nos paizes estrangeiros, não devem,
“ em minha opiniaõ, considerar-se como provei-
“ tosos. E como poderei entaõ consentir que

“ por nossa influencia se hajão de extorquir pre-
“ ferencias para individuos que a ellas não tem
“ direito por lei nem justiça, assim como nem
“ por convençoens nem Tratados? O governo
“ de S. M. não obrou couza alguma nesta ma-
“ teria sem primeiro se aconselhar com os legaes
“ concelheiros da Coroa; e elles escrupuloza-
“ mente se conformaram com os principios re-
“ conhecidos da lei das naçoens:—principios
“ que eu nunca consentirei que sejaõ violados, só
“ para comprazer com a tortuoza, illiberal, e
“ despotica politica, que o Honoravel e sabio
“ Senhor pertende empregar para com os Estados
“ mais fracos do mundo.”

Lembra-nos que, ainda não há muito tempo, entre o Governo de Portugal e os negociantes Inglezes rezidentes em Lisboa se excitou tambem uma certa questão sobre se estes ultimos deviaõ ali pagar os tributos que pagaõ os vassallos Portuguezes. Lembra-nos tambem que os negociantes Britannicos gritaram altamente em Portugal, e fizeraõ aqui gritar pela mesma forma, em alto e bom som, as principaes Gazetas Inglezas. Em razão disso, muito de proposito, transcrevemos agora o cazo de Genova, referido e commentado por Mr. Brougham, e a resposta que lhe deo Lord Castlereagh, Ministro Britannico dos Negocios estrangeiros. A' vista da accusação e da defeza veráõ pois todos os governos estrangeiros qual hé a politica liberal do Governo Britannico; e se elles não fazem como o governo de Genova, entãõ não deitem a culpa aos Inglezes, deitem-na a si. Inglaterra nunca pode estimar do coração as baixas condescendencias dos outros, e por isso nunca se opporá ao que for justo e razoavel; mas se achar sempre de ante de si servis aduladores, fará neste cazo o que geralmente se faz:—aproveitar-se-há das

adulaçoens se lhe fizerem conta, e verá com desprezo o adulator. Quanto ao que disse Mr. Brougham, não se deve fazer cazo, porque são, por assim dizer, palavras tabaliôas, de que sempre se serve a opposiçãõ: todavia, se esta olhasse melhor para os seos interesses trataria sempre com mais decoro as potencias do Continente. Um tal abuzo de lingoagem faz maior mal a Inglaterra do que lhe podia fazer Napoleaõ com todo o seo poder.

Morte de Mr. Ponsonby.

A opposiçãõ perdeu o primeiro dos seos Membros na pessoa do Right Hon. George Ponsonby, que morreo de um ataque apopletico no dia 8 de Julho, as 6 horas da manham, passada uma semana depois do primeiro ataque. Pode-se dizer que morreo como um militar no seo pôsto de honra, porque os excessivos trabalhos Parlamentares certamente lhe abreviaram os dias da vida. Tinha nascido em 15 de Março de 1755, e destinou-se ao estudo do Foro e das leis em que brilhou emminantemente. Em 1806 foi nomeado Lord Chancellor da Irlanda, emprego, que renunciou quando seos amigos politicos sahiram do Ministerio em 1807. Depois dessa epocha até a sua morte foi sempre o que se chama Chefe da Opposiçãõ na Caza dos Communs, e que desempenhou com integridade, independencia, candura, e sauvidade; qualidades que lhe ganharam o respeito, confiança, e affeição de todos os partidos.

Restauração de Pernambuco.

Na Gazeta Portugueza, com data de 30 de Junho passado, lemos o Artigo seguinte, que

julgámos ser official:—“Acaba de chegar do Rio de Janeiro, com 52 dias de viagem, o navio —*Novo Paquete*, que tocou em Pernambuco, e nos trouxe a agradavel noticia de que no dia 20 de Maio se restabeleceo naquella cidade o suave governo de S. M., tendo fugido para o interior, aonde não podiaõ escapar, alguns dos cabeças da revolta; o que nos apressámos a communicar ao publico para sua satisfacção.”

As Gazetas Inglezas acrescentaram a isto mais algumas particularidades, taes como as que se achão na carta seguinte, com data de Lisboa, que transcrevemos do *Times* de 21 de Julho:—

Lisboa, 4 de Julho, 1817.

“Recebemos a noticia official de que em 19 de Maio Domingos Joze Martins marchou á frente do exercito insurgente para appresentar batalha ás tropas da Bahia na distancia de sete legoas de Pernambuco. A acção durou todo o dia com perda consideravel de ambas as partes. No dia 20 Martins, vendo o exercito insurgente batido, fugio com alguns officiaes. No em tanto, as embarcaçoens, que bloqueavaõ o porto entraram, e fizeram convite ao povo. Assim que os marinheiros desembarcaram, uniram se lhes os habitantes, e todos juntos dirigiram-se a casa do governo, e mataram immediatamente um clerigo, um ex-frade, e o irmão de Martins. Dali foraõ tomar posse dos Fortes, o que rapidamente se executou, e arvoraram em todos elles a bandeira Portugueza. Igualmente se publicou logo uma Proclamação, offerecendo premio a quem agarrasse Martins, cujo *imperio* durou 74 dias. Todo este bom successo se deve á prontidaõ do Conde dos Arcos, governador da Bahia.

“P. S. Martins, que queria ser Buonaparte, tinha cazado com a filha do negociante Bento

Joze da Costa, a quem a entregou sem nenhum Ducado de Parma e Placencia.”

Pelo que temos copiado se vê que já não há duvida sobre a restauração de Pernambuco; que aquella moderna Republica nem se quer durou os 100 dias do segundo moderno Imperio do Occidente; e que toda a prontidão deste feliz acontecimento se deve á energia, capacidade, e brio do Exmo. Conde dos Arcos, Governador da Bahia. Sim, El Rey, e a patria lhe devem inquestionavelmente esta pronta restauração de Pernambuco, por que sem a sua extraordinaria actividade em bloquear o Porto, e em expedir logo tropas, não se poderia fazer tão cedo a contra-revolução. El Rey lhe deve premiar estes serviços relevantes como elles merecem; e agora poderá ver quem hé leal e intelligente, porque só nas occasioens de perigo estas qualidades se conhecem. Tambem, S. E. Conde dos Arcos deve estar mui satisfeito por esta boa occasião que lhe offereceo a fortuna de manifestar seo zello e seo patriotismo: obrando tão nobre energicamente deo a melhor resposta que podia dar aos inimigos que tinha na Corte, que julgâmos não são poucos.

Mas porque Pernambuco se restaurou, já estará tudo acabado? Jugâmos que não. Nós escrevemos em o Investigador de Junho passado, No. 72, a pag. 583, a sentença seguinte, que ainda agora temos por conveniente repetir:—“Hé absolutamente necessario, que o governo, que poder suffocar o fogo revoluccionario, castigue com extrema justiça e moderação; e que ao mesmo passo que for forçado a cortar com uma mão esta ou aquella cabeça, *com a outra corte tambem ao mesmo tempo todos os abusos que o tenham podido excitar.* Sem isto o castigo não hé remedio, mas estimulo para males ainda maiores.” Neste

caso está agora exactamente Pernambuco. Que aquella Capitania não era bem governada, mostra-se sumariamente pelas circumstancias seguintes:—1. O Governador della, no acto da insurreiçãõ, que elle não soube prevenir nem arrostar, não achou um só individuo que tirasse a espada por elle. Logo este governador não tinha a estima do povo. 2. Fugio vergonhosamente para dentro de uma fortaleza, que não poudo rezistir 24 horas: logo uma Capitania, em que os seos principaes pontos de defeza estão neste estado miseravel, não pode tambem estar bem governada. 3. A insurreiçãõ foi auxiliada por soldados esfarrapados e talvez morrendo de fome: logo quando se quer ter tropa sem disciplina e sem paga, hé querer tacitamente que ella venda seos serviços ao primeiro aventureiro que lhe offerecer barriga cheia, e bom soldo. A tropa permanente de todos os paizes (a não serem boas milicias) nunca tem patria, e sempre se bandêa com quem a veste e lhe paga melhor: por isso, o primeiro cuidado de todo o governo deve ser de vigiar que nada falte a seos soldados, para que elles possam ser fieis e ter disciplina; o que nunca há com barriga vazia, pés descalços, e fardas esfarrapadas, estado em que nos consta se achava a tropa de Pernambuco.

Que na parte administrativa tambem haviaõ abusos enormes, parece ser uma verdade incontestavel. O que nós igualmente escrevemos no fim do mesmo Investigador de Junho, em uma Nota a pag. 598, era relativo a Pernambuco, que por entãõ não quizemos nomear. Hé cousa assas sabida em Londres que naquelle porto tem por muitas vezes entrado fazendas Inglezas, que já daqui levaõ os sêlos Portuguezes, sem que lá nunca tenhaõ dado por isso, ou por desleixo ou por malicia, as Auctoridades publicas, a quem

convinha zellar as entradas e sahidas do porto. Ora, a vista disto que bom governo pode haver em uma Capitania aonde se cometem fraudes taõ prejudiciaes e escandalozas, com que tanto perdem as rendas do Estado como os interesses dos negociantes honrados, que só fazem um commercio legitimo? Olhando para todas estas circunstancias, recomendâmos pois a El Rey N. S. e ao seo Ministerio que, fazendo escrupulosamente examinar o que antes da insurreiçaõ se passava naquella Capitania, dê sabias e justas providencias ulteriores para que não hajaõ mais insurreiçoens nem em Pernambuco nem em qualquer outra parte da Monarquia Portugueza. A isto se devem particularmente só limitar as devassas; porque, quanto ao que se passou durante o inter-regno dos 74 dias, hé melhor não o querer saber para não ser forçado o governo a dar castigos sem fim. Hé um dictado antigo; “que o governo que muito quer saber muito tem que castigar.” Por isso, dado por uma vez com muita prontidaõ e justiça aquelle castigo que parecer inevitavel, pede a prudencia e a politica que se passe, como vulgarmente se diz, uma esponja sobre tudo o mais; e que se ponha pedra em cima de quanto naquella epocha miseravel se fez ou se disse; porque a maior parte de tudo isso deve ter sido effeito de fraqueza ou de medo.

Portuguez de Maio 1817. (Publicado depois de 10 de Julho.)

O *Portuguez* na sua prophecia de Maio, (nome que justamente lhe damos por nos responder com data de Maio ao que escrevemos com data de Junho) acuzza os Redactores do

Investigador, desde pag. 764 até 767, *de fallarem de Cór, e com leveza*, em umas reflexoens que fizeraõ sobre o Tratado de Commercio e Navegação, concluido entre a Gram Bretanha e o governo das Duas Sicilias.

Principia o seo arrazoado por dizer, que este Tratado hé muito melhor do que aquelle que fez Portugal com Inglaterra no anno de 1810: mas que tem isto com o que escreveram os Redactores? Por ventura diceraõ elles em alguma parte que o nosso tratado era melhor, ou fizeram alguma comparaçaõ entre um e oútro? Se o nosso tratado hé pessimo não tira que o da Secilia tambem o seja; e por este ser melhor, tambem não se segue que deixe de ser máo. Logo o *Portuguez* nesta parte déo pancada no ar; porque os Redactores do Investigador nem se quer tocaram essa tecla, que o *Portuguez* avidamente aproveitou para encher papel.

Tinha dito o Investigador, que nenhum governo estrangeiro pode ter direito a perpetuidade de privilegios e franquias dentro de outra nação independente, que os pode e deve variar ou abolir, quando os tempos e as circumstancias o pedirem. Isto scandalizou fortemente o *Portuguez*, que o tomou por uma opiniaõ de direito publico bem relaxada. Mas hé pena que taõ depressa se esquecesse (de certo absorvido na profunda leitura dos Tratados de que ainda fallaremos) no que antes já tinha escripto neste seo mesmo No. a pag. 737. Disse elle literalmente o seguinte:—*Quem não admitir que os homens são escravos ligados aos torroens; quem não tivér para si que os autores de uma sociedade ligam ad æternum pelo pacto social a inteira liberdade de seos descendentes; esse hade admitir nos individuos o direito de emigrarem, e de se naturalizarem noutro governo: logo, se esse direito assiste a um individuo,*

como o não terá uma cidade, uma provincia, uma nação?

O *Portuguez* admite, o estabelece como maxima, que os auctores de uma sociedade não *ligam ad æternum*, pelo pacto social, a inteira liberdade de seos descendentes; e admite mais, que o direito de mudar de leis e contractos hé inherente a uma cidade, a uma provincia e a uma nação: logo porque quer que os tratados de uma nação com outra *liguem ad æternum*? Se houvesse de haver *eternidade* de contractos, esta devia antes guardar-se entre os auctores de uma sociedade e seos descendentes do que entre um e outro governo, ambos independentes. Poderá um povo annular o contracto que fizeram seos avós, e não poderá um governo annular tambem o que fez outro governo seo ascendente? Mas eisaqui o que hé só relativo ao direito; passemos ás formulas e modo de annular taes contractos. Disse por ventura o Investigador que um governo tinha direito de abolir por força e sem convençoens os tratados que fizera com outro governo? Certamente não disse tal. Logo a religião politica do *Portuguez* offendeo-se aqui sem motivo, porque elle admite os nossos mesmos principios, ainda que applicados a assumpto diverso. O Investigador só defendeo, que os tratados de uma nação com outra não *ligão ad æternum*, no que concorda o *Portuguez*; e se elles pois não *ligam ad æternum*, por que há de ter direito uma nação de exigir indemnidades da outra por não lhe querer continuar os antigos tratados? Por isso hé logo que dissemos (opinião, em que ainda ficámos) que o governo das duas Sicilias deo tudo, e nada recebeo.

Para dar um quináo, que não tivesse replica, á nossa levesa e fallatorio de cór deo-se o *Portuguez* a si mesmo em exemplo: e com effeito,

exemplo raro de modestia! Eis aqui, palavra por palavra, o que elle publicou:—*E recebeo muito, (o governo Siciliano) como veraõ os Senhores do Investigador se tomarem a canceira (indispensavel a Jornalistas) de folhearem esses tratados que acima referimos: nós o fizemos, e com isso gastámos muito tempo: exahi uma das causas, que obrigam o unico Redactor do Portuguez a não ser pontual na sua publicação, como o publico o dezeja, e tem direito de o exigir!* Ora, na verdade, hé o que ainda nos faltava! servir o Investigador, como se diz, de capa de velhacos para encobrir a preguiça, ou o quer que hé do *Portuguez!* Chega á tal a sua sinceridade, que não tem pejo de dizer ao publico, que o tempo que gastou em folhear os tratados, relativos á Sicilia, foi uma das causas de não ser pontual com os seos subscriptores. Isto, realmente, hé um verdadeiro rasgo poetico do *Portuguez!* Que tem todos esses tratados, a que allude, com a resposta que elle deo ao Investigador? Podia, certamente, dá-la tal e qual elle a deo, já não dizemos sem ler os tratados, mas até sem sonhar que elles existiaõ: quem ler com reflexaõ o que elle escreveo verá, que nós não nos desviâmos da verdade nem tanto como a grossura de uma linha.

Mas agora vemos que quando o *Portuguez* á pag. 734 da sua prophecia de Maio repetio em Inglez (talvez para maior erudiçaõ) um dictado que nós tambem temos em mui bom Portuguez, isto he, *que um afogado a uma palha se agarra*, escreveo ali exactamente a sua propria historia. Porque, para se desculpar com os seos subscriptores, uma vez diz, como na sua prophecia de Fevereiro, pag. 428:—*nós não pensámos a custo, (Deos louvado) porem escrevemos a custo; e o nosso corpo, que não tem ainda tocado a madura virilidade! acha-se maquina usada, que faz mui*

ronceiramente os seus movimentos. (O que em termos mui claros significa, que ainda hé creanca e doente.) Outra vez acrescenta com modestia, como mais abaixo escreve a pag. 429 :—“ que poderia remediar essa falta com traducçoens de documentos, porem que para isso há já outro Jornal Portuguez; ou poderia encher o seo Jornal com Memorias e Correspondencias, e assim em tres dias o poderia publicar!!! A’ final remata toda a sua enfiada de desculpas com a profunda meditação em que esteve a folhear os tratados, relativos a Sicilia!

Se em todas estas desculpas não há com tudo nem sombra de razão, há de certo sobeja injustiça; porque se com effeito o folhear os tratados lhe levou tanto tempo, e tanto lhe occupou os sentidos, que hia cahindo no sono de Epimenides, boa desforra tomou com a immensa fazenda estrangeira que desta vez embarcou no seo Jornal. Sim, quem o lesse veria, que a penas uma terça parte se pode chamar lavra sua, e que as outras duas terças são manufactura estrangeira: logo hé injustiça dizer que o Investigador (indirectamente) foi causa de dar tão tarde a sua obra. O que nós agora vemos mui claramente hé que, aonde se lê na já citada pag. 429, que elle poderia publicar em tres dias o seo Jornal, se o enchesse de Memorias e Correspondencias, há de certo um mui notavel erro de imprensa, e que em vez de tres dias, se de ve lêr *em trez mezes*. A razão que temos para assim o julgar vem a ser a seguinte :—Nunca *Portuguez* algum sahio tão abarrotado com fazendas estrangeiras como o que sahio em Julho, baptisado com nome de Maio; e apézar disso veio á luz depois de 3 mezes, porque sendo vencido (pelo contracto original) em 10 de Maio só appareceo depois de 10 de Julho, exactamente 3 mezes depois de andar no

ventre de quem o gerou : logo com razão dizemos, que na dita passagem há erro de imprensa, e que em vez de 3 dias se devem ler 3 mezes.

Mas dirá-alguem : que emporta ao Investigador que o *Portuguez* venha á luz em 3 dias ou 3 mezes? Emporta muito; porque o *Portuguez* quer que as respostas que dá ao Investigador lhe sirvaõ de capa para se desculpar com os seos subscriptores, e por este modo quer intrigar estes com aquelle : porem como não há creatura, por mais que falle de cõr, e levemente, que não tenha direito á sua reputaçãõ, por isso hé dever do Investigador defender a sua, quando injustamente atacada. Se o *Portuguez* quizesse tomar o nosso concelho, teria de hoje em deante uma desculpa bem solida que dar aos seos subscriptores, em vez de se agarrar a uma palha, em ar de afogado. Diga-lhes que por ordem superior já está fazendo a constituição em que elle taõ generosamente se offereceo para trabalhar, a pag. 713 do seo *Meio-acto de contrição politica*,* que intitolou—Memorial á Magestade do mui Alto e mui Poderoso Senhor Dom João VI. Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves! Esta desculpa não só será muito mais plausivel, porem até mais nobre e elevada do que confessar, que tanto tempo lhe levaõ a responder *as levezas dos Senhores do Investigador, apezar de não pensar á custo, Deos louvado!*

* Parece-nos que não nos explicámos correctamente quando demos o nome de *Meio-acto de contrição politica* ao Memorial que publicou o *Portuguez* de Maio. Reflectindo um pouco, achamos que hé mais exacto denominalo—*Meio-acto de atrição politica*. Vide Cartilha do P^e M^e Ignacio na differença destes dois Actos.—Os Redactores.

Novas particularidades da Restauração de Pernambuco.

Por cartas vindas da Bahia na ultima mala do Rio de Janeiro, que chegou a Londres no dia 28 de Julho, não somente se confirmou a noticia da feliz restauração de Pernambuco, mas se acrescenta as particularidades de que *Martins*, o chefe da revolta, fora preso, e hia ja em caminho para a Bahia. Dois dos seus principaes collegas no governo tinhaõ-se morto á si mesmos, de certo, para não terem a mesma sorte.

Por um navio, vindo da Paraiba, e chegado a Londres no dia 29 de Julho, se receberam tambem cartas da Paraiba, com outras de Pernambuco até 7 de Junho. O *Courier* do mesmo dia 29, referindo-se a ellas, diz o seguinte:—

Como hé bem de esperar, os que escrevem as cartas fallaõ mui reservadamente á cerca dos successos politicos. Tem havido muitas illuminaçoens e festas pela restauração da auctoridade Real.—Uma das cartas afirma, que os marujos, ao entrarem na cidade, mataram indistinctamente todos os individuos, que encontraram no Palacio do Governo.”

CORRESPONDENCIA.

Lisboa, 3 de Junho, 1817.

SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR
PORTUGUEZ;—

Estâmos no tempo das revoluçoens, e para que tambem nellas figuremos em ambos os mun-

dos, agora acaba de descobrir-se huma conspiração em Lisboa. He o nosso Governo que assim o declara á Nação; e o nosso Governo he mui sizudo para declarar a Portugal, e á Europa toda, que lhe consta *com toda a certeza* a existencia de huma tal infamia, sem ter provas evidentes em seu poder.

Eu não conheço os authores desta conspiração; e Deos sabe quando serão todos conhecidos! mas estou certo que nenhum homem, ainda de mediana, mas boa, e reflectida lição, nem pessoa de probidade entra nella. Não he preciso ter grande lição para saber, que os fructos da revolução franceza, (sem fallar nas antigas revoluções), e de quantas a revolução franceza gerou, e nutrio, tem sido desgraças, horrores, e crimes inauditos: o homem de probidade deseja ver desterrados os abusos, e extinctos os males, que affligem a sua Patria; mas sabendo que o maior de todos os males he huma revolução popular, suspira por que o seu Soberano, e o seu Soberano sómente lhes ponha cobro, e os extirpe.

Seria bem curioso ver as proclamações, que os conspiradores, segundo se diz, tinham já impressas para concitar, e mover a Nação a mudar de Governo, expondo-lhe as causas dos nossos males. Mas não temos nós todos exuberantes provas de que o nosso bom Soberano não só se não desgosta, mas até deseja ardentemente saber a verdade? Que deseja conhecer os males dos seus Póvos para lhes dar remedios apropriados, e tão promptos, quanto o permittem as difficeis circumstancias em que a Monarquia Portugueza se acha, e as difficillimas em que por ora se achão todas as Potencias da Europa? Porque

se não dirigirão pois ao nosso Adorado Soberano; porque lhe não expozeraõ os nossos males, as suas causas, e os meios de extirpar estes, e de extinguir aquellas? Tiveraõ coragem de traçar huma conspiração, e faltou-lhe para representar com vehemencia, e verdade os males da Nação a quem, com hum *simples Quero, e Mando*, (depois dos previos, e maduros exames que todas as reformas imperiosamente exigem), os póde extinguir, ou remediar? Por ventura ignoraõ os conspiradores que não ha hoje hum só legitimo Soberano que não esteja altamente convencido, que se os seus vassallos forem desgraçados, Elle não póde ser feliz? Em vez pois de conspirar, por que não ousáraõ dizer a verdade a quem não teme ouvi-la? A razão está clara; he porque não era a felicidade da Nação que elles queriaõ; era o melhoramento da sua sorte que elles desejavaõ; era o infame desejo de vinganças particulares que os devorava.—Não os imitemos pois; e detestemos a sua criminosa conducta. Mas se he hum crime nefando, (e até hoje desconhecido em Portugal), conspirar contra o seu legitimo Soberano; não he menõs fatal occultar-lhe a verdade, e as causas dos nossos males. Lisongear indignamente os Soberanos, e occultar-lhes a verdade, he o mesmo que conspirar contra o Soberano, e Patria. — Fallemos hum pouco á cerca dos nossos males; mas seja com aquella decencia, e acatamento com que o vassallo fiel, e honrado deve sempre fallar á Sagrada Pessoa do seu Monarca.

Logo que ElRei nosso Senhor chegou á Bahia abriu todos os portos do vasto Continente do Brazil a todas as Nações amigas.

Este Decreto, contra o qual tão imprudentemente se tem fallado, foi filho das circumstancias em que a Monarquia Portugueza então se achava. Portugal estava em poder de Buonaparte: Lisboa, que até alli era o Deposito geral de todos os nossos generos Coloniaes, aonde a Europa toda se vinha prover, deixou de ser hum Cidade commerciante, e não pôde mais receber os productos do Brazil, nem mandar ao Brazil as manufacturas, e generos Europeos. Abrir pois os Portos do Brazil aos navios das nações amigas, longe de ser hum mal, era naquellas circumstancias, hum medida politica, e necessaria. Mas salta aos olhos, que mudando depois aquellas circumstancias, tambem aquella medida, que no meu modo de ver, e pensar merece o nome de grande, devia ser modificada. Fechar novamente os Portos do Brazil, como dizem falladores imprudentes, ou ignorantes, e como o desejão alguns negociantes avarentos, seria hum perfeito absurdo: mas ninguem póde obstar a que o nosso bom Soberano dê tal favor, e auxilio ao Commercio, e navegação Portugueza, que mais convenha aos estranhos vir buscar a Lisboa os nossos generos Coloniaes; ou que os nossos navios lhos vão levar aos seus proprios portos, em troca das suas manufacturas, do que irem busca-los ao Brazil em seus navios.

Em quanto o nosso Adorado Soberano não der ao nosso Commercio, e navegação aquelle favor, e auxilio, forçosamente havemos de sofrer alguma coisa: mas lembremo-nos sempre que se ElRei nosso Senhor não tomasse a heroica resolução de partir para o Brazil, ensinando desta arte os Soberanos da Europa a vencer o Tyranno, he mais que provavel que

ainda hoje estivessemos gemendo debaixo do ferreo jugo de Buonaparte; e em tal caso nenhum Commercio teriamos; o que seria mil vezes peor do que soffrer alguma cousa em nosso Commercio: lembremo-nos sempre, que o Commercio das outras Nações não está em melhor condição: lisonjeemo-nos com a doce, e certissima esperanza de que os nossos soffrimentos nesta parte vão ter curta duração; nem já existiriaõ se as circumstancias politicas em que o mundo todo ficou depois da tremenda convulsão que soffreo, não obstassem, por ora, á adopção de medidas, que parecem faceis ao particular, que deseja o bem da sua Patria, mas que ignora a espinhosa marcha dos actuaes negocios politicos, e os arranjos, e medidas em que mui provavelmente Sua Magestade medita, e pensa neste momento: lembremo-nos finalmente, que não he por meios criminosos; que não he por meio de conspirações sempre detestaveis, e funestas sempre, que se remediaõ os males de huma Nação; augmentaõ-se.

Tambem não apontarei como causa da decadencia do nosso Commercio, e industria o Tratado de Commercio de 1810, concluido entre Portugal, e Inglaterra, como muitos querem. Eu quizera que aquelles, que tanto declamaõ contra aquelle Tratado, o examinassem imparcialmente; e entãõ seriaõ obrigados a confessar, que senão he hum bom Tratado de Commercio, he, pelo menos, melhor do que quantos até alli tinhamos feito. Eu quizera que nos lembrassemos das circumstancias desgraçadissimas em que nessa época nos achavamos: quizera que nos lembrassemos que, se a pequena industria, que tinhamos antes da inva-

saõ dos francezes, está hoje mais apoquentada, não he por causa daquelle tratado de Commercio, mas sim hum effeito dos males que a invasão dos francezes nos trouxe, e hum consequencia necessaria de hum guerra de seis annos, que sustentámos com gloria, e com tão pequena povoação: a prova disto he, que presentemente algumas das nossas fabricas de Chitas trabalhão já bastante, e exportaõ muito para o Brazil; e com tudo o Tratado de Commercio existe. Eu quizera que todos os meus compatriotas se persuadissem hum vez por todas, que hum Nação, como a nossa, que não tem paõ para si, nem os mais generos da primeira necessidade, não póde ter industria; quero dizer, que Portugal, que tanto se tem descuidado da sua agricultura, não póde ter fabricas; e que a enorme somma de milhões, que o Governo tem gasto desde o Reinado do Senhor Rei D. José I. até agora, em criar, manter, e animar fabricas, teria sido mais bem empregada em fazer pontes, em abrir estradas, em fazer navegaveis alguns dos nossos rios; n'hum palavra em facilitar, e promover o nosso Commercio interno, e consequentemente a nossa Agricultura. Eu quizera que todos se lembrassem, que antes do Tratado de Commercio de 1810 todo o Portugal, Ilhas, Brazil, etc. trajava manufacturas inglezas d'algodão, por contrabando, sem que a Real Fazenda recebesse hum vintem da direi- reitos; e que depois do Tratado o Erario recebe 15 por 100, direito modico, he verdade, mas, que por isso mesmo que o he, não convi- da ao contrabando. Eu quizera que todos nós lembrassemos do que naquelle Tratado de Commercio se acha estipulado no artigo IV.

ei-lo aqui “ Sua Magestade Britannica, e Sua
“ Alteza Real o Principe Regente de Portugal,
“ estipulaõ, e accordaõ, que haverá huma per-
“ feita reciprocidade a respeito dos direitos, e
“ impostos, que devem pagar os navios, e em-
“ barcações das Altas Partes Contratantes den-
“ tro de cada hum dos Portos, Bahias, Ense-
“ das, e Ancoradouros pertencentes a qual-
“ quer d’Ellas, a saber, que os navios, e em-
“ barcações dos vassallos de Sua Magestade
“ Britannica não pagaraõ maiores direitos, ou
“ impostos (debaixo de qualquer nome porque
“ sejaõ designados, ou entendidos) dentro dos
“ Dominios de Sua Alteza Real o Principe
“ Regente de Portugal, *do que aquelles que os*
“ *navios, e embarcações pertencentes aos vassal-*
“ *los de Sua Alteza Real o Principe Regente de*
“ *Portugal forem obrigados a pagar dentro dos*
“ *Dominios de Sua Magestade Britannica, e*
“ *viceversa. E esta convenção, e estipulação*
“ *se estenderá particular, e expressamente ao*
“ *pagamento dos direitos conhecidos com o*
“ *nome de Direitos do Porto, Direitos de To-*
“ *nellada, Direitos de Ancoragem; os quaes*
“ *em nenhum caso, nem debaixo de pretexto*
“ *algun, seraõ maiores para os navios, e em-*
“ *barcações Britannicas dentro dos Dominios*
“ *de Sua Alteza Real o Principe Regente de*
“ *Portugal, do que para os navios, e embarca-*
“ *ções Portuguezas dentro dos Dominios de*
“ *Sua Magestade Britannica, e vice-versa.*

Lembremo-nos de que hum navio Portuguez
paga por tonellada no Porto de Londres perto
de 2:200, como Vms. mesmos publicáraõ em
hum dos N.^{os} do seu Jornal: lembremo-nos
que por hum navio Portuguez, que entra nos
portos de Inglaterra, entraõ 60 navios Ingle-

zes nos Portos do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarve; que estes nada pagão, devendo pagar tanto como os Portuguezes nos portos da Gram-Bretanha; e que se este excellente artigo do Tratado se tivesse posto em rigorosa execução em todos os Dominios Portuguezes, Sua Magestade Fidelissima teria recebido dos Inglezes sete, ou oito milhões de cruzados, que, por criminosa negligencia, ignorancia, ou corrupção dos que tem estado á testa das Alfandegas em todos os Dominios Portuguezes, tem perdido. Mas he neste gravissimo mal culpado, a caso, o Tratado de Commercio?

Mais: antes daquelle Tratado de Commercio qualquer vassallo Portuguez domiciliado em Inglaterra pagava os mesmos tributos que alli paga qualquer Inglez; e hum Inglez em Portugal não só não pagava tributo algum daquelles que he obrigado a pagar qualquer vassallo Portuguez; mas até tinha privilegios, e isenções, que não tinha hum nacional!!! Já Vms. disseraõ em seu Jornal, que o mais que El Rei nosso Senhor podia fazer era tratar os Estrangeiros em seus Dominios taõ bem como os seus proprios vassallos; melhor não, porque não devia. Ora os Inglezes eraõ effectivamente mais bem tratados do que os Portuguezes em nossa propria terra antes do Tratado de Commercio de 1810: felizmente esta vergonha nacional se acha evitada no artigo VII. daquelle Tratado. Ei-lo aqui

“As duas Altas Partes Contractantes resolveraõ a respeito dos Privilegios, que devem gozar os vassallos de cada huma dellas nos Territorios, ou Dominios da outra, que se observasse de ambas as Partes a mais perfeita

“reciprocidade, E os vassallos de cada huma
“das Altas Partes Contractantes teraõ livre, e
“inquestionavel Direito de viajar, e de rezi-
“dir nos Territorios, ou Dominios da outra,
“de occupar casas, e armazens, e de dispor
“da Propriedade Pessoal de qualquer quali-
“dade, ou denominaçaõ, por venda, doaçaõ,
“troca, ou testamento, ou por outro qualquer
“modo, sem que se ponha o mais leve im-
“pedimento, ou obstaculo. *Elles naõ seraõ*
“*obrigados a pagar tributos, ou impostos al-*
“*guns debaixo de qualquer pretexto que seja,*
“*maiores do que aquelles que pagaõ, ou possaõ*
“*ser pagos pelos proprios vassallos do Soberano,*
“*em cujos Dominios elles residirem, etc.*”

Por este artigo se vê claramente que os vassallos Inglezes estabelecidos nos Dominios Portuguezes devem pagar os mesmos tributos, que pagaõ os vassallos Portuguezes; bem como estes devem pagar nos Dominios Britannicos os mesmos tributos, que alli pagaõ os vassallos Inglezes. Ora, eu sei que os vassallos Portuguezes pagaõ em Inglaterra os mesmos tributos, que os Inglezes; e tambem sei que estes nenhum tributo pagaõ nos Dominios Portuguezes; e porque? porque lhos naõ fazem pagar; e mui tôlos seriaõ elles se os pagassem sem lhes serem pedidos. Vê-se pois que o Tratado nos he vantajoso por este lado: mas que importa senaõ se executa por culpa nossa! Ah! Senhores Redactores, que huma grande parte dos nossos males vem da falta de execuçaõ das Leis que temos! Eu seria nimiamente extenso se quizesse fazer huma enumeraçaõ de muitas, e excellentes Leis que temos, e que naõ estando deroga-

das, não são cumpridas; darei só alguns exemplos.

A nossa Ordenação (por exemplo) Liv. V. tit. 103 prohibe o pedir esmola sem licença d'El Rei, pena de prizaõ. Pede esmola quem quer, sem licença, e em plena liberdade.

Huma Provisão de 9 de Janeiro de 1604, prohibe o mesmo, e estende aquella pena a açoites. Quantos mil seriaõ hoje açoitados! Mas nem hum só o he.

O Alvará de 25 de Dezembro de 1608 re-commenda o maior cuidado aos Corregedores do crime da Corte, não só sobre os mendigos que pedem esmolas sem a competente licença, mas se estende aos que a pedem com nichos para Santos; e se lhes impõe a pena determinada na sobredita Provisão. Pede quem quer sem nichos, ou com elles, são, e aleijados, fortes, e fracos, homens, e mulheres, moços, e velhos; e nenhum he açoitado: e que se segue daqui? Que o numero dos mendigos he escandalosissimo; he mesmo assustador.

A Lei da Instituição da Policia de 25 de Junho de 1760 commette ao Intendente da Policia a vigilancia sobre os mendigos; quer que elle tenha Commissarios para esse fim pelas Provincias; e o que vi pelas Provincias, e o que todos estão vendo em Lisboa são enxames de pobres, a maior parte robustos, e moços, cuja criminosa ociosidade he por mil maneiras summamente prejudicial ao Estado.

Ha leis para obter ao Contrabando; e o Contrabando em todos os Dominios de Sua Magestade he o mais extenso, e escandaloso que nunca se vio porque as providencias do

Legislador se não executaõ. Sem sahir de Lisboa; não he por exemplo, em fazendas que são de grande valor, bem que de pequeno volume, como rendas, e cambraias de França, que se faz contrabando: he em carregações de louça, em pipas d'agoa-ardente, em grandes fardos de fazenda, he em tudo, dentro, e fóra da Alfandega; e o Publico ainda não vio punido conforme as Leis hum só transgressor, hum unico Empregado da Alfandega, onde a dilapidação he a mais descarada, e impune.

Quasi todas as Administrações publicas estão sobrecarregadas de Empregados, dos quaes hum terço seria de sobejo; nem he a primeira vez, que se tem criado lugares novos, escusados, e até prejudicadissimos, para acommodar protegidos. Cada Repartição tem o seu Regimento; porque fatalidade se não cumpre?

Muitos Empregados em Administrações, sem bens patrimoniaes, despendem dez, e vinte vezes mais do que os ordenados, e emolumentos, que lhes competem. O publico o vê com indignação, e escandalo, e sabe donde lhe vem: porque se não punem exemplarmente taes Empregados?

Ha hum excellente Regimento relativo aos Paues do Reino, e outro a respeito dos Paues de Santarem, nos quaas se encontra o amor da Agricultura, mui boas providencias contra os estragos das cheas, sobre a direcção dos reparos, e tapumes; sobre o cuidado, e vigilancia que deve constantemente haver na abertura das vallas, etc. Por que fatalidade nossa se não cumprem?

Os exemplos apontados bastaõ para provar

quão pouco são executadas as Leis entre nós; e que dahi nos vem grandes males. Seria muito para desejar que o nosso Augusto, e Bom Soberano se convencesse de que he infinitamente melhor cumprir leis más, do que deixar de cumprir leis boas. Da execução daquellas podem vir bens; não sendo o menor o habito que os Povos adquirem de respeitar sempre as Leis: da não execução destas não podem vir senão males, não sendo o menor o habito que os Povos adquirem de desprezar as Leis: e quando huma Nação adquire o funesto habito de transgredir impunemente as Leis, que nada mais são entre nós do que a vontade expressa do Soberano, está mui proxima a perder o Santo respeito que he devido ao Legislador.—Se as minhas vozes pois chegassem ao Throno, eu diria afoitamente ao nosso Bom, e Adorado Soberano—, Senhor, em quanto as Leis não forem derogadas, não permitta Vossa Magestade que ellas sejam transgredidas. São factaes os males que dahi vem; seja pois severa, e irremissivelmente punido todo o vassallo, que as não cumprir; e tanto mais prompta, severa, e exemplarmente punido, quanto maior, e mais elevada for a qualidade do transgressor. Quando a experiencia mostrar, que a Lei não corresponde aos fins para que foi promulgada, derogue-a Vossa Magestade; mas não tolere mais que os seus Ministros de Estado dem á Nação inteira o fatal exemplo de serem elles mesmos os primeiros transgressores das Leis estabelecidas, ordenando por meros Avisos *

* Com isso a que se dá o nome d'Aviso, tem-se feito gravissimos males em nome do nosso Bom, e Adorado

“o contrario do que as mesmas Leis deter-
“minaõ. A primeira Ordem dos vassallos
“segue, sempre que póde, o exemplõ dos
“Ministros d’Estado: a segunda Classe imi-
“ta a primeira; a terceira segue o exemplo
“das outras. Senhor, são mui funestos os
“males, que nascem do desprezo das Leis;
“seja pois severa, e exemplarmente punido
“todo o vassallo que as desprezar, ou trans-
“gredir.”

A nossa navegação vai-se diariamente de-
finhando, e chegará mesmo a extinguir-se,
se a Mão Paternal do nosso Adorado Sobe-
rano nao vier promptamente em seu soccor-
ro, como confiadamente esperamos: facil he
o remedio; façamos a favor da nossa propria
navegação o mesmo que as outras Nações
fazem a favor da sua.

Mas se hum grande parte dos nossos ma-
les vem da falta da execuçaõ de muitas, e
excellentes Leis que temos; outra parte não
menor talvez procede da crassa ignorancia
em que sempre temos estado, e em que nos
achamos dos bons principios d’Economia Po-
litica; e a este respeito póde dizer-se em ge-
ral, que a nossa Legislaçaõ, nesta parte, he
exactamente o contrario do que deve ser; e
dahi gravissimos males nos tem vindo. Nesta
parte a nossa Legislaçaõ deve ser reformada;
sem isso iremos de mal a peor.

Soberano, que, de certo, só quer o que he justo, e que
faz consistir a Sua Gloria em fazer ditosos os seus vas-
sallos, que, pelo amor que lhe tem, bem os póde olhar
como filhos. Se o vassallo fiel, e honrado não estiver se-
guro á sombra da Lei, onde achará segurança á sua vida,
honra, e fazenda? A sorte do máo será entaõ melhor
que a do bom, pelo menos igual.

A Economia Politica he huma sciencia nova; sua existencia remonta a pouco mais de meio seculo; * nunca se estudou em Portugal; e sem se vulgarisar entre nós não será possível abolir, e extirpar os immensos erros, que ha em nossa Patria consagrados pelo

* Quando digo que a Economia Politica he huma Sciencia nova não quero dizer que os antigos, não tivessem alguns conhecimentos d'Economia Politica; mas foraõ tão poucos, e tão vagos, que não podiaõ formar hum corpo de Doutrina, huma verdadeira Sciencia.

Examinando os escritos d'Antonio Serra; de Davanzatti, de Quesnay, de Bandini, de Belloni, de Carli, de Algarotti, de Galiani, de Raynal, de Condorcet, de Condillac, de Beccaria, do Conde de Verri, de Filangieri, etc. nelles se achão aqui e alli alguns conhecimentos uteis sobre economia politica; mas nao tendo algum delles idéas claras á cerca da verdadeira natureza das riquezas, não era possível que algum destes illustres escriptores conhecesse, e podesse util, e scientificamente desenvolver as verdadeiras causas da opulencia das Nações. Em 1776 he que appareceo a excellente obra d'Adam Smith, que apezar de tudo quanto em Inglaterra escreveraõ contra elle Spence, o Professor Malthus, Thornton, Lord Spencer, e Sir Francis d'Ivernoy, (cujas profecias politicas a respeito de Bonaparte faháraõ quasi sempre); e apezar de tudo quanto em França publicáraõ contra a doutrina do Sabio Prefessor de Glasgow, o Conde Germain Garnier, Mr. Canard, Mr. Le Blanc de Volx, Mr. Ferrier, Mr. Vital, Mr. Simonde de Sismondi, e Mr. Ganilh; apezar, digo, de tudo quanto se tem escrito contra Adam Smith, elle terá sempre a gloria de ser o primeiro que tratou Scientificamente a Economia Politica; e será forçoso confessar que não havia, propriamente fallando, Economia Politica antes d'elle publicar a sua obra immortal; obra em que os mesmos erros mostraõ o grande genio do seu author. Alem da sua obra eu desejaria que se tornassem vulgares entre nós o Tratado d'Economia Politica de Mr. Say, publicado pela segunda vez em 1814, e a Theoria da Economia Politica fundada em factos deduzidos das Estatisticas de França, e de Inglaterra etc., por Mr. Ch. Ganilh, publicada pela primeira vez em 1815.

tempo; e o que mais he pela propria Legislação—Digo que he preciso vulgarisar entre nós os sãos principios da Economia Politica; porque, dado, mas com repugnancia concedido, que os homens, que nestes ultimos 70 annos tem regulado, e dirigido os negocios do Estado possuissem os verdadeiros principios da Economia Politica; que podiaõ elles fazer não sendo efficazmente ajudados em todos os ramos de Administração por homens capazes de os comprehender, de entrar perfeitamente nas suas vistas, e de realisar suas vastas concepções, e seus planos?

He tanto mais necessario vulgarisar entre nós os verdadeiros principios da Economia Politica, quanto he innegavel que ha grandes abusos que combater, gravissimos erros que extirpar, e inveterados prejuizos que vencer. He necessario preparar a Nação; porque segundo diz hum dos melhores escriptores sobre Economia Politica—Para que huma Nação possa gozar as vantagens de hum bom systema economico, não basta que seus chefes se achem em estado de adoptar os melhores planos, he preciso, além disso, que a Nação esteja em estado de os receber de bom grado. “*Pour qu’une nation jouisse des*
“*avantages d’un bon systeme economique, il*
“*ne suffit pas que ses chefs soient en état d’*
“*adopter les meilleurs plans en tout genre;*
“*il faut de plus que la Nation soit en état*
“*de les recevoir.*—J. B. Say *Traité d’Econo-*
“*mie Politique.*”

Pergunte-se a todos os Chefes das diversas Administrações que cousa he *Economia Politica*; peça-se a sua definição a essa multidão de Ministros mais que bastantes para

hum Nação de trinta milhões de habitontes: estou certo que apenas hum entre cem a dará exactamente: os mais ficaraõ taõ espantados de ouvir fallar em *Economia Politica*, como ficou admirado de ouvir fallar em *Veterinaria* hum grande personagem, que mui sinceramente disse—*nunca tal nome ouvi!*

Basta por agora: desculpem Senhores Redactores a franqueza de hum

MILITAR CIDADÃO.

SNRS. REDACTORES.

Pezo da Regoa, 27 de Junho de 1817.

Confio tanto na justiça da causa que defendo, que não desanimo com o conhecimento da minha insufficiencia; continuarei pois na minha tarefa comunicando a Vm.^{ces} os motivos dos repetidos queichumes de meus visinhos, que de dia a dia se entristessem vendo continuada no Brazil a importação do vinho estrangeiro, poderoso rival do nosso unico amparo. Sim no Brazil continua a importação de vinhos estrangeiros na maior extenção e variedade; e se tenho por agora de avisar-lhes somente da entrada no Rio de Janeiro de Bergantim Inglez resolução, M^e Abraham Simon, no dia 6 de Abril com vinhos de Tarragona, e a do B. Francez La Germaine,

M^e Darré no dia 19 do mesmo, com vinhos que levou da Bahia, foi por mero acaso, e não por que se tenha adoptado alguma medida economico-politica, não digo que prohibisse a sua introduccão, porque poderia perturbar a harmonia das relações politicas entre as differentes nações; mas que fizesse a favor da agricultura, commercio, e navegação nacional, menos numerosas as importações do estrangeiro, e isto impondo-lhe, á imitação de todas as nações, direitos correspondentes a generos de mero Luxo.

O mercado do Rio abunda não só em vinhos de Hespanha; mas de França, de Italia, e do Rhin, e de Chipre, alem de innumeravel variedade de Licores, como Anisette, Marrasquin, Parfait-Amour, Crème de Moca, de Citron, Eaud'or, Curaço, &c. &c. e o mesmo acontece nos outros portos do Brazil. Para se conhecer a desproporção em que está a importação do nosso genero, a respeito do estrangeiro, basta notar que nos quatro annos de 1813 a 16 ambos inclusive, na Bahia de todos os Santos se importaraõ de vinhos estrangeiros 4184 pipas, e de vinhos nacionaes sómente 1394 pipas.

Será tal desigualdade originada pela excellencia dos estrangeiros? decerto não: porque ainda que alguns delles foraõ cantados por Horacio, podemos agora dizer com o poeta Francez:—

Fracos, doces demais, desenxabidos,*
Há longos tempos seu valor perderaõ.
No espirito, e sabor diversos destes,
Em altos vinhos se abaliza o Douro. ‡

Ou será por ser aprazivel a variedade? Não precisa hir ao estrangeiro quem possue o flavo

* A cultura das vinhas, canto traduzido por Bocage.

‡ Bocage.

Bucellas, fresco Lavradio, ardente Carcavellos,
gentil Collares ; e se mais quizer,

Nos campos que de Tubal honra o nome,
Nectareo moscatel *aly prospéra*.*

O famoso Anadia, que se vangloriava de
aprazer aos Brasileiros, ainda não desmereceo :
E se o Bordeaux se recomenda por seu *Verdeur* ;
os nossos visinhos Limianos não merecem des-
prezo, antes por seus donzeis succos se acreditaõ
superiores a esses sainetes, que só os delicadissi-
mos paladares encontraõ, talvez em composicoens
chimicas de uma ruinosa natureza ; pois hé mais
que notorio, que os Francezes não so fazem de
uvas brancas vinhos tintos ; mas na composiçaõ
destes uzaõ diversos ingredientes, e muitos no-
civos á natureza humana, dos quaes faria mençaõ
se podesse socegar a minha consciencia com a
certeza de que a publicaçãõ não induziria a
ensaio algum mal intencionado. Mas ainda não
hé tudo, mesmo sem falar da bondade dos Mon-
sanezes, primarios vinhos da nossa exportaçãõ, e
muitos outros excelentes que produz o Reyno, só
a frondente Madeira offerece aos Paladaristas
quatorze distinctas qualidades de seus finissimos
vinhos.

A vista de tal variedade, que comprehende os
melhores viñhos conhecidos, hera de razãõ que
ainda o mais variante se satisfizesse : e nessa
convicçaõ levantaõ clamores meus visinhos.
Um ainda que amigo das variedades, confessa
que ao governo compete o derigilas, e limita-las ;
para que se satisfacçaõ em parte os appetites, sem
prejuizo do total da sociedade : nós todos, diz
elle, ainda que cheiramos com gosto o simonte,
e o Esturrinho, &c. não deicha de nos ser dili-
ciosa uma pitada *du rapé français*, justamente

* Bocage.

prohibido; hé verdade que por isso a pagamos cára, por que o contrabandista faz reputar o risco de sua fazenda, e liberdade, e assim se diminue o seu consumo augmentado o do Tabaco nacional; e tambem hé verdade que, se não fôra o Brazil, poderíamos comprar por dous toens, o que pagamos agora por quartinho; mas apezar disso, não deichamos de conhecer a justiça de semelhante medida, e a sagrada obrigação de concorrer para as despesas do Estado; hé por isso que suportamos um pezo, que d'outra maneira nos seria odioso, pela desigualdade com que peza sobre o rico, e o pobre na desarrazoada proporção de pagar mais este, do que aquelle tanto, quanto há de differença de proporção, da renda do abbade, ao jornal da cabaneiro, e ainda em milhares d'outros casos muito maior desproporção. Outro queixa-se do character singelo dos nossos mercadores, e assevera, que a impostura no estado (chamado) de civilisação actual, hé essencialmente necessario ao expediente de qualquer ramo de commercio; que elle observára nos Reynos Estrangeiros quanto influia na reputada bondade de qualquer liquido, a apparencia de uma garrafa *bien bouchée, griffé, et timbré*, e aderessada com estampadas palavrinhas, que não sejam conhecidas a todos; mas se alem disso o licor mostrava côr de topazio, ou de rubim, então que era aplandido, e aprovado ainda antes de ser gostado. Que quasi sempre a companhia indecisa se sugaitava á decisaõ vaidosa do dono da caza, que por costume os baptizava com nomes tão variaveis como as modas: e que são mui frequentes os casos un que, por exemplo em Inglaterra, se esvaziaõ garrafas de Perry, supondo beber Scelery Champagne.

Mas nós, dizem todos, não estamos no caso ou necessidade de vender gato por lebre, os nossos

vinhos ainda que não fosse senão em attenção a saude publica, deviaõ ser os unicos usados; mas alem disso hé uma necessidade politica o diminuir a importação do estrangeiro, e até hé um dever quando concorre para a manutenção da sociedade: nos não pedimos uma prohibição absoluta, sejaõ muito embora admetidos os vinhos estrangeiros; mas haja uma desproporção de direitos, a favor dos nacionaes, que fassa aquelles menos abundantes: ninguem pode queichar-se de semelhante medida, antes todos utelisaõ: utelisaõ a agricultura, o commercio, a navegação: o povo a quem até os nomes de taes vinhos são desconhecidos, não conhesse falta; e aos poderosos da-se-lhes entaõ occasião de ostentar sua grandeza, já que a vaidade se não sustenta senão de superfluidades.

Seria nunca acabar se eu tentasse transmitir-lhes os infinitos arrasoados, que ainda que differentes nas suas premissas, concordão todos em que o vinho estrangeiro hé um artigo de *Luxo*. Eu concordo com elles, e acrescentarei, que hé de natureza tal, que se lhe não podem aplicar essas vantagens, que alguns Economistas Politicos inculcão, aprovando a concorrência de manufacturas estrangeiras, como o mais efficaz meio de estimular a industria nacional, e alcancar a perfeição: todos sabem que os vinhos do Douro são filhos dos de Bourgogne; mas quem compara as suas qualidades, vê-se obrigado a confessar, que áquelles não falta arte, e que muito excedem estes na boa qualidade. Logo ainda que a doutrina d'aquelles economistas, se podesse aplicar aos differentes ramos de agricultura, ainda assim se não podia aplicar ao de que estamos tratando; pois bem pelo contrario em lugar da importação estrangeira estimular a perfeição, causa a falta de extração do genero na-

cional, faz desnecessaria a sua compra, e portanto impossibilita a cultura.

Dizia author mui grave, que o Luxo concorre tão pouco para a segurança do Estado, como a figura concorre para a segurança do navio; mas elle tratava de Luxo nutrido com generos nacionaes, por que quando hé conservado com generos estrangeiros, não só não concorre para a segurança do Estado; mas hé a sua total ruina, e neste cazo não posso achar no brilhantismo do Luxo outra comparação do que os desgraçados effeitos, que encontra na Luz a mariposa.

Portugal desde o descobrimento das suas abundantissimas minas de ouro em 1681, até fins do desgraçado anno de 1807, foi por espaço de 126 annos (se exceptuamos a Hespanha) o unico mineiro e importador do ouro; mas não obstante acha-se a final sem industria, sem commercio, e o que mais hé, sem ouro: e pode dizer-se a mais pobre nação (se ainda assim se lhe pode chamar) da Europa; e não pode ter sido outra a causa, senão o ter-se sustentado e vestido do estrangeiro. Se o Brazil se veste, bebe, e em partes come do estrangeiro, a conclusão hé obvia.—Até outra vez Snrs. Redactores; por agora só acrescentarei os protestos da mais grata veneração do seu

LUZO VINHATEIRO.

Resposta a um Snr. Correspondente da Madeira.

Snr. João Chrysosthomo Espinola de Macedo—
Recebemos os papeis que nos remeteo em resposta
á outro que publicamos em o No. 71 de Maio
passado. Elle hé todavia tão extenso, que o não
podémos publicar neste No.: veremos se isto
pode ser em o No. seguinte de Setembro. Cor-
respondencias tão longas dão muito trabalho, e
despezas.

ERRATAS mais notaveis do No. LXXIII.

Pag.

- 3 titulou, *lea-se*, titulo.
- 24 indifença, *l.* indiferença.
- 28 oa lados, *l.* os lados.
- 32 efficar, *l.* efficaz.
- 34 hé, *l.* de.
- 112 agozoros, *l.* agouros.
- 112 genre, *l.* gente,
- 137 horrorivou, *l.* horrorizou.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

SETEMBRO, 1817.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR.

DESDE que o seu Periodico appareceo em publico ainda nelle senão deo um papel tão injusto, tão infamante, e calunioso, como o que apparece no Periodico de mez de Maio do presente anno, debaixo do N° 71, pag. 370, assignado por um conhecido, mas no Periodico, anonimo Funchalense. O seu autor, querendo enxerir-se na classe dos Nobres sem titulo algum, mostrou naquelle papel, que o não era, deixando provada esta verdade, pelos sentimentos baixos que ali exprime; e tomando por timbre da sua empresa a gloria de escrever pela defesa das seus nobres

compatriotas, cahio no vicio, para sempre detestavel, de atrevida, e arrojadamente, insultar com calunnias arbitrarías, dicterios, e falsidades os talentos, o zelo, e as energicas virtudes da primeira Personagem, que representa no primeiro lugar da Hierarquia Ecclesiastica desta Ilha. Conheco bem, que aquella odiosa empresa hé effeito, natural aos sentimentos do mesmo Funchalense, que devendo ser outro, que não hé, e pençar, como penção quasi todos os demais da sua profissão, não hé assim o nosso Funchalense, que não sahindo do circulo das ideas communs da populaça, qualquer cousa o admira; e como elle não hé capaz de projectar se não maldades, julga sempre máo, o que hé bom, troca o vicio pela virtude, o zelo pelo interesse, a charidade e amor pelos pobres por uma administração despotica, e arbitraria! . . . Um coração mal nascido, e mal formado, poucas vezes hé susceptivel de boas impressoens, porque de bravos leoens, leoens se geraõ, nem os filhos das aguias degeneraõ! . . .

Eu não sou dessa Jerarquia, ou *Archivo dos Nobres*, que guarda em si essa preciosa joia, o nosso Libelista Funchalense; tenho a honra de ser d'outra classe; mas, que desde minha infancia até o momento, em que entrei na mesa da Sta. Caza da Misericordia desta Cidade do Funchal, sempre trilhei, sem nunca me arredar, o caminho dos grandes homens, mostrando sempre pela minha probidade, e honra, que em nada desminto a verdadeira nobresa; venero a justiça, e a verdade como as mais relevantes virtudes, e por isso faltaria ao meu dever, se fosse sonolento, e me mostrasse insensivel ás affrontas, que vejo soltar impunemente contra uma personagem do maior respeito, sem suspender a negra torrente de tão feas maldades, podendo eu fazello,

até transtornar na candida plumagem do cisne, ou da pomba as negras pennas do corvo, com que atrosmente o quis revestir, o nosso Libellista. Os Documentos, que ajunto (para sua particular intelligencia), são authenticos como verão, e desmanchão em favor da nova Administração todo o tecido daquelle Libello, assim como são armas para destruir aquelle mais minimo e importuno de todos os vermes.

Os meus Compatriotas do Funchal olhaõ com respeito para á nova reforma do Hospital, e a contemplaõ como o melhor primor do grande, e sem igual, genio, que a produzio, fazendo o mesmo Hospital resurgir da maior miseria, da maior desordem, e confuzaõ, que se pode imaginar; e ao mesmo tempo olhaõ tambem para o A. daquelle Libello, contraste escandaloso da nova regeneraçãõ do Hospital, como objecto do odio, e da exacraçaõ popular. Se as calumnias, annunciadas sem pejo pelo incognito Libellista paráçem no Funchal sem passarem á outros partes do mundo, eu não emprenderia rebatellas, porque o Funchal bem vê as grandes obras, que a inveja não pode destruir; porem como ellas vão girar por outros paizes mais remotos, hé preciso que seja rebatida a animosidade do seu Autor. As verdades provaõ-se com factos, e documentos, e não com dicterios, e com affrontas; por este motivo, eu nem me occulto, porque assigno este papel com o meu nome, nem fallo sem provas, porque remeto os Documentos authenticos de quanto escrevo.

O Hospital desta cidade hé um edificio grande, e sumptuoso, e que dá nos olhos á primeira vista, pelo exterior; as suas rendas não são pequenas; e bem administradas, e arrançadas pela ordem, e com a economia regular, em que se achão pela nova administração hé uma obra que admira, e

que deve durar para sempre. No estado antigo nada era, mais do que desordem, porcaria, e delapidação; não porque fosse essa a vontade dos provedores, mas sim porque ou indolentes, ou por não terem conhecimentos e resolução bastante para emendarem os immensos abusos, que haviaõ na economia, e arranjo dolosa, permitiaõ, e toleravaõ aquella disciplina, que acháraõ em pratica, sem attenderem, a que esta conduzia mais á destruição do que ao bom arranjo, conservação, e economia da mesma caza. Os provedores, sendo homens da primeira nobresa da terra, quasi todos não hiaõ ao Hospital senaõ nas horas precisas ás suas funcçoens, limitadas, quasi sempre, a presidencia da mesa; raras vezes visitavaõ as enfermarias, cosinha, cemiterio, e armasaens; os arranjos destas repartissoens eraõ, e se acháraõ commetidos á certas pessoas que se julgavaõ de probidade, e de boa fé, sem mais algum exame destas qualidades; e por isso eu fallando a mais pura verdade, não duvido affirmar, que a cosinha desta caza, era um pardieiro immundo, e fedorento, cheia de lixo, e que pelas muitas immundisses, que ali se achavaõ, era sempre cheia de um ar corrupto, e mophitico que causava nojo; o pouco cobre, que servia, alem de muito velho, já não tinha estanho algum, por se ter convertido em pastas de azebre pela continuacão dos tempos, e pela porcaria, e que assim mesmo ainda hoje existe para mostrar a differença de uma, a outra administração, e impor silencio a todos os calamniadores: não havia um panno para alimpar a louça, e assim mesmo suja servia de um para outro o dia; a mesma cosinheira não tinha avental, nem as moças que serviaõ, e não alimpavaõ as maons senaõ ás paredes; na cosinha só havia a metade de uma colher de páo já quebrada; havia uma colher de cobre tal e qual.

Naõ havia faca, nem garfo e com as maõs, e dedos limpos nas paredes, hé que se repartiaõ as porções de carne; que se ministravaõ aõs enfermos. Nesta mesma proporção se achava toda a demais caza; os tectos das enfermarias construidos de antigas madeiras, sempre desde o seu principio foraõ pintados de cal branca, que com o callor cahia em pastas sobre as caras, e camas dos enfermos; sendo um destes taõ velho, e taõ podre, que todo cahio somente pella impressaõ de uma raspadura; as camas dos enfermos eraõ de pinho, e formavaõ um covil de persevejos, e de outros mais insectos, que incomodavaõ os doentes; a roupa era muito pouca, e por isso sempre suja, e pella mesma razãõ de ser pouca raras vezes se renovava, ou mudava aos enfermos senaõ em cazos extraordinarios; a palha dos enxergoens tinha perdido a sua forma, e estava reduzida em uma moinha, ou pó de palha, por nunca serem reformados aquelles enxergoens, e assim mesmo serviaõ a todos os doentes, qualquer, que fosse a infermidade, que tivessem; foi por isto, que dous enfermos, sendo um doente de uma chaga scrofuloza, e outro de reumatismo, morrerãõ ambos, o primeiro de mal venereo, e o segundo de dizenteria, molestias, que lhes transcenderaõ aos dous enfermos, que tinhaõ estado nos mesmos enxergoens; uma só siringa de lataõ serviã em todos as enfermarias, e á todos os enfermos, e esta mesma taõ velha, e arruinada, que o pipo já senaõ sustinha sem ser acunhado cem uma pouca de maça; naõ havia uma só commadre, que servisse aos enfermos, que senaõ podessem levantar, naõ haviaõ ventozas, e as atuduras, e ligamentos eraõ taõ curtos, e estreitos; alem de muito poucos, que sempre augmentavaõ as molestias, deixando a carne dos doentes em vergoens; naõ havia um só orinol de vidro, nem mesmo de

barro; os doentes não tinham garfo, faca, nem colher para o seu serviço, e sómente em dia de Sta. Izabel se lhes mostravaõ estes trastes na hora do jantar sómente, paraque visse o povo, que naquelle dia, e hora vizitava as enfermarias; e por este mesmo tempo uma so ves no anno eraõ lavadas as enfermarias, sendo escuzado retratar com palavras o fedor, que exalavaõ aquellas cazas logo desde a sua primeira entrada; sendo todos os doentes do Hospital servidos sómente por tres mulheres iguaes em proporcional porcaria, e inhabeis para taõ caritativas funcçoens; nos annos de 1813, para 1814 era taõ grande a falta de lençoens no Hospital, que o governador e capitão general Luis Beltraõ de Gouvea mandou 46 para o mesmo Hospital; neste mesmo tempo representou o cirurgião mór do Batalhaõ o mao tratamento, que no Hospital se ministrava aos enfermos militares, até o ponto de se repartir uma galinha por oito doentes; o que tudo se faz evidente pellos dous documentos N^{os} 1^o e 2^o, que remeto.

Sendo este o estado de economia, e de arranjo daquella caza, quem haverá que não condemne uma semelhante administração, e governo economico? quem não haveria, que não condemnasse aquella administração, aonde os doentes paresse, que hiaõ mais para morrer, de qué para se curarem das suas enfermidades? mas, desde que o Exmo. Prelado entrou de Provedor nesta administração, tudo mudou de face, propondo-se desde logo á cortar pellas raizes todos os abuzos, que julgou oppostos aós principios de uma melhor administração, e creou logo um systema novo, e nunca praticado naquella caza: foi por isto, que logo teve inimigos á clamar contra o novo systema, porque por elle eraõ prejudicados muitos individuos inuteis na quella

repartissão, mas que viviaõ da antiga administração; e foi por isto, que o nosso Libellista, á pâr de outros mais individuos, clamou contra a nova administração sem conhecer os motivos, que deraõ causa ao novo systema, sem ter conhecimentos alguns da differença, que vai de um á outro, e sómente pella regra geral de parecer estravagante tudo quanto hé novo, que sempre custa trabalhos grandes á crear, e a estabelecer, especialmente quando há pessoas, que pello novo systema se julgaõ prejudicadas. Foi por isto que o Exmo. Governado Capitão General deste Estado Florencio Jozé Correa de Mello, conhecendo o melhoramento que pella nova administração hia sentir o Hospital, devido ao zello, virtudes, e á incancavel actividade do actual Exmo. e Rmo. Provedor, mandara pella Portaria N° 3° que o mesmo Exmo. e Rmo. Provedor fosse reconduzido naquelle mesmo emprego, sem embargo do compromisso, tendo o mesmo Exmo. Xefe dado conta á S. Magestade do seu procedimento nesta materia esperando a approvação do Throno; e com effeito, deve o mesmo Exmo. Provedor ficar reconduzido um, e muitos mais annos até que possa durar, e permanecer o methodo da nova administração e lançar profundas raizes, como a boa arvore disposta em bom, mas inculto terreno; sem isto, perder-se há tudo, e a nova administração tornará ao mesmo cahos, e miseria donde surgio, como succede á todo o novo systema, quando no principio lhe falta a prezidencia daquelles, que o inventaraõ, e estabelecerãõ. Por consequencia, já V^m. e todos os mais espectadores dos papeis publicos, poderaõ conhecer com a maior evidencia, que o Exmo. Prelado não foi, nem hé intruzo naquella administração, mais sim, que para ella fora chamado, e nella reconduzido por determinação positiva

do Xefe deste Estado, movido pello estado, ruinozo em que vio todo o Hospital, e que por isso foi capitulada como calumniadora a doutrina famosa do nosso Libellista anonimo Funchalensse.

Do mesmo Documento N^o 1^o já V^{ms} e todo o mundo conheceraõ, que em rezulta da nova administração, arguida pello incognito Libelista, já o Hospital de nada caresse, antes pello contrario abunda em tudo, o que hé percizo ao uso, e manutenção daquella caza, ou forma, que tem não menos de 627 lençoes, adquiridos muitos como de esmollas pedidas pellos fieis desta cidade, sendo pedidos pello mesmo Exmo. e Rmo. Provedor; e com estes se renovaõ as camas dos Enfermos de oito, em oito dias, e mesmo todos os dias, se percizo for. Já hé lavada a caza de quinze, a quinze dias, e varrida duas vezes por dia, não apparrecendo já os monturos de lixo, que antigamente haviaõ; já cada Enfermo tem sua caixa de prover, ourinol, toalha, prato, sopeira, garfo, e faca; já tem dois cobertores de panno para o inverno, e panno de chita para diariamente se cobrirem; já são assistidos por um enfermeiro, e ajudante, e quando há perigo ficaõ á alerta, e de vigia aos enfermos moribundos; já as enfermarias se achaõ pintadas á oleo e de tintas alegres, com os ventiladores, que poderaõ admitir; e já são dezenfectadas de tempos, á tempos com acidos mineraes; já tem o mesmo Hospital um cimiterio exterior, grande e magnifico forá da cidade, todo murado, com uma capel a á entrada, e que ainda não está concluida por não haver tempo, sendo esta obra começada neste mesmo corrente anno; já não terá agoas acarretadas ás costas, e muitas vezes putrificadas nos seus depozitos, porque se aproveitaraõ as deliciozas agoas das Serras, para correrem dentro

no Hospital e em cada uma das enfermarias, utilizando a freguesia de S. Roque no campo com uma fonte, e a cidade com outra; já finalmente os doentes tem agoa, e tinhas para se lavarem, e banharem, veja-se o Documento N^o 1^o, se elle prova toda a verdade. No Documento N^o 4^o, que hé um attestado dos medicos actuaes do Hospital apparese um autentico, que confirmando tudo o que tenho allegado, desmente directamente as falsidades do nosso anonimo Libelista; e eu quizera bem, que V^{ms} transcrevessem no seu Periodico todos os primeiros quatro Documentos para intelligencia do publico, ficando nas suas maons os de mais documentos, que se dirigem sómente á provar, o que aqui se refere, até excluir na sua presença toda a suspeita de mentira, ou calumnia.

Entremos agora na economia administrativa do Hospital, e á este respeito sabéraõ, os que não souberem, que no dia 12 do mez de Junho de 1813, se tomou um accordaõ em meza para que não fossem admitidos no hospital mais, do que quarenta enfermos cada mez, preferindo sempre os de molestias agudas a respeito dos de molestias chronicas, os quaes só deveriaõ ser admitidos quando estivessem proximos á morte; de modo, que o Hospital em tal cazo só vinha a servir para agonizar, amortalhar, e enterrar estes doentes, e não para os curar? . . . Em 15 de Abril de 1814 se deo á juro a soma de 1,204 \$000 rs. sobre uma hypoteca á diferentes, e anteriores dividas, e sem as formalidades da lei, que o nosso Libelista Funchalense, diz, que se observava rigorosamente, o que se prova decisivamente pelo Documento N^o 5^o, letra D. Em 25 de Fevereiro do anno de 1814, se tiráraõ da arca de N^a S^a do Socorro, 100\$000 que um dos administradores levou para sua caza, sem os pagar até o presente,

nem os poder pagar, como se vê do mesmo Documento N° 5°, letra E. Neste mesmo anno em 18 de Outubro se mandou dar uma mezada em dinheiro para fóra do Hospital contra a instituição, e pratica do mesmo Hospital, o que se prova pelo mesmo Documento, letra C. No mesmo anno se mandou dar uma ração dobrada á uma orphaã, por ser parenta de um Senhor Administrador, como se mostra pelo mesmo Documento letra B, e no mesmo tempo da antiga administração também sahiraõ para fóra da arca do Hospital 400\$000 sem fiador, sem hypoteca, nem alguma obrigação, ou segurança, cuja quantia a actual administração fez segurar, como se vê pelo mesmo Documento, letra E; e porque me proponho só á defender a innocencia, e a virtude, não declaro as pessoas para não imitar o nosso anonimo Libelista. . . . No anno de 1814 foi arrematado o vinho da caza produzido nas suas fazendas do Estreito de Cama de Lobos á razão de 8\$000 rs. barril de dois almudes, e meio; e o da freguezia da Ponta do Sol a 4\$050 rs. para se comprar no mesmo anno para os gastos da caza á 10\$000 rs. barril de dois almudes, sendo vinho dos Nortes, e por consequencia muito inferior aos vinhos da Caza, como se mostra pelo Documento N° 6°: mas hoje não hé assim porque a zelosa administração ministra aos enfermos os melhores vinhos das fazendas da Caza, sitas na Torre freguezia de cama de Lobos; e os mesmos vinhos ficaõ goardados de um para outro anno para uso dos enfermos.

Hé manifesta calumnia em o nosso famoso Libelista, quando diz, que a Caza fazia despeza com as orphaãs supranumerarias, quando o contrario consta do Documento N° 5°, letra A; e tambem falta á verdade; quando diz, que agora são misteriosas as contas da Caza na presente administração, quando todos nesta cidade lêraõ

o Editais, que se mandou afixar na Alfandega, em que se annunciava ao publico, que todos os dias até as 2 horas da tarde se franqueava a contaduria á todo, e qualquer, que quizesse combinar os livros com a Caixa: o mesmo Libelista Funchalense allega em favor do seu apologiado comprar-se a vaca a 200 rs. per libra; mas deve responder-me, se hé boa administraçaõ, e se hé economia pagar-se a libra de vaca a 200 rs. com 150\$000 rs. de propina ao marchante no fim do anno, havendo vaca no açougue publico a 150 rs. á libra, e sem propina, tendo privilegio o Hospital para ser preferido no talho do açougue, como se mestra pelo Documento N° 6°, letra D, e como gastou o Hospital nos annos de 1814 á 1815, sem propina. Agora digame por curiosidade, qual das administraçoens se pode julgar interessada com o marchante a antiga, ou a nova administraçaõ? E o que diz o nosso Libelista Funchalense áquelle pequeno chagoaõ, ou quintal, que por tantos annos servio de cemiterio, aonde se-desenterravaõ os cadaveres recém sepultados para se enterrarem os que hiaõ morrendo, vindo aquelles ossos ainda cobertos de carnes podres, e se amontoavaõ uns sobre os outros, que chegáao a fazer um montaõ igual ao mesmo edificio do Hospital, e que hoje se achaõ reduzidos, e sepultados no novo cemiterio da Caza em consequencia da nova administraçaõ? Diga-me mais, como se acautellava naquelle tempo a saude dos doentes respirando pelos narizes o halito pestilente evaporado deste deposito immundo de miasmas contagiosas, depositadas dentro das paredes do mesmo Hospital? Não sei como o nosso Libelista Funchalense foi taõ indifferente á este ramo da saude publica!

Passemos á Botica; e como fallando á este

respeito o nosso Libelista Funchalense, se mostra tão interessado pelo anno de 1813 para 1814, porque não declarou no seu papel famoso, que o seu heroe apoligiado, ainda deve á Botica do mesmo Hospital todo o receituário, que o defunto seu pai gastou dos remedios que se lhe ministráraõ na sua molestia? E já que me proponho a fallar da Botica, hé preciso rebater com a verdade documentada a calumnia do mesmo Libelista Funchalense. Uma Botica, que tem de fundos 935\$900 rs. entre drogas, remedios, e utensis, como pode fazer 694\$400 rs. de interesses, dando de graça os remedios para as enfermarias da Caza, sem grandes faltas, e maiores falcificaçoens nos medicamentos? Como se pode exigir fidelidade, e perfeição na arte de um official, que tinha por anno sómente de sallario 60\$000 para comer, vestir, e calçar, e pagar caza de aluguer? Eu bem sei que o curativo dos enfermos sómente meresseo attenção aos administradores dos annos de 1808, até 1813, e que destes annos por deante principiou atraça roedora do escriptorio á minar este importante ramo da administração para fins occultos, que ignoro, sendo certo, que os enredos formalisados á cerca da Botica fizeraõ perder á Santa Caza o melhor de 2,000\$000 rs. e mostraõ a pouca fé, que as administraçoens passadas tinhaõ nos seus contratos, e tanto, que nenhum dos Boticarios da cidade quer contractar com á Santa Caza, como hé publico. Eu sei, que apresente administração, tendo observado pelo espaço de um anno com exacta miudeza a administração particular da Botica, conhecendo, que os seus interesses eraõ imaginarios, e metafisicos, porque nunca entraraõ em Caixa, nem podiaõ entrar, por isso que os remedios eraõ avaliados em um preço muito alto, exorbitante, e arbitrario,

occultando-se despesas meudas que a caza fazia com a Botica, e que eraõ lançadas debaixo d'outras verbas mui difrentes, com o fim de ficarem occultos os grandes prejuizos, que ella causava, e que continuariaõ se não houvesse uma mão habilque rasgasse o véo misteriozo, e descobrisse o veneno que o occultava. Determinou-se procurar o bom serviço dos pobres, e fazer-lhes os interesses, que lhes fossem possíveis; para isto se contratou com um Professor desta arte tomar as poucas drogas, e utensis da Botica, pagando o seu vallor, e juro, e dando gratuitamente todos os remedios para os pobres e tambem sinco por cento dos interesses, que fizesse, sem a caza gastar um so real, com a Botica. Este vantajozo contrato para a Misericordia não durou mais do que sinco mezes, e logo foi rescindido, porque o novo Boticario mostrou as grandes perdas, que soffeo nos sinco mezes que durou aquelle contrato, como se vê pelo Documento N° 8º, tendo assim respondido ao nosso Libelista: notando poreo, que elle se esquecesse do contrato, que a Meza fez no anno de 1809 para 1810 com aquelle mesmo professor, pelo qual elle percebia a terça parte dos lucros, entrando o receituario dos pobres, e fazendo a caza a despesa das drogas: diga me agora o nosso Libelista, qual destes contratos hé o mais vantajozo á caza? . . .

Para fiscalizar a manufacturacção dos medicamentos, e a hora de se ministrarem áos enfermos; para vigiar sobre a qualidade, e quantidade dos alimentos, e sobre os enfermeiros, e ajudantes das enfermarias; fazer os mapas diarios das raçoens, ter cuidado da limpeza, roupa, e utensis do Hospital, e responder por todo o seu serviço ao Provedor, e á Meza, hé que se criou o lugar ou enfermeiro mór, o qual verificando-se

em todos os Hospitães do Reinc para estes fins, tão uteis, so faltava havello neste Hospital do Funchal, que até entao ficava sempre entregue ao arbitrio das mulheres enfermeiras, sem providencias algumas para se acudir á qualquer successo, que acontecesse; quando hé certo, que da falta de um enfermeiro mór, pode nascer o pouco cuidado, que no serviço dos enfermos nunca hé muito. No mesmo Libello, crimina o anonimo Libelista a creação de um contador Fiscal com o ordenado de 130\$000 rs. mais, que se acrescentou áos 400\$000 que já tinha: mas diga me o povo do Funchal, se este ordenado em um paiz tão cáro, como a Madeira, hé sufficiente para sustentar um homem, que trabalha todo o anno na contadoria, encarregado de fazer uma escripturação de partida dobrada, reduzir á um mapa mensal as onças de vinho, pão, carne, arroz, e outros mais generos, que se consomem no mêz: balancear esta sahida com o livro da entráda na caza da Fazenda; abrir perto de duas mil contas em todos os annos, fazer todas as compras para a caza tanto no Paiz, como fora d'elle, cuidar das remessas, e procurar letras, quando são percizas, informar os requerimentos, que dizem respeito ás Finanças, e outras muitas cousas, que ommito? . . . Qualquer dos Negociantes desta Praça dá 600\$000 a um guarda-livros; e muito me admira esquecesse ao nosso Libelista no seu papel de fallar no lugar de secretario, que a administração antiga creou com o ordenado de 400\$000 por anno, só para ler as letras Goticas, sem mais trabalho, doque estar reclinado no Escriptorio da caza, escrevendo alguma carta em orthographia peór do que a d'um rapaz de escolla; devendo louvar, como louvo, a paciencia dos actuaes Administradores em conservar estes monumentos, dos antigos desperdis-

sios, colorados com o titulo de Escrivão da Fazenda para escrever os Inventarios, abrir os termos, das entradas, e sahidas da Fazenda, e fazer os assentos dos que entraõ doentes, dos que vãõ curados, e dos que morrêraõ, advertindo, que todos estes empregados na prezente administraçaõ, já serviraõ no Hospital há muitos annos.

Resta fallar sobre os Foros comprados ás Visconde de Torre Bella, ao que se faz cargo o nosso anonimo no seu papel. A presente administração vendo, que as passadas deviaõ aós fundos mais de 4,000\$000 rs. comprou por 6,289\$300 rs. foros, que rendem annualmente 314\$465 rs. que conforme ás Leis do reino deveriaõ ser comprados por 12,578\$600 rs. attendendo-se aos laudemios, á que a Santa Caza tem direito; e com esta compra não so repõz os fundos perdidos, mas os acrescentou com 1,889\$300 rs. Todos sabem, que os fóros são á 2½ por cento, e que são mais apreciaveis, que os juros de 5 por 100, não só em razão dos laudemios, mas tambem, porque as hypotecas de predios urbannos, sujeitos á incendios, terremotos, e aluviões não seguraõ os juros, e capital; o anonimo falla na difficuldade das execuções para cobrar os foros, e porque motivo não hade elle falar tambem na mesma difficuldade para cobrar os juros? . . . Quantas execuções se achaõ findas no Escriptorio sobre execuções de juros, cujas hypotecas, admitidas pellos antigós administradores, hoje se reputaõ perdidas, e sem algum vallor por serem radicadas em páos, e pedras, que ninguem quer, nem compra, como se vê pelo Documento N° 9°? Se alguns daquelles fóros faltaõ descontaõ-se no principal, que ainda não esta pago, ou será substituido por outro igual foro, que seja dezembarracado; quanto mais, que, a Meza, consultou o

letrado da caza, para examinar os papeis pertencentes á este negocio, que não somente os approvou, más até mesmo assistio á factura do instrumento, e não devo suppor, que elle faltasse á sinceridade do seu dever: e se faltou, devemos entãõ queixar-nos das Administraçoens passadas, que o convidáraõ, e chamáraõ para êste emprego. Para conhecimento e intelligencia do publico, devo dizer, que a porção do dinheiro, que se deo á conta daquella venda dos foros está sobejamente afiançada, e segura no predio nobre, sito na rua dos Ferreiros, que foi hypotecado á quella soma, não se podendo acreditar, que o visconde de Torre Bella tenha character de defraudar os pobres naquelle contrato, á cujo Fidalgo nem áo menos poupou o anonimo!

Naõ devo passar em Silencio a grande Caza da Fazenda, que fêz a actual administração acautelada com tres chaves para nella se recolher tudo, o que pertence ao Hospital, tendo esta um livro regular de entrada, e sahida; providencia esta, que sendo de absoluta necessidade para á boa administração, foi perciso crealla de novo, porque a não havia, e nas antigas administraçoens tudo era confiado á charidade, e boa fé dos Gaveteiros: pella mesma nova administração foraõ tambem creados tres medicos, sendo dois sempre effectivos no curativo dos Enfermos, e um para ás faltas d'aquelles, e assistir as juntas, e conferencias; quando antigamente não havia mais, do que um só Medico pago pella caza, e dois pella camera com 20\$000 de ordenado cada hum, conhecendo-se claramente que o seu serviço havia ser igual á tenuidade dos seus ordenados, quando todos sabem, que tendo havido no Hospital 118 doentes por dia, ainda assim não são bastantes os medicos para os attender com aquella vigilancia, e cuidado devido: e que muitas vezes se fáz percizo

compensar-lhes as vezitas exteriores, que elles fariam forá do Hospital, que não tem menos estimação de uma pataca, cujas perdas não podem ser pagas com os seus ordenados sómente.

Entremos nas contas; e para desmentir aquella que o anonimo Libelista adoptou, e enxertou no seu Libello da forma que convinha ao arranjo da sua apologia, devo dizer, que elle de proposito as truncou, alterando a sua cronologia para pôr á salvo o seu apologiado, que o teve pronto para tudo, quanto quiz;—mas talvez nunca pençou, que o Publico viesse á saber o tempo, em que a caza recebe a importancia do curativo militar, que sempre hé um anno depois de feito, de modo, que o Provedor que acaba nunca recebe o gasto, que fez no seu tempo com este curativo, porque já recebeu o gasto, que fez no mesmo curativo o Provedor antecessor; por forma, que o nosso Libelista não satisfeito com ter lançado por seu arbitrio no recibo geral de 1813 para 1814, o curativo militar de 1812 para 1813, quer chamar tambem ao recibo do mesmo anno a importancia deste curativo, que a caza fez no referido anno de 1813 para 1814; e por isso hé sem duvida falça a sua conta, assim como hé injusta á sua invectiva. Diz elle, que no anno de 1813 para 1814 fora o empenho da caza de 407\$297 rs. quando foi muito maior, como se conhece pelo mapa, ou conta que se ajunta. Agora porem neste lugar cabe bem a seguinte pergunta ao nosso Funchalense, e hé:—que se não havendo abas algumas naquelle anno de 1813 para 1814, e havendo tão grandes faltas no Hospital, que até o Governador Beltraõ o proveo de lençoens: sendo tão sordida, e mesquinha a administração daquelle tempo, que se não recebiaõ mais de quarenta doentes por méz, e quando uma galinha se repartia por oito En-

fermos, em que se gastou tão avultado cabedal, quand no anno de 1815 para 1816 se gastou em obras sómente, a importancia de 5,049\$238 rs.?
. Não sei qual sejá a reposta, que possa dar o nosso anonimo! Elle não fallaria com tanta procacia se assignasse aquelle papel, incorrendo, como anonimo acuzador na censura, que faz *Beccaria* contra os accuzadores secretos no seu *Trat. de Delitos, e Penas* § 15, pag. 60.

Hé preciso offerecer aos olhos do Publico, es-
pectador uma conta, ou mapa mais verdadeiro,
e mais exacto, do que a conta do mesmo ano-
nimo para um formal conhecimento da verdade,
cujá conta ou mapa vai transcripto, e hé demon-
strado pelo methodo seguinte:—

O Anonimo não admite, que desde o anno do
1810 para 1815 houvesse hum balanço contra
a caza de 51,051\$766 rs. no mapa, letra B; mas
pelo mesmo mapa se mostra, que os rendimentos
naquelles annos forão de 85,011\$133rs. letra
A, cuja soma, junta ao alcance a cima letra B, fáz
o total da despesa de 136,062\$899 rs. letra C.
Hé verdade, que por falta de rendimentos, se
recebeo pelo curativo militar a soma de
33,407\$350 rs. letra D, e por isso se-deixa
um empenho de 18,644\$416 rs. letra E. O
Anonimo na nota, que faz dos annos de 1814 para
1815, desconta dos alcances apparentes as somas
do curativo militar, que lhes não pertencem,
escolhendo dentre os cinco annos os alcances
menores, e d'elles desconta as somas maiores do
mesmo curativo, postoque não sejaõ aquellas
vencidas nos dois annos, porem no mapa appa-
reçe a verdadé; e hé por isso, que o resultado
hé um desfalcamento de 18,644\$416 rs. letra
E, contra a caza, cuja soma assim praticada, e
continuada por vinte, e um annos mais na mesma
proporção faria a soma de 100,679\$856 rs. que

sendo superior ao vallor dos fundos do Hospital, que vencem juros, enão excedem a 100,000\$000rs. extinguiria a melhor parte dos fundos da caza que daõ interesse áquelle grande estabelecimento, ficando elle limitado sómente, e restringido aos fóros, e á algumas fazendas, que não bastaõ para o sustento, e conservação da caza: mas no mapa junto, ainda se-desconta outra soma, que vem á ser a das obras, que se fizeraõ durante os sinco annos, e que se-devem considerar como bens existentes, e que chegáraõ á 2,691\$976 rs. letra F, e ficando ainda 15,952\$440 rs. letra G; estes são prejuizos certos, cauzados pela despesa da Gaveta, que excedeo o rendimento. Estes prejuizos obrigáraõ os administradores á contrahir dividas com os fundos da caza até 4,535\$764 rs. letra K, e á muitos particulares, que por difficuldades da Sta. Caza lhes tem custado á receber, e pagar-se das suas dividas. Agora permita-me o nosso anonimo, que eu, tomando o seu exemplo, faça tambem uma nota ao anno de 1816, comparativa áquella, de que acabo de tratar. Ficou a caza no alcance apparente de 6,147\$178 rs. letra L, desconto do curativo militar 5,759\$862 rs. letra M, e fica um desfalcamento de 387\$316 rs. letra N, que bem vê não hé comparado ao anterior de 18,644\$416 rs. o qual faz por anno 3,728\$883: permita-me agora que faça desconto das obras e augmento de roupas, que se fizeraõ neste anno bem com se descontaraõ aos anteriores administradores, que são mais do duplo, das que se fizeraõ durante os sinco annos, bem se vê, que não hé possivel com a soma de 387\$316 rs. fazer obras, e concertos, que montaõ a 5,351\$056, letra H, e não se pode duvidar, que para ellas se fazerem, como na realidade se fizeraõ foi perciso uma economia na despesa da caza, que sendo

4,963\$740 rs. letra O, produzio com os 387\$316 rs. os melhoramentos, e bemfeitorias, que convinhaõ fazer-se. Tenho, portanto, demonstrado que não se fez de despesa no anno de 1816 21,991\$246, como diz o nosso Anonimo, quando as mesmas despesas chegáraõ sómente a 16,640\$190 rs. sendo os 5,351\$056 rs. applicados pela forma já dita: o resultado foi que em um anno poudes a nova administração fazer bemfeitorias, e melhoramentos extraordinarios ficando no alcance apparente de 387\$316 rs. e vai lucrar annualmente maior soma, não só, porque evitou, que se abatessem os tectos das enfermarias, mas porque entrou á fazer reparos nos armazens, e garneis, que se axavaõ arruinados com os sóalhos podres, e por isso mesmo o Hospital privado de seus competentes allugueis.

Diz o Anonimo, que em 1808 haviaõ dividas á caza de 18 á 20 contos; mas respondame, como hé possivel haverem estes acrescimos, e a antiga administração contrahir uma divida de 4,535\$764 rs. letra K, commessada em 1811, tirada ao fundos da caza, á troco de emprestimos, cuja soma deixava por esta razão de ganhar juros? Cuja divida foi conhecida no anno de 1815, e a nova administração pertendeo reparar, comprando os foros, de que se tem fallado, por conta dos quaes já pagou até Julho de 1816 a importancia de 1,271\$360, letra P, e no anno corrente tem já feito maior pagamento.

Para impor silencio ao Anonimo fallador, e calumniador, quando diz no seu papel, que no anno de 1816 houve um numero menor de doentes, hé bastante mostrar-lhe no mapa, que o termo medio dos rendimentos em sinco annos foi de 23,683\$696 rs. letra R, e que no de 1816, foi de 21,603\$930 rs. letra S, cuja differença de 2,079\$766 rs. hé muito sufficiente para sustentar

o numero de doentes, que podia haver de mais nos annos anteriores. Se no anno de 1815 para 1816 se gastáraõ em obras o vallor de 5,351\$056 rs. sendo o excesso de gasto sobre o recibo de 387\$316 rs. donde veio entaõ este dinheiro? quando as rendas não cresceraõ, antes foraõ menores por serem mais curtas as novidades, os fundos não se augmentaraõ, eos recursos eraõ os mesmos: porque razaõ se fizeraõ neste anno obras tamanhas, e de tanta importancia sem empenho, nem vexame da caza, e se não fizeraõ no anno de 1813 para 1814, ficando a caza empenhada? Não sei como se responda á este quizito! A razaõ, porque entráraõ em calculo as contas dos cinco annos anteriores não foi para mostrar dilapidaçaõ, foi somente para mostrar, que a administração do Hospital, pella repartiçaõ chamada—gaveta; era muito prejudicial a caza, vendo-se, que pella sua aboliçaõ logo a caza poudeser fazer em obras a importancia de 5,351\$056 rs. e se não vejamos a differença, que vai de uma á outra administração.

No anno de 1814 para 1815 gastou-se em queima para o forno 293\$750 rs: em ordenados, e comedoria com tres amaçadeiras 441\$675 rs: presentemente tem-se justo uma padeira, que fabrica em sua caza o paõ necessario para o Hospital pello ordenado de 1,000 rs. por dia, dando ella tudo até pôr por hum moço seu todo o paõ dentro no Hospital; neste contrato ganhou a caza, e ganha em cada anno a quantia de 375\$425 rs. como se vê pello Documento N° 6, letra A, lucrando muito no paõ, que diariamente furtavaõ. No anno de 1814 para 1815 gastaraõ-se 1761 arrobas de farinha, e cinco libras, e no anno seguinte da actual administração foi o gasto da farinha somente 934 arrobas, havendo de differença 827 arrobas contra a antiga admi-

nistração; advertindo, que a padeira recebe a farinha sem quebra alguma, e por pezo com a obrigação de a dar com acrescimo de pois de feita em pão, o qual acrescimo no mesmo anno chegou a 119 arrobas, como mostra o Documento N° 6° letra B: foi por este motivo, que se desmanchárao os fornos tão prejudiciaes á caza, e para que nunca mais houvesse amaçaria, evitando-se por este modo tantos furtos, que se faziao no expediente da amaçaria.

No mesmo anno de 1814 para 1815 gastárao-se 1,103 arrobas, e 2 libras de carne; e no de 1815 para 1816 somente 563 arrobas: sendo a differença á favor da actual administração de 540 arrobas, e duas libras, como mostra o Documento N° 7°. Hé verdade, que houverao menos 340 doentes neste anno; mas em lugar d'estes cresceráo quatro Creados effectivos, que comem carne, e pão, e que equivallem no fim do anno a 96 doentes, e estes juntos a 909, que entrárao no Hospital no anno de 1815, para 1816, fazem a conta justa de 1,005.

Crimina mais o nosso anonimo falador a Creação de um Almoxarife com o ordenado de 300\$000 por anno: más quizera, que dissesse, se este estabelecimento, não hé muito mais util á caza, respondendo o mesmo Almoxarife por todas as quantidades de generos, que por pezo, e medida recebe da Caza da Fazenda para consumo do Hospital, ou conservar um Gaveteiro, "emprego gratuito" e filho da charidade sómente? Deixo á conçideração do nosso anonimo o rezover, se este emprego seria favoravel aos pobres, ou ao mesmo Gaveteiro! que deixava o governo da sua caza por um anno inteiro, e vinha soffrer um trabalho impertinente, assiduo, e horrorozo só pello amor de Deos, e charidade para com os pobres: bem poucos foraõ

os zellozos nesta administração da Gaveta!
Diz mais o nosso anonimo, que agora morrem os doentes á fome; quando hé certo, que cada quatro doentes presentemente tem uma galinha, e cada um meia libra de carne sem osso, nem cebo; e não morrião á fome no tempo das antigas administraçoens quando uma galinha era para cinco doentes, e tres quartas de carne para cada um, mas com cebo, e carregada d'osso! . . . como tudo se mostra pelo documento N° 10.

A final devo dizir, que a Providencia divina, que nunca permite a ruina das suas obras, foi quem chamou para o emprego de Provedor a personagem, que naquelle papel abominavel hé tão mal tratada; a não ser este arranjo da Providencia já a caza não poderia sustentar vinte doentes, e tanto se lhe deve, que até por seu respeito a caza tem ganhado o maior credito possivel nesta cidade, por forma, que á sombra do seu nome respeitavel a caza tem tudo o que lhe hé percizo para o seu consumo, e gasto, quando antigamente nada tinha se não comprado á dinheiro, e se não havia moeda nada havia no Hospital: agora não hé assim; um escripto do Prelado tem a mesma força de uma letra da terra á vista do qual hé sem demora entregue tudo quanto se pede sem mais algum estorvo ou embaraço, como mostra o documento N° 11°.

A' vista do que fica escripto, e provado bem se vê que aquelle papel não pode alargar outro nome, que não seja o de um Libello famoso cheio de calumnias sem prova, e sem outro algum fundamento mais do que a natural maldade do seu coração; e como elle não possa ser castigado por outro modo, se não publicando-se, e imprimindo-se as materias, e doutrinas que contrastem as suas expressoens, conforme V^{ms} mesmo prometem no seu Periodico, pag. 403, por isso lhes

recomendo, que em obsequio á verdade, e a justiça tambem que se deve fazer ao merecimento das pessoas respeitaveis, se dignem dar á luz todo este papel para intelligencia do publico, e para emenda daquelle anonimo Libellista.

Deos guarde a V^{mes} como lhes deseja Hum Seu Venerador.

JOÃO CHRYSOSTHOMO ESPINOLA DE MACEDO,
Vigario Collado na Igreja Collegiada de S^{ta}.
Cruz da Ilha da Madeira.

Funchal, 16 de Junho de 1817.

Nos annos de	Rendimento do Hospital.	Alcanse aparente.	Despeza Total.	Valor do Curativo Militar que há recebido (nos annos seguintes) por isso que a Renda do Hospital não basta.	Obras, incluídas na despeza Total.	
1810 para 1811	17,171,029	14,679,694	31,850,723	7,706,806	1,340,961	Do Alcanse aparente - 51,051,766 A
1811 para 1812	15,063,553	11,883,690	26,947,243	5,202,183	636,110	Desconto do Curativo Militar - 33,407,350 D
1812 para 1813	18,116,107	8,319,223	26,435,330	4,846,153	386,005	
1813 para 1814	17,785,580	7,267,582	25,053,162	6,860,285	66,100	Fica o Hospital em Divida com - 18,644,416 E
1814 para 1815	16,874,864	8,901,577	25,776,441	8,791,933	262,800	Da qual desconto as Obras, considerando-as bens existentes - - 2,691,976 F
	<div>B A</div>	<div>51,051,766 85,011,133</div>	<div> 136,062,899 C</div>	D 33,407,350	2,691,976	O restante hé sem duvida o empenho da Caza; parte a particulares, e 4,535,764 aos Fundos K 15,952,440 G
1815 para 1816	15,844,068	6,147,178	21,991,246	M 5,759,862	4,040,238	Do Alcanse aparente - 6,147,178 L
					1,310,818	Desconto o Curativo Militar - - 5,759,862 M
				Roupas e Camas novas -	5,351,056	Fica a Caza em Divida com - 387,316 N
						Da qual, descontando as Obras, considerando-as existentes - - 5,351,056 H
						O restante hé sem duvida Sobras da Caza, com as quaes se com-praõ em Fundos 1,271,360 (P) e o mais foi para pagar dividas antigas a particulares - - 4,963,740 O

N. B.—O Rendimento em 5 Annos foi de 85,011,133 } O Termo Curativo Militar - - - 33,407,350 } medio hé 23,683,696 R

O Rendimento de 1816 - - 15,844,068
Curativo Militar - - - 5,759,862 Soma - 21,603,930 S

Segue-se, que com menos Rendimento se fez mais.

Contadoria 10 de Junho de 1817.
JOAQUIM JOZE FERREIRA DE ALMEIDA,
CONTADOR FISCAL.

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 166 do No. antecedente.)

TOMO II.

CAPITULO XVII.—*Austria.*

A Austria andou em guerra com a França por mais de vinte annos, desde 22 d'Abril de 1792 até 31 de Março de 1814. Esta guerra só foi interrompida por algumas treguas de pequena duração.

A Austria foi mais constante que feliz em toda esta contenda. Segundo o seo uzo, foi ella sempre a ultima de todos os seos alliados que se retirou dos campos de batalha. A constancia hé a qualidade característica desta potencia. Difficilmente ella entra em acção, porem depois de entrar ninguem hé mais fiel aos seos ajustes: com a mesma exactidão leva a vante os seos projectos; e só por esta constancia em suas ideas, a travez das vicissitudes dos tempos, hé que poudé achar meios para extender e corroborar o seo Imperio. A Austria participou da mudança geral que houve com a revolução. Assim a vimos trocar a Belgica pela Italia, desembaraçar-se da coroa Imperial como de um pezo que a fatigava, e perder os seos ciúmes contra a Prussia: já não podem, por conseguinte, nascer della sustos alguns, e só do norte hé que se devem recear. A Austria, bem como a Prussia, já não tem outro inimigo.

Havia já muito tempo que a Austria sentia todo o encomodo que lhe davaõ os Paizes Baixos. Estas possessões mui distantes só serviaõ para compromete-la com todo o mundo, e n'um só anno de guerra lhe custavaõ mais do que ellas lhe

rendiaõ em dez annos de paz. Esta ordem de couzas era intoleravel, e a Austria o conhecia muibem; mas como ninguem deixa o que tem sem algum prospecto de utilidade, a Austria andava procurando algum equivalente que lhe fizesse conta. A França e a Prussia impediram que ella tirasse este equivalente da Baviera em 1778; e conhecia muibem que ambas estas duas potencias se oporiaõ sempre a qualquer invasaõ que meditasse na Alemanha. Só, portanto, lhe restava a Italia, e sobre esta já se tinha precepitado em todas as boas occasioens que tivera. O Tratado de Campo-Formio deo-lhe todos os Estados Venezianos, porem perdeo-os depois em Presbourg e Vienna em 1809. Mas agora não só recobrou o passado, porem ainda a Lombardia, com a Valtelina e os Valles de Bormio e de Chiavenne, ao que ainda se lhe acrescentaram as ilhas do Adriatico.

Eisaqui logo a Italia septentrional convertida quasi toda em propriedade Austriaca, e a Austria esmagando, ou protegendo o meio dia da Italia. Assim a Austria reina directa ou indirectamente desde as fronteiras da Russia e da Turquia até as praias do Mediterraneo. Nunca, depois da separação da Caza d'Austria nas duas familias d'Allemanha e de Hespanha, aquella Caza se elevou a um tamanho gráo de poder. Ganhou, com effeito, muito na desistencia que fez da Coroa Imperial, ornamento antigo, mas inutil; e honra sem realidade, misturada com muitos espinhos. Muito menos deve a Austria ter saudades das pequenas propriedades que perdeo, espalhadas pelo interior do Imperio. Pela ordem nova das suas possessoens adquirio ella uma contiguidade e consistencia que não tinha. Senhora do littoral do Adriatico, desde as bôcas do Pó até as do Cártaro, achará nesta prolongação de costas e na

posse das ilhas do Adriatico grandes meios para o commercio dos seus Estados da Hongria e Allemanha. Por outra parte, simplificou-se muito o seu systema: largando os Paizes Baixos, já não tem nada que fazer com o Norte, com Inglaterra, Hollanda, e França. Até suas inimizades com a Prussia acabaram, e se converteram em uma commun vigilancia ácerca dos passos da Russia.

A Austria tambem não tem que temer do lado dos Turcos, gente naturalmente pacifica, e que nunca se põem em acção sem primeiro ser por muito tempo estimulada. Assim em vez do grande numero de inimigos, que d'antes tinha, e dos muitos pontos de contacto que tambem tinha com os outros Estados, agora a Austria já não tem senão um, que hé, com a Russia. Olhando para os perigos desta vesinhança admira muito como o Austria poudesse consentir em que a Russia passasse o Vistula; porque depois desta passagem já toca na Moravia, isto hé, já está as portas de Vienna. Por esta razão, em vez de se oppor, como se oppoz a reuniaõ da Saxonia, a Austria deveria ter empregado toda a força das suas representações, e quanta opposiçaõ e alliança podesse para impedir que se não estabelecesse de frente da sua porta um tamanho precepicio. Era aqui que todos os seus meios de opposiçaõ deveriaõ ter sido empregados.

A Italia Austriaca, depois de haver sido livre e independente, e depois de haver concebido idéas que antes lhe não eraõ permitidas, custará muito a guardar; terá sempre uma fidelidade duvidosa; e custará sempre muito a governar internamente. O numero dos Italianos reunidos hé mui consideravel para não cauzar sustos. Necessariamente elles devem ser empregados em todos os lugares administrativos e nos tribunaes

do seo paiz; e por conseguinte seraõ sempre os senhores em sua caza, e até os âmos dos seos mesmos senhores. Certamente se lhes dará uma Constituição particular, mas esta mesma constituição ainda agravará mais os sentimentos que lhes inspira o estado em que se achaõ. Quando elles se juntarem, nunca fallaraõ se não das dores que sentem, e aos Italianos succederá o mesmo que aos Polacos. Assim que houve um Ducado de Varsovia, não se fallou mais doque de independencia. Como era uma das primeiras necessidades, era tambem o primeiro assumpto de todas as conversações.

Em uma epocha em que todo o que se fazia contra Napoleaõ era uma virtude, a Austria formou ligaçoens com El Rey de Napoles; porque lhe era preciso ganhar a todo o custo um co-operador, e ter de menos um inimigo. Garantio-se-lhe, por conseguinte a sua posse, e até um augmento de seos Estados. Quasi até o fim do Congresso houve uma muito boa harmonia entre ambas as Cortes; e pode-se conjecturar que em tudo isto a Austria olhou mais para á politica do que para as suas affeições pessoaes. No seo sistema de dominação universal sobre a Italia, hé certo que a Austria não deve querer que a familia Real de França governe Napoles e Parma. A razãõ parece mui obvia; porque avezinhandose a Austria á França pelas suas aquisições na Italia, tem interesse em diminuir toda a opposição que possa vir a ter neste paiz. Ora esta opposição há de nascer principalmente da França; por que a familia de Bourbon, uma vez que reine em Napoles e Parma, apertará sempre incomodamente os Estados Austriacos de Italia que se achaõ entre aquellas duas soberanias. Tudo isto hé mui conforme á natureza das couzas, de que so pertendemos tratar; porque não fallâmos das

disposições simplesmente pessoas, que sempre são passageiras. Se, pelo contrario, houvesse ali um Principe inimigo da França, e se este Principe por interesse proprio se ligasse bem com a Austria, entao esta nada teria que recear de Napoles, e poderia contar com um alliado fiel, quando em outra hypothese, nunca poderá contar senão com uma mui duvidosa vesinhança. Desta forma se podem mui bem explicar os motivos que dirigiaõ a Austria na sua alliança com Murat.

A Austria procurou a invasão da Italia como compensação de suas perdas, e das aquisições que, por outro lado, faziaõ seus vesinhos. Porem ainda quando merecesse esta compensação, devia ella ser tal que trouxesse com sigo o sacrificio da Italia, e a perda do verdadeiro sistema da Europa? Esta questão merece bem ser examinada.

A Austria recobrou ambos os Tiróes, Allemaõ e Italiano; o Voralberg;* a Carniola; tudo quanto tinha perdido na Carinthia e Istria; e alem disto, toda a Dalmacia com as ilhas do Adriatico. A recuperaçãõ de dominios tão preciosos devia ser avaliada como um successo mui feliz e não esperado; e neste cazo se devia ainda dar por mui ditoza por se ver livre de uma vesinhança tão incomoda como era a da Illyria, reduzida a provincia Franceza. Vê-se, por tanto, que sem nenhuma injustiça a Austria se podia mui bem limitar ao estado que acabâmos de mencionar. Mas não contente ainda com isto que recobrava, quiz executar o seu plano Italiano; e aproveitando a occasião, agarrou em grosso naquillo que so antes possuira por meudo. Precipitou-se pois sobre a Italia, e sem olhar para si, nem para

* Neste momento a Austria negocia a cessão de Saltzbourg e do Brisgaw.

a França, nem para a Europa, deo neste paiz os grandes passos que temos indicado, e que transformão todas as boas relações da politica. Eis-aqui logo o que se devia ter impedido; e se parecesse indispensavel não contrariar em tudo o engrandecimento que a Austria queria tomar per este lado, ao menos se lhe devia assignar um que não fosse prejudicial a Europa, e antes sim proveitoso. Esta Concessão se lhe poderia ter feito na Bosnia, Croatia, e Servia, que confinaõ com a Dalmatia e Esclavonia Austriacas, e que só de nome pertencem ao Soberano de Constantinopla, por que a auctoridade que tem em taes dominios lhe está a ser todos os dias disputada. Esta reuniaõ arredondaria grandemente a Austria; e até ella já muito tinha cuidado nisto, quando na epocha das grandes prosperidades da França procurava desviar-se deste formidavel vizinho. Assim, na mesma proporção em que o sistema da Europa se transtornou por esta invasão da Italia, se teria elle melhorado com a reuniaõ desta parte do Imperio Ottomano. Tudo quanto pertence a este Imperio está quasi como morto para o corpo da Europa. Neste paiz nada mais se sabe que lacerar os povos, sem outro fim mais do que tomar posse de uma terra desgraçada, e ser senhor de habitantes embrutecidos e miseraveis: por conseguinte, tudo quanto concorrer para livrar esta terra da barbaridade em que se acha, e faze-la participar da civilisação da Europa, será sempre em proveito da mesma Europa. Este ponto nunca se deve perder de vista em qualquer projecto que se faça relativo ao estado da Europa: quando cada um cuidar de si deve tambem cuidar dos interesses da Europa, e dota-la com novas possessoens. Nesta obrigaçãõ teria ella ficado ao Congresso se este

tivesse dado á Austrià as duas provincias mencionadas.

Há dez annos que a Servia anda numa lucta sanguinolenta e feliz contra os Turcos. Somente, quando a empreza de Napoleaõ contra a Russia obrigou esta a não dar mais auxilio aos Servios, tiveraõ entaõ os Turcos oportunidade de voltar contra elles todas as suas forças. Dentro de alguns mezes perdeo a Servia todo o fructo dos seos mais gloriosos esforços. Ella tinha mostrado muitos talentos e resoluçãõ; mas que poderia fazer contra forças taõ desproporcionadas, particularmente quando por todos os lados se vio atacada? Não teve remedio senaõ ceder; eos chefes, como sempre acontece, acharam refugio e honras, ficando só reservados para o paiz todos os males que resultaõ de todas as reacçoens, e principalmente quando estas saõ executadas por Turcos. A reuniaõ deste paiz com a Austria era pois um grande bem não só para elle, mas para a Europa e para a Austria. Talvez se podessem tambem terminar desta vez todas as disputas, que depois de 40 annos se tem excitado por cauza da Valaquia e Moldavia. Se as tivessem anexado igualmente á Austria, com a condicaõ de as civilizar, e de as fazer Europeas por meio da civilisaçaõ, seria um novo bem para todos, que mereceria os aplausos geraes. Depois de um tempo infinito anda-se em guerra por amor destas duas provincias: os Turcos só dominaõ nellas de nome; porque como se poderá chamar um governo de Hospodares, que continuamente passaõ dos palacios de Bucharest e de Jassy para as prizoens de Constantinopla, e destas para á corte de Petersbourgo? Convem prevenir que a Russia faça a invasaõ destas duas provincias, que está sempre imminente, desde

que ella se lhes tem avesinhado pela posse da Bessarabia. A perda destas duas provincias não hé nada para os Turcos; porque o seo imperio ficaria então limitado pelo Danubio, que hé o seo limite natural. Se esta boa occasião não tivesse escapado, ter-se-hiaõ terminado todos esses combates que duraõ há muito tempo, e sem combates e sem sangue se poderia ter conseguido um feliz rezultado das representações unanimes das potencias da Europa. Ao menos, este procedimento era franco e generoso, qualidades, que sempre daõ um bom rezultado.

Já em outra parte nós fallamos da razão porque Mayence foi dada á Austria.—Veja-se o Capitulo X. intitulado, *Espirito positivo do Congresso*, ou o Que hé que fez o Congresso?

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

Manuscripto, vindo de Sta. Helena, por um modo desconhecido.

(Continuado da pag. 177 do No. antecedente.)

Todas as facções se mostravaõ quietas: tamanha gloria as reprimia. A Vendée se pacificava, e até os Jacobinos eraõ obrigados a agradecer-me a minha victoria, porque ella tambem era a seo favor. Eu já não tinha rivaes.

O perigo commum, e o enthusiasmo publico reconciliariam momentaneamente os partidos. A segurança tornou a desuni-los. Aonde não há um centro de poder incontestavel, encontraõ-se sempre homens que procuraõ apossar-se delle. Hé o que exactamente hia succedendo ao meo. Minha autoridade não era mais do que uma magistratura temporaria, e por isso não era

inatacavel. Homens vaidozos, e que se consideravaõ com talento, abriram uma campanha contra mim; e para sua praça d'armas escolheram o *Tribunado*. Ali foi que me principiaram a atacar debaixo do nome do *Poder executivo*.

Se eu tivesse cedido ás suas declamaçoens, tinha dado cabo da fortuna do estado: este contava demasiados inimigos, e não podia nem diminuir suas forças, nem perder o tempo em palavras. Acabavamos de passar por uma bem cruel experiencia, mas assim mesmo ella não tinha sido bastante para tapar a bôca á essa especie d'homens que preferem os interesses da sua vaidade aos interesses da patria. Entretanto-se, para ganhar popularidade, em recuzar os tributos, em desacreditar o governo, e em impedir sua marcha, assim como o recrutamento das tropas.

Por este andar, nós estaríamos dentro de quinze dias a mercê do inimigo, porque ainda não tínhamos forças bastantes para nos medirmos com elle. O meo poder era ainda muito novo para ser invulneravel; e o Consulado hia acabar como acabou o Directorio, se eu não tivesse acabado com esta opposição por um golpe de Estado. Despedi os Tribunos facciosos, e a esta operação se chamou—*eliminar*: a palavra fez fortuna.

Este pequeno acontecimento, de que até agora se não tem feito cazo, mudou a Constituição da França, porque por elle acabei com a Republica: ella deixou de existir desde o momento em que a sua representação nacional deixou de ser sagrada.

Mas esta mudança era de absoluta necessidade, á vista da situação em que estava a França para comsigo e para com a Europa. A revolução

tinha terriveis inimigos tanto internos como externos, e assim era forçada a adoptar uma forma dictatorial, como adoptaõ todas as republicas em tempos de perigo. As auctoridades, que servem de contra-pezo, não são boas senaõ em tempo de paz. Era preciso, pelo contrario, reforçar a que se me tinha dado, todas as vezes que ella corria algum risco, a fim de prevenir as recahidas.

Talvez eu tivesse feito melhor em pedir francamente esta Dictatura, uma vez que me accusavaõ de aspirar a ella. Cada um teria entaõ fallado, á seo modo, disso que se chamava—a minha ambiçaõ; e isto haveria sido muito mais vantajozo, porque os monstros parecem mais feios ao longe que ao perto. A dictatura teria a vantagem de não dar desconfianças para o futuro, de deixar as opinioens no estado em que estavaõ, e de intimidar o inimigo, mostrando-lhe a resolução da França.

Mas eu vi que esta auctoridade vinha per si mesma deposita-se em minhas maons; e neste cazo não precisava de a receber oficialmente: se não a exercia de direito, exercia-a de facto, e era quanto bastava para passar a crize, e salvar a França e a revolução.

Toda a minha tarefa se reduzia pois a terminar esta revolução, dando-lhe um character legal, a fim de que podesse ser reconhecida e legitimada pelo direito publico da Europa. Todas as revoluçoens tem passado pelos mesmos combates, e á nossa devia succeder o mesmo; porem á final tambem devia como as outras receber a sua carta de posse. Com tudo, antes de a propor vi que era preciso ter maõ nos seos principios, consolidar a legislaçaõ, e destruir-lhe os excessos. Julguei que tinha forças para tudo, e não me enganei.

O principio da revolução era a extincçaõ das

castas, isto hé, a igualdade; e eu a respeitei. A Legislação devia regular-lhe os principios, e eu fiz leis proprias para isto. Haviaõ excessos na existencia das facçoens; não lhes dei importancia, e ellas desapareceram: Na abolição do culto; e eu o restabeleci:—Na existencia dos Emigrados; e eu lhes dei uma patria:—Na desordem geral da administração; e eu a regulei:—Na ruina das finanças; e eu as restaurei:—Na falta de uma auctoridade para socegar a França; e eu lhe dei esta auctoridade, tomando o governo do Estado.

Poucos homens têm feito tantas couzas como eu entãõ fiz, e em taõ pouco tempo. A historia dirá ainda um dia o que era a França quando eu principiei a governa-la, e o que foi depois quando deo leis a Europa.

Nunca tive necessidade de me servir de um poder arbitrario para concluir estes imensos trabalhos. He verdade que não se me teria negado o exercicio d'elle, porém eu nunca o quiz, por que sempre detestei tudo o que hé verdadeiramente arbitrario. Sempre estimei a ordem e as leis, e por isso fiz muitas: eu as fiz severas e claras, porém justas; *porque uma lei, que não conhece excepçoens, hé sempre justa.* Fiz com que fossem observadas rigorosamente, *hé o dever do throno,* porém sempre as respeitei: Todas essas leis me haõ de sobreviver, e hé a recompensa que terei dos meos trabalhos.

Tudo parecia hir marchando a medida dos meos dezejos. O Estado se renovava, e a ordem se restabelecia. Em tudo isto eu me occupava com empenho, porém via que ao sistema ainda faltava alguma couza importante,—era a estabilidade.

Por maiores dezejos que eu tivesse de fazer estavel o principio da revolução, via claramente que era impossivel consegui-lo sem primeiro ter

vencido grandes resistencias; por que havia uma antipathia necessaria entre o antigo e novo regime. Ambos elles formavaõ duas massas, cujos interesses eraõ absolutamente contrarios. Todos os governos, que ainda subsistiaõ em virtude do antigo direito publico, viaõ-se em perigo com os principios da revolucção; e esta não tinha garantia se não tratando com o inimigo, ou, esmagando-o, quando elle nao quizesse tratar.

Esta lucta hé que devia a final decidir da renovação da ordem social na Europa. Eu estava a frente da grande facção que queria aniquilar o sistema porque se governava o mundo de pois da quèda do Imperio Romano; e como tal, estava exposto aos odios de todos os que tinhaõ interesse na conservacão desta ferrugem Gothica. Um homem, de character menos firme que o meo, poderia mui bem por-se á capa, e deixar ao tempo uma parte da decisaõ deste projecto.

Mas assim que eu entrei bem no fundo do coração d'estas duas facçoens; des de que vi que ellas ambas dividiaõ o mundo, como no tempo da Reforma; conheci que era impossivel poder haver pacto entre ellas, porque seos interesses eraõ diametralmente opostos. Persuadi-me, que quanto mais se abreviasse esta crize, muito melhor seria para os provos. Mas para isto era necessario que tivessemos da nossa parte a metade da Europa, e mais um, porque sem esta circumstancia a balança não podia pender para o nosso lado. Com tudo, eu não podia dispor deste pezo senão em virtude da Lei do mais forte, unica lei que corre entre os povos. Assim era absolutamente preciso que eu fosse o mais forte, porque eu não estava sómente incumbido de governar a França mas de lhe sobmeter todo o mundo, sem o que o mundo a teria esmagado.

Não pude, por consequencia, escolher entre os

partidos que devia tomar, porque todos elles foraõ sempre forçados pelos acontecimentos : o perigo era sempre imminente, e o 31 de Março bem provou quanto elle era para temer, e se era possivel fazer com que vivessem em paz os velhos e novos regimes.

Eu podia mui facilmente prever que em quanto houvesse igualdade de forças entre estes dois sistemas, haveria tambem sempre entre elles guerra aberta ou occulta. Qualquer paz que assignassem não seria se não uma tregoa para descansar. Era preciso pois que a França, como a capital da revolução, estivesse sempre em estado de resistir á tempestade. Era preciso que no governo houvesse unidade para que elle fosse forte ; que a nação estivesse unida, para que todos os seus meios tendessem ao mesmo fim ; e que o povo tivesse confiança para consentir nos sacrificios necessarios para completar a conquista.

Ora tudo era precario no sistema do Consulado, porque nada estava no seu lugar competente. Existia uma Republica de nome ; uma Soberania de facto ; uma representação nacional fraca ; um poder executivo forte ; auctoridades submissas, e um exercito preponderante.

Nada marcha como deve em todo o sistema politico *em que as palavras estão em contradicção com as cousas*. O governo desacredita-se quando se poem no habito de mentir eternamente. Cahe no desprezo que inspira tudo o que hé falso, porque tudo o que hé falso hé fraco. Alem disto, já hoje senão podem mostrar expertesas em politica ; os povos já sabem demais, e as gazetas bastaõ para os ensinar. Não há se não um unico segredo para governar o mundo ; hé ser forte : na força verdadeira não ha erro, nem illusoens ; hé a verdade tal e qual.

Eu sentia a fraqueza da minha posição,—isto

hé o ridiculo do meo Consulado. Era logo necessario estabelecer alguma cousa solida, que servisse de ponto de apoio a revolução. Fui nomeado Consul Vitalicio ; mas era uma dignidade temporaria, insufficiente em si mesma, porque marcava uma data para o futuro, e não há nada que tanto destrua a confiança como a previsão de uma mudança. Mas, ao menos, esta dignidade era menos má para a occasião em que foi estabelecida.

No intervalo, que me deo a tregoa de Amiens, apprehendi uma expedição imprudente, de que me acusaram, e com razão: ella não valia couza alguma em si mesma.

Tinha pertendido recobrar S. Domingos, e tinha bons motivos para assim o fazer. Os alliados aborreciaõ grandemente a França, e não convinha que ella estivesse em inacção durante a paz. Era preciso que fosse sempre temivel ; dar pasto a curiosidade dos ociozos, e ter sempre o exercito em movimento para que elle se não posesse a dormir. Em fim, eu tambem queria experimentar a marinha.

Quanto ao mais, a expedição foi muito mal executada. Aonde eu não estive sempre as cousas foraõ mal. Porem, nesta parte tudo vinha a ser o mesmo ; porque era facil de ver, que o ministerio Inglez romperia a tregoa, e se nós tivessemos reconquistado S. Domingos, teria sido somente para elle.

A minha segurança hia-se todos os dias augmentando, quando o acontecimento de 3 Nivose me fez ver, que eu estava colocado sobre um Volcão. Esta conspiração foi imprevista, e hé a unica que a policia não transtornou de ante mão. Ella não tinha confidentes, e por isso teye o seo effeito.

Eu escapei por um milagre. O interesse, que

então se mostrou por mim, recompensou-me amplamente. O momento da conspiração foi muito mal escolhido, porque nessa epocha ainda a França não estava madura para os Bourbons.

Abrio-se devassa sobre os culpados, e confesso com verdade, que só então acuzei alguns *Brutos* ignobeis. Quando se tratava de crimes sempre todo o mundo estava disposto a attribuir-lhos. Fiquei com tudo assombrado quando por meio das devassas se chegou a provar, que era só aos Realistas que alguns individuos da rua S. Nicaise deviaõ a obrigação de ter hido pelos ares.

Eu julgava que os Realistas eraõ homens de bem, porque elles nos acusavaõ de o não ser-mos. E particularmente cuidava que elles eraõ incapazes da audacia e perversidade que indicava um tal projecto: mas isto foi unicamente obra de alguns ladroens de estrada, especie de individuos muito gabados, ainda que assim mesmo mal-vistos entre os do seo mesmo partido.

Os Realistas, que estavaõ absolutamente esquecidos desde a pacificação de la Vendée, começavaõ então a apparecer sobre o horizonte politico. Era uma consequencia natural dos progressos da minha auctoridade. Eu restabelecia o reinado, e era o mesmo que pôr-me a caçar dentro das suas terras.

Elles conheciaõ mui bem que a minha monarchia não tinha relação alguma com a sua. A minha estava toda fundada em factos, a sua em direitos. A sua só estava fundada em habitos, a minha não fazia caso delles; a minha marchava em linha com o genio do seculo, a sua trabalhava por faze-lo parar.

Os Republicanos assustavaõ-se com ver que as circumstancias me levavaõ tão alto, e receavaõ-se do uso que eu faria de tamanho poder. Temiaõ que eu reorganizasse um velho reinado com o

apoio do meo exercito; e os Realistas fomentavaõ estes boatos, querendo-me fazer passar no publico por um verdadeiro imitador dos antigos monarcas. Outros Realistas porem, mais expertos, espalhavaõ como em segredo, que eu pretendia representar a figura de Monck, e que só procurava restaurar a monarquia para fazer della presente aos Bourbons, quando chegasse a occasião de lha offerecer.

As cabeças fracas, que não conheciaõ minhas forças, davaõ ouvidos á estes boatos. A creditavaõ no partido Realista, e desacreditando-me para com o povo e o exercito, começavaõ a desconfiar da minha adhesaõ á sua cauza. Eu não podia deixar correr taes opinioens, porque ellas tendiaõ a desunir-nos.

Era preciso, por tanto, desenganar, á todo o custo a França, e os Realistas da Europa, afim de que todos soubessem o que prodiaõ esperar de mim. Pequenas perseguiçoens contra as palavras nunca produzem se não máos effeitos, porque por este modo nunca tambem se ataca o mal na sua raiz. Alem disto, este expediente era impossível em um seculo de empenhos e de solicitaçoens, e em que o desterro de uma só mulher poz em agitação toda a França.

Desgraçadamente para mim, offereceo-se-me nesse momento decisiyo uma dessas circunstancias do acazo que transtornaõ as melhores resoluçoens. A policia descobrio pequenas intrigas Realistas, que tinhaõ o seo fóco da outra parte do Rheno. Uma augusta personagem se achava implicada n'ellas. Todas as circunstancias deste successo quadravaõ excelentemente com as que me induziaõ a tentar um golpe de Estado. A perda do Duque de Enghein decidia a questão que agitava a França. Ella

tambem aclarava amplamente as minhas intenções, assim eu a ordenei.

Um homem de muito espirito, e que podia ser aqui bom juiz, dice, fallando deste attentado, que nelle houvera alguma couza mais do que um crime,—houvera um erro. Mas, com o perdão desta personagem, eu digo, que elle foi um crime, mas não um erro. Eu conheço mui bem o valor das palavras. O delicto deste Principe infeliz limitava-se á miseraveis intrigas com algumas Velhas Baronezas de Strasbourgo. Estas intrigas andavaõ muito bem vigiadas, e não eraõ perigozas nem para a França nem para mim. Elle morreo victima da politica, e de um concurso inaudito de circumstancias.

A sua morte não foi pois um erro, porque todas as consequencias, que eu previ, aconteceram.

A guerra havia começado de novo com Inglaterra porque não lhe hé possível conservar-se por muito tempo em paz. O territorio de Inglaterra hé já hoje mui pequeno para a sua povoação, e por isso lhe hé preciso viver do monopolio das quatro partes do mundo. A guerra sómente dá este monopolio aos Inglezes, porque lhes dá o direito de destruirem tudo no mar. Hé a sua unica segurança.

Esta guerra era vagaroza, por falta de campos de batalha. A Inglaterra via-se obrigada a alugar o Continente, mas para isso era-lhe preciso tempo, sem o qual não há colheitas. A Austria tinha levado lições tão crueis, que os ministros, por maior vontade que tivessem de ganhar dinheiro, não ouzavaõ propor logo a guerra. A Prussia engordava com a sua neutralidade, e a Russia tinha feito na Suissa uma fatal experiencia da guerra. A Italia e a Hespanha, com bem poucas excepções, tinhaõ

adoptado o meo sistema. O continente havia feito alto.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 196 do No. antecedente.)

CAPITULO XXXII.

A Festa Nupcial. O Bejo.

Roza não sahia do seu quarto; levava o tempo a pensar sobre os meios de fazer manifesta a innocencia de Luiz, para se poder ligar com elle. Pensava e repensava, e não achava meio; nem sabia, no cazo de Luiz ser culpado, porque o coração lhe batia com tanta anxiedade. Pobre rapariga! Não penses como te has de unir com Luiz, pensa como te has de livrar do conselheiro! E era isso o que ella deixava ao cuidado de sua tia.—Roza ergueo-se, e a instancias da tia sahio do quarto como se fosse arrastada. Ella devia finalmente vir ter com a companhia no quarto do almoço. Os pez lhe pesavaõ como chumbo. Seu rosto se afogueava; não erguia os olhos. O Conselheiro lhe foi ao encontro, beijou-lhe a mão, e agradeceo-lhe com entusiasticas expressoens a sua promessa de hontem. Roza não percebeo palavra do que lhe ouvio; e disse á prima, logo que sahio com ella: Meu Deus! não

ouvi palavra do que o conselheiro me disse; mas a minha consciencia está salva. Ella respondia só com uma cõrtezia ás civilidades do conselheiro, e de sua mãe, sem lhe dar sentido algum; até a podiaõ ter desposado com o conselheiro, sem que ella desse fé disso.

A tia, que já começava a ter receios pela singularidade destes esponsaes, deixou a companhia, e sahio para o passeio. Roza sahio tambem correndo com a Prima para evitar o braço do conselheiro. Deo graças a Deus, por se ver fora de caza, e receava ainda assim, que Luiz a encontrasse no passeio com o conselheiro. Oh prima, lhe dizia ella baixo, pelo amor de Deus, dame sempre o braço para que o Conselheiro me não veja só—Toda a gente corria para a salla do baile. Roza, e a prima foraõ tambem. O Conselheiro, a tia, e a Conselheira ficáraõ ainda no passeio. A salla interior se abriu. Apareceo logo um mancebo, e exclamou: Senhoras vinde, e arranjai-vos todas em meio circulo. As damas se pozeraõ todas a um lado, e os cavalheiros a outro. Os noivos estavaõ no meio, elegantemente vestidos. Eliza tinha uma coroa nupcial na cabeça. A disposiçaõ da festa era devida ao velho official. O noivado de Eliza celebrava-se naquelle dia. Ninguem faltava, senaõ Luiz, o heróe da festividade. O official foi buscalo, segundo a promessa que elle havia feito. Custou-lhe todavia muito a persuadir Luiz,—que sahisse de caza. Representou-lhe como todos estavaõ áespera, e como lhe pertencia consumir a felicidade dos dois espozos, que exigiaõ a sua presença: sahio finalmente, silenciozo, e mergulhado em profunda tristeza. Pallidas tinha as faces, sombrios os olhos, e a vista prostrada. Nesse estado foi maquinalmente com o velho até ao passeio, e de lá a caza do baile. Um mancebo

fez signal com a mão. Silencio! Silencio! Ahi vem. Todos olháraõ, a porta abrio-se; e Luiz entrou na salla pela mão do velho official.—Oh meu Deus! exclamou Roza, a penas o vio, e escondeo-se atraz de uma dama, que estava a seu lado. Tremia tanto, que a prima vio-se obrigada a sustela.

Luiz lançou, como extranho, os olhos em torno do circulo; e encarando o official, surrio-se. Finalmente, a Condeça de B. conduzio os noivos e Luiz.—Querido Burckard, disse ella enterrecida, vós tendes feito a ventura destes dois entes. Sois um homem magnanimo, um heroe. A'vista da felicidade de que sois author, seja a vossa recompença. Tomai a coroa de flores, que este ditozo par vos offerece em nome de nós todos, como um tributo devido ás vossas virtudes. Eliza com as maons tremulas e os olhos humidos apresentou a Luiz a coroa. Vós tendes, começou ella um pouco turbada, vós tendes Ah! Esquece-me o que hei de dizer mas eu nunca cessarei de rogar a deus pór vós, querido Senhor. Luiz a tomou nos braços, e lhe deo um bejo. Virtuosa Eliza, disse elle; sim, roga por mim, e Deus te ouça! Fez logo uma cortezia á condeça. Nada, disse esta. Querido Burckard, nós vos devemos todos o dia de hoje, e sua consequente festa. Assim começo eu a pagar-vos. Abraçou-o, e deo-lhe um bejo—Levou-o entaõ ao circulo das damas. Queridas damas, quem ama a virtude, disse ella, deve pagar-lhe, como eu fiz. Ella o conduzia de dama em dama. Ellas o beijavaõ. Vamos, menina! disse a condeça, e tirou Roza pelo braço de traz da dama, onde ella se escondia; o innocente pranto de vossos olhos assas mostra, que tambem amais este nobre mancebo. Vinde, beijai-o!

Roza tremia, Luiz tremia. Elle a fitou com olhos humidos e tristes; Roza! disse elle manso,

e podes tu? . . . Roza se lançou em seos braços, e o bejava com ardentes e devorantes beijos. A condeça attentavá nelles com brando sorrizo. Querido Senhor, podeis retirar-vos, sem cerimonia! Luiz moveo-se para sahir; a prima conduzio Roza a um quarto visinho, e pedio-lhe pelo amor de Deus, que se tranquilisasse, e não servisse de rizo á toda a Salla. Como Luiz partia, a condeça lhe disse baixo: Ide fazer tambem a felicidade da encantadora e da interessante Bella, que vos ama, e que será a vossa recompença. Luiz olhou em torno; Roza, e a prima haviaõ já desaparecido. Elle hé rodeado pelos circunstantes, que o cobrem de louvores e parabens. Não acha tempo para responder as mil perguntas que lhe fazem, nem para pensar no acontecido. O que elle percebe, e o que só sente, hé o ardente e devorante beijo dos labios de Roza. Surdo á tudo quanto o cercava, era só machina, que se curvava para aquelles que o cortejavaõ. Tudo quanto se dizia, era para elle vago sussurro, que não tinha significação.

Rompeo a orchestra; Eliza foi outra vez-apresentada a Luiz, para que este começasse o baile. Tomou o lugar que lhe assignáraõ, deo um passo pela mão do seu par, e parou logo. Fez uma cortesia geral, e foi pela salla fora. O official dançou em seu lugar, e rogou á condeça, que o deixasse hir. Luiz queria ainda uma vez fallar com Roza. Desceo ao passeio, mas perdido dentro em si, errou o caminho, e achou-se nos campos. A tia, que o vio passar, voltou logo para caza, e achou Roza banhada em ardentes lagrimas, e fazendo exclamaçoens a cerca de Luiz. A pobre Roza tinha hido para caza aos tropeçoens com a prima. Alli se lhe lançou ella ao pescosso, gemeo, soluçou e repetio mil vezes, que nunca seria a espoza do conselheiro! O

beijo de Luiz tinha arrancado até aos fundamentos o edificio da artificiosa tia, e se o conselheiro apparecesse neste momento, leria melhor no coração de Roza. Sim, tia, exclamava ella, elle hé innocente! Eu lhe tenho feito injustiça. Elle hé o melhor dos homens. Tudo com as Depois, com Luiza, com a creada do quarto tudo hé falso! Como podia elle ser tam generoso, tam nobre, tam magnanimo? A tia arregalava os olhos. Não sabia o que ella expressava, fallando de Luiza, e da creada do quarto.—Sim, tia, exclamava ella ainda; por mais que digaõ, elle hé innocente, elle hé innocente; e eu nunca, nunca cazarei com o conselheiro: antes milvezes a morte—Senhor Deus! Menina, não grites assim! Quem te diz que cazes? Socega.—Pois eu não cazarei com elle? disse Roza enthusiasmada, e cahio de Joelhos. Oh mui querida, oh generosa tia! Ay! Graças a Deus! Sim Luiz está innocente!

A tia exigio de Roza, que se tranquilizasse, que ella não lhe fallaria mais em cazamentos. Roza promettéo tranquilizar-se, e ficou só, entregue ao seu coração, e com o beijo de Luiz impresso nos labios. Bem quizera a tia não se ter metido em taõ desagradavel negocio. Bem via ella, que Luiz, apezar de todos os seus artificios, tinha ainda poder bastante para os desfazer. Ella não representaria mais contra elle, se não se visse na scena; tam movida estava ella das lagrimas da sobrinha; mas encarava ainda o objecto de baixo de cores differentes. Não queria, hé verdade, tyrannizar os dois amantes, com tudo não desistia do projecto de ligar Roza com o conselheiro. Depois de longas ponderações, escreveu uma bilhete a Luiz, em que lhe rogava, que deixasse Pyrmont, porque motivos particulares o exigiaõ. Estes motivos não eraõ talvez bem

elucidados. Ella não queria tirar de todo a esperança á Luiz, nem comprometter-se com o conselheiro. Por conseguinte era preciso advinhar o sentido particular das suas palavras. Dizia o bilhete:—“Roza tem contrahido voluntariamente esponsaes com o conselheiro Lauter; ella he portanto propriedade de outrem. Se vós sois homem de honra, não podeis ter sobre ella pertençaens, em quanto não cessarem a respeito d’ella os direitos do Senhor Conselheiro.” As ultimas palavras davaõ a entender um pouco a mente da tia. Mas Luiz, que não era, como nós sabemos, grande interpetre de palavras, pois que tomava tudo ao pé da Letrá, deo um sentido inteiramente contrario ao theor do bilhete. Propriedade d’outrem! exclamou elle bramindo, e fazendo em estilhas o papel que apertava na mão. Bem! E tanto tempo tem podido illudirme? Deus! Que maldita velha alcoviteira! Hé tudo obra d’ella! Propriedade d’outrem! Nestes transportes que a raiva e a dor milvezes lhe interrompiaõ:—Poem a sella, nos Cavallos, Jaques, gritou elle, partâmos. Escreveo á tia “A filha de Kellner hé propriedade de outrem! Eu parto. Não a tornarei mais a ver. Adeus. Luiz Burckard.”—Luiz montou a cavallo, levava o bilhete para o deixar em caza da tia. Roza estava por detraz da gelozia, e ella o vio vir. Tremia de gosto. Eis outra vez porem a Dupuis lhe sahé ao encontro. Ah! bom dia, meu caro! Roza estremeceo, e quiz retirar-se, para mais nada presenciar. Senhora, disse Luiz friamente, o velho official me disse hontem, que vós e vossa irmam sois duas mulheres corrompidas, Eu não o sabia. Fui vosso amigo, mas isso acabou. Eu não sou amigo de prostitutas. A deus! Voltou-lhe as costas, e deixou como petreficada a Dupuis no meio da rua. Roza bateo as pequenas palmas.

de contentamento. A reconciliação estava effeituada. Ella correu á porta, abriu-a, e poz-se á espera d'elle. Tinha os braços estendidos para o receber. Persistia assim, esperava, batia-lhe o seio, seos beijos docemente murmuravaõ,—fiel, e mui querido Luiz? Mas elle não vinha. Esperou um quarto d'hora á porta; desceu meia escada. Ninguém vinha. Tornou outra vez para a janella. Vio ainda Luiz á cavallo, o velho official, e Jaques, e ficou triste quando desaparecêraõ. A idea porem de uma proxima reconciliação, e a idea da innocencia de Luiz, de tal sorte a arrebatavaõ, que se esquecia de todo o resto. Veio para a meza cheia de extranha alacridade. Sentou-se com semblante alegre, comia com mais appetite; e de quando em quando desprendia dos labios um surrizo de satisfacção.

O Conselheiro, sentado defronte d'ella, sorvia os encantos daquelle surrizo. Revendo-se no semblante de Roza, se julgava o homem mais feliz do mundo; e como ella evitasse o encontro dos seos olhos, cuidava elle que era timidez virginal e alegria de ser sua espoza. Pobre homem! Elle se contava mui satisfeito, sem ter cabal motivo para isso! A tia deixava hir as couzas como ellas hiaõ. Ao levantar da meza, o conselheiro tomou a mão de Roza, e a beijou, cheio de novo entusiasmo.—Minha adoravel espoza! disse elle, quam ditozo me faz vossa alegria! Roza corou. Sintio vivamente a injustiça de fazer por tanto tempo a illuzão do pobre amador; e com uma profunda cortezia, disse o quer que era, que parecia escusar-se.

Passousse o dia na scena do contentamento, veio á noite finalmente a catastrophe . . . A tia não quiz de proposito mostrar logo o bilhete de Luiz a Roza. Contava que este bilhete seria

um novo motivo de guerra entre elles, e projectou contrastar a alegria de Roza com a repulsa de Luiz. Depois da cea, disse a tia, tens estado hoje muito alegre. Sim, tenho estado, hé verdade. Tanto melhor; pois elle fez o que devia.— Como assim?—Luiz partio.—Partio? exclamou Roza; e a alegria do rosto se lhe converteo subito em amargura. Deus! elle foi-se?—Sim, esta manham deixou elle este bilhete ao porteiro. Deo-lhe o bilhete de Luiz. Roza leo, e ficou petreficada. Tornou a ler, e mais se petrificava. Não havia no bilhete palavra, que desse esperanza, que consolasse. Tam repentina, e inconsequente repulsa!—A tia teve o malicioso cuidado de que ella não notasse no bilhete palavra alguma, que indicasse que elle era resposta; e como visse, que Roza começava a tomar este bilhete como insulto, soprou ardilozamente o fogo da discordia. Não o disse eu, Roza, não se vê claramente, que elle só queria passar tempo contigo, e recuzar-te? Sempre isso acontece, quando o homem percebe ser amado. — Roza tornou ainda a ler o bilhete. “Eu parto, eu não a tornarei mais a ver.” E isto escripto á tia, e não á mim!—O sentimento do agravado amor, a illusão, a escarnecida ternura, seos annos juvenis, sua vaidade, tudo isto operou com tanta força, no seu espirito, que apezar da sua ardente paixão, ella não derramou uma lagrima. Tia, disse ella, rogo-vos, que me não falleis mais nesse homem detestavel! Acabou-se! Elle não merece, que eu me lembre mais d'elle. Eu vou deitar-me, e dormir em socego. E a sua sociedade com a Dupuis, Roza? Bem se vê o que a tia queria significar-lhe.—Tia, disse Roza, não me importa a Dupuis. Todavia elle está innocente. A tia abaixou a cabeça. Roza contou-lhe o que presenciára de manham. Pois crês tu Roza,

que elle esteja innocente? Elle pensava ser só o possuidor da Dupuis, ouvio que ella tinha muitos, zangou-se: prova isso a sua innocencia? Esta observação foi um novo punhal para o coração de Roza. Ella se recordou da scena da estalagem de Brunswick, de tudo o mais que acontecera até a entrega do bilhete, e exclamou a final. Sim, hé um homem inteiramente detestavel. Não quero saber mais d'elle. Aqui não poudes ella susten o pranto, que ainda depois de se deitar, continuou pela noite adiante.

Tu tens, pobre Luiz, a culpa da tua sorte. Eis aqui dois deegraçados, não por força do destino, nem por malignidade, mas for falta de explicaçoens, e por meras formulas da sociedade.

No dia seguinte, ficou pasmado o Conselheiro de ver o semblante de Roza; e a sua profunda amargura. Ella estava mui pallida, e suspirava de quando em quando. A tia attribuiu isso a dores de cabeça, occasionadas talvez pela sahida de hontem. Roza confirmava isso mesmo; e tudo hia maravilhosamente. O Conselheiro era espozado de Roza, e Roza sua espozada. Comportava-se ambos como amigos; mas a excepção de passear de braço dado com ella, de lhe furtar escassamente algum beijo, não fazia maiores progressos o Conselheiro. Finalmente, começou elle a apertala pela sua promessa. Ella estremecia, quando ouvia fallar de casamento. A tia não cessava de lhe representar a obrigação que tinha contrahido pelos esponsaes. Roza affligia-se, e chorava. Roza, hé culpa tua; não tens tu já publicamente dado o consentimento de ser sua espozada? Não o podes negar.—Tia, pelo amor de Deus, vamo-nos embora de Pirmont. Rogou isto tantas vezes, que a tia dispoz-se a partir.

Antes da partida, presenteou o Conselheiro á

Roza com um relógio, e um anel de preço. Roza recusou aceitá-lo. O Conselheiro não ficou pouco surpreso, quando ouviu dizer á sua futura, que não, que não aceitaria delle cousa alguma. E não era isto brinco em Roza. Esta tremia dizendo não, e punha as mãos atrás das costas. Pensava, que se aceitasse algum presente seu, contrahia a indelevel obrigação de ser sua esposa. O pobre Conselheiro rogou, pediu, representou, mas debalde. Roza foi inflexível, e ficou no seu não. Elle lho poz secretamente no quarto. Ella o achou, e pegando-lhe a tremar, e com as pontas dos dedos, o foi levar outra vez ao Conselheiro. Este se assombrou de todo, ao ver a repugnancia, que Roza mostrava pelo que era d'elle. Estudou mil modos de fazer-lhe este presente, mas em nenhum foi feliz. Roza abraçava-o, beijava-o, mas receber d'elle a mais pequena cousa, nem mesmo um par de luvas, não lhe era possível. Na vespera da partida, tornou Roza a achar o terrivel presente na sua caixa. Foi anciosamente pô-lo no baú da tia, jurando deante d'ella, que não precisava de provas, mas que bem sabia que o Conselheiro destinava só para ella aquelle presente. A tia enfadou-se, insistia, que era d'ella, e que o tomasse. Roza obstinou-se, contradisse a tia; de maneira, que esta vio-se obrigada a ficar com o presente, e Roza não ficou satisfeita, em quanto não chamou as pessoas de casa, para serem testemunhas de que o presente era propriedade da tia. Tentou esta ainda uma vez no caminho pôr o anel no dedo de Roza; mas esta apenas vio o que era, atirou com elle pelo postigo do coche com tal aversão como se fosse uma cobra. Amouu-se de veras, e a tia não poudé deixar de rir, e de se enfadar ao mesmo tempo.

A partida de Roza não foi de feliz agouro

para o Conselheiro. Nesse dia, ás cinco horas da manham já Roza estava de pé. Via-se no seu rosto um excessivo contentamento. Apenas veio annunciar-se que a carruagem estava pronta, já estava vestida, e desceo rapidamente pela escada, e quando o Conselheiro lhe hia a dar o braço, já ella entrava no coche. O cocheiro deo com um estallo o signal da partida, e ella rompeo nestas successivas expreçoens de alegria:— Graças a Deus! graças a Deus! graças a Deus! A Conselheira que tudo observava, disse; não, meu filho, tu não possues o coração de Roza! Esta indiferença com tudo era contrabalançada pelas seguranças da tia. Tinha-se ajustado entre esta e a Conselheira, que seu filho appareceria em Brunswick, e que estando ali o Reitor Kelner, pae de Roza, e a tia Seeburg, todos conspirariaõ á seu favor, e que elle entãõ indubitavelmente conquistaria Roza. Tudo isto se havia concertado ás escondidas de Roza. A Conselheira abanava-lhe a cabeça, e não dezejava Roza para seu filho compellida de qualquer motivo, que não fosse o amor, por quanto o mesmo filho lhe havia expressado, que não podia ser feliz sem Roza.—Chegadas a Brunswick, contou logo á tia Rheberg, ao pae de Roza e á tia Seeburg as circumstancias, em que Roza se achava compromettida com o Conselheiro Lauter; mas calou tudo quanto podia culpala, e produzio o bilhete de Luiz. A' vista do exposto, todos foraõ de commum parecer, que Roza devia prehencher a sua promessa. Luiz não se achava presente, o que Roza ouvio com terror, mas quando o fosse, o seu bilhete era uma prova decisiva da sua repulsa. Ninguem reparava, que Luiz renunciava Roza, só por que era propriedade de outrem.— Roza porem não devia ficar solteira. A pertençaõ de Lauter era um vantajoso partido. Todos

consideravaõ a opposiçaõ de Roza, como um caprixo pueril, que prestes se desvaneceria. Roza entanto obstinava-se cada vez mais a naõ ser esposa do Conselheiro, offerecia palliativos ás representaçoens das tias; e quando a instavaõ mais vivamente a que cumprisse a sua palavra, naõ tinha senaõ lagrimas e rogos para responder; e era constante na sua negativa. A tia trouxe a campo o contracto de casamento, o relógio, o anel, mas debalde. A tia foi obrigada a recolher outra vez estes documentos, sem ter obtido a mais pequena alteraçãõ na perseverança de Roza. Esta saltou de contente, tomando o braço da prima que lhe disse:—Tu trabalhas mais para te naõ cazares, que todas as raparigas para cazar.

Prestes começou Roza a perguntar por Luiz. Ninguém sabia onde elle estava. A tia repetio o que sabia delle, até a sua sahida de Pymont. Nada mais. As cartas do velho Burckard pouco mais diziaõ: acrescentavaõ, que elle se auzentára desgostozo. Que Roza e Luiz naõ concordavaõ, e que deviaõ ter ambos as suas razoes; mas elle naõ as sabia. Roza ouvia todas estas noticias com uma anxiedade, que naõ podia esconder, e naõ quiz mais nada indagar. Elberg lhe era odioso, o velho Burckard, e sobre tudo Luiz; e estas circumstancias com tudo lhe custavaõ ainda lagrimas. Se eu soubesse ao menos aonde estava! dizia ella consigo. Ella perdia o gosto á tudo. Tinha-se tornado inteiramente apathica. Encontravaõ-na muitas vezes banhada em lagrimas. Porque choras? lhe perguntavaõ. Eu naõ choro, pelo contrario, estou hoje muito contente. Nada porem a consumia tanto, como o naõ saber, onde estava Luiz. Foi obrigada nesse meio tempo a partir para Elberg. O velho Burckard a recebeo, como sempre, com prazer e affecto, e deo-lhe de conselho, que rece-

besse o Conselheiro Lauter, o que ella não esperava. Menina, lhe disse elle, ainda que não sejas minha filha, nem por isso te amarei com menos ternura. Não te guardes para a idade do Lucto. Roza, em quanto dura o rubor das faces pode uma rapariga ter attractivos para um homem; mas quando passa a frescura do rosto feminino, então nem o mais miseravel se captiva d'elle. Este sermão não abalava a pobre Roza. Páe, exclamou ella com intima afflicção, não penseis mal de mim! Se soubesseis o acontecido! . . . estou innocente. Sim, páe, estou innocente. Tanto melhor para ti, querida menina! Então recebe o conselheiro e não faças zombaria de nenhum homem. Eis aqui toda a consolação, que ella obteve do homem de quem tudo esperava no mundo. Com os outros ainda foi peor. A avó, e mãe de Luiz a tractavaõ com frieza. Assim o seu coração começava a fexar-se com esta familia. Passeava só no jardim, parava em todos os lugares, onde tinha brincado com Luiz, e os banhava com lagrimas da mais pungente amargura. Ella escondia estas lagrimas, pois ninguem achava, que tivesse parte nellas. Tornava-se melindrosa, sombria, de mau humor. Luiz era o unico objecto que assim affectava a sua sensibilidade. Ella ria-se, mofando um pouco, quando ouvia louva-lo, particularmente deante d'avó: Deante do velho Burckard, era o contrario: fazia a sua defeza. Mas onde está elle? Que faz elle? perguntava ella então. Hé feliz, lhe respondia o páe, viaja com um amigo seu. A pobre rapariga sentia-se abandonada de todos os entes vivos, abandonada mesmo de Luiz: e começou a abandonar-se de si mesma. Seu coração não era partido pela dor, mas oppresso pela magoa. Seu seio parecia como obstruido; o que se manifestava pelo seu tom dissaboroso, pela indifferença á tudo, e por uma mui sensivel delicadeza.

Gracejava as vezes, como se o não fizesse. Muitas vezes porem a sua natural doçura era suprimida pelo pesadume do seu coração. Mil vezes reclinava a cabeça sobre os braços, sobre a meza, e desfazia-se em doces lagrimas. Mas estas lagrimas não tinhaõ testemunha.—Desejou finalmente deixar Elberg. Na vespera da sua partida, foi ainda uma vez ao jardim. A sua sensibilidade foi por extremo profunda. Lançou-se sobre os lindos berços verdejantes, onde tantas vezes estivera sentada com Luiz. Estendia-se sobre a relva, dava-lhe beijos, e um e decia-a com lagrimas. Adeus! exclamava ella enternecida, e abrindo os braços; Adeus, scenas da minha ventura! Adeus para sempre! Adeus tudo! No mesmo instante outro sentimento lhe veio abafar as lagrimas. Cruéis! exclamou entãõ: Não fazeis senãõ a tormentar-me! Cedo me lançareis na sepultura!

Oh mortaes! as lagrimas mais amargas saõ aquellas, que um coração amante e abandonado derrama na solidão!

Roza despedio-se das pessoas de Elberg mais friamente que do jardim. Partio alegre para Brunswick, posto que nenhuma felicidade ali esperasse. Custou-lhe porem a despedida do velho Burckard. Elle disse-lhe:—Roza, tornarás tu brevemente? Não, jamais, replicou ella com promptidaõ.—Nesse cazo, adeus para sempre, Roza! Sinto-me avesinhar á sepultura. Adeus, Roza! Vem cá, menina, não sejas tam apressada comigo. Estas palavras espedaçaraõ o coração de Roza. Ella lançou os braços ao pescosso do velho. Meo pãe, exclamou ella, sou muito infeliz! Vós me aborreceis todos, e eu nada tenho feito! Pois bem, minha filha, se estás innocente, conçola-te. Deixa-te de penas. A innocencia, filha, não deixa succumbir o coração. Roza foi-se. A sua despedida da avó, e da mãi de

Luiz foi curta. Abraçou ternamente Maria, e disse-lhe: Dá saudades minhas á Luiz: sou desgraçada: não te esqueças, da-lhe as minhas saudades!

Roza chegou á Brunswick. Sahio do coche com tranquillo semblante. Todo o seu ser estava transtornado. Era fria, e incommunicavel. Se a tia fallava do Conselheiro, já se não zangava, ouvia pacificamente; mas era como se ouvisse fallar do homem mais estranho do mundo. Chegou o Conselheiro. Ella assustou-se um pouco, mas tornou logo a tranquillisar-se. Sahia muitas vezes com o Conselheiro, recebia parabens do casamento, e nem uma sylaba dava em resposta. O Conselheiro era assiduo e fervoroso com ella. Roza recebia-o sem repulsa, mas sem amor. Todo o seu coração se tinha convertido em amargosa apathia. Toda a manham estava no seu quarto, e nunca sahia sem ser chamada. O Conselheiro notou-lhe uma vez a sua indifferença. Ella rio-se um pouco. Senhor Conselheiro, disse ella, a minha sorte me tem feito assim indifferente. Mas, credeme, eu hei de preencher os meos deveres! Se soubesseis a escandula que tenho, e do homem que tanto amava! Seos olhos se enchiaõ de lagrimas. O Conselheiro queria saber as circumstancias. Nada, deixemos isso, disia Roza, não quero pensar, e ainda menos fallar nisso. Neste estado de cousas, se aproximava o dia do casamento. Roza vio então que a sua situação era seria. Cada vez se fazia mais pallida. Passava as noites a chorar. Luiz se lhe tornava mais caro, ao ponto de separar-se d'elle para sempre. Ella julgava, que o seu coração succumbiria ao peso da dor. Tudo conspirava para lhe fazer sentir todo o rigor da sua desventura. Calava, mas o seu mesmo silencio a trahia; mostrava-se com tudo meiga, civil, e

attenciosa com o Conselheiro. Via-se porem que isto não vinha do coração. Ella era como uma sombra. A tia propoz-lhe, hir receber-se á Elberg. Roza disse friamente, tia, quereis vós enterrar-me no mesmo dia do noivado!—O vestido para o dia nupcial já se estava apromptando. Vio a mostra da seda para dizer se lhe agradava. Roza queria que elle fosse de côr desmuida, e disse á prima de vagar—como o do defunto, que vimos há pouco tempo!—A prima tremeo, e começou a chorar. Roza, disse ella, não dê tanto que sentir aos outros. Não brinques assim. Assás pallida já te vemos!—Veio o vestido para provar-se: Roza não se oppoz. Todos disseraõ que Roza parecia um anjo com aquelle vestido. Oh! tia, exclamou Roza, vós terieis razão, se eu não fosse mais que anjo!—O terrivel dia estava iminente. Roza o esperava com lagrimas devorantes. Entaõ, Roza, a manham? disse a tia.—Eu, a mamham? pois tam longe estou eu! replicou Roza, e quiz rir-se; mas o movimento do seu gesto só exprimio a sua anxiedade.

Se eu o visse ainda uma vez! exclamou ella, apertando as maons; oh! uma só vez ainda!—Pobre Roza, em vão exclamas tu! Elle não te ouve!

Luiz tinha deixado Pymont com o velho official. Durante a viagem, que faziaõ juntos, Luiz contava ao velho todas as suas particularidades com Roza.—Querido Burckard, disse o ultimo, quereis, que vos diga o que penso a cerca de Roza?—Luiz olhou para elle.—Digo-vos francamente o que penso. Tenho a rapariga por uma namoradeira, que poem todo o seu prazer em trazer muitos peraltas á trella, e que nunca dezejou fazer a felicidade d'um homem de bem.—Caro Senhor, se vós a conhecesseis. . .

Conheço-a bastante. Se ella vivesse com vosco, terieis razão para assim fallar. Mas Brunswick a deitou a perder. Há muitos peraltas ali, que lhe haõ de fer metido na cabeça, que hé uma deusa, uma encantadora. Tu, meu filho, com o teu modo de sentir honrado e justo, deves ser uma fraca couza para ella. Tu naõ ajoelhas á seus pés, naõ lhe beijas a mão, naõ hés seu escravo, porque hés homem; eas mulheres da moda, naõ querem homens, querem escravos. Hoje, meu filho, naõ se busca o merecimento das couzas, mas só a apparencia. Maneiras, isto hé, exterioridades, hé o que se quer no homem. Naõ importa que elle seja mais invejoso que o caõ, mais rapinador que o lobo, mais lascivo que o gallo da montanha, mais feroz que o tigre: maneiras, e nada mais senaõ maneiras. Assim um casquilho, um paroleiro terá sempre mais aceitação, que vós. Naõ digo que o Conselheiro Lauter seja um peralvilho, conheço-o muito pouco. Mas naõ hé homem que se possa comparar com vosco. Elle apresenta-se com lenço e meias de seda, fivellas de pedras, sobre cazaca com alamares de oiro, e alfinete de brilhantes; e tu pobre rapaz, com botinas, calças de linho, e chapéo redondo: que has de fazer ao pé d'elle? Ella deve ter vergonha de passear pelo teu braço, podendo ter o de um casquilho, recamado de ouro. Eis aqui o segredo.

Aqui principiou Luiz uma viva contestação com o velho, afirmando que elle naõ tinha razão de culpar Roza, pois que naõ tinha cabal conhecimento d'ella; que era impossivel, que Roza fizesse em Brunswick uma figura semelhante á que elle descrevia.—Pode ser, replicou o velho, mas a sua conducta em Cassel naõ teve todo o ar de *coqueteria*? Naõ o disse assim teu pae mesmo? Suppunhamos, que ella veio com sin-

cero intento de se reconciliar comtigo; porque se auzentou de repente, e as escondidas? Caro amigo, para mim isso hé mais claro que o dia. Se ella fosse sincera, innocente, e da honra, que vós dizeis, devia. . . . N'uma palavra, tendes sido logrado. Deixai-vos disso. Dai graças á Deus; de que vos custe só um par de lagrimas, o que vos custaria o socego de toda a vida, se ella viesse a ser vossa espoza.

Luiz ouvia tudo isto de um homem experiente, que conhecia o mundo, e que de mais á mais se mostrava seu amigo. Naturalmente, este objecto repetido muitas vezes nas conversas da viagem, fez grande impressãõ no entendimento de Luiz. Rogou-lhe o velho, que fosse com elle até uma fazenda, que tinha junto de Brandenburg. Luiz aceitou o convite de boa mente.

No estado em que se achava, não era o seu maior dejezo voltar para Elberg. Da primeira cidade, em que pousáraõ, escreveo Luiz á seu pãe, dizendo-lhe, que Roza hia ser esposa do Conselheiro Lauter. Que o seu coração estava tranquillo, porque os pequenos caprixos, que tinha descoberto em Roza, lhe faziaõ supportavel a sua perda. Na mesma carta lhe rogava tambem a permissãõ de viajar um pouco ainda com o seu amigo, em ordem a procurar distrahir-se. O tom pacifico desta carta, e o socego com que fallava do character de Roza, tranquilizáraõ Burckard sobre o estado de seu filho.—Ah! elle começa a achar-lhe defeitos, entãõ está diminuto o seu amor. Todos erravaõ, como se vê; e a desventura, a perpetua desventura deste bello mancebo parecia ser inevitavel.

(Continuar-se-há em o Numero seguinte.)

SCIENCIAS.

Progresso das Sciencias Physicas no anno de 1816.

(Continuado da pag. 208, do No. LXXIII.)

Theoria de Mr. Dalton sobre a absorvição, dos gases por meio dos liquidos.—Mr. Dalton publicou na segunda serie das Memorias de Manchester um papel intitulado “*Tratado sobre a Absorvição de Gases pela agua e outros liquidos.*” Este papel hé na verdade notavel por aquella agudeza e simplicidade, que tão eminentemente distinguem todas as produções deste illustre chimico. O seu fim hé provar, que a absorvição hé inteiramente mechanica, e occasionada pela compressão do ar, que peza sobre os liquidos.—Ora á esta theoria occorrem-nos duas objeções que parecem insuperaveis, a saber.—1º A agua absorve de certos gases um volume muito maior, que o seu proprio; e em taes casos deve necessariamente haver uma affinidade chimica entre o liquido e o gas absorvido; e ainda que hajaõ gases, que sejaõ mui pouco absorvidos por liquidos; o que se segue hé, que não há tanta affinidade reciproca: mas isso não prova, que nestes casos não exista affinidade alguma; por quanto póde haver maior ou menor grau de qualquer potencia. 2. A agua absorve uma porção determinada de todos os gases; porem essa porção absorvida varia immenso nos differentes gases; de alguns, por exemplo, absorve ella um volume correspondente ao seu, e de outros so $\frac{1}{64}$ do seu volume. Ora se a absorvição hé simplesmente mechanica, não

vemos o motivo por que haja esta differença; porem se admittirmos, que há affinidade entre os gases e os liquidos, entãõ a quantidade de gas absorvida andarã na proporção da affinidade que entre ambos subsistir; e sera tambem modificada pela maior ou menor elasticidade do gas.

Sobre esta mesma absorvição de gases por varios corpos publicou de Saussure uma memoria, que foi traduzida, e anda impressa no volume sexto dos Annaes de Philosophia. As experiencias, que ahi se achãõ, sãõ pela maior parte relativas á absorvição dos gases por corpos solidos; mas há uma secção que tambem trata da absorvição pelos liquidos: nella mostra de Saussure, 1º Que a lei estabelecida por Mr. Dalton sobre a absorvição mechanica dos gases não he exacta. 2º. Que a quantidade de um gas absorvido por differentes liquidos não hé sempre a mesma, como Dalton havia supposto, porem sim mui diversa. 3º Que o grau de absorvição nos gases varia segundo a natureza dos liquidos: assim a naphtha absorve maior porção de gas olefiante, do que de gas acido carbonico, entretanto que o azeite absorve mais acido carbonico, do que gas olefiante. Saussure tambem mostra por meio de experiencias, que a absorvição pelos liquidos dos gases mixtos não se conforma com a ley, que M. Dalton há estabelecido. Em resposta aos argumentos de Saussure, M. Dalton procura mostrar no volume VII dos Annaes de Philosophia em como as experiencias de Saussure coincidem mui bem com a sua theoria, com tanto que substituamos os diversos graus de absorvição estabelecidos por Saussure em lugar daquelles, que elle Dalton houvera fixado.—Apezar disso nós ainda não podemos assentir á opiniaõ de que a absorvição dos gases pelos liquidos hé inteiramente mechanica; por isso que há varios phe-

nomenos, que nos parecem incompatíveis com tal doutrina—

O effeito que o ar parece produzir na cristallizaçaõ dos liquidos.—Mr. Geiger publicou no Jornal de Schweigger um facto, que elle julga illustrar bastante a influencia, que tem o ar em produzir a cristallizaçaõ dos liquidos. Deitou elle em uma garrafa de quatro onças bem tapada com uma rolha de vidro, duas onças de acido acetico, obtido pela distillaçaõ de uma mistura de acetato de potassa e bisulphato de potassa: observou que esta botelha podia expor-se á uma temperatura de 14 ou mesmo 9° 5° sem gelar o liquido; porem que apenas se tirava a rolha, havia congelaçaõ—Achou tambem que o liquido não gelava, quando se sacudia bastante a botelha. A cristallizaçaõ não foi interrompida, mesmo quando se abriu a garrafa em um quarto, onde a temperatura estava a 50 graus.

Cristallizaçaõ da Cal—M. Gay Lussac descobrio ultimamente um methodo mui ingenhoso de cristallizar a cal—Elle poz em um recipiente exaurido da maquina pneumatica uma porçaõ de agua de cal junta com um pouco de acido sulphurico concentrado. Quando o acido se tornou fraco foi extrahido, e nova porçaõ substituida em seo lugar: a cal se foi gradualmente cristallizando, e apresentou a figura de um prisma hexagono.—

THEORIA ATOMICA.

Atomos de ferro, Zinco e Manganese.—Dobereiner publicou no Jornal de Schweigger varias experiencias sobre as oxides destes metaes.—A oxide negra de ferro achou elle ser composta de 100 partes de metal + 30 de oxigenio; e a oxide vermelha de 100 de metal + 45 de oxigenio.—A oxide de zinco hé composta de 100

de metal + 22.5 de oxygenio. Segundo as precedentes experiencias os pezos dos atomos de ferro e zinco são—

Ferro.....	3.33 ou 6.66
Zinco... ..	4.44

Segundo o Dr. Thomson os atomos dos dois sobreditos metaes tem os pezos seguintes:

Ferro.....	3.5 ou 7.00
Zinco.....	4.0

Parece pelas experiencias, que fez Dobereiner com o veio preto de mangase achado em Transylvania, que este mineral hé um sulphurete de manganese, e não uma oxide sulphuretada, como suppunhaõ Klaproth e Vauquelin. Elle achou, que o mineral constava de 100 partes de metal e 52 de enxofre: segundo este resultado um atomo de manganese anda por 3.84, ou 7.7.—O pezo de cada atomo hé provavelmente o mesmo que o do ferro.

Azote.—Dobereiner hé de opiniaõ, que o azote hé uma substancia elementar, e que hé susceptivel de se combinar com quatro proporçoens de oxygenio da maneira seguinte:—

	Azote.	Oxygenio.
1 Ar atmosferico, ou protoxide de azote, composto de.....	1 atomo	+ 1 atomo.
2 Oxide nitrosa, ou deutoxide de azote, composto de.....	1	+ 2
3 Gas nitroso	1	+ 4
4 Acido nitrico	1	+ 8

Gay Lussac tambem fez o anno passado alguns experimentos com os compostos de azote e oxygenio, e os resultados que obteve foraõ:

	Azote.	Oxygenio.
1 Oxide Nitrosa, composta de ...	1 atomo	+ 1 atomo.
2 Gas Nitroso	1	+ 2
3 Acido Pernitroso	1	+ 3
4 Acido Nitroso	1	+ 4
5 Acido Nitrico	1	+ 5

A substancia, que Gay Lussac chama acido pernitroso hé á que os chimicos davaõ antigamente o nome de acido nitroso; e a que elle denomina acido nitroso hé o *vapor nitroso* dos antigos chimicos.—Mr. Dulong por meio de experiencias directas mostrou ultimamente, que a substancia, que Gay Lussac considera como acido pernitroso, hé exactamente o mesmo que o vapor do acido nitroso dos antigos chimicos; e que este acido pernitroso póde ser formado, se directamente combinarmos o oxygenio com o gas nitroso.

Gravidade Especifica dos Gases. — No 1º volume dos Annaes de Chimica e Physica Gay Lussac publicou uma taboa, em que vem circunstanciada a gravidade especifica de todos os corpos gasosos:—visto ella ser assas relevante, julgamos acertado aqui transcreve-la.

Corpos Gasosos.	Gravidade Especifica.	Nomes dos respectivos Chimicos que acharaõ taes gravidades.
Ar	1.0000	
Vapor de fidine	8.6195	Gay Lussac—Annaes de Chimica, numero XCI. pag. 17.
Vapor de ether hydriodico	5.4749	Gay Lussac.
Vapor de oleo de terebentina	5.0130	Gay Lussac.
Gas acido hydriodico ...	4.4430	Gay Lussac—Ann. de Chimica.
Gas acido fluosilico	3.5735	Joaõ Davy—Transacçoens Philosophicas de 1812, pag. 354.
Gas phosgene	3.3894	Do. Do. pag. 150.
Gas acido nitroso	3.1764	Gay Lussac.
Vapor de sulphurete de carboneo	2.6447	Gay Lussac.
Vapor de ether sulphurico	2.5860	Gay Lussac.
Chlorine.....	2.4700	Gay Lussac e Thenard.
Euchlorine	2.3144	Gay Lussac.

Gas fluoborico	2.3709	Joaõ Davy—Transacçoens Philosophicas de 1817, pag. 366.
Vapor de ether muriatico	2.219	Thenard—Memoires d'Arceuil, vol. I. pag. 121.
Gas acido sulphuroso ...	2.1930	Davy.
Vapor chloro-cyanico ...	2.1113	Gay Lussac—Ann. de Chimie XIV. pag. 210.
Cyanogen	1.8064	Do. Do. pag. 117.
Vapor de alcohol absoluto	1.6133	Gay Lussac.
Oxide nitrosa	1.5204	Colin.
Acido carbonico	1.5196	Biot e Arago—Memoires de l'Institute 1806, pag. 320.
Acido muriatico	1.2474	Do. Do. pag. 320.
Hydrogenio sulphuretado	1.1912	Thenard e Gay Lussac—Recherches Phys. Chim. I. pag. 191.
Oxygenio	1.1036	Biot e Arago—Memoires de l'Institute 1806, pag. 320.
Gas nitroso	1.0388	Berard.
Gas olefiante	0.9784	Th. de Saussure — Annal. Chimie LXXXIX. pag. 283.
Azote.....	0.9691	Arago e Biot—Mem. de l'Institute 1806, pag. 320.
Oxide de carboneo	0.9569	Cruikshanks.
Vapor hydrocyanico.....	0.9476	Gay Lussac — Annal. de Chim. XCV. pag. 150.
Hydrogenio phosphoretado	0.870	Davy.
Vapor d'agua.....	0.6235	Gay Lussac.
Ammoniacó	0.5967	Biot e Arago—Memoires de l'Institute 1816, pag. 320.
Hydrogenio carburetado	0.5550	Thomson.
Hydrogenio arseniatado	0.5290	Trommsdorf.
Hydrogenio	0.0732	Arago e Biot—Mem. de l'Institute 1806, pag. 320.

LUZ.

1. *Phosphoresencia de Corps.*—São bem sabidas as curiosas experiencias, que fez Beccaria com a

luz, que de si lançaõ a maior parte dos corpos, quando são de subito levados á um lugar escuro, depois de terem estado expostos aos raios directos de sol:—desde esse periodo, que já foi há alguns annos, se tem achado varios factos importantes relativos á este mesmo objecto, particularmente por M. Canton, que inventou uma substancia dotada desta singular qualidade em grande ponto. Ultimamente Theodoro Von Grotthus achou um mineral, que possue esta propriedade phosphorescente em um grau muito mais elevado, do que outra qualquer até agora conhecida: elle publicou no Jornal de Schweigger uma circumstanciada descripção dos phenomenos, que apresenta este corpo; e ahi tambem apresenta uma theoria para dar solução ao que hé phosphorescencia em geral. A substancia, á que Von Grotthus allude, hé o espato fluorico violetado descoberto em Nertschink, o qual pertence áquella variedade de espato fluorico há muito conhecido dos mineralogistas pelo nome de chlorophane. Sendo esta substancia um pouco aquecida lança de si grande porção de luz verde clara:—mesmo o calor da mão hé bastante para produzir este effeito:—e se acaso for exposta á luz do sol, ou á de uma vela, e depois transportada para um lugar escuro; dá luz, e continua a dar por longo tempo.—Grotthus comparou-a com o pyrophoro inventado por M. Canton, e achou que a sua phosphorescencia não só era mais permanente, mas até mais brilhante, do que este ultimo.—A sua theoria da phosphorescencia hé que a luz solar, que se acha entre os polos elementares do corpo phosphorescente, hé decomposta nos seos principios electricos elementares, a saber, electricidade positiva e negativa, e que a subsequente uniaõ ou expulsaõ destes elementos da luz occasionaõ a phospho-

rescencia do corpo. Esta hypothese o author illustra com muitos argumentos; e tambem se esforça por mostrar em como ella se conforma com as experiencias e observaçoens de Des-saignes, se ellas forem intendidas como devem ser.—Aquelles, que desejarem examinar as bases sobre que Grolthus funda a sua theoria acharaõ no Jornal de Schweigger o papel, que versa sobre este assumpto; o qual não o podemos aqui transcrever por ser demasiado longo.

O Pyrophoro de Homberg.—Há sete annos que Sir H. Davy asseverou, que o pyrophoro de Homberg devia as singulares propriedades que possuia á uma porção de potassio que se condensava durante a formação do pyrophoro; e que este lançava de si hydrogenio potassuretado, quando se achava em contacto com a humidade; —da mesma opiniaõ era o Dr. Coxe de Philadelphia, como se vê de uma carta, que elle escreveo ao Dr. Thomson, e que se publicou em um dos numeros dos Annaes de Philosophia. Dobereiner procurou ultimamente verificar, se esta idea eraõ ou não exacta; e por meio de varias experiencias achou, que o pyrophoro de Homberg hé um composto de potassio, enxofre, e carboneo.

CALORICO.

Dilataçaõ dos Corpos por meio do Calor.—M. Gay Lussac e Arago publicaraõ o anno passado varias taboas da dilataçaõ dos corpos por meio do calor: passaremos a transcrever algumas dellas por serem na realidade importantes

Taboa 1^a.—Dilataçaõ linearia de differentes substancias, quando saõ elevadas desde o grau regelante até o de 212, segundo as experiencias de Laplace e Lavoisier.

Substancias.	Dilataçãõ.	
	Em decimaes.	Em fracçoens vulgares.
Aço naõ temperado	0.00107915	... $\frac{1}{327}$
Aço temperado, e aquecido até o grau de 150	0.00123956	... $\frac{1}{807}$
Prata de lei, de Paris	0.00190974	... $\frac{1}{524}$
Prata refinada	0.00190868	... $\frac{1}{524}$
Cobre	0.00171733	... $\frac{1}{582}$
Lataõ	0.00187821	... $\frac{1}{532}$
Estanho, vindo de Malacca	0.00193765	... $\frac{1}{516}$
Do. de Cornwall	0.00217298	... $\frac{1}{462}$
Ferro amartellado	0.00122045	... $\frac{1}{813}$
Fio de ferro	0.00123504	... $\frac{1}{812}$
Vidro Inglez.....	0.00081166	... $\frac{1}{1248}$
Mercurio (em volume)	0.01847746	... $\frac{1}{5412}$
Oiro fino	0.00146606	... $\frac{1}{682}$
Oiro de lei, de Paris	0.00155155	... $\frac{1}{645}$
Platina (segundo as experiencias de Borda)	0.00085655	... $\frac{1}{1167}$
Chumbo	0.00284836	... $\frac{1}{351}$
Vidro Francez	0.00087193	... $\frac{1}{1147}$
Do. de cristal, Francez	0.00089694	... $\frac{1}{1115}$
Do. para espelhos, Francez	0.00089089	... $\frac{1}{1122}$

Toboa 2^a. — Dilataçoens linearias desde 32 graus até 212, segundo as experiencias de Troughton

Aço	0.0011899	... $\frac{1}{845}$
Prata	0.0020826	... $\frac{1}{480}$
Cobre	0.0019188	... $\frac{1}{521}$
Fio de ferro	0.0014401	... $\frac{1}{694}$
Platina	0.0009918	... $\frac{1}{1008}$
Palladio (segundo as experiencias de Wollaston).....	0.0010	... $\frac{1}{1000}$

Taboa 3^a.—Dilataçãõ dos liquidos em volume entre a temperatura de 32 graus até 212, segundo as experiencias de Dalton.

Acido muriatico.....	0.0600	... $\frac{1}{17}$
Acido nitrico	0.1100	... $\frac{1}{9}$
Acido sulphurico	0.0600	... $\frac{1}{17}$
Alcohol	0.1100	... $\frac{1}{9}$
Agua	0.0466	... $\frac{1}{22}$
Agua saturada com sal commum.....	0.0500	... $\frac{1}{20}$

Ether	0.0700	...	$\frac{1}{14}$
Oleos fixos	0.0800	...	$\frac{1}{12}$
Oleo de terebentina	0.0700	...	$\frac{1}{14}$
Mercurio	0.0200	...	$\frac{1}{50}$
Mercurio (segundo as experiencias de Lord C. Cavendish)	0.01872	...	$\frac{1}{53}$

(Continuar-se-ha.)

P O L I T I C A.

REINO DO BRAZIL.

DECRETO, á cerea das Gradaçoens Militares,
que competem aos Officiaes de Fazenda.

Convindo regular as Gradaçoens Militares, que competem aos Officiaes de Fazenda, que em algumas Capitanias deste Reino do Brazil ainda servem de Vedôres de Gente de Guerra, e nesta qualidade exercitaõ as funcçoens de Thezoureiros das Tropas das mesmas Capitanias; e ao mesmo tempo determinar os Uniformes Militares, de que devem usar como Empregados Civis do Exercito: Hei por bem determinar, que os sobreditos Officiaes de Fazenda, que servirem de Vedôres da Gente de Guerra, gozem, durante o tempo que, assim forem empregados, da simples gradação de Tenentes Coroneis, sem que por isso venção ou tenhaõ direito a perceber soldo algum Militar; e poderaõ usar, durante o mesmo tempo, do Uniforme de que usaõ os Officiaes da

Thesouraria Geral das Tropas desta Côrte. O Conselho Supremo Militar assim o tenha entendido, e faça executar, expedindo os Despachos necessários.

Palacio do Rio de Janeiro tres de Março de mil oitocentos, e dezesete.

Com a Rubrica de Sua Magestade.

DECRETO, á cerca das *Graduaçoens, e Patentes Militares que devem ter os Secretarios dos Governos das Capitanias Geraes do Reino do Brazil.*

Havendo Eu concedido a alguns Secretarios dos Governos das diversas Capitanias Geraes deste Reino do Brazil Graduaçoens, e Patentes militares em Milicias ; e convindo determinar em regra geral a Graduação, e uniforme Militar, que devem ter, e usar estes Empregados, du.ante o tempo que servirem taes empregos ; Hei por bem, que os Secretarios dos Governos das Capitanias Geraes, isto hé, daquellas cujos Governadores forem Capitaes Generaes, gozem da simples Graduação de Coroneis de Milicias, e os das outras Capitanias da Graduação de Sargentos Móres, durante o tempo que exercerem os referidos Lugares de Secretarios ; e usem entaõ do mesmo uniforme determinado para os Officiaes do Estado-Maior do Exercito, no Plano que acompanhou o Decreto de desenove de Maio de mil oitocentos e seis, com a differença porém de que as bordaduras, galoens, botoens, Dragonas, e Floretes, seraõ de metal branco, como está ordenado para as Milicias em geral. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido,

e o faça executar com os Despachos necessários.

Palacio do Rio de Janeiro em tres de Março de mil oitocentos e desesete.

Com a Rubrica de Sua Magestade.

Alvará, por que se concede á Universidade de Coimbra a mercê de poder assistir pelos seus Representantes, entre os Tribunaes, ao Acto da Acclamação de El Rey, e mais Acclamações futuras.

Eu El Rei Faço saber aos que o presente Alvará virem, que havendo os Senhores Reis Meus Augustos Predecessores liberalmente concedido á Universidade de Coimbra muitas honras, graças e mercês, com o fim de que esta Corporação Scientifica animada e movida de tão nobres estimulos continuasse com disvelo e assiduidade em cultivar e promover os estudos das Sciencias a bem da prosperidade do Estado : e merecendo ella cada vez mais a Real Protecção e Favor, pelo desempenho, com que os Membros, que a constituem, satisfazem ao seu ministerio, e pelas decisivas provas, que deraõ na invasão do Reino de Portugal, de patriotismo e fidelidade a Minha Coroa : Desejando Eu honra-la por tão justos motivos, continuando a fazer-lhe mercês, pelo muito que merece a Minha Real Contemplaçaõ um Estabelecimento, em que se habilitaõ os Meus Fieis Vassallos, para servirem depois com proveito do Estado e da Causa Publica os Empregos e Lugares mais importantes : Sou Servido outorgar-lhe a Mercê de poderem os seus Representantes assistir ao Acto da Minha Real Acclamação, á que se hade proceder proxima-

mente nesta Côrte, tendo lugar no mesmo degrão, em que estiverem os Tribunaes: e Hei outro sim por bem que da mesma Graça e Mercê gozem para o futuro nas Acclamaçoens dos Senhores Reis deste Reino Unido, que Me houverem de succeder, as Pessoas, que em taes occasioens a Universidade enviar á Côrte, para a representarem.

Pelo que Mando a todas as Pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leis ou Disposiçoens em contrario; que todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se de cada uma fizesse especial menção. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não há de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, não obstante a Ordenação em contrario.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em desesete de Março de mil oitocentos e desesete.

REI.

Conde de BARCA.

Alvará pelo qual Vossa Magestade Ha por bem conceder á Universidade de Coimbra a Mercê de poderem os seus Representantes assistir entre os Tribunaes no Acto da Real Acclamação, a que se hade proceder proximamente nesta Côrte e nas que para o futuro se fizerem dos Senhores Reis Seus Augustos Successores.

Para Vossa Magestade Ver.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil a fol. 114 vers. do Livro II. de Leis, Alvarás, e Cartas Regias.—Rio de Janeiro

em vinte e quatro de Março de mil oitocentos e desesete.

JOZE BALBINO DE BARBOZA E ARAUJO.
JOÃO CARNEIRO DE CAMPOS o fez.

Relação das Pessoas que entregaraõ no Real Erario Donativos gratuitos, para as urgencias do Estado desde 31 de Março até 18 de Abril de 1817.

	<i>Reis</i>
O Baraõ de S. Lourenço.....	2:000,000
O Baraõ do Rio Seco	20:000,000
O Excellentissimo Conde de Parati	600,000
O Criado do Sua Magestade, Luiz Joze do Valle	50,000
O Dito,—Thomaz Antonio Carneiro	600,000
O Negociante Leandro Joze Marquez Franco de Carvalho	1:000,000
O Thesoureiro da Uxaria Joze Joaquim de Mattos Ferreira Lucena	1:000,000
O Fizico Mor Vicente Antonio de Azevedo	100,000
O Commendador Joze Maria Rapozo de Andrade e Souza	3:000,000
O Criado de Sua Magestade Joaquim Brusco ...	50,000
O Dito,—Joze Luiz Brusco	50,000
O Dito,—Joze Maria Azevedo	50,000
O Conselheiro Joze Correia Picanço, e seu filho o Brigadeiro Joze Correia Picanço	480,000
O Cirurgiaõ Mor Antonio Joaõ Martins	12,000
O Criado de Sua Magestade Joze Antonio da Silva	24,000
O Excellentissimo Conde de Belmonte	4:000,000
O Excellentissimo Conde de Cavalleiros	600,000
O Ourives Joze Botelho de Sequeira Mattos Araujo	400,000
O Criado Particular Roberto Joaõ do Cabo	200,000
O Medico da Camara Estacio Gularte Pereira ...	100,000
O Pagador das Reaes Cavalharices, Joze Caetano Marques.....	100,000
O Criado de Sua Magestade, Joze de Azevedo Santos	120,000
O Padeiro Joaquim Gonçalves dos Santos	200,000
O Criado Particular, Antonio Fragozo	200,000
O Criado de Sua Magestade, Joze Baptista Diniz	50,000

O Criado de Sua Magestade Henrique Joze d'Alvarenga	24,000
O Dito,—Antonio Pereira de Carvalho.....	50,000
O Porteiro da Camara Joaquim da Silva Giraõ...	400,000
O Negociante Joze Pereira Guimaraes	3:200,000
O Criado de Sua Magestade Jeronimo Pereira ...	600,000
O Dito—Joze Maria da Silva	60,000
O Negociante Joze Pinheiro dos Santos	200,000
O Comprador da Real Uxaria Ignacio Francisco	100,000
O Mestre das Reaes Cozinhas Joze da Crus Alvarenga	50,000
O Criado de Sua Magestade Manoel Marquez...	30,000
O Tenente Coronel Manoel Joaquim Ferraõ ...	50,000
O Thesoureiro Geral da Junta da Real Fazenda de S. Paulo, Manoel Rodrigues Jordaõ	2:000,000
O Excellentissimo Marquez de Angeja, uma porção de prata lavrada com o pezo de 577 marcos 7 onças e 7 oitavas, a 6,400 reis o marco.....	3:699,100
O Visconde da Villa Nova da Rainha.....	2:000,000
O Visconde de Andaluz	300,000
O Criado de Sua Magestade, Francisco Ferreira Machado	110,000
O Dito—Antonio Joze da Cruz	100,000
O Dito—Reinaldo Joze da Silva	60,000
O Excellentissimo Marquez de Torres Novas ...	1:000,000
Luiz Antonio de Faria Souza Lobato.....	480,000
O Guarda Roupa Pedro Joze Caupers para pagamento do Prets de 6 mezes adiantados para 21 Praças dos Voluntarios do Principe Real alem do que vencerem até se recolher a tropa	384,000
O Criado de Sua Magestade, Joze Francisco Formiga	50,000
O Marechal Joze de Oliveira Barboza	800,000
O Contador Geral Joaõ Prestes de Mello	100,000
O Padre Renato Pedro Boiret	100,000
O Chanceller Mor do Reino Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal.....	200,000
O Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiro e Castro	200,000
O Contador Geral Marcellino Antonio de Souza	100,000
O Dezembargador do Paço Joze de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira	1:000,000
Um anonimo	2:000,000
O Criado de Sua Magestade Pedro da Silva	14,400
O Padeiro Manoel Ribeiro Guimaraes	600,000
O Excellentissimo Conde do Ribeira Grande ...	600,000
O Sellador Mor d'Alfandega, Antonio Nascentes	

Pinto, continuando a fazer entrega de igual quantia mensalmente em quanto durar a expedição em Pernambuco	50,000
Manoel Theodoro de Araujo Azambuja, idem ...	100,000
O Conselheiro Escrivão da Meza do Real Erario Manoel Jacinto Nogueira da Gama	600,000
O Conselheiro Joaõ Paulo Bezerra.....	600,000
O Visconde de Mage	1:000,000
O Guarda Mor do Rio Preto Francisso Dionizio Fortes	200,000
O Cirurgião Mor Antonio Joze da Lança	80,000
O Criado Particular de Sua Magestade, Joaõ Brusco	60,000
O Physico Mor do Reyno Manoel Vieira da Silva	1:000,000
O Conego Joze Joaquim Gomes da Silva	480,000
Manoel de Faria Mariz	25,600
O Conselheiro Joaquim Joze de Souza Lobato...	240,000
O Dezembargador Diogo Vieira de Tovar Albuquerque	200,000
O Conselheiro Diogo de Toledo Lara Ordonhes	200,000
Joaquim Martins Pinto	100,000

Subscripções á cargo de Joaõ Rodrigues Pereira de Almeida.

Joaquim Pereira de Almeida e Ca.....	2:000,000
Joze Joaquim Pereira de Carvalho.....	50,000
Manoel Joaquim de Azevedo	40,000
Joze Caetano Gomes	50,000
Bernardino Brandaõ Castro.....	100,000
Ildefonso de Oliveira Caldeira.....	200,000
Antonio de Miranda Marques.....	100,000
Bernardo Joze Borges	100,000
Joaõ Ignacio Tavares	400,000
Manoel Moreira Lirio	100,000
Antonio Ferreira Alves	1:000,000
Joze Ferreira dos Santos	100,000
Antonio da Veiga Guerra	100,000
Francisco Lopes de Araujo	100,000
Antonio Joze Luiz Couto	32,000

Subscripções á cargo de Fernando Carneiro Leão, e Amaro Velho da Silva.

Carneiro, Viuva, e Filhos.....	4:000,000
Viuva Velho, e Filho	4:000,000
Viuva Gonçalves, e Filho.....	2:000,000
Dias, Viuva, e Filhos	2:000,000

Joaquim Joze de Sequeira	2:000,000
Joze Luiz da Molta	1:000,000
Claudio Joze Pereira da Costa	1:000,000
Manoel Guedes Pinto	1:000,000
Manoel Bernardes Pereira da Veiga	1:000,000
Joze Antonio Gomes de Araujo.	1:000,000
Antonio Gomes Barrozo	500,000
Theodoro Ferreira de Aguiar	400,000
Manoel Pinheiro Guimaraes	400,000
Manoel Alvares da Fonseca Costa	400,000
D. Anna Maria do Sacramento Pinheiro	400,000
Francisco Xavier de Araujo	400,000
Manoel Joaquim Ribeiro.....	300,000
Manoel e Joze Maria Velho da Silva.....	300,000
Joaõ Gomes Loureiro, e Filhos	200,000
Joze Henriques Pessoas	200,000
Francisco Joze Guimaraes	200,000
Joaõ Alvares de Souza Guimaraes.....	200,000
Fernando Joze Pinheiro	200,000
Joaõ Ferreira Leite	200,000
Custodio Vianna	200,000
Bonifacio Joze Sergio da Silva	600,000
Joze Nogueira Soares	200,000
D. Marianna Eugenia Carneiro da Costa	1:000,000
Joze Caetano Ferreira de Aguiar	500,000
Thomas Pereira de Castro Vianna	100,000
Antonio Ferreira da Rocha.....	800,000
Antonio da Roza Correa.....	200,000

Subscripçoens feitas na Intendencia Geral da Policia.

O Dezembargador do Paço, Luiz Joze de Carvalho e Mello	1:200,000
Dito—Monsenhor Almeida.....	600,000
Dito—Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho	400,000
O Dezembargador do Paço, Paulo Fernandes Vianna	1:000,000
O Dezembargador de Aggravos, Luiz Thomaz Navarro de Campos	250,000
O Dr. Vicente Navarro de Andrade	200,000
O Dezembargador Manoel Moreira de Figueiredo	150,000
O Dr. Joaõ de Campos Navarro de Andrade	200,000
O Dr. Joze Xavier Telles	600,000
Joaõ Pereira de Souza Caldas	2:000,000
O Conego da Cathedral de Coimbra, Vicente Pereira de Mello	600,000

O Official Maior da Secretaria da Policia, Nicolao Viegas de Proença.....	50,000
O Dezembargador Clemente Ferreira França ...	300,000
Joze Pedro da Costa Barradas	200,000
Joaõ Carneiro de Campos.....	50,000
Joze Joaquim Carneiro de Campos	200,000
Manoel Carneiro de Campos	50,000
Leocadio Joze de Oliveira	40,000
Filippe Correia Picanço	50,000
Joaõ Manoel Martins da Costa	100,000
Manoel Correia Picanço	50,000
Felis Joze do Souza Roza	50,000
Joze Balbino de Barboza o Araujo.....	50,000
Vicente Ferreira da Silva Freire.....	400,000
Sebastião Francisco de Mello e Povoas	36,000
Antonio Bernardino Mascarenhas	34,000
Ignacio Alves Pinto d'Almeida	100,000
Joze Pereira Lopes Silva de Carvalho	60,000
O Dezembargador Luiz Pedreira do Couto Ferráz	50,000
Joaõ Carlos de Mello e Araujo	50,000
Joze Caetano de Paiva Pereira	100,000
Vicente Porfirio Soares Serpa	40,000
Joze de Souza Nunes Meirelles	12,000
Joze Navarro de Andrade ..	100,000
Francisco Jaques do Araujo Bastos	40,000
Joze da Silva Lisboa	100,000

Subscripçoens á Cargo do Senado da Camara.

O Dezembargador Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça.....	100,000
O Commendador Francisco de Souza de Oliveira	2:000,000
O Tenente Coronel Luiz Joze Vianna Gurgel do Amaral e Rocha	600,000
O Coronel Antonio Alves de Araujo.....	400,000
Antonio Martins Pinto de Brito.....	50,000
Joze da Motta Pereira.....	1:000,000
Manoel Joaquim Ribeiro.....	200,000
Antonio Luiz Ferreira de Menezes	400,000
O Tenente Coronel Manoel Joze da Costa	200,000
O Capitão Manoel Gomes de Oliveira Couto ...	200,000
O Coronel Paulo Prudencio Duque Estrada Fur- tado de Mendonça	100,000
O Capitão Custodio Pereira Maia	100,000
Manoel Joze Ribeiro	100,000
Domingos Alves de Azevedo	100,000
O Coronel Antonio Gomes Barrozo	100,000

O Coronel João Joze de Mello	100,000
Os Coroneis Joaquim e Lourenço de Souza Meirelles	200,000
O Capitão Francisco Pereira Monteiro	50,000
O Capitão Antonio Gomes de Brito	50,000
O Brigadeiro Antonio Correia da Costa	72,670
O Capitão João Gomes Valle.....	100,000
Antonio Joze da Costa Ferreira.....	6:000,000
O Tenente Joze Antonio da Costa.....	100,000
Francisco Joze Pereira das Neves	100,000
Joze Luiz Mendes	400,000
Antonio Esteves de Mendonca e Silva	100,000
Manoel Joaquim Dias S. Paio.....	40,000
Francisco Gomes de Macedo	40,000
Tristaõ da Cunha Feijo	40,000
Tristaõ de Sa Cherem.....	50,000
David Pamplona Villa Real.....	20,000
Francisco Xavier de Azeredo.....	20,000
Francisco Joze Gonçalves	50,000
Joze Luiz Coelho.....	25,600
João de Carvalho Bastos	20,000
Joze Vicente Roza	25,000
Joze Martins da Silva	20,000
Antonio Pinto Sequeira	40,000
Manoel Antonio da Silva.....	25,600
Manoel Joaquim de Souza Peixoto.....	20,000
Sebastião Vieira do Nascimento.....	30,000
Luiz Joze da Silva	25,600
Manoel Gonçalves Valle e filho	20,000
Francisco Joze Loureiro	20,000
Benildo Joze da Rocha	25,000
Bento Joze Alves Pereira	20,000
Joaquim da Silva Garcez.....	100,000
Joze Antonio Martins	20,000
Domingos Da Silva Santos	20,000
João Luiz da Rocha	20,000

Soma Total..... 115:152,000

P E R N A M B U C O.

Extracto de uma Carta de Pernambuco de 27 de Junho, 1817.

Amigo, tivemos a felicidade de tornarmos ao que d'antes eramos, ainda que passando por imensos incomodos; comtudo vencemos esses malvados que querião ver a humanidade Pernambucana flagelada, e extinguir a maior parte dos habitantes deste Paiz, huns sendo forçados á pegarem em armas, outros devendo ser mortos pelas suas determinações. Vê, caro amigo, em que circumstancias nos vimos as quaes só á vista te poderei narrar, pois que em escrita seria per-ciza huma resma de papel.

Sobre o estado presente hé a maior desgraça que pode dar-se, pelas numerosas familias que se achão prezas, e que ainda seraõ quando chegar o governador, pois agora nos achamos governados pelo Chefe do Bloqueio, R. I. F. Lobo. Os prezos, que se fizeraõ até 15 do corrente foraõ para a Bahia; mas só foraõ mortos o Martins, Jozé Luis, e o P. Miguelinho: os outros voltaõ para serem sentenciados nesta. No dia 15 de Maio houve a Batalha de *Pojuca*, ocaziaõ em que foi prezo o Martins, o Borbom, e outros mais. Como o resto da tropa voltou destroçada, e não tinhaõ mais á que recorrer, nem meios para enganarem Pernambuco, fizeraõ uma marcha para o Norte no dia 19 de Maio com as tropas que estavaõ debaixo do seu comando, e 2,000 pretos cativos de quem, pelo poder da força, já há tempos tinhaõ pegado, e aos quaes fizeraõ assentar praça com a liberdade que evidentemente lhes deraõ. Mas quiz Deus, que não patrocina

a maldade, que se vissem com grandes faltas de tropa, porque no fim de 24 horas se acháraõ só com um pequeno numero de pretos cativos; os pardos e brancos, logo que viraõ que tudo estava enganado, dezertáraõ; e no dia 20 de Maio tambem logo o povo fez com que as fortalezas arvorassem as bandeiras do nosso Augusto Rey; prova que só aquelles malvados eraõ cauza de tantas desgraças. Como a tropa os deixou sós, tomáraõ a rezolução de se apartarem; e só Domingos Theotonio, e *Leaõ Coroadó* * foraõ os que seguiraõ para deante com esses pretos que lhes ficaraõ. O. P. João Ribeiro matou-se com veneno, e o Pedrozo † foi prezo. Não continûo com a nomeação de todos os prezos por não ter agora tempo.

Em fim para concluir o sistema, á que estí-
vemos sentenceados pelos *Provisorios*, pertendia-
se principiar a chacinar os *Marinheiros* ‡ no Do-
mingo do Espirito Santo, e findar no dia de S.
João, como se achou escripto em varios papeis.

O Marechal Joze Roberto, e o Intendente da
Marinha, que estavaõ prezos na fortaleza, de-
nominada das 5 pontas, foraõ soltos, assim como
Joze de Oliveira Ramos, João da Silva Rego,
Joze Joaquim Jorge, negociantes respeitaveis
desta Praça, aos quaes todos tinhaõ mandado
prender os *Provizorios* porque aquelles honrados
cidadãos, e bons vassallos tinhaõ premeditado
comprar as guarniçoens das fortalezas a fim de
com ellas operar a contra-revolução em favor
do nome e auctoridade de El Rey N. S.

* Joze de Barros Lima, por alcunha—O *Leaõ coroadó*.
Este hé o mesmo individuo que parece começou a revo-
lução, matando o Brigadeiro.

† O Pedrozo hé um capitão de artilharia, que matou o
Ajudante de Ordens.

‡ Nome, que no Brazil geralmente se dá a todos os Eu-
ropeos.

AMERICA HESPAÑHOLA.—VENEZUELA.

Decreto á favor das Manufacturas Brittannicas, e Americanas.

“ O Supremo Poder executivo dos Estados de Venezuela, querendo mostrar a sua gratidão á Gran Bretanha, e aos Estados Unidos d’America pela generosa hospitalidade, que tem dado aos emigrados da Republica em todo o tempo da memoravel epocha passada, assim como pela estricta neutralidade que ambas as ditas potencias tem guardado, admitindo nossos navios em seus portos, e respeitando nossa bandeira no alto mar do mesmo modo que respeitaõ a de nossos inimigos,—tem decretado, e por este decreta o seguinte:—

“ 1. Todos os productos de Inglaterra e d’America do Norte, e todas as suas manufacturas e mercadorias, de qualquer genero que sejaõ, uma vez que venhaõ debaixo de suas bandeiras, teraõ entrada nos portos da Republica, pagando sómente um direito de 6 por cent. em vez de $17\frac{1}{2}$ por cent. que pagaõ as das outras naçoens.

2. Todas as producçoens e mercadorias, exportadas debaixo das mesmas bandeiras, não pagarão mais direitos do que os que pagarem os cidadãos da Republica.

“ 3. A importação d’armas, e de muniçoens navaes e militares, incluidas tambem as muniçoens de guerra, e provisoens da primeira necessidade, não fica sujeita á direitos alguns, tanto pela importação como pelo valor dos retornos. Este artigo hé commum á todas as naçoens em quanto durar a prezente guerra,

4. Os navios das duas naçoens poderão fazer a navegação costeira, sem pagar direitos; e no cazo de não acharem bom mercado poderão também tornar a sahir dos portos da Republica com suas cargas sem pagarem direitos.

“ 5. Os vassallos da Gram Bretanha, e os cidadãos dos Estados Unidos, que ora estejaõ, ou entrem para o deante no territorio da Republica, seraõ mui particularmente favorecidos pelo governo, concedendo-se-lhes a mais ampla liberdade civil e religioza, e dando-se toda a protecção e auxilio aos fabricantes, lavradores, marinheiros, e em geral, á todas as classes de individuos industriozos.

“ 6. Não se deve porem entender, que o governo de Venezuela queira por forma alguma limitar-se á estas unicas demonstraçoens de individual concideração: o mesmo governo solememente declára, que dará as mesmas demonstraçoens de amizade e gratidão á qualquer outra nação que francamente se mostrar favoravel á nossa cauza;—cauza, em que está interessada a industria da Europa com o terreno e mineraes da America, assim como nestes são interessadas todas as relaçoens commerciaes do mundo:—porque, se a mesma Hespanha, reparando bem nos seos verdadeiros interesses, vier á abandonar suas visionarias ideias de dominio, até ella também poderá gozar de todos os fructos de uma mais illuminada politica.

“ 7. O presente decreto será publicado para intelligencia de todos os que n'elle são interessados.

“ No Palacio do Governo em Pampatar, Nova Sparta, (ilha de Margarida) aos 27 de Maio, 1817.

“ R. GARCIA DE SENA, Secret. de Guerra.

Mapa, e Situação dos Exercitos Republicanos d'America do Sul, nas provincias de Venezuela, e Guayana.

O General Simão Bolivar, Generalissimo, tem o seo Quartel-general em Mixa, defronte de Augustura. Está sitiando a Nova e Velha Guayana, com as devisoens dos Generaes Piar, Arismendi, Cerleno, Bermudez, Valdez. Compoem-se o seo exercito de 7,000 homens, infantaria e Cavallaria.

O General Paes, com os exercitos do Baixo Apure, tem 6,000 homens; a maior parte hé cavallaria.

O General Serasa occupa Chappana, na Provincia de Barcelona, na reta-guarda de Caracas, com 1,500 homens de Cavallo, e quazi 600 de infantaria.

O General Marino, na provincia de Cumana, tem, 2,500 homens de infantaria, e 300 cavallos.

O General Razas está em Maturin com 700 cavallos, e 200 homens de infantaria.

Uma divizaõ de navios, consistindo em uma chalupa de guerra, 7 brigues, 1 hermaphrodita, 12 escunas, 1 chalupa, e 12 barcas canhoneiras, com 3,500 homens abordo, ás ordens do Almirante Brion, e destinada para o Oronoko, deo á vela de Carapano no dia 6 de Junho, 1817.

Conquista da Ilha Amelia.

Esta conquista executou-se no dia 23 de Junho, 1817, por Mr. Gregor M'Gregor, que se intitula, —Brigadeiro General dos Exercitos das Provincias Unidas da Nova Granada e Venezuela, e General em Chefe de ambas as Floridas, por

ordem do Supremo Director do Mexico, Sul d'America, &c.

FRANCA.

Paris, 9 d'Agosto, 1817.

As negociaçoens com a Corte de Roma estão terminadas. M. de Talleyrand Perigord, Esmoler-mor de França, antigo Arcebispo de Rheims; M. de La Luzerne, antigo Bispo de Langres; e M. de Beausset, antigo Bispo de Alais foraõ nomeados Cardeaes.

Entre os Arcebispos e Bispos de França, nomeados por El Rey, e instituidos pela Sancta Sé, contaõ-se os seguintes:—S. Eminencia, o Cardeal de Talleyrand promovido ao Arcebispado de Paris; M. de la Pare, antigo Bispo de Nancy, ao Arcebispado de Sens; M. de Berins, coadjutor d'Alby, ao Arcebispado de Leaõ; o antigo Bispo de Sisteron, ao Arcebispado de Toloza; M. de Coucy, antigo Bispo da Rochelle, ao Arcebispado de Rheims; M. de Latil, Bispo de Amyclea, e primeiro Esmoler de Monsieur, ao Bispado de Chartres; M. Lalande, Cura de S. Thomas de Aquino, ao Bispado de Rhodes, &c. &c.

Decreto d'El Rey, relativo aos Officiaes, denominados de meia paga.

“ Luis, &c.

“ Art. 1. Um numero de officiaes naõ empregados, será agregado ao nosso exercito nas seguintes proporçoens:—

“ A cada Legião de Infantaria, em que ainda não estiver formado o terceiro batalhão, se agregará um batalhão, composto de um Chefe de Batalhão, 8 Capitaens, 8 Tenentes, e 8 Segundos Tenentes.

“ A' cada regimento de Cavallaria se agregará um esquadrão, composto de 1 chefe de Esquadrão, 1 Capitaõ Commandante, 1 Capitaõ em Segundo, 2 Tenentes, e 4 Segundos Tenentes.

“ Aos regimentos der Atilharia de pé se agregarão 44 companhias, compostas, cada uma, de 1 Capitaõ Commandante, 1 Capitaõ em Segundo, e 1 primeiro e segundo Tenentes.

“ 2. Os officiaes, assim nomeados, e que tem até aqui recebido meia paga das suas respectivas patentes, continuarão a recebela em suas cazas; mas de hoje em diante ficarão com o direito de occupar a metade dos póstos em serviço activo, os quaes forem vagando nos corpos á que estiverem agregados.

“ 3. As vacaturas que forem occorrendo nos batalhoens agregados em consequencia das nomeações feitas, como fica dito, serão pre-enchidas com officiaes das mesmas patentes, que não foraõ inscriptos na primeira formação dos batalhoens agregados, &c.

“ 4. As fardas dos officiaes dos batalhoens agregados, &c. serão as mesmas dos corpos á que elles respectivamente pertencerem.

(O restante deste Regulamento prescreve a forma do fardamento dos officiaes não incluídos nos batalhoens agregados, &c.)

“ Agosto, 5, 1817. (Assignado) “ Luis.”

H E S P A N H A.

O Ministro das Finanças, D. Martin Garay, ordenou em nome d'El Rey ao Supremo Concelho das Finanças em 30 de Maio passado, que desse o voto á cerca da conveniencia de uma Amnistia geral, ou com restricçoens ou absoluta, em favor das pessoas de diversas opinioens politicas, que se achão no reino ou fóra d'elle. Esta medida havia sido proposta pelo mesmo Ministro, quando apresentou o seo Plano de Finanças, como necessaria para restabelecer a confiança publica; pois que *sem credito* era impossivel occorrer ás necessidades do Estado.

O Conselho, no dia 7 de Junho, respondeo á S. M. que a Amnistia devia ser um inteiro esquecimento de todas as offensas politicas, cometidas durante as convulçoens do Estado. E concluiu o seo Relatorio, recomendando que no dia do feliz parto da Rainha se publicasse esta Amnistia.

Consta, que o Concelho de Castella e o da Inquizição são tambem favoraveis aos refugiados. (*Madrid, 22 de Julho, 1817.*)

Na Gazeta de Madrid, de 10 de Julho, publicou-se o Artigo seguinte, que se deve considerar como bem importante:—

“ Já não está longe o momento em que uma
“ mais illuminada politica há de conhecer, que a
“ cauza do Realismo na America não hé só a
“ cauza de Hespanha porem a de toda a Europa,
“ que verá bem cedo destruida a sua antiga supre-
“ macia em todas as outras partes do globo, se a
“ Independencia consegue fazer reconhecer as
“ suas bandeiras em paizes tão emminente-

“ mente privilegiados, como são os do Sul
“ d’America. A industria e as artes bem de
“ pressa abandonarão a Europa por paizes
“ muito mais bellos; e a superioridade desta
“ parte do globo, que até aqui há sido com
“ razão considerada como centro da civilização
“ humana, acabará em uma servil dependencia.
“ As relações mais amigaveis se acabão de
“ formar com o Brazil, os Estados Unidos, In-
“ glaterra, Austria, e Russia; e a maior parte
“ destas Côrtes tem offerecido o seo auxilio
“ para a pacificação das nossas Colonias.”

Barcos de Vapor em Hespanha.

Sevilha 12 de Julho.

No dia 8 do corrente, da uma para as duas horas da madrugada, sahio daqui para *Cadiz* o *Barco de Vapor* da Companhia da Navegação do Guadalquivir, com o plausivel objecto de celebrar os dias da Rainha nossa Senhora; sem perder de vista o systema de observaçoens que desde o seu principio adoptou a Direcção da dita Companhia nas viagens que fez de curta extensão para corrigir todas as imperfeiçãoens que successivamente se fossem notando.

Convidou a Direcção antecipadamente a Junta Conservadora, os Socios da Companhia residentes nesta Cidade, as Authoridades Publicas, e o Director do Collegio de S. Telino; e chegado o momento de sair o Barco reunirão-se nelle os Directores da referida Companhia, uma commissão de tres Vogaes da Junta Conservadora, os Directores facultativos das obras, e as mais pessoas que aceitáraõ o convite, cujo numero, inclusos os Musicos do Regimento da Prínceza, era de 97 individuos.

Posta em movimento a maquina, sahio o Barco com alegria universal dos concorrentes, e atravessando com felicidade o Canal Fernandino, chegou com a mesma a S. Lucar de Barrameda perto do meio-dia, tendo feito tres paradas de 10 minutos nesta distancia. Navegou mais ou menos segundo o favorecia ou contrariava a maré; mas nunca baixou de quatro milhas por hora, e ás vezes chegou a mais de seis sem esforçar a maquina, nem dar-lhe todo o impulso de que hé susceptivel.

Tendo continuado a sua viagem desde S. Lucar, chegou a Cadiz ás seis da tarde entre acclamaçoens de povo, enthusiasmado com um espectaculo tão novo como maravilhoso. Assim que fundeou na Bahia, passou logo a Direcção á Caza do Capitaõ General para lhe rogar a quizesse honrar com sua presença no Barco. Designado para isso o dia seguinte ás 11 horas da manhã, chegou o General com a sua comitiva, e numeroso concurso de pessoas distinctas; e tendo entrado no Barco, principiou este a navegar na Bahia com admiração de todos, vendo que deixava atrás faluas bem construidas e providas de 18 remos.

Comprido o objecto que a Direcção se propóz, sahio de Cadiz ás 2 da manhã do dia 9 (aliás 10); e ainda que ao principio estava o tempo calmoso, levantou-se logo depois um vento Noroeste tão forte, que deo a conhecer aos intelligentes que esta embarcação pode navegar no mar alto toda a vez que as ondas vierem pela prôa ou pela pôpa, e não pelo costado, onde seria difficil resistir pela muita altura das galerias. Apezar de um vento tão forte e contrario andou em uma hora 9 milhas, que tantas há de Cadiz a Rota, sem mais esforço que o da maquina; pois ainda que a embarcação hé susceptivel de levar alguma

vela em tempo favoravel, nunca se usou deste adminiculo, tratando-se de fazer só com o vapor este primeiro ensaio de uma navegação extensa.

Pela madrugada chegou á vista de S. Lucar, onde se deteve quasi toda a manhã; e tendo sahido dali chegou com toda a felicidade perto do Canal Fernandino, onde se principiou a notar que não bastavaõ para uma navegação larga 80 arrateis de carvão de pedra por hora que se tinha calculado consumia a maquina em viagens de curta extensão, tendo occorrido maiores detenções do que se julgára, bem que indispensaveis para satisfazer a curiosidade dos povos. Foi pois necessario deter-se neste ponto para prover-se de mais carvão na Venda da Negra, aonde se enviou uma embarcação pequena com este objecto.

Provido o Barco de sufficiente combustivel seguiu felizmente a sua navegação até Sevilha, onde chegou ao amanhecer apesar de tantas detenções, annunciando a sua chegada com grata harmonia a musica marcial que vinha no Barco.

Tal há sido o feliz ensaio, que fez a Companhia, de uma navegação extensa na qual não só teve a satisfacção de celebrar os dias da Rainha nossa Senhora, mas tambem de fazer as observaçoens que ficaõ referidas.

LIORNE.

29 de Julho, 1817.

A esquadra Portugueza, que appareceo de fronte do nosso porto no dia 25 do corrente, entrou para dentro depois de 3 dias de quaren-

tena. A Princeza Real de Portugal e Brazil espera-se hoje em Liorne. A cerimonia da entrega deve fazer-se depois d'amanham, e a esquadra Portugueza dará a vela para o Rio de Janeiro assim que tenha bom vento. O Principe de Metternich volta para Vienna, e dali passará a Carlsbad.

INGLATERRA.

Nova Prorogação do Parlamento.

“Palacio de Carlton House, 13 d'Agosto, 1817, presente S. A. R. o Principe Regente em conselho. Foi ordenado por S. A. R. o Principe Regente, em conselho, fazendo as vezes e em nome de S. M., que o Parlamento, que estava prorogado até á segunda feira, 23 do presente mez d'Agosto, se prorogasse ainda até á segunda feira, 3 de Novembro, proximo futuro.”

(*London Gazette*, 16 d'Agosto, 1817.)

Delatores.

(Artigo, extrahido do *Morning Chronicle*, de 2 d'Agosto, 1817.)

“Os *delatores* erão mui communs na Grecia e em Roma. Em todos os cantos das ruas havia um grande numero destes infames individuos que não tinhaõ outro emprego senão de buscar oportunidade de acuzar as pessoas de credito e reputaçãõ. Os Gregos chamavaõ á esta casta de gente—*Συκοφανται*.

“ Os Romanos tinhaõ duas classes, á que chamavaõ—*Mandatores* e *Delatores*. Os primeiros denunciavaõ as pessoas que queriaõ perder, os segundos serviaõ de accusadores ou testemunhas contra ellas. O que muito cencorreio para engrossar o numero destes miseraveis foi o premio que se lhes dava, e consistia na quarta parte dos bens dos condemnados. Os mãos Principes sempre recempensaram e auxiliaram este trafico abominavel; porem Tito procurou escrupulozamente extingui-lo, banindo, ou mandando matar estes traficantes infames. Trajano hé particularmente elogiado por Plinio por haver tido com elles o mesmo procedimento.” (Veja-se Wilson’s Archæological Dictionary, nas palavras—*Delator*, *Mandator*.)

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“ Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e nossa patria.”)

LITERATURA PORTUGUEZA.

Principiámos este artigo com uma Memoria justificativa da actual administração do Hospital da Madeira, assignada por—Joaõ Chrysosthomo Espinola de Macedo, Vigario Collado na Igreja Collegiada de Sta. Cruz da Ilha da Madeira. Nós estavamos obrigados a fazer esta publicação não só pelas leis da imparcialidade que sempre

pertendemos seguir, mas até por aquillo mesmo que escrevemos á cerca deste mesmo assumpto em o nosso No. de Maio passado, a pag. 406. Não nos pareceo necessario publicar Documento algum justificativo dos muitos que recebemos, porque julgâmos que a Memoria, que a elles se refere, por si mesma, diz bastante. Agora tambem, que a materia já se acha de parte á parte amplamente debatida, parece desnecessario levar mais ávante esta questão: o publico, e particularmente os habitantes do Funchal, já tem mais que sufficientes provas deante dos olhos para formarem seo juizo. Todavia, se ainda em alguma das partes restar tal ou qual escrupulo neste ponto, não teremos duvida de publicar mais alguma cousa, com tanto *que venha assignada* com nome verdadeiro, e de que possâmos averiguar a existencia. Já que de uma parte um dos campioens appareceo em campo briosamente com a sua cara descoberta, não hé justo que seja atacado ás escondidas nem á traição por um inimigo incoberto: convem que ambos, lealmente, e como bons cavalleiros, se apresentem no publico com a face descoberta. Recommendâmos porem não só á estes Senhores Correspondentes da Madeira, mas á quaesquer outros que nos hajaõ de remeter suas Correspondencias, —que as façãõ as mais curtas que lhes for possivel, e ao mesmo tempo as mandem escriptas em letra bem clara elegivel, e sem abreviaturas de palavras; porque, de outra sorte, se torna mui difficil a composiçaõ de taes escriptos á compositores estrangeiros, que são obrigados a arranjar para á impressãõ palavras que não entendem; e nesse cazo tambem se não deve esperar que nós as publiquemos. Não podemos occupar-nos em copear, ou fazer copear papelada informe, que muitas vezes se nos remete.

REINO DO BRAZIL.

Entre os papeis, que neste No. publicámos relativos ao Reino do Brazil, principiámos a copiar no artigo, Rio de Janeiro, a lista dos individuos, que tem entregado no Real Erario donativos gratuitos. Nós hiremos continuando successivamente esta lista em os Nos. seguintes, conforme o que formos achando em as gazetas do Rio de Janeiro. Parece-nos conveniente dar toda a publicidade e perpetuidade possiveis ao generoso patriotismo de todas as pessoas que nas dificuldades da patria correm á soccorre-la com o auxilio de seos bens. Este comportamento não só honra muito os individuos que assim obraõ, mas redunda tambem muito na gloria do Monarca que os governa. Hé certo, que um tal povo ama de veras a sua patria, e não ama menos o Soberano que o protege. E como poderiaõ os Brasileiros judiciosos deixar de amar o seo Rey, depois de verem o que elle tem feito, e vai fazendo para á prosperidade do Brazil? A gratidão dos Brasileiros para com El Rey hé uma virtude fundada em um dever.

No artigo Pernambuco, demos o extracto de uma carta chegada á Londres directamente daquella parte do Brazil. Quem a escreveo parece assustar-se, e com razão, com as desgraças que ainda ameaçaõ aquella Capitania. Sim, ella já está livre das desgraças da insurreiçaõ e da anarquia, porem ainda pode passar por outras, igualmente fataes, que são as de uma illimitada vingança pelos crimes ou erros cometidos no periodo antecedente. Hé natural que agora os odios pessoaes operem ainda mais que o amor da justiça e o interesse da patria; e assim longe de faltarem as delações antes sobejaráõ, e n'ellas

será envolvida muita innocencia entre muitos crimes. Muita gente já estava preza, e muita mais se esperava ainda que o fosse; mas estes processos judiciarios se não tiverem um termo, e termo mui proximo, produzirão males talvez ainda peores do que os da mesma insurreiçãõ. Quem produzio esta? Foi a falta de energia do governo local, e duas ou tres cabeças insignificantes, auxiliadas por alguns officiaes subalternos da tropa. A maioria da povoação rica ou dezertou, ou, sendo forçada pelas circumstancias a não desamparar as suas cazas, mostrou sempre muita lealdade e muito patriotismo. Para prova bastaõ alguns nomes das pessoas nomeadas na carta, á que aludimos, e que já se achavaõ prezas pelo governo revolucionario, como suspeitas de tentarem operar a contra-revoluçãõ. Mas supponhamos, que a maioria pobre, e ignorante do povo propendia por tolice ou falta de reflexãõ para este transtorno da patria: hé isto uma cousa natural, porque o ignorante, e o pobre sempre se persuadem que passam á ser ricos com qualquer mudança de cousas. Com tudo neste cazo há mais erro de entendimo, há maior enfermidade moral, do que crime reflectido. E convirá entãõ extinguir toda essa especie do automatos, que hé verdade tem má cabeça, porem tem excellentes braços, sem os quaes não há naçoens nem governos? Ninguem espere da natureza humana cousas maiores do que ella hé capaz: a perfectibilidade absoluta hé uma quimera; e assim hé preciso aproveitar os homens taes quaes elles são com todos os seos defeitos, e imperfeiçãoens.

Nos livros sanctos se menciona um cazo, em que Deos perdoou á toda uma cidade só por que nella se achou um só justo. E por que não perdoará entãõ El Rey, naturalmente bom e gene-

roso, ao seo povo de Pernambuco, quando ali se acharam tantos vassallos leaes e honrados? Este perdaõ, e esquecimento do passado hé que nós ouzâmos tornar a recommendar, assim como já o fizemos em o nosso No. passado, a pag. 276. O interesse publico assim tambem o exige; porque sendo Pernambuco uma das Capitancias mais importantes pela sua agricultura e commercio, ficará completamente arruinada se os cada-falsos estiverem ali por muito tempo erguidos. Os principaes chefes da conspiraçãõ já pagaram com suas vidas o atentado que cometeram: agora entre alguns poucos, ainda notavelmente criminosos, haverá uma infinidade de *suspeitos*. Mas quaõ difficilmente se poderá lavar desta nodoa quem por tolice, por ignorancia, ou por medo obedeceo ou teve parte no governo revolucionario? Aqui, portanto cabe muito bem a *esponja politica*, para lavar com ella todas as manchas passadas, e se principiar nova vida.

Temos em nosso poder uma correspondencia que houve entre o commandante do bloqueio, o chefe de divisãõ, Rodrigo Joze Ferreira Lobo, e os denominados *Patriotas á tésta do partido da Independencia*. Fica para o No. seguinte.

Concluiremos as nossas Reflexoens sobre os negocios de Pernambuco, copiando aqui duas Notas importantes á cerca dos ultimos acontecimentos daquella Capitania. Muitos dos Leitores dos Jornaes Portuguezes terãõ visto, que entre os regulamentos, ou Actos, que emanaram do denominado *governo provisorio*, e que forãõ publicados pelo *Correio Braziliense*, se acha um a pag. 615 do No. de Junho, intitulado:— *Decreto do Governo Provisorio de Pernambuco, confirmando o Consul Britannico*. S. E. o Ministro Portuguez em Londres, vendo a irregularidade do procedimento do Consul Britannico,

dirigio á este respeito uma Nota official ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, de que recebeo immediatamente uma mui satisfactoria resposta. Estas são pois as duas Notas que passâmos a publicar.

Nota de S. E. o Ministro Portuguez em Londres á S. E. Mylord Castlereagh.

Londres, 14 de Julho, 1817.

“ O abaixo-assignado acaba de ler com admiração entre os papeis de Pernambuco, que correm impressos, um Decreto do denominado Governo, dirigido á Mr. John Lampriere para effeito de o confirmar nas funcções de Consul Britannico, que elle exercia antes da revolução. Este Decreto, com data de 11 de Março, do qual o abaixo-assignado remete copia, parece dar a entender que este Consul, em contradicção manifesta com as seguranças que elle deo ao seo governo, não teve escrupulo de apresentar os seus titulos ás auctoridades illegitimas do paiz, e de lhes pedir a sua confirmação, não lhe sendo por forma alguma necessario dar este passo para poder proteger os vassallos e propriedades Britannicas, que existião em Pernambuco.

“ Toda a correspondencia official entre o dito Consul e o governo dos Insurgentes hé contraria ás seguranças que o abaixo-assignado tem recebido de S. E. Mylord Castlereagh, e de nenhuma sorte se conforma com o que praticaõ em taes occasioens os Governos amigos e alliados.

“ O abaixo-assignado tem por dever communicar este facto á S. E. a fim de rogar-lhe o faça desaprovar, para assim destruir (no cazo de ser verdadeiro) todos os máos effeitos que poderia produzir no Brazil.

“ O abaixo-assignado aproveita esta occasião, &c. &c.

(*Assignado*) Conde de PALMELLA.
“ A’ S. E. Mylord Castlereagh.”

Resposta á Nota antecedente.

“ O abaixo-assignado, principal Secretario de Estado de S. M. na Repartição dos Negocios estrangeiros, tem a honra de communicar ao Conde de Palmella que recebeo a sua Nota com data de 14 do passado, na qual representou ao governo de S. A. R. que, durante a ultima rebelião em Pernambuco, o Consul de S. M. tinha ali excedido os deveres de seo cargo, fazendo varios actos, pelos quaes parece ter reconhecido a legalidade das auctoridades insurgentes. O abaixo-assignado recebeo ordem do Principe Regente para declarar ao Conde de Palmella, a fim de que o partecipe a S. M. Fidelissima, que elle fortemente desaprovou o comportamento daquelle empregado publico: e que em consequencia disto, ao mesmo empregado publico se fez saber, que elle obrára de um modo directamente contrario ao theor da sua commissão; e que não devia ter-se apresentado tão cedo perante aquellas auctoridades irregulares, ou fazer, sem positiva compulsão, qualquer acto que fosse, pelo qual desse a entender á um governo usurpado que elle era reconhecido por um funcionario Britannico.

“ O abaixo-assignado roga com tudo ao Conde de Palmella, haja de certificar ao seo governo, que o governo de S. A. R. está convencido, de que tudo o que o Consul de S. M. obrou naquelle cazo foi mero effeito de um zelo mal-entendido para proteger a legitima propriedade e commercio dos vassallos de S. M.; e que por nenhuma

forma fôra em razão de ser afeiçãoado aos Insurgentes, ou de ter má vontade ao governo de S. M. F., o que amplamente se prova pela sua correspondencia official.

“O abaixo-assignado se aproveita desta occasião para renovar ao Conde de Palmella a segurança da sua perfeita consideração.

“CASTLEREAGH,—Secretaria dos Negocios Estrangeiros.

“Downing Street, aos 13 de Agosto, 1817.”

AMERICAS HESPAÑHOLAS.

Em addição ao que escrevemos neste artigo, acrescentâmos as noticias seguintes:—

No dia 8 de Maio do presente anno se restabeleceu o Governo Federativo das Provincias Unidas de Venezuela, e se proclamou de novo a antiga constituição. Os membros existentes do antigo governo, e os novos membros das respectivas provincias se juntaram em Cariaco, na terra firme, aonde o General Marino, em ausencia de Bolivar, abriu o Congresso. Neste se deliberou á cerca da formação de um governo regular, de que se estabeleceram as bases; e em consequencia disto, o General Marino resignou o seu commando. Para chefes do poder executivo foram nomeados—o General Bolivar, e Dom Fernando Toro; e em generaes dos exercitos foram confirmados Bolivar e Marino. A cidade da Assumpção, capital da ilha de Margarida, foi provisoriamente escolhida para futura residencia do governo federativo.

Publicou-se um Decreto, por que se confirma o Almirante Brion em commandante em chefe das forças maritimas de Venezuela. Por outro

Decreto se mudou o nome da ilha de Margarida em o de *Nova Sparta*, em consequencia do heroico valor de seos habitantes. Por um terceiro Decreto se declarou a Bandeira nacional, que hé a seguinte:—Sete estrellas azues, representando as sete provincias confederadas, em um campo amarelo.

HESPAÑHA.

Principiámos este artigo, copeando das gazetas de Lisboa, uma relação da viagem que fez de Sevilha para Cadiz o primeiro Barco de Vapor construido em Hespanha. Parece incrível que tendo-se já feito quasi em todas as partes do mundo civilizado ensaios desta proveitosa descoberta, ainda ella não tenha sido tentada em nenhum dos dominios Portuguezes. Estes barcos, segundo pensâmos, seriaõ mui proveitosos para a nossa navegação do Tejo, não só a que se faz entre Lisboa e Aldea galega, porem para a que há diaria entre as Villas e Lisboa: apezar disto, ainda em Portugal não lembrou uma cousa como esta. Será destino nosso querer-mos sempre marchar á traz das outras naçoens, até mesmo de Hespanha, á deante de quem sempre fomos nos campos de batalha?

O novo Ministro Hespanhol, Garay, parece entender muito melhor que os seos antecessores o manejo dos negocios do Estado. As medidas, propostas por elle, para uma absoluta e inteira amnistia, são certamente mui acertadas, e aquellas que, em nossa opiniaõ, só podem dar tranquillidade e segurança á Hespanha. Em quanto ellas se não pozerem em pratica, a Hespanha se conservará sempre em revolução, isto hé, em inquietude.

tação, sustos, e sem prosperidade e sem credito; porque, que importa que as revoluções sejaõ operadas por mão estrangeira, ou pelo governo de caza? Os seus effeitos seraõ sempre os mesmos, e nunca haverá confiança publica, nem verdadeira tranquillidade. Diz-se, que hé necessario castigar as nações, quando ellas cahem em faltas ou erros; seja assim: mas perguntâmos agora. E não cometem tambem faltas os governos assim como as cometem as nações? Entaõ se aquelles não se esquecerem das faltas do povo, como poderãõ esperar que este tambem se esqueça das faltas dos seus governos?

A Hespanha, pelo que lêmos nas gazetas de Madrid, parece estar agora mui bem com todo o mundo, e até com o Reino Unido Portuguez, contra quem, ainda não há muito, pareceo estar indisposta. Nós lhe dâmos os parabens. Tambem parece confiar muito da medeação das Potencias Europeas para a recuperação das suas Americas, o que não só se prova pelos extractos das gazetas de Madrid, que já publicámos, mas até pela crença universal que á este respeito há em todas as partes de Hespanha. Uma carta de Cadiz, com data do 1 de Agosto, diz o que se segue:—

“ Julgâmos do nosso dever informar-vos, para regulamento das vossas especulações commerciaes, que uma formidavel expedição bem cedo dará á vela da Europa para atacar Buenos Ayres. Mas o que vos parecerá mais extraordinario hé, que esta expedição se diz ser organizada, e combinada para operar de acordo com certas potencias, que tem prometido auxiliar Hespanha na presente contenda. Este armamento deve partir em Setembro, ou Outubro proximos.”

Estes, e outros anteriores boatos da mesma natureza tem agitado extraordinariamente o

espírito Britannico, que tem desabafado, como hé costume, em quasi todas as gazetas Inglezas. Os politicos diarios de Inglaterra propendem quasi todos para a realidade de um auxilio Europeo á favor da recuperaçã das Americas Hespanholas ; mas para onde a maior parte dos seos ciumes se volta hé para a Russia, a quem tomã pelo principal cavalleiro, que pertende hir vingar os agravos de Hespanha na outra parte do mundo. Mas como o espirito da cavallaria moderna não lhes parece tão desinteressado como era o dos cavalleiros antigos, que só por ò meigo olhar e o sorriso de uma dama davaõ sangue e as vidas, acrescentaõ os mesmos politicos, que a Russia receberá de Hespanha um premio equivalente á tão boa acção. Uns já lhe assignaõ este premio na Europa, e no Mediterraneo, outros na America, e nos marés do Sul ; quanto a nós, somos porem de opiniaõ, que por hora em nada disto há couza que se assemelhe com a verdade, nem que Tratado algum existe para este effeito entre a Russia e Hespanha. A nação Inglesa, costumada sempre á subir depois de muitos annos, vendo agora que lhe hé preciso descer, e sentindo-se descer na realidade, não vê senã fantasmas, e gigantes em todos os objectos que encontra na descida.

Hé muito natural que Hespanha, assim como recorreo á mediação das grandes potencias Europeos para arranjar seos negocios com o Reino Unido Portuguez, tambem agora recorra aos mesmos amigos para ver se por elles arranja o negocio das suas colonias. Mas este bico d'obra tem muito maior difficuldade, por que a mediação ou ha de ser *armada* ou *diplomatica* : para á primeira vemos tantos embarços, que nem provavel a julgãmos ; para á segunda seria preciso uma grande garantia, porque as colonias já não podem

passar ao *Statu quo* em que estavaõ antes da revolução. Mas quem dará esta garantia? A Mãe Patria, a Velha Hespanha? Os successos passados não são mui favoraveis para o bom desempenho dos futuros. Occasioens há em que os homens, se olhassem para o que se passa sómente á duas linhas alem da ponta do seo nariz, poupariaõ mil arrependimentos; mas estas occasioens voaõ, e ás vezes nunca mais voltaõ. Hespanha, com tudo, fará muito bem em recorrer á esta mediação, porque, se for aceita, nada perde com ella, e sempre poderá ganhar alguma couza. Uma circumstancia, que faz crer ao publico que isto se trata, ou outra qualquer couza importante, hé o pequeno congresso de Carlsbad, de que agora muito se falla. A *Gazeta de França* do dia 21 d'Agosto disse á este respeito o seguinte:—

“Dentro de pouco tempo se juntaráõ em Carlsbad o Conde de Capo d'Istria (Ministro da Russia); Mr. Lamb (Ministro de Inglaterra); o Conde de Caraman (Ministro de França); o Principe de Metternich (Ministro d'Austria); e o Principe de Hardenberg (Ministro da Prussia). Julga-se que estas personagens diplomaticas se occuparáõ ali dos negocios das colonias Hespanholas, e das discuções entre Hespanha e Portugal. Todas as potencias se mostraõ interessadas em manter a tranquillidade.”

Outra circumstancia que agita muito os politicos hé a vinda do Conde de Ruppín (El Rey de Prussia) á Paris. Hé muito natural que elle não viesse agora á capital de França só para comer alguns bons jantares á El Rey Luis XVIII; mas tambem não se segue, que a sua vinda e estada em Paris tenha relações algumas com o que se há de tratar em Carlsbad, no caso que ali se chegue á tratar alguma couza.

INGLATERRA.

Debaixo deste titulo publicámos um artigo que, ainda que pequeno, hé assas volumoso pelas ideas que excita. Hé o artigo, intitulado—*Delatores*, especie de gente que tambem, há pouco, tem apparecido em Inglaterra, e que tem dado muito em que fallar e em que entender aos Inglezes. Este assumpto hé tão luminoso que apenas necessita de reflexoens; com tudo, só uma, e mui breve, faremos. Se nos reinados de um Tito e de um Trajano, ambos modelos dos bons Principes, esta peste publica não só pareceo escusada, mas foi severamente punida, quem poderá ainda asseverar, que não podem existir bons governos sem delatores, ou espioens de policia? Elles nasceram em Roma no tempo de Tiberio, e esta só circumstancia caracteriza a classe infame de semelhantes individuos. O historiador Tacito, fallando desta publica calamidade, exprime-se do modo seguinte nos capitulos 73 e 74 do Livro 1 dos Annaes:—

“ De proposito quero dar a saber como se fez o primeiro ensaio desta especie de accusaçoens nas pessoas insignificantes de dois pobres cavalleiros Romanos Falanio e Rubrio, para que assim melhor se conheça quaes foraõ os principios deste grande mal; com que arteficio Tiberio soube produzi-lo; como depois se reprimio;* e por fim se tornou novamente a atear, e devorou todo o Imperio

“ Quasi no mesmo tempo Granio Marcello, Pretor da Bithynia, foi acuzado de crime de Leza-magestade pelo seo Questor Cepio Crespino,

* Reprimio-se no governo de Tito, e resurgio horroroso no tempo do ferós Domiciano.

auxiliado pelo testemunho de Romano Hispo, fatal individuo, e o primeiro que creou um genero de vida, que depois se fez tão notavel pela calamidade dos tempos, e pela audaz malicia dos homens. Sendo pobre, obscuro, e grande intriguista, começou com escriptos occultos á inflamar o cruel temperamento do Principe; daqui passou á ser o delator das pessoas mais illustres; e tendo ganhado a confiança de um só homem, com a execração publica de todos, deixou um exemplo que depois muitos seguiram; e que, de pobres passando á ser ricos, e de gente vil e desprezivel á ser geralmente temidos, fizeram a desgraça dos outros, e á final a sua propria”

Uma Gazeta de Irlanda, intitulada o *Dublin Freeman's Journal*, referindo-se, á Portaria dos Governadores do Reino de Portugal com data de 8 de Julho, 1817, pela qual se manda abrir um emprestimo de quatro milhoens de cruzados, transcreve o artigo seguinte, que diz copeára de outra gazeta—*O Southern Reporter* :—

“ Em todo o tempo, porem mais particularmente agora, que o nosso commercio está n'um estado miseravel, tudo, quanto estiver ligado com os principaes artigos do commercio Irlandez deve ser ponderado com muito interesse por todos os lavradores e negoceantes. O direito que até aqui pagava a manteiga de Irlanda, importada nos territorios Portuguezes, andava á 4 por cent.; mas segundo as noticias, agora aqui recebidas, nós sabemos ter-se officialmente annunciado em Lisboa, que, em vez do antigo direito, pagará de hoje em diante 15 por cent. toda a manteiga importada dos dominios Britannicos desde o dia 8 de Agosto, 1817. Ainda que

devamos lamentar muito o effeito que este excessivo augmento de direitos, (dizemos excessivo comparando-os com os antigos) há de produzir neste importante ramo do nosso commercio, pelas vantagens que agora tem os negociantes Francezes e Holandezes para competirem com nosco nos mercados Portuguezes; e ainda que vejamos que alguma conveniente protecção pode ser dada nesta parte ao commercio Irlandez pelo governo Britannico; todavia, devemos confessar, que esta mudança hé em tudo conforme com o Tratado de Commercio que ora existe entre Inglaterra e Portugal, a qual mudança, posto que por muito tempo demorada, hé mui legal, e mui justa. Nós nada diremos da politica com que se fez este Tratado; com tudo sempre hé bem que digamos, que elle não está fundado em bases de verdadeira reciprocidade. Por elle se seguiu a importação de todas as fazendas, mercadorias, &c. do producto da Gram Bretanha dentro de todos os territorios Portuguezes em ambos os mundos com o direito geral de 15 por cento; e Inglaterra ainda reservou para si a faculdade de augmentar, como bem quizesse, os direitos de importação sobre todas as fazendas e mercadorias do producto Portuguez. Agora hé bem sabido, que os direitos, impostos sobre muitos destes ultimos artigos, são quasi prohibitorios: assim hé preciso confessar, que Portugal tem toda a justiça em exigir os direitos que lhe permite o Tratado, e que talvez lhe sejam tambem exigidos pela ilimitada dependencia em que está.

“Mas, se o governo Portuguez pode assim obrar, em virtude do Tratado de Commercio, no que respeita á manteiga, não o pode, com tudo, infringir no que respeita á outros artigos. Sabemos agora que elle tambem exige um direito de 30 por cent. ao menos sobre a importação das

bebidas espirituozas e fazendas de linho de Irlanda, ao que se tem resistido pelo vigor e actividade de Mr. Henrique Franks desta cidade, o qual requireo ao governo e a Junta das fazendas de linho sobre este objecto. Em consequencia disto tem havido uma correspondencia entre ambas as administraçoens."

Nós não temos noticias bem exactas do que á respeito deste ultimo ponto tem havido em Portugal; com tudo, parece-nos couza bem extraordinaria, que os proprietarios dos melhores vinhos do mundo, e que por consequencia podem fazer com elles toda a qualidade de bebidas espirituozas, estejam recebendo estas da Irlanda! Os Inglezes tem exultado tanto com esta estulta importação das aguas ardentes, ou bebidas espirituozas de Irlanda em Portugal, que até algumas Gazetas Inglezas tem chegado a dizer, que os Portuguezes as compravaõ com tanta avidez para temperar os seos vinhos com ellas. Um nosso Correspondeute, em uma carta que publicaremos no fim deste Numero, diz, e com razão, que nós podemos tirar do Artigo 20 do nosso Tratado de Commercio argumentos favoraveis para prohibir a entrada dos vinhos estrangeiros: assim com quanta mais razão poderemos tirar delle argumentos para prohibir tambem a entrada das bebidas espirituozas estrangeiras? Nesta parte nem pode haver a desculpa que pode dar-se para á importação dos licores finos de Italia ou de França: no dezejo de beber o *Whisky* há mais corrupção do que gosto.

Algumas Palavras ao Correio Braziliense, e ao Portuguez.

Diz o dictado, que nem Hercules contra dois

e eis-nos agora com dois antagonistas á barba, á quem hé preciso responder. Tomemos folego, e a maneira desse Horacio, que combateo contra tres Curiacios, um á poz outro, vamos tambem combater, um á poz outro, contra os nossos dois antagonistas. Principiemos com o Correio Braziliense, porque hé primeiro em data.

O *Correio Braziliense* de Julho, respondendo ao que contra elle tinha escripto o Investigador do mesmo mez, diz a pag. 108 que não se enfadára com a critica que se lhe fez, por ser feita com decencia. O Investigador pode tambem agora assegurar ao Correio Braziliense que se não enfadou com a sua resposta, porque nella há igual moderação e decencia; e até nem fallaria neste ponto, se não lhe parece necessario notar uma ou duas expressoens com que elle concluiu o seo artigo. O Investigador tem já repetido algumas vezes a maxima politica—"Tudo a favor do povo, e nada pelo povo." Mas esta maxima que hé verdadeira, e mesmo mui explicitamente adoptada pelo Correio Braziliense, foi censurada por elle só por assentar que hé uma das maximas de Buonaparte. O Investigador pede porem licença ao Correio Braziliense para lhe certificar, que Buonaparte não hé o inventor da tal maxima. Se o Correio Braziliense quizer tomar o trabalho de lhe indagar a sua origem, achará que ella hé mais antiga do que diz; e portanto, não se lhe pode exactamente chamar uma *frase Buonapartista*. Mas, quando isso assim fosse, que tem a bondade da doutrina com a maldade do homem? Não sabe o Correio Braziliense o dictado Portuguez mui conhecido:—"Bem o préga Fr. Thomas; fazei o que elle diz, e não façais o que elle faz?" Pois estamos no mesmo caso: o bem hé tão distincto do mal, que a tinha deste nunca se pega á aquelle. Quanto ao que o mesmo Correio Braziliense diz

á cerca de uma certa *sugestão*, isso só foi nelle mera galhofa ou jovialidade, e por isso não merece resposta.

Vendo porem o Investigador que em todo este artigo há muita moderação e decencia, muito se admirou de que o Correio Braziliense se não envergonhasse de publicar á pag. 124 do mesmo N° uma assás vergonhosa correspondencia, em que não há decencia, e até nem visos de civilidade, ou boa educação. O Correio Braziliense deveria ter-se lembrado, que o homem de bem não só se conhece por suas acçoens e palavras, mas até pelas pessoas com quem vive, e admite em sua casa; com tudo, quem advertir um pouco na dita correspondencia, verá, que o Correio Braziliense de certo inadvertidamente a publicou, porque ella o ataca ainda mais do que ao Investigador. Senão veja-mos.

Diz o Correspondente do Correio Braziliense a pag. 125,—*Depois de uma graude tirada que hé o que se chama, e que veio cá fazer a copa do tal chapeo, tira com o maior despejo e philaucia o que elle (Investigador) chama consequencia:—*“ Por conseguinte, a revolução de Pernambuco hé a mais fora de proposito de quantas tem havido no mundo. “ *Isto hé que hé multum in parvo, e hé o que se chama ser sabio e historiador.*

Se o tal correspondente acha falsa esta proposição, como bem o declara, segue-se logo, que a sua contrária deve ser, *na sua opiniaõ*, a unica verdadeira; isto hé: *que a revolução de Pernambuco hé a mais á proposito de quantas tem havido no mundo.* E não hé isto maliciosamente arguir o Correio Braziliense, e tornar á trazer a memoria, que todos os habitantes de Brazil (sensatos espirituosos) tem causa sufficiente para aborrecer o seo governo? Logo o correspondente ataca aqui ainda mais o Correio Braziliense do que o Investigador.

Tudo o que o mesmo Correspondente diz, e acumula com uma erudição e estilo, que de certo não tem o Investigador, á cerca das perfeições dos governos militares, e da sua necessidade, não faz também demaziado elogio ao Correio Braziliense. Muita gente cuidará que estas são igualmente as opiniões do Editor da Correspondencia; e neste caso poderá alguém persuadir-se, que se nas paginas do Correio Braziliense se abominaõ as palavras de Buonaparte não se abominaõ as obras; porque se o tal homem durasse mais tempo, não seria difficil ver-mos levado á toda a sua perfeição este tão gabado sistema militar, que tanto parece ser inculcado pelo correspondente.

A malicia do correspondente foi tal contra o Correio Braziliense, que até teve artes para que este publicasse no seu Jornal certas expreções as mais injuriosas para El Rey. A' seguinte proposição do Investigador,—“Portuguezes, não roubeis ao vosso Rey a gloria de fazer a vossa felicidade, antecipando imprudentemente medidas, que elle de certo mais sabiamente já está preparando;” denomina o correspondente—*sentença jocoza, ou borracheira!* Logo hé *borracheira* aconselhar aos povos que esperem tudo de El Rey, que estejam socegados, e não antecipem imprudentemente as medidas que elle lhes está preparando!!! Com effeito, o tal correspondente meteo aqui em boa o Correio Braziliense; e este deve estar-lhe bem obrigado pelo fatal presente que lhe fez! Mas toda esta excellente doutrina, e bom conceito que faz de El Rey concorda muito com o escandalo que teve o mesmo Correspondente por ver que o Investigador dá a El Rey o titulo de *Bom*. Quando dezeja saber porque se escreve este titulo com letras Italicas, hé porque seguramente duvida da *bondade* de El Rey. Se o Correspondente advertisse, que esta

hé a primeira qualidade que honra os Monarcas, os depositarios de toda a força publica; que esta hé a primeira virtude que se lhes deve recomendar, por isso mesmo que elles tem força infinita; e que tal virtude, pela confissão unanime de todos, existe na pessoa do nosso Monarca; de certo, não estranharia que o Investigador lhe escrevesse este titulo em letras Italicas. O Investigador não cessará pois de lhe dar este titulo, e particularmente agora, quando está em occasião de se poder dizer delle o que ainda hoje se diz do bom Henrique IV. de França:—

Il fut de ses sujets le vainqueur et le père.

Eisaqui os pontos principaes, em que o Correspondente offendeo mais o Correio Braziliense do que o Investigador contra quem so parecia destinar-se. Depois disto, há ainda dicterios, e uma especie de libello contra o Investigador moral, isto hé os seos colaboradores: mas desta ultima parte, ou sobre o epitheto de *criminozos*, não compete aqui tratar, porque he assumpto que pertence á mais alguem do que á simples individuos. Uma só cousa, esta vez por todas, dirá com tudo agora o Investigador. Por muitas vezes se tem achado nas paginas do Correio Braziliense as emphaticas expreçoens de *Frades*, e *ex-Frades*. O individuo, a quem ellas se dirigem, pode certificar ao Correio Braziliense, e aos seos Correspondentes, que longe de as tomar por um insulto, antes sempre as recebe como um titulo de honra. Esse individuo se dá por mui honrado de ter pertencido á uma das congregaçoes mais illustres de Portugal, e ate coéva com a Monarquia, para a qual trabalhou, participando tambem de seos primeiros perigos e gloria: assim nunca negará que na mesma congregação não só aprendeo o pouco que sabe, mas ainda mesmo muitas e excellentes liçoens

de boa creação e civilidade, qualidades, que, desgraçadamente, nem sempre se achão nos que não são Frades ou ex-Frades. Por tanto, tudo o que á esse respeito se repetir ainda no Correio Braziliense será sempre bem recebido; porque, qual hé o individuo que se possa envergonhar de lhe trazerem á memoria a nobreza de seos ascendentes?

O Investigador vai acabar a sua resposta com a citação da passagem mais importante que se acha na Carta do Correspondente do Correio Braziliense, a pag. 126.—*He natural*, (diz elle) *que mofem da bondade e fraqueza, que se costuma ter com os criminozos, consentindo que se empreguem naquillo que muitos outros de principios e comportamento conhecido podião talvez melhor desempenhar!* Aqui seguramente há um pé de cabra de algum certo démo, muito mais conhecido e visivel do que aquelle que vio o Correio Braziliense á pag. 109. Mas este hé o grande *pecado original* do Investigador, contra o qual clamaõ sem cessar os *de principios de comportamento conhecido*, isto hé, os *innocentes*. Ora pois, clamem ainda mais alto, se podem; assoalhem suas virtudes, e patenteem os crimes dos outros; por que hé natural que Deos os venha por fim a ouvir. Assim seja.

Portuguez de Junho, (publicado em 15 d'Agosto.)*

O *Portuguez*, neste seo N° intitulado de Junho, publicou uma extensa resposta contra o

* Fazemos esta declaração, não porque nos importe que o *Portuguez* se publique mais cedo ou mais tarde, mas para que tanto um como outro sejamos entendidos, se daqui á alguns annos ainda existirem alguns exemplares de ambos os Jornaes.—Os Redactores.

Investigador de Julho; porque principia á pag. 812 e finda em pag. 831. Não se cuide porem que toda esta larga metralha produzio golpes de morte no Investigador; ella hé composta de tres addiçoens muí distinctas, alem do que hé propria lavra do Portuguez: 1^a o que o Investigador escreveo directamente contra o *Portuguez*; 2^a o que escreveo contra o *Correio Braziliense*; 3^a o que escreveo só para os seos Leitores. Neste cazo, não se admire quem nos ler se não achar uma resposta tão profuza: no ataque do *Portuguez* nem tudo a que luz hé oiro.

Nós dicemos que parte da resposta do *Portuguez* se compunha daquilo que o Investigador escreveo contra o *Correio Braziliense*; e assim a favor deste, como generoso campiaõ, começou o *Portuguez* a sua resposta ao Investigador. Diz a pag. 817 que os Redactores cometeram *manifesta injustiça* no ataque que fizeram contra o C. B.; e para prova de seo dito, e da boa defeza de seo colega, acrescenta:—*agora, quanto ao facto de la ser o governo aborrecido do povo, prova-se isso muito bem por a revolução de Pernambuco, e por o que os mesmos Senhores do Investigador disseram a pag. 122 do citado Numero.* Mas se a revolução de Pernambuco hé uma prova, como quer o *Portuguez*, segue-se logo evidentissimamente, que Martins e Companhia eraõ os habitantes *sensatos e espirituozos* de Pernambuco. Nós não sabemos se o *Correio Braziliense* estará muito por esta concluzaõ. A segunda parte da prova consiste no que disse o mesmo Investigador. E que disse elle? *Que para haver revoluçoens, por mais insignificantes que sejam, sempre hé preciso que haja tal ou qual descontentamento publico* Mas neste cazo, seguir-se-há por ventura, que só os habitantes *sensatos e espirituozos* são os que fazem as revoluçoens? De

ordinario, são sempre os perversos, ou os que nada tem de seo; porque só nestas agoas envoltas hé que podem mais facilmente pescar dignidades e dinheiro. Alem disto, o descontentamento publico nunca auctoriza as revoluçoens, como a de Pernambuco, á quebrarem estultamente, por alguns actos violentos, e por um rasgo de penna, todos os laços sociaes que unem os povos entre si, e os seos governos legitimos.

O *Portuguez* parou aqui na defeza que apprehendeo á favor do Correio Braziliense; pelo que se percebe, que o sermaõ não lhe fôra encomendado, e só por um excesso de zelo o pregára. Deos lhe dê boa paga. Passou depois a advogar a sua propria causa, e eisaqui como o fez:—

Queixa-se que os Redactores do Investigador *involveram uma especie de denuncia* nas palavras com que diceram que o Memorial do *Portuguez* era ainda *mais alguma do que uma Satira*; isto hé, que o chamaram *libello*. Mas nisto não tem razão o *Portuguez*; porque os Redactores bem claramente exprimiram o que entendiaõ por *mais alguma couza do que uma Satira*: chamaõ-lhe—*uma amarga descompostura*. E de certo, esta hé mais do que uma satira, porque a satira polida e decente nunca deve descompor insultar. Logo a propria consciencia do *Portuguez* foi aqui mais franca, ou mais malicioza do que foraõ os Redactores, porque se sentenciou a si mesma, e deo uma explicação que não tinhaõ ousado dar os Redactores.

Admira-se o mesmo *Portuguez*, de que Jornalistas, que tem lido a carta escripta a Jorge 3º por *Junius*, e que vêem todos os dias o modo porque a imprensa livre de Inglaterra trata os Reys do continente, fallem, como fallaram, do seo Memorial. Mas esta queixa tem duas partes distinctas, que merecem tambem duas mui distinctas respostas.

1º Como hé possível que o *Portuguez* tão de pressa se esquecesse daquillo mesmo que antes já tinha escripto no mesmo No. a pag. 795, na sua Carta a Orestes? Disse elle literalmente o que se segue: *por isso andam aqui nas maons de todos as Cartas de Junius, ainda que Woodfall, que as publicou tenha sido severamente castigado. E qual hé a razão de differença? Hé que á Woodfall se deve presumir animo e tenção de injuriar com a sua publicação* Ora, neste caso, e pela propria confissão do *Portuguez*, poderia elle admirar-se que Jornalistas, que tem lido as cartas de *Junius*, censurassem o seo Memorial? 2º Hé por ventura o mesmo escrever contra um Rey estranho que escrever contra o Soberano de quem se hé vassallo? A imprensa livre de Inglaterra ouzará por ventura escrever contra a sua familia reinante o mesmo que escreve contra os Monarcas do continente? Aonde está pois aqui o xiste, ou a competencia do argumento do *Portuguez*? Elle, que despejadamente nos acuzá de inconsequentes, não só está em contradicção consigo mesmo, mas com todas as ideas universalmente recebidas.

Continúa o *Portuguez*. *Elles* (os Redactores do Investigador) *parecem acuzar-nos de libello contra o Rey, como se nós tivéssemos escripto contra elle a scena da tragedia de Dryden, intitulada—Dom Sebastião.* Nesta scena, copiada pelo *Portuguez*, diz Affonso á El Rey, que lhe perguntava se o conhecia:—

“ Sim conheço : mas não por meo Soberano.”

A' isto respondemos, que o *Portuguez* não merecia ser tão censurado por escrever esta scena como o deve ser por ter escripto o seo Memorial. Affonso não reconhecia El Rey por seo Soberano, e por isso fallava consequente-

mente; mas o *Portuguez*, que pela sua mesma assignatura se reconhece vassallo de El Rey do Reino Unido Portuguez, fallando por tal modo a seo soberano e a seo Rey, hé mais culpavel que Affonso. Por que não lhe disse elle primeiro que o não reconhecia por soberano? Em tal cazo não seria tão censuravel.

Procedendo na sua resposta, diz mais:—*Essa formal e amarga descompostura, que deo offensa ao Investigador, hé um sonho da sua delicadeza palaciana; tal descompostura não existe.* Mas se com effeito não existe, porque no seo segundo Memorial, publicado em o N° de Maio, pertendeo desculpar-se com El Rey, e fez a especie de retractação seguinte a pag. 701? O *Portuguez* tem perdido absolutamente a memoria de tudo quanto escreve; pois nós lha vamos avivar. Disse elle á El Rey na pag. citada:—*Até aqui tenho eu representado a verdade, talvez, com cores mui feias e carregadas, que a poderiam fazer dobradamente odiosa nos olhos do Monarca Se isto em mim há sido erro, a culpa nasce do meo temperamento, e de uma irritação natural, que não me consente exprimir debilmente o que hé digno de todo o vigor do homem livre; porem hoje, Senhor* Ora, se tal descompostura não existia, e era só um sonho da delicadeza palaciana do Investigador, porque foi o *Portuguez* atormentar a paciencia de El Rey com a historia de seo temperamento ou molestias, para disfarçar o seo erro? Hé pois evidente, que a consciencia ou o medo o fizeram cantar essa especie de palinodia, e que o Investigador não estava absolutamente sonhando quando o arguiu.

Declara affoitamente o *Portuguez* ser maxima de tirania, que elle não pode admitir, o que disse o Investigador nas palavras seguintes:—*Que o interesse publico exige que as pessoas dos Reys*

sejaõ sagradas, e por conseguinte respeitadas. Para manter a sua opiniaõ recorre á distincçaõ de Reys constitucionaes e despoticos, e admite a nossa maxima relativamente aos primeiros, negando-a aos segundos. Mas agora lhe fazemos nós uma pergunta. Quem hé que persuadio a lei positiva da inviolabilidade para os Reys constitucionaes? Nao foi outra lei eterna, invariavel, e justa,—o interesse publico? E não será pois um grande serviço fazer com que nos paizes aonde não existe a tal lei positiva, ao menos se respeite a primeira lei primitiva, que deo origem á segunda, e se lhe dê uma especie de sancçaõ, de positando-a dentro do sagrado tribunal da opiniaõ publica? Não hé sim um serviço importante que se faz ás naçoens, que não tem governos constitucionaes, estabelecer por opiniaõ o mesmo beneficio de que as outras gozaõ por Lei positiva? E será por ventura máo, ou tirania aconcelhar, que os empregados publicos, nos governos absolutos, tenhaõ por força da opiniaõ a mesma responsabilidade que tem os outros por força de uma lei positiva nos governos constitucionaes? A' entender isto parece que não chega o *Portuguez*, quando ouza denominar tiranica uma maxima, que não hé boa nas Monarquias constitucionaes, senaõ porque ella hé em si essencialmente util e verdadeira.

Em prova do seo dito torna o *Portuguez* a repizar a mesma inconsequencia que já lhe notámos, quando citou os Jornalistas Inglezes no que dizem contra alguns Monarcas estrangeiros; e acrescenta, em ar de Victoriozo, que até o Investigador espalhára ridiculo na pessoa de El Rey de Sardenha. Ora, com effeito, taes raciocinios custaõ a comprehender. A quem pode entrar na cabeça que, quando o Investigador estabeleceo aquella maxima, pertendia elle in-

culcar, que um Portuguez, por exemplo, devia ter por inviolavel e sagrada a pessoa do Imperador da China? Não hé mais que obvio á qualquer capacidade, que a maxima só hé applicavel aos respectivos vassallos de cada um dos Monarcas? O *Portuguez*, se nisto tivesse advertido, não viria á campo com taes argumentos. Mas tão pouco considerou elle esta questãõ debaixo do seo verdadeiro ponto de vista, que aqui hé que elle exultou de prazer como se tivesse feito uma grande descoberta. Sim aqui hé que elle proclamou em alto e bom som as nossas contradicções, e inconsequencias de ideas; e para as explicar recorreo aos principios seguintes:—

1º. Que hé impossivel seguir os impulsos de uma educação liberal ao mesmo tempo que se busca a protecção de um governo.

2º. Que o Investigador tem o favor do governo Portuguez.

3º. Que nenhum governo protege um Jornalista para que elle falle verdades, mas para que as occulte ao povo, e defenda o despotismo.

Que seria do mundo ou das nações se todos os individuos, empregados pelos governos, tivessem impossibilidade para seguir os impulsos de uma educação liberal? E como poderiam existir governos e nações se nos empregos publicos não podessem haver homens de bem, e só fossem servidos por malvados ou perversos? Hé logo mui claro que esta maxima do *Portuguez* não só hé falsa, mas inclue em si um dos maiores insultos que se podem fazer aos governos, e a todas as classes de pessoas empregadas por elles. Assim o *Portuguez*, para mostrar contradicções, que não existem no Investigador, injuriou, nem mais nem menos, uma boa terça parte do genero humano.

Mas passemos adeante. Suponhamos que o

Investigador tem o favor do governo Portuguez, e que nenhum governo protege um Jornalista para que falle *verdades*, mas para que as occulte ao povo, e *defenda o despotismo*: como hé que o *Portuguez* diz, quasi ao mesmo tempo, que nas paginas do Investigador existem *pensamentos atrevidos e ousados*, e que em o N.º de Julho há *verdades afoitas*? Isto para quem nota nos outros contradicções e inconsequencias hé na realidade, um esquecimento por que ninguem podia esperar! Mas á cerca de contradicções diremos só o seguinte: Se o *Portuguez* sé recordasse de que o Investigador, que agora censurou o seo Memorial, hé o mesmo Investigador, que já censurou a sua theoria sobre revoluções, não o acharia hoje tão inconsequente. Com tudo, se o *Portuguez* a cada passo se esquece da quillo que elle mesmo diz, como hé possivel que se lembre do que já tem dito o Investigador?

Para rematar-mos a nossa resposta, citaremos só mais duas passagens em que o *Portuguez* nos argue de falta de logica, e de falta de gramatica. A primeira hé da pag. 822 aonde transcreve as nossas proprias palavras, que são como se segue: *Aliena-se o amor do povo para com o seo monarca; e quando ao primeiro se diz, que da familia que o governa não lhe tem vindo se não fraqueza e miseria, como poderá o mesmo povo ter confiança no segundo?* Mas á isto se contentou elle sómente de responder, que *a logica dos Redactores era pessima!* He pena que o *Portuguez* fosse aqui tão laconico, contra o seo costume, e não julgasse á proposito apontar ao menos um só defeito desta nossa pessima logica. Nós confessamos sinceramente que o não podemos aqui entender; por que hé dictado mui auctorisado, que má arvore não pode dar fructos bons; e então se uma familia só tem produzido *fraqueza e miseria*,

como se pode esperar que seos fructos sejaõ bons?

Quanto á falta de gramatica, ou *nodoa de estilo*, que nos censurou a pag. 827, dizendo,—que *descer para baixo* hé primo com-irmão de *subir para cima*, respondemos que tem muita razão: com tudo, para que o *Portuguez* entre bem na justiça da sua critica, bom será que, tendo vagar, sempre leia algum Diccionario de Literatura ou Gramatica nas palavras—*Idiotismo*, e *Pleonasmo*, figuras ou formas communs á todas as lingoas do mundo.

Por noticias ultimamente chegadas a Londres nos fins de Agosto soubemos, que S. A. I. a Princeza Real de Portugal embarcára em Liorne no dia 13 de Agosto, e partira para o Rio de Janeiro na Esquadra Portugueza que ali a foi buscar.

Tambem já está publica a nova Concordata feita entre o Pontifice Pio VII. e El Rey Luis XVIII., á qual alludimos em o nosso artigo—*França*. Fica para o No. seguinte.

Commercio de Escravatura.

Estâmos auctorizados para annunciar aos proprietarios dos navios Portuguezes, empregados no commercio de escravatura, e aprezados pelos cruzadores Britannicos até o 1 de Junho de 1814,—que se tem fixado os prazos para o pagamento das 300,000 libras sterlinas que, para indemniza-los, foraõ concedidas pelo governo Bri-

tannico na Convenção de 21 de Janeiro, de 1815. A saber:—150,000 libras serão pagas, ao mais tardar, até os fins de Maio, 1818; e as restantes 150,000 libras, com os juros correspondentes á toda a soma, desde a ratificação da sobredita Convenção de 21 de Janeiro, até os fins de Agosto do mesmo anno de 1818.

Igualmente podêmos annunciar, — que em Londres se formará uma commissão mixta, composta de numero igual de individuos das duas naçoens, Portugueza e Britannica, para receber e liquidar as reclamaçoens dos donos dos navios apresados desde a já citada epocha do 1º de Junho de 1814, e determinar as indemnidades á que tiverem direito.

CORRESPONDENCIA.

“ Sejaõ á boa tenção obras iguais;
 “ E a boa tenção, e obra á patria sirva.

Pezo da Regoa, 21 de Julho de 1817.

SENHORES REDACTORES;

Guiado por este bom concelho do nosso admiravel Ferreira, eu continuarei no serviço da minha patria relatando a V. M^{ces} a continuação dos factos impoliticos que motivaraõ as tres cartas, que antes d'agora tomei a liberdade de dirigir-lhes. Naquellas mostrei como pude a impolitica, injustiça, e ingraticidão com que obra o Brazil na admissaõ de vinhos estrangeiros, e os prejudiciaes modos tolerados, que mais agravaõ

aquella introducção; e nesta eu direi o mais, que se me offerece principiando como de costume pela lista das importações no Rio de Janeiro, correspondente ao mez de Maio passado:—

Em 1 da Ilha da Boa Vista, o Bergantim Inglez Barroza, M^c Daniel Dorcy, com sal e vinho.

Em 8 do Cabo da Boa-Esperança, a Galera Ingleza John Frith, M^c Hewleend, com vinho.

Em 20 de Tarragona, a Escuna Ingleza Harriet, M^c Samuel Chant, com vinho.

Diminuta como parece a sobredita lista, ella contem uma variedade de circumstancias, que não pode ser excedida; porque alem da importação de vinho estrangeiro, e em navio que não pertence á Nação productiz; ella manifesta facto de Cabotagem, e neste a importação de vinho nacional em navio estrangeiro; e alem disso noticiamos a importação de vinho do Cabo da Boa-Esperança. Hé sobre esta ultima circumstancia, que eu não posso deixar de fazer a seguinte observação.

Pelo Artigo 15 do Tratado de 19 de Fevereiro de 1810 são admittidos nos Dominios da Coroa Portugueza todas as mercadorias, e artigos quaesquer que sejam da producção, manufactura, industria, ou invenção dos Dominios e Vassallos Inglezes, pagando geral, e *uncicamente* direitos de quinze por cento, &c. Aplicando agora aquelle direito ao artigo vinho achamo-nos, a pezar da tantas vezes nomeada reciprocidade, na prejudicial desproporção de 175 por cento, para 15 por cento: isto hé com uma differença de direitos contra os nossos vinhos de 160 por cento, que tanto pagão os nossos vinhos nos mercados Inglezes mais, do que os vinhos deste pagão nos nossos mercados. Esta pas-

moza desigualdade prejudica-nos gravemente, como de per si inculca; mas ainda mais pelas consequencias. Quando em 1806 os Inglezes se apoderaraõ do Cabo da Boa-Esperança, já ali acharaõ a cultura da vinha, se bem que em desprezo pelo pouco que utilizava aos Hollandezes até entaõ seus possuidores; mas os Inglezes sempre negociantes e emprehendedores, instigados pelos excessivos direitos sobre os vinhos estrangeiros, voltaraõ as suas vistas para aquella cultura, e naõ tem desde entaõ attendido a despesas com que tem conseguido augmentalla, e até alcansado certo graude perfeiçaõ pelo bacêllo, que levarãõ quando Administradores da Ilha da Madeira; o que alem d'outros meios, os tem habilitado a fazerem os vinhos, que com o nome de *Cape Madeira*, *Cape Calcavella*, *Cape Hock*, e muitos outros concorrem para a diminuiçaõ do consumo dos nossos vinhos nos mercados Inglezes.

Agora porem que, com os beneficios da paz, os nossos vinhos, e mais Europeos devem necessariamente baixar de preço, logo que o commercio se alivie das porçoens de vinhos caros, que tem em ser, era mais que provavel, ou antes evidente, que a reduccaõ do preço impossibilitaria aquella cultura Africana; e que os Inglezes, naõ podendo oppôllos nos mercados Europeos aos vinhos melhores e *entaõ* mais baratos, seriaõ obrigados abandonalla: mas se o Brazil lhes franquea, e proporciona o consumo, a metade da viagem para a Europa, naõ só aquella cultura naõ acabará, mas progredirá rapidamente, e em lugar da producçaõ actual de 3,000 pipas, chegará a 20, 30 mil, e mais pipas, e virá assim o Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves á sua propria custa a motivar a cultura e augmento de

um genero, que deve arruinar o unico que Portugal tem de exportação.

Hé pois mais que evidente a necessidade de remedio a tão grande mal, e à sua applicação quanto antes; porque se por qualquer demora se augmenta aquella producção, o Goveno Britanico, que agora pode olhar com indifferença para aquelle ramo por seu valor diminuto, não deichará de o patrocinar, e impossibilitará Portugal de lhe impécer.

A prohibição, ou altos direitos nos vinhos estrangeiros, hé um remedio efficaz: e não pode obstar a esta medida a generalidade de citado Artigo 15 por muitos dos subsequentes restringida; e hé bem claro que se nada se alterou ao antes estipulado, respeito aos vinhos de Portugal, menos se podia tratar respeito a vinhos Inglezes, que se pode dizer ainda não existiaõ, e por tanto podemos por analogia tirar um argumento favoravel do Artigo 20: pois que se o assucar, café, e *outros artigos* da producção do Brazil são excluidos dos mercados e consumo interior nos Dominios Britannicós, pela razão de serem semelhantes ao producto das Colonias Britannicas, os vinhos do Cabo da Boa-Esperança (e a seu exemplo as mais todos) devem ser excluidos do Brazil por serem semelhantes ao producto de Portugal, hoje sua Colonia.

Há ainda outro argumento, talvez ainda mais convincente: os Inglezes á todas as suas possessões, que não são Europeas, chamaõ Indias distinguindo-as pelos nomes de *East* e *West Indies*, conforme a sua localidade: logo ainda que não soubessemos, que o Cabo da Boa-Esperança esta situado a 18° 28' Leste Long. do Meridiano de Greenwich (e por consequencia *East-India*), hé claro que pertencia a uma das duas grandes divi-

soens, e por tanto o *genero* vinho de sua *producção* está incluído no Artigo 21 do mesmo Tratado, e vem a ser da natureza daquelles sobre que S. M. então A. R. se reservou o direito de impôr pesos, e até prohibitivos direitos.

Hé portanto que tudo esperamos de tão bom Rey, Pay, Senhor, e Amigo.

Se porem aquelle Tratado, que tempos infelices originaraõ, não tem de ser interpretado senão em nossa desvantagem, nós ainda temos um meio neste cazo de evadirmos as suas perniciosas consequências : e vem a ser apellando para o patriotismo dos bons Brasileiros nossos irmaons, e de cujos bons sentimentos nunca podemos duvidar, e menos quando se trata do dever de preferir um nacional a um estranho, dever tão natural a todo o homem e a toda a sociedade que disse o nosso Ferreira—

- “ Qual será aquelle Povo tam perdido
- “ Que assi não seja mais affeçoado
- “ Qu’a outro estranho, e pouco conhecido ?
- “ Que barbaro não diz-mais obrigado
- “ Sou eu a aproveitar á mim e aos meus,
- “ Que áquelle, que de mim está arredado ?”

Hé áquelle fim que eu imploro a sua cooperação, Snrs. Redactores ; queiraõ pois em beneficio da nossa Patria esparzir suas luminosas idéas sobre tão importante assumpto, e não duvido que os nossos irmaons Brasileiros augmentaraõ sua bem merecida reputação patriotica : não se lhes pede o sacrificio de seus cabedaes, nem que obrem os excessos dos Hollandezes, Prussianos, ou Suecos, comprando fazendas estrangeiras para queimar, ou privando-se de bebidas, que o longo uzo tinha tornado necessarias : pede-se-lhes só a preferencia aos nossos vinhos a que estavaõ acostumados : se o Governo esta ligado por Tratados a admittillos, não há Tratado, que os obrigue a

bebêllos: se assim obrarem serão gratos, serão justos, e não só grangearão a nossa mais intima amizade, mas se farão credores dos respeitos dos estranhos.

Eu continuarei em quanto julgar que as minhas limitadas idéas podem por fortuna utilizar a minha Patria, ou despertar algum melhor advogado, que lhe alcance remedio a males tão mal merecidos.

“ Tutus et intra

“ Spem veniæ cautus, vitavi denique culpam

“ Non laudem merui.”

LUZO VINHATEIRO.

Erratas mais notaveis do No. LXXIV.

Pag.

182 Eisaqui as nossas esperanças, *acrescente-se*, perdidas.

— sem par, *l.* seo par.

199 mui ser, *l.* mui bem ser.

204 nem se formaõ, *l.* nem formaõ.

235 manhar, *l.* manchar.

243 unido, *l.* unindo.

249 qua, *l.* que.

280 creanca, *l.* creança.

286 indignades, *l.* indignidades.

288 escolha, *l.* escolla.

300 aplandido, *l.* aplaudido.

300 un, *l.* em.



O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

OUTUBRO, 1817.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

*Viagem sobre a Agricultura da Provincia do
Minho, feita no Anno de 1789.*

§ I. ACABADA que foi a minha Tarefa da Universidade no fim de Junho de 1789 sahi de Coimbra para fazer a Viagem da Provincia do Minho; porem como entaõ estava a minha familia no Porto, e foraõ grandes os calores naquelle tempo demorei-me ali até 22 de Setembro.

§ II. Sahi neste dia daquella cidade em direitura a Villa de Conde, e passando pelo Concelho da Maia admirei a fertilidade de seos terrenos,

destes recolhem os Lavradores grãos em abundancia, tem igualmente muitas pastagens, com que trazem sempre farto o seo gado.

§ III. Estaõ os campos do Conselho da Maia quasi desembaraçados do muito arvoredado, que asombra outros em algumas partes da Provincia: produzem elles toda a qualidade de grãos, como trigo, centeio, cevada, aveia, milho meudo, e grosso, sendo este aqui o genero mais dominante.

§ IV. Na cultura das terras costumão os Lavradores da Maia alternar o milho com outros grãos. Em um anno semeaõ trigo, centeio, cevada, aveia, e depois na restiva nabos para os gados, que conservaõ até Março, tempo em que semeaõ o milho, que hé sachado tres vezes, e fica assim o terreno muito bem preparado para haver uma abundante colheita dos outros grãos no anno seguinte.

§ V. A fertilidade dos campos do Conselho da Maia: o muito cuidado, que os seos habitantes tem no amanho dos seos predios são cauzas mui bastantes para que aqui hajaõ quarenta, e oito freguezias em uma pequena extenção de Territorio.

§ VI. Depois de observar os campos da Maia fui para Villa de Conde; aqui, e Povia de Varzim, e em todas as mais povoaçoens, que lhe ficaõ ao Norte, e perto do Mar até Fam demorei-me nos dias 23, 24, 25, e 26 de Setembro. Os terrenos dos redores de todas estas Villas, e Aldeas não podem competir na fertilidade com os do Concelho da Maia; produzem elles algum trigo, centeio, e milho. Os habitantes desta parte da costa entretidos com o trabalho da Pesca não podem adiantar a cultura das suas terras e por isso está aqui mais atrasada.

§ VII. No dia 27 de Setembro sahi de Fam passando o Cavado em direitura de Espozende, e

viagei toda aquella parte da costa, que fica entre este Rio, e o Lima, ficando-me o Mar do lado esquerdo, e do direito um Monte chamado Faro; nas faldas deste vi muitas matas de pinheiros, e differentes povoaçoens, cujos habitantes alem do cultivo do centeio, trigo, e milho cuidaõ muito mais na cultura dos alhos, de maneira que esta hé a mais dominante destas aldeas, e d'aqui, e do couto da Pulha sam exportados os alhos para quasi todas as trez provincias do Norte.

§ VIII. No dia 28 viagei pelas margens do Lima, até trez legoas de distancia de Vianna. Hé aquelle Rio rodeado de ferteis campos, que fazem a riqueza do Paiz; porem as Areas tem esterelizado alguns de maneira que nada produzem, e os Lavradores, querendo ao menos diminuir taõ grave damno, deixaõ de cultivar alguns pedaços de terra na borda do Rio, que ordinariamente se cobrem de tojos, que deviaõ antes conservar, do que cortarem-se para estrumes, mas ainda mesmo que isto praticassem, não hé este um meio sufficiente para impedir a innundação das areas, que progressivamente vai crescendo.

§ IX. Produzem os campos das margens do Rio Lima Linho Mourisco, milho grosso em abundancia: vi tambem alguns occupados com vinhataria nos redores de Vianna, e Ponte de Lima, que melhor seria que servissem antes para a cultura dos graõs, porque começando aqui a amadurecer as uvas nos fins de Setembro, como eu mesmo observei, não se pode esperar senaõ um vinho de inferior qualidade.

§ X. No dia 30 sahi de Vianna em direitura a Caminha: desde aquella villa até Areosa, Carresso, e Fife observei o retalho mais lindo da provincia do Minho. Do lado direito fica uma cadeia de montes graniticos quasi parallela ao

mar: seguem-se logo os campos mais ferteis de toda a costa; ao longo desta formou a natureza uma muralha de rocha schistosa, que os defende das areas, que o Oceano para ali pertende levar, aqui os Carvalhos abraçados com as suas videiras não assombraõ um só palmo de terra.

§ XI. As Aldeas d'Areosa, carresso, e Fife parecem pegadas umas ás outras fazendo uma povoação quasi continuada: os seus habitantes sabiamente tem fabricado as casas nas faldas do Monte sobre rochas para não occuparem as terras fructiferas, que tanto proveito lhes daõ, perto das suas moradas tem as vinhas, e em terrenos mais proprios para ellas, do que aquelles que ficaõ a borda do Mar.

§ XII. Os campos d'Areosa, e Aldeas visinhas sem nunca conhecerem descanso algum produzem annualmente trez novidades, a saber, trigo, ou centeio e depois milho grosso, e logo que este se recolhe ficaõ elles convertidos em prados artificiaes; donde tiraõ os Lavradores muitas hervagens, com que tem sempre gordo o seo gado.

§ XIII. Desde Fife até Anchora, e d'aqui até Caminha hé mui differente o estado d'Agricultura; hé verdade que eu vi alguns predios muito fructiferos, que produzem trigo, milho, e centeio porem a maior parte d'elles estavaõ incultos, e muito innundados com as areas do Mar, que ordinariamente sempre saõ todos aquelles aonde a natureza ou industria não tem posto obstaculos capazes de fazer voltar a area, que os ventos acarretaõ para a terra.

§ XIV. No 1 e 2 de Outubro viajei desde Caminha até Vallença pelas margens do Rio Minho, que se pode dizer formaõ a base de uma Cordilheira de Montes, que tem uma direcção paral-

lela ao Rio, e continuaõ até Galiza, fazendo aqui e ali diversas enseadas, nas quaes se observaõ em huns sitios ferteis campos, que produzem trigo, milho, e linho; em outros predios occupados com vinhas semelhantes ás de Vianna, e Ponte de Lima. Aqui vi eu em muitas partes bons terrenos, que já nada produziaõ por cauza das Areas, que a Corrente do Rio para elles tinha lançado. Para evitar taõ grave damno, que recebem os Lavradores destes Contornos hé para dezejar que haja alguma providencia publica.

XV. No dia 3 d'Outubro sahi de Vallença em direitura á Villa d'Arcos; altravessei de Poente a Nascente as Cordilheiras de montes, deque já fallei: tanto estes, como todos os valles, e collinas, por onde andei até ao Termo de Coura nunca foraõ arrotiados. Muitos bons predios vi eu aqui cobertos de tojos, e queirogas capazes talvez de produzir toda a casta de graõs, e de Inverno muitas hervagens para o Gado.

§. XVI. No mesmo dia entrei no Termo de Coura: hé elle composto de muitos Valles formados de differentes cadeas de collinas, que o rodeaõ cortadas por differentes, e copiozos regatos, que trazem a riqueza, e fartura aos seos habitantes: os sombrios Carvalhos não tolhem aqui porção alguma de terreno, que pode dar fructos de maior necessidade, e valor: escolhe antes cada Lavrador aquelle chão mais accommodado para estas Arvores, semque experimente taõ grave damno.

§ XVII. A rega da maior parte dos Campos de Coura segura aos seos habitantes abundantes Colheitas de milho, que semeáo depois de ceifarem o Centeio. Os muitos prados, que aqui se encontraõ sustentaõ muitas, e muitas manadas de gado vacuum; por isso não deve causar admi-

ração que no pequeno Territorio de Coura hajaõ vinte e seis freguezias.

§ XVIII. Desde Coura até á Villa d'Arcos vi muitas terras incultas cobertas de mato nas visinhanças da Palhota. Já não acontece assim em Rio frio porque os habitantes desta Aldea se esmeraõ quanto podem por bem amanhar os seos predios; aqui vi eu muitas ladeiras escarpadas que tinhaõ milho bem viçoso semeado de pois da Ceifa do Trigo, e Centeio: a mesma sorte podiaõ ter a maior parte dos montes incultos, que lhe ficaõ defronte situados em uma bella exposiçaõ.

§ XIX. Nos Contornos d'Arcos há muito bons Campos, aonde o cultivo assim dos graõs como das vinhas hé o mesmo que se observa nas margens dos Rios Lima, e Minho; daqui perto corre hú Rio, que em uma legoa de distancia se vai metter no Lima, o qual com as suas agoas faz crescer a fertilidade dos predios dos redores daquella Villa, em alguns dos quaes vi pela primeira vez a cultura das Oliveiras.

§ XX. No dia 4 de Outubro observei o estado d'Agricultura desde a Villa d'Arcos até Braga. Ella por aqui não está muita adiantada; porque em quasi toda a extençãõ deste Territorio afora os arrebaldes das povoaçoens poucos predios estaõ aproveitados. Hé verdade que perto da Villa da Barca vi muitos campos ferteis bordados com uveiras; e em huns sitios Oliveiras curvadas com o pezo do seo fructo, em outros Collinas povoadas com matas de pinheiros; porem a maior parte das Terras altas, e Montes mais levantados, que ficaõ de uma, e outra banda dos Rios d'Arcos, e Lima, estaõ incultos, e cobertos de mato.

§ XXI. Desde a Pica de Regalados até á

Barca de Val de Bico ainda que a maior parte das terras não estejam rompidas, comtudo observão se aqui, e ali devesas de Carvalhos, e também alguns campos, que produzem centeio, e milho; mas crusadas com muitas uveiras, que dão uma vinho de muito inferior qualidade. Em Val de Bico junta-se o Rio Homem com o Cavado, que entraõ no Mar em Espozende.

§ XXII. Desde Val de Bico até Braga todas as terras que vi estavaõ aproveitadas; mas julgo que poderia ser com mais vantagem dos Lavradores. Hé verdade que elles tiraõ muito proveito das matas de Carvalhos, que apparecem em alguns sitios por onde andei; por que ali vão buscar páos para diversos uzos ruraes, e domesticos, e a lenha, deque precisaõ para queimarem; porem dos campos coalhados de uveiras recolhem pouco pam, e muito maõ vinho.

§ XXIII. Nos redores de Braga até Villa Nova de Famalicaõ o estado d'Agricultura hé o mesmo que observei nos lugares, que ficaõ ao Poente d'aquella cidade: recolhe-se centeio, trigo, e milho em abundancia; mas seria maior a quantidade d'aquelles fructos, se em alguns campos fosse diminuido o numero das frondosas arvores, que casadas com as suas uveiras assombraõ o terreno em demasia, e mais ainda nos annos, em que ficaõ por podar; ao Norte apparece ao longe uma Cordelheira de montes incultos, que chamaõ Serra da Falperra, os quaes não perdi de vista até quatro legoas de distancia d'aquella cidade.

§ XXIV. Desde Villa Nova de Famalicaõ até á Barca da Trofa quasi todas as terras, que vi estaõ por amanhar; observei algumas matas de pinheiros, e essas não são muitas; passando o Rio até Carrissa melhor hé o estado d'Agricultura; porque alem de alguns pinhaes há também ferteis campos crusados com uveiras, e muitas

terras, que ainda não foram arroteadas. Desde a referida Aldea até ao Porto nada pude observar; porque passei de noite por estes sitios.

§ XXV. Querendo observar o estado d'agricultura das povoações mais centraes da provincia do Minho, sahi do Porto no dia 20 de Outubro em direitura ao Terraõ. Quasi todas as terras dos redores d'aquella cidade até Vallongo estão aproveitadas com matas de pinheiros, sobreiros, e muitos campos cultivados, aonde costumão semear trigo, milho, centeio, e linho. Junto d'aquella Aldea se observa uma Serrania toda inculta, que se estende da parte do Sul até ao Douro e do Norte parece que chega até perto de Guimarães. Também não estavam arroteadas todas as terras, que se avistaõ ao Nascente de Vallongo.

§ XXVI. Os Moradores desta grande povoação como são quasi todos padeiros, e padeiras cuidaõ mais no Commercio do pão cosido, que todos os dias levaõ para o Porto, do que na Agricultura; por isso ella está aqui muito atrasada, como também nos redores de Ponte Ferreira até á Freguesia de Roberdosa; por que se observa aqui, e ali um ou outro predio amanhado, poucos prados; algumas mattas de pinheiros; e tudo o mais está inculto.

§ XXVII. Todas as terras de melhor qualidade, que estão nos contornos das Aldeas pertencentes ás Freguezias de Rebordosa, e Cristello estão muito cultivadas. Aqui recolhem os Lavradores milho, e centeio em abundancia, e maior seria a quantidade destes grãos se o excessivo numero de uveiras não occupasse os melhores campos, que elles tem: querem antes lavar pouco pam em troco de um pouco de vinho verde o peor possivel! Sim necessariamente hade ser muito máo o vinho feito de uvas, que em

20 de Outubro de 1789 começavaõ ainda a amadurecer, como eu mesmo observei.

§ XXVIII. As terras altas, e magras das sobre-ditas Freguezias nunca foraõ arroteadas: sómente apparecem algumas matas de pinheiros, e carvalhos, e essas poucas. Hé isto o que se vê em quasi toda a Provincia. Os Minhotos não cultivavaõ senaõ as terras baixas, e ferteis, que possaõ dar duas novidades cada anno.

§ XXIX. No dia 21 de Outubro observei o bom estado d'Agricultura das Aldeas, que formaõ os Conselhos de Lousada, Unhaõ, e Felgueiras. O systema de cultivo do termo de Louzada hé o dominante da maior parte da provincia, que consiste em amanhoar as planicies, e valles formados da confluencia das collinas, e campos, que bordaõ os rios, e regatós. O mesmo predio hade dar graõs, e vinho; porque ordinariamente o Lavrador do Minho não vive satisfeito sem que as sombras dos carvalhos cubraõ a maior parte dos seos melhores terrenos.

§ XXX. Os Conselhos de Unhaõ, Felgueiras, e Aguiar de Sousa tem campos muito ferteis, e quasi todos saõ regados, delles récolhem os lavradores centeio, milho grosso, e meudo com fartura, produzem muito linho; tem alguns oliveiras, e muitos prados; das uveiras vindimaõ muitas uvas, de que fazem vinho em grande quantidade; mas muito máo.

§ XXXI. Ainda que o sistema de cultura de todas as Aldeas, que compoem os referidos Conselhos, e outros mais seja defeituoso bem como o de todas as povoaçoens centraes da provincia, com tudo os lavradores dellas, e muito principalmente os de Unhaõ saõ mui industriosos, e trabalha cada um delles por tirar o maior proveito possivel do seo chaõ: tem os carvalhos com as suas videiras em roda delle

para lhe diminuir menos a colheita dos grãos. Cuidão todos um ter prados artificiaes debaixo das arvores semeando aqui plantas, que vivem com menos luz. Quando podaõ as uveiras, que o mais da vezes hé de dous em dous annos: convertem os prados em searas de milho.

§ XXXII. Entrando no dia 22 d'Outubro no Conselho de Celorico de Basto observei, que os habitantes da freguezia de Macieira de S. Leocadia eraõ Senhores de grandes, ferteis, e bem amanhados predios, que formaõ uma extensa vargem: aqui as uveiras pela distancia, em que ficaõ umas das outras menos mal cauzaõ a lavoura do pam; porem as terras altas, e magras, cujas vertentes correm para a dita vargem estaõ por cultivar.

§ XXXIII. O territorio das freguezias d'Agilde, e Fervença hé todo montanhoso; compoem-se de montanhas, e valles, que sãõ retalhados com muitos regatos, que os fazem ferteis, e amenos. Os carvalhos com as suas videiras, que ordinariamentes occupaõ os melhores campos do Minho povoãõ tambem os fructiferos predios destas freguezias; mas em umas partes diminuem mais a colheita dos grãos, do que em outras. Aqui nestes sitios vi eu algumas ladeiras muito bem aproveitadas; hé a terra dellas sustentada com differentes sulcalcos, e perto destes se observaõ as uveiras dispostas em diversas fileiras. Porque não se aproveitaõ deste modo as terras altas, e magras da provincia do Minho? Quasi todas as que observei nunca tinhaõ sido rompidas.

§ XXXIV. Na freguezia de Bertello, Arnoia, e todas aquellas povoaçoes, que ficaõ ao Norte do Castello de Basto praticaõ os Minhotos o mesmo systema de cultivo, que consiste ordinariamente em amannhar sómente os campos rega-

dios, de que tiraõ duas colheitas de grãos, e uma de vinho, deixando por cultivar as terras magras, e altas, que estão sempre cubertas de tojos, e urzes.

§ XXXV. Há na freguezia de S. Romão, e outras vizinhas uma vasta planicie, que hé das mais ferteis, que encontrei nos lugares centraes da provincia do Minho. As uveiras ainda que diminuem alguma cousa a colheita dos grãos fica bem compensada esta falta pela quantidade de vinho, que recolhem, que hé de muito melhor qualidade, e valor, que o dos outros vinhos chamados de enforcado, que se observaõ entre o Lima, e o Tamega vantagem esta que hé commum a todo o destricto de Basto.

§ XXXVI. Produzem os predios das ditas freguezias de Inverno muitas hervagens, com que sustentão gordas manadas de gado vacum. De veraõ cria-se o milho em abundancia: aqui nunca precisaõ de entrume os campos regadios; por que a agoa, que lentamente os vai callando lhes acarreta o fiecundo nateiro, que lhes causa uma fertilidade sem nunca acabar. Aquelles porem que não estão nestas circumstancias sómente são estrumados de trez em trez annos: com este triennial beneficio pagaõ com muita usura o trabalho, que os Lavradores tem em os amanhar. No Conselho de Basto observei pela primeira vez o cultivo dos Castanheiros afora aquelles, que fazem parte das Uveiras. Apparecem em humas partes matas de carvalhos, em outras vi que grangeavaõ oliveiras, que então estavaõ carregadas de fructo, porem as terras altas, e de mediocre qualidade nunca tinhaõ sido rompidas, como acontece quasi em toda a provincia do Minho.

§ XXXVII. Nos redores de Mendim de Basto, e Villar de Ferreiras tudo está apro-

veitado: aqui os habitantes destas povoaçoens não deixaõ por cultivar um só palmo de terra: a perene rega dos seos campos lhes augmenta, e segura a fertilidade delles. Lavraõ em abundancia centeio, milho grosso, azeite, e vinho, sendo este de tam boa qualidade, ou talvez melhor que o de Basto; porem junto ao Rio Cabril observaõ-se em mais de duas legoas de extençãõ montes, que nunca foraõ cultivados, que podiaõ crear muitos olivæes, e vinhataria.

§ XXXVIII. No dia 24 d'Outubro fiz a minha viagem desde Mendim até a Amarante não perdendo nunca de vista as margens de uma, e outra banda do Tamega. Com grande magoa vi eu por cultivar muitas, e muitas terras, e algumas boas vargens; e exceptuando algumas amanhadas nos redores de Cuidesozo, e Villa Garcia quasi tudo o mais nunca vio arado desde Ribeira de pena até entre ambos os Rios. Todos os predios cujas vertentes correm para o Tamega pela sua bella exposiçãõ, e qualidade da terra promettem uma aturada fertilidade sendo cultivados, e podem dar a subsistencia, e riqueza a muitos milhares de pessoas.

§ XXXIX. No dia 26 d'Outubro sahi d'Amarante, e fui para a provincia de Tras os Montes, aonde me demorei até 12 de Novembro. No dia 13 voltei á provincia do Minho, e passando o Tamega em Cavéz derigime logo ao Conselho de Cabeceiras de Basto, paiz montanhoso formado de planicies, e collinas, e todas estas compostas de uma rocha granitica: aqui todo o chaõ, que hé regadio está cultivado, porem sem Uveiras não apparece um só: em algumas partes hé excessivo o numero dellas; porem são podadas todos os annos, e sustentadas em differentes arvores, a saber, carvalhos, castanheiros, freixos, sereigeiras; tam-

bem vi choupos, e salgueiros em outras partes da provincia.

§ XL. Os lavradores de Cabeceiras de Basto ainda que adoptaõ um sytema de cultura, que tem aquelles defeitos geraes, que se observaõ em quasi todo a provincia, comtudo sãõ mui cuidadosos no bom cultivo das suas terras; porque huns semeaõ em Março milho, e ficando os campos bem amanhados no Outono fazem a sementeira do centio, ceifa-se este em tempo competente, e logo na revolta semeaõ outra vez o milho, e depois de recolhido tem muitas hervagens até á primavera seguinte, de maneira que em pouco mais de um anno fazem duas colheitas de milho, e uma de centeio. Outros lavradores porem convertem os seos prados naturaes, e artificiaes em searas de linho, e logo que se arranca, e leva para a maceraçaõ semeaõ milho, de que tem quasi sempre uma boa colheita tambem aqui lavraõ algum trigo, e azeite.

§ XLI. A maior parte da superficie do Conselho de Cabeceiras de Basto está por cultivar. Hé verdade, que muitas das terras por serem pedregosas precisaõ de maior despeza para serem arroteadas; e talvez o seo fructo não chegaria para compensar o trabalho dos lavradores, e satisfazer aos impostos, que aqui se pagaõ; porem todas ellas eraõ capazes para nellas se povoarem matas de pinheiros, e outros arvores, que aqui podessem prosperar. Há porem algumas vargens incultas, que se podem aproveitar; porem os Minhotos tem em pouca conta os predios, que não podem regar.

§ XLII. Apenas sahi de Cabeceiras de Basto logo se me appresentou um extenso, e ameno valle, que hé do coito de Moreira de Rei, nelle vi eu muitas manadas de gado vacuum, que se sustentaõ com as abundantes hervagens, que

aqui se criaõ. Encontraõ-se devesas de carvalhos mui proveitosas aos lavradores pela bolleta, e lenhos, que dellas tiraõ, cuidaõ muito no cultivo do milho; semeaõ algum linho, e em partes se observaõ tambem algumas oliveiras. Naõ hé porem a riqueza dos moradores deste coito proporcionada á fertilidade dos seos predios.

§ XLIII. Ao Norte de Moreira de Rei fica o Conselho de Monte Longo; compoem-se este de onze freguezias, que occupaõ uma pequena extenção de Territorio, quando em muitos lugares da provincia de Tras-os Montes naõ se encontra uma igual populaçaõ em mais de quatro legoas quadradas: toda esta differença vem da diversa fertilidade dos terrenos, a qual hé tamanha no dito Conselho; porque muitos, e perenes regatos d'agoa costumãõ aqui regar campos de freguezias inteiras.

§ XLIV. As aturadas regas, que tem os lavradores de Monte Longo produzem muitos prados, com que engordaõ manadas, e manadas de gado vacum, e lhes seguraõ depois na revolta do linho, centeio, e trigo, uma abundante colheita de milho, que hé em tal quantidade, que alem do consumo, que lhes daõ os seos habitantes mandaõ ordinariamente todos os mezes vender á feira da Lixa mil e seis centos alqueires de milho. Maior seria a fartura dos graõs se aqui seguissem o mesmo systema de cultura, que há naquella parte da provincia, que fica entre os rios Lima, e Minho, aonde naõ soffrem os lavradores, que a sombra das arvores lhes cubra um só palmo dos seos mais ferteis terrenos; mas naõ acontece assim em Monte Longo. O proprietario de qualquer chaõ por mais fertil que elle seja quer sempre ver nelle alguns carvalhos unidos com as suas uveiras.

§ XLV. No termo do Guimarães, e Contornos

desta antiga, e notavel villa descortinaõ-se lindos, e ferteis campos, que fazem o paiz agradavel, e fertil. Aqui reina o mesmo systema de cultura, que se pratica na maior parte da provincia, ainda que menos defeituoso. As uveiras cruzaõ predios regádios; mas em uns sitios mais do que em outros tolhem uma grande parte da colheita dos graõs, e daõ um vinho de tam má qualidade que hé o peor de toda a provincia. Ainda que o fundo da riqueza dos habitantes do termo de Guimaraães seja o milho, e a creação do gado vacuum; todavia lavraõ tambem bastante centeio, trigo, e algum azeite.

§ XLVI. Nas vizinhanças de S. Thirso em todas aquellas freguezias, que pertencem ao coito dos religiosos de Refoios, a practica rural hé a mesma, que observei nos termos de Guimaraães, Monte Longo, Moreira de Rio, e Cabeceiras de Basto. Terras altas, e de mediocre qualidade nunca foraõ rompidas, nem daqui tiraõ arbustos para os seos estrumes; porque para isto tem terrenos, occupados com tojos, e regadios! Os campos melhores estão aproveitados, mas nunca sem uveiras por mais fertil que seja o chaõ. Aqui assim como em toda a provincia a colheita, que mais avulta hé a do milho, e depois a do máo vinho, para o que concorre alem de outras causas a poda das uveiras feita de dous em dous annos. Os lavradores deste couto lavraõ tambem bastante centeio, e algum trigo; porem a sua riqueza não tem proporção com a fertilidade dos seos predios.

§ XLVII. No termo do Porto desde o Douro até ao Mar não se encontraõ campos taõ ferteis como eu os vi em muitos lugares das comarcas de Penafiel, e Guimaraães; porque não há por estes sitios abundancia de regatos, que ali se encontraõ; nem os arrabaldes d'aquella cidade

podem competir na beleza com os de Coimbra, e Lisboa, até me parece, que o adiantamento d'agricultura dos redores do Porto não hé proporcional á sua riqueza, talvez porque os Portuenses não procurão os prazeres ruraes, pará a diversão das fadigas do commercio, ou os vão buscar mais longe, aonde as circumstancias locaes permittem combinar a maior utilidade com o recreio.

§ XLVIII. Os lavraderes do termo do Porto cuidão mais na cultura dos graõs do que na do vinho principalmente naquelles lugares aonde chegaõ as tavernas da Illustrissima Junta d'Agricultura do Alto-Douro; porque alem de ser má a qualidade tem muito pouco, ou nenhum consumo, e só terá apenas aquelle que lhe derem os proprietarios das uveiras: e como estas são aqui em muito menos quantidade, do que no resto da provincia; por isso os campos produzem proporcionalmente mais milho, centeio, e trigo do que os outros, que dellas estão cobertas. Frequentes devesas de carvalhos se encontraõ no termo do Porto, muitas matas de pinheiros, e sobreiros de que tiraõ a cortiça, que hé exportada para Inglaterra.

§ XLIX. No dia 20 de Novembro recolhime ao Porto na volta da provincia de Tras-os Montes, tendo feito em differentes lugares do Minho, que ficaõ entre o Tamega e Dave, aquellas observaçoens ruraes, que me foraõ possiveis. No dia 23 do dito mez sahi daquella cidade com o fim de observar o estado d'Agricultura dos redores de Barcellos; e tendo já admirado a grande fecundidade dos campos do Conselho da Maia encaminhei-me logo ao Dave, e passado este vi que as terras por onde andei, que ficaõ entre aquelle rio, e o deste estavaõ mui pouco aproveitadas a fora alguns predios cultivados nos

redores de Casal Pedro; porem mais cubertos de uveiras, que os do Conselho da Maia. Observaõ-se tambem naquelles sitios algumas matas de pinheiros, e sobreiros.

§ L. Ao Norte de Casal Pedro avista-se uma cadea de montes chamada Serra de Rates, cuja direcção parece ser de nascente para Poente, e e que continua até perto de Villa de Conde; observa-se mais outra, que corre até perto de Villa Nova de Famalicaõ. Todos estes montes nunca foraõ roteados, e estaõ cubertos de mato sem darem proveito algum.

§ LI. Passando o Rio Derte observei, que nas Freguezias de Moreira, de S. Leocadia, de S. Lourenço d'Alveosos não estava muito adiantada a Agricultura. Hé verdade, que apparecem aqui, e ali matas de pinheiros, sobreiros, e alguns Castanheiros; mas encontraõ-se muitas, e muitas incultas; porem os redores de Barcelinhos tem bellos, e ferteis campos muito bem amanhados, mas sempre com uveiras, sendo estas em huns sitios mais, do que em outros.

§ LII. Nos contornos de Barcellos estaõ todos os melhores predios cultivados principalmente para a parte do Poente. Ao nascente desta villa observa-se uma Montanha chamada Serra d'Airo. Ao norte avista-se uma serrania, que defronte de Barcellos chama-se Serra de S. Gonçalo, e de Troxemil perto de Guimaraës: a sua direcção parece ser de Nord Este para Norde Oeste, e continua com alguma interrupção até ao Gerez.

§ LIII. Caminhando ao Poente de Barcellos até Fam vi que nas Freguezias de Germende, de S. Thiago de Villa Secca; Rio Tinto, e Fonte Boa a maior parte das terras, que aqui possuem os Lavradores estava de pouzio: elles cuidaõ muito no amanho dos terrenos regadios, e pouco,

ou nenhum caso fazem das terras de sequeiro. Eu passei por muitas de uma grande extensão que muito bem se podiaõ aproveitar, ao menos con-vinha, que fossem povoadas de matas de sobreiros e pinheiros, arvores, que muito bem vivem naquelles sitios, como eu mesmo observei, muito principalmente desde Fonte Boa, até Fam.

§ LIV. A superficie do Termo de Barcellos parece estar quasi toda por cultivar. Nas terras que vi amanhadas a cultura dominante hé a do milho grosso, assim como a de toda a provincia; mas os lavradores das freguezias, que ficaõ perto do Mar recolhem tambem trigo em abundancia, lavraõ algum centeio, e milho meudo; o vinho, que lhes daõ as suas uveiras hé maõ; mas em grande quantidade; criaõ-se muitas manadas de gado vacum; porem mais nas freguezias do Poente, do que nas do nascente.

§ LV. No dia 24 de Novembro sahi de Fam, e vim costeando até Povia de Varzim, e Villa do Conde, por onde já tinha passado; aqui, e ali continuei com algumas observaçoens principiadas no começo desta viagem; e no fim deste mez recolhime ao Porto, tendo gasto quasi dous mezes nas observaçoens ruraes da provincia do Minho.

§ LVI. Em Fevereiro de 1810, vindo da provincia de Tras-os-Montes para Coimbra passei pelo Minho, e vi que nas terras, que ficaõ entre o Tamega, e Dave o systema de cultivo era o mesmo que tinha observado no anno de 1789: se vier um dia, em que este chegue aquelle aper-feiçoamento, que pode ter, e se removeaõ, ou ao menos se diminuaõ as causas, que aqui se oppoem ao progresso da lavoura, será aquella provincia uma das mais ricas do mundo.

CONSTANTINO BOTELHO DE LACERDA LOBO.

Manuscripto vindo de Sta. Helena, por um modo desconhecido.

(Continuado da pag. 347 do No. antecedente.)

Nestas circunstancias julguei que o projecto de um desembarque em Inglaterra, era o melhor expediente a que então podia recorrer; mas sem ténção alguma de o realisar, por saber que não podia deixar de ser desgraçado: a empresa do desembarque era mui possível, mas não o era a retirada. Não haveria um só Inglez que se não armasse para salvar a honra da sua patria; e como o exercito francez não podia receber soccorro, vendo-se reduzido á sua primeira força, havia de por fim aniquillar-se ou ver-se obrigado a capitular. Eu tinha effectuado um desembarque no Egypto; mas um desembarque em Londres era muito mais arriscado.

Como as ameaças me não custavaõ nada, e não tinha então aonde empregar as minhas tropas, julguei que tanto importava te-las em guarnição nas costas como em outras partes. Bastou este apparatus para obrigar Inglaterra a recorrer a armamentos, e meios de defesa que a arruinavaõ. Nisto mesmo consegui alguma vantagem.

Em desforra, organisou-se uma conspiração contra mim, que eu attribui aos Principes emigrados; porque era verdadeiramente real. Poderiaõ para este fim em acção milhares de conspiradores; o que concorreo para que chegasse mais depressa ao meu conhecimento: os meus espias eraõ tão vigilantes, que me informáraõ de tudo dentro de vinte quatro horas.

Como eu queria punir os individuos, que

contra as leis Divinas, e humanas maquinavaõ a ruina do Estado, fui obrigado a suspender a sua prisãõ até ajuntar contra elles uma somma de provas de que se não pudesse duvidar.

Pichegru era o principal chefe desta conspiraçãõ: este homem que tinha mais valor do que talentos queria representar o papel de Monck; este papel era proprio para a sua estatura.

Estes projectos não me deraõ cuidado, não só porque conhecia até onde podiaõ chegar; mas porque sabia que eraõ contrarios á opiniaõ publica. Ainda que os Realistas tivessem conseguido o projecto de me assassinar, não adiantavaõ com isso nada. As cousas não estavaõ ainda maduras para elles.

Eu soube logo que Moreau estava complicado nesta conspiraçãõ; o que me parecia um pouco mais serio; porque elle tinha immensa popularidade. Lembrei-me de o attrahir ao meu partido, porem a sua reputaçãõ era taõ grande, que não poderiamos viver em harmonia. Eu não podia ser tudo não sendo elle nada. Era necessario recorrer a algum meio de nos separarmos: elle o achou.

Disse-se geralmente que eu tinha ciumes d'elle: eu tinha poucos; porem elle tinha bastantes de mim, e com bem fundados motivos. Eu estimava-o porque ella era um bom militar; porem como tinha por amigos todos os que me aborreciaõ, que eraõ innumeraveis; haviaõ de admiralo como um heroe se fosse executado, e eu queria que o conhecessem pelo que elle era na realidade, quero dizer por um homem nullo.

Os outros culpados exigiaõ menos precauçoens. Todos elles eraõ conspiradores por costume, de que me pareceo necessario purgar a França; o que com effeito consegui, pondo deste modo termo ás conspiraçõens.

Todas as pessoas de Paris que tinham algum valimento tomáram tanto interesse pelos culpados que me vi importunado de todos os lados com solicitações a pedir-me o perdão de todos. Eu tive a fraqueza de mandar alguns para as prisões de Estado, em vez de os abandonar á execução da justiça.

Confesso que ainda hoje me arrependo desta especie de indulgencia; porque hé uma fraqueza reprehensivel no Soberano; o seu unico dever para com o estado hé o de fazer observar as leis. Toda a transacção com o crime se torna criminosa no Imperante. O direito de perdoar não deve exercer-se com os criminosos; deve reservar-se para os casos desgraçados, que a consciencia absolve quando a lei os condemna.

Pichegru appareceu estrangollado na cama, e disse-se que por ordem minha, sem embargo de que não tive a menor parte neste acontecimento extraordinario; nem havia motivo algum para que eu sustrahisse este criminoso á execução da justiça. Elle não era melhor do que os outros, e eu tinha um tribunal para o julgar, e soldados para o arcabusarem. Não fiz nunca cousa alguma inutil na minha vida.

A minha authoridade cresceu por causa das conspirações que a ameaçavam. Não havia nada prompto em França para uma contra-revolução. Conhecendo que as machinações dos Realistas tendiam a involve-la na anarquia e em uma guerra civil, a França punha todas as suas esperanças em mim, como no unico homem capaz de a salvar destes flagellos, que ella olhava com horror. Ella queria dormir á sombra da minha espada. O voto publico (a historia não me hade desmentir) chamava-me para reinar sobre ella.

A forma republicana não podia durar; porque

se não formaõ republicas de monarquias decrepitas. O que queria a França era a sua grandeza. Para sustentar o edificio desta grandeza era preciso aniquillar as facçoens, consolidar a obra da revolução, e fixar para sempre os limites do Estado. Eu era o unico que promettia á França de satisfazer estas condições: a França queria que eu reinasse sobre ella.

Eu não devia tomar o titulo de rei; porque era um titulo mui commum, e ligado a idéas conhecidas. O meu titulo devia ser novo, como a natureza do meu poder. Como eu não era herdeiro dos Burboens, era preciso ser muito mais do que elles para me assentar sobre o seu throno. Eu tomei o nome de Imperador porque era maior e mais decisivo.

Nunca se vio uma revolução tão socegada como a que transtornou esta Republica, que tinha feito derramar tanto sangue. Como se conservava a cousa mudando-lhe somente o nome, os Republicanos não se assustáraõ de a ver transformar em Imperio. As révoluçoes que não atacaõ os interesses e as fortunas dos individuos são sempre suaves.

A revolução já terminada, consolidava-se com firmeza debaixo de uma Dinastia permanente. A Republica não tinha feito mais do que substituir opinioens novas ás antigas opinioens; o Imperio garantia os interesses com as opinioens.

Estes interesses eraõ os de uma immensa maioridade, sobre tudo porque as Instituiçoens do Imperio garantiaõ a igoaldade. A Democracia existia de facto, e de direito. Hé certo que se tinha restringido a liberdade, e devia restringir-se porque ella hé sempre funesta nos tempos de crise. Demais a liberdade não serve senaõ para a classe illustrada da nação, entre tanto que a igoaldade hé util a todo o mundo.

Eisaquí porque o meu poder conservou sempre o character de popular ainda no tempo dos revezes que affligirão a França.

A minha authoridade não repousava, como a das antigas Monarquias, sobre uma gradação monstruosa de castas, e de corpos intermediarios. Esta authoridade era immediata, e sustentava-se unicamente em si mesma: porque não havia no Imperio distincção entre mim e a nação, na qual todos eraõ igualmente chamados ao emprego das funcões publicas. O ponto da partida não era um obstaculo para ninguem; o movimento de accesso era universal no Estado. Este movimento constituiu a minha força.

Este systema não hé de invensão minha; sahio das ruinas da Bastilha. Hé uma consequencia necessaria da civilisação, e dos costumes, que o tempo tem dado á Europa. Este systema por mais que se trabalhe para o destruir, hade sustentar-se pela força das cousas; porque o facto acaba sempre por occupar o lugar da força. Hé indubitavel que a força não existia já na nobresa, des de que esta tinha consentido que o Terceiro Estado pegasse em armas, e desde que não tinha querido ser a unica milicia do Estado.

A força não existia já no clero, desde que a gente menos dominada por ideas religiosas principiava a discorrer. A força não existia nos governos; porque a nobreza e o clero não estavam em circumstancia de prehencher as funcões de sustentar o throno. A força não existia em preoccupações, e usos antigos, desde que se tinha mostrado aos povos a futilidade destas preoccupações e destes usos.

A dissolução existia no corpo social muito tempo antes da revolução; porque já não havia relação alguma entre as palavras, e as cousas.

O desabuso das preoccupações, tinha feito

conhecer claramente a origem dos poderes; e como se descobrio a sua fraqueza, cahiraõ com effeito ao primeiro ataque.

Era necessario restabelecer a authoridade sobre um plano inteiramente novo, independente de preoccupaçoes, de costumes antigos, e dessa cegeira a que se dá o nome de fé. Como não tinha herdado direitos de qualidade alguma, devia ser toda de facto, constituida unicamente na força.

Eu não subia ao throno, como o faria um herdeiro das antigas dynastias, para o occupar mollemente, sustentado pelo prestigios de illusoes, e praticas antigas; mas para estabelecer solidamente as instituicoes que o povo desejava; para pôr as leis em harmonia com os costumes, e para fazer a França temivel, a fim de sustentar a sua independencia.

Naõ passou muito tempo sem que me dessem motivos para realisar os meus projectos. Inglaterra cansada de ver as minhas tropas estendidas pelas costas, e querendo a todo custo ver-se livre deste incommodo, buscava alliados no Continente á força de dinheiro.

As antigas dynastias estavaõ atterradas de me ver no throno. Sem embargo de nos tratarmos com alguma civilidade, conheciaõ bem que eu não era do numero dos seus; e que reinava unicamente em virtude de um systema que destruhia o altar que o tempo lhes tinha levantado. Eu equivalia á uma revolvção. O Imperio ameaçava-as do mesmo modo que a Republica, com a unica differença que temiaõ mais o Imperio porque era mais robusto.

A politica pedia que me atacassem com a maior brevidade possivel, antes que eu tivesse adquirido todas as minhas forças.

As provavilidades da luta que se hia empenhar,

eraõ do maior interesse para mim; porque alem de me darem a medida do odio que me tinhaõ os Soberanos, ensinavaõ-me a distinguir os que se decidissem por temor a assossiar-se ao systema do Imperio, dos que preferiaõ a morte a esta assossiação.

Esta luta devia produzir novas combinaçoens politicas na Europa. Eu devia succumbir, ou ser o arbitro das naçoens. Eu acabava de reunir o Piemonte á França porque queria que o Imperio appoiasse a Lombardia. Trataraõ-me de ambicioso, armando-se logo para o combate, a que esta uniaõ servio de signal.

A batalha devia ser sanguinolenta. O, Austriacos ajuntáraõ todas as suas forças, e os Russos estavaõ decididos a reunir-se com elles.

O joven Alexandre acabava de subir ao throno e como os filhos gostaõ de fazer e contrario do que fizeraõ seus paes, declarou-me a guerra porque seu pai tinha feito a paz. O meu designio não era de fazer entaõ a guerra á Russia, porque ainda não tinha chegado a sua vez; mas as mulheres, e os cortesaons decidiraõ o Imperador a que ma declarasse elle a mim. Elles suppunhaõ que não tinhaõ conseguido senão uma cousa que todos aprobavaõ porque o meu nome era detestado em todas as sociedades, e commecaõ sem o saberem, o systema ao qual a Russia deverá a sua grandeza.

A coalisaõ não abrio nunca a campanha taõ loucamente. Os Austriacos imagináraõ que me surprehendiaõ, mas acharaõ-se enganados.

Elles invadiraõ a Baviera sem esperar a chegada dos Russos, derigiraõ-se a marchas forçadas sobre o Rheno. As minhas columnas levantáraõ o campo de Bolonha, atravessáraõ a França, e passáraõ o Rheno em Strasburgo. A minha vanguarda encontrou os Austriacos em Ulm,

aonde os rechassou. Eu marchei rapidamente sobre Vienna, aonde entrei sem obstaculo. O General Austriaco esqueceo-se de quebrar as pontes do Danubio em que eu passei este rio. Eu o teria igualmente passado; mas não havia de chegar tão depressa á Moravia.

Os restos do Exercito Austriaco foraõ refugiar-se debaixo das bandeiras dos Russos, que principiavaõ entaõ a apparecer. O inimigo quiz sustentar-se em Austerlitz; mas foi batido. Os Russos retiraraõ-se em boa ordem, deixando-me senhor da Austria.

O imperador Francisco pedio-me uma entrevista, que eu lhe concedi em uma cova. Pedio-me a paz, e concedi-lha, por não saber para que me podia servir o seu pays, visto não estar ainda maduro para uma revolução. Para diminuir as suas forças, pedi Veneza para a Lombardia e o Tyrol para a Baviera, a fim de reforçar ao menos os meus amigos á custa do meus inimigos. Que menos se podia pedir?

Naõ achando a conjunctura propria para disputar, julguei conveniente assignar a paz. Eu a fiz propor ao mesmo tempo aos Russos; porem o Imperador Alexandre a recusou.

Esta firmeza era nobre; porque acceitando a paz tomava parte na humilhação dos Austriacos.

Recusando-a mostrou constancia nos revezes, e confiança na fortuna. Eu conclui da sua firmeza que a sorte do mundo dependia de nós ambos.

A campanha tornou a principiar. Eu segui a retirada dos Russos, e cheguei á Polonia, aonde se abriu um novo theatro ás nossas armas. Eu hia ver esta antiga terra da anarquia, e da liberdade curvada debaixo de um jugo estrangeiro: os Polacos esperavaõ a minha chegada para o sacudir.

Confesso que me não soube aproveitar das vantagens que podia tirar dos Polacos; esta negligencia foi o maior erro do meu reinado. Eu sabia mui bem que era essencial organizar este pays para oppor uma barreira á Russia, e um contrapeso á Austria; mas as circumstancias nesta epoca, não eraõ proprias para realizar este plano.

Por outra parte, não julguei os Polacos capazes de desempenharem os meus planos. Hé uma nação apaixonada e inconsistente, que faz tudo por fantasia, e nada por systema; o seu enthusiasmo posto que violento não hé duravel. O character desta nação deve necessariamente causar a sua ruina.

Talvez que dando aos Polacos um plano, um systema, e um ponto de appoio, formassem com o tempo uma nação respeitavel.

Posto que o meu character me não determinasse nunca a deixar as cousas por acabar, abandonei a organisação da Polonia antes de lhe dar a consistencia de que precisava; o que com effeito me causou bastante damno. Marchei no rigor do inverno para as regioens do norte; os soldados mostravaõ as melhores disposicoens, sem darem o menor signal de temerem a aspereza do clima. Eu tinha de combater contra um exercito, senhor do seu terreno, e habituado ao seu clima, que me esperava nas fronteiras da Russia. Tomei a resolução de o hir atacar, por preferir este expediente ao de deixar amollecere as minhas tropas em maús acantonamentos. Encontrei o inimigo em Eylau: a batalha foi sanguinolenta e indecisa.

Se os Russos nos tivessem atacado no dia seguinte, sem duvida nos teriaõ battido; mas felizmente os seus generaes não são proprios para resoluçoens de semelhante natureza. De-

raõ-me tempo para os atacar em Friedland, aonde a victoria foi menos duvidosa. O Imperador Alexandre propos-me a paz depois de se ter defendido com intrepidez; e como era honrosa para as duas naçoens, porque ambas tinhaõ combatido com igual valor, foi assignada em Tilsit, e foi assignada da boa fé, como o póde attestar o mesmo Czar.

Tal foi o resultado dos primeiros esforços da coalisaõ contra o Imperio que eu acabava de fundar. As minhas armas adquiriraõ um novo grão de gloria, mas a questaõ ficou indecisa entre mim, e a Europa; por que os meus inimigos, posto que humilhados, não estavaõ destruidos, nem desistiaõ de proseguir nos seus projectos.

Achando-me com pouca differença nas mesmas circumstancias, assignei a paz prevendo uma nova guerra. Ella era induvitavel em quanto a sorte das armas não produzisse novas combinaçoens, e em quanto Inglaterra tivesse um interesse pessoal em a prolongar.

Julguei que me devia aproveitar do repouso que eu acabava de dar ao continente, consolidando a base do Imperio, a fim de lhe dar mais consistencia, para melhor sustentar os futuros ataques. O throno era hereditario na minha familia, a qual commeçava assim uma dinastia nova, que o tempo devia consagrar, como tem legitimado todas as outras. Nenhuma corõa tinha sido dada depois da de Carlos Magno, com tanta solemnidade; porque a recebi do voto dos povos, e da sancção da Igreja. Seria uma grande inconsequencia que a minha familia chamada para reinar, se confundisse com as outras classes da sociedade.

Eu era rico em conquistas, e devia ligar intimamente estes Estados ao systema do Imperio,

a fim de lhe dar maior preponderância ; porque não há outros vinculos entre povos, senão os de interesses communs. Era consequentemente indispensavel estabelecer uma inteira communi-
dade entre o meu Imperio e os Estados conquistados. Não se tratava para isso, senão de mudar a sua antiga ordem social, dando-lhe a do meu Imperio, e pondo á frente destas novas Instituições Soberanos interessados em as sustentar.

Eu prehencia estas condições, pondo a minha Familia nos thronos que se achavaõ vagos.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 337.)

CAPITULO XVIII.—*O Imperio.*

O Imperio não cedeo ás solicitações dos Negociadores da Westphalia.

Destinado a manter um certo equilibrio entre a Austria e a França, o Imperio foi quasi sempre o instrumento de que se serviraõ estas nações.

Algumas das contendidas que ensanguentáraõ a Alemanha, eraõ inteiramente estrangeiras á maior parte dos Principes que formávaõ este grande corpo, o qual posto que composto de Soberanos illustres, não tinha realidade de poder.

O abatimento da Suecia, a elevação da Prussia, e a apparição da Russia, transtornáraõ o estado do Imperio.

Nas grandes guerras de Luis XIV., o Imperio se dividio em dous partidos: os seus Principes cessando de se considerar como Membros do Corpo Germanico, abracáraõ como soberanos particulares ora o partido da França, ora o da

Austria, segundo o interesse que os determinava a estas alianças. Os Eleitores de Baviera e Colonia arruináraõ os seus Estados, proseguindo por muitos annos nesta alternativa de alianças.

Na guerra de successão occasionada pela morte de Carlos VI., o Imperio continuou no mesmo systema de desunião. Alguns dos Soberanos deste corpo ligáraõ-se com os Francezes, os quaes despenderaõ grandes sommas, e sacrificáraõ muita gente, para fazer passar para a Casa de Baviera a corôa Imperial esta corôa, que cessou de ser um objecto de ambição: tal era a politica do tempo.

A rivalidade que se manifestou entre a Austria, e a Prussia no meio do seculo passado, dividio o Imperio em duas partes; em Alto, e Baixo Imperio. Todo o norte de Allemanha, e a parte do meio dia desta mesma Allemanha que temia a Austria, ligaraõ-se com a Prussia, considerando-a como sua protectora natural, sem observarem a antiga distincção de liga catholica, e liga protestante, como se vio na guerra da Baviera de 1778. Não só desapareceo a distincção de Imperio, mas taõbem a de Allemaens; porque a Allemanha desde o tempo de Frederico, não contava rigorosamente fallando senão Austriacos, e Prussianos, e até estes ultimos constituiaõ a maioridade.

O Imperio era um corpo augusto, sempre agitado, mas sempre em actividade. Poderia comparar-se a um palacio antigo, incommodo para ser habitado. Elle cahio em grande parte em ruina a impulsos da revolução. O seu chefe o abandonou, e alguns dos seus membros procuráraõ nova protecção em outra parte. Os Eleitores, e Estados Ecclesiasticos desaparecerão, e outras authoridades passáraõ a o estado ordinario de vassallos: o Imperio acabou de existir; e

taes foraõ as circumstancias em que o Congresso o achou.

Neste estado parece que o Congresso não devia toma-lo em consideração, devendo occupar-se unicamente da boa ordem das potencias que entraõ na sua composiçãõ, ou antes que occupãõ o territorio aonde existio o Imperio.

As potencias devem agora desconfiar igualmente da França, e da Russia, accautellando-se para evitar a continuacão das invasoens da primeira, e o principio das da segunda, com esta differença, que a França não pode atacar senão a sua independencia, entretanto que a Russia póde ameaçar a sua existencia.

Seria conveniente organizar a Alemanha de maneira que nem a França nem a Russia tivessem parte nesta organisação. A Alemanha não tem que recear da ambição Austriaca, nem da Prussiana. Ao primeiro passo que qualquer destas potencias tentasse contra ella, todos se declarariaõ contra o agressor: a França, e a Russia seriaõ as primeiras que se apressassem a sustentala.

Alguns Soberanos de Alemanha tem adquirido titulos superiores aos que antes tinhaõ; o que abate de algum modo a dignidade do throno, porque esta dignidade não deve ser prodigada, nem attenuada. A raridade dá valor a muitas cousas; os reis gozaõ de grande consideração porque são raros.

Esta multiplicação de thronos, hé igualmente um mal para os vassallos; porque a elevação em dignidade exige augmento de despezas: um Rei precisa de um exercito mais numeroso, e de uma corte mais brilhante do que um Eleitor; e um Eleitor deve exceder nesta parte um Landgrave: a emulação do luxo passa igualmente ás

outras classes do Estado ; o que por fim vem a causar a ruina de todos.

Desgraçadamente a Alemanha não tinha meios sufficientes para dar uma certa força a estes novos Reis. As praças estavam tomadas : o Congresso esqueceo-se inteiramente deste principio, reduzindo a Saxonia já bastante pequena para formar um reino, a menos de metade do que antes era. Seria impossivel avaliar a consideração do Rei de Saxonia com esta redução dos seus Estados. Não devemos cançar-nos de repetir, que visto que se querem criar novos Reis, hé necessario que sejam grandes. Todas estas pequenas Soberanias, desfalçam de certo modo a Soberania geral, e o poder geral da Europa ; são novos embaraços á sua marcha.

O systema da divisaõ da Alemanha podia ser toleravel, quando ella não tinha que supportar senão o peso de uma só nação como a Austria, quando não era sustentada senão pela rival da Austria : a França era o correctivo dos inconvenientes da constituição Germanica. Mas hoje que se deve ajuntar á Austria a Prussia, e sobre tudo a Russia, como se póde adaptar a antiga ordem de cousas á circumstancias tão differentes ? Pode considerar-se como tempo perdido na ordem dos interesses da Europa, o que se concedeo com tanta demora a uma multidão de pequenas reclamaçoens, que se poderiaõ resolver com facilidade reduzindo-as a certos principios geraes.

Regra geral, hé necessario tender a simplificar o systema da Alemanha : o Congresso de Vienna devia buscar meios para completar a obra commecada pelo tratado de Luneville.

(Continuar-se-há em o Numero seguinte.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 364 do No. antecedente.)

CAPITULO XXXIII.

Nova Entrevista. O Delirio.

Luiz, o desditoso Luiz, e seu amigo, o velho Senhor de Berghorn, chegáraõ á caza de campo d'este ultimo, nas fronteiras da Prussia. Luiz achava no retiro, e na conversação deste velho inestimavel algum allivio em seos males. Não podia com tudo perder a idea de Roza. Nunca escrevia a seu páe, sem que lhe pedisse novas da sua amante. Mr. Burckard não se alargava muito a este respeito, nem suppunha Luiz impaciente d'ellas, como outrora. Finalmente, n'uma que lhe escreveo sobre este objecto, lhe mandou dizer que Roza tinha effectivamente contrahido esponsaes com o Conselheiro Lauter; e que seu casamento estava a ponto de concluir-se. Luiz já o sabia, e com tudo esta noticia obrou nelle como se fosse dada de novo. A sua vivacidade não mostrou, hé certo, movimentos tumultuosos, como tinha de costume, mas deu lugar a uma especie de abatimento ou apathia até entãõ desconhecida. O velho o foi achar no seu quarto, corridas as cortinas da jánella; e elle sentado com a cabeça encostada sobre a banca, os olhos arrasados de agoa, e n'uma vehemente inquietação. Que hé isto? meu amigo? disse o velho; montar! montar a cavallo! Uma viagem

até Magdeburg, ou á Brunswick te fará bem, e deitará as penas a voar. Sim, exclamou Luiz com transporte, essa era a minha idea. Vós penetasteis no fundo da minha alma!

Luiz teria ficado inertemente entregue á sua dor; teria só pranteado pelo casamento de Roza, sem a exclamação de Berghorn—ou á Brunswick! Sua alma deo um novo galaõ, como se ella se desprendesse de mil cadeas. Quero lá hir! disse elle, vou montar a cavallo. Quero lá hir! Montou a cavallo, e no dia seguinte chegou a Brunswick, justamente na vespera do casamento de Roza. Apeou-se na estalagem, e correu á casa de Madama Rehberg. Uma criada sahia; e elle olhou ansiosamente para a porta.—Não tenho sempo, dizia a criada a uma mulher, com quem fallava. Temos á manham casamento em casa! A manham? exclamou elle com angustia, e quasi nos tranzes da desesperação. A manham? repetio surda e lentamente; e passeava pela rua abaixo, e a cima. Parou de novo defronte da casa. Voltou a criada—Pois hé á manham? perguntou elle atonito, o pondo a mão na testa. Sim, a manham, disse a criada.—E que hé d'ella, a noiva?—Está lá em cima, onde está aquella luz.—Elle olhou para cima, vio uma figura de mulher sentada á janella. Abrio a porta, sem saber o que fazia, subio a escada maquinalmente, e por a cazo veio á porta do quarto de Roza: abrio-a de manço, e entrou. Ao ver Roza, ficou petrificado, ficou immovel na porta, e olhando fixamente a sua amante. Roza estava sentada a janella, c'obraço encostado n'uma banca, e a mão nos olhos. A frente carregada de tristezas lhe pezava sobre a mão, e uma torrente de lagrimas burbulhava ao longo de seu braço. Estas lagrimas consolavaõ Luiz, sem elle saber o porque.

Contente de a haver visto, elle quiz retirar-se, e involuntariamente disse—Roza!

A está palavra, Roza levantou o rosto, para ver quem a chamava, e como o quarto estivesse escurecido pelo *guarda-luz*, que escondia a vella, não reconheceo quem era. Tirou o *guarda-luz*, e reconheceo Luiz. Pallida, tremendo, e muda estendeo para elle ambos os braços abertos. Elle se aproximou passo apasso, e parou ao pé d'ella. Roza repetio elle manço, e com dolorozo acento. —Luiz! queria ella dizer: abriaõ-se-lhe os beijos, e a palavra lhe expirava n'elles. Luiz permanecia estatico deante d'ella, e ella c'os braços estendidos para elle. A penas porem a tocou com um só dedo, elle se precipitou nos seos braços. Suas lagrimas, seos beijos, seos suspiros se misturavaõ. Seos nomes—Luiz! e Roza! se misturavaõ tambem sobre seos labios, e as suas almas se confundiaõ. Ah! torno a verte! exclamáraõ ambos ao mesmo tempo! Oh deus! quanto te amo! Quam grande hé minha dita! ambos suspirando repetiram.

Elles permaneciaõ com intimo aferro abraçados; abraçados com toda a sofreguidaõ do amor. O mais ruídozo trovaõ, a trombeta mesmo do juizo final, não os acordariaõ do seu extaze! Elles tinhaõ perdido todo o pensamento, e sentiaõ apenas: a sua vida se tinha concentrado n'um ponto; e essa mesma não passava n'elles de um confuso atordoamento. Espoza? proferiraõ os beijos de Luiz maquinalmente. Esta palavra, pelo seu reconhecido tom, fez sahir Roza do seu assombrozo encanto. Vai-te pois, e dixa-me expirar! disse ella com uma voz agonizante: pue^{da} ainda ver-te uma vez! Fervidos, e avaros ardéraõ ainda uma vez seos beijos sobre os beijos d'elle, e seos braços se desprendêraõ dos delle brandamente. Roza! exclamou elle, e foi tropeçando,

como bebado, para a porta. Sahio sem que o vissem, e correu a caza. Disse ao creado, de um ar estupefacto:—partamos; respiro aqui um ar empestado: voltemos para a caza de campo de M. Berghorn. Não tardáraõ a por-se a caminho.

Roza ficou á porta do seu quarto sem movimento, como uma estatua! Vai-te pois! repetio ella por uma hora de espaco a espaco. Vai-te, disia ainda, e bem o tinha visto partir. Ella chorava, torcia as maons, supplicava; e no seu delirio, lançava-se de joelhos, fallava de joelhos com Luiz, pedia lhe perdaõ da sua infedilidade, e lançava-lhe em rosto a d'elle. Passou a noite nesta perturbaçaõ. Ninguém a veio ver: tinha pedido, que adeixassem só. Era uma fria noite de janeiro. O amor, a anxiedade, o vehemente abalo de suas forças vitaes, e o frio extremo, acabaraõ finalmente de a prostrar.

Na manham seguinte, foi a prima achala na cama com os olhos inflamados, a vista turva, o seio palpitante, e um calor terrivel. Oh Deus! Roza, que tens?—Creio estar indisposta. A prima foi abaixo. Vieraõ as tias, veio o Conselheiro Lauter e veio o Medico. Estê tomou lhe o pulso, e capitulou uma febre ardente, perigoza. —Perigoza? disse Roza com bastante cançasso, e rio-se. Pois se hé perigoza, entãõ dou graças a Deus: acabáraõ meos tormentos! O seu delirio continuo por cinco dias. Sem nomear Luiz, fallava da ultima entrevista, que tivera com elle; e falava da Dupuis, de Luiza, do Henriqueta, de Lauter. Accuzava um por um. Os seos monologos eraõ uma lingoagem inintelligivel para os circumstantes, que nada do acontecido sabiaõ. Finalmente, a força do seu temperamento triumphou. A sua doença foi acalmando pouco a pouco; mas a sombria tristeza em que ficára, se oppunha a seu total restabelici-

mento. A morte, e os sepulchros eraõ o constante objecto das suas conversações. Arrufava-se, quando lhe disiaõ que estava melhor; disputava, e mesmo contradizia o medico; e sustentava, que bem sentia chegar-se o seu termo. Um dia, lhe apresentou a prima um espelho; ella vio com pezar violento, que as rozas das suas faces tornavaõ a apparecer.

Tinhaõ-se todos até entãõ abstido de lhe fallar em casamento. Recomeçaraõ as sollicitações, recahio logo no seu estado de languor, mas não com o perigo antecedente. Não duvidava ella já de ser amada por Luiz, e ardia impaciente-mente por se reconciliar com elle. Para melhor repellir as proposições que lhe faziaõ á favor do Conselheiro, ella fingia estar mais doente, do que realmente estava. Queixava-se da fevre ainda, e de varias outras indisposições. Em prova disso, passava de cama a maior parte do dia. A cada instante, cuidava ella ver Luiz re-apparecer. Perguntava por elle, mas debalde. Ninguém sabia, onde elle estava. M. Burckard, que só conhecia o lugar da sua residencia, não o dizia a ninguem.

Não obstante a indulgencia de Madama Rehberg, o comportamento de Roza se fazia cada vez mais insupportavel. Ella não queria esposar o Conselheiro Lauter, e com tudo não ousava exprimir uma positiva repulsa. As razoes, que allegava em sua escuza, eraõ tam vagas e extravagantes, que excitavaõ continuas querellas entre a tia e sobrinha. A primeira reprehendia Roza de se portar com o Conselheiro, como logradora namorada; e que fazia muito mal em o indispor, quando não tinha a certeza de recuperar o amor de Luiz. O Conselheiro, que era tanto ou mais amante de si que de Roza, se escandalizava destas interminaveis delongas,

Tomava por insulto este comportamento da sua futura. Cançado de esperar, lhe rogou um dia, quasi de joelhos, que mudasse de systema, que consentisse em fazer a sua felicidade. Roza segurou lhe que isso não lhe era possível. O Conselheiro propoz lhe mais quinze dias para resolver-se. Ella aceitou de bom grado, olhando esta promessa, como uma condescendencia, que ella devia ás suas attenções. Julgava offendelo rompendo inteiramente e repentinamente com elle; mas por outra parte persistia em declarar á todos os seos parentes, que nada a resolveria no mundo a esposar a Conselheiro Lauter. A familia de Roza, e sobre tudo suas tias, não podiaõ levar á paciência esta obstinação da rapariga; e por isso a contrariavaõ em todas as suas vontades e expressoens. A falta de sinceridade tem feito a miseria de muitas familias, que por bagatellas se atormentaõ infinitamente. As tempestades, os terremotos, a perversidade, a sede de sangue, não perturbaõ tantas vezes o socego do homem, como a inobservancia destas miudezas, que interrompem a confiança, unico apoio da felicidade domestica! Se Roza tivesse dito:—Eu amo Luiz eu o vi, e eis aqui a cauza da minha doença; elle me ama, e eu não posso viver sem elle! As tias entenderiaõ melhor os sentimentos de Roza, e não se opporiaõ á sua ventura! Seu amante teria sido chamado; e feitas as explicações de parte á parte, o casamento teria terminado as suas penas, e esta historia já teria acabado. Mas não aconteceu assim; as tias continuáraõ a zangar-se com Roza, Luiz a desolar-se, e nós continuâmos tambem a dar conta ao leitor do mais que aconteceu.

Findou o prazo dos quinze dias, mas não findou a teima de Roza em não querer aceitar a mão de Lauter, nem findaram os dissabores, que motivou

tal procedimento entre as tias Rehberg e Seeburg e a familia de Burckard. Este ultimo, que unicamente podia accommodar os partidos, vio-se obrigado, por má intelligencia de Madama Seeburg, a retirar-se da sua communicação, que serias altercaçoens tinhaõ interrompido á cerca do character e conducta de Luiz e Roza. Madama Burckard, e Madama Walkers, que attribuiaõ os pezares de Luiz aos caprixos de Roza, sustentavaõ que esta não era digna de um homem de tam bellas qualidades, como Luiz. Por outra parte, a tia Seeburg sustentava o partido de sua sobrinha com demasiado calor. Tractava Luiz de louco, extravagante e libertino, alludindo ao seu comportamento em Pymont. Finalmente, as altercaçoens se tornáraõ tam vivas, que Madama Seeburg se retirou da casa de Burckard, jurando nunca mais la pôr pé, e fexou as portas da sua á familia de Burckard, como se afferrolhava, em tempos de guerra, o templo de Janno n'antiga Roma.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Progreso das Sciencias Physicas no Anno de 1816.

(Continuado da pagina 374 do No. 75.)

Em o numero precedente apresentámos tres taboas, que Gay Lussac e Arago publicáraõ, a fim de mostrar a dilatação que soffriaõ os corpos por meio do calor. Ora com o intuito

de descobrir a lei por meio da qual esta dilatação hé regulada—fez Gay Lussac ultimamente novas experiencias sobre a dilatação dos liquidos, em tubos de thermometro sellados hermeticamente. Verificou primeiro o ponto ebulliente de cada liquido, e foi depois observando a diminuição de volume que cada um dos liquidos soffria á proporção, que hia descendo do grau ebulliente—o thermometro empregado foi o de Reaumur, ou centogrado—Os liquidos examinados foraõ agua, alcohol, sulphurete de carboneo, e ether sulphurico: os seos pontos ebullientes se acharaõ ser os seguintes:—

Agua	100	ou	212	de Fahr.
Alcohol	78.41	—	173	—
Sulphurete de Carboneo	46.60	—	126	—
Ether sulphurico	35.66	—	96	—

A taboa seguinte mostra as contracções, que se observaraõ nos volumes de cada um dos precedentes liquidos, quando foraõ respectivamente expostos á diversas temperaturas,—abaixo dos seos graus ebullientes:—

Agua.		Alcohol.		Sulphurete de Carboneo.		Ether Sulphurico.	
Temper.	Contracção.	Temper.	Contracção.	Temper.	Contracção.	Temper.	Contracção.
0.0	0.00	0.0	0.00	0.0	0.00	0.0	0.00
3.6	2.44	4.4	4.90	1.3	1.59	1.3	2.08
8.0	5.40	5.5	6.08	3.6	4.38	2.6	4.04
9.2	6.13	6.7	7.59	5.0	6.14	4.4	7.18
14.3	10.13	11.6	13.25	7.0	9.67	6.1	9.88
21.0	13.68	15.2	17.82	10.1	12.12	7.7	12.46
26.6	17.00	19.8	23.13	12.4	14.93	9.1	14.74
33.1	20.53	23.6	27.52	15.0	17.98	10.7	17.33
39.9	24.06	26.8	31.15	17.8	21.20	12.2	19.76
46.2	26.95	31.8	36.79	20.4	24.27	14.0	22.65
51.4	29.14	34.8	40.05	22.9	27.10	16.9	27.06
56.4	31.16	40.8	46.57	25.0	29.65	20.3	32.27
61.5	32.94	47.9	53.81	27.3	31.98	21.1	33.46
67.4	34.76	51.9	57.92	29.8	34.84	25.9	40.37
72.2	36.07	56.7	62.74	31.1	36.27	28.8	44.69
76.1	36.94	61.2	67.15	33.3	38.68	30.3	45.47

78.7	37.45	62.9	68.88	35.7	41.20	31.0	47.81
80.2	37.74	63.5	69.33	37.4	43.01	31.1	47.88
80.4	37.80	65.5	71.16	38.1	43.68	34.0	50.72
84.5	38.25	67.3	72.97	41.0	46.85	37.3	55.25
86.0	38.52	70.7	76.10	42.3	48.11	39.9	58.54
		72.5	77.85	44.7	50.68	40.5	59.56
		73.8	79.03	47.7	53.94	48.2	69.67
				50.0	56.28	51.6	74.04
				51.1	57.39	53.1	75.87
				61.7	67.83	54.3	77.45
				63.3	69.43	54.7	77.90
				64.3	70.45	55.4	78.84

A fim de se poder formar uma idea ainda mais clara da proporção, em que se dilataõ os liquidos : publicou Gay Lussac a taboa seguinte, em que se calcula o grau de contracção, que os precedentes liquidos respectivamente experimen-
táraõ de cada sinco em sinco graus do thermo-
metro centigrado.

Therm. Centig.	Agua.		Alcohol.		Sulphurete de Car- boneo.		Ether.	
	Contracção real.	Contracção calculada.	Contracção real.	Contracção calculada.	Contracção real.	Contracção calculada.	Contracção real.	Contracção calculada.
0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
5	3.34	3.35	5.55	5.56	6.14	6.07	8.15	8.16
10	6.61	6.65	11.43	11.24	12.01	12.08	16.17	16.01
15	10.50	9.89	17.51	17.00	17.98	17.99	24.16	23.60
20	13.15	13.03	24.34	23.41	23.80	23.80	31.83	30.92
25	16.06	16.06	29.15	28.60	29.65	29.60	39.14	38.08
30	18.85	18.95	34.74	34.37	35.06	35.05	46.42	45.04
35	21.52	21.67	40.28	40.05	40.48	40.43	52.06	51.86
40	24.10	24.20	45.68	45.66	45.77	45.67	58.77	58.57
45	26.50	26.52	50.85	51.11	51.08	50.70	65.48	65.20
50	28.56	28.61	56.02	56.37	56.28	55.52	72.01	71.79
55	30.60	30.43	61.01	61.43	61.14	60.12	78.38	78.36
60	32.42	31.96	65.96	66.23	66.21	64.48		
65	34.02	33.19	70.74	70.75				
70	35.47	34.09	75.48	74.93				
75	36.70	34.63	80.11	78.75				

Segundo a precedente taboa parece, que o
alcohol e o sulphurete de carboneo experi-
VOL. XIX. 3 P

mentação no seos respectivos volumes o mesmo grau de dilatação—o que Gay Lussac attribue aos seos vapores terem uma igual densidade; elle mostra em como.

O Alcohol na temperatura de 78°41	produz um volume de vapor de	488.3
O Sulphurete de carboneo	a 46°60	491.1
Ether	a 35°66	285.9
Agua	a 100°00	1633.1

Este engenhoso chimico promette brevemente renovar suas experiencias sobre este relevante assumpto. (Veja-se os Annaes de Chimica e Physica 11 pag. 130).

Calor que hé expellido durante a Combinação dos corpos.—Já há annos, que o Dr. Irvine suggerio a opiniaõ, de que havia expulsaõ de calorico todas as vezes, que dois corpos se combinavaõ. Esta sua idea deduzio elle principalmente do que observára misturando acido sulphurico com agua, e alcohol com agua; e sobre estes resultados foi, que o Dr. Irvine fundou grande parte da sua theoria do calorico:—Observou elle, que em todos estes casos a densidade da mistura era maior, do que a densidade media, que devia resultar da uniaõ dos dois corpos;—donde concluiu, que todas as vezes, que dois corpos se combinaõ por maneira, que a densidade se augmenta, há desenvolvimento de calor; porem que diminuindo-se a densidade, há pelo contrario absorvicaõ de calor. Em opposiçaõ á está theoria, publicou Gay Lussac nos Annaes de Chimica e Physica varios factos, que parecem contrariar os resultados preditos; elles são os seguintes:

1°. Uma saturada soluçaõ de nitrato de ammoniaco, da temperatura de 61 graus e da densidade de 1.302, foi misturada com agua na proporçaõ de 44.05 para 33.76.—A temperatura da mistura desceo 8.9—a pezar de que a densi-

dade antes da mistura era 1.159,—e depois da mistura era tão sómente 1.151.

2°. Deitando-se agua na precedente mistura na proporção de 33.64 para 39.28, a temperatura desceo 3.4°. não obstante a densidade não se augmentar.—Outras soluçoens salinas ministraram os mesmos resultados, porem nenhuma por um modo tão convincente, como está.

3°. O Chloride de azote lança calor e fogo, quando hé decomposto, e reduzido aos dois corpos simples—chlorine e azote.

4°. Zodide de azote tambem emite calor e luz, quando hé decomposto em iodine e azote.

5°. Euchlorine detona, sendo elevado á temperatura de 212; e emite calor e luz, quando se decompõem em chlorine e oxygenio.

Methodo de produzir calor violento achado pelo Dr. Marcet. Este chimico descobrio um meio de excitar calor mui intenso; e o publicou nos Annaes de Philosophia.—Consiste elle em só passar uma corrente de gas oxygenio por entre a chama de uma lampada de arder com espirito.—O Professor Stromeyer de Gottingen pôs ultimamente em practica este methodo, e delle obteve alguns importantes e inesperados resultados.—Poude por este meio derreter com celeridade um fio de platina, cujo diametro andava por 1.75 millimetros;—e quando o seu diametro era sómente de 0.5 millimetro, então ardeo com grande brilhantismo:—fio de ferro de varios millimetros em diametro derreteo-se rapidamente, e ardeo; e a corda de um relógio ardeo com o mesmo esplendor, como se a combustão houvesse tido lugar em gaz oxygenio: cristal de rocha e quartzo commum foraõ igualmente derrotidos, e convertidos em um pedaço de vidro:—repetiraõ-se as mesmas experiencias com a cal e magnesia; porem o resultado não foi tão completo—ainda

que a superficie ficou transformada em um esmalte, e as suas pontas embotadas de sorte, que Stromeyer está mui esperançado, de que ainda podera vir a derreter estes dois corpos, que até agora hão sido considerados como refractorios.

SIMPLICES CONSERVADORES DA COMBUSTÃO.

Oxygenio e Chlorine — Até o presente não se tem descoberto mais do que tres compostos de oxygenio e chlorine; a saber 1°. *Oxide Proto-chlorosa*, ou o *euchlorine* de Sir H. Davy, composta de um atomo de oxygenio, e um de chlorine. 2°. *Oxide Deuto-chlorosa*, que hé um novo gas descoberto por Sir H. Davy, e por elle descripto nas Transacções Philosophicas do anno de 1815,—e que segundo as suas experiencias hé composto de um atomo de chlorine e quatro atomos de oxygenio;—3°. O acido chlorico de Gay Lussac, que se obtem decompondo o chlorato de barites por meio do acido sulphurico, e que consta, segundo as suas experiencias, de um atomo de chlorine e sinco atomos de oxygenio. Em Gilbert's Annalen numero 52 pag. 197 vem um papel assas interessante escrito por Frederico Conde Von Stadion sobre as combinações de Chlorine e Oxygenio. Elle não parece utar sciente das ultimas experiencias, que Davy tem feito sobre a materia; e veio a descobrir a oxide *deuto-chlorosa* quasi do mesmo modo, que Davy.—O methodo que empregou foi derreter em uma retorta uma pequena quantidade de chlorato de potassa, deixa-lo arrefecer, e deitar depois sobre elle acido sulphurico concentrado:—Sendo esta mistura exposta por espaço de tres horas ao calor de um banho maria, que foi gradualmente aquecido desde 54.5°. até 212,—formou-se o novo gas, e foi recebido sobre

mercúrio.—Eis aqui as suas propriedades: tem uma linda cor amarella, muito mais viva, do que a da oxide proto-chlorosa. O seo cheiro hé muito particular, e não irrita a membrana do nariz, como chlorine; não altera o papel tingido do azul; pode ser preservado, sem soffrer alteração, em lugar escuro; com tanto que não esteja em contacto com corpos combustiveis ou alcalinos; sendo porem exposto aos raios do sol, augmenta-se o seo volume, e hé decomposto em chlorine e oxygenio; calor e faiscas electricas produzem a mesma decomposição; detona quando hé elevado á uma temperatura entre 112 e 144; igualmente estoira, quando se faz passar por entre elle uma faísca eléctrica;—se esta decomposição se effeitua, quando o gas está collocado sobre mercúrio, o chlorine se combina com este metal, e deixa uma porção de oxygenio igual ao volume original do gas.—De varias outras experiencias, que se fizeram, segue-se, que depois da decomposição o volume do gas chlorine, comparado com o do oxygenio, anda na razão de 2 para 3. Donde infere Conde Von Stadion, que a oxide *deuto-chlorosa* consta de um atomo de chlorine, e tres de oxygenio, e assim parece ser uma substancia differente do gas achado por Davy. Quando se mistura o gas *deuto-chloroso* com o gas hydrogenio na temperatura ordinaria da atmosfera, não se observa mudança alguma; mas se por entre esta mistura passar uma faísca eléctrica, há detonação; e a mistura se converte em acido muriatico, e agua.—Para este fim hé necessario, que se misturem tres partes de gas *deuto-chloroso* com oito de hydrogenio.—Agua absorve sette vezes o seo volume de gas *deuto-chloroso*; esta solução tem uma cor amarella viva; um gosto pungente e peculiar; e o cheiro distinctivo do gas. Póde conservar-se no escuro em vasos

tapados sem soffrer mudança alguma; sendo porem exposta aos raios do sol, a oxide hé decomposta em chlorine e em o acido chlorico de Gay Lussac;—desapparece a cor, e o liquido fica com a cheiro de chlorine:—applicando-se-lhe calor, o chlorine hé expellido, e resta acido chlorico puro:—deve-se fazer a evaporação na temperatura entre 112 e 144; e devemo-la continuar até desapparecer a quarta parte do liquido;—o remanescente cessa de ter o cheiro de chlorine, e não precipita nitrato de prata. O gas deuto-chloroso estando em contacto com as bases alcalinas ou com as metaes soffre a mesma decomposição, porem mais vagarosamente. Quando se emprega o processo acima descripto para se obter este gas, forma-se um sal particular, a qual não havia até agora sido observado:—O Conde Von Stadion o obteve deitando tres ou quatro grãos de acido sulphurico concentrado em cada grão de chlorato de potassa:—depois de acabada a acção violenta que occasiona o acido, applica-se-lhe calor, o qual hé continuado até desapparecer a cor amarella da massa: o sal, que se forma por este methodo, hé misturado com o bisulphato de potassa, o qual póde ser separado por meio de uma segunda cristallização.—Este sal hé dotado das seguintes propriedades:—

Hé inteiramente neutro; não hé alterado sendo exposto ao ar; tem um sabor pouco forte, e semelhante ao de muriato de potassa; agua fervendo dissolve grande porção delle; porem agua na temperatura de 60 apenas dissolve $\frac{1}{3}$ parte do seo pezo;—em alcohol hé de todo insolúvel; os seus cristaes parecem ser octahedros, e pertencer áquella variedade, que Haüy caracteriza pelo nome de *plomb sulfaté semiprisme*. Produz uma leve detonação, quando hé triturado com enxofre em um almofaris; sendo aque-

cido até o grau de 412 hé decomposto, e transformado em chloride de potassio (muriato de potassa) e gas oxygenio. Se em uma retorta o misturarmos com igual pezo de acido sulphurico, e expuzermos a mistura á um calor de 280, há uma decomposiçãõ; e o acido, que o sal contem, pode ser extrahido por meio da distillaçãõ. Este mesmo acido pode ser artificialmente formado, se expuzermos a oxide deuto-chlorosa á acção da electricidade Voltaica em um apparato construido de fios de platina. Segundo a analize feita pelo Conde Von Stadion, este sal sendo aquecido hé decomposto em :—

Potassio	2.849	} 5.408
Chlorine.....	2.559	
Oxygenio	4.592	

Ora como 2.849 graõs de potassio necessitaõ, para ser convertidos em potassa, de 0.5819 de um graõ de oxygenio—restaõ por tanto ainda 4.01 graõs de oxygenio—por conseguinte deve o acido constar de :—

Chlorine.....	2.559
Oxygenio	4.01

ou em outras palavras—de um atomo de chlorine e sette de oxygenio. O Conde Von Stadion dá á esta substancia o nome de acido *oxy-chlorico*, —seria talvez melhor denomina-lo *acido perchlorico*.—Assim pelo que havemos acima exposto se vê, que não há menos de quatro combinaçoens de chlorine com oxygenio, a saber :—

	Chlorine.	Oxygenio.
Oxide Proto-chlorosa que consta de...	1 atomo	+ 1 atomo.
Oxide Deuto-chlorosa	1	+ 3
Acido Chlorico	1	+ 5
Acido Perchlorico	1	+ 7

De sorte que um desigual numero de atomos de oxygenio parece sempre se combinar com um só atomo de chlorine.

SIMPLICES COMBUSTIVEIS.

1º *Boron*.—O methodo, que actualmente se pratica, para preparar boron, hé não só dispendioso, mas tambem inconveniente.—Dobereiner acaba de propor um novo, o qual tem pelo menos a vantagem de ser mais economico.—Elle consiste em derreter-se o borax, reduzi-lo á po fino, e mistura-lo com uma decima parte do seo pezo do pó negro que se tira dos lampioens;—esta mistura hé depois mettida em um cano de espingarda, e exposta por espaço de duas-horas á um calor branco:—sahe então grande abemdancia de gas acido carbonico, o que indica ter o acido boracico soffrido decomposição:—finalizado o processo, resta uma massa compacta de uma cor cinzenta escura,—a qual sendo pulverizada, bem lavada com agua quente, e a final com acido muriatico, deixa um sedimento de cor cinzenta escura, que tem todas as propriedades de boron, á excepção de estar misturada com um pouco de carboneo.

Leopoldo Gmelin fez ultimamente varias experiencias com o intuito de combinar boron com o ferro: misturou elle dez partes de limagem de ferro com uma parte de acido boracico, e expoz esta mistura em um cadinho Hessiano á um violento calor: o resultado, que se obteve, foi uma massa metallica, que claramente indicava ter sido derretida; era algum tanto ductil; tinha uma cor branca prateada; e possuia todas as virtudes magneticas. Esta substancia, que parece dever chamar-se um *borurete* de ferro, foi difficilmente dissolvida em acido muriatico, e houve uma expulsão de *hydrogenio boretado*. De repetidas experiencias, que se fizeraõ com os boratos, as quaes circunstanciadamente exporemos na secção em que se tratar dos saes, infere Gmelin,

que o pezo de um atomo de boron hé 5·8, e que o acido boracico hé composto de um atomo de boron, e 2 atomos de oxygenio; ou por outras palavras de 74·4 boron, e 25·6 oxygenio. (Veja-se o Jornal de Schweigger XV. pag. 245.)

(Continuar-se-ha.)

LISTA

Das Principaes Obras publicadas nos quatro Mezes precedentes.

AGRICULTURA.

A Review and Complete Abstract of the Reports to the Board of Agriculture from the Southern and Peninsular Departments of England. By M. Marshall, 8vo. 12s.

ARCHITECTURA.

The Civil Architecture of Vitruvius, comprising those Books of the Author which relate to the Public and Private Edificies of the Ancients. Translated by W. Wilkins, 3l. 3s. elephant, or 6l. 6s. royal folio.

ASTRONOMIA.

Eight familiar Lectures on Astronomy, intended as an Introduction to the Science for the use of young persons. By W. Phillips, 12mo. 6s. 6d.

BIOGRAPHIA.

The Annual Biography and Obituary with Silhouette Portraits, containing Memoirs of those celebrated men who have died within the years 1815 and 1816, 8vo. 15s.

The General Biographical Dictionary. By Alexander Chalmers, F. S. A. 32 vols. 8vo. 12s. boards.

Dr. Watkins Memoirs of Sheridan, 1l. 11s. 6d.

The Lives of Haydn and Mosart, with criticisms upon their works. Translated from the German by the Author of the Sacred Melodies, 8vo. 12s.

Memoirs du Marquis de Dangeau ecrits de sa Main, 3 vols. 8vo. 1l. 11s. 6d.

BOTANICA.

Conversations on Botany, with twenty Engravings, 12mo. 7s. 6d.

Botanical description of British Plants in the Midland Counties. By T. Purton, with eight coloured Engravings, by J. Sowerby, 8vo. 1l.

DRAMA.

Germanicus—Tragedie en cinq Actes et en vers. Par A. V. Arnault, 8vo. 3s.

An Essay on the Characters of Macbeth and King Richard III. By J. P. Kemble, 8vo. 9s. 6d.

Comic Dramas in three Acts. By Maria Edgeworth, Author of Tales in Fashionable Life, &c. 12mo. 7s.

Character of Shakespeare's Plays. By Wm. Hazlitt, 8vo. 10s. 6d.

HISTORIA.

The History of Ireland from the earliest ages to the Union By the Rev. Samuel Buroy, 8vo. 10s. 6d.

The Annual Register, or a View of the History, Politics, and Literature for the year 1816, 8vo. 16s.

An Account of the Origin, Progress, and actual State of the War carried on between Spain and Spanish America. By A South American, 8vo.

Historical Account of Discoveries and Travels in Africa from the earliest to the present time. By the late J. Leyden, 2 vols. 8vo. 1l. 7s.

An Abridgment of Universal History. By the Rev. R. W. Whitaker, 2 vols. 4to. 8l. 8s.

HISTORIA NATURAL.

A Descriptive Catalogue of Recent Shells, according to the Linnean Method. By L. W. Dillwyn, 2 vols. 8vo, 1l. 18s.

A Treatise on the Nature, Economy, and Practical Management of Bees. By R. Huish—second edition, with additions, 8vo. 10s. 6d.

An Introduction to Entomology. By W. Spence, 8vo. 13s.

General Zoology, or Systematic Natural History, volume X. in two Parts, royal paper, 3l. 3s.

MATHEMATICA.

An Elementary Treatise on the Geometrical and Algebraical Investigation of Maxima e Minima. By D. Creswell, 8vo. 12s.

The Principles and Application of Imaginary Quantities, to which are added some Observations on Porisms. By Benjamin Gompertz, 4to. 5s. 6d.

MEDICINA E CIRURGIA.

The Continental Medical Repository, conducted by E. Von Embden, Number I., to be continued quarterly, price 3s. 6d.

Observations on the West India Islands, Medical, Political, and Miscellaneous. By J. Williamson, M. D. 2 vols, 8vo. 1l. 5s.

MISCELLANIAS.

The Art of Correspondence, consisting of Letters in French and English, 5s.

Letters from Mrs. E. Carter to Mrs. Montagu, between the years 1755 and 1800, chiefly upon Literary and Moral Subjects, 8vo. 1l. 7s.

A Description of the Pictures in the Royal Museum at the Louvre, 3s.

Additions to an Essay on the Principle of Population. By T. R. Malthus, 8vo. 8s. 6d.

Observations on the Diseased Manifestations of the Mind. By T. G. Spurzheim, M. D. 8vo. 14s.

The Colonies, and the present American Revolution, Translated from the French of M. de Pradt, 8vo. 12s.

Asiatic Researches, or Transactions of the Society instituted in Bengal, volume XII. 4to. 2l. 2s.

The British Essayists ; including the Tatler, Spectator, Guardian, Rambler, Adventurer, Connoisseur, &c. By A. Chalmers, forty-five vols. royal 18mo. 10*l*. 10*s*.

The Post Roads in France for 1817, with a large Map, 8*s*.

An Essay on the Construction of Roads and Carriages. By R. L. Edgeworth, 8vo. 6*s*.

An Historical Display of the Effects of Physical and Moral Causes on the Character and Circumstances of Nations. By J. Bigland, 8vo. 14*s*.

An Attempt to establish Physiognomy upon Scientific principles. By J. Cross, M. D. 8vo. 8*s*.

The Truth respecting England; or an Impartial Examination of the Work of M. Pillet, and of various other Writers on the same subject. By J. A. Veward, 8vo. 12*s*.

The Sexagenarian; or the Recollections of a Literary Life, 2 vols. 8vo. 1*l*. 1*s*.

A Supplement to Junius Identified, with five Copper Plates, 8vo. 3*s*.

The Ægis of England; or the Triumph of the late War. By M. Evans, 8vo. 14*s*.

POLITICA.

On the Principles of Political Economy and Taxation. By David Ricardo, Esq. 8vo. 14*s*.

An Inquiry into several Questions of Political Economy applicable to the Present State of Great Britain, 8vo. 2*s*. 6*d*.

Letters on some of the Events of the Revolutionary War. 8vo. 8*s*. 6*d*.

Observations on the Importance of Gibraltar to Great Britain as the Means of Promoting the Intercourse with the States of the Mediterranean. By C. Clarke, 8vo.

TOPOGRAPHIA.

The Statistical Account or Parochial Survey of Ireland. By W. S. Mason, 2 vols. 1*l*. 1*s*.

Topography illustrative of the Battle of Plataea. By J. S. Stanhope, 1*l*. 1*s*.

Karamania; or a Brief Description of the South Coast of Asia Minor, and of the Remains of Antiquity. By F. Beaufort, 8vo. 14*s*.

A Topographical History of Staffordshire, including its Agriculture, Mines, and Manufactures. By W. Pitt, 1*l.* 5*s.*

VIAGENS.

Voyages and Discoveries in the South Sea or Pacific Ocean. By J. Burney, 1*l.* 1*s.*

Narrative of the Loss of the American Brig Commerce, wrecked on the western coast of Africa in 1815, &c. By J. Riley, 1*l.* 5*s.*

Travels through France and Germany in the years 1815 and 1817. By J. Jorgenson, 8vo. 10*s.* 6*d.*

The Gentleman's Guide in his Tour through France, being particularly descriptive of the Southern and Western Departments. By H. Coxe, 8*s.*

A Picturesque Tour through France, Switzerland, on the Banks of the Rhine, and through part of the Netherlands in the year 1816, 12*s.*

A Narrative of a Voyage to Hudson's Bay, in H. M. ship Rosamond; containing some Account of the North Eastern Coast of America, and of the Tribes inhabiting that remote Region. By Lieut. E. Chappell, 8vo. 12*s.*

The Post Roads in France for 1817, with a large and correct Post Map, 8*s.* bound.

P O L I T I C A.

REINO DO BRAZIL.—RIO DE JANEIRO.

Relação das Pessoas que entregaram no Real Erario Donativos gratuitos.

(Continuado da pag. 383 do No. antecedente.)

	<i>Reis</i>
Transporte.....	115:152,970
Jacinto Luis da Silva	20,000
Manoel Francisco Lessa	40,000

Joaquim Dias Medronho.....	20,000
Francisco Joze Gonçalves Basto.....	24,000
Joaõ d'Almeida Brito	20,000
Francisco Sebastião Guedes e Comp ^a	40,000
Manoel Alvares Pereira de Macedo	25,600
Serafim da Costa Santos.....	20,000
Coriolano Joze Pires	20,000
Antonio Joze Airoza	400,000
Nuno da Silva Reis	64,000
Antonio Joze de Campos e Comp ^a	60,000
Joaõ Joze Cardiza	30,000
Joze Monteiro da Silva	20,000
Horacio Messeri	25,600
Manoel Gonçalves Duarte	100,000
Joze Coelho Pereira.....	25,600
Antonio Marcondes.....	50,000
Manuel Albino.....	100,000
Antonio Joze Gonçalves Vilella.....	50,000
Manoel Joaquim de Lemos e Comp ^a	38,400
Joaõ Joze Ferreira	40,000
Antonio Gonçalves de Souza Leitaõ	20,000
Domingos Alves Ferrugento	80,000
Domingos Marcondes de Andrade	50,000
Antonio Machado Nunes	100,000
Antonio Rodrigues da Silva Archer	20,000
Manoel Joaquim Fernandes	16,000
Joze Joaquim Alves Leite	10,000
Joze Antonio Teixeira, filho	25,600
Manoel Joze de Magalhens.....	12,800
Domingos Francisco da Silva	10,000
Joze Joaquim Ferreira Campos	12,800
Bernardo Joze Alves Galvaõ	12,800
André Gaspar de Amorim	200,000
O P ^e . Domingos Teixeira da Fonseca.....	50,000
Francisco de Souza	6,400
Manoel da Costa Ferreira	6,400
Antonio Joze de Mattos Nogueira.....	19,200
Antonio Ferreira d'Almeida	12,800
Manoel Joze d'Almeida	4,000
Joaõ Lopes	2,000
Antonio Francisco da Silva.....	2,000
Antonio de Souza Marques.....	20,000
Jeronimo Joze Teixeira	2,000
Antonio Ferreira Lordello	4,000
Manoel Francisco de Oliveira.....	100,000
Gregorio Francisco Ramos.....	400,000
Manoel Gonçalves Ferreira.....	200,000
Antonio Jose Brito	100,000

José Cardozo Nogueira	400,000
Manoel dos Santos Matheiros	200,000
Manuel Jose Vianna,	100,000
Manoel Francisco	20,000
Manoel Martins Bandeira	100,000
Joze Antonio de Mattos e Comp ^a	200,000
Ignacio Joze de Araujo	100,000
Bento Luis	50,000
Manoel Peixoto da Costa	25,600
Manoel Alves Pinheiro da Costa	25,600
Antonio Joze Leite Lobo	20,000
Francisco Joze dos Santos	100,000
Joze Antonio dos Santos Xavier.....	200,000
M. S. Ribeiro Guimarens	50,000
Constantino Joze Ferreira	50,000
Joze Baptista	6,400
Domingos Joze de Oliveira.....	1,920
Mauricio Joze	9,600
Henrique Joze dos Santos	1,920
Antonio de Souza Rebello	2,000
Manoel de Oliveira Machado	9,600
Matheus da Cruz Xavier.....	9,600
Joze da Silva Porto	2,000
Joaõ Pereira da Cruz	60,000
Joze Pinto d'Almeida	12,800
Differentes Officiaes de Ourives.....	573,560

Subscripçoens á Cargo de Francisco Xavier Pires.

Francisco Xavier Pires... ..	800,000
Dito. 300 sacas de farinha de guerra, com 900 algueires	1:200,000
Manoel Caetano Pinto.....	2:000,000
Joaõ Gomes Valle.....	800,000
Antonio Joze Moreira Gomes, Capitaõ-mor do Seará	400,000
Joaõ Gomes Barrozo	400,000
Joze Luis Alves.....	400,000
Manoel Gonçalves de Carvalho	400,000
Joaõ da Costa Lima.....	400,000
Domingos Antues Guimarens.....	400,000
Antonio Gomas Barrozo	400,000
Joaõ Lopes Baptista.....	400,000
Sebastião Gomes da Silva Berford.....	400,000
Domingos Gonçalves de Azevedo	300,000
Manoel Lobo de Souza Basto.....	300,000
Francisco Joze da Rocka	256,000
Manoel Joaquim Ribeiro.....	256,000

Antonio da Cunha	200,000
Joze da Roza Salgado	200,000
Mariano Joze Pereira da Fonseca.....	200,000
Custodio Joze da Silva, e Comp ^a	200,000
Antonio Joze Airoza	100,000
Antonio da Silva Caldeira	200,000
Joaõ Alves Pinto Ribeiro	200,000
Domingos Francisco de Araujo Roza.....	200,000
Joaquim Joze Pereira de Faro	100,000
Joaõ da Silva Pinto	200,000
Lourenço Antonio Ferreira.....	200,000
Joaquim Ribeiro de Almeida.....	200,000
Joze Ferreira da Rocha	200,000
Ignacio Teixeira Carneiro	200,000
Francisco Pereira de Mesquita	200,000
Antonio Fernandes Pereira	200,000
Manoel Pinto Monteiro Dias.....	200,000
Antonio Joze da Costa Barboza.....	150,000
Henrique Joze de Araujo	150,000
Caetano Joze de Almeida	150,000
Antonio Rodrigues dos Santos e Comp ^a	128,000
Joze Gomes Pupe Correia	128,000
Manoel Jorge da Silva.....	128,000
Francisco Joze dos Santos	100,000
Domingos Carvalho de Sá	100,000
Joaquim Joze da Rocha.....	100,000
Manoel Joze Ribeiro de Oliveira	100,000
Joze Ignacio Vaz Vieira	100,000
Manoel Joze da Costa.....	100,000
Domingos Alves Loureiro	100,000
Francisco Joze Guimarens	100,000
Miguel Ferreira Gomes	100,000
Manoel Dias de Lima.....	100,000
Joaõ Feixeira Guimarens	100,000
Joze de Miranda Ribeiro.....	100,000
Joaõ Alves de Souza Guimarens	100,000
F. A. Fernandes.....	100,000
Francisco Luis Saturnino da Veiga	100,000
Joaõ Bernardo de Carvalho	100,000
Penna Viuva, e Filhos.....	100,000
Fernando de Oliveira Guimarens	100,000
Francisco Joze da Cunha.....	100,000
Joze Joaquim Guimarens.....	100,000
Domingos Fernandes Alves.....	100,000
Thomas Pedro Moller.....	100,000
Antonio Francisco Leite.....	100,000
Manoel Teixeira de Carvalho.....	100,000
D. Roza Firmina de Lima.....	100,000

Antonio Soares de Paiva.....	100,000
Joze Alves Duarte	100,000
Bernardo Lourenço Vianna.....	100,000
Francisco de Paula Rodriguez	100,000
Joaquim Peixoto de Faria	100,000
Jeronimo Francisco de Freitas Caldas	100,000
Thomas Pereira de Castro Vianna.....	100,000
Joaõ Gomes Loureiro, e filhos	100,000
Antonio Pereira da Fonseca	100,000
Angelo Alves dos Reis Louzada.....	100,000
Joze Antonio Lisboa	100,000
Joze Caetano Travassos	100,000
Bernardo da Costa Pacheco.....	100,000
Francisco Antonio Dimichelis.....	80,000
Diogo Teixeira de Macedo.....	80,000
Francisco Ferreira Tavares.....	80,000
Joaõ Antonio Marques	80,000
Bento Luiz	80,000
Pinheiro e filhos	80,000
Joaquim Affonso de Oliveira	64,000
Paulo Martin	64,000
Manoel Francisco de Oliveira.....	64,000
Joze Lourenço Dias.....	64,000
Joze Alves da Costa Basto Portugal	64,000
Joze Dias da Silva Guimarens.....	64,000
Francisco Joze Rodrigues	64,000
Francisco Joze Rodrigues, filho	64,000
Manoel Bandeira Martins	64,000
Joze Marques Pereira	64,000
Manoel da Silva Santos	64,000
Antonio Teixeira Pinto da Cruz	64,000
Pascoal Cosme dos Reis	64,000
Nuno da Silva Reis.....	64,000
Custodio de Souza Guimarens	64,000
Antonio Luis Gonçalves Vianna.....	64,000
Francisco da Costa Pereira.....	50,000
Alexandre Joze Froes'.....	50,000
Joaõ Martins Lourenço Vianna	50,000
Francisco Joze Landim	50,000
Joaquim Dias Moreira.....	50,000
Hum Religiozo... ..	50,000
Luis Francisco Braga	50,000
Manoel Pinto Alves Porto	50,000
Antonio Marques Pereira	50,000
Joze Antonio Fernandes de Sá	50,000
Joze Severino Gesteira	50,000
Francisco Alvez de Brito	50,000
Joaõ Jozé de Mello.....	50,000

Manoel Mandil.....	50,000
Domingos Ferreira Leite.....	50,000
Gabriel Fernandes de Castro	50,000
Manoel Joaquim da Silva Porto	40,000
Manoel Alves de Carvalho	40,000
Manoel dos Passos Correia.....	32,000
José Antonio de Freitas Guimaraes	32,000
Joaõ Pereira de Andrade e C ^a	30,000
Joaõ Soares de Oliveira	25,600
Pedro Jozé Bernardes.....	25,600
Joaõ Baptista Bartos	25,000
Antonio Jozé Pereira Dantas.....	20,000
Antonio Jozé Pereira	12,800
Jozé Silvestre Rebello	12,800
Francisco Ignacio da Silva	12,800
Joaõ Fernandes Lopes.....	400,000
Guilherme Midosi	100,000
Domingos Gomes Duarte	100,000
Carlos Jozé dos Reis Gama.....	40,000
Manoel de Souza Aleorim	100,000
O Tenente Coronel Luiz de Moura Accioli	100,000
O Bispo Eleito de Meliapor.....	50,000
O Primeiro Escriuario do Erario, Joze de Rezende Costa	100,000
O Capitão Joaõ Ferreira Tinoco	400,000
Os Religiosos do Mosteiro de S. Bento.....	2:000,000
O Capitão Luiz Duarte Monteiro	40,000
O Criado de Sua Magestade Jozé Ignacio Pereira	20,000
O mesmo Anonimo que em 9 de Abril entrou com 2:000,000	5:000,000
O Marechal Antonio Jozé da França e Horta ...	200,000
O Conego Duarte Mendez de Sampaio Fidalgo	50,000
Soma Total.....	147:673,570

(Continuar-se-há em o No seguinte)

(Extractos da Gazeta do Rio de Janeiro, de 25 de Junho, 1817.)

“ O Ex^{mo} Antonio de Araujo de Azevedo, 1^o Conde da Barca, do Concelho de Estado, Ministro e Secretario d’Estado dos negocios da

Marinha e Dominios Ultramarinos, Graõ Cruz das Ordens de Christo e da Torre e Espada; da Ordem Hespanhola de Izabel Catholica, e da Franceza [da Legiaõ de Honra, falleceo no dia 21 do corrente, de idade 65 annos, 1 mez e 7 dias, de uma febre nervosa, que achou sua existencia já por muito tempo debilitada; sendo estimado por El Rey seo Amo, respeitado dos estrangeiros, querido dos Portuguezes, deixando eterna saudade ao Reino do Brazil.”

Negocios de Monte Video.

(Carta do Brigadeiro Pizarro, Commandante interino da Praça de Monte Video, escripta ao Marechal de Campo Sebastiaõ Pinto de Araujo Correia, Ajudante General, e Secretario militar da Divisaõ dos Voluntarios Reaes de El Rey.)

“Il^{mo} e Ex^{mo} Snr.;—Tenho aproveitado todas as occasioens, que se tem offerecido, e navios que vão para essa Corte, para lhe dar noticias minhas e de tudo o que está ao meo alcance, e agora com o maior prazer do mundo, certificando a V. E. que seo mano o Snr. Jacinto já está em nosso poder, assim como os dois subalternos, Silva e Brandaõ, da acção de *Mataoga*, officiaes inferiores, soldados e piaens que lá estavam prisioneiros. Naõ há nada mais bonito do que o que elles practicaram, nem mais digno de louvor; por que naõ só se salvaram elles, mas tomaram ao inimigo um barco que os conduzio de S. Domingos Soriano, mais 2 peças de calibre 18, muitas balas e lanternetas deste calibre, 400 armas, 22 mil cartuchos, 24 mil pederneiras, 200 lanças ou chuços; e aqui tem V. E. que há muitas e grandes batalhas, em que se naõ colhem

tantos despojos ; e por este motivo aceite V. E. os meos sinceros e cordeaes parabens e os de meo Irmaõ, que até nisto o hé, dezejando a V. E. muitos de consolação e prazer.

“ Tem chegado algum trigo de Buenos Ayres, porem a carne hé já um artigo de consideração, e eu não sei como passarão os nossos doentes que são bastantes.—Deos guarde, &c.

“ FRANCISCO HOMEM DE MAGALHENS
QUEVEDO PIZARRO.

“ *Monte Video, 1 de Junho de 1817.*”

M A R I A N N A.

Mapa da População do Bispado de Marianna em 1816.

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 12 de Julho, 1817.)

<i>Branços.</i>		<i>Indios.</i>	
Homens	- - 40,979	Homens	- - 4,433
Mulheres	- - 42,815	Mulheres	- - 4,303
Total 83,794		Total 8,736	
<i>Pardos.</i>		<i>Pretos.</i>	
Homens	- - 51,273	Homens	- - 20,326
Mulheres	- - 55,341	Mulheres	- - 22,665
Total 106,614		Total 42,991	

Total das pessoas livres, 242,135.

Escravos Pardos.

Homens - - 11,607
Mulheres - - 11,093

Total 22,700

Escravos Pretos.

Homens - - 72,849
Mulheres - - 53,001

Total 125,850

Total dos escravos - - 148,550

Do. da povoação - - - 390,685

Nascerao no mesmo anno de 1816, Pessoas Livres.

Branços.

Homens - - 1,859
Mulheres - - 1,633

Total 3,492

Indios.

Homens - - - 178
Mulheres - - - 178

Total 356

Pardos.

Homens - - 1,825
Mulheres - - 1,904

Total 3,729

Pretos.

Homens - - 1,001
Mulheres - - 1,082

Total 2,083

Total dos nascimentos (livres) 9,660.

Escravos Pardos.

Homens - - 455
Mulheres - - 505

Total 960

Ditos Pretos.

Homens - - 1,786
Mulheres - - 1,875

Total 3,661

Total dos nascimentos (escravos) 4,621

Dito geral - - - - 14,281

Morreram no mesmo anno Pessoas Livres.

<i>Branços.</i>		<i>Indios.</i>	
Homens	- - 1,226	Homens	- - - 160
Mulheres	- - 1,025	Mulheres	- - 163
<hr/>		<hr/>	
Total 2,251		Total 323	
<hr/>		<hr/>	
<i>Pardos.</i>		<i>Pretos.</i>	
Homens	- - 1,532	Homens	- - 1,181
Mulheres	- - 1,422	Mulheres	- - 1,201
<hr/>		<hr/>	
Total 2,954		Total 2,382	
<hr/>		<hr/>	

Total das mortes (pessoas livres) 7,910

Morreram Escravos.

<i>Pardos.</i>		<i>Ditos Pretos.</i>	
Homens	- - 707	Homens	- - 2,144
Mulheres	- - 661	Mulheres	- - 1,529
<hr/>		<hr/>	
Total 1,368		Total 3,673	
<hr/>		<hr/>	

Total das mortes dos escravos 5,041

Dito geral - - - - 12,951

Excederam os nascimentos ás mortes, 1,330

B A H I A.

Ordem do Dia.

“ Por noticias chegadas hontem a noite do Quartel General do Marechal *Mello* consta, que

nossos camaradas tiveraõ a ventura de desfazer totalmente no dia 15 o exercito denominado dos soldados insurgentes, ficando prizioneiro o chamado General Domingos Joze Martins, e muitos outros chamados officiaes, que já estaõ na cadeia desta cidade; passando a nosso poder a caixa militar, seis peças de artilharia, muitas muniçoens de boca e de guerra, e a bandeira revolucionaria, ficando outro sim sobre o terreno quasi todos os cadaveres dos infames que compunhaõ taõ monstruoso exercito.

“Cumprindo-me pois annunciar, sem perda de tempo, aos militares, que ora estaõ, por ventura minha, debaixo do meo commando, tanta gloria obtida por nossos irmaons d’armas, hé no mesmo momento do meo essencial dever convidalos para irmos todos juntos render graças ao Deos dos Exercitos, o que terá lugar hoje ao meio dia na Igreja do Collegio.

“Hé tambem mui doce obrigação minha fazer publico, que os dois Majores Salvador, e Gordilho commandaram as duas columnas do ataque com tanta intelligencia e valor que merecem as mais honrozas recommendaçõens do Marechal Commandante em Chefe, merecendo iguaes expreçoens o Capitão de Milicias do regimento do Penedo, Antonio Joze dos Santos, que o referido Marechal graduou no campo da batalha em Sargento-mor; e tendo merecido, pelo que se sabe até agora, especial consideraçãõ o Major da da Legião D. Luis, e Capitaens Paula, Hermógenes, Manoel Duarte, Argolo, e Joze Felis.

“Com a Rubrica do Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Conde General.

“ANTONIO FRUCTUOZO DE MENEZES DORIA,
Ajudante d’Ordens de Semana.

“Bahia, 29 de Maio de 1817.”

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 16 de Julho de 1817.)

P E R N A M B U C O.

Insinuaçoens ou Condiçoens offrecidas ao Commandante do Bloqueio.

Os Patriotas á testa do Partido da Independencia entregarão ao Commandante do bloqueio por parte de S. M. F. os coffres publicos muniçoens e mais effeitos, pertencentes outr'ora a coroa, no estado em que actualmente se acharem. A villa do Recife, Sto. Antonio, e Boavista não soffreraõ damno algum por parte do partido independente. Os prisioneiros que se achão por ordem das authoridades actuaes em razão de suas opinioens politicas não soffreraõ damno algum ou insulto antes seraõ relaxados da prisaõ. S. M. F. concederá amnistia geral á todos os implicados na presente revolução, e haverá perfeito esquecimento de todos os actos perpetrados até hoje como se nunca tivessem existido, e não podera ninguem ser por elles perseguido. Será permitido a qualquer que se quizer retirar deste Porto o fazello com sua familia, dando se lhe o preciso passaporte e podendo dispor livremente de todos os bems que possuem, quer de raiz quer moveis. Para verificacão e entrega, que deve fazer o partido independente mandará o bloqueio um commissario seu, que á vista dos respectivos livros do coffre será entregue do que existir. Feita a entrega levantará o Commandante o bloqueio a fim de deixar passar o vaso ou vasos neutros que levarem os que se quizerem retirar. Deverá o Commandante do bloqueio expedir incontinentemente ordens ao Commandante do exercito de

S. M. F. para que não avance contra esta praça, em quanto se não ultimar a presente negociação.

DOMINGOS THEOTONIO JORGE, Governador das Armas.

FRANCISCO DE PAULA CAVALEANTE E ALBUQUERQUE, General de Divisão.

O PADRE JOÃO RIBEIRO PESSOA, Governador Provisorio.

MANOEL JOZE PEREIRA CALDAS, Conselheiro.

MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA, Secretario do Interior.

PEDRO DE SOUZA TENORIO, Secretario Ajudante.

Condiçoens do Commandante do Bloqueio para entrar em Pernambuco.

Eu tenho em meo favor a resão, a lei, e a força armada tanto terrestre, como maritima, para poder entrar no Recife com a espada na mão, a fim de castigar muito á minha vontade a todo e qualquer patriota, ou infiel vassallo, que são sinonimos, por terem atropelado o sagrado das leys d'El Rey N. S.: portanto eu não posso admittir condiçoens indignas, como as que se me propoem, e só sim mandando a terra um ou mais officiaes e tropa para tomar o Commando das Fortalezas, retirando-se as suas guarniçoens, e entrar aquellas que eu eleger, e da mesma forma as embarcaçoens armadas, arvorando se logo as reaes bandeiras em toda a parte, salvando as ditas Fortalezas, gritando-se sette vezes—*viva El Rey N. S. e toda a Famillia Real*, e os corpos militares em armas dando trez descargas, e no fim dellas dando os mesmos vivas a que

deverá responder a minha esquadra, e então saltar eu em terra a tomar o governo de toda a capitania, ficando em custodia os membros do governo, e os chefes dos corpos e commandantes das Fortalezas até que S. M. haja por bem determinar da sua conducta sobre a revolta a contecida em Pernambuco (devendo eu segurar debaixo da minha palavra á todos os senhores referidos que pedirei ao nosso amavel soberano a segurança de suas vidas) devendo eu mandar por terra um official participar ao general das tropas que marcha até entrar no Recife, e devendo retirar-se os povos, que á mim me parecer, para suas habitaçoens; e quando eu saltar em terra estar no cáes a nobreza e corpo do commercio com as auctoridades civis e militares para se gritar em voz alta *viva El Rey N. S. e toda a Famillia Real*; e dali marcharmos para darmos as devidas graças ao Deos dos exercitos por taõ feliz restauração, de tornar aos seos limites e sagrado das leys com que somos regidos pelo melhor dos soberanos, e depois recolher me a Caza da habitação dos governadores, aonde estará a guarda que me pertence como Capitão General, e continuarei dali por diante a felicidade dos povos e fieis vassallos de El Rey N. S.

A bordo da Fragata Thetis, surta em Franquia de frente de Pernambuco, 18 de Maio de 1817.

(Assignado) RODRIGO JOZE FERREIRA LOBO,
Chefe de Divisão e Commandante.

*Intimação ultima ao Commandante do Bloqueio de
S. M. F. de frente de Pernambuco.*

Eu abaixo assignado, Governador civil, e militar do partido da independencia em Pernambuco

pela dissolução do governo provisorio, em resposta as condições referidas pelo Commandante das forças navaes, &c. de S. M. F. estacionadas de frente de Pernambuco, respondo que são irreceptiveis no todo as ditas condições como declararão o povo e exercito juntos para esse effeito. Agradeço ao dito Commandante a palavra que dá de segurança de vida dos ditos membros do governo provisorio, que não pedirão e nem aceitam; e declaro que tomo a Deos por testemunha de que elle hé responsavel por todos os horrores que se vão a praticar. A manham 19 do corrente assim que não chegar resposta do dito commandante até ao meio dia serão passados a espada todos os prezos tanto officiaes generaes no serviço de S. M. F. como os mais prisioneiros por opinioens realistas. O Recife Santo Antonio, e Boa Vista serão arrasados e incendiados, e todos os Europeos de nascimento serão passados a espada. Estas promessas serão executadas a pezar da repugnancia, que tenho em uzar de medidas rigorosas. O Governo de Pernambuco, que ora eu só represento, creio tem dado sobejas provas da sua generosidade, salvando os seos mais encarnecidos inimigos como melhor pode dizer o mesmo agente empregado nesta missão. Este hé o meo ultimatum, se o Commandante do Bloqueio não acordar as justas condições offerecidas e apontadas hontem.

Quartel do Governo Civil e das Armas, 18 de Maio de 1817.

O Governador, DOMINGOS THEOTONIO
JORGE.

Ultima decisaõ do Commandante do Bloqueio.

Tendo me sido apresentado a determinação em que diz estar o governador ora existente no Recife, tenho a participar-lhe que em nada me atemorisaõ as suas ameaças, porem rogado pelo fiel vassallo de S. M. o Senhor Desembargador, Joze da Cruz Ferreira, nomeado ouvidor da comarca do Sertão, convenho em que haja um armisticio até que o dito Senhor Desembargador possa chegar ao Rio de Janeiro a rogar a S. M. que perdoe aos rebeldes que atropeláraõ o sagrado das suas sabias leys, pois que não hé possivel que um vassallo esteja authorizado para perdoar taõ atrozes delictos, e nem hé do meo modo de pensar; portanto pode o governador a promptar uma das embarcaçoens que tem o Porto para o sobredito Desembargador hir orar a El Rey N. S. por todo o povo do Recife: Esta embarcação sahirá em lastro, que seja bastante para reger a vella, e logo que sáia para a esquadra, eu lhe porei um commandante, e parte da guarnição, trazendo aquella com que sahir os mantimentos para a viagem; e pelo que pertence ao exercito de terra não posso embarçar que elle se aproxime ao Recife pois que obra debaixo de outras ordens, e o mais que posso fazer hé o de participar lhe esta minha determinação que não duvido aceite. Comtudo não fico pelo resultado; e cazo que o governador, com a sua mobilia se queira retirar a corte do Rio de Janeiro, convenho que o faça, e lhe seguro desde já a sua vida, contanto que não haja a menor vingança com os desgraçados em prizaõ, e eu tome o Commando da Capitania com já disse.

A bordo da Fragata Thetis, surta de frente de Pernambuco, 19 de Maio de 1817.

(Assignado) RODRIGO JOZE FERREIRA LOBO,
Chefe de Divisaõ, e Comman-
dante.

FRANCA.

*Convenção entre o Soberano Pontifice Pio VII, e
S. M. Christianissima Luis XVIII. Rey de
França e Navarra.*

Em nome da Sanctissima e Indivisivel Trin-
dade.

Sua Sanctidade o Soberano Pontifice Pio VII. e S. M. Christianissima desejando ardentamente ver acabados os males que há muitos annos tem affligido a Igreja de França, e que a religião naquelle reino re-assuma o seo antigo esplendor, pois que á final assim o permite a feliz volta do descendente de S. Luis para o throno de seos antepassados; e a fim de que se organise agora melhor a disciplina Ecclesiastica; resolveram, á vista disto, formar uma solemne convenção, reservando ainda para o futuro os ulteriores arranjos que se julgarem necessarios para um mais amplo complemento dos interesses da Religião Catholica.

Em consequencia, S. S. o Soberano Pontifice Pio VII. nomeou para seo Plenipotenciario S. Eminencia Monseigneur Hercules Gonsalvi, Cardeal da Sta. Igreja Romana, Deácono de Sta. Agatha, *ad Suburram*, seo Secretario de Estado.

•E S. M. El Rey de França e Navarra, á S. E. M. Pedro Luis Joaõ Casimiro, Conde de Blacas, Marquez d'Aulps e des Rolands, Par de França, Seo Camareiro-mor, e Embaxador Extraordinario e Plenipotenciario per ante a Sancta Sé; os quaes, depois de haverem trocado os seos plenos poderes, que se acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes :—

ARTIGO I. A Concordata, assignada entre o Soberano Pontifice Leão X, e Francisco I, Rey de França, fica restabelecida.

ART. II. Em consequencia do artigo precedente, a Concordata de 15 de Julho de 1801 fica sendo de nenhum effeito.

ART. III. Os artigos, denominados organicos, que foraõ feitos sem o conhecimento de S. S. e publicados sem seo consentimento em 8 de Abril de 1802, ao mesmo tempo que o foi a mencionada Concordata de 15 de Julho, ficaõ abrogados em tudo o que saõ contrarios á doutrina e ás leis da Igreja.

ART. IV. As Sés, que foraõ suprimidas no reino de França pela Bulla de S. S. de 29 de Novembro, 1810, seraõ restabelecidas, quanto ao seo numero, conforme mutuamente se concordar, e mais vantajozo for para os interesses da religiaõ.

ART. V. Todas as Igrejas Archiepiscopaes e Episcopaes no reino de França, erigidas pela dita Bulla de 29 de Novembro, ficaõ conservadas, assim como os seos actuaes Titulares.

ART. VI. A disposiçaõ do artigo antecedente, relativa a conservaçã dos actuaes Titulares nos Arcebispados e Bispados que agora existem em França, não impedirá algumas particulares excepçoens, quando sejaõ fundadas em mui graves e legitimas causas, nem que os actuaes Titulares possaõ ser transferidos para outras Sés.

ART. VII. As Dieceses, tanto as que agora existem como as que se houverem de erigir de novo, com o consentimento dos actuaes Titulares e dos Cabidos das Sés Vagas, serão demarcadas pelo modo mais conveniente para a sua melhor administração.

ART. VIII. Estabelecer-se há tanto para as Sés existentes como para as que se erigirem de novo uma conveniente propriedade territorial (*en rentes sur l'Etat*) qual as circumstancias o permitirem; e no em tanto se concederá aos pastores uma renda sufficiente para melhorar a sua condição.—Ao mesmo tempo se estabelecerão patrimonios para os Cabidos, Beneficios, e Seminarios, tanto para os que agora existem como para os que ao deante se crearem.

ART. IX. S. S. e S. M. Ch. conhecem mui bem os males que afligem a Igreja de França.—Igualmente muito conhecem quanto será proveitoso um pronto augmento das Sés existentes para o bem da religião. Assim para não se retardar tão saudavel medida, S. S. publicará uma Bulla para se proceder sem demora á criação e nova demarcação das Dieceses.

ART. X. S. M. Ch. querendo dar mais uma prova do seu zello para com a religião, empregará, de commun accordo com o Santo Padre, todos os meios que estão em seu poder para terminar, o mais brevemente possivel, as desordens e embaraços que se oppoem á prosperidade da religião, e á execução das leis da Igreja.

ART. XI. Os territorios das antigas Abbadias, *nullius diæcesis*, serão annexos ás Dieceses em que estiverem incluídos, segundo se achar em as novas demarcações.

ART. XII. O restabelecimento da Concordata, que regeo a França até o anno de 1789 (estipulada no artigo primeiro da presente Convenção),

naõ inclue o restabelecimento das Abbadias, Priorados, e outros Beneficios que entaõ existiaõ. Todos os que porem forem restabelecidos ficarãõ em todo o cazo sujeitos aos regulamentos prescriptos na dita Concordata.

ART. XIII As ratificaçoens da presente convençaõ seraõ trocadas dentro de um mez, ou mais cedo se for possivel.

ART. XIV. Quando a dita troca se fizer, S. S. confirmará a presente Convençaõ por meio de uma Bulla, e ao mesmo tempo publicará uma segunda Bulla para determinar a demarcaçaõ das Dieceses.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciarios assignaram a presente Convençaõ, e lhe pozeram os seos respectivos Sêllos.

Feita em Roma, aos 11 de Junho, 1817.

BLACAS D'AULPS.

Declaraçaõ feita pelo Embaxador extraordinario de S. M. Christianissima.

S. M. Christianissima tendo sabido com grande sentimento que certos artigos da Charta Constitucional, que elle deo ao seo povo, haviaõ parecido a S. S. contrarios ás leis da Igreja, e ás opinioens religiosas que S. M. nunca deixou de professar ;—altamente magoado por essa interpretação que se dava ao seo procedimento, e dezejando por isso dissipar todas as duvidas sobre este ponto ;—S. M. encarregou o abaixo assignado de expor á S. S. as suas verdadeiras intençoens, e de certificar-lhe em seo nome, com todos aquelles sentimentos, que saõ proprios do filho mais velho da Igreja :—Que depois de haver declarado que a religiaõ Catholica, Apostolica, Romana era a religiaõ do Estado, elle confirmou

á todos os seos vassallos das outras comunhoens religiosas, que achou estabelecidas em França, o livre exercicio de sua religião; o que por consequencia lhes foi garantido na só pela Charta porem pelo juramento que S. M. deo. Com tudo, este seo juramento por nenhuma forma impugna nem os dogmas nem as leis da Igreja; e por isso o abaixo assignado está auctorizado para declarar, que elle só hé relativo á ordem civil. Tal hé a obrigação que El Rey contrahio, e que hé obrigado a manter. E tal hé a obrigação que seos vassallos contrahiram, jurando obediencia á Charta e ás leis do reino, sem que por este acto se obrigassem á couza alguma contraria ás de Deos ou da Igreja.

O abaixo assignado, dirigindo a presente declaração a S. Eminencia o Cardeal Secretario de Estado, em conformidade das ordens que recebeo de El Rey seo Amo, tem a honra de rogar a S. Eminencia que haja de ter a bondade de a apresentar ao Santo Padre. Assim tem toda a razão de esperar que isto será bastante para dissipar quaesquer impressoens desfavoraveis, e que por este modo se promoverão as vistas saudaveis que tem S. S. de confirmar a tranquillidade da Igreja de França.

O abaixo assignado tem a honra de renovar a S. Eminencia, o Cardeal Secretario de Estado, a segurança da sua mui alta consideração.

BLACAS D'AULPS.

Roma, 15 de Julho, 1817.

A L E M A N H A.

A Censura—Extractos de uma obra de Benzenberg.

Em todos os Estados a *Censura* tem dois fins :
1º prevenir que nada se imprima que seja injurioso aos particulares e aos governos. Esta primeira especie se pode denominar *Censura Judicial*; por que o Censor obra aqui como tribunal, e só com a differença de que o ultimo castiga a offensa depois de cometida, isto hé, depois que o escripto está impresso e corre, quando o primeiro pertende prevenir a offensa, impedindo que nada offensivo circule.

2º Impede que se discutaõ assumptos, que segundo o modo porque hé governado o Estado, não lhe convem sejaõ publicos. Entre estes assumptos se podem particularmente enumerar todos os actos economicos de um Estado, isto hé, as contas exactas do que recebe e gasta o Estado, para que fins, e de que modo. Considerando como presentemente se governaõ os Estados, seria com effeito um grande embaraço para os governos publicar a lista exacta da sua receita e despeza.

Mas, alem dos objectos de economia publica, ainda há outros pontos nos Estados que não podem entrar em discussaõ sem pôr em grande embaraço os governos. Com tudo, não procede isto tanto da immoralidade dos governos como da constituição do Estado, que não foi feita pelos actuaes administradores, e que só foi recebida por elles como antiga herança, que de pais

a filhos e de geração em geração vai passando, cada vez mais velha, de uns para outros.

Esta circumstancia faz recorrer, por consequente, á uma segunda Censura, que, para distincção da primeira, poderemos chamar *Censura de Estado*. O Censor, nomeado pelo governo, está sempre munido de uma lista de assumptos que nunca devem ser discutidos, e em virtude d'ella corta todos os artigos que podem ter aluzaõ aos sobreditos assumptos, enumerados na sua lista.

A Alemanha tem sempre andado dividida em pequenos e independentes Estados, e como cada um delles tem a sua particular *Censura de Estado*, que *meramente* se limita a seo individual territorio, e nada tem que fazer com os seos vesinhos, daqui se segue que nella sempre tem havido uma grande liberdade de discorrer.

Na Alemanha há presentemente 38 Estados separados; e como a Censura d'Estado sómente se limita ao lugar em que a Imprensa está situada, hé logo evidente.—1. Que cada individuo pode escrever o que quizer em todos os 38 Estados, porque o escrever não hé prohibido ainda mesmo no lugar em que o individuo rezide: 2. Pode imprimir todas as suas opinioens relativas a todos os 37 Estados em o Estado, por exemplo, 38. Consequentemente, pode-se dizer que 37—38 partes de toda a Alemanha tem absoluta liberdade de imprensa.

Cada um dos 20 mais pequenos Estados d'Alemanha contêm 272 milhas quadradas Alemans. A superficie toda d'Alemanha contêm 11,600 milhas quadradas Alemans. Em 272 milhas quadradas Alemans nós podemos pois imprimir tudo o que hé relativo ao resto que são 11,328 milhas quadradas Alemans; e por meio destas figuras mais claramente se pode ver do que por

meio de muitas palavras, que a *Censura d'Estado* hé um bem fraco empedimento para a liberdade da imprensa. Tudo quanto hé relativo á Dieta pode tambem ser impresso, e para isto basta hir a Hesse-Cassel.

Mas o nosso Calculo ainda pode hir mais a deante. Há 9 Estados na Alemanha, dos quaes cada um contêm menos que 10 milhas quadradas Alemans, e assim nós podemos, imprimindo em qualquer destes Estados, publicar quanto hé relativo áos outros, isto hé, á 11,590 milhas quadradas, sem que a *Censura d'Estado* dos outros paizes o possa impedir.

Em virtude desta divisaõ politica da Alemanha sempre tem existido de facto uma grande liberdade de imprensa, ainda que por nenhuma lei tenha sido protegida.

Schlozer foi o primeiro que deo o grande exemplo da publica liberdade de fallar, e entãõ o Duque de Duas-Pontes nunca pôde embarçar que Schlozer imprimisse o que quiz relativo á administração daquelle paiz.

No que diz respeito aos livros, correm elles como se tal censura não existisse. Vaõ á toda a parte, e como hé um commercio, naturalmente este hé maior aonde acha menores difficuldades, isto hé,—aonde os preços são mais baratos, aonde há boas fabricas de papel, e aonde não há censura, porque a censura sempre retarda as impressas.

Toda a concideraçãõ dos governos depende da sua *força*, e esta consiste só na *firmeza* que elles mostrãõ. Há, portanto, sempre erro de raciocinio quando se recorre a meios, que fazem concluir que no Estado há alguma couza que mete medo.

Quando a sociedade chega a um grão superior de civilisaçãõ, a arte de governar se torna mais

difícil. O Estado hé entaõ semelhante á uma familia, cujos filhos já estaõ emancipados.

A possibilidade de bem os governar depende unicamente, neste cazo, da grande superioridade de luzes e talentos que manifestaõ os governos, e da impressaõ que cada dia fazem no publico, de que realmente tem esta superioridade, conhecem tudo, e nada temem. Querer governar sociedades sumamente illuminadas com homens ignorantes ou ainda com mediocres talentos hé um impossivel physico, e moral.

Mas em uma idade grandemente civilisada e instruida, hé sempre mui difficil poder ser superior em conhecimentos á qualquer sociedade: para chegar a esta superioridade hé preciso estabelecer primeiro formas politicas mui perfeitas.

A necessidade faz recorrer á final á estas formas politicas. A publicidade de fallar hé uma das primeiras; porque entre as mil e uma tolices que todas as noites se afogaõ no mar do esquecimento apparecem sempre muitas verdades, e lembranças mui judiciosas, que saõ de grande proveito para os Ministros. Só por esta forma podem elles ter uma idea clara do que se passa, da abundancia de luzes que existem, dos talentos que há, e da opposiçaõ e resistencias com que se deve calcular.

O peor que tem a Censura hé que sempre dá aos governos um certo ar de medo. Se os Jornaes ou as Gazetas, que fallaõ com circunspecçaõ, intelligencia e verdade, saõ prohibidas pelos governos, daõ elles nisso a entender que amaõ as trevas, e que nunca querem ser illuminados.

Mas se o Estado está por tal forma regulado que aquillo que hé publico publicamente se pode dizer sem cauzar confuzaõ, neste cazo os governos devem deixa-los fallar como quizerem: se lhes tapaõ a boca pronunciaõ sentença de condem-

nação contra si mesmos, isto hé, mostraõ que tem defeitos que muito temem sejaõ revelados.—O que for máo ficará esquecido no fim de cada mez, e o que for bom instruirá os governos.

A *Censura* augmenta as difficuldades de bem governar; e aonde ella existe faz-se a confissão publica de que ali há imperfeição nas formas politicas; pois que são taes, que sem haver censura todo o edificio social cahiria immediatamente na confusão e no cahos. Que se diria de uma sociedade em que se ordenasse por lei algemar os braços de todos os seos individuos para que estes não cometessem roubos nem assassinios? O mesmo que se pode dizer daquella a quem se algemaõ as lingoas para que se não movaõ nem fallem!

REINO DOS PAIZES BAIXOS.

Sentença dada no Cazo de Libello, intentado pelo Duque de Wellington contra M. De Busscher.

“ Bruxelas, 6 de Setembro, 1817.

“ O Tribunal, considerando que no artigo do Jornal, que hé o objecto da acção, não se imputa ao nobre Duque acto algum que possa expo-lo a alguma acção criminal ou correccional; e que nem se imputaõ á Sua Graça actos alguns que possaõ expo-lo ao desprezo ou odio do publico; que, alem disso, fallando de um dezejo, Sua Graça não hé acuzado de ter procurado a influencia do governo de França para conservar M. Dubrée no seo officio de Intendente da Martinica; e que se não diz, que Sua Graça sabia que M. Dubrée houvesse prevaricado no exercicio do dito emprego :

“ Considerando mais, que se Sua Graça manifestou aquelle dezejo, pode muibem attribuir-se a poderozas recommendaçoes, que representassem Dubrée debaixo de cores bem differentes daquellas que se achão no artigo do Jornal em questaõ, de sorte que neste ponto de vista, e pelo sentido do artigo não se pode concluir que Sua Graça tenha cometido um acto indigno de sua pessoa, ainda mesmo quando houvesse manifestado tal dezejo, porque Mr. Dubrée tinha muibem administrado a colonia em beneficio de um governo estrangeiro, tanto mais, que qualquer pode mui bem administrar a Colonia em beneficio de uma potencia estrangeira sem que por isto necessariamente se siga que o mesmo individuo haja de a administrar mal ou contra os interesses do seo proprio governo, pois que hé importante para todos os governos que suas colonias sejam administradas de um modo favoravel aos estrangeiros a fim de que mais facilmente sejam atrahidos para ellas, e assim augmentem o commercio e prosperidade das mesmas colonias: de tudo isto resulta, como já fica dito, que o dezejo, que o nobre Lord podia ter de que M. Dubrée fosse conservado no seo emprego, não deve nem pode expo-lo ao desprezo ou odio do publico; e tanto menos, quando os altos feitos e as eminentes qualidades, tanto moraes como politicas e militares do Duque de Wellington o tem colocado á cima de toda a suspeita de qualquer acto indigno de um homem de honra; e como hé impossivel que a sua brilhante reputaçã possa receber injuria alguma de quasquer papeis publicos, ainda quando suas expreçoens fossem ambiguas ou equivocas á este respeito:

“ Por todas estas razoes, o Tribunal absolve o accusado de toda a culpa aqui imputada, e declara inadmissivel a acção do accuzador.

Outro sim, respondendo á petição do réo em que pode satisfacção de perdas e damnos, considerando que a acção, posta contra elle por Sua Graça, não se pode olhar como calumniatoria, por que em virtude della unicamente se sobmeteo a um tribunal de Justiça o sentido de um Artigo publicado em um Jornal publico; declara inadmissivel a dita petição do réo. E vendo o Artigo 194 do Processo do Codigo Criminal, condemna o accusador nas custas, das quaes uma parte, 2 florins, e 12 cents., será para o publico, e a outra páte, 1 florim e 57 cents., será para o réo.

“ Dada e publicada na Audiencia publica de 6 de Setembro de 1817; presentes, M. M. Vispoel, Prezidente do Tribunal; Lebegue, Camberlyn, e Parez, Juizes; e Smet, Substituto do Procurador Geral de El Rey.

(Assignados)

“ J. VISPOEL.

“ L. LEBEGUE.

“ J. B. CAMBERLYN.

“ H. PAREZ.”

L I O R N E.

Princeza R. de Portugal.

“ Hontem, 12 de Agosto, 1817, se fez a entrega solenne de S. A. R. a Princeza Leopoldina, as 11 horas da manham no Salaõ do Palacio Gram-Ducal. A Princeza foi acompanhada pelo Principe de Metternich, que a entregou, em nome de S. M. J. e R., á S. E. o Marquez de Castello Melhor, Commissario da Corte de Portugal. A Princeza, Vestida de Corte, e decorada com os soberbos diamantes,

que lhe mandou seo Consorte, sentou-se sobre um throno, e alli recebo os Cortejos de uma numeroza Assembleia.

A Princeza Real embarcou no dia 13 as 4 horas da tarde no Escaler da Náo de linha João VI, e delle se passou para bordo da Embarcação Real, que estava magnificamente ornada. A artilharia do porto, os navios Portuguezes, e a não Ingleza de linha Albiaõ deraõ as salvas do Costume.

O Conde d'Elzi, Embaxador Austriaco na Corte de Portugal, embarcou com a sua comitiva em a não de linhá S. Sebastiaõ. Na passagem do Estreito de Gibraltar se juntará á Divisaõ a Fragata Austriaca—*Augusta*, e na altura da Madeira será ainda augmentada com uma Fragata Portugueza.

A Duqueza de Parma foi na noite do dia 13 visitar sua Augusta Irmam a bordo do João VI. A comitiva de S. A. I. compoem-se do Marquez de Castel-Melhor, Mordomo-mor da Corte, do Estribeiro-mor, Conde Zuran, e do Camareiro-mor, Conde de Pennafiel. As Senhoras Austriacas, que acompanhaõ S. A. J. para o Brazil, saõ—a Condeça de Huenbourg, Camareira-mor, e as Condeças de Barentheim e Lodron, Damas da Corte.

As náos deraõ a Vella no dia 14 de manham.

H E S P A N H A.

Madrid, 22 de Agosto, 1817.

“ Hontem, S. M. a Rainha deo á luz uma Princeza, a quem se poz o nome de Maria Isabel Luiza. Este feliz acontecimento foi annunciado

por 12 salvas de artilharia, e por uma bandeira branca que se arvorou em um dos lados do palacio. Todos os sinos da cidade repicaram por esta occaziaõ; e hoje os Grandes de Hespanha, os Ministros de Estado, eos Embaxadores estrangeiros vieraõ ao Paço fazer os seos Cumprimentos.

Alludindo á este successo, publicaram todas as Gazetas Inglezas um artigo, que hé mui honrozo não só para S. M. a Rainha de Hespanha, mas até para á nação Portugueza, que em todos os estados da vida sabe dar taõ nobres exemplos ao mundo. O titulo do Artigo hé o seguinte:—

“ *Lição para as Mães nos altos circulos da vida.* ”

“ A Gazeta de Madrid diz, que a Rainha de Hespanha está creando sua propria filha, a Infanta Maria Isabel Luiza.”

REINO DE PORTUGAL.

Portaria dos Governadores de Portugal, abrindo um novo emprestimo.

Tendo os funestos estragos da passada guerra assolado os predios, absorvido grande parte dos capitães, paralisado a industria e o commercio, diminuido por consequencia a riqueza dos particulares; era forçozo que nas rendas do Estado se experimentasse uma diminuição proporcionada a tam consideraveis perdas, a qual não podia deixar de se fazer mais sensivel nas presentes circumstancias, em que o Real Erario, alem das despesas ordinarias do seo expediente, se acha gravado com a divida que contrahio por

causa da mesma guerra, para cujo pagamento apenas lhe tem sido possível aplicar pequenas consignações. E ainda que a continuação da paz, que hé de esperar se não perturbe por muitos annos, deva reparar pouco a pouco os males que este Reino sentio em commum com todas as outras nações beligerantes, hé com tudo manifesto que este melhoramento so pode conseguir-se pelo decurso do tempo, sendo entre tanto indispensavel estabelecer providencias, que chamem ao Erario os fundos de que precisa para satisfazer as despesas que tem a seo cargo. E parecendo a S. M., depois de uma séria e mui circumspecta consideração, que o meio mais suave e efficaz para conseguir os mencionados fins era o de abrir um emprestimo que possa suprir o alcance existente, sem que a sua solução fique gravando as rendas ordinarias do Estado, consignando-se para o pagamento regular dos juros e progressiva amortisação do capital fundos que sáiam da suspensão interina de algumas isenções, que se haviaõ concedido em tempos de menos estreiteza, e que ao mesmo tempo offereção aos mutuantes, pelo methodo da sua arrecadação e applicação, aquella segurança que a fé publica lhes deve manter sempre inviolavel: hé El Rey N. S. servido mandar abrir no Erario Regio o recebimento de um emprestimo de quatro milhoens de cruzados, para o qual são convidadas todas as pessoas que nelle quizerem entrar, de baixo das seguintes condições.—1^a. Será o emprestimo composto de tres mil e duzentas acções de quinhentos mil reis cada uma, que deveráo entrar no Real Erario em iguaes porções de metal e papel moeda, e de nenhuma forma por encontros. 2^a. Receberáo os capitalistas tantos titulos quantas forem as acções, e dellas ficaráo vencendo o juro de seis por cento

desde odia em que effectuarem as suas entradas. 3^a. Este juro lhes será pontualmente pago nos semestres na Junta respectiva, assim pelo producto dos impostos, que ao deante se declaram, e lhes ficarão servindo de hypotheca especial, como pelas sobras de outras caixas estabelecidas para os precedentes empréstimos. 4^a. Os generos de fora do Reino, constantes da relação junta, assignada por João Antonio Salter de Mendonça, Secretario do Governo, Encarregado das Repartições dos Negocios do Reino e da Fazenda, que se despacharem nas Alfandegas de Lisboa desde a publicação desta Portaria em deante, pagarão 15 por cento; entendendo-se comprehendido neste pagamento qualquer direito a que nas mesmas Alfandegas já estiverem sujeitos, e sendo esta arrecadação gratuita. 5^a. Será o valor dos ditos generos regulado pelas Facturas originaes que as partes deverão apresentar no acto do despacho com as devidas formalidades. 6^a. Para a arrecadação, escripturação, e remessa do que produzirem os mencionados impostos, servirão de governo as instrucções, que acompanharam o Alvará de 7 de Março de 1801, em tudo o que lhes hé applicavel. 7^a. Deduzindo do seo producto a parte que até agora entrava, e deve continuar a entrar no Real Erario e mais Repartições a que competir; as somas restantes, que na conformidade das ditas instrucções deverão ser remetidas em direitura a Junta dos Fundos e Juros dos Reaes Empréstimos com a separação necessaria, e nas epochas que se acham determinadas, serão recolhidas em cofre distincto com escripturação tambem separada. 8^a. Por este cofre, alem das despezas proprias da sua arrecadação e administração, se pagarão os juros do referido empréstimo por meio de folhas annuaes, processadas com a pre-

cisa antecipação, e assignadas pelo Marquez Administrador Geral do Real Erario. 9^a. Os titulos, que no Erario Regio se derem aos Accionistas, serão assignados pelo Thesoureiro Mor, e Escrivão da Meza, e auctorisados com a Rubrica do mesmo Marquez Administrador Geral; e delles se fará assentamento da maneira practica nos antecedentes empréstimos. 10^a. Os ditos titulos, depois de terem a verba do assentamento, constituirão divida da Real Fazenda, e ficarão gozando dos mesmos privilegios e isenções de que gozão as Apolices do empréstimo de 1801. 11^a. Os sobejos, que restarem destes novos fundos, depois de pagos os juros, e despesas, se applicarão impreterivelmente a amortisação do capital por um rateio que se fará no fim de cada anno, annunciando-se ao publico o valor em que fica cada uma das acções depois da dita solução. 12^a. Serão os ditos pagamentos supridos, se assim for necessario, pelas sobras dos outros cofres que ficam tambem hypothecadas ao presente empréstimo. 13^a. O primeiro pagamento dos juros e da porção do capital para que chegarem os sobejos do cofre, se fará por todo o mez de Janeiro de 1818, continuando os seguintes a fazer-se regularmente; os dos juros no fim dos semestres; e os do capital no fim de cada anno. O Marquez de Borba, um dos Governadores do Reino, Administrador Geral do Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar pela parte que lhe toca.

Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1817.

Com as Rubricas dos Governadores do Reino.

Relação dos generos Estrangeiros, que nas Alfandegas desta Cidade devem pagar 15 por cento do seo valor, regulado pelas facturas do custo e despesas.

Arenques.—Bolacha.—Carne salgada.—Manteiga de vacca. — Prezuntos. — Queijos. — Toucinho.

Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1817.

JOÃO ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.

Para maior intelligencia da Portaria de 8 de Julho se publicáraõ as duas seguintes :

1ª. El Rei Nosso Senhor Manda declarar, que o disposto no § 4º, e seguintes da Portaria de oito de Julho deste anno, relativamente aos direitos que devem cobrar-se nas Alfandegas desta Cidade, dos Generos Estrangeiros mencionados na relação que faz parte da mesma Portaria, deve tambem entender-se a respeito dos que se despacharem na Alfandega de Setubal; e que no Artigo Manteiga se comprehende não só a de Vacca, mas tambem a de Porco. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça executar com as Ordens necessarias.

Palacio do Governo em cinco de Agosto de mil oitocentos e dezesete.

Com as Rubricas dos Governadores do Reino.

E para o sobredito chegar á noticia de todos, se mandou fazer publico por este modo.

LUIZ DE SOUSA BRANDÃO DE MENEZES.

Lisboa, 7 de Agosto de 1817.

2ª. Sendo presente a El Rei Nosso Senhor a Representação do Conselho da Fazenda, em Consulta de sete do corrente, sobre os dolos que podem praticar-se transportando-se ás mais Alfandegas destes Reinos, onde são obrigados a pagar maiores Direitos, os Generos que em conformidade das Portarias de oito do passado, e cinco do corrente, só devem pagar o Direito de quinze por cento nas desta Cidade, e da Villa de Setubal; Manda o Mesmo Senhor declarar, que em todas as sobreditas Alfandegas ficarão obrigados a pagar o excesso dos mesmos Direitos.

Palacio do Governo em doze de Agosto de mil oitocentos e dezesete.

Com as Rubricas dos Governadores do Reino.

E para que assim haja de constar, se manda fazer público por este modo.

D. MIGUEL ANTONIO DE MELLO.

JOAQUIM JOZE DE SOUSA.

Lisboa, 13 de Agosto de 1817.

INGLATERRA.

Conta do Producto total das rendas da Gram Bretanha, durante os 20 annos passados, que findaram em 5 de Janeiro de 1817, extrahida dos Papeis Parlamentares.

<i>Annos.</i>	<i>Somas.</i>
1798 - -	£. 26,820,629 13 4 $\frac{3}{4}$
1799 - - -	33,632,337 0 0
1800 - - -	38,865,624 9 8 $\frac{1}{4}$
1801 - - -	37,741,824 16 6 $\frac{1}{4}$

<i>Annos.</i>				<i>Somas.</i>		
1802	-	-	-	39,673,220	1	$2\frac{1}{4}$
1803	-	-	-	41,931,747	18	$9\frac{1}{4}$
1804	-	-	-	42,760,895	8	0
1805	-	-	-	50,164,443	8	11
1806	-	-	-	55,041,771	5	$9\frac{1}{2}$
1807	-	-	-	58,761,859	11	$7\frac{1}{2}$
1808	-	-	-	64,805,395	13	$0\frac{1}{2}$
1809	-	-	-	67,050,618	2	1
1810	-	-	-	70,240,226	14	$6\frac{1}{4}$
1811	-	-	-	74,040,543	17	6
1812	-	-	-	71,113,588	6	0
1813	-	-	-	70,435,679	12	$4\frac{1}{2}$
1814	-	-	-	79,448,111	3	$9\frac{1}{4}$
1815	-	-	-	81,334,292	9	$0\frac{3}{4}$
1816	-	-	-	85,311,706	16	11
1817	-	-	-	73,022,675	16	$11\frac{1}{4}$

MEMORANDUM das Observações que fez Buonaparte em uma Conversação que teve com algumas Pessoas que ultimamente passaram por Sta. Helena na sua Viagem para Inglaterra.

“ Depois dos cumprimentos de costume Buonaparte, aludindo á missão de Gardanne, disse, que elle havia indicado a estrada de Constantinopla para a Persia. Então passando rapidamente a fallar da India, perguntou, de que força eraõ os Russos na sua fronteira Asiatica. E sem esperar pela resposta, continuou a fallar do poder dos differentes Soberanos e de suas vistas. Os Russos, disse elle, são o povo mais formidavel da Europa: Inglaterra e a França não tem as mesmas vantagens militares, ainda que as suas tropas tenhaõ mais força moral do que as das outras naçoens. Um Francez, tornando-se soldado, deixa um paiz muito melhor do que qual-

quer outro em que possa hir servir; e um Inglez em geral acha-se peor forá do que em caza, e por isso só o refugo da nação folga de entrar no exercito. Os Russos, pelo contrario, deixaõ de ser miseraveis escravos, e passaõ a ser homens livres assim que sahem da Russia. O seo estado melhora, porque acha confortos que não pode ter em caza; e por consequencia, Alexandre pode augmentar o seo exercito para servir fora na proporção que quizer: se elle organiza bem a Polonia, terá o commando da Europa:—O objecto de Alexandre tem sido sempre tomar Constantinopla, mas eu sempre mui claramente lhe disse, que nunca consintiria que a *Cruz Grega*, se pozesse sobre a coroa do Czar. A Austria estava pronta a auxiliar neste ponto a Russia, com tanto que se lhe garantisse a posse das provincias Turcas contiguas á sua fronteira: desta forma, só a França e Inglaterra podiaõ defender a Turquia.—Fallando do poder da Russia, relativamente á conquistas, disse, que os seos Cossacos eraõ formidaveis não tanto por seo numero como por sua particular disposição para sofrer privaçoens em paizes desconhecidos. Elles assemelhaõ-se aos Arabes Bedouinos na perspicacia da vista. Tamanha hé neste ponto a perspicacia dos Bedouinos, que estando elle no Egypto, e dezejando ver com um telescopio que qualidade de gente era uma que apparecia no horisonte, ao apontar o oculo immediatamente um Bedouino, que estava junto delle, descobrio com a simples vista outro Bedouino, distinguio como vinha vestido, e áque tribu pertencia.

“Inglaterra, continuou elle, nunca será uma potencia continental. Quarenta e cinco mil homens, com toda a intrepidez da nação, nunca lhe poderáõ dar auctoridade no continente. Só um sistema naval e commercial hé proprio da

sua situação, e hé o unico que a pode salvar da ruina com que está ameaçada. Lord Wellesley tinha muita razão quando dizia que o seo mal era permanente. Lord Castlereagh, occupado em cortejar os Soberanos, esqueceo-se dos interesses de Inglaterra. Inglaterra foi como o cão da fabula, que em quanto estava olhando para a sua figura na agoa deixou cahir da bôca o bom bocado que tinha. Se no Gabinete Britannico houvessem Ministros mais habeis ao tempo que se tratava do arranjo da Europa, os termos da paz teriaõ sido mui diversos do que foraõ. A maior extensão de commercio, e o total abandono de uma continental ambição militar só podiaõ livrar Inglaterra das suas actuaes difficuldades. El Rey de Portugal teria sido obrigado a conceder-lhe cinco annos de um commercio exclusivo com o Brazil, em recompensa de tornar, a haver o seo throno Portuguez.

“Antigamente os Ministros Inglezes faziaõ o paz como negociantes, e assim enchiaõ as algibeiras do povo; os Ministros actuaes quizerãõ figurar de fidalgos, e arruinaram-se.

“No anno de 1783, Inglaterra ameaçou a França com guerra se ella não concordava em um tratado de commercio, que com effeito, em bem pouco tempo a arruinou. Os Ministros Francezes foraõ obrigados á acceder a esta intimação, porque não tinhaõ dinheiro, ainda que previram todas as consequencias. Os documentos justificativos da veracidade desta anecdota existem na Secretaria dos Negocios estrangeiros.—Inglaterra, desprezando as vantagens do seo poder naval, comportou-se como Francisco Iº em Pavia, o qual, havendo colocado uma bateria de 45 peças de artilharia (mui formidavel para esses tempos) com que podia estar certo da victoria, foi postar-se com a sua *gensd'armes*

entre as peças e a linha do inimigo, de sorte que ellas não poderam fazer fogo. Neste cazo, desembainhando a sua magnifica grande espada, perdeu a batalha.—O bloqueio naval foi uma operação como aquella de untar o corpo com azeite para impedir a transpiração: a consequencia foi sofrer uma erupção cutanea (como a que agora sofre a minha face, disse Buonaparte). Se Inglaterra fizesse o uzo que devia da sua superioridade maritima, podia mui bem mandar Embaxadores que dominassem nas Cortes estrangeiras. Agora hé ella insultada com Decretos prohibitorios até pelos mais pequenos Estados.—Com 45,000 homens, repetio elle uma e muitas vezes, Inglaterra não pode ser Potencia continental; alem disso, esta tentativa seria fatal para a sua livre constituição, da qual justamente tem razão para gloriar-se, e que, na verdade, tem sido a cauza do seo extraordinario poder, comparado com a extensão de seo territorio. Qual tem sido o resultado de todos os seos esforços militares? Estar de posse de minha pessoa, e haver tido occasião de mostrar a sua falta de generosidade. Inglaterra transtornou a legitimidade dos thronos, porque eu era o legitimo Soberano de França. Eu queria a paz geral, porque este era o meo verdadeiro interesse, e o unico meio que tinha para me livrar deste rochedo aonde me acho hoje prêzo.

“Depois disto fallou largamente contra o Governador Lowe, do máo tratamento que lhe haviaõ dado, e das muitas falsidades que se tinhaõ publicado á cerca do seo comportamento. Disse que a obra de Mr. Warden era falsa em todos os pontos;* e exprimio-se em termos mui

* Consta que pelo mesmo navio Cæsar, por onde veio isto que acabâmos de escrever, tambem chegára a Resposta de Buonaparte á Obra de Mr. Warden, e que brevemente será publicada.—Os Redactores.

fortes contra a falla de Lord Bathurst. Declarou que muito se admirava da falta de decencia com que Lord Sidmouth e Lord Liverpool o tinham tratado, nas discussões que a seu respeito tinham havido, quando elle sempre os havia tratado com uma civilidade tal que merecia melhor recompensa. A final concluiu:—Inglaterra está hoje em uma situação bem notavel; ganhou tudo, e está arruinada.”

(*Morning Chronicle*, 19 de Setembro, 1817.)

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e nossa patria.”)

REINO DO BRAZIL.

No artigo deste titulo publicámos a noticia da morte do Exmo. Antonio de Araujo, Conde da Barca, que se achava com as Pastas de todas as Secretarias; e sendo então necessario formar um novo Ministerio, S. M. houve por bem nomear por Decreto de 23 de Junho, publicado em a noite do dia 24, dia do seu Augusto Nome, os Ministros seguintes, pela ordem que lemos em a Gazeta do Rio de Janeiro de 28 de Junho, 1817.

Prezidente do Real Erario,—JOÃO PAULO BEZERRA.

Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra,—O Conde de PALMELLA.

Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos,—O Conde dos Arcos.

Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e Caza de BRAGANÇA,—O Desembargador do Paço, THOMAS ANTONIO DE VILLANOVA PORTUGAL.

Conselheiro de Estado,—O Conde de FUNCHAL.

No dia 4 de Julho, dia natalicio da Serenissima Senhora Infanta D. Izabel Maria se publicaram tambem muitos outros despachos pelas tres Repartiçoens, a maior parte dos quaes são militares, e foraõ recompensas dadas ao valor e fidelidade dos Officiaes empregados tanto na expedição da margem esquerda do Rio da Prata, como na destinada para a reduccão dos Insurgentes de Pernambuco. Para substituir S. E. Conde dos Arcos foi nomeado Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, o Conde da *Palma*, que até agora havia sido Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo.

Para melhor dar-mos a conhecer o espirito da insurreiçãõ de Pernambuco tambem transcrevermos a Correspondencia que houve entre os insurgentes e o commandante do bloqueio Rodrigo Joze Ferreira Lobo, que nos asseguram ser authentica. Agora, para cumprimento da historia desta louca e fatal insurreiçãõ, copiaremos da Gazeta do Rio de Janeiro de 16 de Julho, 1817, o que ali se publicou á cerca das providencias que se tomaram para acabar prontamente com ella.

“ Já hé sabido que a primeira providencia, que teve effeito depois do execrando crime desse punhado de faccinorosos em Pernambuco, foi o pronto bloqueio d'aquelle porto; e os officios

referem que o commandante do mesmo bloqueio protegeo as villas e lugares maritimos, já mandando a Corveta *Mercurio* com soldados, espingardas, espadas, polvora e bala para o Rio formozo, já despedindo para a recente villa de Porto de Pedras uma Galera, denominada *Feliz Ventura*, com semelhantes muniçoens, e 2 carónadas de 24, e fornecendo de mantimentos a fortaleza de Tamandaré. O grande numero de navios, que hiaõ entrar naquelle porto, e contra mandados para a Bahia, privaram os rebeldes de reforços e mantimentos com que loucamente contavaõ.

“ Em quanto por mar se arrostavão os ventos e tempos rigorozos, se desenvolvia por terra a maior actividade. Tropas, postas em marcha subitamente, vencião difficuldades extraordinarias por estradas apenas practicaveis, rios engrossados, montanhas despenhadas, e embaraços de todo o genero, em quanto seos companheiros procuravaõ pelas ondas pontos de communicação e de uniaõ. O Major Gordilho, que commandava a guarda avançada, partio com effeito de Maçaió a 21 de Abril com 1,000 homens de Milicias e Ordenanças a encontrar o rebelde Victoriano que atacava a Villa das Pedras com 60 homens de cavalaria, 400 de infantaria, 4 peças de calibre 1; porem ouvindo estes insurgentes que os habitantes de Porto Calvo, Barra Grande, Abreu, Una, a fortaleza de Tamandaré, Serinhaem e Rio formozo tinhaõ abraçado a boa cauza, fugiram taõ desatinados que uns se embrenharam pelos matos, outros demandaram em jangadas o porto de Gallinhas. A 24 se achava o referido Major em Porto de Pedras, donde sahindo a 27 entrou a 29 na fortaleza de Tamandaré.

“ Entre tanto o Marechal Joaquim de Mello avançava com o corpo do exercito, composto de

perto de 5,000 homens, assim de linha como de Milicias e Ordenanças, e depois de laboriosas marchas entrou a 3 de Maio em Porto de Pedras, e a 5 em Tamandaré. Reuniram-se então as forças, ficando o Major Gordilho com as funcções de Major-general do exercito, e Commandante da Vanguarda; e o Major Engenheiro, Salvador Joze Maciel, servindo de Ajudante-general. Partiram no dia 8 para a villa de Serinhaem; e porque alli souberam que em distancia de 4 legoas os inimigos assolavaõ engenhos e propriedades daquelles que se vinhaõ refugiar ao Quartel General, no dia 9 de madrugada marcharam direitos a elles e occuparam os Engenhos Pindova grande e pequeno, havendo-se retirado os revoltosos para o Engenho Trapiche.

“ Feitas as disposições convenientes, o Major Salvador, com mais de 1,000 homens e 2 peças de campanha, passou a occupar a povoação *Ipojuca* que lhe ficava fronteira, em quanto o Marechal com a maior força, e 6 peças fazia um rodeio de mais de 4 legoas para occupar uma eminencia no Engenho Guerra, a qual dominava os inimigos. O Major, havendo chegado ao seu destino antes das 3 horas e sendo descoberto, teve de entreter o inimigo até que a vanguarda com as 6 peças, depois de vencer meia legoa de pantanos continuados, occupou a eminencia. Romperam o fogo os dois corpos; e meia hora depois chegando o Marechal, e conhecendo o máo estado dos inimigos, mandou occupar as estradas para lhes cortar a retirada. Todavia os rebeldes fizeram um vivo fogo de artilharia. As 7 horas cessou o fogo; e dando elles muitos tiros de mosquetaria pela meia noite, se concluiu que se retiravam, abandonando 6 peças de artilharia de diversos calibres, 1 caronada, toda a bagagem, munições de guerra e boca. Pela

madrugada mandaram-se bater os matos, e ficaram prisioneiros todos os officiaes, capelaens, e perto de 300 soldados, incluindo-se o Chefe *Martins*, que commandava em segundo, e que fôra mandado com 400 homens cortar a communicação entra o exercito e Serinhaem: escapou somente o commandante em Chefe *Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque*, que de pois foi prezo na cidade. O bravo Antonio Joze dos Santos, Capitão de Milicias da Villa do Penedo, foi quem prendeu o rebelde no dia 15, em que foi a total derrota dos insurgentes. Muitos dos mortos foraõ lançados no rio, e dos prizioneiros muitos eraõ feridos. Esta glorioza acção custou ás tropas de S. M. 3 mortos e 12 feridos.

“ Para não interromper-mos esta narraçãõ, preterimos o ataque de Serinhaem a 2 de Maio, onde os insurgentes, apezar de terem que arrostar tropas bizonhas, perderam muita gente e duas bandeiras. O campo de batalha foi no Engenho *Utinga*, freguezia do *Cabo*.

“ Do Diario do rebelde *Martins* consta, que este marchára com o exercito, chamado Patriotico, no dia 30 d’Abril; que no dia 2 de Maio fôra destacado o Corpo de Guerrilhas, commandadas pelo Padre *Souto*, em soccorro do exercito de *Cavalcante*; e outras particularidades de marchas, passagens de rios, &c, até que no dia 6 se unio ao do Commandante em Chefe.”

Tudo quanto acabamos de transcrever mostra a prontidaõ e felicidade com que se dissipou a insurreiçãõ de Pernambuco. Por uma lista, que temos de ante dos olhos, consta terem sido mandados prezos para a Bahia pelo comandante do bloqueio, Rodrigo Joze Ferreira Lobo, 113 individuos, entre os quaes o Dr. Joze Luis de Mendonça, o P.^e Miguel Joaquim d’Almeida, e Domingos Joze Martins, que foraõ arcabuzados

no dia 13 de Junho proximo passado. Vê-se porem pela dita Lista que a maior parte dos prezos são pessoas insignificantes, como simples soldados, &c. e que nella senão achão incluídos os individuos da primeira riqueza em Pernambuco; o que prova ainda mais que os capitalistas e grandes proprietarios não favoreceram a revolução, e que nesta simplesmente entrou gente de fortuna, que de ordinario ama as revoluções como o povo ama as lotarias, aonde, apesar do immenso numero de bilhetes brancos, sempre cuida lhe caberá alguma das sortes em preto. Por esta razão bom será olhar aquelle attentado politico debaixo das vistas que a prudencia e o interesse publico bem entendendo insinuão, isto hé,—castigar pouco, e prontamente; esquecer sinceramente o passado; e prevenir com bons regulamentos, tanto geraes como locais, outros attentados futuros. Não basta saber-se que a gente boa de Pernambuco detestou a insurreição, e detestará ainda quantas se possaõ meditar; a gente boa de todos os paizes nunca tem força bastante para impedir o arrojo dos mal intencionados; porque sempre lhes falta a ousadia do crime que sobeja nestes ultimos, que nada perdem, e alguma couza esperaõ ganhar em todas as revoltas. Nós já dicemos que na Capitania de Pernambuco haviaõ escandalozos abuzos locais com que gemia a gente boa, e se alegravaõ os perturbadores; fazia-se ali, por exemplo, um contrabando abominavel, sem que as auctoridades publicas o impedissem, porque muitas dellas talvez engordassem com elle; e muitas outras couzas se faziaõ, que agora se devem examinar bem a fundo.

“ Pouco importa que na Bahia se cortem todas as 113 cabeças dos individuos que para ali foraõ prezos. Que resultará desta operação? Perderá o Estado 226 braços, muitos dos quaes lhe pode-

riaõ ainda ser muito uteis, por que talvez se armassem contra o Rey e a Patria só por ignorancia, ou por medo, ou por culpa daquelles que mal os governavaõ. Haverá por tanto, uma perda certa sem probabilidade de lucro. Este nunca o poderá haver sem cortar as raizes do mal; isto hé, sem emendar os abuzos com que sempre calculaõ ou contaõ os chefes de todas as revoluçoens.

Neste mesmo Artigo, titulo Bahia, copeámos a Ordem do Dia do Ex^{mo} Conde dos Arcos, em que oficialmente participa aos Bahianos o feliz resultado da sua expedição contra os revoltosos de Pernambuco. Este povo e seo illustre Governador são com effeito mui benemeritos da patria pela prontidaõ e energia que desenvolveram nesta occasiaõ critica, e El Rey nunca deve esquecer taõ brilhantes serviços. O povo da Bahia hé na realidade um grande povo, e todas as suas acçoens tem sido mui nobres e generozas. Agora nos consta que elle acaba de obrar uma que certamente lhe dá muita honra. Fez um grandiozo presente á S. E. Conde dos Arcos, offerecendo-lhe, pelas maons da Camera, a soma de 100 contos de reis para mandar edificar um palacio. O presente hé digno de quem o dá e de quem o recebe. A Bahia deve ao seo excellente Governador muitos e valiozos beneficios, e por isso sem pejo pode offertar-lhe esta recompensa publica. O Ex^{mo} Conde dos Arcos tambem a pode receber sem pejo, porque fez grandes couzas, e a maior de todas ellas hé o ter ganhado os coraçõens do povo que por muitos annos governou. Que adiantamentos se poderiaõ esperar se em todas as partes da Monarquia houvessem empregados publicos de taõ alto character, e de taõ illuminado o judiciozo patriotismo? Os governantes são de

ordinario a cauza immediata do bem ou do mal que fazem os governados; e quando estes não fazem seo dever, nem são o que podião nem devião ser, menor culpar se lhes deve imputar do que á seos chefes, que por ignorancia, ou maldade não preenchem os altos destinos de que estão incumbidos. Se em Pernambuco hevesse um Governador deste character, estâmos bem certos que nunca ali teriaõ acontecido as funestas desgraças de que neste Artigo temos tratado.

No titulo—*Marianna*, transcrevemos o Mapa da população do Bispado de Marianna no anno de 1816. Todas as publicações deste genero sempre são uteis, porque são outros tantos materiaes para uma parte da Statistica do paiz. Se em todas as Capitanias e Bispados do Brazil se fizesse, annualmente e com regularidade, esta especie de censo, poder-se hiaõ a final tirar resultados economico-politicos de grande interesse. Quando os governos não tem ideas exactas da força numerica da povoação que governaõ, quando ignoraõ a qualidade e a soma dos productos que tem ou podem ter as differentes provincias que compoem todo o corpo do Estado, não podem neste cazo nem tirar os proveitos que seria facil achar pelo exacto conhecimento destes elementos de riqueza, e até se expoem a fazer calculos errados, que muitas vezes produzem grandes males politicos. Neste cazo assemelhaõ-se os Governos ao descuidado negociante, que não tendo conta corrente, nem fazendo o devido balanço de seos fundos, emprega estes sem conta nem medida, e as vezes entra em especulaçoens com que não pode, e assim se arruina. A Statistica, ou conhecimento exacto das forças phisicas e moraes de um Estado hé, por consequinte, hoje um dos elementos absolutamente precisos para bem go-

vernar. Sem ella tudo será desordem no Estado, por que tudo se fará ao acaso, e os acazos nem sempre são favoraveis. O modo de adquirir estes conhecimentos não hé tão difficil como se pretende; basta ter boa vontade, e querer positivamente have-los; e elles se conseguirão a final. Os primeiros ensaios serão talvez pouco exactos, mas sendo constantemente repetidos, haõ de dar por fim mui uteis resultados.

FRANÇA.

Neste Artigo, a pag. 501, publicámos a nova concordata que acaba de ser assignada por El Rey Luis XVIII. e o Papa Pio VII. As noticias posteriores de Paris, em data de 18 de Setembro, dizem, que sendo apresentada por El Rey no Concelho de Estado fôra ali unanimemente regeitada. Nós não sabemos o grau de credito que pode ter esta noticia, porque toda ella está fundada em ditos particulares, com tudo para o nosso cazo presente isto hé de pouca ou nenhuma importância: as nossas reflexoens vão ter outro objecto em vista, e unicamente se limitaõ á Declaração que El Rey mandou fazer pelo seo Ministro ao Secretario do Papa, a qual Declaração se acha no fim da Concordata ou Convenção.

S. S. o Pontifice Pio VII. parece ter dado a entender que muito se tinha scandalizado com alguns Artigos da Charta Constitucional, relativos á liberdade de consciencia, julgando-os como contrarios ás leis da Igreja, e aos principios religiosos que El Rey sempre tem manifestado. O Monarca Francez julgou entãõ do seo dever declarar publicamente, por meio de seo Ministro, quaes eraõ e tinhaõ sido as suas intenções á este respeito; e em virtude dellas ouzou manter a

sua primeira opiniaõ, apezar de não ser conforme com a opiniaõ de S. Sanctidade. Eisaqui pois agora o Filho mais velho da Igreja defendendo um principio que não parece o mais orthodoxo ao Pontifice Romano; e como esta questãõ pode mui bem servir de regulamento politico para outros paizes, bom será que digâmos sobre ella alguma couza. Nos, ainda que respeitamos como devemos, o alto character e dignidade do chefe da Igreja, tambem ouzaremos ser contra a sua opiniaõ; e desta vez nos poremos pela parte do Monarca Francez.

A liberdade de consciencia, longe de ser contraria ás leis da Igreja, hé segundo entendemos muito conforme com ella, porque está fundada sobre a caridade christam; sobre a impossibilidade moral e religioza de uma unica crença no Universo; e sobre as leis geraes da providencia de Deos, ou regulamento constante do mundo moral.

Quando J. Christo estabeleceo a sua religiaõ, um dos maiores cuidados que teve foi o destruir a intolerancia Judaica, que desprezava e abominava tudo que não era da sua peculiar e propria opiniaõ. Para isto, não só com palavras, mas com a practica e com o exemplo, mostrou que todos os homens erãõ filhos de Deos; que a qualidade de *proximo* não se limitava só ao Judeo, ao Sacerdote e Mestre da Lei, porem ao Fariseo e Publicano; e com todos elles conversava, comia e bebia para dar a conhecer, que a caridade era a primeira das virtudes religiozas, e o primeiro e mais essencial de todos os vinculos sociaes. Não será pois entãõ, neste cazo, mui conforme com a religiaõ christam a tolerancia de todas as religioens dentro de um mesmo Estado; assim como será uma mui expressa falta de caridade roubar a paz de consciencia, e todos os direitos civis e

políticos aos individuos que forem de differente communhão da nossa? E não hé, alem disso, corroborar a intolerancia Judaica, tão reprovada por J. Christo, fazer com que os homens, que não pensão como nós em materias de fé, sejam excluidos dos mesmos beneficios e bens sociaes de que gozâmos? A charidade Christam, unica baze da redempção do genero humano, e da religião divina que lhe trouxe essa mesma redempção, proclama por conseguinte a tolerancia religioza, como necessaria para a paz do mundo, para o cumprimento das vistas de Deos, e para a felicidade temporal dos Estados.

Nós já o dicemos alguma vez, e agora o repetiremos, que uma crença universal em materias religiozas não só hé moralmente impossivel, mas até hé contraria aos principios de fé Catholica. Hé moralmente impossivel, por que de facto nunca se achão dois homens que pensem da mesma maneira nas couzas mais indifferentes da vida; e como se pode então pertender que milhoens de individuos tenham uma e a mesma crença religioza? Hé contraria aos principios de fé Catholica, porque hé Artigo de fé, que, em ordem á salvação, o homem *nem se quer pode dezejar* o bem sem uma graça mui especial de Deos. Logo para haver uma so e unica religião hé necessario, para assim dizer, um milagre; e se Deos não o quer fazer, porque haõ de os homens querer ser mais sabios ou mais austeros do que hé a Providencia? A tolerancia religioza hé pois um dever social, á que estão sujeitos todos os homens não só como individuos mas como naçoens ou governos.

As leis geraes da providencia divina estendem-se a todos os individuos de toda a crença e de todas as opinioens: sobre todos elles reparte igualmente Deos o sol e a chuva, o vestido e o

sustento; e em uma palavra, á todos comfere seos beneficios, sem atençaõ a serem Catholicos,, Protestantes, Judeos, Turcos, ou Gentios. Logo porque há de pertender o vigario de christo, ou este ou aquelle governo do mundo negar aos homens os beneficios sociaes, quando Deos lhes não nega um só dos bens geraes da natureza? Se a intolerancia religioza entrasse nas altas vistas de Deos, elle negaria aos que estão fóra do gremio da verdadeira religião os beneficios que concede em geral a todos os homens; mas não o faz assim, como já dicemos; e por que há de ser entaõ neste cazo o homem mais rigoroso doque Deos?

A tolerancia religioza hé pois mui conforme com a caridade christam, prégada e practicada por Jesus Christo; está fundada na impossibilidade moral e religioza de uma crença universal; e entra no plano das leis geraes de providencia de Deos, ou regulamento constante do mundo moral. Alem disto, hé politica e civilmente necessaria para a felicidade dos Estados. Se nelles, por interesses mundanos, se admitem os individuos de todas as religioens, e se os governos não tem escrupulo de viverem com elles, e de se aproveitarem de suas riquezas, braços e industria, porque o teraõ de os deixarem adorar a Deos a seo modo, e de lhes conceder todas as prerogativas civis e politicas, á que tem direito como homens e como cidadãos? A' vista de quanto temos exposto, nos parece logo mui acertada a politica de El Rey Luis XVIII., em querer manter a charta constitucional na parte que hé relativa á liberdade religioza concedida á todos os Francezes, assim como ao mesmo tempo nos parece que os escrupulos ou escandalo da Papa são malfundados, e até pouco conformes com a doutrina e exemplos de J. Christo, de quem elle

hé Vigario. E porque há de o servo querer exigir mais do que o Senhor?

Consta-nos que no Reino do Brazil já se quiz tambem promulgar uma lei sobre a liberdade de consciencia, que na verdade lhe seria assas proveitoza, porque removeria plenamente todos os sustos da quelles Europeos que para ali dezessem emigrar; e que a publicação desta lei liberal e politica fôra embaraçada por pessoas escrupulozas, em razão de a considerarem contraria ás leis de Deos e da Igreja. Agora, á vista do exemplo do Rey christianissimo e do filho mais velho da Igreja parece que seos escrupulos devem cessar; porque se esta lei não hé considerada heretica na França, hoje governada pelos Bourbons e por um Rey Christianissimo, como poderá ser considerada como tal no Reino do Brazil, governado por um Rey Fidelissimo? Um bom exemplo vale as vezes mais do que um grande livro: oxa-la que elle aproveite.

INGLATERRA.

(*Correio Braziliense* de Agosto, 1817.)

O *Correio Braziliense* a pag. 212 diz o Seguinte: — “ Investigador Portuguez.—Este
“ bello Jornal official da Embaixada Portugueza
“ em Londres, de pois de nos ter atacado como
“ favorecedores de revoluçoens, porque nós tin-
“ hamos dito que havia abusos de Adminis-
“ tração no Brazil, que provocavam os homens
“ bons e espirituozos daquelle paiz sahio-se
“ agora no seo N.º. 74 a pag. 275 com esta ex-
“ pressão, falando de Pernambuco:—

Que na parte administrativa tambem haviaõ abuzos enormes parece ser uma verdade incontestavel.

“ Os Redactores continuão a provar com
“ exemplos esta sua asserção; e porque nós
“ dicemos isto mesmo, atrevem-se a acuzar-nos
“ de favorecer-mos as rebelioens! Forte consis-
“ tencia de principios!”

O Investigador Portuguez nenhum cazo faz dos epithetos com que, sem virem a proposito, hé variadamente denominado, nem até desses mesmos, ás vezes assas injuriosos, com que se atacaõ pessoalmente os Redactores; não pode com tudo consentir que se desfigurem as expressoens que elle diz, ou se interpretem em sentido mui diverso d'aquelle que hé obvio e mui claro. O Investigador Portuguez não atacou no lugar citado o Correio Braziliense por favorecedor de revolucçoens ou rebelioens, mas disse mui franca e claramente o seguinte em o No. de Julho, a pag. 129:—

“ O outro Jornalista Portuguez, a que alludi-
“ mos, hé muito mais moderado, mas nem por
“ isso nos parece que tratou bem, como politica-
“ mente devia, o caso da revolução de Pernam-
“ buco. Em o seo No. de Maio, artigo *Revolução*
“ *no Brazil*, e pag. 558, escreveo elle, entre outras
“ couzas, a phrase seguinte:—*Agora pergun-*
“ *tâmos ao leitor candido, se não hé isto cauza mais*
“ *que sufficiente para fazer com que todos os habi-*
“ *tantes do Brazil (sensatos e espirituozos) aborreção*
“ *o seo governo?*”

Aonde acuzámos pois aqui o Correio Braziliense de favorecer rebelioens? Vê-se logo, que não só desfigurou neste seo No. o que antes tinhamos escripto, mas até elle desfigurou as suas proprias expreçoens, dizendo que nós o acuzavamos—“ por ter dito que havia abuzos de ad-
“ ministração no Brazil, que *provocavaõ* os
“ homens bons e espirituozos daquelle paiz.”
Aqui, nem mais nem menos, mudou o *Correio*

Braziliense a palavra *aborrecer* na palavra *pro-
vocar*: e se elle desfigurou a sua phrase, será
muito que tambem desfigurasse a nossa?

Disse mais o Investigador a pag. 131:—“ O
“ artigo (o mesmo de que estâmos tratando) hé
“ uma satira directa do governo do Brazil, e
“ uma apologia mui clara não só da revolução de
“ Pernambuco, mas de todas as revoluções que
“ ainda possaõ haver no Brazil.” Ora pergun-
tâmos ainda: como hé que o Investigador
atacou ou acuzou aqui o *Correio Braziliense* de
favorecedor de revoluções? Disse sim que o
Artigo era uma apologia mui clara da revolução
de Pernambuco, e de quantas ainda se podessem
fazer no Brazil; disse porem, com tudo, que o
Correio Braziliense as favorecia? O Artigo (do
qual unicamente fallâmos) hé na realidade im-
politico, e muito inconsiderado; mas segue-se,
por isso mesmo, que o *Correio Braziliense* seja
favorecedor de revoluções? Essa conclusão não
ouzâmos nós tirar, e só elle hé que a deduz; e
por isso injustamente se queixa de nós.

O *Correio Braziliense* declara que o Investi-
gador tem *inconsistencia* de principios, por que
concordando—“ que na parte administrativa ha-
“ viaõ abuzos enormes,” ouza ataca-lo por aquillo
mesmo que elle admite. Não tem ainda razão
o C. B. O Investigador não atacou o seo artigo
por nelle se dizer, que no Brazil haviaõ abuzos
de administração, mas sim por nelle se afirmar—
*que todos os habitantes do Brazil (sensatos e espi-
rituosos) tinhaõ causa mais que sufficiente para
aborrecer o seo governo.* Estas duas couzas são
mui distinctas; e com effeito podem haver
abuzos de administração sem que os habitantes
tenhaõ cauza mais que sufficiente para aborrecer
o seo governo. Isto hé pois o que nós dicemos:
—há abuzos; mas nem por isso os habitantes do

Brazil (sensatos e espirituozos) tem cauza mais que sufficiente para *aborrecer* o seo governo. Reflecta o *Correio Braziliense* nas pessoas que tramaram a insurreiçãõ de Pernambuco, e compare-as com as outras que decididamente mostraram abominar aquelle atentado; e entãõ verã, se os habitantes sensatos e espirituozos foraõ os que mostraram aborrecer o seo governo.

O *Correio Braziliense* na seguinte pag. 213, passa á fallar de couzas que nos parecem ainda mais sêrias. Mostra tratar de bagatela todos os grandes beneficios que tem recebido o Brazil das maõs de El Rey; e para lhes diminuir o valor e merecimento aponta, com ar de ironia, o Privilegio que se acaba de dar á Universidade de Coimbra, como ponto de comparaçãõ. Diz elle: —“ nos agora lhes apresentãmos um facto, o
“ qual lhes pode servir, *com o mesmo argumento*,
“ para principiar o carthalogõ dos beneficios que
“ Portugal tem recebido.” O Investigador, para mostrar que o Brazil não tinha cauza para aborrecer o seo governo, e que maiores motivos de queixa podiaõ haver em Portugal do que no Brazil, apontou os muitos e grandes beneficios que este ultimo tinha recebido, que sãõ mais alguma couza do que ter sido simplesmente declarado Reino, como só aponta o C. B. Eis aqui o que o Inzestigador disse â este respeito no mesmo No. de Julho, pag. 130:—“ Quem tem
“ ganhado mais do que o Brazil depois que o
“ throno ali se estabeleceo? O Brazil era Colonia,
“ e o Brazil hé hoje um reino. Os portos do
“ Brazil estavaõ só abertos para Portugal, e
“ agora estaõ abertos para todo o mundo. Os
“ habitantes do Brazil não tinhaõ artes, sciencias,
“ nem industria, hoje tem escollas de todos os
“ generos, tem fabricas, e tem manufacturas. O
“ Brazil necessitava até agora de hir a Lisboa

“ para qualquer graça ou privilegio, hoje acha
“ tudo em si mesmo—no Rio de Janeiro!”

Ora diga agora francamente o *Corroio Braziliense* se estes beneficios, que ficam apontados, podem com a seriedade, que he propria do cazo, comparar-se com os privilegios concedidos á Universidade de Coimbra pelo Alvará de 17 de Março de 1317? Aquella illustre corporação, não só pelo bem publico que faz, mas ainda pelos nobres trabalhos que tomou na restauração de Portugal, merecia esta distincção que se lhe deo, porque ella tem sempre defendido o throno Portuguez com a *penna e com a espada*; mas que influencia podem ter estes seos, bem merecidos, privilegios na prosperidade do Reino de Portugal? E não lança então o *Correio Braziliense* um amargosissimo sarcasmo em todos os mui relevantes beneficios que tem recebido o Brazil? Só a abertura dos portos para todo o mundo (com que se fecharam os de Portugal) foi um acontecimento de tanta importancia commercial e politica para o Brazil, que não há Brasileiro algum que não deva abençoar e proclamar altamente a generosidade de El Rey!

*Nova e magnifica Edição dos Luziadas de Camoens,
publicada em Paris no anno de 1817.*

Acaba de apparecer em Londres um exemplar desta soberba Edição em 4º grande, emprehendida e mandada executar pelo Ex^{mo} Morgado de Matheus, o Snr. D. Joze Maria de Souza, ora rezidente em Paris. Confessâmos que he um monumento realmente magnifico, e em tudo digno do Homero Portuguez, que cantou as ouzadias e heroismo Luzo, pelo qual se abriu um

dos mais vastos caminhos para a civilisação do mundo ; porque a beleza typographica está apar do desenho e da execução das estampas que o ornaõ.—Para se poder ajuizar do merecimento desta grande obra nacional, e do trabalho e despesas que ella custou, copearemos o extracto seguinte de uma carta, em que o Illustre Editor dá conta das difficuldades que teve para concluir a sua empreza, verdadeiramente patriotica.

“ Em fim, depois de um assiduo trabalho de quatro annos justos, superior a grandissima despesa que me occasionou, pude terminar esta Edicaõ, especie de monumento erigido á Patria, e ao nosso grande Poeta. Posso dizer que só o amor della e delle poderiaõ dar-me a constante paciencia e assidua perseverança, que me foi necessaria, e que nunca a vaidade e o interesse saõ capazes de inspirar. Didot, Gerard, e os mais Artistas confessaram que teriaõ afrouxado sem a enthusiastica importunidade com que os excitava diariamente. Elles e outros mestres das artes concordão em dizer, que hé o mais perfeito modello nas tres artes que a França produzio até aqui. Dezejarei que mereça a sua approvaçaõ, a qual ambiciono sobre tudo pelo que diz respeito á parte literaria e critica, que hé toda minha, pois não quiz assistencia de pessoa alguma. Collacionei dez edicoens differentes com as originaes,; li duas vezes do principio ao fim os commentos de Faria, e do Garcez; meditei cada verso um por um; e por muitas vezes, antes de adoptar uma liçaõ, estudei e meditei muito sobre a orthographia mais appropriada ao Poema; e em fim, não há uma palavra, e uma virgula que não fosse com reflexaõ posta por mim. O cuidado, que tive em rever as provas, me faz esperar que não se ache um erro typographico.

“ Dei as minhas razoes na Advertencia. Escandalizado do modo leve com que os Biographos precedentes deram a vida de Camoens, procurei vingar a sua memoria, escrevendo-a de novo, depois de ler com a maior attençaõ as suas Poezias; e ousei communicar ao publico as minhas ideas sobre a maneira em que devia considerar o seo Poema, ao qual, em geral, se fazia pouca justiça. Se pequei por excesso de amor, a coiza hé desculpavel a um Portuguez, e n’um monumento á memoria do Auctor. Fiz estudo e diligencia para evitar os galicismos e estrangeiras phrases, e o chocarreiro baixo estilo que desgraçadamente grassa hoje nos nossos melhores escriptores; e a affectada introducçaõ e emprego de palavras antiquadas (drogas de antigualha) que outros tem adoptado ridiculamente, e que hé a mania de que Garçaõ já mofava. Mas, sem embargo disto, peço indulgencia em razãõ da minha auzencia da Patria por mais de 26 annos.” . . .

Será com effeito uma couza bem curiosa para a historia literaria do nosso seculo saber-se, que a epocha em que um braço generoso e nobre levantava, á sua custa, o maior e mais rico monumento que se tem erguido á Camoens, era exactamente a mesma em que se escrevia contra o Patrio Vate, se procurava fazer murchar seos louros, e até havia quem pertendesse reduzi-lo á simples classe de um vulgar plagiario! Mas o Poema nacional e Europeo de Camoens já não pode morrer; e este novo monumento vai ainda avivar mais, se hé possivel, a sua brilhante memoria. Alem desta riquissima Edicãõ, que já está publica como temos dito, ainda nos consta que em Paris se trata actualmente de fazer outra nova, igualmente preciosa debaixo de outro ponto de vista, e que será pub-

licada pelo Nestor dos nossos actuaes poetas Portuguezes, o P.^e Francisco Manoel do Nascimento, que para ella conserva um mui raro manuscripto. Eis aqui o annuncio que se nos communicou a este respeito :—

“ Manuscripto raro para uma nova edição de Camoens.

“ Offerece-se ao publico, e principalmente aos amadores do nosso insigne Camoens, que tantos elogios grangeou para si e para a Literatura Portugueza entre os eruditos das naçoens estranhas, a copia fiel d’um Manuscripto rarissimo dos Luziadas, corregidos (segundo affirma uma nota em Hespanhol inserida nesse manuscripto) pelo proprio Auctor.

“ Já Manoel de Faria e Souza, quando se lançou a commentar o nosso Poeta, sabendo que esse mencionado manuscripto existia, o procurou e fez procurar pelas livrarias de Portugal e Hespanha. Baldadas indagaçoens! E ora de uma apostilla que vem no original, donde esta copia fielmente se tirou, se colhe, que entre muitos autographos que o Duque d’Alva, conquistador do nosso reino pelo usurpador Philippe II, mandou de Portugal para a sua bibliotheca, se comprehendiaõ estes Lusiadas. Dessa bibliotheca o deram por mimo os descendentes do Duque d’Alva ao Duque de Beauvilliers, quando embaxador em Madrid por Luis XIV, como consta do que escreveo o Intendente desse ultimo Duque, acuzando a recepção dos outros autographos, e entre elles a dos Luziadas, e que ali vem anexa.

“ Pelos conhecidos crimes e vandalismo da Revolução se desbaratou essa bibliotheca com tantas outras. E quem não dará por perdido

um manuscripto em lingua pouco versada em França, e cahindo em maons de taes Caraibas?

“ Foi grande felicidade a da pessoa a quem foi permitido, antes da revolução, copea-lo para uso seo; e poder agora da-lo ao prélo, para erudita satisfação de Portuguezes e estranhos, que depararem com mais de 2,000 variantes, e mais de 300 notas Hespanholas e Portuguezas, que em nenhuma das Edições de Camoens se encontram!”

Viagem da Princeza R. de Portugal para o Brazil.

As ultimas noticias de Paris de 26 de Setembro dizem, que a Esquadra chegára a Gibraltar no 1 de Setembro com muito boa viagem, e que a Princeza não tinha sofrido incomodo algum. S. A. estava determinada a proseguir na viagem sem se demorar.

CORRESPONDENCIA.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Havendo já feito publicar em um dos Jornaes Portuguezes, impressos em Londres, parte dos papeis que tenho a honra de remeter-lhes, e desejando que não só tenham a maior publicidade possivel, mas sejam conhecidos por inteiro, rogo

a Vmces. o favor de tambem os publicar no seo Jornal, com o que me farão um mui especial obsequio, porque nisto interessa muito a minha justiça.—Sou de Vmces. &c. &c. &c.

A. J. DA ROCHA.

Londres, 2 de Setembro, 1817.

NOTA.

Logo que Antonio Jozé da Rocha, obteve por Decreto de S. M. F. o officio de Medidor da Alfandega de Pernambuco, requereo do Rio de Janeiro uma certidão a fim de saber quaes eraõ as funcçoens que lhe competem, o que fez o Medidor dali por ordem do Dezembargador do Paço Juis da Alfandega como se faz ver acima no documento No. 3.

No momento em que A. J. da R. apresentou na Junta da Real Fazenda o Decreto, igualmente entregou e requerimento No. 4, pelo qual pede se mande registrar a mencionada certidão, o que se executou pelo Juiz dizendo, registre-se na forma requerida, e com o que fica o suplicante deferido: portanto mostra-se estar legalmente reconhecida, restando só principiar o suplicante o seu exercicio. Em 5 de Novembro de 1816 (depois de ter já o Medidor a sua posse) foi elle a Alfandega, onde achou opposição do administrador, sem que lhe competisse, dizendo e protestando que não deixaria lograr o suplicante de regalias taes como as expressadas na certidão, e só sim como o detreminava o Foral da Alfandega de Lisboa, &c. O medidor procedeu logo a fazer saber ao Juiz o a contecido, e que desse as necessarias providencias a fim de principiar as suas obrigaçoens, como se tinhaõ feito reconhecer no documento registado, e já recolhido no Archivo da mesma Alfandega; porem com tudo não se

atreveo a decidir, por isso mesmo que em nada cumpria com os seus deveres, como se poderá provar. Temia-se igualmente do administrador, em consequencia de ser este cunhado do escriptão deputado da junta, que em tudo deliberava ali, como bem lhe parecia, não se lhe dando de atropelar os direitos e justiça de qualquer, com tanto que satisfizesse as suas paixões e as de seus amigos; achando sempre a maior parte de seus companheiros prontos a amoldarem-se ás suas opiniões, e por isso o administrador fixo nestas contemplações não deixava de fazer na sua situação quanto intentava. O administrador fez tão grande opposição ao medidor, por isso mesmo que lhe tolhe certas acções (que considera como privativas) mas que não são uteis aos reais interesses; e por tanto pergunta pois o medidor, que duvida devia suscitar-se sobre o seu exercicio, quando elle hé em tudo conforme ao melhoramento do real patrimonio?

A Alfandega da corte aonde actualmente reside o soberano, não hé ella a que deve servir de modelo ás outras do Reino do Brazil?

S. M. quando se servio das regias expreções, fallando no foral de Lisboa, foi para mostrar a origem do officio que creava naquella parte dos seus estados; e não para serem as suas funcções em tudo semelhantes, o que bem se prova pela certidão do medidor, e pratica usada não só no Rio de Janeiro como na Alfandega da Bahia, pois que se adoptou a mais rija fízcalização. Ora pois de donde nasce a questão do administrador, uma vez que não tenha por base intenções sinistras? Não querer que o medidor olhe para os interesses de seu augusto Senhor, como lhe hé determinado, deve-se supor que pertende alongar de suas vistas quanto poder o medidor, por quanto lhe parece alguma coiza perigoso na

situação que lhe hé destinada. Trata-se agora do fastidioso aranzel do procurador da Fazenda, que diz, para responder a tão complicada questão trabalhára quanto lhe foi possível, a fim de “reduzir o officio do medidor,” aos termos mais claros e simples. Para que chama elle complicada questão a isto quando remata o seu discurso com o foral de Lisboa, que pertende sirva de regra ao medidor? Quis fazer-se legislador sobre este emprego, e fallando sómente a verdade quando chamou simples as regras, que até lhe deraõ para assignar em 18 de Fevereiro de 1817. Combine-se pois a representação do medidor em 6 de Novembro de 1816, e a chamada resposta do P. da F. e logo se poderá ver que falla de coizas contrarias ao que se requerem na R. J. da F., como por exemplo dizer que o medidor queria assento na meza grande e pertendia classificar a qualidade das fazendas que se intentaõ despachar, &c. A primeira se responde, que o medidor confessa já estar de posse da meza e assento que lhe compete; e á segunda que declara pertencer á outros a classificação das taes fazendas. Qualquer pessoa pode conhecer, sem muito reflexionar, que a resposta teve por author o antagonista do supplicante. Pelo que pertence ás informações do Juiz e Administrador; ellas já mais poderiaõ ser favoraveis ao medidor, por quanto o primeiro amedrentado pelo segundo, e este decidido inimigo do medidor, sómente ao que aspirava era velo inteiramente arruinado. O Procurador da Fazenda chama a attestação do medidor do Rio de Janeiro, sem fé nem authoridade, insultando desta maneira um empregado publico tal como o de que trata o certidão, e bẽm diferente do P. da F. o qual sem difficuldade se prestou em atrainçoar ao seu Augusto Senhor, declarando a

face de Deos em 7 de Março de 1817 que jurava obediencia ao sempre detestavel governo revolucionario de Pernambuco, como fez e os 16 mais da sua facção. O mesmo fez o administrador, e Juiz pois continuáraõ nos seos empregos, dando o juramento de fidelidade na mesma Alfandega ao cabessa dos Rebeldes Domingos Joze Martins. O Medidor pois, se bem que falto de todos os meios, tentou e cumprio a sua saída para Inglaterra, só por não querer sujeitar-se ao intruzo mando de pessoas que rompêraõ os sagrados laços de obediencia e dever para com o melhor dos Soberanos de quem tenho a completa satisfação de ser vassallo.

Finalmente para concluzaõ desta nota, diz o P. da F. que o Medidor deve dar bilhete das fazendas que lhe determinar o Juiz, a fim de não ser prejudicada a Real Fazenda e as partes; e porque não deve entaõ o medidor fazer todos os bilhetes das fazendas que geralmente tem medidas notadas?

Não hé pela conta dos despachantes que se deve fazer a bilhete do despacho; e por tanto sem o medidor fazer as percizas revistas na pessa ou pessas, que se intentaõ despachar, já mais poderaõ sair da Alfandega as fazendas; pois do contrario haverá sempre alguma differença talvez não favoravel a Real Fazenda.

A. J. DA ROCHA.

Londres, 2 de Setembro de 1817.

Documentos justificativos.

Nº 1.

Havendo determinado por Decreto de vinte nove de Junho de mil oito centos e dez, que na

Alfandega desta Corte, houvesse um Medidor que verificasse a medida das Fazendas que vêm a Despacho na forma do Foral da Alfandega de Lisboa; tendo-se por esse motivo já creado o mesmo officio na da Capitania da Bahia por Decreto de vinte oito de Janeiro de mil oito centos e ouze: Essendo-me presente a necessidade que há do sobre dito officio na Alfandega da Capitania de Pernambuco: Hei por bem crear o mencionado officio, e Nomear para o exercer a Antonio José da Rocha, vencendo o ordenado annual de quatro centos mil reis—pago aos quarteis pela respectiva Folha, sem perceber outro algum emolumento a custa das Partes, ou pela Minha Real Fazenda a titulo das incumbencias do referido officio; ficando com tudo obrigado a servir naquella Praça de interprete, e Lingoa nas occasiões em que for necessario.

O Marquez de Aguiar, do Concelho de Estado, Prezidente do Meu Real Erario, o tenha assim ententido, e faça executar com os Depachos necessarios, sem embargo de quaes quer leis, regimentos, ou disposições em contrario.—Palacio do Rio de Janeiro, vinte e nove de Agosto de mil oito centos e dezeseis. Com a Rubrica de Sua Magestade—cumprase e registre-se. Rio de Janeiro, 4 de Septembro de 1816. Com a Rubrica do Excellentissimo Marquez Prezidente.

Esta conforme MARCELLINO ANTONIO DE SOUZA.

Nº 2.

O Marquez de Aguiar, do Conselho de Estado, Ministro assistente ao Despacho do Gabinete, Presidente do Real Erario, e nelle Lugar Tenente Imediato a Real Pessoa, &c.

Faço saber a Junta da Real Fazenda de Pernambuco: que por Decreto de vinte e nove de

Agosto proximo passado incluzo por copia assignada pelo contador geral respectivo, foi El Rey Meu Senhor, servido mandar crear na sobredita Capitania, o officio de Medidor da Alfandega, Nomeando para o exercer a Antonio Jozé da Rocha, vencendo o ordenado annual de quatrocentos mil reis—sem outro algum emolumento a custa das partes, ou da Real Fazenda, ficando comtudo obrigado a servir na dita praça de interprete, e lingua nas occasioêns em que for necessario.

O que se participa a mencionada Junta para o ter assim entendido, e dar lhe o seu devido cumprimento. Jozé Gomes Leaõ a fez no Rio de Janeiro em seis de Septembro de mil oitocentos e dezeseis. Marçellino Antonio de Souza, a fez escrever.

(Assignado) Marquez de AGUIAR.

Nº 3.

Ill^{mo} Snr. D^{zor} do Paço Juis da Alfandega.—Diz Antonio Jozé da Rocha, que para bem se lhe faz necessario que o Medidor d'esta Alfandega lhe certefique junto a esta, quaes são as obrigaçoens que competem para com o official Medidor, e igualmente qual hé a meza honde rezide durante as suas funcçoens na mesma Alfandega. Pede V. S^a se digne mandar passar a certidão requerida. E. R. M^{ce}—Passe com a competente Rubrica.

Antonio Bernardo Cardozo Peçanha de Castello Branco, Cavalleiro Professo na Ordem Militar de São Thiago da Espada, encartado no officio de Medidor da Alfandega desta corte, e escriptaõ da Fidalguia e Nobreza do Reino Unido, e suas conquistas por Sua Magestade, que Deos Guarde, &c.

Em observancia do Despacho retro, certefico

que as obrigaçoens do officio de Medidor são as seguintes:—Deve ter um Quaderno, em que lance todas as yardas, annas de França, Hamburgo, ou de outro qualquer paiz, para as reduzir a covados, e varas, para o que se lhe deve dar um guarda habil para fazer esta escripturação, e depois o dito medidor passa um bilhete para os feitores fazerem o dos direitos, sem o qual o não podem fazer, e vai assignado pelo medidor, e no fim deve conferir o bilhete dos direitos e assignalo, para a fazenda poder sahir. Tambem deve assistir ao exame das fazendas que se re-exportarem, e baldearem; o seu lugar deve ser na meza de abertura, e não cabendo nella em meza separada, como se pratica nesta Alfandega.—Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1816.

(Assignado) ANTONIO BERNARDO CARDOZO
PEÇANHA DE CASTELLO BRANCO.

Nº 4.

Senhor;—Diz Antonio Jozé da Rocha, que tendo obtido de V. M. por Decreto de 29 de Agosto do corrente anno, o emprego de Medidor da Alfandega desta capitania, requereo logo a certidão junta do que serve na Alfandega da corte, a fim de saber qual hé a sua obrigação naquelle tribunal; e fazendo-se necessario que o conhecimento da mesma seja manifesto ali, afim de atalhar algumas alteraçoes, por isso mesmo que não existem por ora outros documentos que lhe sejam relativos; por tanto pede a Vossa Magestade, se digne mandar que seja registada a referida certidão, para o fim esposto. E. R. M.
—Remetido ao Juis da Alfandega. Recife de Pernambuco em Junta de 23 de Outubro de 1816, com cinco Rubricas.

Registe-se na forma requerida, e com o que

fica o suplicante deferido. Recife 29 de Outubro de 1816.—Pinho.

Nº 5.

Senhor ;—Diz Antonio Jozé da Rocha, Medidor do Alfandega desta capitania, que havendo sido nomeado por V. M. para este officio, considerando, que, sendo uma creação nesta Alfandega devia munir-se de regra por onde se dirigisse, e evitasse as duvidas que se poderiaõ offerecer no exercicio do seu emprego, pedira logo por certidaõ as obrigaçoens competentes ao Medidor da Alfandega do Rio de Janeiro, daqual se vé que a ele suplicante incumbe o fazer a redução das medidas de todas as fazendas estrangeiras ás medidas nacionaes, para por elas se fazer a conta dos direitos, e conferir depois esta conta, para que a fazenda possa sair da Alfandega.

Indo porem o suplicante a ela, no dia 5 de Novembro corrente, nada disto se fez, e apenas se cumprio a ultima e mais insignificante parte do que por tal certidaõ lhe compete, que foi dar-se-lhe meza, e assento; porem nenhum exercicio, salvo o de espectador; o que visto pelo suplicante, immediatamente requereo do Juis que o fizesse entrar nas suas funcçoens, couza que o mesmo Juis não fez; e porque da inexecuçaõ, de que em tal certidaõ se contem, resulta o perturbar-se o sistema da arrecadaçaõ dos direitos Reaes, em que V. M. quer que intervenhaõ diversos empregados, uns examinando as quantidades das fazendas, que se intentaõ despachar, outros as suas diferentes qualidades, para que outros possaõ por estes principios calcular o direito que devem pagar: alguns pondo nas mesmas fazendas um signal distinctivo de haverem passado por estas operaçoens, e alguns

finalmente encarregados de vigiar sobre todos os diversos empregados, a fim de que cumprão exactamente as suas obrigações; pois que de um só não confia V. M. tudo isto, ou porque tantos conhecimentos não caibão em um só: ou queira evitar o damno que a Sua Real Fazenda pode rezultar do engano ou malicia de um só, o preencher tantas funcções. Hé logo evidente que ao suplicante, em razão do seu officio muito particular e privativamente compete o determinar a quantidade das fazendas que geralmente tem medidas notadas, tanto estrangeiras como nacionaes, e que sem este primeiro preliminar, assim como sem a classificaçã de suas qualidades o que pertence a outros, não se deve e nem mesmo se pode fazer a conta dos direitos; e finalmente que, sem a conferencia desta conta feita pelo suplicante, para examinar se houve algum engano no numero das medidas, as fazendas não devem sair da Alfandega. Para evitar pois as contestações, que quase sempre costumão suscitar-se entre os empregados publicos, quando mutuamente querem confundir as suas funcções, por isso hé que o suplicante pede a V. Magestade seja servido determinar ao Juiz da Alfandega, que faça entrar o suplicante no seu competente exercicio, do mesmo modo em que hé exposto na certidão do medidor da Alfandega do Rio de Janeiro. E. R. M.

Despachos da Junta.

1º Informe o Juiz da Alfandega. 6 de Nov. 1816.

2º Responda o Administrador, e torne a informar o Juiz. 9 de Novembro, 1816.

3º Responda o Procurador da Fazenda. 18 de Janeiro de 1817.

4º Sobre o objecto do presente requerimento, vai-se expedir ordem ao Juiz da Alfandega, com as devidas declaraçoens. 22 de Fevereiro de 1817.

Nº 6.

Portaria ao Juiz da Alfandega.

O Juiz da Alfandega desta praça, vendo a resposta do Procurador da Fazenda, incluza por copia dada sobre o requerimento, que a esta Junta fez o medidor da mesma Alfandega, Antonio Joze da Rocha, relativa ás incumbencias do seu officio, faça executar o que nella se acha declarado, por ser conforme ao Decreto de creação do mesmo officio, e o disposto no capitulo 56 do Foral da Alfandega de Lisboa. 26 de Fevereiro de 1817.

Resposta do Procurador da Fazenda.

Requer o medidor desta Alfandega, que se pratique com elle, tudo quanto se acha declarado pelo attestado do medidor da Alfandega do Rio de Janeiro, como se manifesta miudamente pelo seu requerimento.

A informação do Juiz da Alfandega, a do Administrador da mesma, e os quatro attestados dos provectos commerciantes e despachantes da Alfandega de Lisboa, estão conformes com levissimas alteraçoens entre si; e em opposição ás pertençaens do suplicante, fundadas no attestado do medidor da Alfandega do Rio de Janeiro, que quer persuadir deve observar-se nesta Alfandega, como o regimento de seo officio; e mandame V. M. responder sobre esta complicada questão, para poder decidir: passo a cumprir o meu dever, e trabalharei quanto me for possivel para reduzir o exercicio e funcçoens do suplicante medidor

aos termos mais claros e simples. No Decreto porque V. M. creou estes officio e nomeou o suplicante Antonio Jozé da Rocha, para o exercer, servio-se da seguinte lingoagem porque expressou a sua Real vontade:—" Havendo determinado por Decreto de 29 de Junho de 1810, que na Alfandega desta cidade houvesse um medidor que verificasse a medida das fazendas que vem a despacho, na forma do foral da Alfandega de Lisboa, e tendo-se por este motivo já creado este officio na Capitania da Bahia, hei por bem crear o mencionado officio na de Pernambuco, e nomear para o exercer a Antonio Jozé da Rocha, &c." Desta lei segue-se, que o regimento dado a este officio, e aos officiaes, que o servem, hé o foral da Alfandega de Lisboa, e não a attestação do medidor da Alfandega do Rio de Janeiro, que não tem fé nem authoridade por não ser nem ainda extrahida de livros authenticos, que comprovassem a pratica que inculca: logo hé pelo foral de Lisboa, que se devem decidir todas as questoes controvertidas. Examinando o foral de Lisboa, que serve de regimento ao officio do suplicante, hé unicamente no capitulo 56, que faz menção deste official, e toda a auctoridade e jurisdicção, que lhe concede, hé junto á meza de abertura e despacho; medir as peças de Fazenda quando assim lhe determinarem o provedor da Alfandega; pertencendo aos feitores, e escriptaens das marcas, e outros officiaes, mencionados no foral, fazerem as de mais operaçoens e diligencias, para exacto conhecimento da sua quantidade, avaliação, e conta dos direitos, e debaixo das vistas e ordens do provedor, desde a abertura dos volumes, fardos, e fazendas, até os despachos de sua saída; como hé evidente dos capitulos 37, 39, 40, e 44, nos quaes senão faz mais menção do medidor. Fa-

zendo-se o despacho das fazendas por peças, que regularmente tem medida certa, segundo o uzo, prática e estilo do commercio; ou por vara e covado, quando as fazendas são de medida incerta, e sómente sobre estas hé que pode ter exercicio o officio de medidor, ou quando os feitores, ou as partes, julgando haver prejuizo, requerem que se meçaõ, do que temos exemplo e legal deliberação no citado capitulo 56 do foral. Este capitulo, detremina, que, quando as peças de seda ou qualquer outra qualidade, que se despacharem por vara ou covado vierem a despacho, que se faça a conta dos covados pelos berbetes, para ver se são certos, e a conta que por elles fizer o Provedor da Alfandega, e officiaes encarregados, e depois de verificar se está certa, escolha o Provedor uma ou duas peças, das que se vem despachar, sendo todas da mesma sorte, as que se medirão pelo medidor da Alfandega, e junto á meza della, para saber-se se hé verdadeira a medida que declara o berbete, e achando-se certa a medida e conta, se dara credito a toda a partida de sedas &c. que estão a despachar, e sendo as fazendas diferentes em sorte se fará a mesma diligencia e exame para poder ter lugar as penas declaradas no mesmo capitulo; no caso de falsificação. E eisaqui todo o emprego e exercicio do medidor da Alfandega de Lisboa, e consequentemente do suplicante; medir as peças de fazenda que se despachão por vara ou covado, que o Juiz da Alfandega lhe determinar, para se tirar qualquer duvida, que a este respeito possa haver, executar a sua medição na forma do estilo e dar o bilhete das varas ou covados que achar, para os feitores e mais officiaes mencionados, fazerem a conta dos direitos, e bilhetes do despacho de saida, sem outra dependencia do medidor; o que tudo hé conforme com as predictas

informações, e attestados da pratica da Alfandega de Lisboa. A' vista da legislação expendida do Foral seguem-se as concluzões seguintes, pelas quaes se vê, que o suplicante está empossado do seu lugar, que o deve exercer na conformidade do Foral, sem lhe ficar nada mais a requerer.

Concluzão primeira—Devendo o suplicante medir as pessos de fazenda que o Juiz da Alfandega lhe determinar, por bem da Fazenda Real, e das partes, de que deve dar bilhete; hé sem duvida que deve ter meza e assento para o fazer; e como o Juiz da Alfandega informa que lhe mandou pôr meza, para de lá vir junto á meza grande medir o que se lhe mandar; está nesta parte empossado do que lhe compete, tendo cessado a sua queixa.

2. Que está bem determinada a meza e assento que lhe deu o Juiz da Alfandega, fora da meza grande, porque não havendo lei, que lhe dê assento nesta meza, ao contrario esta determinado pelo citado capitulo 56 que quando lhe for mandado medir algumas peças de fazenda, as venha medir junto á meza; donde se segue que o seu assento e meza para fazer o bilhete da medida, hé fora da meza grande, como certificaõ as ditas informações e attestados se observa em Lisboa.

3. Que não lhe competindo outro direito e acção, mais que medir as peças de fazendas, que lhe forem determinadas, na forma expendida, e dar o bilhete do numero das varas ou covados, que achar, fica evidente que são imprudentes as demais pertenções que tem o suplicante, bem como querer ver as contas dos direitos que fizerem os officiaes das mezas, a este fim determinadas, classificar a qualidade das fazendas, e que sem a sua conferencia e aprova-

ção, não se possa despachar alguma, dando os competentes bilhetes de saída.

4. Finalmente, que tendo já destinada o Juiz da Alfandega a sua meza, e assento para fazer os bilhetes da medição das peças que se lhe mandar medir, nada mais lhe resta que hir para o seu lugar destinado, cumprir a sua obrigação, medindo as peças que lhe forem determinadas, dando bilhete na forma dita, e servindo de interprete e lingua nesta praça, nas occasioens, em que for necessario. Isto hé o que intendo se deve praticar á vista do Decreto da Creação do officio do suplicante, Foral, e informaçoes. V. M. porem á vista de tudo mandará o que for servido. Alegrete, 18 de Fevereiro de 1817.

FRANCISCO DE BRITO BEZERRA CAVALCANTE, Procurador do Coroa e Fazenda.

Pezo da Regoa, 25 d'Agosto de 1817.

Les disgraces désespérées,
Et de nul espoir tempérées,
Sont affreuses à soutenir ;
Mais leur charge est moins importune
Lorqu'on gémit d'une infortune
Qu'on espère de voir finir.

J. BAPT. ROUSSEAU.

Chegou em fim Snrs. Redactores a feliz occasião de exultarmos pela interrupção da entrada dos vinhos estrangeiros no Rio de Janeiro: passou-se o mez de Junho, e nenhuma importação daquelle genero teve ali lugar, e se bem que ainda não conste terem sido prohibidos, ou sujeitos a maiores direitos, a razão, e a necessidade fazem mui provavel este acontecimento; e talvez que o prudente especulador se tenha abtido já receozo pelo julgar tão proximo, como nos temos

razaõ de esperar das intençoens beneficas, e paternaes de S. M.

Naõ hé porem o vinho estrangeiro o unico rival do mais precioso ramo do nosso commercio exterior; todas as bebidas estrangeiras o prejudicaõ; e eu naõ só por este motivo, mas pelo que pode interessar á saude publica, julgo-me obrigado a fazer as seguintes observaçoens: possaõ ellas ser de tanta utilidade que iguale meus dezejos.

O uzo que no Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves se faz da Cerveja, e da Genevra hé notorio, assim como o ter-se á poucos annos a esta parte, tornado quazi geral, pela persuasaõ de que esta hé diuretica, e antispasmodica, e aquella estomacal e refrigerante, e como taes saõ inculcadas por muitos dos nossos Facultativos; mas estas boas qualidades, que sem duvida possuiriaõ geralmente aquellas bebidas, em tempos em que o proprio interesse era menos consultado, e a malicia ainda naõ tanto adiantada, tem agora desaparecido; porque sendo a accumulacão de interesses a ley superior, em lugar dos proprios ingredientes para qualquer manufactura, naõ se procura se naõ o equivalente mais barato seja ou naõ prejudicial ao consumidor.

A Genevra he hum a segunda distillacão do espirito da *malt* (Ceveda molhada, grellada, e torrada) com as bagas do Zimbro (*Juniperus*). Em outro tempo as bagas eraõ misturadas com a *malt*, antes desta ser moida ou esmagada, e entaõ a distillacão possuia naõ só o aroma; mas o gosto das bagas: agora o interesse tem substituido estas com o oleo de termentina, que ainda que se lhe assemelha no gosto, torna a bebida ruinoza.* Esta asserçãõ vigorisa-se quando re-

* Vide Crosby's Merchant's and Tradesman's Dictionary.

flectimos, que a serem somente as bagas empregadas, as plantaçoens do Zimbro na Hollanda deviaõ ser taõ nomeadas, come as do *hops* (Luparo, ou Humulus) na Inglaterra principalmente as de Kent, e Essex, &c.

Demais, ainda que esta bebida fosse sempre pura, não deixava de ser sempre perigoza; pois que infelizmente o que se acostuma a bebidas espirituozas, abrevia a duraçaõ da sua vida. Hé por esta razaõ, que ella entre nós hé prohibida, e bastaria este facto para nós prescindirmos do seu uzo; pois que se o contrabandista hé nada menos do que um ladraõ do estado, o que trata ou consome os seus generos, participa do seu delito.

A Cerveja que não hé outra couza mais, do que um licor fermentado feito geralmente de quaesquer graõs farinaceos, e em particular da cevada, sem que na sua composiçaõ entre (alem do graõ, que faz a sua base) mais algum ingrediente, doque o Luparo, (*hops*) e a agoa da chuva ou do rio como mais leve, do que a das fontes ou póssos, e por isso mais propria para a extracçaõ da tintura da cevada, &c., era sem duvida uma bebida recomendavel, quando composta de taes simplicies; mas eu vou mostrar, que o seu uzo no estado actual da manufacturaçaõ hé mui perigozo, e servir-me-hei para isso de authoridades taes, que os proprios manufactores não se atrevaõ a taxar de calumniadoras.

Messrs. Johnson e Exley na *Imperial Encyclopædia* dizem que o assucar, e o melasso são empregados como um substituto da cevada preparada, (*malt*) e que attendendo ao alto preço a que ultimamente tem chegado o Luparo, (*hops*) os Cervejeiros especulativos o tem substituido por uma variedade de ingrediente vegetaes, e especialmente a Casca, Madeira, e Raiz da *Quacia*.

Hé notoria e enumeravel a variedade de receitas, para a manufactura da cerveja em cuja composiçãõ entra a raiz da genciana, e do gengibre, e o Dr. Stonehouse da-nos no *Gentlemen's Magazine* de Janeiro 1758, uma receita, em que entra esta raiz. Desde aquella época porem os costumes desgraçadamente não tem melhorado, e com pena o digo, o numero de bebedores immoderados se tem multiplicado infinitamente, e na carreira de seu vicio não buscaõ senão o maior estimulo: o manufactor não tanto por satisfazer-lhes o appetite, como por segurar o consumo de uma maior porçãõ, de que maior lucro lhe resulta, não escrupuliza em atear um fogo, que o bebedor incauto em vão pertende extinguir, antes prolonga, e augmenta pela repetiçãõ da bebida. Hé por esta razãõ que se tem desattendido ás quantidades das raizes, e ingredientes já mencionados, e porque só se procura o licor mais forte, não lhes basta o mel nem o tabaco, e sem olhar as quantidades empregaõ o vitriolo, e o opio, &c.

Mr. Combrune * quando trata de clareficar a cerveja, que o requeira por algum defeito na fermentaçãõ (mui frequente) diz claramente, que o talco dissolvido na *stale beer* (cerveja velha e azeda) nem sempre hé sufficiente, e que por isso os cervejeiros se valem do oleo de vitriolo, e que chegaõ muitas vezes a botar até uma libra, na quantidade, que por nenhum motivo devia levar mais de quatro onças.

Taes tem sido os abusos com a desmoralizaçãõ dos tempos, e tão atendiveis os lamentaveis resultados, que o Parlamento Britannico nas suas sessoens em 1816, julgou necessario annular uma acto passado no 51º anno do reynado de S.

* Theory and Practice of Brewing.

S. M. (Jorge 3º) pelo qual se permittia (samente para satisfazer á Colormania, que a irreflexão tem feito tão geral) a manufactura, e uso de um licor preparado do assucar, para colorir a cerveja, (porter) e pelo mesmo acto que annullou aquelle, determina que depois de 5 de Julho de 1817, nenhum manufactor, ou negociante de cerveja por grosso, ou mindo, possa receber, ou ter em seu poder, nem fazer uso, ou mistura, nem botar na cerveja, ou *worts* (cerveja antes de fermentada) algum licor, extracto, ou calcinação, ou outro material, ou preparação, que não seja a *brown malt* (torrada), nem tão pouco receber, ter em seu poder, ou usar, misturar, ou botar na cerveja ou *worts* algum *melasso*, *mel*, *alcaçus*, *vitriolo*, *quacia*, *coccus Indiæ*, *grãos do paraizo*, *pimenta de guine*, ou *opio*, nem extracto algum ou preparação dos sobreditos artigos sobpena de os perderem, e a cerveja ou *worts*, cascos e envasilhas, e alem disso £.200 stg. Subsequentemente impôz o mesmo Parlamento a pena de £.500 a quem vendesse a manufactor ou negociante de cerveja por grosso ou mindo, alguma preparação para colorir a cerveja, ou algum artigo como substituto da *malt*, ou *hops*.

Deicho agora a prudencia do leitor o julgar quão arriscado hé o uso de semelhantes bebidas; pois que quaesquer observaçoens á vista de taes testemunhos vem a ser superfluas. Devo com tudo responder a uma objecção que naturalmente se offeresse, e hé “dirão os advogados da cerveja; se ella hé uma composição tão perigora; “na Inglaterra &c. aonde se faz geral uso “della, devia necessariamente causar grandes “estragos.” Direi que os estragos são certamente consideraveis, e por isso um sem numero de authores tem recommendado aos particulares, de a manufacturarem em suas cazas, e se tem

tornado este uso mui commum; mas o que hé mais hé, que a cerveja, que se bebe em Inglaterra, difere muito da que se bebe neste Reyno Unido de Portugal, Brazil, e Algarves; ali o maior uso hé da *table beer* (que com alguma propriedade se pode chamar agua pé da cerveja), tão fraca, que mesmo n'aquelles paizes frios senão conserva por horas, e por isso as familias são furnecidas com ella á propria hora das comidas. A *porter* (que nós chamamos mariolla) o estrangeiro que a beber em Londres, proprio lugar de sua manufactura, não a conhece por fraca, e assim mesmo os Inglezes usaõ—na para o fim do jantar, e pode dizer-se, que corresponde ao nosso uso de vinhos fortes para a sobremeza; semelhantemente fazem uso da *ale*, e mais cervejas fortes; mas não hé raro encontrar Inglez que não tenha provado *brown stout beer*, e menos *double brew'd stout*, e até mesmo há muitos, que nem pelo nome conhecem a *October*: alem do que a *cerveja para exportação*, hé differentemente composta, e tanto que hé essencialmente necessario declarar o seu destino quando se ordena: tanto hé certo que a cerveja pura (extracto da cevada e luparo) não pode resistir a uma longa viagem, nem coservar-se em paizes quentes como os destes reinos, e por isso recorrem a arte que se tem tornado mais perigosa pelo nosso desarrasado costume de avaliar-mos a bondade da cerveja pela quantidade da espuma. Para os zelosos de sua saude, o exporto hé mais que suficiente para se acautelarem, e se algum apaixonado senão der por convencido não lhe pesso senão o seu proprio exame, e estou certo que se for sincero há de confessar, que logo depois de beber um copo de cerveja, experimenta a sede, que d'antes tinha.

Deichemos pois a esses necessitados habitantes

de paizes menos favorecidos, o uso de semelhantes bebidas, menos sadias, e menos agradaveis, do que aquellas com que o Author de todo o bem, quiz abençoar o nosso terreno, dando-nos o vinho, e seu decomposto o vinagre, e o limaõ, &c., que nos offerecem não só as mais deliciosas, mas as mais salutiferas de todas as bebidas.

Mais uma vez se repete agradecido Snrs. Redactores. LUZO VINHATEIRO.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Londres, 8 de Setembro, 1817.

Li no Correio Braziliense de Agosto, pag. 209, que o *Conservador* da Junta do Commercio de Lisboa era um dos que tudo aniquilaõ e tudo demoraõ naquelle Tribunal. Estou persuadido que o Correio Braziliense não foi verdadeiramente informado sobre este ponto; e por honra da verdade e da justiça devo declarar, que á aquelle benemerito magistrado não competem as accusaçoes que se lhe fazem. Eu seria suspeito se citasse actos particulares de justiça e prontidaõ de despacho que caracterisam a intelligencia e rectidaõ de taõ excellente ministro, mas em vez disso appello para os imparciaes habitantes de Lisboa, aonde elle goza uma reputaçãõ sem mancha; e todos elles concordarão comigo, se forem justos e probros, que o *Conservador* da Junta de Commercio, longe de tudo aniquilar e tudo demorar, hé antes um raro modello de todas as virtudes de um bom magistrado. Pede a justiça que eu faça esta declaração; e V^{ms} obsequiarão muito em a publicar á um—

AMIGO DA VERDADE.

INDICE GERAL

DO

VOLUME XIX.

No. LXXIII.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

	<i>pag.</i>
Oração Funebre recitada nas Exequias do Marquez de Pombal	3
Publica Retribuição de F. de B. Garção Stockler, &c....	15
Congresso de Vienna, pelo Abbade de Pradt	27
Manuscripto vindo de Sta. Helena	37
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo	47

SCIENCIAS.

Progresso das Sciencias Physicas no anno de 1316	64
--	----

POLITICA.

REINO DO BRAZIL — RIO DE JANEIRO—Entrada de Monte-Video pelas Tropas Portuguezas	71
Monumento elevado no Rio de Janeiro em Memoria da chega de El Rey a aquella Cidade	78
Providencias a cerca do Trafico da Escravatura	78
BAHIA—Abertura da nova praça do Commercio.....	80
Proclamação do Conde dos Arcos relativa a Revolta de Pernambuco	81
PERNAMBUCO—Balanço Geral da Receita e Despeza do Cofre dos novos importos, applicados á Demolição do Banco de Area na entrada do Acoradouro do Morqueiro, &c.	82
Demonstração do Estado da Commissão do Melhoramento do Porto até o fim de 1816 e dos trabalhos practicados no dito anno	84

Indice Geral.

	<i>pag.</i>
REINO DE PORTUGAL—Documento dos Ex ^{mos} Governadores do Reino respectivo á Revolução de Pernambuco	86
Proclamação do Commandante da Fragata Perola, mandado a bloqueiar o Porto de Pernambuco	88
Edital da Junta do Commercio sobre a Proibição da Importação de Vinhos e outros artigos no Reino de Suecia	92
AUSTRIA—Festa que deo o Marquez de Marialva por occasião do casamento da Princeza Real de Portugal	93
INGLATERRA—Carta de um Brasileiro residente em Londres ao Editor do Times	94
Conspiração em Portugal (artigo copeado do <i>Times</i>) ...	108
REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.	
Literatura Portugueza	110
Politica—Reino do Brazil	112
Reino de Portugal	116
Inglaterra	118
CORRESPONDENCIA	140
Erratas do No. LXXII.	147

No. LXXIV.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Memoria a cerca da Illuminação da Cidade do Porto ...	149
Congresso de Vienna	158
Manuscripto vindo de St. Helena	167
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.....	178

SCIENCIAS.

Progresso das Sciencias Physicas no anno de 1816	196
Novas experiencias sobre o Methodo de gelar a Agua, descoberto por Mr. Leslie	208

POLITICA.

REINO DO BRAZIL—RIO DE JANEIRO—Nota de Lord Strangford ao Marquez de Aguiar.....	209
--	-----

Indice Geral.

	<i>pag.</i>
Resposta do Marquez de Aguiar á Nota precedente ...	211
RIO GRANDE DO SUL—Batalha do Campo de Catalão	215
Carta Regia para a Communicação da Capitania do Espírito Santo com a de Minas Geraes por meio de abertura de estradas.....	216
Carta Regia para a Communicação da Capitania de Minas Geraes com a do Espírito Santo por meio de abertura de estradas	221
BAHIA—Entradas e Sahidas de Navios com suas Impor- taçoens e Exportaçoens nos annos de 1813, 1814, 1815, e 1816.....	226
MARANHAÕ—Discurso dirigido aos Pernambucanos pelo Coronel Joze Joaquim Vieira Belford	230
RUSSIA—Banco Imperial do Commercio	236
Disposiçoens Geraes para preservar os Estados Russia- nos das doenças contagiosas	237
Execução do Artigo 99 do Acto do Congresso de Vienna relativo aos Ducados de Parma e Placentia ...	240
HESPAÑHA—Extracto do Decreto relativo a reforma do Plano de Finanças em 1817	241
REINO DE PORTUGAL—Portaria do Governo sobre a Conspiração em Portugal	242
Carta de Lei sobre as Armas que deve ter o Reino do Brazil	243
Portaria pela quel se prohibe a entrada e publicação do <i>Correio Braziliense</i> e do <i>Portuguez</i>	245
INGLATERRA—Prorogação do Parlamento—Falla do Principe Regente.....	248
Nomeação de Mr. Thornton para Ministro de Sua Ma- gestade Britannica na Corte de Sua Magestade Fide- lissima—e de Mr. Forbes para Secretario de Legação na mesma Corte	250
REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO NUMERO LXXIV.	
Reino de Portugal	251
Russia	264
Inglaterra	366
CORRESPONDENCIA	282
Erratas do No. LXXIII.....	304

Indice Geral.

No. LXXV.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Carta aos Redactores a cerca do Hospital na Ilha da Madeira	<i>pag.</i> 305
Congresso de Vienna	330
Manuscripto vindo de Sta. Helena	337
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.....	347

SCIENCIAS.

Progresso das Sciencias Physicas no anno de 1816	365
--	-----

POLITICA.

REINO DO BRAZIL — RIO DE JANEIRO — Decreto a cerca das Graduaçoens Militares que competem aos Officiaes da Fazenda	374
Decreto a cerca das Graduaçoens e patentes Militares que devem ter os Secretarios dos Governos das Capitancias Geraes do Reino do Brazil	375
Alvará por que se concede a Universidade de Coimbra a mercê de pode assistir pelos seos Representantes, entre os Tribunaes, ao Acto de Acclamação de El Rey, nas acclamaçoens futuras	376
Relação das Pessoas que entregaraõ no Real Erario Donativos gratuitos, para as urgencias do Estado desde 31 de Março até 18 de Abril de 1817	378
PERNAMBUCO—Extracto de uma Carta de Pernambuco de 27 de Junho.....	384
AMERICA HESPAÑHOLA — VENEZUELA — Decreto a favor das Manufacturas Britannicas e Americanas ...	386
Mappa e situação dos Exercitos Republicanos d'America do Sul, nas provincias de Venezuela, e Guayana Conquista da Ilha Amelia	388
FRANÇA—Nomeação de Arcebispos e Bispos	389
Decreto de El Rey relativo aos officiaes, denominados de meia paga	389
HESPAÑHA—Medidas para uma absoluta e inteira amnistia	391
Barcos de Vapor em Hespanha	392
IEGLATERRA—Nova prorogação do Parlamento	395
Artigo extrahido do Morning Chronicle sobre os Delatores	395

Indice Geral.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO
NUMERO LXXV.

	<i>pag.</i>
Literatura Portugueza.....	396
Reino do Brazil	398
Nota do Ministro Portuguez em Londres á Lord Castle- reagh, e resposta	401
Americas Hespanholas	403
Hespanha	404
Inglaterra	408
Noticia importante, relativa ao Commercio de Escra- vatura	424
CORRESPONDENCIA	425
Erratas do No. LXXIV.	431

No. LXXVI.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Viagem sobre a Agricultura da Provincia do Minho, feita no anno de 1789	433
Manuscripto, vindo de Sta. Helena, &c.	451
Congresso de Vienna	461
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo	465

SCIENCIAS.

Progreso das Sciencias Physicas no anno 1816	471
Lista das principaes Obras publicadas nos 4 mezes pre- cedentes	481

POLITICA.

REINO DO BRAZIL—RIO DE JANEIRO—Relação das Pessoas que entregaram no Real Erario donativos gratuitos	485
Morte do Ministro Antonio de Araujo	490
Negocios de Monte Video	491
MARIANNA — Mapa da População deste Bispado em 1816	492
BAHIA—Ordem do Dia à cerca de Pernambuco	494

Indice Geral.

	<i>pag.</i>
PERNAMBUCO—Correspondencia entre o Governo Insurgente e o Commandante do Bloqueio.....	496
FRANÇA—Concordata entre Luis XVIII. e o P. Pio VII.	501
ALLEMANHA—A Censura, por Benzenberg.....	506
REINO DOS PAIZES BAIXOS—Sentença dada no cazo de Libello intentado pelo Duque de Wellington contra Mr. de Busscher	510
LIORNE—Entrega solemne da Princeza R. de Portugal, e sua partida para o Rio de Janeiro	512
HESPAÑHA—Nascimento da Infanta Maria Isabel Luiza, e elogio da Rainha pelas Gazetas Inglezas ...	513
REINO DE PORTUGAL—Portaria dos Governadores do Reino para o novo emprestimo de 4 milhoens	514
Explicaçoens feitas a dita Portaria	518
INGLATERRA—Rendas da G. Bretanha desde 1798 até 1817	519
Memorandum de algumas Observaçoes de Buonaparte	520

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO NUMERO LXXVI.

Reino do Brazil	524
França	582
Inglaterra.....	586
CORRESPONDENCIA—Nota e Documentos justificativos de A. J. Rocha.....	544
Carta assignada—Luzo Vinhateiro.....	558
Da. assignada—Amigo da Verdade	564
Erratas do No. LXXV.	571

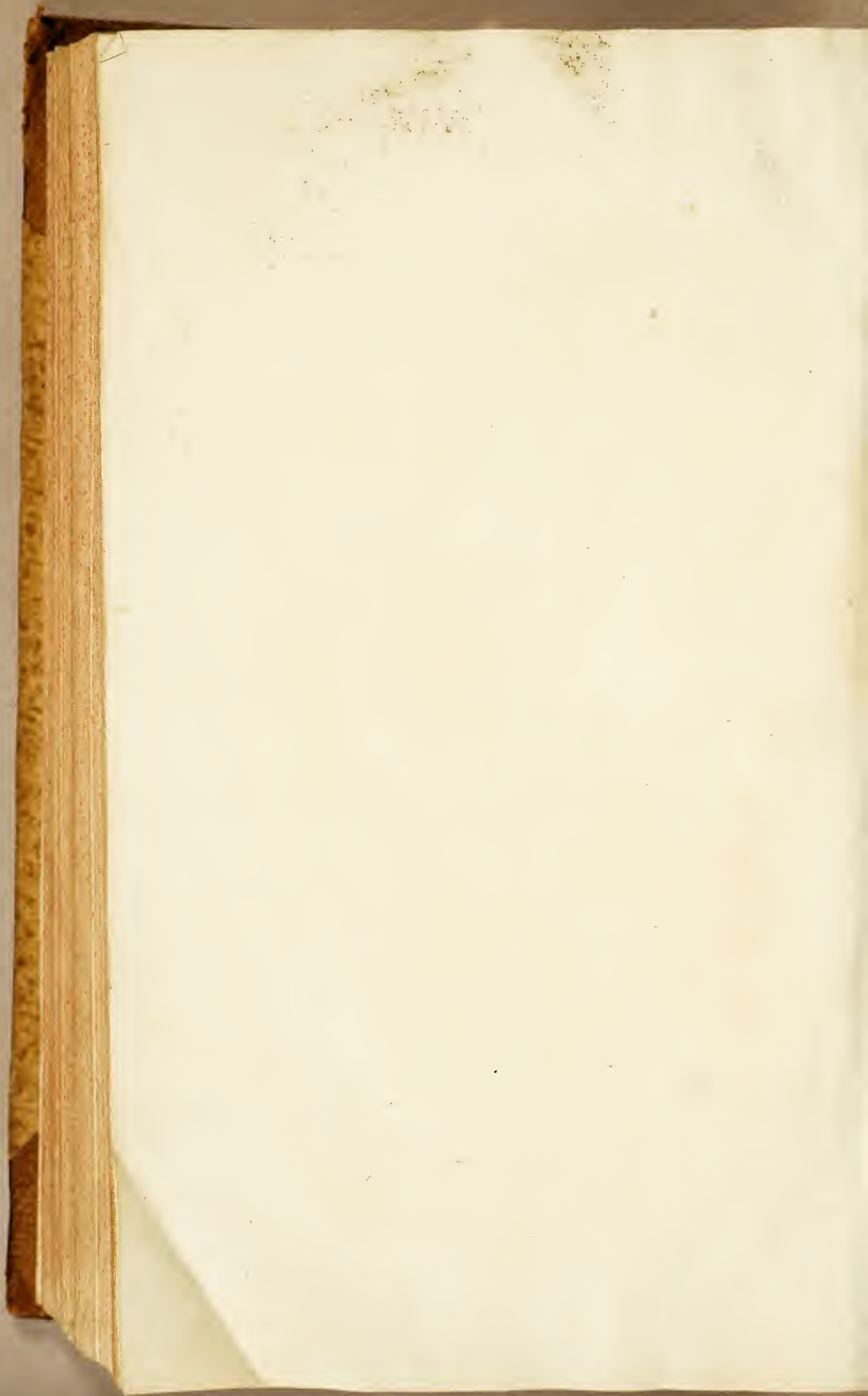
Erratas mais notaveis do No. LXXV.

Pag.

- 308 Veho, *lea-se* velho.
327 dizir, *l.* dizer.
339 deposita-se, *l.* depositar-se.
396 cencerreo, *l.* concorreo.
399 entendimo, *l.* entendimento.
413 graude, *l.* grande.
417 a que luz, *l.* o que luz.

16-237-19





cc
I62 p
v. 19

